ISBN 978-85-7267-242-9 DOI 10.5102/978-85-7267-242-9

ANAIS DO 8º EnCUCA

8º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E 23º ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CEUB

7 a 9 de Outubro de 2025

CEUB CNPq fapdf Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – CEUB
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC
DIRETORIA ACADÊMICA

ANAIS DO 8º EnCUCA
8º Simpósio Internacional de Pesquisa e
23º Encontro de Iniciação Científica do CEUB

Organização Editorial: Fernanda Costa Vinhaes de Lima

Fomento e Apoio: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF). Edital nº 06/2025 - FAPDF Movimenta. Processo nº 00193-00000727/2025-05.

Brasília, DF
2025

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – CEUB

CORPO DIRETIVO
Reitor: Pio Pacelli Moreira Lopes
Vice-Reitor: Gabriel da Costa Mallab
Diretora Acadêmica: Simone Maria Espinosa
Secretário-Geral: Maurício de Sousa Neves
Diretor Administrativo e Financeiro: Geraldo Rabelo
Diretora da Faculdade de Ciências da Educação e Saúde (FACES): Dalva Guimarães dos Reis

COMITÊ CIENTÍFICO E EDITORIAL
Coordenação Geral (PIC): Fernanda Costa Vinhaes de Lima
Comitê de Avaliação Institucional: composto por professores pesquisadores doutores representantes das diversas áreas do conhecimento do CEUB (disponível em https://www.uniceub.br/comites).

COMISSÃO ORGANIZADORA
Clara Coelho Paranhos Motta (CEUB)
Fernanda Costa Vinhaes de Lima (CEUB)
Fernando de Araújo Portela (CEUB)
Filipe Moura da Silva (CEUB)
Joao Victor Andrade Amaral (CEUB)
Kamila Cristina Silva dos Santos (CEUB)
Rodrigo Penido Lages (CEUB)

COMISSÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA
Ana Paula Borba Gonçalves Barros (USP e Mobilize Brasil); Fabrício Ofugi (CEUB); Fernanda Luiza Silva de Medeiros (CEUB); Joyce de Araujo Mendonca (CEUB); Juliana Menezes da Nóbrega (CEUB); Kátia Ramos Moreira Leite (USP); Kelly Cristina Rodrigues Simi (CEUB); Larisse Lazaro Santos Pinheiro (CEUB); Luciana Barbosa Musse (CEUB); Marcela Ferreira Cipriani Rufine (CEUB); Nauane Mayara Melo Buriti Dantas (CEUB); Nitish Monebhurrun (CEUB); Roberto Nascimento de Albuquerque (CEUB); Wanderlei Abadio de Oliveira (PUC-Campinas).

PRODUÇÃO EDITORIAL
Revisão Textual: Juliana Campos de Andrade
Diagramação e Revisão Editorial: Fernanda Costa Vinhaes de Lima
Projeto Gráfico: Gerência Executiva de Marketing.

Instituições Cooperantes: CEUB: Centro Universitário de Brasília; **USP:** Universidade de São Paulo; **PUC-Campinas:** Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Simpósio Internacional de Pesquisa (8. : 2025 : Brasília, DF).
Anais do 8º EnCUCA: 8º Simpósio Internacional de Pesquisa e 23º Encontro de Iniciação Científica do CEUB [recurso eletrônico] / organização Fernanda Costa Vinhaes de Lima. – Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2025.
Formato PDF. : 402 p. : il.

ISBN 978-85-7267-242-9.
DOI 10.5102/978-85-7267-242-9.

1. Pesquisa Acadêmica – Simpósios. 2. Iniciação Científica – Encontros. 3. Multidisciplinaridade – Simpósios. I. Lima, Fernanda Costa Vinhaes de (org.). II. Centro Universitário de Brasília. III. Título.

CDU 001.891

PREFÁCIO

A publicação dos Anais do **8º EnCUCA – 8º Simpósio Internacional de Pesquisa e 23º Encontro de Iniciação Científica do CEUB** formaliza os resultados alcançados durante o ciclo científico de 2024-2025. Realizado entre os dias 7 e 9 de outubro de 2025 com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), o evento consolidou-se como um espaço de intercâmbio acadêmico com a colaboração de 36 instituições nacionais e estrangeiras (detalhadas no Apêndice A).

Esta edição presta homenagem póstuma ao Professor Gerson Fernando Mendes Pereira, cuja trajetória e dedicação ao ensino e à investigação deixaram um legado relevante para esta instituição. Sua contribuição permanece como referência para as gerações de pesquisadores que aqui se formam.

Adicionalmente, estes Anais registram o lançamento da segunda edição da Cartilha sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio, Discriminação e outras formas de Violência**.** O documento, elaborado pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio (CPEA), reafirma o compromisso do CEUB com a integridade, a ética e o respeito no ambiente acadêmico.

O presente volume compila a produção intelectual de diversos segmentos da nossa comunidade, reunindo resumos e registros de 171 pesquisas de Iniciação Científica (PIC), 110 trabalhos vinculados aos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito, além de contribuições de Grupos de Pesquisa, Mesas-Redondas, Oficinas e Palestras.

Espera-se que este documento cumpra sua função de disseminar o conhecimento produzido e que as reflexões aqui contidas estimulem o avanço contínuo da pesquisa e da inovação.

Comissão Editorial e Organizadora

Fernanda Costa Vinhaes de Lima
Líder de Pesquisa | Diretoria Acadêmica – CEUB

HALL DE EXCELÊNCIA

🏆 PRÊMIOS DESTAQUE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2025

Como reconhecimento à excelência metodológica, originalidade e relevância dos resultados apresentados, o Comitê Científico outorga o Prêmio Destaque aos seguintes autores:

Área: Ciências Humanas

Título: *NÃO TÃO PRÓXIMO, MAS NÃO TÃO DISTANTE DAS TREVAS: UMA CARTOGRAFIA SOBRE SAÚDE MENTAL*

Autores: Samara Coutinho Machado[1]; Leonardo Cavalcante de Araújo Mello[2]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; [2] Docente orientador CEUB.

Área: Ciências da Saúde e da Vida

Título: *ANÁLISE DA PRESENÇA DE MICROPLÁSTICOS EM ECOSSISTEMA DE ÁGUA DOCE NO DISTRITO FEDERAL*

Autores: Elizabeth Cristina de Mesquita Goncalves[1]; Anabele Azevedo Lima Barbastefano[2]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; [2] Docente orientadora CEUB.

MEMORIAL

HOMENAGEM PÓSTUMA: PROFESSOR GERSON FERNANDO MENDES PEREIRA

A 8ª edição do EnCUCA dedica este espaço ao reconhecimento da trajetória acadêmica do Professor Gerson, em virtude de sua relevante contribuição ao Centro Universitário de Brasília (CEUB). Médico dermatologista e epidemiologista, atuou como docente do curso de Medicina por quase uma década, destacando-se como um grande incentivador da iniciação científica e da produção de conhecimento.

Sua dedicação à investigação e o compromisso com a formação de novos pesquisadores ultrapassaram as salas de aula, marcando a história da instituição e contribuindo para o fortalecimento da excelência acadêmica. Esta publicação registra nossa gratidão por seu trabalho e pelo legado que inspira as novas gerações de pesquisadores.

Figura 1. Peça gráfica comemorativa desenvolvida em memória do professor Gerson Mendes Pereira.

Fonte: Gerência Executiva de Marketing – CEUB, 2025.

DIRETRIZES PARA CITAÇÃO E INDEXAÇÃO

Os dados para citação dos trabalhos publicados nestes Anais são apresentados a seguir, visando assegurar a correta indexação bibliográfica e a rastreabilidade da produção científica. Os modelos adotados fundamentam-se na norma ABNT NBR 6023:2018, referência para publicações nacionais. Contudo, os elementos essenciais (título, autores, DOI e ISBN) podem ser adaptados a outras normas (como APA ou Vancouver), conforme as exigências de periódicos específicos.

1. Referência do Volume Consolidado (Anais)

LIMA, Fernanda Costa Vinhaes de (org.). **Anais do 8º EnCUCA**: 8º Simpósio Internacional de Pesquisa e 23º Encontro de Iniciação Científica do CEUB. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2025. 402 p. ISBN 978-85-7267-242-9. DOI: 10.5102/978-85-7267-242-9. Apoio: FAPDF (Edital nº 06/2025).

2. Referência de Comunicação Científica Individual (Resumo)

SOBRENOME, Nome do Autor. Título do trabalho: subtítulo (se houver). In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CEUB, 23.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA, 8., 2025, Brasília. **Anais do 8º EnCUCA**. Brasília: CEUB, 2025. p. [inserir página inicial-página final]. ISBN 978-85-7267-242-9. DOI: 10.5102/978-85-7267-242-9.

SUMÁRIO GERAL

PREFÁCIO 4

🏆 HALL DE EXCELÊNCIA: PRÊMIOS DESTAQUE 2025 5

MEMORIAL: PROFESSOR GERSON FERNANDO MENDES PEREIRA 6

DIRETRIZES PARA CITAÇÃO E INDEXAÇÃO 7

SEÇÃO I: GRUPOS DE PESQUISA – DGP/CNPq 9

SEÇÃO II: PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PIC 2024/2025 29

SEÇÃO III: MOSTRA TÉCNICO-CIENTÍFICA DE PAINÉIS 212

SEÇÃO IV: DOUTORADO EM DIREITO (PROGRAMA *STRICTO SENSU*) 224

SEÇÃO V: MESTRADO EM DIREITO (PROGRAMA *STRICTO SENSU*) 303

SEÇÃO VI: ATIVIDADES ACADÊMICAS INTEGRADORAS 344

APÊNDICE A – INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES 366

SEÇÃO I

GRUPOS DE PESQUISA

Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil - DGP/CNPq

Esta seção apresenta as linhas de pesquisa e a produção científica dos Grupos de Pesquisa do CEUB certificados pelo CNPq. O conteúdo reflete a atuação multidisciplinar e as redes de colaboração que fortalecem a pesquisa institucional.

GRUPOS DE PESQUISA – DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL – DGP/CNPq

ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA 11

CITOGENÉTICA APLICADA 12

CLÍNICA EMPRESAS, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS 13

COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIA E DESASTRES (GP-CED) 14

CONVIVÊNCIA E SAÚDE MENTAL 15

DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 16

DIREITO CONSTITUCIONAL: DIREITOS FUNDAMENTAIS, DEMOCRACIA E LIMITAÇÃO DO PODER 17

DIREITO EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO – DEMP 18

DIREITO, LINGUAGEM E PODER 19

DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO - GDPPI 20

HERMENÊUTICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS 21

JUSTIÇA PROCESSUAL E DESIGUALDADE 22

LEI E SOCIEDADE 23

POLÍTICA CRIMINAL 24

POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADE FÍSICA - GPEFAT 25

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DE DIREITO DO CONSUMIDOR E PROTEÇÃO DE DADOS 26

TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA 27

TESARAC: ESTUDOS EM FUTUROS DA ADMINISTRAÇÃO 28

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Renata Aparecida Elias Dantas[1]; Mateus Medeiros Leite[1]
[1] Pesquisadores líderes CEUB; renata.dantas@ceub.edu.br; mateus.mleite@ceub.edu.br

O envelhecimento populacional é uma realidade global que impõe desafios e oportunidades, demandando uma mudança na percepção social do que é envelhecer. Longe de ser um problema, o processo de envelhecimento deve ser abordado sob a ótica da manutenção da capacidade funcional e da qualidade de vida. Nesse contexto, a intersecção entre o exercício físico e a tecnologia surge como um eixo estratégico para a promoção da saúde e o combate ao declínio funcional da pessoa idosa. A palestra explorou o potencial transformador das soluções de *mHealth* (saúde móvel) aplicadas à prática de exercício físico para a população idosa. Iniciou-se uma discussão sobre o paradigma do envelhecimento e a necessidade de reconstruir as visões e os mitos que o cercam, destacando o papel fundamental da atividade física. Em seguida, aprofundou-se o conceito *mHealth* e como as tecnologias digitais, como aplicativos móveis e dispositivos vestíveis (*wearables*), podem ser empregadas para monitoramento, intervenção e acompanhamento personalizado. Foram apresentados exemplos práticos e resultados de ensaios clínicos randomizados que demonstram a eficácia dessas tecnologias. Entre as aplicações abordadas, destacam-se o uso de aplicativos para a gestão do diabetes *mellitus* tipo 2 em idosos, com evidências de melhora da hemoglobina glicada e aumento do conhecimento sobre a condição; a implementação de programas de exercícios de força e equilíbrio baseados em protocolos, como o OTAGO pelo app, visando à diminuição de quedas; o desenvolvimento de programas que combinam exercícios cognitivos e físicos para o suporte à reserva cognitiva, à melhora da atenção e da memória, reforçando a integração de corpo e mente como eixo da saúde. A adoção de soluções em *mHealth* permite a personalização das recomendações de exercício, o acompanhamento contínuo do progresso e o engajamento da pessoa idosa, superando barreiras geográficas e de acesso. Em suma, a palestra visou consolidar a percepção de que a tecnologia não é apenas uma ferramenta, mas também um componente essencial às estratégias de saúde pública e individual, capacitando os idosos a viver com maior autonomia e bem-estar.

Palavras-Chave: *mHealth*; pessoas idosas; exercício físico.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CITOGENÉTICA APLICADA

Fernanda Costa Vinhaes de Lima[1]
[1] Pesquisadora líder CEUB; fernanda.lima@ceub.edu.br

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética, a qual consiste, principalmente, no estudo microscópico dos cromossomos e de suas anomalias. Os cromossomos foram descritos no século XIX como corpos nucleoproteicos de coloração escura, observados durante a divisão celular, no estágio de metáfase, no qual atingem seu maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diploide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como sendo 46, dispostos em 23 pares homólogos. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental, malformações múltiplas, câncer, infertilidade e abortos espontâneos. O grupo de pesquisa apresenta três linhas que se resumem, principalmente, a estudos citogenéticos sobre casais com histórico de infertilidade e abortos de repetição, diagnóstico citogenético de doenças genéticas e avaliação genética da presença do cromossomo Philadelphia em pacientes com leucemia mieloide crônica, após o uso de inibidores de tirosinocinase. O grupo de pesquisa concluiu estudo com participantes provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal que apresentavam histórico de infertilidade e abortos de repetição. Esses distúrbios abrangem conflitos diversos e envolvem não somente questões médicas complexas e urgentes, como também problemas psicológicos extremamente sérios. Novos projetos de pesquisa foram aprovados, baseados no estudo e no diagnóstico citogenético de pacientes com leucemia mieloide crônica, portadores do cromossomo Philadelphia, sob o efeito de inibidores de tirosinocinase. Além da relevância do diagnóstico para essas famílias, os projetos citados servem como material de estudo para estudantes do CEUB que se interessem por este campo de trabalho.

Palavras-Chave: leucemia; infertilidade; abortamento.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CLÍNICA EMPRESAS, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nitish Monebhurrun[1]; Michelle Lucas Cardoso Balbino[1]
[1] Pesquisadores líderes CEUB; nitish.monebhurrun@ceub.edu.br; michellebalbino@hotmail.com

A Clínica Empresas, Direitos Humanos e Políticas Públicas (CEDHPP/CEUB) atua em projetos de pesquisa aplicada às problemáticas gerais da responsabilidade social corporativa e, em especial, às questões referentes à relação entre empresas e direitos humanos. Nos seus projetos, a CEDHPP/CEUB auxilia as entidades públicas e privadas bem como os representantes da sociedade civil na resolução de problemas, sobre os temas mencionados. A competência da Clínica delimita-se em torno do tripé pesquisa, consultoria e oferta de capacitação. A Clínica foi consultada pelo Ministério de Direitos Humanos em 2018, para contribuir com a adoção do Decreto n. 9.571/18 sobre empresas e direitos humanos. Em maio de 2024, a Clínica participou da oitiva do Ministério de Direitos Humanos para elaboração da política nacional sobre direitos humanos e empresas. Em 2024, atuou como *amicus curiae* perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso da emergência climática e dos direitos humanos. A metodologia da CEDHPP/CEUB embasa-se na pesquisa aplicada. Mobiliza-se a pesquisa jurídica, para aplicá-la às problemáticas concretas da responsabilidade social corporativa e àquelas referentes aos direitos humanos e às empresas, com o objetivo de proporcionar soluções e propostas praticáveis. O intuito é trabalhar em prol da harmonização das relações entre o mundo empresarial, o mundo de investimentos, o Estado e a sociedade.

Palavras-Chave: clínica; empresas; direitos humanos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIA E DESASTRES (GP-CED)

Mônica Igreja do Prado[1]
[1] Pesquisadora líder CEUB; monica.prado@ceub.edu.br

São quatro as linhas de pesquisa do Grupo de Pesquisa Comunicação em Emergência e Desastre (GP-CEP): Plataforma Estatística; Formação de Profissionais de Comunicação; Cidades Sustentáveis e Agenda 2030; Lúdico, Clima e Divulgação Científica. O GP-CED dedica-se a estudos e pesquisas com foco no nexo entre pessoas e clima, e as atividades estão publicadas em https://www.facebook.com/gpced/. O referencial do GP é a comunicação pública que entende a informação como interesse coletivo e o cidadão como construtor de sua autoproteção e atuação social, tópicos fundamentais para a comunicação de risco. No âmbito da linha Plataforma Estatística, está publicado o capítulo 4 *Relato de experiência: comunicando ciência com a Plataforma JF©*, de acompanhamento estatístico da pandemia de covid-19, que aborda a contribuição da Plataforma na redução do cenário de infodemia, no ambiente local da cidade de Juiz de Fora (MG), durante a ocorrência da pandemia de covid-19. O capítulo está na obra coletiva *Desafios e enfrentamentos da comunicação, divulgação científica, saúde e meio ambiente em cenário de grandes crises*, publicada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Na linha de pesquisa Formação de Profissionais de Comunicação, houve publicação de reportagens na Agência de Notícias CEUB, exposição de reportagem mural com perfis de jornalistas de ciência e de ambiente e trabalhos de conclusão de curso sobre as temáticas: emergência climática e COP 30. No âmbito da linha Cidades Sustentáveis e Agenda 2030, o projeto DF Trilhas continua em desenvolvimento e avança para a aplicação do *Protocolo de campo de classificação de dificuldades em trilhas de caminhadas*, tendo como referência a NBR ISO 3021. Está prevista a aplicação do Protocolo em 12 trilhas, no Distrito Federal, com a participação de guias, condutores e caminhantes. Levando em consideração que o turismo de aventura é uma atividade que envolve risco, houve a oferta de oficina sobre ícones para trilhas de caminhada, no Intercom Regional, em Goiânia (GO) e a publicação de artigo científico durante a realização do Intercom Nacional (2024), no Grupo de Pesquisa Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente. O artigo aborda a comunicação de risco em caminhadas na natureza e pode ser lido em https://shorturl.at/IrP0M. O Intercom é o congresso de referência na área de Comunicação e é promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. O projeto DF Trilhas conta com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e, em 2025, promoveu oficina sobre iconografia para caminhadas e roda de conversa sobre trilhas inclusivas e seus desafios, ambas no 8º Simpósio Internacional de Pesquisa do CEUB. Além disso, promove a importância dos serviços ecossistêmicos que o bioma Cerrado oferece à população e aborda a trilha como instrumento de conservação ambiental, tomando como base a Lei Distrital nº 6.892/2021, que cria o Sistema de Trilhas Ecológicas. A divulgação científica das atividades do projeto está em https://www.instagram.com/dftrilhas/. A linha de pesquisa Lúdico, Clima e Divulgação Científica não esteve atuante entre agosto de 2024 e 2025.

Palavras-Chave: comunicação pública; emergência climática; trilhas ecológicas.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CONVIVÊNCIA E SAÚDE MENTAL

Tania Inessa Martins de Resende[1]
[1] Pesquisadora líder CEUB; tania.resende@ceub.edu.br

O objetivo do grupo de pesquisa *Convivência e saúde mental* é compreender as características que tornam a convivência uma estratégia de cuidado no campo da saúde mental. Visa-se compreender e construir, nos serviços de saúde mental, a partir do modelo da atenção psicossocial, uma convivência igualitária e solidária que articule as dimensões clínica, ética e política. O grupo de pesquisa tem estudado, em diferentes projetos e atividades, em Centros de Atenção Psicossocial e em um Centro de Convivência no Distrito Federal, como a convivência pode transformar-se em uma estratégia de cuidado no campo da saúde. Uma vertente importante que se desdobrou do grupo de pesquisa é o interesse em estudar como a convivência, se respeitadas determinadas características e princípios, também se constitui como estratégia de promoção de saúde e saúde mental em espaços universitários e no contexto da atenção primária à saúde. A relevância social deste projeto comparece tanto no objeto e nos objetivos da pesquisa como na escolha metodológica que, condizente com as diretrizes da política nacional que sustentam o cuidado em saúde mental, prioriza a participação e o protagonismo dos atores sociais – profissionais e usuários de saúde mental – envolvidos na construção de novas práticas de cuidado. É realizado um esforço para articular, por meio do grupo, pesquisa, ensino e extensão de forma interdisciplinar, no campo da saúde mental. Destaca-se a produção dos integrantes do grupo de pesquisa mediante monografias de conclusão de curso de psicologia e de medicina, projetos de monografia, projetos interdisciplinares de iniciação científica, artigos e capítulos de livro.

Palavras-Chave: convivência; saúde mental; promoção de saúde.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Márcia Dieguez Leuzinger[1]
[1] Pesquisadora líder CEUB; marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa Direito ambiental e desenvolvimento sustentável dedica-se ao estudo da sustentabilidade em suas dimensões econômica, social e ambiental, articulando essa abordagem com a efetividade da criação, gestão e governança nas unidades de conservação brasileiras. Nesse sentido, investiga-se a proteção da biodiversidade, a preservação de ecossistemas em diferentes biomas e a geração de renda associada à conservação participativa ou integrada às comunidades locais. Além disso, o grupo contempla temas contemporâneos, como a litigância climática, e fundamenta-se em uma proposta interdisciplinar que integra direito, meio ambiente, políticas públicas, economia ecológica e participação social. Para sustentar essa agenda plural, o grupo reúne pesquisadores vinculados ao UniCEUB com titulação de doutor ou pós-doutor, bem como pesquisadores de mestrado e doutorado que desenvolvem investigações alinhadas aos temas centrais. Estudantes de graduação, mestrado e doutorado participam ativamente das sublinhas de pesquisa, sobretudo em trabalhos que analisam a efetividade das unidades de conservação, seus aspectos jurídicos e modelos de governança. Somam-se a esses participantes colaboradores nacionais e internacionais, provenientes de instituições como Mackenzie, UNE/Austrália e IKEM/Alemanha, além de organizações ambientais. Há também interação com comunidades locais que, embora não integrem formalmente o grupo, contribuem para pesquisas relacionadas à governança participativa e à geração de renda. A partir dessa composição multidisciplinar, o grupo discute critérios, instrumentos e barreiras para a gestão eficaz das unidades de conservação, bem como modelos de governança, mecanismos de participação comunitária e estratégias de financiamento e sustentabilidade das áreas protegidas. Do mesmo modo, são analisadas as relações entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento local, os impactos das mudanças climáticas sobre as unidades de conservação e o papel da litigância climática no fortalecimento da proteção ambiental. Além disso, o grupo realiza comparações internacionais de políticas e práticas, valendo-se de suas parcerias externas, e aprofunda a articulação entre direito, economia ecológica, ciências ambientais, sociologia e antropologia da conservação. Integra-se a esse conjunto a avaliação de resultados institucionais e socioambientais de parques, reservas e outras categorias de proteção no país. Diante dessa atuação abrangente, o grupo contribui significativamente para o avanço do conhecimento acadêmico voltado à conservação e ao desenvolvimento sustentável tanto no contexto brasileiro quanto em perspectiva comparada. Paralelamente, fortalece a interface entre teoria e prática ao analisar a efetividade e os impactos da governança sobre as comunidades locais. Essa produção gera conhecimento aplicado relevante para políticas públicas, gestão ambiental e economia ecológica, influenciando decisões institucionais, normativas e administrativas. Além disso, promove a formação de recursos humanos qualificados e consolida redes internacionais de cooperação científica, ampliando o alcance e a visibilidade das pesquisas desenvolvidas. Por fim, suas publicações recorrentes entre 2012 e 2024 reafirmam a robustez da produção intelectual dedicada às unidades de conservação, à biodiversidade e à sustentabilidade.

Palavras-Chave: direito ambiental; desenvolvimento sustentável; proteção da biodiversidade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DIREITO CONSTITUCIONAL: DIREITOS FUNDAMENTAIS, DEMOCRACIA E LIMITAÇÃO DO PODER

José Levi Mello do Amaral Júnior[1]; Carlos Bastide Horbach[2]
[1] Pesquisador líder CEUB; jose.junior@ceub.edu.br [2] Pesquisador líder USP; jose.levi@usp.br

O grupo de pesquisa em rede, em essência, reúne pesquisadores da Faculdade de Direito da USP e da Faculdade de Direito do CEUB, em Brasília/DF. Organiza-se em formato de grupo de estudos e realiza encontros de seis a oito vezes, por semestre, sempre aos sábados, pela manhã, por meio de videoconferência. O objetivo central é promover debates qualificados sobre obras clássicas e contemporâneas de direito constitucional, preservando um ambiente acadêmico rigoroso e colaborativo entre as duas instituições. O eixo temático privilegia, de modo especial, os direitos fundamentais, a democracia, a teoria da Constituição e a limitação do poder, campos que estruturam a reflexão constitucional e orientam a seleção dos textos discutidos a cada ciclo. A proposta é manter a interlocução contínua entre tradições teóricas consolidadas e contribuições recentes, sem afastar o compromisso com a clareza conceitual e a coerência metodológica próprias do estudo jurídico. Além das reuniões de estudo, integra o escopo do grupo a produção e a publicação de artigos científicos, concebidos como desdobramento natural das discussões realizadas. Essas publicações destinam-se à difusão em periódicos e, especialmente, em coletâneas ou obras coletivas, com a finalidade de registrar, organizar e compartilhar os resultados do trabalho desenvolvido em rede. Desse modo, o grupo reafirma seu propósito de consolidar a cooperação acadêmica entre a USP e o CEUB, fortalecer a pesquisa em direito constitucional e difundir, com responsabilidade e precisão técnica, conhecimentos relevantes para a comunidade jurídica.

Palavras-Chave: direitos fundamentais; democracia; teoria da Constituição.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DIREITO EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO – DEMP

Daniel Amin Ferraz[1]
[1] Pesquisador líder CEUB; daniel.ferraz@ceub.edu.br

A globalização tem, além de sua vertente pública, o âmbito privado, que gera integração entre as empresas, por meio de suas relações contratuais, obrigacionais ou plurilaterais, deixando de ser meramente locais ou regionais, transformando-se em atores internacionais. Realizam-se contratos qualificados, como negócio jurídico complexo ou misto, *leasing*, *factoring* e outros instrumentos de cooperação ou concentração empresarial, tais como fusão, incorporação, grupos de sociedades, *holding*, *joint venture*. Todavia, essa atuação conjunta no mercado pode, em muitos casos, desafiar a posição do Estado receptor dos investimentos, já que, por vezes, esses grupos passam a deter poder de participação na economia extremamente concentracionista. Por sua vez, o direito do desenvolvimento pretende não só controlar a atuação desses potentados empresariais, mas também interferir em suas decisões para que seus investimentos sejam aplicados como geradores do desenvolvimento interno (intragrupo) e externo (desenvolvimento regional, extragrupo). Funcionaria o direito do desenvolvimento como um marco teórico-institucional para a consecução de políticas públicas voltadas para o crescimento econômico e a inserção social. O direito empresarial engloba todas as temáticas que envolvam a atividade empresária, portanto temas sobre direito mercantil, do trabalho, administrativo, das obrigações, os quais serão objeto de estudos do DEMP. Ressalta-se que a análise feita pelo grupo terá como fundamento teórico o direito do desenvolvimento.

Palavras-Chave: globalização; concentração empresarial; direito do desenvolvimento.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DIREITO, LINGUAGEM E PODER

Rodrigo Augusto Lima de Medeiros[1]; Luís Guilherme Resende de Assis[2]
[1] Pesquisador líder CEUB; rodrigo.medeiros@ceub.edu.br; [2] Pesquisador líder UnDF; luis.assis@undf.edu.br

O grupo de pesquisa *Direito, linguagem e poder* propõe pesquisas interdisciplinares que objetivem agregar questões teórico-metodológicas do direito, da antropologia e da filosofia. Realizam-se enquadramentos analíticos em torno do nascimento do direito, não apenas a realidade histórica de sua existência relacional, mas também a necessidade de reinstauração, no discurso e na prática, de cada ato de manutenção, revolução ou invenção de um direito. Em meio a convergências e contrapontos entre a perspectiva antropológica, sociológica e jurídica, na revisão crítica da filosofia sobre os fundamentos empíricos, orientam-se dois campos de pesquisa em diálogo, na busca de esclarecer como é possível criar um direito capaz de absorver, em conteúdo e forma, a necessidade de superar e romper com o direito determinado em sua essência pela força. O grupo fomenta pesquisa em cosmopolitismo, antropologia do direito, direito ambiental, territorialidades de povos e comunidades tradicionais, estrutura agrária do Brasil, saber, poder e ciência. Uma das questões que se apresentam refere-se a qual é a concretude de potenciais unidades institucionais para a construção de um mundo mais democrático. O grupo preocupa-se com as sínteses analíticas sobre ciência, Estado e linguagens, em contextos analíticos, como Antártica, Amazônia e Nações Unidas. Além disso, compreendem-se as relações de poder entre os países e as pessoas, por meio da ciência e dos espaços geopolíticos, no processo de construção de diferentes mundos, conectando saberes diversos.

Palavras-Chave: Estado; cosmopolitismo; democracia.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO - GDPPI

Liziane Paixão Silva Oliveira[1]; Rafael Gonçalves Fernandes[1]
[1] Pesquisadores líderes CEUB; liziane.oliveira@ceub.edu.br; rafael.gfernandes@ceub.edu.br

A rede de pesquisa interinstitucional, composta pelo Grupo de Pesquisa Direito, Políticas Públicas e Inovação – GDPPI, do CEUB, pelo Grupo de Pesquisa em Relações de Trabalho – RENTEC, por Empresas e Novas Tecnologias, da UNIT, e pela Clínica Jurídica FPM, constitui um espaço acadêmico colaborativo, voltado à análise crítica e interdisciplinar das transformações jurídicas e sociais decorrentes da incorporação de tecnologias digitais e sistemas automatizados na formulação de políticas públicas, nas relações laborais e no funcionamento das instituições jurídicas. Para o período de pesquisa 2025.2, o tema central "Proteção de dados pessoais, inteligência artificial e jurimetria" busca investigar os impactos normativos, éticos e socioeconômicos da crescente digitalização da sociedade especialmente diante da consolidação de marcos regulatórios, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e da expansão do uso da inteligência artificial (IA) nos setores público e privado. A proposta envolve a produção de estudos teóricos e empíricos sobre a governança dos dados pessoais, a responsabilidade civil e administrativa por decisões automatizadas, a transparência algorítmica e a utilização da jurimetria como instrumento de análise e aprimoramento da eficiência do sistema de justiça. A pesquisa pretende examinar as repercussões dessas inovações sobre os direitos fundamentais, as relações de trabalho e o desenho das políticas públicas, destacando a necessidade de um diálogo constante entre direito, tecnologia e sociedade. Ao reunir docentes, discentes e pesquisadores de diferentes instituições e áreas do conhecimento, a rede busca fomentar um ambiente de produção científica cooperativa, voltado à formulação de propostas jurídicas e políticas que conciliem inovação tecnológica, proteção de direitos e desenvolvimento social sustentável.

Palavras-Chave: direito; novas tecnologias; políticas públicas.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

HERMENÊUTICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Sandro Lúcio Dezan[1]
[1] Pesquisador líder CEUB; sandro.dezan@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa "Hermenêutica do direito administrativo e políticas públicas", coordenado pelo professor Sandro Dezan, é voltado para temas relacionados ao campo do direito administrativo com direcionamento em discussões, como "O direito administrativo sancionador", "O poder disciplinar na administração pública", "As instituições públicas e a implementação de políticas públicas", "O regime jurídico da administração pública", "O papel da juridicidade no âmbito da administração pública", "O impacto do controle externo na democracia", entre outros temas. A metodologia utilizada no grupo de pesquisa consiste na apresentação de palestras realizadas por docentes, profissionais e acadêmicos do direito de várias instituições de ensino, órgãos e entidades administrativas diferentes, proporcionando distintas percepções e experiências pessoais e coletivas, estabelecendo a relação profissional e acadêmica diante da temática abordada, em cada encontro. As exposições oferecem uma oportunidade para os acadêmicos compreenderem a importância dos estudos selecionados pelo coordenador do grupo de pesquisa, assim como a sua relevância no contexto da matéria selecionada pelo professor titular. No grupo de pesquisa ocorrem debates, compartilhamento de informações, difusão de conhecimento e aprimoramento dos participantes quanto ao entendimento acerca das questões atuais e pertinentes que circundam o vasto campo do direito administrativo, sendo possível o acadêmico analisar e concluir, pela própria convicção, as causas, os problemas, e as soluções que compõem o assunto alvo de deliberação. Os encontros ocorrem mensalmente, em datas definidas pelo coordenador da matéria, de forma virtual ou presencial, a depender da disponibilidade geral dos participantes. O grupo de pesquisa é frequentado por membros da graduação e da pós-graduação do curso de direito, tendo como diferencial a demanda por vários alunos e docentes que compõem a administração pública, como servidores públicos e funcionários do Estado.

Palavras-Chave: direito administrativo sancionador; administração pública; políticas públicas.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

JUSTIÇA PROCESSUAL E DESIGUALDADE

Jefferson Carlos Carus Guedes[1]
[1] Pesquisador líder CEUB; jefferson.guedes@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa *Justiça processual e desigualdade* estuda a teoria do processo, tanto geral como constitucional, e tem três subgrupos definidos: Processo e Jurisdição Constitucional, que trata de igualdade e judicialização da interpretação constitucional, além de instrumentos de controle da constitucionalidade; Processo e Constituição que discute garantias constitucionais da jurisdição e do processo; Processo e inovação, que debate as reformas das leis processuais, do sistema de justiça e do Poder Judiciário. Entre os objetivos gerais, está a identificação, o estudo e a reflexão sobre o acesso à justiça, os sistemas de justiça e os meios de torná-los acessíveis e efetivos, pela atuação ampla e igualitária ou compensatória de grupos sociais. Ademais, o grupo busca promover o diálogo interdisciplinar entre o direito processual e outras áreas do conhecimento, como sociologia, ciência política e tecnologia, com o intuito de compreender os impactos sociais e institucionais das transformações jurídicas. A proposta também visa estimular a produção científica crítica, a formação de novos pesquisadores e a construção de soluções inovadoras para os desafios contemporâneos da efetividade processual e da igualdade de acesso à tutela jurisdicional.

Palavras-Chave: processo civil; desigualdade; justiça processual.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

LEI E SOCIEDADE

Frederico Augusto Barbosa da Silva[1]
[1] Pesquisador líder CEUB; frederico.silva@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa "Lei e sociedade" tem como foco central investigar e discutir as complexas relações entre o direito e as políticas públicas, buscando compreender como o direito tanto influencia quanto é influenciado pelas decisões e pelos processos administrativos e políticos que moldam as políticas governamentais. Desenvolvem-se análises críticas sobre o papel do direito na sociedade, explorando questões conceituais, semânticas, metodológicas, teóricas e práticas que incluem o campo jurídico e o campo político. Além do enfoque teórico, o grupo utiliza métodos de avaliação e análise próprios das ciências sociais aplicadas, incorporando abordagens interdisciplinares, para entender como as estruturas legais e institucionais afetam a formulação, a implementação e os resultados das políticas públicas. A metodologia empregada inclui técnicas qualitativas e quantitativas, enfocando tanto a dimensão normativa do direito quanto suas manifestações empíricas e institucionais. Isso possibilita examinar criticamente o arcabouço jurídico na sua capacidade de legitimar, viabilizar ou, por vezes, restringir a efetividade das políticas públicas. Atualmente, o grupo transforma-se em um laboratório dinâmico, dedicado às políticas educacionais, um campo no qual se promovem debates e reflexões aprofundadas sobre os desafios, os avanços e os impactos das políticas no setor educacional. Este laboratório funciona como um ambiente de pesquisa aplicada, em que o diálogo entre direito, política pública e métodos sociais contribui para a construção de conhecimento que apoia a melhoria das políticas educacionais. Para representar essa abordagem abrangente e multifacetada, as palavras-chave mais indicadas são: "direito e políticas públicas", que evidenciam o tema principal de investigação; "métodos de análise", que destacam a base metodológica e interdisciplinar; "políticas educacionais", que refletem o foco atual do grupo em seu laboratório temático.

Palavras-Chave: direito e políticas públicas; métodos de análise; políticas educacionais.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

POLÍTICA CRIMINAL

Bruno Amaral Machado[1]; Carolina Souza Cordeiro[1]
[1] Pesquisadores líderes CEUB; bruno.machado@ceub.edu.br; carolina.cordeiro@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa coordenado pelo professor Bruno Amaral Machado e pela professora Carolina Souza Cordeiro tem como objetivo fomentar a produção científica e o diálogo interdisciplinar entre pesquisadores, estudantes e profissionais interessados em temas contemporâneos sobre as ciências humanas e sociais aplicadas, especificamente sobre a política criminal. O grupo busca criar um espaço colaborativo de reflexão crítica e construção coletiva do conhecimento, promovendo debates que articulam teoria e prática, bem como incentivando a pesquisa empírica e a disseminação de resultados científicos. As reuniões, realizadas de forma remota, por meio do link https://meet.google.com/kvr-sqnf-aou, são organizadas periodicamente, para promover o intercâmbio de ideias com convidados de diferentes áreas de atuação acadêmica e profissional que trazem consigo não só suas vastas experiências acadêmicas, como também as vivências profissionais, o que agrega muito ao campo da exequibilidade das pesquisas. Alguns dos convidados contribuem com as discussões, fomentando debates e relembrando as teses e as defesas apresentadas, sempre voltados a trazer o campo da teoria para a vivência profissional. As temáticas discutidas abrangem a análise crítica das políticas criminais vigentes, o estudo das dinâmicas do sistema penal, as implicações sociais e jurídicas da punição e os desafios contemporâneos enfrentados pelas instituições de justiça. Nesse sentido, o grupo procura desenvolver pesquisas que contribuam para a compreensão dos mecanismos de controle social, da seletividade penal e das práticas punitivas em diferentes contextos, articulando perspectivas sociológicas, jurídicas e filosóficas e da política criminal. Além disso, busca-se incentivar a participação ativa dos discentes em todas as etapas do processo de pesquisa, desde a formulação das perguntas científicas até a socialização dos resultados em eventos e publicações acadêmicas. Por meio dessa proposta integradora, o grupo consolida-se como um espaço de formação crítica e de fortalecimento da pesquisa em política criminal, contribuindo para a construção de um pensamento comprometido com os direitos humanos, a justiça social e a transformação das práticas institucionais no campo penal.

Palavras-Chave: política criminal; controle social; seletividade penal.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADE FÍSICA - GPEFAT

André Almeida Cunha Arantes[1]; Tácio Rodrigues da Silva Santos[1]
[1] Pesquisadores líderes CEUB; andre.arantes@ceub.edu.br; tacio.santos@ceu.edu.br

Os Jogos Escolares ou Jogos da Juventude representam uma das mais duradouras políticas públicas esportivas do Brasil com trajetória marcada por transformações estruturais, financeiras e organizacionais. Como objetivo geral, este esforço acadêmico pretendeu verificar se a condição financeira foi determinante para fazer parte da delegação do Distrito Federal que participou dos Jogos da Juventude de 2024. Utilizou-se abordagem quantitativa com aplicação de questionário virtual a 121 atletas de 15 a 17 anos da delegação, estratificados por renda familiar: estrato superior (>5 salários-mínimos SM - SM/R$1.412,00) e inferior (≤5 SM). A coleta mediada por técnicos seguiu aprovação ética (CAE: 63189922.6.0000.0023). Os dados foram analisados por teste qui-quadrado (χ^2), no *Social Science Statistics*. Os resultados indicaram predominância de atletas do estrato inferior, demonstrando que a condição financeira não constituiu barreira determinante. Este achado corrobora estudos anteriores, atribuindo-se tal inclusão principalmente às políticas públicas de apoio (Bolsa Atleta, Compete Brasília, Ministério do Esporte). Identificou-se significativa representação de atletas autodeclarados pretos, pardos ou amarelos no estrato inferior, refletindo a realidade demográfica periférica do DF. Evidenciou-se forte segregação socioeducacional, pois a rede pública concentrou quase todos os atletas de baixa renda e predominantemente negros, pardos e amarelos, enquanto a rede privada apresentou maioria branca e de renda superior. Conclui-se que políticas públicas de esporte são fundamentais para a inclusão de grupos desprivilegiados nas competições de jovens, porém a persistência de assimetrias estruturais exige ações articuladas. A efetiva democratização do esporte no DF depende de um modelo de gestão que garanta o acesso equitativo como direito social, rompendo ciclos de exclusão.

Palavras-Chave: Jogos da Juventude; políticas públicas; esporte escolar.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DE DIREITO DO CONSUMIDOR E PROTEÇÃO DE DADOS

Leonardo Roscoe Bessa[1]
[1] Pesquisador líder CEUB; leonardo.bessa@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa coordenado pelo professor doutor Leonardo Roscoe Bessa, desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e referência nacional no estudo do Direito do Consumidor, tem como propósito investigar como o consumo e a proteção de dados se reinventam na era digital. Sua experiência no Judiciário somada à sólida trajetória acadêmica coloca os participantes em contato direto com decisões reais, casos concretos e debates atuais que moldam o futuro da proteção do consumidor no Brasil. A proposta central do grupo é analisar criticamente o direito do consumidor diante das transformações tecnológicas, com especial atenção aos impactos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). O estudo é interdisciplinar e conectado ao que está acontecendo no mundo e integra temas, como mercado digital, economia de dados, plataformas de serviços e algoritmos que influenciam escolhas e comportamentos de consumo. A cada encontro, o grupo inclui temas contemporâneos e urgentes, sempre conectados aos desafios da sociedade digital. Discutem-se, por exemplo, *bets* e a proteção do apostador, analisando a vulnerabilidade do consumidor diante das plataformas digitais de apostas e os riscos associados ao uso de dados comportamentais, para incentivar o consumo. Em outro momento, o foco recai sobre os contratos de seguro, sob a ótica do STJ, examinando como a jurisprudência superior tem interpretado conflitos de consumo em situações complexas e de alta litigiosidade. Por fim, explora-se a proteção de dados do consumidor, relacionando a LGPD aos direitos fundamentais de privacidade, transparência e responsabilidade no tratamento das informações pessoais. Cada tema é estudado de forma crítica, interdisciplinar e sempre conectado à atuação do direito do consumidor na era digital. O grupo tem uma característica especial: é vivo, dinâmico e receptivo a novos temas, sempre aberto às contribuições e às inquietações dos integrantes. Nos encontros, ninguém é espectador. Cada participante é chamado a pensar, provocar, discordar e construir. O coordenador conduz com olhar atento, é firme na metodologia, mas aberto ao diálogo. Trata-se de *cases* reais, decisões recentes dos tribunais superiores, notícias atuais da mídia, e joga tudo no centro da mesa: “E aí, como o direito do consumidor responde a isso?”, essa é pergunta instigadora. Não é um grupo que espera respostas prontas, mas que aprende, fazendo perguntas melhores. Mais do que um espaço acadêmico, é um ambiente de reflexão crítica e produção científica qualificada, guiado pela prática, pela ética e pela inovação.

Palavras-Chave: direito do consumidor; Lei Geral de Proteção de Dados; direitos da personalidade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA

Marcos Chedid Abel[1]
[1] Pesquisador líder CEUB; marcos.abel@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa está em funcionamento ininterrupto, desde 2012/1 e é certificado pelo UniCEUB no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq. Tem como tema a psicanálise fundamentada em Freud nas suas diversas vertentes, em suas relações com a cultura, ou seja, com os campos da arte, da religião, da filosofia e da ciência. Objetiva fomentar o estudo da psicanálise em perspectiva crítica. Trata-se de Freud e de outros autores que tenham contribuído para o desenvolvimento do campo psicanalítico, privilegiando quem tenha atuação na clínica psicanalítica e no âmbito acadêmico. Os participantes têm atuação livre e são colegas e estudantes com ou sem vínculo com o UniCEUB. O método de trabalho são as reuniões semanais sobre temas semestrais, além de subgrupos de leituras. Atualmente, o grupo trabalha sobre a sexualidade, na era da internet. Desde 2020, são realizadas reuniões virtuais pelo Google Meet, em que são discutidos textos publicados e produções dos integrantes. O grupo tem vínculo com o curso de pós-graduação *lato sensu* (especialização) em teoria psicanalítica, que é realizado desde 2004 pelo ICPD/UniCEUB, em parceria com a Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPBsb), filiada à *International Psychoanalytic Association* (IPA), fundada por Sigmund Freud em 1910. O curso é fruto de trabalho conjunto de colegas do UniCEUB, da SPBsb e de convidados, tem 30 turmas concluídas, duas em andamento e uma em lançamento para março de 2026.

Palavras–Chave: psicanálise; metapsicologia; psicoterapia.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TESARAC: ESTUDOS EM FUTUROS DA ADMINISTRAÇÃO

Juliana Menêzes da Nóbrega[1]
[1] Pesquisadora líder CEUB; juliana.nobrega@ceub.edu.br

O ambiente das organizações tem passado por grandes transformações nas últimas décadas. O pensamento sistêmico e complexo é um imperativo para os administradores da contemporaneidade, na urgência de lidar com um futuro de imprevisibilidades paradigmáticas, efêmeras e fatalmente impactantes. Nesse contexto, surgem acrônimos que tentam definir essas condições, como Mundo VUCA (volátil, incerto, complexo e ambíguo), Mundo BANI (frágil, ansioso, não linear e incompreensível) e mundo TUNA (turbulento, incerto, novo e ambíguo). Momentos da história com características de grandes mudanças paradigmáticas, cujas experiências do passado têm pouco ou nenhuma aplicação para apreensão do futuro, são denominados pelo neologismo *tesarac*. Para a administração, o tesarac em que estamos transitando é sobremaneira singular, não apenas porque não é possível administrar o que não conhecemos, mas também porque nem mesmo podemos conhecer com a naturalidade com que "treinamos" os nossos sistemas cognitivos e com os métodos científicos que desenvolvemos até aqui. Se se entende que administrar é gerenciar recursos para o alcance de objetivos, envolvendo as funções de planejamento, organização, direção e controle, percebe-se que tal conceito é insuficiente para o novo ambiente marcado pela imprevisibilidade. A cada segundo, surgem novos recursos que tornam o atingimento de objetivos em uma corrida concorrencial por eficiência e inovação sem precedentes. A ideia de direção não é mais algo fixo, um fim, mas completamente mutável e mutante. O controle, que até então era a garantia do cumprimento de metas, pode ser fatal para a cultura de adaptabilidade e empreendedorismo. A administração, então, urge por novas definições, não apenas teóricas, mas também intrínsecas a si própria. Esta é a missão deste grupo de pesquisa interdisciplinar, cujo foco é desenvolver estudos sobre os futuros da administração como campo teórico e prático, em resposta ao seu ambiente de mudanças paradigmáticas. Seu objetivo é observar os impactos das mudanças, desde o sistema de crenças vigente até a inserção de novas tecnologias na administração como área de conhecimento e campo de atuação organizacional. É interesse do *tesarac*, antever tendências, reduzir imprevisibilidades e tornar o ambiente organizacional mais inteligível, oferecendo guias para a adaptação, a gestão da mudança e o empreendedorismo, bem como a análise crítica desses aspectos e processos. O *tesarac* atua em duas linhas de pesquisa. A primeira, "Mundo do Trabalho, Empreendedorismo e Comunicação", desenvolve estudos sobre conceitos que permeiam e definem o mundo do trabalho e o empreendedorismo, oferecendo subsídios para a compreensão das relações com o trabalho e suas fronteiras com o empreendedorismo e dos processos comunicacionais que envolvem esses contextos. Além disso, estuda movimentos que buscam dar conta dos diversos impactos provocados pelas organizações, englobando temas, como diversidade e inclusão, ESG, empreendedorismo de impacto, entre outros. A segunda linha, "Inovação, Estratégia e Futuros", busca compreender o ecossistema da inovação com foco em estratégia, gestão e inserção de novas tecnologias e pesquisar novas abordagens e técnicas aplicadas à modelagem e às *startups*, produção e gestão pública. O grupo é uma iniciativa do curso de administração do CEUB e desenvolve ações nos pilares de ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-Chave: administração; inovação; futuros.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Grupos de Pesquisa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

SEÇÃO II

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIC

Ciclo de Pesquisa 2024 - 2025

Esta seção reúne os resultados e as contribuições acadêmicas do Programa de Iniciação Científica. Os trabalhos evidenciam a formação de novos pesquisadores e a produção de evidências científicas em diversas áreas do saber.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PIC 2024/2025

"AS CÂMERAS NUNCA MENTEM": UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PODEM SER UTILIZADAS PARA REGULAMENTAR O USO DAS *DEEP FAKES* NO DIREITO ELEITORAL 41

A AUTOESTIMA E O ESTRESSE DE MINORIA EM TRANSMASCULINOS 42

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA EM REDES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL 43

A IMPORTÂNCIA DO MANUAL DE USO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PARA EVITAR ACIDENTES, MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS E REDUZIR OS CUSTOS NO PERÍODO PÓS-OBRA 44

A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NAS EXPRESSÕES DE PIXO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CASOS DAS CIDADES DE BRASÍLIA E DE SÃO PAULO ABORDADOS SOB PERSPECTIVAS SITUACIONISTAS 45

A INTERFACE ENTRE SAÚDE MENTAL E JUSTIÇA: UM OLHAR SOBRE OS PORTADORES DE TRANSTORNOS EM CONFLITO COM A LEI 46

A INTERLOCUÇÃO ENTRE AS METAS DE REALIZAÇÃO, A EMPATIA E O RECONHECIMENTO DAS EMOÇÕES NOS UNIVERSITÁRIOS 47

A MODA NO TIKTOK E SUA INFLUÊNCIA NO AUTOCONCEITO DE ADOLESCENTES 49

A PERCEPÇÃO DA MATERNIDADE PELAS PUÉRPERAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E SEUS DESAFIOS 50

A POLÍTICA DE *RECALLS* NO BRASIL E SUA MUDANÇA APÓS O CASO DA EMPRESA TAKATA 51

A RELAÇÃO ENTRE AS VULNERABILIDADES E A INFLUÊNCIA CRANIANA EM CÃES BRAQUICEFÁLICOS COMPARADOS AOS MESOCEFÁLICOS E AOS DOLICOCEFÁLICOS 52

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO: AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO ATO DE NÃO AMAR 53

A RESPONSABILIDADE DAS CERTIFICADORAS DE CAFÉ ANTE A IDENTIFICAÇÃO DE TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NAS CADEIAS DE VALOR 54

A ROMANTIZAÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NAS REDES SOCIAIS 55

A TERCEIRIZAÇÃO DO ENSINO EXPOSITIVO: O USO DE PLATAFORMAS DE VÍDEOS PELOS ALUNOS DE MEDICINA COMO REFERÊNCIA PARA A SESSÃO TUTORIAL DO PBL 56

A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E A AGENDA 50-50 DA ONU MULHERES BRASIL: DADOS SOBRE OS CRIMES PRATICADOS CONTRA PARLAMENTARES NO EXERCÍCIO DE SEUS MANDATOS 57

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AÇÕES ESTRUTURAIS: REQUISITOS PARA A EFETIVAÇÃO DO INSTITUTO PROCESSUAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E A SUA DIFERENCIAÇÃO DO ATIVISMO JUDICIAL 58

ADENOCARCINOMA DUCTAL DE PÂNCREAS: ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DE UM MAL SILENCIOSO QUE CRESCE ENTRE AS FAIXAS ETÁRIAS MAIS JOVENS NO BRASIL.....59

ADESÃO À TERAPIA ANTIRRETROVIRAL EM PESSOAS COM HIV/AIDS ATENDIDAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL 60

AMORTIZAÇÃO FISCAL DO ÁGIO MEDIANTE O USO DE EMPRESA-VEÍCULO: EVASÃO OU ELISÃO FISCAL 61

ANÁLISE ACERCA DA EFETIVIDADE DAS DECISÕES NOS CRIMES INTERNACIONAIS CONTRA A HUMANIDADE: A DIFICULDADE DA EXECUÇÃO E DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....62

ANÁLISE ACERCA DOS PERFIS COMPORTAMENTAIS E DOS CONTEXTOS SOCIAIS DOS PRESIDIÁRIOS BRASILEIROS E A SUA INFLUÊNCIA NA PRÁTICA DELITIVA 63

ANÁLISE COMPARATIVA DE DESFECHOS CLÍNICOS EM PACIENTES DIABÉTICOS INSULINO-DEPENDENTES E NÃO INSULINO-DEPENDENTES NO PERIOPERATÓRIO DA CIRURGIA DE REVASCULARIZAÇÃO DO MIOCÁRDIO 64

ANÁLISE COMPARATIVA DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE COVID-19 NO DISTRITO FEDERAL, ENTRE 2020 E 2023, DE ACORDO COM OS INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 65

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DE VIDA E A DEPRESSÃO EM PACIENTES GERIÁTRICOS EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA (ILPI) 66

ANÁLISE DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO PROCEDIMENTO DE FECHAMENTO DE ILEOSTOMIA, NO PERÍODO DE 2022 A 2025, NA UNIDADE DE PROCTOLOGIA, EM HOSPITAL TERCIÁRIO 67

ANÁLISE DAS REAÇÕES CRUZADAS EM TESTES RÁPIDOS E SOROLÓGICOS PARA DENGUE DE PACIENTES ADMITIDOS COM INFECÇÃO POR SARS-COV-2 EM HOSPITAIS DO DISTRITO FEDERAL 68

ANÁLISE DAS REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS E DE SOBERANIA NO ESPAÇO SIDERAL E EM CORPOS CELESTES 69

ANÁLISE DAS VULNERABILIDADES DOS IDOSOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA E DO SEU IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA, NAS REGIÕES DE SAÚDE CENTRO-SUL E NORTE DO DISTRITO FEDERAL 70

ANÁLISE DA PRESENÇA DE MICROPLÁSTICOS EM ECOSSISTEMA DE ÁGUA DOCE NO DISTRITO FEDERAL 71

ANÁLISE DO PERFIL LIPÍDICO DE ADULTOS JOVENS ATENDIDOS EM UM LABORATÓRIO ESCOLA DO DISTRITO FEDERAL.....72

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE DO POTENCIAL DE FUNGOS ISOLADOS EM DIFERENTES ÁREAS DO DF PARA USO NA BIORREMEDIAÇÃO DE GLIFOSATO E 2,4-D 73

ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE OS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO DISTRITO FEDERAL 74

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR MULHERES PARA SAIR DE UM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 75

AS INFLUÊNCIAS DA DIETA GESTACIONAL NAS MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS DO RN 76

AS NARRATIVAS DOS MASSACRES E OS "DOIS LADOS" DA GUERRA NO *FANTÁSTICO* 77

ASSOCIAÇÃO ENTRE PARÂMETROS MORFOLÓGICOS E MORFOCINÉTICOS E PLOIDIA DE BLASTOCISTOS HUMANOS 78

ASSOCIAÇÃO ENTRE POLUENTES AMBIENTAIS E INTERNAÇÃO DE CRIANÇAS COM AFECÇÕES RESPIRATÓRIAS NA REDE DE SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICA DO SUS/DF 79

ATUALIZAÇÕES EM CÂNCER OCUPACIONAL: UM ESTUDO DOS DADOS EPIDEMIOLÓGICOS SOBRE AS PRINCIPAIS PROFISSÕES AFETADAS POR AGENTES CARCINÓGENOS NO AMBIENTE DE TRABALHO 80

AUTOACEITAÇÃO E PRECONCEITO COM CORPOS LGBTQIA+: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES 81

AVALIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ENTRE AUTOESTIMA E FUNÇÃO SEXUAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS 82

AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE SOB A PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS EM UMA REGIÃO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL 83

AVALIAÇÃO DA COBERTURA VACINAL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA 84

AVALIAÇÃO DA CONTAMINAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE BASES FACIAIS COMERCIALIZADAS EM AMBIENTE VIRTUAL 85

AVALIAÇÃO DA FACTIBILIDADE DA ELIMINAÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA (HIV) NO DF, ATÉ 2030 86

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE CUIDADOS PALIATIVOS EM ESTUDANTES DE MEDICINA DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL 87

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE DIABETES *MELLITUS* ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA 88

AVALIAÇÃO DO USO DE CÉLULAS-TRONCO EM ENSAIO PRÉ-CLÍNICO COMO ALTERNATIVA TERAPÊUTICA PARA PACIENTES ACOMETIDOS POR SÍNDROMES RESPIRATÓRIAS AGUDAS GRAVES 89

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

BIOPROSPECÇÃO PARA PRODUÇÃO DE BIOPLÁSTICO A PARTIR DA BORRA DE CAFÉ 90

CABELO EM FOCO: INVESTIGANDO OS BENEFÍCIOS DOS ÓLEOS ESSENCIAIS E DA ALTA FREQUÊNCIA NO TRATAMENTO DA CALVÍCIE MASCULINA 91

CIGARRO ELETRÔNICO: IDENTIFICANDO A SINTOMATOLOGIA ADVINDA DO USO PROLONGADO DOS DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS PARA FUMAR NA POPULAÇÃO JOVEM UNIVERSITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL 92

COBERTURA VACINAL E IMPACTO DAS VACINAS CONTRA A DENGUE NA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CASOS GRAVES E DA MORTALIDADE ASSOCIADA À DENGUE NO PERÍODO DE 2023 A 2024, NO DISTRITO FEDERAL.....93

COMO AS TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO, INCLUINDO MATERIAIS DE ACABAMENTO, PODEM REDUZIR O DESGASTE AMBIENTAL NA ARQUITETURA SUSTENTÁVEL EM PRÉDIOS DE ÁGUAS CLARAS: ESTUDO DE CASO.....94

COMPARAÇÃO DAS VARIÁVEIS HEMODINÂMICAS E FUNÇÃO PULMONAR DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS USUÁRIOS E NÃO USUÁRIOS DE CIGARRO ELETRÔNICO 95

COMPARAÇÃO DOS EFEITOS DA EQUOTERAPIA E DA TERAPIA DE REALIDADE VIRTUAL NO CONTROLE POSTURAL DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN 96

COMPARAÇÃO DOS PARÂMETROS ANTROPOMÉTRICOS, METABÓLICOS E INFLAMATÓRIOS DE ACORDO COM A PRESENÇA DE DINAPENIA E SARCOPENIA EM HOMENS IDOSOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE.....97

COMPETÊNCIA ALIMENTAR E SAÚDE MENTAL EM JOVENS ESTUDANTES DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB 98

COMPLIANCE AMBIENTAL EM ABS: UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA ENTRE A PERSPECTIVA "NATIVA" E A CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO.....99

COMPORTAMENTO SEXUAL ASSOCIADO AO MEDO DE ENGRAVIDAR NAS UNIVERSITÁRIAS . 100

CORRELAÇÃO ENTRE INTRODUÇÃO PRECOCE DE TELAS E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM CRIANÇAS DO DISTRITO FEDERAL 101

CRIPTOMOEDAS E LAVAGEM DE DINHEIRO: IMPLICAÇÕES PARA EMPRESAS E SOCIEDADE .. 102

CUSTO DA DEFESA TERRITORIAL NO FORRAGEAMENTO DE MACHOS E FÊMEAS DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*Thamnophilus torquatus*) 103

DA IDADE MEDIEVAL À ERA ATUAL: COMBATENDO A ONICOMICOSE COM ÓLEOS ESSENCIAIS 104

DESENVOLVIMENTO DE BIOTECIDOS A PARTIR DO SUBSTRATO DA *KOMBUCHA* 105

DESENVOLVIMENTO E ACEITABILIDADE DE SOBREMESA COM *UNCARIA TOMENTOSA* E *ZINGIBER OFFICINALE ROSCOE* PARA PORTADORAS DE ENDOMETRIOSE..... 106

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DESFECHO CLÍNICO DE PACIENTES COM HEMORRAGIA DIGESTIVA ALTA POR NEOPLASIA EM RELAÇÃO AO TEMPO PARA ABORDAGEM ENDOSCÓPICA TERAPÊUTICA: UM ESTUDO DE CASO CONTROLE 107

DESVENDANDO AS PREFERÊNCIAS DOS *GAMERS*: ANÁLISE PREDITIVA E MERCADOLÓGICA DA INDÚSTRIA DE JOGOS 108

DIÁLOGOS CONSTITUCIONAIS TRANSNACIONAIS: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A INTERPRETAÇÃO DOS PRECEDENTES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS109

DIDROGESTERONA PARA SUPORTE DA FASE LÚTEA EM REPRODUÇÃO ASSISTIDA: REVISÃO SISTEMÁTICA DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS..... 110

DIFERENÇAS ENTRE O COMPORTAMENTO SEXUAL DE RISCO EM HOMENS HÉTEROS, BISSEXUAIS E HOMOAFETIVOS NA TAREFA DO DESCONTO DO ATRASO SEXUAL HIPOTÉTICO 111

DIVERSIDADE E ECOLOGIA DE HEMILEUCINAE (LEPIDOPTERA: SATURNIIDAE) EM FRAGMENTO DE MATA NA REGIÃO DA BACIA DO RIO DO DESCOBERTO, ÁGUAS LINDAS, GO..... 112

EFEITO DO RISCO DE PREDAÇÃO POTENCIAL NA DEFESA DE TERRITÓRIO DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*Thamnophilus torquatus*): UMA MANIPULAÇÃO EXPERIMENTAL..... 113

EFEITO NA ORDEM DE INGESTÃO DE ALIMENTOS NA GLICEMIA PÓS-PRANDIAL 114

EFEITOS DA MOBILIZAÇÃO NEURAL ISQUIÁTICA NA NEUROPATIA PERIFÉRICA EM INDIVÍDUOS COM DIABETES DO TIPO II 115

EMPREENDEDORISMO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DE REFUGIADOS VENEZUELANOS EM BRASÍLIA-DF 116

ENTENDENDO O DECLÍNIO DAS NAÇÕES UNIDAS: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO GOVERNO PUTIN NO JOGO DE PODER NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU E SUA FALHA NA MANUTENÇÃO DA PAZ E DOS DIREITOS HUMANOS..... 117

ENTRE A BALANÇA DO CONSULTÓRIO E A BALANÇA DA JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DOS DIREITOS DOS PACIENTES E DOS DEVERES DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM PROCEDIMENTOS DE CIRURGIA BARIÁTRICA À LUZ DO DIREITO DO PACIENTE 118

ESTADO DISTÔNICO E PRÉ-ESTADO DISTÔNICO EM PACIENTES PEDIÁTRICOS..... 119

ESTÁGIOS IMATUROS E REDESCRIÇÃO DO MACHO E DA FÊMEA DE *MEGALOPYGE RADIATA SCHAUS*, 1892 (LEPIDOPTERA: ZYGAENOIDEA: MEGALOPYGIDAE) 120

ESTIGMA E PRECONCEITO: COMO OS ESTEREÓTIPOS QUE ASSOCIAM OS POBRES À VIOLÊNCIA E À ILEGALIDADE DIFICULTAM O ACESSO AO DIREITO À CIDADE?..... 121

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO EM HOMENS NEGROS A PARTIR DE SUAS EXPERIÊNCIAS COMO “ÚNICOS” EM SEUS CONTEXTOS DE PERTENÇA..... 122

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ESTUDO DA ATIVIDADE DE EXTRATOS VEGETAIS CONTRA FUNGOS DERMATÓFITOS DO GÊNERO TRICHOPHYTON E MICROSPORUM 123

ESTUDO DE FATORES CORRELATOS AO USO DE ENDOPARASITICIDAS EM PEQUENOS ANIMAIS 124

ESTUDO DO COMPLEXO FERROVIÁRIO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ (EFMM) NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO: DE SUA CONSTRUÇÃO A SUA REVITALIZAÇÃO 125

EXISTE CORRELAÇÃO ENTRE DISFUNÇÃO AUTONÔMICA E SÍNDROME DE SJOGREN? UMA REVISÃO DA LITERATURA 126

EXPERIÊNCIAS DE APLICAÇÃO DA MODELAGEM DE INFORMAÇÕES DE CONSTRUÇÃO (BIM) NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO 127

EXPLORANDO AS FRONTEIRAS GELADAS: DESAFIOS E HORIZONTES DA SOBERANIA NA ANTÁRTIDA NO CONTEXTO DO DIREITO INTERNACIONAL 128

EXPLORANDO O IMPACTO DO USO DE TELAS NA QUALIDADE DO SONO DE CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS NO DISTRITO FEDERAL 129

FATORES PSICOSSOCIAIS E RISCO DE PROTEÇÃO PARA O COMPORTAMENTO SUICIDA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR 130

GERENCIAMENTO DE DOR EM CUIDADOS PALIATIVOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA ABRANGENTE DAS ABORDAGENS FARMACOLÓGICAS E NÃO FARMACOLÓGICAS 131

IDENTIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ANTIMICROBIANA E LARVICIDA A PARTIR DE PLANTAS DA AMAZÔNIA E DO CERRADO VISANDO À BIOPROSPECÇÃO 132

IDENTIFICAÇÃO DOS PARÂMETROS UTILIZADOS PELAS CORTES INTERNACIONAIS PARA O RECONHECIMENTO DO ELEMENTO SUBJETIVO ESSENCIAL À TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO 133

IMPACTO DA PERCEPÇÃO DE RISCO DE IST, GRAVIDEZ OU AMBOS NA IMPULSIVIDADE SEXUAL AVALIADA PELO PARADIGMA DO DESCONTO 134

IMPACTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NO POSICIONAMENTO DE MARCAS BRASILIENSES: UM ESTUDO DE CASO 135

IMPACTO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS PORTADORAS DE DOENÇAS CRÔNICAS SOB A PERSPECTIVA DE SEUS RESPONSÁVEIS 136

IMPACTOS DA DEPRESSÃO GESTACIONAL NO DESENVOLVIMENTO FETAL 137

IMUNOPROFILAXIA DO VÍRUS SINCICIAL RESPIRATÓRIO EM PACIENTES PEDIÁTRICOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA 138

INFLUÊNCIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NA COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO REPRESENTANTE DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS DA JUVENTUDE DE 2024 139

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

INFLUÊNCIA DO CLIMA, DAS CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS E DO FOTOPERÍODO SOBRE A ATIVIDADE FOLICULAR E REPRODUTIVA DAS ÉGUAS 140

INVESTIGAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES NA PROMOÇÃO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL ... 141

INVESTIGAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO PARA MÉDICOS RECÉM-FORMADOS NO DISTRITO FEDERAL 142

INVESTIGAÇÃO ECOEPIDEMIOLÓGICA DA FAUNA DE POTENCIAIS RESERVATÓRIOS E VETORES DE FEBRE MACULOSA NO DISTRITO FEDERAL 143

ISOTRETINOÍNA ORAL E SAÚDE MENTAL: EXPLORANDO A RELAÇÃO ENTRE O TRATAMENTO DA ACNE E O BEM-ESTAR PSICOLÓGICO 144

LETRAMENTO EM SAÚDE DE PACIENTES COM DOENÇA INFLAMATÓRIA INTESTINAL 145

LIBERALISMO E ESCRAVIDÃO: O DISCURSO LEGAL DO SÉCULO XIX COMO CONSERVADOR . 146

LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL E PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD): O PAPEL DA LIDERANÇA NO ENGAJAMENTO, NO DESEMPENHO E NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE SERVIDORES PÚBLICOS EM PGD 147

LIMITES DO DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL REFERENCIADORA DE PRECEDENTES ESTRANGEIROS E INTERNACIONAIS 148

MEDITAÇÃO E SAÚDE: ESTUDO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DE PROCESSOS SUBJETIVOS POR MEIO DE PRÁTICAS MEDITATIVAS DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO 149

MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DOS CURSOS DE DIREITO BRASILEIROS PELO EXAME DE ORDEM 150

NÃO TÃO PRÓXIMO, MAS NÃO TÃO DISTANTE DAS TREVAS: UMA CARTOGRAFIA SOBRE SAÚDE MENTAL 151

NETANYAHU E A CRISE HUMANITÁRIA EM GAZA: A SOCIEDADE CIVIL PALESTINA NO ALVO ... 152

O AFUNDAMENTO DO PORTA-AVIÕES SÃO PAULO E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS 153

O CERCEAMENTO DE DIREITOS DO RÉU PELO USO INADEQUADO DA LÍNGUA EM AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO: UM PROBLEMA DE INTERPRETAÇÃO NO DIREITO PENAL SOB A PERSPECTIVA LINGUÍSTICA 154

O DIREITO À MORADIA E A INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA E GÊNERO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA POLÍTICA HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL 155

O DIREITO AMBIENTAL E A ANTÁRTICA: O SISTEMA DO TRATADO DA ANTÁRTICA, A FISCALIZAÇÃO E SEUS DESAFIOS REGULATÓRIOS 156

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O DIREITO DOS DESASTRES E A TEORIA DO RISCO: UM ESTUDO A PARTIR DO CASO PINHEIRO/BRASKEM EM MACEIÓ 157

O EFEITO DE VÍDEOS ERÓTICOS E A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NO COMPORTAMENTO SEXUAL DE RISCO EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS 158

O EFEITO DO NÍVEL INFORMATIVO DE MARCAS DE VESTUÁRIO EM PADRÕES DE ESCOLHAS IMPULSIVAS DE PRODUTOS EM PROMOÇÃO POR CONSUMIDORAS 159

O IMPACTO DA COMPULSÃO ALIMENTAR ASSOCIADO À ANSIEDADE EM UNIVERSITÁRIOS DAS ÁREAS DA SAÚDE DA CAPITAL FEDERAL 160

O IMPACTO DA DIVERGÊNCIA IDEOLÓGICA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA COM O BRICS (2008-2022) 161

O IMPACTO DAS INIQUIDADES EM SAÚDE NO AGRAVAMENTO DE PACIENTES COM DENGUE NO DISTRITO FEDERAL 162

O JOGO “IMAGEM E AÇÃO” E A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS NA PSICANÁLISE 163

O PERFIL IMUNOLÓGICO DE INDIVÍDUOS DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*Thamnophilus torquatus*) É DEPENDENTE DE CONDIÇÃO? 164

O USO DE CONFLITOS ARMADOS NO SÉCULO XXI POR ESTADOS NÃO BELIGERANTES COMO INSTRUMENTOS DE DISSUASÃO E PROMOÇÃO DAS BASES INDUSTRIAIS DE DEFESA NACIONAL 165

O USO DE *MACHINE LEARNING* PARA IDENTIFICAÇÃO PREVENTIVA DE LESÕES EM JOGADORES DE VÔLEI 166

O USO E O ABUSO DE ÁLCOOL POR ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE DO UNICEUB E A AFILIAÇÃO RELIGIOSA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA 167

O VÍRUS DA FEBRE DO NILO CIRCULA NO DF? 168

ORIENTALISMO E ISLAMOFOBIA: A CONSTRUÇÃO ORIENTALISTA COMO MEIO DISSEMINADOR DO ANTI-ISLAMISMO 169

OS DESAFIOS DIAGNÓSTICOS E O TRATAMENTO DA TUBERCULOSE VERTEBRAL NO DISTRITO FEDERAL 170

OS IMPACTOS E AS CONTROVÉRSIAS DO DOMÍNIO PÚBLICO DE BENS ULTURAIS PARA A ACESSIBILIDADE DA ARTE E DA HISTÓRIA 171

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONGRESSO E CONHECIMENTO POR PARTE DOS ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR DO DISTRITO FEDERAL 172

PERCEPÇÃO DO PREPARO EM SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL 173

PERFECCIONISMO E SAÚDE MENTAL EM ALUNOS DE MEDICINA 174

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM GASTROSQUISE EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL DO DISTRITO FEDERAL 175

PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM HÉRNIA DIAFRAGMÁTICA EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL DO DISTRITO FEDERAL 176

PERFIL DOS MARCADORES LABORATORIAIS DE PACIENTES ADMITIDOS COM INFECÇÃO POR SARS-COV-2 EM HOSPITAIS DO DISTRITO FEDERAL E SUA IMPORTÂNCIA PROGNÓSTICA (SEGUIMENTO) 177

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA DENGUE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL 178

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE MORTALIDADE FETAL RELACIONADO AOS FATORES DE RISCO NO DISTRITO FEDERAL E COMPARADO AO CENÁRIO NACIONAL 179

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES SUBMETIDOS A CIRURGIAS DE CATARATA EXECUTADAS POR RESIDENTES DE OFTALMOLOGIA EM UM HOSPITAL-ESCOLA EM ANÁPOLIS-GO 180

PESQUISA DE FALSO-POSITIVO DE ASPERGILOSE INVASIVA EM PACIENTES COLONIZADOS POR CANDIDA E ASPERGILLUS POR PESQUISA DE GALACTOMANANA EM HOSPITAL DO DISTRITO FEDERAL 181

POLÍTICA LEGISLATIVA BRASILEIRA DE 2019 A 2024: ESTUDO SOBRE O COMBATE AO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA E A DEFESA DA FAUNA E DO CLIMA 182

PÓS-INFECÇÃO POR DENGUE: MANIFESTAÇÕES E SINTOMAS PSIQUIÁTRICOS E PSICOLÓGICOS PERSISTENTES NA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL 183

PREVALÊNCIA DE LESÕES DO APARELHO LOCOMOTOR EM ATLETAS ESCOLARES DA DELEGAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS ESCOLARES DA JUVENTUDE 184

PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS ALIMENTARES EM UNIVERSITÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL: ESTRATÉGIAS PARA COMPREENSÃO 185

PREVALÊNCIA E PADRÕES DO USO DE MEDICAMENTOS ANTIDEPRESSIVOS E ANSIOLÍTICOS ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL. 186

PROCESSOS SUBJETIVOS DA CONCILIAÇÃO DA MATERNIDADE COM A GRADUAÇÃO MEDIANTE A INSTITUIÇÃO DE CRECHE EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: UM ESTUDO DE CASO 187

PROCESSOS SUBJETIVOS DE PSICÓLOGOS ACERCA DO AUMENTO DE DIAGNÓSTICOS DE TEA ENTRE CRIANÇAS A PARTIR DA PANDEMIA DE COVID-19 188

PROTOTIPAGEM RÁPIDA DE CADEIRA DE RODA VETERINÁRIA 189

REABILITAÇÃO DO MOVIMENTO DE EXTENSÃO DO COTOVELO EM PACIENTES TETRAPLÉGICOS A PARTIR DAS TRANSFERÊNCIAS DE NERVO E TENDINOSA 190

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

REAPROVEITAMENTO DA ÁGUA CINZA DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA COM VÁLVULA PROGRAMÁVEL 191

RECONSTRUIR E REESTRUTURAR ESPAÇOS COM VALOR HISTÓRICO: O ESTUDO SOBRE MUSEU HEDMARK, DE SVERRE FEHN 192

RELAÇÃO ENTRE A INSEGURANÇA ALIMENTAR E A EFICÁCIA DO TRATAMENTO DE CÂNCER 193

RELAÇÃO ENTRE O CONSUMO DE BEBIDAS ENERGÉTICAS E OS NÍVEIS DE DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO TRANSVERSAL 194

RELAÇÕES ENTRE A INTENÇÃO DE INGRESSAR NO SERVIÇO PÚBLICO, A AUTOEFICÁCIA E AS METAS DE REALIZAÇÃO 195

RENDIMENTO DE DIANTEIRO, TRASEIRO E PONTA DE AGULHA EM MEIA CARCAÇA DE NOVILHAS MEIO SANGUE ANGUS CRIADAS NO DISTRITO FEDERAL 196

SERVIÇOS DESCONTINUADOS DURANTE A EPIDEMIA DE DENGUE: PERSPECTIVA DOS PRECEPTORES DO CURSO DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA NO DISTRITO FEDERAL 197

SÍNDROME DE *BURNOUT* E *COPING* RELIGIOSO-ESPIRITUAL EM ESTUDANTES E PROFESSORES DO CURSO DE MEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-DF 198

SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA SÍFILIS ADQUIRIDA, DA SÍFILIS EM GESTANTES E DA SÍFILIS CONGÊNITA NO BRASIL, NA REGIÃO CENTRO-OESTE E NO DISTRITO FEDERAL, NO PERÍODO DE 2013 A 2023 199

SOBREVIDA E AVALIAÇÃO DE FATORES DE PROGNÓSTICOS EM PACIENTES COM MIELOMA MÚLTIPLO 200

TAIPA REFORÇADA COM FIBRAS DE BAMBU: UMA PROPOSTA SUSTENTÁVEL PARA O CENTRO-OESTE BRASILEIRO 201

TECENDO DIÁLOGOS CONTRA O PRECONCEITO: UMA ANÁLISE SOBRE O RACISMO E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA SOCIEDADE BRASILEIRA 202

TESTE GENÉTICO PRÉ-IMPLANTACIONAL NÃO INVASIVO PARA TRIAGEM DE ANEUPLOIDIAS EM BLASTOCISTOS HUMANOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA 203

TIPOS DE TRATAMENTO PARA PROLAPSO DE ÓRGÃOS PÉLVICOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA 204

TRATAMENTO DA ENDOMETRITE CRÔNICA EM MULHERES COM FALHAS REPETIDAS DE IMPLANTAÇÃO EMBRIONÁRIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA 205

TRATAMENTO HÍBRIDO DE DOENÇAS EXPANSIVAS DO ARCO AÓRTICO COM DESRAMIFICAÇÃO SEGUIDA POR ENDOPRÓTESE TORÁCICA: SÉRIE DE CASOS CONSECUTIVOS OPERADOS NO MESMO SERVIÇO 206

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

USO DA AURICULOTERAPIA PARA CONTROLE DA COMPULSÃO ALIMENTAR PERIÓDICA NO MANEJO DE PACIENTES COM SOBREPESO E OBESIDADE 207

USO DE ESTIMULANTES COGNITIVOS POR ESTUDANTES DE MEDICINA DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO PRIVADO DO DISTRITO FEDERAL 208

USO DE PSICOESTIMULANTES ORAIS ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DO DF: ANÁLISE DE SEUS EFEITOS ADVERSOS 209

USO DE TELA: QUAL É O IMPACTO NAS CRIANÇAS EM REGIÕES ADMINISTRATIVAS, COM DIFERENTES RENDAS *PER CAPITA*, NO DISTRITO FEDERAL? 210

UTILIZAÇÃO DE ANTICORPOS MONOCLONAIS NO TRATAMENTO DE MELANOMA 211

UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO COMBATE À LEISHMANIOSE VISCERAL COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA EM SAÚDE 212

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

"AS CÂMERAS NUNCA MENTEM": UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PODEM SER UTILIZADAS PARA REGULAMENTAR O USO DAS *DEEP FAKES* NO DIREITO ELEITORAL

Luiza Tanus Paixão Lopes[1]; Debora Maria Miura Nakayama[2]; Alessandro Rodrigues da Costa[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; luiza.tanus@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; debora.nakayama@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; alessandro.costa@ceub.edu.br

A inteligência artificial (IA) está dominando o mundo tanto acadêmico quanto social. No Brasil, mais especificamente, nas eleições de 2024, a quantidade de notícias, fotos e vídeos fraudulentos foi considerável. Por esse motivo, a questão central deste trabalho é investigar os impactos das *fake news* e das *deep fakes* no contexto do direito eleitoral. Esse é um problema mundial, e, neste mesmo ano, metade da população mundial foi às urnas. Dessa forma, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, visando a revisões bibliográficas de artigos científicos, livros, legislações estrangeiras, especificamente a italiana e a neozelandesa, legislação nacional, projetos de leis e reportagens que exemplificam os casos abordados. Por conseguinte, mediante os estudos, foi possível concluir que as redes sociais são os maiores vetores de disseminação de informações, fotos e vídeos falsos, e, mesmo com suas formas de prevenir postagens deste teor, essas publicações chegam à população e têm influenciado significativamente a opinião pública sobre um candidato ou um partido específico, diante do algoritmo recomendado, portanto atingem o debate democrático, que se contamina com as disparidades entre os concorrentes. Por fim, identificou-se que, apesar das lacunas no arcabouço normativo e da dificuldade em acompanhar a evolução das IA, é possível fortalecer o enfrentamento dessas práticas por meio de: revisão e atualização das leis e dos projetos de lei existentes; fortalecimento de políticas públicas de educação midiática; implementação das medidas propostas, como agência reguladora, uso de inteligência artificial no monitoramento e combate à desinformação; parcerias com agências de checagem e aprimoramento de ferramentas colaborativas.

Palavras-Chave: *deep fakes*; políticas públicas; direito eleitoral.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A AUTOESTIMA E O ESTRESSE DE MINORIA EM TRANSMASCULINOS

João Victor Barbosa da Silva[1]; Luana Elayne Cunha de Souza[2]

[1] Discente Bolsista PIC Psicologia/FAP; barbosa.victor.joao@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; luana.elayne@ceub.edu.br

A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar o estresse de minoria e a autoestima de transmasculinos que estão em processo transexualizador. No Brasil, 67,20% da população trans já apresentaram sintomas depressivos, e 43,12% já tentaram o suicídio, e, entre eles, 80,50% associam o ser trans ao motivo de ter tentado tirar a própria vida. Por conta disso, entende-se a urgência de produzir um saber científico que busque coletar dados sobre a saúde mental dessas pessoas. Afinal, isso dá subsídios para a atuação de profissionais de saúde, assim como auxilia o embasamento de políticas públicas que busquem salvaguardar vidas e participar ativamente na desconstrução de preconceitos. Nesse sentido, buscou-se investigar como é o atendimento em saúde para pessoas tansmasculinas e seu acompanhamento. Para tanto, foi realizada uma pesquisa quantitativa, utilizando-se a Escala de Autoestima de Rosenberg, a Escala Multidimensional de Identificação Grupal, o Protocolo de Estresse de Minoria, a Escala Trans Pulse, além de questões sociodemográficas. Participaram do estudo 74 transmasculinos de 14 estados e do Distrito Federal. Destes, 43 (58,1%) fizeram a mudança de sexo no documento de identidade, e 46 (62,2%) mudaram de nome. No que se refere a cirurgias de modificação corporal, 20 (27,03%) já fizeram algum processo, sendo a mastectomia o principal. No que se refere à hormonização, 49 (66,2%) já fizeram ou fazem uso de hormônios; destes, 5 (6,8%) fazem-no sem supervisão médica. No que se refere ao acesso à saúde, 55 (74,3%) dos participantes já evitaram ir ao serviço de saúde, por ser trans, e 55 (74,3%) demonstraram que têm desconforto em discutir suas necessidades, como pessoas trans, com profissionais de saúde com os quais já fizeram consulta. Os principais resultados revelaram melhores índices de autoestima em participantes que tiveram acesso a mudança de nome, de sexo e ao processo transexualizador. Além disso, por meio de análises estatísticas de correlação, foi possível constatar correlação positiva significativa entre autoestima e amparo social e correlação negativa significativa entre estresse de minoria e amparo social. Isso revela a importância de os profissionais de saúde e de assistência social atuarem no fortalecimento de vínculo comunitário junto a essas pessoas e na assistência no que se refere ao acesso ao processo transexualizador e à mudança de nome e sexo. Em síntese, os resultados da presente pesquisa fornecem subsídios para conhecer as principais características de homens transmasculinos e indicam potenciais fatores de risco e proteção de seus processos de saúde mental.

Palavras-Chave: transgênero; transmasculinos; autoestima.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA EM REDES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Bruna Neves Cavadas[1]; Leonardo Cavalcante de Araújo Mello[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; bruna.nc@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; leonardo.mello@ceub.edu.br

O acolhimento institucional, como serviço de proteção especial de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), propõe-se a garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva. Contudo, a vivência prolongada nas instituições, marcada por rupturas afetivas, inseguranças materiais e ausência de redes de apoio sólidas, desafia diretamente o desenvolvimento da autonomia dos acolhidos. Assim, buscou-se compreender, a partir da perspectiva de psicólogos atuantes em instituições do Distrito Federal, como se dá a construção da autonomia dos adolescentes acolhidos, explorando os fatores que favorecem ou dificultam esse processo. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, fundamentada na análise de conteúdo temática conforme Bardin e utilizou como instrumentos entrevistas semiestruturadas com psicólogos de duas casas de acolhimento e registros em diário de campo. Os resultados revelam que a construção da autonomia não se limita ao desenvolvimento de habilidades individuais, mas depende de condições estruturais, políticas e afetivas que deem sustentação ao processo. Conclui-se que a efetivação da autonomia de adolescentes acolhidos exige um compromisso intersetorial e contínuo com escuta qualificada, planejamento gradual do desligamento e políticas públicas que garantam a transição digna e segura para a vida adulta. A pesquisa contribui para a produção de conhecimento na área da psicologia social e da assistência social, valorizando o papel dos profissionais no enfrentamento das vulnerabilidades e na defesa dos direitos de jovens em situação de acolhimento.

Palavras-Chave: acolhimento institucional; autonomia; jovens brasileiros.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A IMPORTÂNCIA DO MANUAL DE USO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PARA EVITAR ACIDENTES, MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS E REDUZIR OS CUSTOS NO PERÍODO PÓS-OBRA

Luísa Genú de Aguiar[1]; Nathann Vasconcelos Gomes[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; luisa.genu@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; nathann.gomes@ceub.edu.br

O manual de uso, operação e manutenção é um documento essencial, segundo a norma ABNT NBR 14.037:2024, para orientar a conservação e o uso adequado das edificações. Junto à norma ABNT NBR 5674:2024, destaca-se a importância da manutenção, para garantir durabilidade e segurança das construções. Desta forma, a presente pesquisa busca investigar a entrega do manual por parte das construtoras e sua aplicação por parte dos clientes. A proposta também objetiva identificar as principais manifestações patológicas nas residências, os custos consequentes e a incidência de acidentes por falta de manutenção. Buscando uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa), foram aplicados questionários a moradores de casas residenciais no Distrito Federal e construtoras locais após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do CEUB. Os dados foram organizados em gráficos e analisados, contribuindo para alertar a importância do manual na conservação das edificações e na redução de problemas após a obra. Os resultados demonstraram a falta de disseminação do manual por parte das construtoras e a deficiência em enfatizar e detalhar a importância de manutenções específicas. As manifestações patológicas mais comuns relatadas foram fissuras e infiltrações, porém a relação entre entrega do manual e falhas não pôde ser plenamente comprovada mediante dados conflitantes. Quanto à ocorrência de acidentes por falta de manutenção, quase metade das construtoras informaram que já houve casos, sendo um ponto de atenção e sugestão de aprofundamento para futuras pesquisas. Conclui-se que o manual de uso, operação e manutenção é essencial para evitar acidentes, ações corretivas e custos elevados, e novas pesquisas são recomendadas, para demonstrar seu impacto na qualidade das construtoras e na economia dos usuários.

Palavras-Chave: manual de uso, operação e manutenção; durabilidade; conservação das edificações.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NAS EXPRESSÕES DE PIXO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CASOS DAS CIDADES DE BRASÍLIA E DE SÃO PAULO ABORDADOS SOB PERSPECTIVAS SITUACIONISTAS

Carolina Iannicelli Crema Siqueira Campos[1]; Sávio Tadeu Guimarães[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; carolina.iannicelli@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; savio.guimaraes@ceub.edu.br

Esta pesquisa aborda a influência da arquitetura e do urbanismo sobre as expressões de pixo no Brasil, especificamente em Brasília e em São Paulo, abordadas por uma perspectiva situacionista, a fim de analisar não só o aspecto estético desta relação, mas também questões sociais e psicanalíticas que envolvem a conexão do indivíduo com a cidade em que habita. Esta análise está dividida em duas partes, sendo a primeira teórica, envolvendo o contexto histórico do pixo no Brasil, desde seu surgimento até os tempos atuais, o âmbito social e suas problemáticas urbanas que envolvem a cultura do pixo, encerrando com a inserção do situacionismo como método de investigação de como os pixadores vivenciam o meio urbano, definindo o porquê da escolha de cada local para pixar e o impacto que a prática tem sobre as cidades. A segunda parte caracteriza-se pela análise prática, baseada em fotografias e entrevistas com pixadores, ampliando o campo de investigação.

Palavras-Chave: pixo no Brasil; arte urbana em Brasília e em São Paulo; perspectiva situacionista.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A INTERFACE ENTRE SAÚDE MENTAL E JUSTIÇA: UM OLHAR SOBRE OS PORTADORES DE TRANSTORNOS EM CONFLITO COM A LEI

Leandro Borges Holanda de Sousa[1]; Roberta Cordeiro de Melo Magalhães[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; leandro.borges@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; robertacordeiro.magalhaes@gmail.com

O presente artigo examina, sob perspectiva histórica, jurídica e institucional, a Resolução nº 487/2023, do Conselho Nacional de Justiça, que propõe a substituição do modelo manicomial aplicado ao tratamento penal de pessoas com transtornos mentais por medidas terapêuticas em meio aberto, alinhando-se à Lei nº 10.216/2001, à Lei Brasileira de Inclusão e a tratados internacionais de direitos humanos. Partindo de uma contextualização sobre a criminalização da loucura e a evolução dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) no Brasil e no exterior, a pesquisa analisa a aplicação do conceito de inimputabilidade penal, a função e os limites da perícia psiquiátrica, bem como os desafios práticos da desinstitucionalização no sistema de justiça criminal. A investigação identifica lacunas estruturais e normativas relevantes para a efetividade da Resolução, como a insuficiência da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para absorver casos de alta complexidade, a ausência de protocolos nacionais para avaliação periódica de risco e de mecanismos claros para monitoramento e fiscalização das medidas de segurança, além da falta de instrumentos jurídicos adequados, para lidar com descumprimento ou evasão do tratamento. Evidencia-se a tensão entre a garantia dos direitos individuais dos inimputáveis e a proteção da segurança pública, especialmente em crimes de elevada gravidade. Como propostas, o estudo defende a criação de Unidades Psiquiátricas de Segurança (UPS) vinculadas ao SUS, organizadas por níveis de proteção e funcionamento multiprofissional, a adoção de monitoramento eletrônico como ferramenta preventiva e terapêutica e a elaboração de um marco normativo específico para execução das medidas de segurança, com critérios objetivos para avaliação de periculosidade, prazos máximos de internação, revisão obrigatória e mecanismos de responsabilização estatal. Ressalta-se a importância de investir na capacitação pericial e na formação jurídica e médica especializada, além de promover políticas públicas de reinserção social, como moradia assistida, inclusão laboral protegida e apoio sociofamiliar. Conclui-se que a transição proposta pela Resolução nº 487/2023 somente se tornará efetiva se acompanhada de planejamento intersetorial, financiamento contínuo, regulamentação complementar e compromisso estatal com a proteção integral das pessoas com transtornos mentais e com a segurança coletiva. Nesse sentido, a superação do modelo manicomial no Brasil pode constituir um marco histórico, desde que construída sobre bases técnicas, jurídicas e éticas sólidas, capazes de equilibrar cuidado, justiça e proteção social.

Palavras-Chave: portadores de transtornos mentais; resolução 487/CNJ; ressocialização.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A INTERLOCUÇÃO ENTRE AS METAS DE REALIZAÇÃO, A EMPATIA E O RECONHECIMENTO DAS EMOÇÕES NOS UNIVERSITÁRIOS

Rosanna Duarte Fernandes Dutra[1]; Adriana Satico Ferraz[2]
[1] Discente Voluntária PIC Psicologia/FAP; rosanna.dutra@ceub.edu.br [2] Docente Orientadora CEUB; adriana.ferraz@ceub.edu.br

O ingresso no ensino superior representa um momento de transição com desafios emocionais, acadêmicos e sociais para os estudantes. Diante disso, compreender os fatores motivacionais e socioemocionais associados ao desempenho e à adaptação universitária torna-se fundamental. Este estudo teve como objetivo investigar as relações entre motivação para aprender, na perspectiva das metas de realização intrapessoais, representadas pela meta aprender, meta *performance*-aproximação e meta *performance*-evitação, a empatia e a compreensão emocional em estudantes universitários. Participaram da pesquisa 304 estudantes de diferentes cursos de graduação, que responderam à Escala de Avaliação da Motivação para Aprendizagem (EMAPRE), à Medida de Empatia Afetiva e Cognitiva (ACME) e ao Teste de Compreensão de Emoções (TCE). O estudo foi devidamente aprovado por um CEP (CAAE: 58548422.9.0000.5514; Parecer de aprovação Nº 5.423.565). Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas e da análise de correlação produto-momento, de Pearson, por meio do *software* JASP (v. 0.19.3). Os resultados indicaram que a meta de realização predominante foi a de aprender, com menores escores para as de *performance*-aproximação e *performance*-evitação. Essa orientação motivacional mostrou-se positivamente relacionada à empatia afetiva e à compreensão emocional, enquanto a motivação orientada por desempenho apresentou correlações negativas com essas variáveis. Esses resultados embasam-se na literatura que destaca a importância das metas de realização e das competências socioemocionais na autorregulação e no engajamento acadêmico. Conclui-se que promover o desenvolvimento dessas competências pode ser uma alternativa na promoção do sucesso acadêmico, sendo relevante para estratégias institucionais de acolhimento e suporte aos ingressantes que priorizem os aspectos individuais, a saúde mental e o bem-estar psicológico.

Palavras-Chave: motivação para aprender; empatia; inteligência emocional.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE DOS IMPACTOS DO AUMENTO DO *HOME OFFICE* NA INCIDÊNCIA DE DORES LOMBARES E NA QUALIDADE DO SONO EM PROFISSIONAIS DE BRASÍLIA QUE ADOTAM ESSA MODALIDADE DE TRABALHO

Gabriel Nogueira Rizzi[1]; Samuel Brito Veiga[2]; Alexsandro Barreto Almeida[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; gabriel.rizzi@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; samuel.veiga@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; alexsandro.almeida@ceub.edu.br

A literatura científica evidencia que o período pós-operatório de cirurgias de grande porte, como a revascularização do miocárdio (*Coronary Artery Bypass Grafting* – CABG), caracteriza-se por intenso estresse metabólico. Esse estado é desencadeado por fatores, como a resposta inflamatória sistêmica, a liberação de hormônios contrarreguladores e o aumento da resistência periférica à insulina, culminando frequentemente em hiperglicemia, mesmo em indivíduos sem diagnóstico prévio de diabetes *mellitus* (DM). Considerando que a patologia é associada à maior incidência de complicações macrovasculares e microvasculares, o controle glicêmico no período perioperatório torna-se um ponto de atenção na assistência. Evidências demonstram que níveis elevados de glicemia estão relacionados a piores desfechos clínicos, incluindo infecções de ferida operatória, maior tempo de internação hospitalar, ocorrência de eventos cardiovasculares adversos e aumento da mortalidade. Neste contexto, pacientes diabéticos representam um grupo particularmente vulnerável a complicações no pós-operatório da CABG. No entanto, nesse grupo, há uma diferença relevante entre indivíduos insulinodependentes e não insulinodependentes. Esses subgrupos apresentam perfis metabólicos, padrões de resistência insulínica, resposta inflamatória e necessidades terapêuticas distintas, o que pode influenciar diretamente seus desfechos cirúrgicos. O objetivo deste estudo é comparar os desfechos clínicos de pacientes portadores de DM insulinodependentes e não insulinodependentes submetidos à revascularização do miocárdio. Essa análise tem a finalidade de avaliar as particularidades de cada subgrupo, viabilizando um direcionamento individualizado nas condutas perioperatórias e no manejo glicêmico. Para tanto, serão incluídos na revisão sistemática estudos publicados entre 2019 e 2025 que abordam procedimentos cirúrgicos cardiovasculares em pacientes diabéticos, com foco no período perioperatório, visando observar e comparar a ocorrência de complicações, o tempo de internação, a mortalidade e outros desfechos clínicos entre os dois perfis de pacientes.

Palavras-Chave: dor lombar; qualidade do sono; *home office*.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A MODA NO TIKTOK E SUA INFLUÊNCIA NO AUTOCONCEITO DE ADOLESCENTES

Gabriela Ferreira Marinho[1]; Daniel Barbieri Freitas[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; gabriela.fm@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; daniel.freitas@ceub.edu.br

As redes sociais, inicialmente criadas para promover interação, têm sido utilizadas pelos adolescentes como uma fonte de inspiração em diversos aspectos de sua vida. A partir disso, este estudo teve como finalidade investigar de que forma o consumo de moda no TikTok pode influenciar a formação do autoconceito em adolescentes. Por meio de uma amostra com 91 participantes, foram aplicados questionários com escalas, para mensurar o autoconceito e o consumo de moda. A partir de uma análise estatística, realizada por meio de ANOVA e regressões, foi alcançado o resultado de que há uma relação negativa entre o engajamento de conteúdos de moda no TikTok e os níveis mais baixos de autoconceito, especialmente entre meninas. Por mais que a ANOVA entre os grupos de alto e baixo consumo não tenha alcançado significância estatística, observou-se tendência marginalmente significativa. A regressão linear simples atestou que o consumo de moda no TikTok é um preditor significativo para o autoconceito, porém, quando feita a regressão linear múltipla, o modelo perdeu significância, mas ainda indicou uma tendência consistente. Dessa maneira, conseguiu-se observar a tendência de que a comparação social, motivada pela exposição a padrões estéticos na rede social afeta negativamente a forma como os adolescentes percebem a si mesmos e que, por mais que a moda se comporte como uma forma de expressão e pertencimento, pode impor padrões e inseguranças quando consumida de maneira acrítica, em ambientes digitais. A pesquisa reforça a importância de práticas educativas e intervenções que promovam uma relação mais saudável com as redes sociais, incentivando a construção de um autoconceito positivo.

Palavras-Chave: autoconceito; Tik Tok; moda.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A PERCEPÇÃO DA MATERNIDADE PELAS PUÉRPERAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E SEUS DESAFIOS

Laryssa Duarte Benevides[1]; Milena Hammes Agnes[2]; Alexandre Sampaio Rodrigues Pereira[3]; Fabiana Pilotto Muniz Costa Leal[4]; João de Sousa Pinheiro Barbosa[5]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; laryssadb@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; milena.agnes@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; alexandre.pereira@ceub.edu.br [4] Pesquisadora colaboradora CEUB; fabiana.leal@ceub.edu.br [5] Pesquisador colaborador CEUB; joao.barbosa@ceub.edu.br

O puerpério, também chamado de período pós-parto, é marcado por mudanças intensas no corpo, nas emoções e na vida social da mulher. Ele começa logo após a expulsão da placenta e estende-se até que o organismo retorne às condições pré-gestacionais. Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas à saúde materna no Brasil, como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e a Rede Cegonha — recentemente reformulada como Rede Alyne —, ainda existem lacunas importantes na assistência integral às puérperas. Essas falhas repercutem em desfechos negativos, como maior risco de morbimortalidade materna e prejuízos ao bem-estar emocional. Este estudo buscou compreender como diferentes condições socioeconômicas influenciam a percepção sobre a maternidade durante o puerpério, evidenciando desigualdades e apontando elementos que possam contribuir para a formulação de políticas públicas e práticas de cuidado mais humanizadas. Para isso, foi utilizada uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas on-line, com puérperas residentes no Distrito Federal, examinados segundo a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin, associada à análise descritiva das informações quantitativas. Os achados revelaram diferenças marcantes entre mulheres de diferentes faixas de renda, quanto à rede de apoio, ao acesso aos serviços de saúde e ao bem-estar emocional. Participantes com melhores condições socioeconômicas relataram experiências mais positivas e maior autonomia para o autocuidado, enquanto aquelas em situação de vulnerabilidade apontaram sobrecarga, ausência de suporte e falhas no atendimento institucional. Conclui-se que o fortalecimento da atenção primária, a ampliação das visitas domiciliares, a detecção precoce de sinais de depressão pós-parto e a criação de grupos de apoio são medidas estratégicas, para reduzir desigualdades e garantir o puerpério mais seguro e equitativo.

Palavras-Chave: puerpério; saúde materna; desigualdades socioeconômicas.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A POLÍTICA DE *RECALLS* NO BRASIL E SUA MUDANÇA APÓS O CASO DA EMPRESA TAKATA

Paulo Artur Barbosa Vieira[1]; Nauê Bernardo Pinheiro de Azevedo[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; paulo.artur@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; naue.azevedo@ceub.edu.br

O presente trabalho analisa a política de *recalls* no Brasil, com foco especial no caso da Takata Corporation, responsável pelo maior *recall* de segurança do consumidor da história em razão de *airbags* defeituosos que causaram mortes e ferimentos graves em diversos países, incluindo o Brasil. A pesquisa aborda os fundamentos legais da política de *recall*, como o Código de Defesa do Consumidor, a Portaria nº 618/2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e o Código de Trânsito Brasileiro, destacando a obrigatoriedade das empresas em comunicar e corrigir produtos defeituosos que ofereçam riscos à saúde e à segurança do consumidor. O estudo também apresenta dados estatísticos sobre os *recalls* realizados no Brasil, entre 2002 e 2024, revelando que mais de 90% das campanhas envolveram veículos automotores. O caso Takata, sozinho, afetou cerca de 6,8 milhões de veículos no Brasil, mas 1,6 milhão ainda não passaram pelo reparo, evidenciando falhas nas campanhas de informação e na fiscalização. A pesquisa aponta a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de rastreamento de veículos, de campanhas de comunicação mais eficazes e de maior integração entre as normas de trânsito, os registros administrativos e o Judiciário.

Palavras-Chave: *recall*; caso Takata; consumidor.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A RELAÇÃO ENTRE AS VULNERABILIDADES E A INFLUÊNCIA CRANIANA EM CÃES BRAQUICEFÁLICOS COMPARADOS AOS MESOCEFÁLICOS E AOS DOLICOCEFÁLICOS

Gabriel Cabral Grigolon[1]; Francisco José Gonçalves de Oliveira[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; gabriel.grigolon@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; francisco.jose@ceub.edu.br

A morfologia craniofacial dos cães braquicefálicos, marcada por focinho encurtado, olhos proeminentes e mandíbula avançada, está associada a múltiplas alterações sistêmicas que comprometem a qualidade de vida, tornando-se um problema de saúde e bem-estar animal que contrasta com a crescente popularidade dessas raças impulsionada por fatores culturais e estéticos. Este estudo teve como objetivo identificar e descrever as principais enfermidades que acometem cães braquicefálicos, correlacionando-as à sua conformação craniana e comparando sua incidência com dados internacionais. A pesquisa, de abordagem qualitativa e quantitativa e de natureza aplicada, foi realizada na Clínica Veterinária Bichos e Caprichos e na Clínica-Escola de Pequenos Animais do UNICEUB. Examinaram-se 154 prontuários clínicos (2023–2024) e 18 questionários de tutores com dados submetidos à análise descritiva e comparados à literatura, especialmente ao estudo de O'Neill (2020). Os resultados mostraram alta carga de comorbidades, com 42,77% dos cães apresentando múltiplas alterações, sendo as dermatológicas (20,23%) e as neoplásicas (9,24%) mais prevalentes, seguidas por gastrointestinais, infecciosas e oftalmológicas. Em comparação internacional, verificou-se maior incidência local de dermatopatias e neoplasias e menor de doenças dentárias, enquanto oftalmológicas, respiratórias e cardíacas mantiveram proporções semelhantes e musculoesqueléticas foram mais frequentes no presente estudo. Conclui-se que a conformação braquicefálica influencia significativamente o perfil de morbidade, havendo tanto convergência quanto divergência em relação a estudos prévios, e recomenda-se ampliar amostras, padronizar critérios diagnósticos e investigar, de forma direta, a relação entre morfologia craniana e ocorrência de doenças, para subsidiar práticas de manejo e políticas de bem-estar mais eficazes.

Palavras-Chave: braquicefalia canina; saúde e bem-estar; comorbidades comuns.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO: AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO ATO DE NÃO AMAR

Felipe Rodrigues Kuster Prado[1]; Cauê Goston Lopes[2]; Viviane da Silva Bernardes[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; felipekuster@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; cauegoston@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; viviane.bernardes@ceub.edu.br

O presente relatório analisa a possibilidade de responsabilização civil pelo abandono afetivo nas relações parentais, à luz da Constituição Federal de 1988, do Código Civil de 2002 e da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça. Partindo da evolução do conceito de família no ordenamento jurídico brasileiro, que passou de um modelo restrito, patriarcal e biológico para uma concepção plural, democrática e socioafetiva, reconhecendo o afeto como valor jurídico e fundamento das relações familiares, examina-se o abandono afetivo como violação ao dever de cuidado e à dignidade da pessoa humana. O estudo diferencia a responsabilidade civil subjetiva, que depende de prova de culpa e dano, da objetiva, pautada na teoria do risco, defendendo que, nos casos de abandono afetivo, deve prevalecer a modalidade subjetiva com comprovação do dano psíquico, por meio de perícia psicológica. A pesquisa, de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, baseou-se em revisão bibliográfica e documental, envolvendo decisões dos tribunais superiores e estaduais, doutrina especializada e projetos de lei. Os resultados demonstram que o abandono afetivo produz danos emocionais profundos, como baixa autoestima, dificuldades de socialização e transtornos psicológicos, com repercussões na vida adulta e impacto social relevante. A jurisprudência do STJ, em precedentes, como o REsp 1.887.697/RJ e o REsp 1.981.131/MS, reconhece a reparação pecuniária como medida compensatória e preventiva, sem equivaler o afeto a valor monetário, mas visando atenuar os prejuízos decorrentes da omissão parental. Além da indenização, identificam-se consequências jurídicas complementares, como a desfiliação e a discussão sobre deserdação e indignidade em razão do abandono. O estudo também aborda o Projeto de Lei nº 3.212/2015, que propõe a inclusão expressa do abandono afetivo no Estatuto da Criança e do Adolescente, vinculando-o ao dever de assistência afetiva e estabelecendo-o como ilícito civil. Conclui-se que o reconhecimento do abandono afetivo como causa de responsabilização civil constitui avanço na proteção integral de crianças e adolescentes, sendo necessário conferir maior segurança jurídica e uniformidade interpretativa ao tema. Assim, a responsabilização civil pelo abandono afetivo, além de reparar o dano, exerce função pedagógica, promovendo a conscientização sobre a importância do afeto e do cuidado no exercício da parentalidade responsável.

Palavras-Chave: abandono afetivo; genitores; dignidade da pessoa humana; cuidado.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A RESPONSABILIDADE DAS CERTIFICADORAS DE CAFÉ ANTE A IDENTIFICAÇÃO DE TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NAS CADEIAS DE VALOR

Victor Jak Van Erven Sigaud[1]; Isabel de Ávila Torres[2]; Nitish Monebhurrun[3]
[1] Discente Bolsista PIC Direito/FAP; victor.sigaud@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC Direito/FAP; bebel.avilat@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a possibilidade de responsabilização de certificadoras de café ante a identificação de trabalho análogo à escravidão na cadeia de valor do grão, durante o período de vigência do certificado. A pesquisa originou-se a partir de estudos de casos de fiscalizações de condições laborais que constataram a existência de trabalho análogo à escravidão em fazendas produtoras de café que eram detentoras de certificados de boas práticas. A metodologia utilizada na presente pesquisa foi a pesquisa qualitativa, a qual foi dividida em: pesquisa documental, por meio da qual foram analisados documentos das certificadoras, relatórios de agências nacionais e notícias de casos de identificação de trabalho análogo à escravidão; pesquisa de dispositivos legais nacionais e internacionais; pesquisa jurisprudencial nos tribunais pátrios quanto à possibilidade de responsabilização de certificadoras; pesquisa doutrinária, com o intuito de averiguar a possibilidade de responsabilização ante o cenário objeto da presente pesquisa. O resultado apresentado no relatório final demonstra que foi possível identificar a possibilidade de responsabilização das certificadoras de café em casos de trabalho análogo à escravidão, em fazendas com certificação vigente, à época da fiscalização. A demonstração da responsabilidade foi dividida entre os seguintes âmbitos do direito: responsabilidade penal, responsabilidade civil, responsabilidade consumerista, responsabilidade administrativa e responsabilidade trabalhista, nas esperas do direito civil, do direito do consumidor e do direito administrativo.

Palavras-Chave: trabalho análogo à escravidão; certificadora de café; responsabilidade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A ROMANTIZAÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NAS REDES SOCIAIS

Camila Bessa da Silva[1]; Helena Fleith Simões[2]; Daniel Amaro Sousa[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; camila.bessa@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; helena.fleith@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; daniel.amaro@ceub.edu.br

A gravidez na adolescência, reconhecida como um problema de saúde pública, impõe riscos biológicos, emocionais e socioeconômicos tanto para a jovem quanto para o bebê. Com a ampla adesão às redes sociais, especialmente Instagram® e TikTok®, novas formas de representação da maternidade têm-se disseminado, deslocando o enfoque dos riscos e dos desafios para narrativas idealizadas e esteticamente atraentes. Nesse contexto, observa-se a crescente romantização da maternidade precoce, que suaviza ou oculta dificuldades reais e pode influenciar a percepção de outras adolescentes. O objetivo do trabalho foi analisar de que forma a gravidez na adolescência é apresentada de maneira romantizada por usuárias de redes sociais, identificando padrões discursivos e visuais que possam moldar o imaginário juvenil sobre a maternidade precoce. O estudo adotou abordagem qualitativa com revisão de literatura e investigação *netnográfica*. Foram analisados 18 perfis públicos de adolescentes grávidas ou mães (8 no Instagram® e 10 no TikTok®) com idades entre 13 e 17 anos e alcance de 461 a 177 mil seguidores. Aplicou-se análise de conteúdo, para categorizar e interpretar os dados coletados. Os resultados revelaram três categorias centrais: estética da maternidade idealizada; narrativas de superação e empoderamento; invisibilização das dificuldades maternas. As postagens associam a maternidade à realização pessoal, à redenção emocional e ao reconhecimento social, minimizando impactos, como abandono escolar, vulnerabilidade socioeconômica e sobrecarga física e emocional. A alta visibilidade desses conteúdos, potencializada pela lógica de viralização das plataformas, amplia sua influência sobre adolescentes em processo de construção identitária. Conclui-se que a romantização da gravidez precoce nas redes sociais exige estratégias intersetoriais, envolvendo saúde, educação e comunicação, para promover letramento digital, pensamento crítico e compreensão realista da maternidade na adolescência.

Palavras-Chave: gravidez na adolescência; redes sociais; romantização.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A TERCEIRIZAÇÃO DO ENSINO EXPOSITIVO: O USO DE PLATAFORMAS DE VÍDEOS PELOS ALUNOS DE MEDICINA COMO REFERÊNCIA PARA A SESSÃO TUTORIAL DO PBL

Camila Bessa da Silva[1]; Helena Fleith Simões[2]; Daniel Amaro Sousa[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; camila.bessa@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; helena.fleith@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; daniel.amaro@ceub.edu.br

O presente trabalho analisou o uso de videoaulas como recurso de estudo para as sessões de tutorial no método PBL, por meio de entrevistas aplicadas a 148 alunos (14,23% do total de alunos) do curso de medicina do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), *campus* da Asa Norte. A partir de uma abordagem quantitativa, foi elaborado um formulário online com 14 perguntas, sendo 7 de caráter sociodemográfico e 7 referentes aos materiais utilizados como fonte de estudo pelos alunos. Os resultados indicaram que 70% dos participantes utilizam livros independentemente do perfil sociodemográfico, com maior prevalência na faixa etária de 18 a 20 anos, entre alunos que participam de quatro ou mais atividades extracurriculares, que não trabalham, não possuem obrigações domésticas e não têm filhos. Quanto ao uso de apostilas comerciais (físicas ou online) ou resumos de veteranos, observou-se que todos os grupos recorrem a esses materiais em todas ou na maioria das sessões individuais de estudo. A utilização de plataformas com videoaulas, pagas ou gratuitas, mostrou-se mais frequente entre alunos com obrigações domésticas, que possuem filhos e que trabalham. Verificou-se que o principal motivo relatado para a busca por videoaulas é a dificuldade de aprendizado do conteúdo, levando os estudantes a procurar recursos mais didáticos que facilitem a compreensão. A maioria relatou melhora na assimilação e na capacidade de estabelecer conexões com conhecimentos prévios. Dessa forma, o estudo sugere que, em razão dos benefícios percebidos no processo de aprendizagem, tanto as videoaulas quanto os materiais prontos já são amplamente empregados, sobretudo, por estudantes sem dedicação exclusiva ao curso. No entanto, destaca-se a necessidade de estimular o uso de fontes confiáveis e de realizar uma caracterização mais detalhada das estratégias de estudo utilizadas pelos discentes.

Palavras-Chave: tutorial PBL; videoaulas; estudantes de medicina.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E A AGENDA 50-50 DA ONU MULHERES BRASIL: DADOS SOBRE OS CRIMES PRATICADOS CONTRA PARLAMENTARES NO EXERCÍCIO DE SEUS MANDATOS

Raifran Vieira Gomes[1]; Christine Oliveira Peter da Silva[2]
[1] Discente Bolsista PIC Direito/FAP; raifran.vieira@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; christine.silva@ceub.edu.br

O presente estudo analisou a violência política de gênero no Brasil, articulando a aplicação da Lei nº 14.192/2021 com os compromissos assumidos pela Agenda 50-50 da ONU Mulheres Brasil, a fim de compreender como esse fenômeno se manifesta no contexto parlamentar e quais são os reflexos sobre a atuação das mulheres eleitas. Adotou-se uma metodologia qualitativa e quantitativa, baseada na análise documental de representações registradas junto ao Ministério Público Federal (MPF) e nos dados sistematizados pelo Observatório de Violência Política e Eleitoral da UNIRIO, entre os anos de 2021 e 2025, cujo tratamento estatístico resultou na elaboração de um painel interativo público que possibilita acompanhar os indicadores sobre o tema. Os resultados apontaram que, até meados de 2024, a ameaça constituiu o crime mais recorrente contra parlamentares, cedendo espaço posteriormente à violência física, especialmente em períodos eleitorais, e que, a partir de 2025, destacaram-se também formas de violência psicológica e semiótica, revelando a expansão de práticas de intimidação simbólica que comprometem a atuação das mulheres na política. Verificou-se que vereadoras e deputadas estaduais figuram entre as maiores vítimas, o que demonstra a vulnerabilidade de cargos locais e regionais, ao passo que muitos agressores não puderam ser identificados seja pelo caráter virtual das ameaças, seja por restrições decorrentes da LGPD, o que limita a responsabilização e reforça a impunidade. Além da dimensão numérica, a pesquisa evidenciou que a violência política de gênero acentua a divisão sexual do trabalho no Legislativo, relegando as parlamentares a comissões e áreas de menor prestígio, vinculadas à chamada *soft politics*, como direitos humanos e educação, enquanto espaços de *hard politics*, como economia e infraestrutura, permanecem hegemonicamente masculinos. Essa dinâmica não apenas reforça estereótipos de gênero, mas também restringe a visibilidade e a influência das mulheres em pautas estratégicas, consolidando um ciclo de exclusão institucional. Embora a Lei nº 14.192/2021 e o avanço da Agenda 50-50 tenham impulsionado a ampliação de candidaturas femininas e reforçado o compromisso normativo com a igualdade de gênero, os dados demonstram que os casos de violência aumentaram de forma expressiva, nas eleições de 2022 e 2024, expondo o descompasso entre os compromissos internacionais e a realidade nacional. Conclui-se, assim, que o enfrentamento à violência política de gênero constitui condição indispensável para o fortalecimento de uma democracia substantiva e inclusiva no Brasil, exigindo não apenas a manutenção de cotas e a formalização de candidaturas, mas também o fortalecimento institucional das instâncias de investigação e repressão, a criação de mecanismos de proteção eficazes às mulheres em exercício de mandato e o engajamento dos partidos políticos na transformação da cultura política, de modo a assegurar que a paridade não se limite a números, mas traduza-se em condições materiais para o exercício livre, seguro e digno da representação feminina nos espaços de poder.

Palavras-Chave: constitucionalismo feminista; violência política de gênero; Agenda 50-50 da ONU.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AÇÕES ESTRUTURAIS: REQUISITOS PARA A EFETIVAÇÃO DO INSTITUTO PROCESSUAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E A SUA DIFERENCIAÇÃO DO ATIVISMO JUDICIAL

Roberta Alves da Silva[1]; Taís Ledur Dal Forno[2]; Míria Soares Enéias[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; robertaa@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; tais.ledur@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; miria.eneias@ceub.edu.br

Trata-se de pesquisa de análise majoritariamente bibliográfica, a qual objetiva interpretar e compreender o conceito de ação estrutural, estabelecendo, se possível, alguns requisitos e características do instituto processual, em especial, na aplicação pelo ordenamento jurídico brasileiro. A pesquisa examina o contexto histórico de surgimento do instituto processual e aponta as principais contribuições dadas pelos tribunais de países estrangeiros, como Estados Unidos, Colômbia, índia e Canadá. Em seguida, o estudo visa analisar a aplicação do litígio estrutural no Brasil, diferenciando-o do processo judicial comum, além de apresentar as principais premissas identificadas pelas pesquisadoras ao longo da análise bibliográfica. Com o intuito de materializar o assunto, a pesquisa apresenta casos reais da caracterização do instituto processual no ordenamento jurídico brasileiro e expõe as principais ADPF que contribuíram, e contribuem, para a análise da eficácia da ação estrutural no Brasil como meio de reparação e garantia dos direitos humanos à coletividade. Por fim, o estudo encerra-se com o embate acerca da caracterização ou não do litígio estrutural como atuação de natureza ativista do Judiciário, em específico, do Supremo Tribunal Federal.

Palavras-Chave: ação estrutural; direitos fundamentais; ativismo judicial.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ADENOCARCINOMA DUCTAL DE PÂNCREAS: ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DE UM MAL SILENCIOSO QUE CRESCE ENTRE AS FAIXAS ETÁRIAS MAIS JOVENS NO BRASIL

Ana Laura de Luna Nogueira[1]; Luciana Ramalho de Farias[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; a.l.l.n@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; luciana.farias@CEUB.edu.br

O adenocarcinoma ductal de pâncreas (ADP) é a neoplasia epitelial maligna mais comum do pâncreas (≈85% dos casos). De evolução silenciosa, costuma ser diagnosticado em estádios avançados, com prognóstico reservado e elevada letalidade. Apesar de responder por pequena fração da incidência oncológica total, sua mortalidade proporcional é alta. No Brasil e no mundo, as estimativas recentes apontam tendência de crescimento da incidência e da mortalidade com heterogeneidades por sexo, idade e território. O objetivo deste estudo é analisar a epidemiologia recente do ADP no Brasil, em adultos entre 19 e 59 anos de idade (*proxy* operacional 20–59), descrevendo mortalidade, incidência observada e produção hospitalar, além de discutir acesso, centralização cirúrgica e vigilância de alto risco. O presente trabalhou é um estudo descritivo, realizado com dados secundários de sistemas oficiais, nomeadamente, o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/DATASUS), o Registro de Câncer de Base Populacional do Instituto Nacional de Câncer (RCBP/INCA) e o Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). Foram levantados dados referentes a óbitos por ano, sexo, região, UF, casos por ano, faixa etária e registro, além da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) do procedimento cirúrgico duodenopancreatectomia. Adicionalmente, foram integrados dados do Painel Oncologia – Brasil (DATASUS/TabNet) para o CID-10 C25, contemplando séries por idade, segundo o ano do diagnóstico e do tratamento (cirurgia, quimioterapia e radioterapia). Esses dados foram correlacionados, de forma descritiva, às tendências observadas em SIM, RCBP/INCA e SIH/SUS. Como resultado, observou-se tendência ascendente de mortalidade por ADP (CID-10 C25), no recorte temporal selecionado, com diferenças por sexo, marcadas por heterogeneidades regionais e UF.

Palavras-Chave: adenocarcinoma ductal de pâncreas; epidemiologia; mortalidade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ADESÃO À TERAPIA ANTIRRETROVIRAL EM PESSOAS COM HIV/AIDS ATENDIDAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL

Clara Tomaz Silva[1]; Larissa Amaral Moreira[2]; Ana Cláudia de Souza[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; clara.tomaz@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; larissa.moreira@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; ana.claudia@ceub.edu.br

O sucesso do tratamento antirretroviral para HIV/aids depende do nível de adesão, que é um processo dinâmico entre paciente e equipe multidisciplinar, em que ambos são responsáveis e atuam em conjunto para cumprir a prescrição médica. O objetivo foi analisar a adesão ao tratamento antirretroviral de pessoas vivendo com HIV/aids, seus desafios e possibilidades, bem como traçar o perfil sociodemográfico dos participantes. O estudo, uma pesquisa de prevalência, de caráter transversal e descritivo, foi realizado no Centro Especializado em Doenças Infecciosas (CEDIN-DF), em que foi feita uma análise dos aspectos comportamentais, sociais, demográficos, culturais, médicos e psicológicos envolvidos na adesão dos pacientes ao tratamento antiretroviral para HIV/aids, por meio do Questionário de Avaliação da Adesão ao Tratamento Antirretroviral (CEAT-VIH), um instrumento com pontuação que varia de 17 a 89, autoinforme, com 20 perguntas, que, em seu conjunto, avaliam o grau de adesão ao tratamento. O estudo teve 100 participantes, a maioria era do sexo masculino, de cor parda com ensino médio ou superior completo, estava empregada e tinha idade média de 40,7 anos. Quanto ao grau de adesão, 24% tiveram adesão baixa ou insuficiente, 19% tiveram adesão boa ou adequada, e 54% tiveram adesão estrita; a pontuação média foi 78,62. O estudo evidenciou boa adesão ao tratamento antirretroviral, associada à relação positiva entre médico e paciente, e boa ingestão da medicação prescrita, reforçando a importância do vínculo terapêutico na efetividade do cuidado. Avaliar a adesão ao tratamento é fundamental, por conseguinte destaca-se a importância de que outros centros também realizem esse monitoramento, para melhor conhecer o perfil e as necessidades de seus pacientes.

Palavras-Chave: HIV; aids; adesão ao tratamento.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AMORTIZAÇÃO FISCAL DO ÁGIO MEDIANTE O USO DE EMPRESA-VEÍCULO: EVASÃO OU ELISÃO FISCAL

Beatriz Frisina Carpi[1]; Lucas Trompieri Rodrigues Casagrande[2]
[1] Discente Bolsista PIC Direito/FAP; beatriz.carpi@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; lucas.trompieri@ceub.edu.br

Este estudo investigou se a adoção de empresa-veículo na amortização fiscal do ágio configura evasão ou elisão fiscal, examinando os limites jurídicos dessa prática à luz do ordenamento jurídico brasileiro. Por meio de uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, centralizada no direito tributário, investigou-se se tal operação se qualifica como benefício fiscal ou dedução de despesa necessária — análise relevante para averiguar se é aplicável a interpretação literal disposta no artigo 111 do CTN — e se a mediação de empresa-veículo obsta a confusão patrimonial entre as sociedades investidora e investida. Examinou-se se o parágrafo único do artigo 116 do CTN é uma norma geral antielisiva que justifica a desconsideração da amortização do ágio mediada por empresa-veículo e se os vícios dos negócios jurídicos previstos no direito civil poderiam fundamentar a invalidação da amortização fiscal do ágio na hipótese em estudo. A análise demonstrou que o ágio configura despesa necessária, não compondo o lucro ou o ganho de capital da operação. Por isso, sua dedução da base de cálculo do IRPJ e da CSLL não representa um benefício fiscal, afastando a necessidade de interpretação restritiva. Constatou-se que a presença da empresa-veículo não impede a confusão patrimonial entre a investida e a investidora, sendo possível a composição de único lucro tributável ao final das operações entre as sociedades investidora e investida. Concluiu-se que o parágrafo único do artigo 116 do CTN não constitui uma norma geral antielisiva, sendo aplicável apenas em caso de evasão fiscal. Rejeitou-se, por fim, a aplicação de institutos do direito privado sem previsão normativa expressa no campo tributário como limites ao uso de empresa-veículo. Apenas a simulação, a qual contém expressa previsão no direito tributário, pode restringir a amortização do ágio. Conclui-se, assim, que a interposição de empresa-veículo, quando não acarrete simulação, constitui prática de elisão fiscal.

Palavras-Chave: amortização fiscal do ágio; empresa-veículo; evasão fiscal.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE ACERCA DA EFETIVIDADE DAS DECISÕES NOS CRIMES INTERNACIONAIS CONTRA A HUMANIDADE: A DIFICULDADE DA EXECUÇÃO E DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Maria Júlia Stedile Alves[1]; Betina Günther Silva[2]
[1] Discente Bolsista PIC Direito/FAP; mariajulia.stedile@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; betina.silva@ceub.edu.br

A presente pesquisa busca analisar a efetividade das decisões proferidas pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) quanto à responsabilização dos indivíduos causadores de graves violações a direitos humanos, no âmbito internacional, permitindo-se avaliar a concretização da função deste tribunal. Para tanto, aborda-se a origem, o funcionamento (estrutura e membros), a competência e, notadamente, os casos concretos julgados pelo TPI e as respectivas decisões. Parte-se, assim, de um panorama histórico que aborda o surgimento dos tribunais antecessores, como os Tribunais de Nuremberg, Tóquio, para a Antiga Iugoslávia e para Ruanda. A partir da instituição do TPI, busca-se entender a atuação dessa instituição na repressão de crimes contra a humanidade, além de examinar seu eventual impacto nas jurisdições nacionais e no grau de proteção dos direitos humanos. Nesse viés, a pesquisa busca discutir e investigar os vinte e oito casos de crimes contra a humanidade, nos quais o TPI atuou até o momento, dissecando as situações concretas e as sentenças proferidas, a fim de entender como tais decisões contribuem à repressão de ilícitos contra a humanidade. Discute-se o paradoxo entre os princípios da complementaridade e da cooperação, destacando os desafios enfrentados pelo Tribunal diante da soberania estatal e da ausência de sanções a Estados que se recusam a cooperar. Em continuidade, o projeto descreve o funcionamento da estrutura do TPI, a partir de seus órgãos, bem como apresenta seus atuais membros. A metodologia utilizada baseou-se no estudo de casos (decisões da Corte) e na vasta revisão bibliográfica, incluindo obras estrangeiras, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório, no intuito de avaliar a punição ou a eventual impunidade em crimes internacionais, permitindo-se averiguar a efetividade da Corte. Os objetivos específicos incluem a análise da eficácia das sanções, a discussão sobre a execução das penas e a reflexão sobre a relação entre os Estados e o Tribunal. Ao final, conclui-se que, embora o TPI represente um avanço significativo no cenário internacional, enfrenta dificuldades quanto à cooperação dos Estados e à aplicação de suas decisões, o que compromete parcialmente sua efetividade. A pesquisa busca, assim, contribuir para a compreensão crítica da atuação do TPI, destacando-se o seu papel no combate a graves violações dos direitos humanos e a sua importância na luta pela proteção da pessoa humana no âmbito internacional.

Palavras-Chave: direitos humanos; tribunal; efetividade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE ACERCA DOS PERFIS COMPORTAMENTAIS E DOS CONTEXTOS SOCIAIS DOS PRESIDIÁRIOS BRASILEIROS E A SUA INFLUÊNCIA NA PRÁTICA DELITIVA

Vivian Danielly Alves de Oliveira Silva[1]; Ana Paula Rodrigues Correia[2]; Bruno Tadeu Palmieri Buonicore[3]

[1] Discente Bolsista PIC Direito/FAP; vivian.danielly@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC Direito/FAP; ana.correia@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; bruno.buonicore@ceub.edu.br

Trata-se de pesquisa de iniciação científica, cujo intuito foi explicar se existem motivos de cunho histórico, social ou moral, no Brasil, que influenciam o cidadão à prática delituosa. Para tanto, o marco teórico delimitado para o estudo foi o lapso temporal compreendido pelos anos de 2021 a 2024, e a metodologia qualitativa e quantitativa. Por meio da utilização dos procedimentos metodológicos de levantamento bibliográfico, estudo de caso e análise documental dos dados colhidos, este ensaio teve o condão de denunciar os fatores estruturais que impactam o indivíduo de tamanha forma, a ponto de fazê-lo optar pelo caminho do crime. Ao final, concluiu-se pela necessidade do Estado e da sociedade de rever o seu julgamento perante os detentos e os ex-presidiários, especialmente em razão da alta taxa de reincidência criminal, no Brasil.

Palavras-Chave: racismo; criminalidade; história.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE COMPARATIVA DE DESFECHOS CLÍNICOS EM PACIENTES DIABÉTICOS INSULINO-DEPENDENTES E NÃO INSULINO-DEPENDENTES NO PERIOPERATÓRIO DA CIRURGIA DE REVASCULARIZAÇÃO DO MIOCÁRDIO

Maria Clara Meira Morais[1]; Maria Clara Cardoso Pereira[2]; Alexsandro Barreto Almeida[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; maria.mmorais@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; maria.cp@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; alexsandro.almeida@ceub.edu.br

A literatura científica evidencia que o período pós-operatório de cirurgias de grande porte, como a revascularização do miocárdio (*Coronary Artery Bypass Grafting* – CABG), caracteriza-se por intenso estresse metabólico. Esse estado é desencadeado por fatores, como a resposta inflamatória sistêmica, a liberação de hormônios contrarreguladores e o aumento da resistência periférica à insulina, culminando frequentemente em hiperglicemia, mesmo em indivíduos sem diagnóstico prévio de diabetes *mellitus* (DM). Considerando que a patologia é associada à maior incidência de complicações macrovasculares e microvasculares, o controle glicêmico no período perioperatório torna-se um ponto de atenção na assistência. Evidências demonstram que níveis elevados de glicemia estão relacionados a piores desfechos clínicos, incluindo infecções de ferida operatória, maior tempo de internação hospitalar, ocorrência de eventos cardiovasculares adversos e aumento da mortalidade. Neste contexto, pacientes diabéticos representam um grupo particularmente vulnerável a complicações no pós-operatório da CABG. No entanto, nesse grupo, há uma diferença relevante entre indivíduos insulinodependentes e não insulinodependentes. Esses subgrupos apresentam perfis metabólicos, padrões de resistência insulínica, resposta inflamatória e necessidades terapêuticas distintos, o que pode influenciar diretamente seus desfechos cirúrgicos. O objetivo deste estudo é comparar os desfechos clínicos de pacientes portadores de DM insulinodependentes e não insulinodependentes, submetidos à revascularização do miocárdio. Esta análise tem a finalidade de avaliar as particularidades de cada subgrupo, viabilizando um direcionamento mais individualizado nas condutas perioperatórias e no manejo glicêmico. Para tanto, são incluídos na revisão sistemática estudos publicados entre 2019 e 2025 que abordam procedimentos cirúrgicos cardiovasculares em pacientes diabéticos, com foco no período perioperatório, visando observar e comparar a ocorrência de complicações, o tempo de internação, a mortalidade e outros desfechos clínicos entre os dois perfis de pacientes.

Palavras-Chave: revascularização do miocárdio; diabetes *mellitus*; insulinodependentes.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE COMPARATIVA DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE COVID-19 NO DISTRITO FEDERAL, ENTRE 2020 E 2023, DE ACORDO COM OS INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS

Alberto Cargnin Neto[1]; Ana Vitória Branco de Oliveira[2]; Emanoel Elzo Leal de Barros[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; alberto.cargnin@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; ana.vitoriab@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; emanoel.barros@ceub.edu.br

A pandemia de covid-19 exacerbou as disparidades socioeconômicas vigentes, de modo que a doença se apresentou de diferentes formas e intensidades, a depender da exposição de determinada área e dos determinantes sociais de saúde individuais, como as comorbidades, e coletivos, como o acesso ao sistema de saúde, a planos de saúde, às possibilidades de internação e as condições de vida e de trabalho. O Distrito Federal, apesar de seus altos índices socioeconômicos, apresenta forte desigualdade social. Com isso, o objetivo deste estudo foi realizar uma análise da relação entre o perfil econômico e sociodemográfico de duas Regiões Administrativas (RA) do DF e a incidência e a evolução dos casos de covid-19. Para a análise, foram utilizados dados demográficos e epidemiológicos do IBGE, do Governo do Distrito Federal e da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (Sala de Situação). A escolha das RA foi baseada na renda *per capita*, e, assim, foram elencadas as unidades da SCIA-Estrutural e do Lago Sul, representando menor e maior renda respectivamente. Para cada RA, foram caracterizados os casos de covid-19, considerando variáveis demográficas e clínicas. Para ambas as RA, foram calculadas a incidência por covid-19 e sua letalidade. Na RA SCIA-Estrutural, observou-se menor notificação de casos e letalidade marcadamente maior (5,25x). Com relação às variáveis clínicas e ao território (RA), ter doença hematológica representa um risco 7x maior em pacientes do SCIA-Estrutural, em comparação aos do Lago Sul. Os resultados apresentados corroboram a tese do impacto da desigualdade sociodemográfica na condição de saúde, para a covid-19.

Palavras-Chave: coronavírus; desigualdade social; Distrito Federal.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DE VIDA E A DEPRESSÃO EM PACIENTES GERIÁTRICOS EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA (ILPI)

Gabriella Melo Monteiro[1]; Bianca de Freitas Coelho[2]; João de Sousa Pinheiro Barbosa[3]
[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB; gabriella.monteiro@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIBITI CEUB; bianca.fcoelho@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; joao.barbosa@ceub.edu.br

O presente estudo avaliou o perfil de idosos com sintomas de depressão e sua relação com a qualidade de vida em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), no Distrito Federal. A alta prevalência de transtornos depressivos em idosos institucionalizados e seu impacto negativo na saúde configuram um problema de saúde pública, motivando a investigação dos fatores associados a este cenário. O objetivo foi analisar a correlação entre os sintomas depressivos e a percepção da qualidade de vida, além de identificar determinantes sociais e ambientais que influenciam este fenômeno. Caracterizou-se como uma pesquisa de campo, de delineamento transversal e abordagem mista, realizada com uma amostra de 15 residentes do Instituto Lar dos Velhinhos Maria Madalena. A coleta de dados quantitativos utilizou os instrumentos Escala de Depressão Geriátrica (EDG-15), WHOQOL-BREF e MiniExame do Estado Mental (MEEM), enquanto a abordagem qualitativa se baseou em registros em diário de campo, analisados pela técnica de análise de conteúdo, de Bardin. Os resultados indicaram que um terço (33,3%) da amostra apresentou sintomas de depressão leve. O achado principal foi a confirmação de uma correlação inversa, forte e estatisticamente significativa entre a intensidade dos sintomas depressivos e a qualidade de vida, especialmente nos domínios físico (r=-0.825) e psicológico (r=-0.701). Evidenciou-se também que a participação frequente em atividades coletivas atua como fator protetor para a qualidade de vida social (p=0.017). De forma paradoxal, a observação qualitativa de "queixas de saúde não atendidas" associou-se à melhor qualidade de vida social (p=0.044), sugerindo que a verbalização de necessidades pode funcionar como uma estratégia de interação. Conclui-se que a depressão impacta negativamente a qualidade de vida dos idosos institucionalizados e que o engajamento social constante é um pilar para o bem-estar. O estudo aponta para um modelo de atenção que valorize não apenas a saúde, mas também a promoção de laços sociais, reconhecendo a comunicação de necessidades como uma busca por conexão.

Palavras-Chave: qualidade de vida; depressão; geriatria.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO PROCEDIMENTO DE FECHAMENTO DE ILEOSTOMIA, NO PERÍODO DE 2022 A 2025, NA UNIDADE DE PROCTOLOGIA, EM HOSPITAL TERCIÁRIO

Bernardo Cunha Gondim[1]; Pedro Figueiredo Morgado[2]; Alexsandro Barreto Almeida[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; bernardo.cunha@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; Pedro.morgado@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; alexsandro.almeida@ceub.edu.br

O procedimento de fechamento de ileostomia, embora realizado de forma eletiva, está associado a riscos relevantes que podem impactar diretamente a morbimortalidade dos pacientes. Diante da complexidade cirúrgica e da variabilidade de fatores clínicos e técnicos envolvidos, compreender as principais complicações e intercorrências torna-se essencial para aprimorar protocolos assistenciais. Este trabalho teve como objetivo analisar retrospectivamente as complicações relacionadas ao fechamento de ileostomia na Unidade de Proctologia do Hospital de Base do Distrito Federal, no período de janeiro de 2022 a março de 2025. Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo e observacional, realizado por meio da análise de prontuários eletrônicos registrados no sistema SoulMV, utilizando ficha de coleta de dados padronizada que contemplou informações sociodemográficas, clínicas, operatórias e desfechos pós-operatórios. Foram incluídos 45 pacientes adultos, submetidos ao fechamento de ileostomia com prontuários completos e disponíveis para análise, sendo excluídos casos com dados insuficientes, pacientes menores de 18 anos e procedimentos combinados a outras cirurgias complexas. Os dados coletados permitiram identificar complicações intraoperatórias e pós-operatórias, como infecção de sítio cirúrgico, deiscência anastomótica, obstrução intestinal, fístulas e necessidade de reintervenção. Em razão do número reduzido da amostra, a análise concentrou-se em medidas descritivas e testes simples de associação com nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Apesar dessa limitação, os resultados contribuem para a compreensão do perfil das complicações relacionadas a este procedimento no contexto hospitalar do Distrito Federal, fornecendo subsídios para a revisão de protocolos e a implementação de estratégias preventivas que visam reduzir complicações, tempo de internação e custos assistenciais, além de promover maior segurança e qualidade de vida aos pacientes submetidos a este tipo de cirurgia.

Palavras-Chave: fechamento de ileostomia; complicações; contexto hospitalar.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE DAS REAÇÕES CRUZADAS EM TESTES RÁPIDOS E SOROLÓGICOS PARA DENGUE DE PACIENTES ADMITIDOS COM INFECÇÃO POR SARS-COV-2 EM HOSPITAIS DO DISTRITO FEDERAL

Cláudia Gomes Assunção[1]; Fernanda Fontoura Mendonça[2]; Fabíola Fernandes dos Santos Castro[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; claudia.gomes@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; fernanda.fontouram@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; fabiola.castro@ceub.edu.br

A coexistência de surtos de dengue e da pandemia de COVID-19 no Brasil trouxe desafios significativos à prática clínica e ao diagnóstico diferencial, sobretudo em áreas de coendemicidade como o Distrito Federal. Ambas as doenças compartilham manifestações clínicas iniciais semelhantes, como febre, cefaleia e mialgia, e, além disso, a presença de reatividade cruzada em testes sorológicos pode comprometer a precisão diagnóstica e conduzir a erros terapêuticos e epidemiológicos. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo investigar a ocorrência de reações cruzadas entre testes sorológicos para dengue e a infecção por SARS-CoV-2 em pacientes internados com sintomas compatíveis em um hospital da rede privada do Distrito Federal. A partir da análise de 650 prontuários, 109 foram selecionados para investigação mais detalhada, com base em critérios clínicos e laboratoriais. Dentre esses, 30,2% dos pacientes apresentaram positividade simultânea para dengue e COVID-19, com predomínio de sorologia IgM para dengue — marcador comumente associado à infecção recente, mas também reconhecido por sua suscetibilidade à reatividade cruzada. A análise clínica revelou que os sintomas predominantes nesses pacientes eram respiratórios, sugerindo, na maioria dos casos, quadros compatíveis com COVID-19. Não houve confirmação laboratorial para dengue por NS1 ou RT-PCR devido à baixa suspeita clínica e à alta circulação do SARS-Cov-2 no período. Esses achados corroboram estudos que descrevem falsos positivos de IgM para dengue em pacientes com COVID-19 e reforçam a necessidade de cautela na interpretação de testes rápidos em cenários de circulação viral múltipla, além da importância do uso de métodos confirmatórios.

Palavras-Chave: covid-19; dengue; testes sorológicos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE DAS REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS E DE SOBERANIA NO ESPAÇO SIDERAL E EM CORPOS CELESTES

Felipe Ribadeneira Kowalski[1]; Alice Rocha da Silva[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; Felipe.Kowalski@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; alice.silva@ceub.edu.br

A pesquisa investiga os desafios e as lacunas do regime jurídico internacional que regula o espaço sideral com foco nas reivindicações territoriais e na soberania sobre corpos celestes. Diante de um cenário de intensificação das atividades espaciais, tanto por Estados quanto por atores privados, o trabalho analisa a insuficiência dos tratados espaciais vigentes, em especial o Tratado do Espaço Exterior, de 1967, em relação às atuais intenções de mineração e colonização lunar e marciana. A investigação parte de uma abordagem qualitativa e teórica, amparada em pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de compreender como o direito internacional e o direito espacial interagem diante de nova era de exploração cósmica, marcada por avanços tecnológicos e interesses econômicos. O estudo aborda desde a evolução histórica do direito espacial e a corrida espacial da Guerra Fria até o cenário multipolar e comercializado atual, inclusive as questões de jurisdição internacional e os princípios aplicáveis ao uso do espaço, como o da não apropriação, o da responsabilidade estatal e o da partilha equitativa dos benefícios. Ao tratar da emergência de disputas por recursos em corpos celestes, como o hélio-3 na Lua e os minerais em Marte, a pesquisa examina também os conflitos éticos, políticos e jurídicos envolvidos, sobretudo, no que diz respeito à desigualdade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Propõe-se uma reflexão crítica sobre a aplicabilidade dos tratados atuais às novas realidades, avaliando alternativas, como a adoção de modelos jurídicos semelhantes ao Tratado da Antártica ou a criação de novo marco normativo adaptado à era espacial contemporânea. Os resultados apontam para uma governança espacial fragmentada e defasada, incapaz de assegurar justiça, sustentabilidade e inclusão na exploração extraterrestre. Por fim, a conclusão destaca a necessidade do direito espacial moderno, funcional e justo, que garanta o espaço permanecer como patrimônio comum da humanidade e não se tornar uma extensão das disputas territoriais e das desigualdades já presentes na Terra.

Palavras-Chave: direito internacional; direito espacial; patrimônio comum da humanidade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE DAS VULNERABILIDADES DOS IDOSOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA E DO SEU IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA, NAS REGIÕES DE SAÚDE CENTRO-SUL E NORTE DO DISTRITO FEDERAL

Luísa Mendes Batista Pereira[1]; Marcela Oliveira Ribeiro[2]; João de Sousa Pinheiro Barbosa[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; luisa.mendesp@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; marcela.oliveirar@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; joao.barbosa@ceub.edu.br

O objetivo deste estudo epidemiológico transversal e descritivo é analisar as principais vulnerabilidades dos idosos em instituições de longa permanência (ILPI) e seu impacto na qualidade de vida. As ILPI são instituições públicas ou privadas destinadas à residência coletiva de pessoas de idade igual ou superior a 60 anos, que visam ao acolhimento de idosos em situação de negligência ou abuso. Apesar da importância social dessas instituições, é verificada a incidência de diversas vulnerabilidades que impactam o bem-estar dos idosos sendo uma problemática alarmante no contexto atual. A pesquisa foi efetuada por meio do questionário Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional 20 (IVCF-20), aplicado para voluntários residentes no Lar dos Velhinhos Maria Madalena, no Lar dos Velhinhos São Francisco de Assis e no Lar São José. O IVCF-20 é um instrumento validado para verificação das fragilidades dos idosos e é composto por 20 questões que avaliam diversos aspectos da saúde do idoso, como idade, autopercepção da saúde, atividades da vida diária, cognição, humor, mobilidade, comunicação e comorbidades. Os dados obtidos demonstram altos índices de vulnerabilidades entre os idosos avaliados, especialmente em atividades básicas da vida diária. A variável AVD Instrumental apresentou pontuação constante (4 pontos), sugerindo dependência total em atividades instrumentais para todos os participantes, o que pode refletir o contexto institucionalizado. Além disso, foi observado que a maioria dos idosos institucionalizados apresentavam um quadro demencial, algo extremamente relevante, ao considerar o papel das instituições no cuidado do idoso. A pontuação final do IVCF-20 variou de 5 a 34, indicando ampla variação na vulnerabilidade clínico-funcional dos idosos, o que permite o reconhecimento de que cada indivíduo possui perfil único de função cognitiva, física e comorbidades.

Palavras-Chave: idosos; instituições de longa permanência; vulnerabilidades.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

🏆 **TRABALHO PREMIADO – DESTAQUE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2025**

Área: Ciências da Saúde e da Vida

ANÁLISE DA PRESENÇA DE MICROPLÁSTICOS EM ECOSSISTEMA DE ÁGUA DOCE NO DISTRITO FEDERAL

Elizabeth Cristina de Mesquita Goncalves[1]; Anabele Azevedo Lima Barbastefano[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; elizabeth.cristinag@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; anabele.lima@ceub.edu.br

O problema da poluição por plásticos intensificou-se nos últimos anos e, quando descartados na natureza, estes materiais degradam-se em partículas cada vez menores: os microplásticos. Um dos problemas associados a esses pequenos polímeros nos ecossistemas aquáticos é sua insolubilidade na água, o que leva à poluição cumulativa e afeta negativamente toda a biota local. Este cenário é especialmente preocupante em ecossistemas de água doce, ainda pouco explorados, embora funcionem como reservatórios e vias de transporte de resíduos plásticos entre ambientes urbanos e regiões a jusante. O Ribeirão Sobradinho, no Distrito Federal, é um exemplo de corpo hídrico sujeito a múltiplos impactos antrópicos (efluentes, ocupação irregular e resíduos sólidos), carecendo de dados prévios sobre microplásticos. Este trabalho teve como objetivo analisar a presença de microplásticos em 12 pontos distintos do Ribeirão Sobradinho, no Distrito Federal, em profundidades superficial e intermediária, da nascente à foz, durante o período de agosto de 2024 a maio de 2025. Para isso, as coletas foram realizadas mensalmente em frascos de vidro âmbar esterilizados, sendo as amostras imediatamente processadas em laboratório. Durante o processamento, as amostras passaram por flotação em solução de NaCl, seguida de descanso sucessivo e coleta do sobrenadante; em seguida, realizou-se a coloração com o corante Vermelho Nilo e a leitura em microscopia de luz invertida para identificação dos microplásticos, bem como de seus tipos morfológicos. Foram encontrados microplásticos em todas as amostras e pontos analisados, com predominância da morfologia esférica e maior concentração visual em áreas de adensamento urbano. Embora o estudo seja qualitativo, o desenho espacial e temporal robusto indica que o Ribeirão Sobradinho já se comporta como um corpo hídrico cronicamente contaminado por microplásticos. Os resultados indicam que o elevado índice de poluição plástica no rio ressalta o papel importante dos microplásticos na degradação ambiental e na ameaça à biodiversidade, pois estes são propagados por bioacumulação e biomagnificação, resultando em diversos problemas de saúde para os organismos ao longo da cadeia trófica e atingindo também a saúde humana. O estudo contribui para preencher lacunas de conhecimento sobre microplásticos em águas doces da região e oferece subsídios para ações de monitoramento, gestão de resíduos e formulação de políticas públicas voltadas à conservação de recursos hídricos e à segurança ambiental.

Palavras-Chave: microplásticos; polímeros; água doce; poluição; ecossistema.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE DO PERFIL LIPÍDICO DE ADULTOS JOVENS ATENDIDOS EM UM LABORATÓRIO ESCOLA DO DISTRITO FEDERAL

Alice Thadeu Firmino[1]; Marco Antônio Junqueira Bersani[2]; Ana Cláudia de Souza[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; alice.firmino@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; marco.bersani@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; ana.claudia@ceub.edu.br

A incidência e a progressão das doenças cardiovasculares (DCV) em pacientes mais jovens configuram um dado estatístico importante na atualidade, sinalizando um desafio para os sistemas de saúde. Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo foi analisar o perfil lipídico e o risco cardiovascular de adultos jovens (19-24 anos) atendidos no Laboratório Escola do Centro Universitário de Brasília, no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2024. Para tanto, realizou-se um estudo transversal retrospectivo, analisando 789 laudos médicos dessa faixa etária específica, em que foram quantificados os principais componentes lipídicos (colesterol total, HDL, LDL, VLDL, não HDL, triglicerídeos) e a Proteína C-Reativa (PCR), seguindo protocolos alinhados às diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia. A pesquisa identificou a prevalência de LDL ≥100 mg/dL em 35,6% da amostra, com disparidades significativas entre os sexos: enquanto as mulheres apresentaram HDL médio mais elevado (56,75 mg/dL) em comparação aos homens (47,17 mg/dL), 36,96% delas estavam abaixo do limiar protetor. Além disso, a análise integrada de parâmetros revelou uma sinergia crítica entre inflamação e dislipidemia, com 42% dos casos com PCR >3 mg/dL (alto risco cardiovascular) associados a níveis elevados de LDL. O colesterol não HDL emergiu como um preditor estratégico com 91,6% dos indivíduos na faixa desejável, porém 8,4% exibiram níveis críticos. Estes resultados sublinham emergente mudança epidemiológica, em que doenças antes associadas ao envelhecimento surgem precocemente em adultos jovens. Conclui-se que a detecção precoce de HDL reduzido, LDL elevado e inflamação subclínica revela um fenótipo de risco acelerado em adultos jovens, reforçando a urgência de intervenções preventivas em populações jovens assintomáticas e a reclassificação do não HDL como alvo primário em protocolos de triagem juvenis, visando mitigar a carga futura de doenças cardiometabólicas no Distrito Federal e além.

Palavras-Chave: dislipidemia; adulto jovem; risco cardiovascular.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE DO POTENCIAL DE FUNGOS ISOLADOS EM DIFERENTES ÁREAS DO DF PARA USO NA BIORREMEDIAÇÃO DE GLIFOSATO E 2,4-D

Anita Farago Acosta Cruz[1]; Ana Carolina de Aragão Souza[2]; Cláudio Henrique Cerri e Silva[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; anita.cruz@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; asouzaa2001@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; claudio.silva@ceub.edu.br

Agrotóxicos são produtos químicos amplamente empregados na agricultura moderna que, ao longo dos anos, revelaram consequências severas decorrentes de seu uso inadequado, incluindo impactos negativos à saúde humana e animal, além da bioacumulação no meio ambiente. Um dos principais problemas relacionados a essa contaminação é que esses defensivos não se decompõem com facilidade, permanecendo ativos por longos períodos. Nesse contexto, a biorremediação desponta como uma alternativa viável para a degradação de xenobióticos, destacando-se o uso de microrganismos, como bactérias e fungos, capazes de degradar compostos tóxicos. No presente estudo, foram coletadas amostras de duas regiões distintas do Distrito Federal para o isolamento de fungos e a avaliação de seu potencial biorremediador: uma área próxima a uma caverna e uma área urbana nas proximidades do Parque Olhos d'Água, unidade de conservação ambiental. Ao todo, foram isoladas dezoito morfologias fúngicas, sendo cinco provenientes do Parque e treze da região próxima à caverna. As morfologias foram inoculadas em meio CZAPEK modificado, com o objetivo de avaliar sua tolerância à presença do herbicida. Após a seleção dos melhores resultados no *screening* preliminar, foram realizados ensaios enzimáticos, para investigar a capacidade de degradação dos herbicidas, buscando identificar fungos com maior potencial biorremediador. A maioria dos fungos apresentou crescimento inibido pela presença de glifosato já na concentração inicial de 1%. Os isolados resistentes foram avaliados em concentrações de 3% e 5% de 2,4-D, observando-se inibição total em 5%, restando apenas quatro isolados nessa etapa. As reações enzimáticas envolvendo amilase e celulase apresentaram resultados nulos, enquanto a dosagem proteica foi baixa, indicando limitações no potencial degradador, nas condições testadas. Estes resultados não anulam os fungos como potencial biorremediadores.

Palavras-Chave: fungos; glifosato; biorremediação.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE OS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO DISTRITO FEDERAL

Helena Ferreira Alves[1]; Júlia Dal Pizzol Macedo[2]; Luana Elayne Cunha de Souza[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; helena.falves@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; juliadalpizzolmacedo@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; luana.elayne@ceub.edu.br

Os dados de violência doméstica contra a mulher e feminicídio estão sendo alarmantemente registrados. Visto que o número de ocorrências desses crimes vem aumentando, é necessário investigar quais são os fatores associados aos casos de violência doméstica contra a mulher que podem indicar risco de feminicídio na população do Distrito Federal (DF). A presente pesquisa, de caráter metodológico qualitativo e quantitativo, consiste em uma análise documental dos casos de violência doméstica contra a mulher de uma região administrativa (RA) do Distrito Federal (DF). Foram coletadas informações de 80 casos de ação penal pública ordinária e sumária com 35 fatores de análise diversos que ocorreram entre janeiro de 2017 e dezembro de 2024, nos quais os envolvidos eram maiores de idade. A coleta ocorreu de forma presencial, em um juizado de uma RA do DF, durante os meses de março a junho de 2025, em que a equipe pesquisadora coletou as informações dos casos pertencentes à vara e sistematizaram em um "Forms". Após isso, as informações foram analisadas pelo *software* estatístico "Statistical Package for the Social Sciences" (SPSS). Os resultados da pesquisa foram divididos em três partes: dados da vítima; dados do agressor; dados do incidente. Os principais dados de pesquisa mostram que a violência doméstica tem contexto étnico e padrão de idade: predominantemente mulheres e homens pardos na faixa dos 35 aos 40 anos. De forma geral, a escolaridade das mulheres mostrou-se mais avançada que a dos homens, pois 29% das mulheres possuem o ensino médio completo, e 22,5% concluíram o ensino superior, enquanto apenas 21,3% dos homens concluíram o ensino médio, e 16,3% concluíram o ensino superior. Também foi possível observar a ocorrência de diferentes tipos de violência: moral e psicológica foram identificadas em 99% dos casos; ocorreu violência física em 85% dos casos; a violência patrimonial foi encontrada em 67,5% dos casos; identificou-se violência sexual em 44% dos casos. Finalmente, chega-se à conclusão de que os mecanismos judiciais que deveriam avaliar o risco das situações são imprecisos e de que há necessidade de padronização da coleta de informações a respeito dos envolvidos.

Palavras-Chave: análise documental; violência contra a mulher; Distrito Federal.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR MULHERES PARA SAIR DE UM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Maria Rita de Olinda Maciel[1]; Luana Elayne Cunha de Souza[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; maria.maciel@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; luana.elayne@ceub.edu.br

A violência contra a mulher no Brasil é uma questão de saúde pública. Nesse espectro, o foco desta pesquisa é a violência doméstica e a forma como as mulheres se percebem e posicionam-se nessas relações. O ponto central a ser discutido é o momento de ruptura do ciclo de violência, considerando que, mesmo com a criação de leis, a implementação de equipamentos governamentais e a constante luta do movimento feminista, para promover mudanças de discursos e crenças, a violência persiste. Pesquisas recentes indicam que a maioria das mulheres vitimizadas pela violência doméstica permanece na relação e não realiza a denúncia. Nos casos em que a ocorrência é registrada, é comum que posteriormente seja retirada. Além disso, muitas dessas mulheres, apesar de conhecer a Lei Maria da Penha, não possuem informações amplas sobre seus dispositivos ou sequer acreditam na sua eficácia. Nesse sentido, este trabalho expõe e discute como o machismo, integrado à cultura ocidental, tem influenciado, há décadas, a forma como as mulheres se percebem na sociedade — especialmente nas próprias relações amorosas — dificultando, assim, a ruptura com o contexto de abuso em que estão inseridas. Deste modo, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o processo de saída de mulheres do contexto de violência doméstica. Para alcançar esse objetivo, adotou-se o método qualitativo, que possibilita compreender não apenas os fatos objetivos, mas também os aspectos histórico-sociais e a subjetividade que compõem a vivência das voluntárias. Este estudo utilizou a análise de conteúdo como técnica qualitativa, para realizar a análise de dados, a qual evidenciou a existência de fatores internos e externos, influenciados pelo meio, que funcionam como obstáculos ao rompimento. Os resultados também demonstram que a exposição contínua às agressões provoca a perda da identidade – consequência que, embora atue como barreira, pode igualmente representar um ponto de força, para romper o ciclo de violência.

Palavras-Chave: subjugação feminina; violência doméstica; rompimento.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AS INFLUÊNCIAS DA DIETA GESTACIONAL NAS MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS DO RN

Rodrigo Barreto de Melo[1]; Alexandre Gomes Camara Filho[2]; Sandra Brusasco Fernandes[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; rodrigo.bm@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; alexandregcf1@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; sandra.fernandes@ceub.edu.br

A alimentação durante a gestação desempenha papel crucial no desenvolvimento fetal e na determinação das medidas antropométricas ao nascimento, influenciando desfechos de saúde imediatos e futuros. Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre a dieta gestacional e as medidas antropométricas do recém-nascido (peso, estatura e perímetro cefálico), identificando possíveis impactos decorrentes de padrões alimentares maternos. Foi realizado um estudo transversal na Unidade Básica de Saúde 4 de Planaltina-DF, envolvendo mães e seus filhos nascidos a termo, utilizando o "Questionário de frequência alimentar reduzido" para avaliação dos hábitos alimentares, durante a gestação e a coleta direta das medidas antropométricas dos recém-nascidos. As dietas foram categorizadas por grupos alimentares, considerando a frequência e o tipo de alimentos consumidos, e correlacionadas com parâmetros antropométricos ao nascer. Os resultados indicaram que dietas em que verduras, legumes e leguminosas predominaram sobre todos os outros grupos alimentares se associaram a menores valores de comprimento, peso e perímetro cefálico ao nascer, destacando este padrão como potencial fator de risco para restrições ao crescimento fetal. Observou-se que fatores socioeconômicos, condições de saúde materna prévias e acesso a alimentos de qualidade exerceram influência significativa sobre o estado nutricional, durante a gestação e, consequentemente, sobre as medidas antropométricas dos recém-nascidos. Os achados reforçam a importância de políticas públicas e ações de saúde voltadas à promoção da alimentação saudável no período gestacional, considerando não apenas a dimensão biológica, mas também o contexto social e econômico das gestantes. O estudo contribui para a compreensão da multifatorialidade que envolve a relação entre dieta materna e saúde neonatal, ressaltando que a dieta é um determinante central, porém interdependente de outras variáveis que devem ser abordadas de forma integrada.

Palavras-Chave: dieta gestacional; medidas antropométricas; recém-nascido.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AS NARRATIVAS DOS MASSACRES E OS "DOIS LADOS" DA GUERRA NO *FANTÁSTICO*

Amanda de Menezes Canellas[1]; Luiz Claudio Ferreira[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; amanda.canellas@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; luiz.ferreira@ceub.edu.br

Este trabalho teve como objetivo principal analisar como o programa *Fantástico*, da TV Globo, retratou o conflito entre Hamas e Israel, no mês de outubro de 2023, investigando se houve parcialidade na construção da narrativa. Foram observados inicialmente 33 vídeos (entre notícias e reportagens) veiculados na atração jornalística, somando-se todos os domingos, dia em que o *Fantástico* foi ao ar, no período da amostra. De todos esses materiais, foram utilizadas como critério de exclusão as reportagens com tempo inferior a 5 minutos, assim, totalizando 22 com conteúdos mais aprofundados do que as notícias. Optou-se por uma metodologia de análise de conteúdo, a fim de utilizar procedimentos sistemáticos e objetivos, para descrever e interpretar o conteúdo das mensagens, permitindo uma leitura crítica dos discursos veiculados na mídia, no caso, as narrativas jornalísticas. A partir dessa lógica, analisou-se sistematicamente cada um dos conteúdos, observando os seguintes passos: a descrição da reportagem; as fontes de informação e a valência atribuída; as versões dos dois lados da história e os principais termos utilizados para atribuir cada perspectiva; o tempo para cada lado; a passagem do repórter; os comentários sobre as imagens impactantes. Um dos principais achados diz respeito à prevalência de fontes vinculadas ao governo israelense e a seus aliados ocidentais, conferindo menor espaço e menor credibilidade às fontes palestinas. Tal assimetria pode impactar diretamente a percepção do público sobre o conflito, reforçando a centralidade da dor israelense e marginalizando o sofrimento da população palestina.

Palavras-Chave: telejornalismo; *Fantástico*; cobertura de guerra.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ASSOCIAÇÃO ENTRE PARÂMETROS MORFOLÓGICOS E MORFOCINÉTICOS E PLOIDIA DE BLASTOCISTOS HUMANOS

Bruna Rabello Iglesias[1]; Rebekka Hae Rim Kim[2]; Bruno Ramalho de Carvalho[3]; Ana Beatriz Nogueira Pacheco[4]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; bruna.ri@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; rebekka.kim@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; bruno.ramalho@ceub.edu.br [4] Pesquisadora colaboradora - Genesis Centro de Assistência em Reprodução Humana; genesislabfiv@gmail.com

A escolha do embrião a ser transferido é determinante para o sucesso das técnicas de reprodução assistida (TRA). Baseada em critérios morfológicos estáticos, essa seleção passou a incorporar, recentemente, a fotografia *time-lapse* (TL), que avalia, de forma não invasiva, o desenvolvimento embrionário durante o cultivo em incubadoras de última geração (morfocinética embrionária). Uma das ferramentas utilizadas para avaliação da saúde embrionária é o teste genético pré-implantacional (PGT), especificamente o destinado à detecção de aneuploidias (PGT-A), realizado por biópsia do trofectoderma e sequenciamento de última geração. É um procedimento invasivo, de alto custo e com riscos. Diante disso, avanços em inteligência artificial (IA) exploram a utilização de algoritmos baseados em imagens e parâmetros morfocinéticos, para prever, de forma não invasiva, o potencial de implantação embrionária. A literatura busca o aprimoramento da IA na previsão de aneuploidias, entre outros desfechos das TRA. O objetivo deste estudo é identificar se existe correlação entre parâmetros morfocinéticos e ploidia de embriões humanos, visando desenvolver estratégia não invasiva que possa predizer anomalias cromossômicas numéricas (aneuploidias), substituindo a biópsia do trofoectoderma. Trata-se de um estudo observacional, prospectivo, em que 43 embriões gerados por TRA foram avaliados quanto a divisão celular e formação de blastocistos, a partir de TL e destinados ao PGT-A. A pontuação embrionária pela ferramenta automatizada KIDScore também foi avaliada. Resultados com distribuição normal foram analisados pelo teste de Welch, e os com distribuição não paramétrica, pelo teste de Mann-Whitney. Áreas sob as curvas *Receiver Operating Characteristic* (AUC-ROC) avaliaram a capacidade preditiva de aneuploidia. O nível de significância foi $p < 0,05$ em todas as análises. Entre os parâmetros, o período até a formação do blastocisto (tB) e o intervalo entre a blastocele inicial e o blastocisto completo (tB - tSB) foram mais curtos para blastocistos euploides. Os tempos, intervalos médios e medianos (em horas) para embriões euploides e aneuploides foram os seguintes: tB, 101,5 vs. 109,5 ($p = 0,0011$); tB-tSB, 6,1 vs. 11,5 ($p = 0,0327$). O KIDScore também foi significativamente maior entre embriões euploides, quando comparados aos aneuploides (7,5 vs. 5,1, respectivamente, $p = 0,0002$). Verificou-se capacidade preditiva moderada para identificação de embriões aneuploides do parâmetro tB e da pontuação KIDScore: tB, AUC-ROC = 0,7357 (IC95% 0,5887 – 0,8828, $p = 0,0116$); KIDScore AUC-ROC = 0,8370 (IC95% 0,7007 – 0,9734, $p = 0,0003$). Conclui-se que os períodos até a formação da blastocele e do blastocisto foram maiores para aneuploides, sugerindo que o desenvolvimento embrionário tardio pode ser mais lento nestes casos. Se confirmados por amostras significativas, estes resultados poderão subsidiar a decisão sobre a biópsia embrionária, evitando-a em embriões com alta probabilidade de euploidia.

Palavras-Chave: desenvolvimento embrionário; imagem com lapso de tempo; técnicas de reprodução assistida.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ASSOCIAÇÃO ENTRE POLUENTES AMBIENTAIS E INTERNAÇÃO DE CRIANÇAS COM AFECÇÕES RESPIRATÓRIAS NA REDE DE SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICA DO SUS/DF

Eunice Lopes Soares[1]; Ciro Moisés Oliveira Viera dos Santos[2]; Celso Taques Saldanha[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; eunice.soares@sempreceub.com [2] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; ociroo.v@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; celso.saldanha@ceub.edu.br

A poluição atmosférica configura-se como um dos principais determinantes ambientais relacionados ao agravamento e à incidência de doenças respiratórias na infância, impactando diretamente a saúde coletiva e os indicadores epidemiológicos. Diversos estudos evidenciam que a exposição a poluentes, como material particulado fino ($PM_{2.5}$), partículas inaláveis (PM_{10}), dióxido de enxofre (SO_2), dióxido de nitrogênio (NO_2) e ozônio (O_3), está associada ao aumento de atendimentos pediátricos por condições respiratórias agudas e crônicas, incluindo asma, bronquiolite, pneumonia e rinite alérgica. Essa vulnerabilidade é potencializada por características fisiológicas próprias da infância, como vias aéreas proporcionalmente mais estreitas, sistema imunológico imaturo e maior frequência respiratória, fatores que favorecem a deposição de partículas, a inflamação e a disfunção da barreira epitelial. No âmbito fisiopatológico, destacam-se mecanismos, como o estresse oxidativo, a ativação exacerbada da resposta imunológica e o comprometimento da integridade das células epiteliais, que aumentam a predisposição a infecções e agravam quadros inflamatórios. Pesquisas nacionais, como o experimento *Smoke, Clouds and Radiation – Brazil* (SCAR-B), e estudos conduzidos na Amazônia Legal apontam elevação significativa das internações pediátricas durante períodos de queimadas, quando os níveis de poluentes ultrapassam padrões de segurança. A literatura internacional reforça que não existe nível seguro de exposição e que mesmo concentrações abaixo dos limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde podem causar efeitos deletérios. No contexto brasileiro, fatores, como sazonalidade climática, queimadas, tráfego veicular intenso e processos industriais, contribuem para a deterioração da qualidade do ar. Durante o período seco, a baixa umidade relativa potencializa os sintomas respiratórios, aumenta a inflamação das vias aéreas e eleva a demanda por atendimento médico. Apesar do avanço das evidências, ainda são escassos os estudos que correlacionem dados ambientais e indicadores de saúde pediátrica no Distrito Federal, o que representa um obstáculo para a formulação de políticas públicas regionais. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre poluentes atmosféricos e o número de internações de crianças com doenças respiratórias, em unidades de saúde do Distrito Federal, a fim de subsidiar estratégias preventivas e fortalecer ações de mitigação no campo da saúde pública e do controle ambiental.

Palavras-Chave: asma; crianças; doenças respiratórias.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ATUALIZAÇÕES EM CÂNCER OCUPACIONAL: UM ESTUDO DOS DADOS EPIDEMIOLÓGICOS SOBRE AS PRINCIPAIS PROFISSÕES AFETADAS POR AGENTES CARCINÓGENOS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Lucas Rodrigues Gobbi[1]; Raphaela Serafin Rulli Costa[2]; Ademar Schultz Junior[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; lucas.rodrigues.g@sempreceub.br [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; raphaela.rulli@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; ademar.junior@uniceub.br

Entende-se o câncer ocupacional como um problema de saúde pública, uma vez que impacta milhares de trabalhadores expostos a diferentes agentes carcinogênicos em diversas ocupações. Em vista disso, este estudo tem como escopo analisar a relação entre a exposição ocupacional e o desenvolvimento de neoplasias, no Brasil, identificando os principais agentes carcinogênicos e as profissões mais afetadas e compreender a forma como as notificações estão distribuídas demograficamente. Utilizando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e embasamento teórico obtidos de plataformas, como Scielo e PubMed, a pesquisa observou que trabalhadores da construção civil, da agropecuária e de setores industriais estão entre os mais vulneráveis, o que se deve principalmente à exposição a substâncias, como benzeno, amianto, radiação e agrotóxicos. Entre os tipos mais prevalentes, destacam-se o câncer de pele não melanoma, o câncer de pulmão, o câncer de bexiga, o câncer de próstata e o câncer de mama. A subnotificação dos casos e a não observância da aplicabilidade de políticas públicas específicas dificultam o monitoramento e a prevenção da doença, apesar dos avanços recentes na legislação, como a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, que representa um passo importante para mitigar esses riscos. Logo, entende-se que a adoção de medidas de fiscalização, o uso adequado de EPI e a educação sobre riscos ocupacionais são fundamentais para a redução da incidência do câncer relacionado ao trabalho e para a implementação de um sistema de notificações mais eficaz em todo o território nacional.

Palavras-Chave: câncer ocupacional; saúde do trabalhador; agentes carcinogênicos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AUTOACEITAÇÃO E PRECONCEITO COM CORPOS LGBTQIA+: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES

Marjhory Gonçalves Moura[1]; Dayanne da Costa Maynard[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; marjhory@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; dayanne.maynard@ceub.edu.br

O estudo aborda os transtornos alimentares (TA) na sociedade hodierna, influenciada pelo avanço tecnológico e pelas mídias sociais, ao destacar a recorrência desses transtornos ao longo da história, mediante a imposição de padrões estereotipados. A análise focaliza a população LGBTQIA+, que enfrenta desafios adicionais pela aceitação de sua orientação sexual e pela pressão para encaixar-se em estereótipos impostos pela sociedade. A dificuldade de autoaceitação e o preconceito social podem levar ao desenvolvimento de transtornos alimentares, como anorexia nervosa, bulimia nervosa e transtorno de compulsão alimentar periódica. Assim, o papel do nutricionista é fulcral na identificação e no tratamento desses transtornos, bem como na atuação da equipe multiprofissional. Esta pesquisa qualitativa, quantitativa, descritiva e de intervenção buscou medir o risco de desenvolvimento de transtornos alimentares em jovens LGBTQIA+ universitários, ao explorar sua relação com mídias sociais e transição para a vida adulta, além de propor soluções que promovam a saúde integral dessa população de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário adaptado (EAT-26, BSQ e LGB-PIM), finalizando com a fase de intervenção a partir de duas atividades propostas: oficina culinária e atividade espelho. A análise de dados foi realizada pelo SPSS 21.0 com nível de significância de 5%. Os dados foram expressos em média e desvio padrão, e testes estatísticos, como o T de Student e Qui-Quadrado, foram empregados após testes de normalidade, como o Shapiro-Wilk. Na primeira fase, observou-se que a maioria dos participantes apresentou risco elevado para o desenvolvimento de TA, mesmo estando em estado nutricional adequado, com destaque para os altos índices de insatisfação corporal e a influência da aceitação limitada da identidade LGBTQIA+ na autoimagem. Na segunda fase, os dados foram reforçados a partir da escuta de nutricionistas que atendem essa população, os quais confirmaram os relatos dos participantes, destacando comportamentos alimentares disfuncionais, distorção de imagem e baixa autoestima como queixas frequentes. Também foi relatada a falta de preparo profissional e institucional para o atendimento integral à população LGBTQIA+. Na terceira fase, a intervenção com oficina culinária e atividade espelho promoveu a reflexão sobre a alimentação como cuidado e ferramenta terapêutica, além de revelar, por meio da atividade visual, a fragmentação da autoimagem nos participantes e a necessidade de acolhimento específico. Conclui-se que a população LGBTQIA+ apresenta fatores psicossociais que a tornam mais vulnerável ao desenvolvimento de transtornos alimentares, sendo necessário o investimento em ações de prevenção e acolhimento com estratégias específicas. O estudo reforça a importância de espaços seguros, a escuta ativa e as práticas interdisciplinares que respeitem a identidade de cada indivíduo. A continuidade das pesquisas é essencial para subsidiar estratégias de suporte psicológico e nutricional, visando à redução da insatisfação corporal e dos riscos associados aos transtornos alimentares, de modo a garantir os princípios do Sistema Único de Saúde e o direito à saúde previsto na Constituição Federal brasileira.

Palavras-Chave: transtornos alimentares; nutrição inclusiva; população LGBTQIA.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AVALIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ENTRE AUTOESTIMA E FUNÇÃO SEXUAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS

Lívia Lopes da Silva Vidal de Miranda[1]; Isadora Alencar Barbosa de Sousa[2]; Roberto Nascimento de Albuquerque[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; livia.miranda@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; isadoraabs19@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; roberto.albuquerque@ceub.edu.br

Pesquisas apontam que a baixa autoestima influencia o desenvolvimento da sexualidade principalmente entre as mulheres. Sentimentos de inferioridade, alterações físicas e hormonais, entre outros aspectos, podem afetar as mulheres e diminuir a satisfação sexual. Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo investigar a relação entre a autoestima e a satisfação sexual de estudantes universitárias de graduação em enfermagem de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal. Tratou-se de um estudo descritivo, transversal, quantitativo por meio da aplicação de três instrumentos: questionário com variáveis sociodemográficas, acadêmicas e afetivas; Escala de Autoestima de Rosenberg; Quociente Sexual Versão Feminina – QS-F. Os critérios de inclusão são: mulheres acima de 18 anos; estudantes de enfermagem regularmente matriculadas na instituição; assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido; resposta aos questionários em sua totalidade. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer nº 7.317.949. Participaram 148 mulheres com maioria entre 18 e 20 anos (31,9%), heterossexuais (85,4%), autodeclaradas brancas (53,5%), solteiras (79,9%), católicas (45,8%) e estudantes do turno matutino (63,9%). A Escala de Autoestima de Rosenberg apontou que a maioria das entrevistadas sentem-se pessoas de valor (48%), possuem boas qualidades (54%), são capazes de fazer coisas tão bem quanto a maioria (53%), têm atitude positiva em relação a si mesmas (55%) e, no conjunto, sentem-se satisfeitas consigo mesmas (55%). Contudo, 47% das entrevistadas pensam que são um fracasso, 37% não têm muito por que se orgulhar, 45% gostariam de ter mais respeito por si próprias, 51%, por vezes, sentem-se inúteis, e 26% concordam com que, às vezes, não prestam para nada. O QS-F revelou que a satisfação das entrevistadas está entre regular e bom, conforme o QS-F. Em relação ao desejo e ao interesse sexual, pensar em sexo não tem sido constante (22%); o interesse em sexo tem sido suficiente para manter suas relações sexuais (44,9%); conseguem envolver-se durante as relações sexuais, sem distrair-se (44,1%). Em relação às preliminares, a maioria afirmou que estimulam a continuar a relação sexual (64,6%). Em relação à excitação e à sintonia com o parceiro, verificou-se que costumam ficar lubrificadas durante a relação sexual (45,6%), e, à medida que aumenta a excitação do parceiro, elas sentem-se mais estimuladas na relação sexual (55,1%). Ao abordar sobre o conforto nas relações sexuais, a maioria afirmou que há um relaxamento da vagina durante as relações (49,6%) e não sentem dor durante a relação sexual (42,5%). Por fim, 43,3% das entrevistadas conseguem chegar ao orgasmo, e 47,2% têm tido mais vontade de relacionar-se sexualmente outras vezes. Percebeu-se, claramente, que existe uma correlação direta entre autoestima e função sexual da mulher. Quanto maior a autoestima, melhor a realização sexual. Sugerem-se novas pesquisas, a fim de traçar outras estratégias voltadas à melhora da autoestima das estudantes e criar projetos voltados a essa temática.

Palavras-Chave: sexualidade; saúde da mulher; autoimagem.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE SOB A PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS EM UMA REGIÃO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Thamires Castro Santana[1]; Gabriella Teles de Souza[2]; Renato Pinheiro Conrado[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; thamires.castro@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; gabriella.teles@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; renato.conrado@ceub.edu.br

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada do SUS, atuando na promoção, na prevenção, no diagnóstico, no tratamento e na reabilitação. Este estudo de iniciação científica avaliou a qualidade da APS na Região de Saúde Oeste do DF, com foco em usuários da RA-9, Ceilândia, por meio da versão reduzida do PCATool-Brasil 2020 para adultos, que mede 10 componentes essenciais, como afiliação, acesso, longitudinalidade, coordenação do cuidado, integralidade, orientação familiar e comunitária. O escore geral foi 2,038 (satisfatório ≥ 3), revelando que os serviços não estão plenamente orientados pelos atributos essenciais da APS. Observou-se baixa oferta de orientações sobre saúde mental, hábitos saudáveis, envelhecimento e prevenção, além da ausência de práticas educativas e de revisão medicamentosa, comprometendo a segurança terapêutica. Na coordenação do cuidado, constatou-se falha na articulação com serviços especializados, com encaminhamentos incompletos e ausência de retorno de informações, prejudicando a continuidade do atendimento. Pesquisas de satisfação, que poderiam aprimorar os serviços, também não são realizadas na maioria das unidades. Conclui-se que, apesar de avanços estruturais, há lacunas importantes na experiência do usuário, sendo necessárias políticas públicas que fortaleçam um modelo de atenção centrado na pessoa, com práticas resolutivas, vínculo afetivo-terapêutico, articulação em rede e maior participação popular.

Palavras-Chave: atenção primária à saúde; percepção dos usuários; PCATool.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AVALIAÇÃO DA COBERTURA VACINAL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA

Luiza Letti Ferronatto[1]; Beatriz Araújo Gonçalves Coelho[2]; Rodrigo dos Santos Lima[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; luiza.letti@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; biaagc@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; rodrigo.slima@ceub.edu.br

A vacinação é uma das estratégias mais eficazes na prevenção de doenças imunopreveníveis, especialmente entre profissionais e estudantes da área da saúde, que estão constantemente expostos a agentes infecciosos durante sua formação e prática clínica. Este estudo teve como objetivo avaliar a situação vacinal de estudantes de medicina de uma instituição privada do Distrito Federal, identificando a frequência de imunização de acordo com o Programa Nacional de Imunizações (PNI) e os fatores relacionados à não vacinação. Foi conduzida uma pesquisa transversal, descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa, entre agosto de 2024 e julho de 2025, envolvendo 90 estudantes de diferentes semestres do curso. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários e análise documental dos cartões vacinais enviados pelos participantes. Foram avaliadas as vacinas hepatite A, hepatite B, tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola), tétano, febre amarela, meningocócicas C e ACWY, *influenza* (campanha de 2024) e covid-19. Os resultados revelaram lacunas significativas: 67,5% dos estudantes não possuíam nenhuma dose de hepatite A, 92,8% não tinham registro da meningocócica ACWY, e 26,5% não foram vacinados contra *influenza*, em 2024. Apenas três participantes apresentaram esquema vacinal completo para todos os imunizantes analisados. Apesar disso, 83,3% declararam estar com a vacinação em dia, e 94,4% afirmaram sentir-se protegidos para atuar em ambientes hospitalares. Entre os que se consideravam totalmente vacinados, somente 20% possuíam registro documental compatível. A principal justificativa para a ausência de vacinas foi a “indisponibilidade na época adequada”, seguida por “desconhecimento do motivo”. Observou-se que estudantes com pais atuantes na área da saúde apresentaram maior taxa de cobertura vacinal completa (24,2%) em comparação aos demais (14%). Também foi identificada melhor situação vacinal entre aqueles em semestres mais avançados, especialmente no internato, possivelmente relacionada ao maior contato com a prática clínica e à conscientização sobre riscos ocupacionais. Entretanto, 63,3% dos participantes reconheceram déficit de informação sobre imunização, durante a formação, e 57,8% relataram ausência de instrução clara sobre vacinas e reforços necessários. Conclui-se que há uma discrepância relevante entre a percepção dos estudantes sobre sua proteção imunológica e a situação real constatada por meio dos registros vacinais. A identificação dessas lacunas permite orientar estratégias de educação em saúde, promover campanhas direcionadas e estimular a adesão às vacinas recomendadas para profissionais da área médica. Dessa forma, reforça-se a importância de manter esquemas vacinais completos, garantindo proteção individual e contribuindo para a prevenção de surtos e redução da transmissão de doenças imunopreveníveis no ambiente acadêmico e assistencial.

Palavras-Chave: cobertura vacinal; saúde do estudante; programa de saúde ocupacional.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AVALIAÇÃO DA CONTAMINAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE BASES FACIAIS COMERCIALIZADAS EM AMBIENTE VIRTUAL

Thaís Miyuki Miura Braga[1]; Julia Lima Costa[2]; Maria Creuza do Espírito Santo Barros[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; thais.miyuki@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; julia.limac@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; maria.barros@ceub.edu.br

A crescente popularização do comércio eletrônico tem ampliado significativamente a oferta de cosméticos, especialmente as bases faciais, o que suscita preocupações acerca da segurança microbiológica desses produtos. O presente estudo teve como objetivo avaliar a contaminação microbiológica de bases faciais comercializadas em ambiente virtual, com o intuito de contribuir para a garantia da qualidade e da segurança dos cosméticos disponibilizados no mercado digital. Para tanto, realizou-se uma pesquisa analítica e transversal na qual foram coletadas 8 amostras de bases faciais de diferentes formulações, adquiridas por meio de plataformas online. As amostras foram submetidas a análises microbiológicas laboratoriais para a quantificação de bactérias aeróbias totais e para a detecção de microrganismos específicos de interesse sanitário, tais como *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli*, considerados indicadores importantes para a avaliação da higiene e da segurança dos produtos. Posteriormente, as bases foram colocadas em uso, por 60 dias e avaliadas a cada 15 dias. Os resultados revelaram variações na presença de microrganismos, entre bases lacradas e aquelas em uso, além de diferenças relacionadas às texturas; as bases em pó foram as que apresentaram maior contaminação. A detecção de *S. aureus* foi observada em algumas amostras após o uso, evidenciando a necessidade de maior cuidado diante do manuseio e do acondicionamento das bases, depois de abertas. Adicionalmente, foram identificadas enterobactérias em algumas amostras, entre elas, *E. coli;* houve destaque para a presença de *Staphylococcus coagulase* negativo, microrganismos que merecem atenção pelo seu potencial oportunista. Nas bases lacradas, a principal morfologia bacteriana identificada foi a de bacilos gram-positivos, geralmente associados a contaminantes ambientais. Embora os produtos analisados estivessem, em geral, dentro dos parâmetros microbiológicos estabelecidos pela legislação vigente, os resultados ressaltam a importância do armazenamento adequado e do correto manuseio das bases faciais para a proteção da saúde dos consumidores. Observou-se que, mesmo com medidas apropriadas de assepsia dos aplicadores, as bases continuam suscetíveis à contaminação. Dessa forma, este estudo reforça não apenas a relevância de investigações contínuas e da conscientização sobre a microbiologia dos cosméticos, mas também evidencia que as bases faciais estão sujeitas à contaminação mesmo dentro do prazo de validade e com cuidados de assepsia, configurando-se como potencial disseminador de microrganismos de risco no uso cotidiano.

Palavras-Chave: contaminação microbiológica; bases faciais; cosméticos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AVALIAÇÃO DA FACTIBILIDADE DA ELIMINAÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA (HIV) NO DF, ATÉ 2030

Ana Carolina Calheira Lima[1]; Ana Beatriz Cerqueira Silva[2]; Alexsandro Barreto Almeida[3]; Gerson Fernando Mendes Pereira[4]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; ana.calheira.lima@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; anabeatrizc@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; alexsandro.almeida@ceub.edu.br [4] Docente Orientador CEUB (*In memoriam*)

O vírus da imunodeficiência humana (HIV) é um retrovírus com subtipos 1 e 2, da família Lentiviridae, capaz de destruir os linfócitos T-CD4+, importantes células do sistema imune, causando grave infecção e imunossupressão do organismo, que, sem o tratamento adequado, pode evoluir para a síndrome da imunodeficiência adquirida, a aids. A sua transmissão ocorre por via sexual e sanguínea, além da forma vertical, que é o foco deste estudo, a qual ocorre durante a gestação, o parto ou pela amamentação do recém-nascido. Dessa maneira, é importante saber que gestantes, parturientes, puérperas, expostas ao HIV obtiveram a notificação obrigatória apenas no ano 2000, o que inviabiliza a quantificação de casos antes deste ano. A partir desse marco até junho de 2024, foram identificadas 166.237 gestantes, parturientes e puérperas infectadas pelo HIV, o que demonstra a relevância e a expressividade desta patologia em nosso meio. Para averiguar a factibilidade da eliminação da transmissão vertical do vírus da imunodeficiência humana (HIV) no Distrito Federal, até 2030, o presente estudo realizou-se a partir de uma pesquisa quantitativa aplicada, descritiva, analítica e baseada exclusivamente em dados secundários. A investigação utilizou análise preditiva e de séries históricas de casos notificados mediante informações provenientes dos sistemas oficiais de vigilância epidemiológica do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). Foram utilizadas informações retiradas dos seguintes sistemas: SINAN (HIV gestante e criança), SIM (mortalidade), SINASC (nascidos vivos) e SICLOM (dispensação de TARV). Complementarmente, foram analisados os protocolos de pré-natal do Ministério da Saúde e os dados do Painel de Indicadores do HIV/aids. Além disso, a análise dos dados foi realizada a partir da utilização do sistema TABNET, de séries históricas de gestante HIV positiva e crianças expostas ao HIV, no período de 2000 a 2024, e do painel de indicadores do Ministério da Saúde, para observar a evolução do agravo no Distrito Federal. De acordo com a análise histórica dos dados sobre gestantes infectadas com HIV, no período de 2000 a 2024, foram diagnosticados 166.237 casos no Brasil, enquanto, no Distrito Federal, foram 1.336 casos, o que corresponde a 0.80% do total nacional. Ao analisar os casos de crianças expostas ao HIV no período de 2015 a 2024, foram diagnosticados 68.152 casos no Brasil, enquanto, no Distrito Federal, foram 528 casos, correspondendo a 0.80% do total nacional. No que concerne ao uso de TARV pelas gestantes com HIV, percebeu-se que o Distrito Federal contém uma cobertura para a TARV maior que a do Brasil, sendo constatado o valor de 20 pontos percentuais acima da cobertura nacional. Em conclusão, foi observado que a eliminação da transmissão vertical do HIV no DF, até 2030, é possível e deve ser atingida em breve, em consequência da diminuição no número de casos, com o passar dos anos, bem como se notou aumento significativo de gestantes em uso de TARV.

Palavras-Chave: HIV; gestante; transmissão vertical.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE CUIDADOS PALIATIVOS EM ESTUDANTES DE MEDICINA DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Catherine Rezende Vitoi[1]; Débora Dornelas Belchior Costa Andrade[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; catherine.rvitoi@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; debora.andrade@ceub.edu.br

Os cuidados paliativos são uma modalidade multidisciplinar e visam melhorar a qualidade de vida de pacientes e familiares diante de doenças graves, prevenindo e aliviando o sofrimento físico, psicossocial e espiritual. Essa abordagem torna-se mais relevante diante do crescimento das doenças crônicas e do câncer associado ao envelhecimento populacional. Apesar disso, a maioria dos pacientes não recebe os cuidados adequados. O nível de conhecimento sobre obesidade obtido durante os anos de educação dos estudantes parece ser deficiente. Dada a importância do tema, foi realizado um estudo analítico transversal por meio da aplicação on-line de um questionário com 15 questões, a fim de avaliar e comparar o conhecimento sobre cuidados paliativos dos estudantes de medicina, agrupados em ciclo clínico e básico (do 1º ao 8º semestre) e internato (do 9º ao 12º semestre), de uma universidade privada do Distrito Federal, além de uma seção especial com quatro questões subjetivas direcionadas apenas aos alunos do internato. Do total de 83 questionários, 6 foram excluídos por haver questões em branco ou por os indivíduos terem idade inferior a 18 anos, resultando em uma amostra final de 77 questionários a ser analisados. Foram identificadas taxas de acerto elevadas em alguns tópicos. Porém, foi possível identificar lacunas no conhecimento dos estudantes do internato, principalmente no momento de introdução dos CP, no impacto dos opioides no tempo de sobrevida, no uso de morfina para dispneia, na relação entre saturação de O_2 e dispneia, na associação da morfina ao *delirium*, no manejo da boca seca e na comunicação de informações incertas a pacientes e familiares. Fazem-se necessários estudos maiores com outras universidades da região, a fim de buscar ferramentas que melhorem o ensino e a aprendizagem dos futuros profissionais.

Palavras-Chave: cuidados paliativos; estudantes de medicina; conhecimento.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE DIABETES *MELLITUS* ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

Ricardo Lopes Curzio[1]; Beatriz Barifaldi Hirs Quintiere[2]; Ranieri Rodrigues de Oliveira[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; ricardocurzio@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; bia.quintiere@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; ranieri.oliveira@ceub.edu.br

O diabetes *mellitus* (DM) é um grupo de doenças metabólicas caracterizado por hiperglicemia persistente, decorrente de defeitos na secreção e na ação da insulina, associado a complicações crônicas que afetam múltiplos órgãos e sistemas. Com projeção global de 589 milhões de pessoas afetadas em 2025 e estimativa de ultrapassar 711 milhões até 2045, o DM representa um desafio significativo de saúde pública, marcado por alta prevalência, elevado número de casos não diagnosticados e expressivo impacto econômico, estimado em mais de US$ 1,1 trilhão anuais. A complexidade de sua fisiopatologia e manejo exige que médicos possuam conhecimento atualizado e abrangente sobre a doença, sendo a formação acadêmica determinante para a qualificação do cuidado. Este estudo teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento sobre DM, entre estudantes de medicina do Centro Universitário de Brasília (CEUB), identificar lacunas específicas e analisar sua associação com variáveis sociodemográficas e comportamentais. Foi conduzido um estudo transversal observacional entre outubro de 2024 e março de 2025, com aplicação online do "Diabetes Knowledge Questionnaire (DKQ)-24" traduzido e validado para o português, além de questionário sobre perfil sociodemográfico. A amostra foi composta por 71 estudantes, majoritariamente do sexo feminino (66,2%), solteiros (95,8%) com idade média de 23,7 anos, com desvio padrão de 11,8, variando entre 17 e 93 anos. A pontuação média de acertos foi de 80,5% com desvio padrão de 11,4%, com variação de 50% a 95,8%. Os maiores índices de acerto foram observados em conceitos básicos sobre fisiopatologia e consequências do DM, como "a causa comum da diabetes é a falta ou resistência à insulina" (98,6%) e "na diabetes não tratada, a quantidade de açúcar no sangue normalmente sobe" (98,6%). Por outro lado, identificaram-se lacunas significativas em aspectos práticos e conceituais, como cuidados com feridas ("uma pessoa com diabetes deve limpar uma ferida com solução iodada e álcool" – 21,1% de acertos), reconhecimento de sintomas ("tremores e suores são sinais de açúcar alto no sangue" – 46,5%) e compreensão sobre etiologia ("comer muito açúcar e alimentos doces é uma causa da diabetes" – 22,5%). Houve associação significativa entre a maior pontuação e o ano de graduação, evidenciando aumento do conhecimento com o avanço acadêmico. Também foi encontrada correlação positiva, embora fraca, entre idade e número de acertos, sugerindo que estudantes mais velhos tendem a apresentar maior domínio do tema. Não foram identificadas associações significativas com sexo, estado civil, IMC, prática de atividade física ou conhecimento prévio de alguém com DM. Comparando-se com estudos internacionais, o nível de conhecimento encontrado foi semelhante ou superior, mas com persistência de deficiências práticas e conceituais. Conclui-se que, embora o conhecimento sobre DM aumente ao longo da graduação, há necessidade de reforço curricular em tópicos específicos, especialmente relacionados ao manejo prático e à fisiopatologia detalhada, para garantir que futuros médicos estejam plenamente preparados para o diagnóstico, o tratamento e a educação de pacientes com diabetes.

Palavras-Chave: diabetes *mellitus*; estudantes de medicina; conhecimento.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AVALIAÇÃO DO USO DE CÉLULAS-TRONCO EM ENSAIO PRÉ-CLÍNICO COMO ALTERNATIVA TERAPÊUTICA PARA PACIENTES ACOMETIDOS POR SÍNDROMES RESPIRATÓRIAS AGUDAS GRAVES

Davi Gabriel Amaral de Oliveira[1]; Carolina Malard Peixer[2]; Conrado Carvalho Horta Barbosa[3]; Bernardo Malard Peixer[4]; Edilane Sarlo Fernandes[5]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; davi.gabriel@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; carolina.malard@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; conrado.barbosa@ceub.edu.br [4]Pesquisador colaborador - UCB [5] Pesquisadora colaboradora - UCB

Este estudo objetiva gerar soluções tecnológicas para a síndrome do desconforto respiratório agudo (SRAG), condição grave e multifatorial com alta morbimortalidade, com urgência acentuada pela pandemia de covid-19. Terapias atuais, predominantemente de suporte, ressaltam a necessidade de abordagens modificadoras da doença. Nesse contexto, as células-tronco mesenquimais (CTM) emergem como alternativa promissora pela sua capacidade imunomoduladora e efeitos anti-inflamatórios, antiapoptóticos e regenerativos. Sua translação clínica exige ensaios pré-clínicos robustos em modelos animais, como o suíno, para validar eficácia e segurança, determinando doses e mecanismos de ação. Este estudo pré-clínico validou o modelo de SRAG em suínos, fornecendo as primeiras evidências do potencial terapêutico de vesículas extracelulares. A avaliação histopatológica revelou lesão pulmonar aguda e comprometimento sistêmico, confirmando a relevância do modelo translacional. No grupo não tratado, as biópsias mostraram lesões pulmonares variando de bronquiolite discreta e hemorragia focal a quadros graves, incluindo congestão acentuada, edema e pneumonia. Crucialmente, a análise evidenciou alta incidência de eventos tromboembólicos, incluindo trombose renal, hepática e pulmonar. O achado é relevante pois mimetiza complicações de hipercoagulabilidade e disfunção multissistêmica observadas na SRAG humana e na covid-19. Exames de sangue corroboraram este quadro, revelando leucocitose persistente, elevações de ureia e creatinina e flutuações eletrolíticas, confirmando a resposta sistêmica à lesão. Em contraste, os resultados preliminares dos porcos que receberam o tratamento com vesículas extracelulares (EV) demonstraram clara tendência de proteção contra as complicações sistêmicas. Embora esses animais tenham desenvolvido lesões pulmonares, como pneumonia neutrofílica multifocal ou histiocítica, a grande diferença foi a ausência de alterações histopatológicas significativas e, notavelmente, de trombos em órgãos como fígado, coração e rins. A ausência de lesões tromboembólicas no grupo tratado contrasta com a alta incidência nos animais não tratados, sugerindo que a terapia com EV pode mitigar o componente sistêmico da doença, especialmente a disfunção endotelial e a coagulopatia. Em conclusão, o modelo de SRAG mostrou-se eficaz e representativo, reproduzindo lesões pulmonares e complicações multissistêmicas. As evidências indicam que a intervenção com vesículas extracelulares, embora não previna completamente a lesão inicial, pode atuar como agente protetor sistêmico, modulando a inflamação e prevenindo trombos em órgãos vitais. O achado sugere caminho promissor para o desenvolvimento de uma terapia que reduza a morbimortalidade associada à SRAG, aliviando a pressão sobre os sistemas de saúde e posicionando o projeto na vanguarda das terapias avançadas.

Palavras-Chave: células tronco; síndrome respiratória aguda grave; injúria pulmonar, vesículas extracelulares.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

BIOPROSPECÇÃO PARA PRODUÇÃO DE BIOPLÁSTICO A PARTIR DA BORRA DE CAFÉ

Júlia Monteiro Silva[1]; Anna Beatriz Domingas da Silva[2]; Anabele Azevedo Lima Barbastefano[3]

[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB; julia.msilva@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIBITI CEUB; dsilva.anna95@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; anabele.lima@ceub.edu.br

Com o passar dos anos, observa-se grande aumento da produção de plástico mundial, e este acúmulo está relacionado a sua dificuldade de degradação, pois gera muitos resíduos poluentes para a população e o meio ambiente, como, por exemplo, o microplástico, além da degradação de ecossistemas, principalmente os marinhos. Neste sentido, buscando uma alternativa que seja sustentável, o objetivo da presente pesquisa foi confeccionar um tipo de bioplástico a partir da borra de café, que seja degradado naturalmente no ambiente e que atenda as mesmas funcionalidades de um plástico convencional de origem do petróleo. Para isso, fez-se a aquisição de borras de café e outros compostos, para obter diferentes produtos que se assemelham aos aspectos esperados de um plástico convencional. Além disso, testaram-se alguns parâmetros dos produtos obtidos quanto à resistência em diferentes temperaturas, à solubilidade em água, à dureza e aos aspectos de decomposição. Foi possível obter diferentes tipos de insumo de bioplástico promissores em relação aos aspectos morfológicos, à resistência, à dureza e à flexibilidade. Desenvolveu-se biotecnologia com potencial para tornar-se uma alternativa ao uso de plástico de origem fóssil, embora testes mais minuciosos devam ser repetidos e concluídos. A depender do tipo de objeto de interesse, os insumos produzidos neste trabalho podem servir como base sustentável, apresentando relevância científica, social, econômica e ambiental.

Palavras-Chave: bioplástico; borra de café; alternativa sustentável.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CABELO EM FOCO: INVESTIGANDO OS BENEFÍCIOS DOS ÓLEOS ESSENCIAIS E DA ALTA FREQUÊNCIA NO TRATAMENTO DA CALVÍCIE MASCULINA

Ana Beatriz Eloi Plácido[1]; Bianca Marielle Ferreira Schwanz[2]; Lélia Cristina Tenório Leoi Romeiro[3]

[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB/FAP; ana.placido@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIBITI CEUB/FAP; bia.schwanz@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; lelia.romeiro@ceub.edu.br

A alopecia androgenética (AGA) é a forma mais prevalente de perda capilar masculina, associada a fatores genéticos e à ação da diidrotestosterona (DHT) sobre os folículos pilosos, resultando em sua miniaturização progressiva. Embora tratamentos convencionais, como minoxidil e finasterida, sejam eficazes, seus efeitos adversos estimulam a busca por alternativas seguras, eficazes e de baixo custo. Este estudo avaliou os efeitos de um *blend* de óleos essenciais (alecrim, tomilho, lavanda, hortelã-pimenta e copaíba), diluídos em óleo vegetal de semente de uva (inerte), associado ou não à terapia de alta frequência, no tratamento da AGA masculina, comparando-os a intervenções de controle. Participaram 16 homens com idades entre 18 e 50 anos, portadores de calvície de leve a moderada. Os indivíduos foram randomizados em quatro grupos experimentais: grupo 1 – *blend* de óleos essenciais + alta frequência; grupo 2 – *blend* de óleos essenciais sem alta frequência; grupo 3 – óleo de semente de uva + alta frequência; grupo 4 – tônico capilar comercial. As intervenções presenciais foram realizadas uma vez por semana, durante 60 dias, seguindo protocolo padronizado. Como parte do tratamento, todos os participantes receberam xampu neutro para uso diário. Dois tipos de formulação foram preparados: xampu neutro (sem adição de óleos ou ativos) e xampu neutro com o mesmo *blend* de óleos essenciais utilizado nas aplicações presenciais. Os grupos 1 e 2 utilizaram xampu com o *blend*, enquanto o grupo 3 e o 4 receberam apenas xampu. A avaliação dos resultados foi conduzida semanalmente, por meio de dermatoscopia, registros fotográficos padronizados e anamnese capilar, considerando parâmetros, como densidade capilar, integridade estrutural dos fios, oleosidade e presença de descamação. Os grupos 1 e 2 apresentaram crescimento capilar significativo, com fios com bulbos íntegros e cutículas fechadas. Ambos relataram melhora da saúde do couro cabeludo com redução da oleosidade e da descamação. O grupo 1, que associou alta frequência, indicou resultados mais rápidos e densos, embora ambos os grupos com óleos essenciais tenham alcançado benefícios expressivos. O grupo 3, tratado com óleo de semente de uva (inerte) e alta frequência, não apresentou crescimento capilar relevante, mas demonstrou melhora na oleosidade e na descamação, sugerindo efeito positivo da alta frequência sobre a saúde do couro cabeludo. O grupo 4, com tônico comercial, apresentou maior aumento de densidade capilar, porém com fios estruturalmente danificados e aumento da oleosidade, com queixas de fragilidade e propensão à quebra. Conclui-se que o uso do *blend* de óleos essenciais, com ou sem a associação da alta frequência, é uma estratégia terapêutica eficaz e segura para o tratamento da alopecia androgenética. A abordagem mostrou-se capaz de promover o crescimento capilar e a saúde do couro cabeludo, evitando os efeitos colaterais e os danos estruturais observados com o uso do tratamento convencional. O estudo sugere que os óleos essenciais representam uma alternativa viável para o manejo da AAG, justificando investigações adicionais, para elucidar seus mecanismos de ação.

Palavras-Chave: alopecia androgenética; óleos essenciais; terapia de alta frequência.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CIGARRO ELETRÔNICO: IDENTIFICANDO A SINTOMATOLOGIA ADVINDA DO USO PROLONGADO DOS DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS PARA FUMAR NA POPULAÇÃO JOVEM UNIVERSITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Sergio de Castro Cunha Neto[1]; Vitor Borges Japiassu[2]; Alexandre Sampaio Rodrigues Pereira[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; sergio.ccn@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; vitorjapiassu@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; alexandre.pereira@ceub.edu.br

O estudo foi realizado com a participação de 168 jovens universitários do Distrito Federal, com o objetivo de compreender, de maneira aprofundada, a sintomatologia advinda do uso de dispositivos eletrônicos para fumar. Foi utilizada a metodologia quantitativa, e aplicou-se um questionário, de maneira preferencialmente presencial, de janeiro a julho de 2025, a estudantes de múltiplas instituições de ensino superior, que abordasse questões referentes à percepção do entrevistado em relação ao uso dos dispositivos e como eles interferem em sua saúde de maneira prejudicial. O grupo etário majoritário identificado entre os participantes foi de 18 a 24 anos de idade, sendo apenas 7,14% do total portadores de alguma doença respiratória crônica que interferisse nos sintomas apresentados com a asma a mais prevalente (71,43% dos afetados). O questionário inquiriu sobre a correlação do uso dos dispositivos eletrônicos com o uso de outras substâncias inalatórias, como *cannabis* e tabaco tradicional e suas variadas formas, obtendo registros relevantes com relação ao poliabuso de substâncias e como o uso dos dispositivos interfere na incidência de abuso delas. Após a análise dos dados obtidos, podem-se dividir os entrevistados em 2 grupos, pessoas que estão em uso contínuo dos dispositivos e pessoas que já cessaram o uso por completo, sendo a diferença entre os 2 grupos nitidamente perceptível, com sintomas, como tosse seca, pigarro, irritação e ardência de nariz e cavidade oral, apresentados por uma parcela significativamente aumentada dos usuários ativos, além de eles relatarem a maior dificuldade de realizar atividades físicas intensas. Também foi questionada a correlação entre o uso dos dispositivos e o surgimento ou o agravamento de condições psicológicas, como transtorno depressivo maior e transtorno de ansiedade generalizada, não tendo sido demonstrada influência significativa entre o abuso e o surgimento de novos casos ou o agravamento dos quadros já existentes. Outro tópico avaliado foi o potencial viciante da droga por meio de perguntas que demonstrassem a autopercepção dos avaliados com relação ao potencial cenário de tentativa de cessação do uso ativo ou de quando obtiveram sucesso neste objetivo, no caso dos usuários prévios, observando-se um comportamento consideravelmente viciante, ou seja, mais de 50% dos usuários ativos sentiram a necessidade diária de uso, e, aproximadamente, 70% correlacionaram o uso a situações de maior estresse ou ansiedade. O estudo, em sua totalidade, cumpriu, de maneira adequada, o seu intuito inicial de coletar informações atualizadas e relevantes que possam ser utilizadas para aprofundar o conhecimento sobre o uso dos dispositivos eletrônicos para fumar e as consequências diretas e indiretas disso, auxiliando a elaboração de intervenções médicas e, possivelmente, ajudando a aumentar a conscientização da população geral sobre os malefícios deste padrão comportamental.

Palavras-Chave: cigarro eletrônico; sintomatologia; população jovem universitária.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

COBERTURA VACINAL E IMPACTO DAS VACINAS CONTRA A DENGUE NA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CASOS GRAVES E DA MORTALIDADE ASSOCIADA À DENGUE NO PERÍODO DE 2023 A 2024, NO DISTRITO FEDERAL

Luana Rafael de Albuquerque Oliveira[1]; Rafael Benício Bonatelli Moni[2]; Milton Rego de Paula Júnior[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; luana.albuquerque@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; rafael.benicio@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; milton.junior@ceub.edu.br

A dengue é a arbovirose urbana mais prevalente no Brasil e nas Américas. A doença é transmitida pela picada de mosquitos das espécies *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, infectados com o vírus da dengue. No Brasil, a dengue tem um perfil endêmico-epidêmico representado por epidemias com alta incidência de casos e letalidade, sendo uma ameaça à saúde pública. Uma vez que as medidas tradicionais de controle do vetor não se demonstraram sustentáveis ou aplicáveis, a vacina contra a dengue parece ser a melhor intervenção. O presente estudo teve como objetivo descrever a cobertura vacinal e a incidência de casos de dengue, dengue grave e de óbitos por dengue no período de 2023 a 2024, no Distrito Federal (DF). A pesquisa foi realizada conforme a extração de dados disponibilizados pelo DATASUS, por meio da plataforma TabNet, que disponibiliza informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, e pelos dados da Secretaria de Saúde do DF. O ano de 2024 apresentou o maior número de casos de dengue na última década, no DF e no Brasil. Entre 2023 e 2024, observou-se aumento de 565% nos casos prováveis de dengue, no DF, com pico em fevereiro de 2024, um aumento maior quando comparado a 326,7% no Brasil. A faixa etária entre 20 e 39 anos concentrou mais casos, mas a maior incidência ocorreu naqueles menores de 1 ano, e o sexo feminino foi o mais acometido. Ademais, houve aumento de 1.052% nos casos graves e de 2.656% nos óbitos. Idosos foram os mais afetados por óbitos, em 2024, enquanto adultos de 40 a 59 anos lideraram as mortes por dengue grave. Realizada uma análise mensal, janeiro, fevereiro e março de 2024 concentraram 80% das internações por dengue, no DF, e, quando comparado a 2023, houve o aumento de 449,3% no total de internações. A vacina contra a dengue foi introduzida na saúde pública do DF, em fevereiro de 2024, com a Qdenga, na população alvo de 10 a 14 anos. A faixa etária de 10 anos apresentou a maior cobertura vacinal (70,1% na 1ª dose; 22,3% na 2ª dose), e a de 14 anos, a menor cobertura (34% na 1ª dose; 14% na 2ª dose). A cobertura vacinal foi de 46% na 1ª dose e de 18,9% na 2ª dose, na população alvo total. Ademais, o número de casos e de óbitos entrou em declínio a partir de fevereiro de 2024, época em que foi iniciada a vacinação. No entanto, não há dados suficientes para afirmar que a relação desse declínio é de causalidade e de acordo com a aplicação da vacina, em razão da baixa cobertura vacinal e de possíveis vieses. Espera-se que, com a ampliação da vacinação e maior cobertura vacinal, seja possível analisar, de forma mais assertiva, o impacto da vacinação no perfil epidemiológico da dengue.

Palavras-Chave: dengue; vacinas; perfil epidemiológico.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

COMO AS TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO, INCLUINDO MATERIAIS DE ACABAMENTO, PODEM REDUZIR O DESGASTE AMBIENTAL NA ARQUITETURA SUSTENTÁVEL EM PRÉDIOS DE ÁGUAS CLARAS: ESTUDO DE CASO

Alicia Beatriz Mendes Spies[1]; Camilla Juliano de Sousa[2]; Eliete de Pinho Araujo[3]; Joyce de Araujo Mendonça[4]

[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB/FAP; alicia.beatriz@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIBITI CEUB/FAP; camilla.sousa@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; eliete.araujo@ceub.edu.br [4] Pesquisadora colaboradora CEUB; joyce.mendonca@ceub.edu.br

Águas Claras foi inaugurada em dezembro de 1992 e sofreu uma onda de adensamento urbano nos anos seguintes de sua concepção, em razão de um crescimento extremamente acelerado. Por esse motivo, muitas construções na região sofreram o impacto da urbanização e a alta densidade populacional. Esta pesquisa tem como objetivo mostrar as consequências desses fatores em uma metrópole, com poucos anos de existência e definir soluções de arquitetura e projeto que podem amenizar a degradação desta região. A análise consiste em considerar a relação entre fatores físicos e sociais e busca compreender como a transformação do uso e a ocupação do solo afetam a qualidade ambiental e a resiliência urbana. Foram utilizados como objeto de estudo em formato comparativo dois edifícios com idades próximas, para que se possa avaliar o emprego das técnicas empregadas positivamente e negativamente nas edificações. O Residencial Águas Claras II e o Residencial Parque das Águias foram inaugurados na RA, logo no princípio de sua concepção. Um deles adota medidas sustentáveis ao longo dos anos, para adequar-se às novas gerações e ao crescimento acelerado, que tem obstruído o meio ambiente. O outro não contém nenhuma das técnicas adotadas e gera grande impacto negativo no ecossistema. O objetivo é demonstrar como as técnicas de arquitetura sustentável podem reduzir o desgaste ambiental. São apresentadas as evidências da degradação ecossistêmica na região administrativa, os estudos de caso como exemplificação das consequências de ações sustentáveis e as técnicas a ser adotadas e utilizadas tanto nas edificações já existentes quanto nas futuras. Além disso, indica-se a importância das medidas ecologicamente corretas em uma metrópole. Em suma, os resultados parciais demonstram que o avanço desordenado, a ocupação e a ausência de planejamento integrado têm produzido alterações significativas no ambiente local. Foram observadas a supressão de áreas verdes e a intensificação das ilhas de calor que afetam diretamente a qualidade de vida. A continuidade desse padrão de crescimento urbano tende a agravar os impactos socioambientais e comprometer o equilíbrio ecológico. Por esse motivo, torna-se imprescindível o desenvolvimento e a implementação de estratégias de gestão urbana sustentáveis, capazes de harmonizar a expansão urbana e preservar os recursos naturais em conjunto com o bem-estar da população.

Palavras-Chave: sustentabilidade urbana; desgaste ambiental; arquitetura sustentável.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

COMPARAÇÃO DAS VARIÁVEIS HEMODINÂMICAS E FUNÇÃO PULMONAR DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS USUÁRIOS E NÃO USUÁRIOS DE CIGARRO ELETRÔNICO

Fernanda Reis Provasi[1]; Antônio Vitor Farias Martins[2]; Mateus Medeiros Leite[3]; Rafaella Carvalho da Silva[4]; Juliana Martins Feijó Pinheiro[5]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; fernanda.provasi@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; aantoniovitor@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; mateus.mleite@ceub.edu.br [4] Pesquisadora colaboradora CEUB; rafaella.csilva@ceub.edu.br [5] Pesquisadora colaboradora CEUB; jumartinsfeijo@sempreceub.com

A popularidade dos dispositivos de cigarros eletrônicos (CE), impulsionada por percepção de menor risco e atrativos, como sabores diversificados, contrasta com a proibição da ANVISA no Brasil e as evidências de problemas de saúde associados. O objetivo geral desta pesquisa foi comparar parâmetros hemodinâmicos, função pulmonar, desempenho cardiorrespiratório e características físicas entre jovens universitários usuários e não usuários de CE. O estudo, de abordagem transversal e quantitativa, incluiu 60 voluntários universitários com idades entre 18 e 34 anos, de um Centro Universitário do Distrito Federal. Os participantes foram submetidos a avaliações das características sociodemográficas, antropométricas e de composição corporal, além de espirometria e um teste de esforço máximo em esteira, para análise de variáveis hemodinâmicas e desempenho cardiorrespiratório, para verificar o volume máximo de oxigênio (VO_2máx). A maioria era de cursos da área da saúde (85%), consumia bebida alcoólica (78,33%) e era fisicamente ativa (70%). Entre os usuários de CE, observou-se elevada frequência de uso, com 62,07% utilizando o cigarro eletrônico regularmente, sendo 41,38% diariamente, e prevalência de policonsumo de outras substâncias, como narguilé, cigarro de palha, maconha e cigarro convencional. Os resultados revelaram que, embora não houvesse diferenças significativas em peso, estatura e IMC entre os grupos, os usuários de CE apresentaram menor massa muscular ($p=0,039$) e pior função pulmonar com valores mais baixos de pico de fluxo expiratório (PEF). No desempenho cardiorrespiratório, usuários fumantes exibiram menor VO_2máx (32,66 x 43,74 ml/kg/min; $p<0,001$), menor velocidade e tempo no teste, indicando pior capacidade aeróbica. Do ponto de vista hemodinâmico, a pressão arterial diastólica (PAD) foi maior em repouso nos usuários ($p=0,013$), que também apresentaram frequência cardíaca (FC) e duplo produto (DP) de repouso mais elevados, além de recuperação mais lenta da frequência cardíaca e da pressão arterial, após o exercício. Observou-se alta frequência de uso diário de CE, padrões de policonsumo e elevado insucesso em tentativas de cessação. Tais resultados indicam que o uso de cigarros eletrônicos entre jovens universitários está associado a menor massa muscular, pior função pulmonar, redução do desempenho cardiorrespiratório e alterações hemodinâmicas em repouso, esforço e recuperação, ressaltando a necessidade de ações preventivas e educativas, para conscientizar sobre os riscos à saúde nessa população.

Palavras-Chave: cigarros eletrônicos; função pulmonar; aptidão cardiorrespiratória.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

COMPARAÇÃO DOS EFEITOS DA EQUOTERAPIA E DA TERAPIA DE REALIDADE VIRTUAL NO CONTROLE POSTURAL DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Júlia Ellen Virgínio de Assis[1]; Kamilly Evelyn Soares Mesquita de Souza[2]; Ana Letícia de Souza Oliveira[3]; Kamylla Novais[4]; Latife Nemetala[5]

[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB; julia.assis@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIBITI CEUB; kamilly.evelyn@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; ana.leticia@ceub.edu.br [4] Pesquisadora colaboradora – CEDIN; kamyllanovais@gmail.com [5] Pesquisadora colaboradora - ANDE BRASIL; revista@equoterapia.org.br

A trissomia do 21 é uma condição genética caracterizada pela presença de um cromossomo extra no par 21 e está frequentemente associada a déficits motores, hipotonia, frouxidão ligamentar e dificuldades no controle postural, que comprometem a autonomia e a qualidade de vida das crianças. Nesse contexto, diferentes abordagens terapêuticas são estudadas, para melhorar o equilíbrio e a coordenação motora desses indivíduos. Entre elas, destacam-se a equoterapia, que utiliza o cavalo como recurso terapêutico, e a terapia de realidade virtual, que promove a estimulação sensório-motora por meio da interação em ambientes virtuais. O presente estudo buscou comparar os efeitos dessas duas intervenções no controle postural de crianças com T21. Trata-se de um ensaio clínico randomizado e controlado, de natureza aplicada, abordagem quantitativa e caráter experimental, realizado em centros especializados de Brasília. A amostra foi composta por crianças com idade entre 3 e 12 anos, divididas aleatoriamente em dois grupos: um submetido à equoterapia e outro à terapia de realidade virtual. Para a avaliação, utilizou-se a Escala de Equilíbrio Pediátrica (EEP), instrumento validado para medir equilíbrio estático e dinâmico em atividades funcionais. As intervenções ocorreram semanalmente, durante oito semanas, com sessões de 30 minutos. O protocolo da equoterapia incluiu adaptação ao cavalo, realização de curvas, retas, aclives, declives e variações de montaria, enquanto o da realidade virtual envolveu jogos interativos da plataforma *Lumo play* com foco em música, esportes e atividades lúdicas. A reavaliação com a EEP foi realizada a cada quatro sessões. Os resultados evidenciaram melhora progressiva em ambos os grupos, com ganhos significativos no equilíbrio e na coordenação motora. A equoterapia mostrou-se eficaz principalmente pela estimulação tridimensional gerada pela marcha do cavalo, que favorece ajustes posturais e ativação global do sistema sensório-motor. Por sua vez, a realidade virtual destacou-se pelo caráter lúdico e pela motivação intrínseca das crianças, além de estimular a plasticidade neural e as habilidades de planejamento motor. Comparativamente, observou-se que ambas as terapias contribuem de forma positiva, mas a equoterapia apresentou maior impacto no controle postural funcional, enquanto a realidade virtual demonstrou potencial relevante como recurso complementar, especialmente pela facilidade de acesso e adesão das crianças. Conclui-se que tanto a equoterapia quanto a realidade virtual são intervenções eficazes para promover melhorias no controle postural de crianças com T21, podendo ser aplicadas, de forma complementar, ao processo de reabilitação.

Palavras-Chave: trissomia do 21; terapia com cavalos; realidade virtual.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

COMPARAÇÃO DOS PARÂMETROS ANTROPOMÉTRICOS, METABÓLICOS E INFLAMATÓRIOS DE ACORDO COM A PRESENÇA DE DINAPENIA E SARCOPENIA EM HOMENS IDOSOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Enzo Alves Usai[1]; Denilson da Silva Ferreira[2]; Mateus Medeiros Leite[3]; Silvana Schwerz Funghetto[4]; Marina Morato Stival[5]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; enzo.usai@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; denilson.sferreira@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; mateus.mleite@ceub.edu.br [4] Pesquisadora colaboradora – UnB; silvana.funghetto@gmail.com [5] Pesquisadora colaboradora – UnB; mstival@gmail.com

O aumento da população idosa e suas condições associadas, como a sarcopenia e a dinapenia, foram o foco deste estudo, que teve como objetivo analisar a prevalência e os fatores associados a essas condições em homens idosos atendidos na atenção primária à saúde. Para isso, foi conduzido um estudo transversal com uma amostra de 46 homens idosos, com idade média de 70,2 ± 7,5 anos, recrutados de uma Unidade Básica de Saúde no Distrito Federal. Os dados foram coletados por meio de questionários para informações sociodemográficas e de hábitos de vida, bem como avaliações da força muscular com dinamômetro e da composição corporal por meio de DEXA. Os resultados mostraram alta prevalência de comorbidades, com 71,74% dos participantes apresentando hipertensão arterial sistêmica (HAS) e 95,65% relatando diabetes *mellitus* (DM). A prevalência de sarcopenia foi de 15,22%, enquanto a de dinapenia foi de 34,78%. A análise das associações revelou um achado estatisticamente significativo entre a dinapenia e o tabagismo (p = 0,037), sugerindo que este hábito pode ser importante fator de risco para a perda de força muscular. As principais conclusões extraídas do trabalho apontam para significativa prevalência de dinapenia, e a associação com o tabagismo reforça a necessidade de uma abordagem multiprofissional na atenção primária, para a identificação precoce e a gestão dessas condições, com foco nos hábitos de vida. Para trabalhos futuros, sugere-se a realização de pesquisas com amostras maiores e mais diversificadas, a fim de corroborar as associações identificadas e aprofundar a investigação da relação entre o tabagismo, os marcadores inflamatórios e a perda de força muscular.

Palavras-Chave: homens idosos; dinapenia; atenção primária em saúde.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

COMPETÊNCIA ALIMENTAR E SAÚDE MENTAL EM JOVENS ESTUDANTES DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB

João Rafael Queiroz Soares[1]; Lílian Silva de França[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; joao.rafael@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; lilian.franca@ceub.edu.br

O presente estudo teve como objetivo avaliar a competência alimentar (CtA) e sua associação com sintomas de depressão, ansiedade e estresse em estudantes universitários de uma instituição privada do Distrito Federal. Trata-se de um estudo observacional, transversal, realizado com 184 adultos jovens (± 21,84 anos), predominantemente do sexo feminino (63,04%), com elevada renda familiar mensal, sendo a maioria estudantes da área de Ciências da Saúde (88,04%) com destaque para o curso de medicina (78,26%). A CtA foi mensurada por meio da versão brasileira do *Satter Eating Competence Inventory* 2.0 (ecSI2.0™BR), e os sintomas psicológicos, pela Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (EADS-21). O escore mediano de CtA foi de 32,50 pontos, classificando os indivíduos como competentes. As medianas para depressão, ansiedade e estresse foram, respectivamente, 6, 6 e 12 pontos, indicando níveis majoritariamente normais a leves, mas com ampla variação, revelando heterogeneidade de sintomas. Universitários não competentes apresentaram escores significativamente mais elevados para depressão, ansiedade e estresse ($p < 0,001$) em comparação aos competentes. A insatisfação com o peso corporal esteve fortemente associada à não competência alimentar (OR = 6,706), assim como a presença de sintomas de depressão (OR = 7,820), estresse (OR = 5,550) e ansiedade (OR = 2,485) ($p < 0,001$ para todos). As correlações mostraram que, quanto maior o escore de CtA, menores são os sintomas de estresse ($r = -0,506$), depressão ($r = -0,475$) e ansiedade ($r = -0,361$), indicando que estudantes mais competentes em relação à alimentação tendem a apresentar menor sofrimento psicológico. Além disso, sintomas psicológicos apresentaram correlações positivas moderadas entre si, sugerindo que, frequentemente, coexistem. Os resultados evidenciam que a CtA está associada a melhores indicadores de saúde mental, porém destaca-se o fato de tratar-se de uma amostra de elevada renda e escolaridade, além de haver algum conhecimento técnico acerca de alimentação e saúde. A elevada prevalência de sintomas de depressão, ansiedade e estresse, especialmente nos não competentes, ressalta a importância de intervenções integradas que promovam simultaneamente a CtA e o bem-estar psicológico. Conclui-se que estratégias voltadas à educação alimentar, ao fortalecimento da imagem corporal positiva, ao desenvolvimento de habilidades culinárias e ao manejo do estresse podem contribuir para a melhoria da relação com a alimentação e a saúde mental de universitários. Esses achados destacam a relevância de políticas institucionais que reconheçam a alimentação como componente central da qualidade de vida e do desempenho acadêmico, favorecendo a formação de profissionais mais conscientes e equilibrados.

Palavras-Chave: competência alimentar; saúde mental; estudantes universitários.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

COMPLIANCE AMBIENTAL EM ABS: UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA ENTRE A PERSPECTIVA "NATIVA" E A CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO

Marcelo Mourão Motta Grossi[1]; Márcia Dieguez Leuzinger[2]
[1] Discente Bolsista PIC Direito/FAP; marcelo.grossi@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; marcia.leuzinger@ceub.edu.br

Em um país megabiodiverso, como o Brasil, é de extrema relevância compreender se a legislação que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado promove, de fato, a repartição de benefícios, visando à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade. Este relatório final apresenta pesquisa sociojurídica qualitativa sobre *compliance* ambiental, na temática de acesso e repartição de benefícios (ABS), com a utilização do método dedutivo, a partir de revisão bibliográfica, complementada por pesquisa etnográfica, realizada entre guardiãs e guardiões da sociobiodiversidade e por informações obtidas junto ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). O objetivo é analisar se a atuação das guardiãs e dos guardiões da sociobiodiversidade, que integram instâncias colegiadas do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) e do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB), contribui para a promoção de *compliance* ambiental em consonância com o Programa Nacional de Repartição de Benefícios (PNRB), a Política Nacional da Biodiversidade (PNB) e a Estratégia Nacional de Bioeconomia. Além disso, perscruta-se a perspectiva "nativa" no sentido antropológico. Conclui-se que a atuação dos representantes dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e das agricultoras e dos agricultores familiares em instâncias colegiadas do Governo Federal, na qualidade de agentes públicos honoríficos, é estratégica na promoção de *compliance* em ABS.

Palavras-Chave: biodiversidade; patrimônio genético; acesso e repartição de benefícios (ABS).

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

COMPORTAMENTO SEXUAL ASSOCIADO AO MEDO DE ENGRAVIDAR NAS UNIVERSITÁRIAS

Letícia Rodrigues Monteiro[1]; Natália Couto de Andrade[2]; Julliane Messias Cordeiro Sampaio[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; leticia.rmonteiro@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; - nataliandrade8@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; julliane.sampaio@ceub.edu.br

O medo de engravidar pode apresentar-se como um fator de regulação do comportamento sexual, especialmente entre mulheres jovens que se encontram em fase de formação acadêmica. Este estudo teve como objetivo identificar se há alteração no comportamento sexual de universitárias em decorrência do medo de engravidar. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, desenvolvida com estudantes de uma instituição de ensino superior do Distrito Federal. A coleta de dados ocorreu por meio de formulário on-line estruturado com questões fechadas e abertas. Os dados quantitativos foram analisados por estatística descritiva, e os qualitativos, submetidos à técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin. Participaram 83 universitárias, majoritariamente solteiras, da área da saúde, entre 18 e 29 anos. A análise demonstrou que 73,4% das participantes relataram pensar sobre o risco de engravidar, durante a relação sexual, 65,3% consideram que esse medo interfere negativamente em sua vida sexual, e 45,3% já evitaram relações sexuais por receio de engravidar. O uso de métodos contraceptivos foi frequente com destaque para o dispositivo intrauterino (DIU) e a pílula anticoncepcional. Contudo, mesmo entre as usuárias de métodos de alta eficácia, o medo persistiu como sentimento recorrente. A análise qualitativa revelou três categorias principais: sentidos atribuídos ao medo de engravidar com relatos que variaram entre confiança nos métodos e abstinência sexual; articulação entre sentidos e escolhas contraceptivas, que indicou o medo como motivador de decisões contraceptivas, trocas ou múltiplas estratégias de proteção; motivações associadas ao medo, como instabilidade financeira, interrupção do percurso acadêmico, falta de suporte institucional e ausência de preparo emocional para a maternidade. Esses achados demonstram que o medo de engravidar atua como elemento estruturante das experiências sexuais e reprodutivas de universitárias com impactos na autonomia e no bem-estar. Os resultados indicam a necessidade de ampliar o debate sobre sexualidade, contracepção e planejamento reprodutivo no ambiente universitário, por meio de ações educativas, acesso facilitado a métodos contraceptivos e espaços de escuta acolhedores. Além disso, destacam-se lacunas na assistência à saúde sexual de jovens adultas, especialmente no que se refere à oferta de informações qualificadas e à valorização da autonomia das mulheres.

Palavras-Chave: comportamento sexual; anticoncepção; saúde sexual e reprodutiva.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CORRELAÇÃO ENTRE INTRODUÇÃO PRECOCE DE TELAS E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM CRIANÇAS DO DISTRITO FEDERAL

Maria Eduarda de Almeida Borges[1]; Matheus Henrique Corado Mendonça[2]; João de Sousa Pinheiro Barbosa[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; madu.almeida@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; matheus.hcm@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; joao.barbosa@ceub.edu.br

Este estudo investigou a possível relação entre a introdução precoce de telas e o desenvolvimento de sintomas do transtorno do espectro autista (TEA), em crianças residentes no Distrito Federal, integrando levantamento primário de dados com revisão sistemática da literatura recente. A pesquisa de campo, de caráter observacional, transversal e descritivo, foi realizada por meio de questionário eletrônico aplicado a pais e responsáveis, abrangendo variáveis sociodemográficas, clínicas, perfil sintomatológico e padrões de uso de dispositivos eletrônicos. Foram recebidas 51 respostas, das quais 40 compuseram a amostra final após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. A média de idade das crianças foi de 6,2 anos, predominando o sexo masculino (65%) com distribuição equilibrada entre educação infantil e ensino fundamental. Mais da metade iniciou o uso de telas antes de 1 ano de idade (55%), sendo a televisão (90%) e o *smartphone* (80%) os dispositivos mais utilizados com predomínio de conteúdos de entretenimento (82,5%) e educativos (72,5%). O tempo diário variou, com 30% usando entre 1 e 2 horas e 27,5%, acima de 3 horas. Observou-se que tempos diários mais elevados (≥3 horas) associaram-se à maior substituição de atividades de brincar ou socialização por telas (54,5% *versus* 24,1% nos grupos com ≤2–3 horas), embora não tenha havido diferença relevante na irritabilidade à retirada. No perfil clínico, 47,5% faziam uso contínuo de medicamentos, principalmente antipsicóticos, como risperidona, e 40% apresentavam comorbidades, destacando-se TDAH, distúrbios do sono e dificuldades alimentares. A gravidade do TEA, classificada pelo grau de suporte do DSM-5, concentrou-se nos graus 1 (50%) e 2 (37,5%) sem correlação significativa com idade de introdução ou tempo diário de tela. Apesar da ausência de associação clara entre exposição a telas e gravidade clínica, identificaram-se impactos funcionais relevantes, como a redução de interações sociais e de atividades ao ar livre, convergindo com evidências que apontam efeitos adversos do uso excessivo e não mediado de mídia digital no desenvolvimento infantil. As recomendações de sociedades científicas, como evitar telas para menores de 2 anos e limitar seu uso a 1 hora por dia, na pré-escola, contrastam com os padrões encontrados na amostra, evidenciando a necessidade de orientação e mediação ativa por parte dos cuidadores. Entre as limitações do estudo, destacam-se o tamanho reduzido da amostra, a natureza transversal e a dependência de autorrelato, que limitam inferências causais. Os achados, contudo, fornecem subsídios para políticas públicas e práticas clínicas voltadas à promoção de uso mais seguro e equilibrado da tecnologia por crianças com TEA, enfatizando não apenas a quantidade, mas também a qualidade e o contexto de uso de telas.

Palavras-Chave: transtorno do espectro autista; acesso precoce às telas; impactos funcionais relevantes.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CRIPTOMOEDAS E LAVAGEM DE DINHEIRO: IMPLICAÇÕES PARA EMPRESAS E SOCIEDADE

Eduardo Heinrick Litig de Almeida[1]; Abner Santos Belém[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; eduardoheinrick@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; abner.santos@ceub.edu.br

O presente estudo analisa os fatores determinantes do uso de criptomoedas em esquemas de lavagem de dinheiro, buscando compreender os impactos sobre o ambiente empresarial e a percepção social, em torno da necessidade de regulação. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa, baseada na aplicação de um questionário estruturado, respondido por 135 participantes, cujos dados foram submetidos a análises estatísticas descritivas e fatoriais exploratórias. Os procedimentos metodológicos adotados seguiram rigor científico, contando com o apoio dos *softwares* JASP e Jamovi, o que possibilitou a extração de resultados consistentes e confiáveis. Os resultados evidenciam que as criptomoedas contêm atributos que favorecem sua utilização em práticas ilícitas, destacando-se o anonimato, a descentralização e as limitações nos mecanismos de rastreamento financeiro. Ademais, constatou-se que a ausência de regulamentações específicas, as fragilidades nos processos de *compliance* e a opacidade das plataformas de negociação representam obstáculos significativos à prevenção de crimes financeiros. Diante desse cenário, o estudo identificou como medidas mitigadoras a ampliação da fiscalização estatal, a uniformização das normas regulatórias e o incentivo à educação financeira da sociedade. A pesquisa apresenta caráter inovador, ao integrar a análise técnica dos riscos associados às criptomoedas com a percepção social acerca da regulação, oferecendo visão ampla e articulada sobre os desafios enfrentados por empresas e instituições públicas. Nesse sentido, propõem-se caminhos para o fortalecimento dos mecanismos de controle, enfatizando a responsabilidade compartilhada entre o setor privado e o Estado, na promoção de um ambiente econômico mais seguro e transparente. Conclui-se que, embora as criptomoedas representem avanços relevantes para o sistema financeiro global, sua vulnerabilidade normativa gera riscos substanciais à segurança econômica. Organizações que implementam práticas robustas de governança, rastreamento digital e conformidade legal demonstram maior capacidade de reduzir tais riscos, promovendo o uso ético e legítimo da tecnologia. Por fim, o estudo reforça a necessidade da construção de políticas públicas integradas e a atuação colaborativa de diferentes setores da sociedade no enfrentamento à lavagem de dinheiro.

Palavras-Chave: criptomoedas; lavagem de dinheiro; *compliance*.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CUSTO DA DEFESA TERRITORIAL NO FORRAGEAMENTO DE MACHOS E FÊMEAS DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*Thamnophilus torquatus*)

Ana Beatriz Costa Machado[1]; Raphael Igor da Silva Corrêa Dias[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; anabeatriz.costa@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; raphael.dias@ceub.edu.br

O acesso a recursos nutricionais é essencial para a sobrevivência de todos os seres vivos independentemente da espécie ou do ambiente em que vivem. O comportamento de territorialidade é uma estratégia voltada à monopolização de recursos, sendo definida pelo balanço entre os custos e os benefícios relacionados a esse comportamento. Na família Thamnophilidae, os indivíduos são propensos a apresentar laços monogâmicos a longo prazo e cuidado biparental, características que favorecem a defesa de território. Em um estudo feito com a choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*), o comportamento territorial da espécie foi caracterizado como uma defesa conjunta e cooperativa entre machos e fêmeas, acreditando que o objetivo desse comportamento seja monopolizar os recursos limitados do território. O presente estudo visa investigar o custo da defesa territorial no forrageamento de machos e fêmeas da choca-de-asa-vermelha. Para isso, indivíduos dessa espécie foram capturados com redes de neblina, marcados com uma combinação única de anilhas coloridas e monitorados em seus territórios. Foram registrados dados comportamentais (forrageamento e vocalização) e vegetativos, relacionados aos animais observados. O estudo foi conduzido na Estação Ecológica de Águas Emendadas. Os resultados indicaram que a defesa territorial e o sexo das aves têm um efeito significativo no forrageamento da choca-de-asa-vermelha, além de demonstrar uma diferença significativa na altura do poleiro usado por machos e fêmeas. A categoria de forrageamento mais registrada foi a coleta de poleiro. Ao comparar os comportamentos, foi possível observar que atividades de forrageamento estão limitadas à menor amplitude vertical do que os locais usados para a realização de vocalizações territoriais.

Palavras-Chave: custo-benefício; dados comportamentais; territorialidade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DA IDADE MEDIEVAL À ERA ATUAL: COMBATENDO A ONICOMICOSE COM ÓLEOS ESSENCIAIS

João Victor Aguiar Cognasc[1]; Gustavo Pereira Ribeiro[2]; Lélia Cristina Tenório Leoi Romeiro[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; joao.cognasc@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; gustavo.pereira@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; lelia.romeiro@ceub.edu.br

A onicomicose é uma infecção ungueal recorrente, causada por diferentes gêneros de fungos, que impacta a estética, o conforto e a qualidade de vida dos pacientes, especialmente os idosos. Os tratamentos convencionais, embora eficazes, apresentam custo elevado, efeitos adversos e elevada taxa de recidiva, o que motiva a busca por terapias alternativas e complementares. Este estudo teve como objetivo avaliar o efeito de um *blend* de óleos essenciais no tratamento de onicomicoses recorrentes em idosos atendidos no Centro de Atendimento Comunitário (CAC) do UniCEUB. Foram selecionados quatro participantes idosos com diagnóstico clínico e laboratorial de onicomicose. As amostras de raspados ungueais foram submetidas a exame micológico direto e cultura em meio ágar *sabouraud*, permitindo o isolamento de diferentes gêneros fúngicos, incluindo dermatófitos, leveduras do gênero Candida e fungos filamentosos não dermatofíticos. Essa diversidade reforça a complexidade etiológica da onicomicose em casos recorrentes. Os isolados foram submetidos ao teste de sensibilidade *in vitro* (antifungigrama), utilizando discos impregnados com: *blend* de óleos essenciais a 2% (melaleuca, cravo, orégano, lavanda e eucalipto em óleo de semente de uva); *blend* a 1%; óleos individuais a 2%; o antifúngico comercial andriodermol®, adotado como controle, por ser de fácil acesso, baixo custo e não exigir prescrição médica, características que o tornam amplamente utilizado pela população. Os resultados demonstraram que o produto comercial apresentou halos de inibição expressivos e bem definidos, confirmando sua elevada eficácia antifúngica. O *blend* a 2% exibiu halos discretos, indicando efeito antifúngico mensurável, sobretudo contra fungos filamentosos, enquanto o *blend* a 1% não apresentou inibição detectável. Entre os óleos individuais, apenas cravo e orégano mostraram atividade antifúngica discreta, achado coerente com evidências da literatura que destacam eugenol e carvacrol como compostos bioativos com potencial antimicrobiano. Na aplicação *in loco*, observou-se melhora estética substancial nas unhas tratadas com o *blend* a 2%, incluindo melhora da coloração, da textura e da hidratação, o que conferiu aspecto mais saudável às unhas, ainda que não tenha sido testada a aplicação tópica do antifúngico comercial para comparação direta. Os resultados reforçam que a eficácia antifúngica dos óleos essenciais é dependente da concentração, e as diluições mais baixas não apresentaram efeito mensurável. Além disso, a diversidade de fungos isolados sugere que infecções mistas podem contribuir para a recorrência e a resistência ao tratamento convencional. Conclui-se que o *blend* de óleos essenciais a 2% contém potencial como terapia complementar para onicomicoses recorrentes, especialmente em idosos, com benefícios clínicos estéticos relevantes e efeito antifúngico discreto. Embora não substituam os antifúngicos convencionais, os óleos essenciais podem representar uma alternativa adjuvante promissora. Estudos futuros, com maior número de participantes e metodologias padronizadas, são necessários para confirmar esses achados e avançar na incorporação de fitoterápicos, no manejo da onicomicose.

Palavras-Chave: onicomicose; óleos essenciais; antifúngicos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DESENVOLVIMENTO DE BIOTECIDOS A PARTIR DO SUBSTRATO DA *KOMBUCHA*

Filipe Lopes dos Reis Ferreira[1]; Anabele Azevedo Lima Barbastefano[2]
[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB/FAP; filipe.lopes@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; anabele.lima@ceub.edu.br

Estudos prévios demonstraram que o couro de biofilme contém propriedades semelhantes ao couro animal, como resistência e textura, e que pode ser moldado para diversos usos. Ao explorar as propriedades e os processos de produção do biocouro, busca-se contribuir para soluções mais ecológicas e éticas na indústria da moda. Nesse contexto, a *kombucha*, uma bebida fermentada de origem asiática, rica em nutrientes e microrganismos, destaca-se por produzir um biofilme chamado Colônia Simbiótica de Bactérias e Leveduras – SCOBY. Este biofilme é uma fonte promissora de celulose bacteriana, uma substância resistente e versátil. Dadas as crescentes preocupações ambientais e de sustentabilidade na indústria têxtil, onde o couro animal e os substitutos plásticos geram impactos negativos, o couro biológico produzido da celulose da *kombucha* emerge como uma alternativa inovadora e promissora. O presente estudo buscou produzir tecido ecológico a partir da celulose presente no biofilme da *kombucha*, visando à elaboração de matéria-prima sustentável para vestimentas e acessórios. Para isso, foi essencial cultivar SCOBY a partir da bebida fermentada, extraindo sua estrutura rica em fibras de celulose. Posteriormente, foram realizados testes de associação da celulose com diferentes tipos de tecido de algodão. Além disso, na análise por microscopia de luz, foi possível visualizar o crescimento microbiológico do biofilme da *Kombucha* por entre as fibras dos tecidos de algodão, confirmando a integração e o reforço na fibra do biotecido. Ademais, foi possível obter insumos com potencial utilização para a indústria têxtil e demais setores interessados, impactando positivamente o ecossistema e reforçando o potencial do biocouro de *kombucha* como uma solução sustentável para a indústria da moda.

Palavras-Chave: bioprospecção; tecido sustentável; *kombucha*.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DESENVOLVIMENTO E ACEITABILIDADE DE SOBREMESA COM *UNCARIA TOMENTOSA* E *ZINGIBER OFFICINALE ROSCOE* PARA PORTADORAS DE ENDOMETRIOSE

Maria Eduarda Rodrigues Isoton[1]; Tatiana Bedran Cacau[2]; Camila Melo Araujo de Moura e Lima[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; mariaisoton@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; taticacau@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; camila.moura@ceub.edu.br

A endometriose é uma doença inflamatória crônica e multifatorial que afeta cerca de 10% das mulheres em idade reprodutiva, causando impactos significativos na saúde física, emocional e social. Caracterizada pela presença de tecido endometrial fora da cavidade uterina, a doença está associada a dor pélvica, infertilidade e redução da qualidade de vida. Embora os tratamentos convencionais, como terapias hormonais e cirúrgicas, possam controlar os sintomas da doença, não há cura definitiva para a endometriose, e os tratamentos atuais têm como foco principal o alívio dos sintomas e a melhora da qualidade de vida, sem eliminar a causa da doença. Além disso, essas abordagens podem apresentar efeitos colaterais indesejáveis, o que reforça a necessidade de alternativas complementares seguras e eficazes, como a fitoterapia. Evidências científicas apontam que a *Uncaria tomentosa* (unha-de-gato) e o *Zingiber officinale roscoe* (gengibre) contêm propriedades anti-inflamatórias, antioxidantes e analgésicas que podem contribuir para a redução dos sintomas da endometriose. Este estudo experimental teve como objetivo desenvolver uma sobremesa funcional autoral, elaborada pelas pesquisadoras, consistindo em um *brownie,* contendo *Uncaria tomentosa*, e um sorvete com *Zingiber officinale roscoe*, preparados em três concentrações distintas, baseadas em evidências científicas, e avaliar sua aceitabilidade sensorial por mulheres portadoras da doença. Além dos fitoterápicos, muitos dos ingredientes utilizados nas preparações têm propriedades funcionais que atuam como coadjuvantes no manejo nutricional da endometriose, potencializando os efeitos terapêuticos das receitas. A pesquisa foi conduzida no Laboratório de Habilidades Alimentares do CEUB, com 11 voluntárias diagnosticadas com endometriose e previamente selecionadas por um médico especialista. A metodologia contemplou duas etapas: oficina culinária participativa, na qual as voluntárias prepararam as receitas sob orientação das pesquisadoras e participaram de uma palestra educativa sobre nutrição no cuidado da endometriose; análise sensorial com amostras codificadas, avaliadas por meio de escala hedônica de nove pontos, considerando cor, aroma, textura, sabor e impressão global. Os resultados mostraram que a concentração de 15% de *Uncaria tomentosa* (equivalente a 750 mg por porção) e 20% de *Zingiber officinale roscoe* (equivalente a 1 g por porção) foram as mais aceitas, apresentando médias na impressão global de 7,8 e 7,3, respectivamente. Concentrações mais baixas favoreceram a aceitabilidade sensorial, sem comprometer o potencial funcional dos fitoterápicos, respeitando as doses recomendadas em literatura e no *Memento fitoterápico*. Conclui-se que as sobremesas funcionais autorais, com respaldo científico e ingredientes coadjuvantes, representam uma estratégia viável e inovadora, para integrar sabor, saúde e qualidade de vida, reforçando o papel da nutrição como ferramenta complementar ao cuidado clínico no manejo da endometriose.

Palavras-Chave: fitoterapia; desenvolvimento de produtos; práticas integrativas em saúde.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DESFECHO CLÍNICO DE PACIENTES COM HEMORRAGIA DIGESTIVA ALTA POR NEOPLASIA EM RELAÇÃO AO TEMPO PARA ABORDAGEM ENDOSCÓPICA TERAPÊUTICA: UM ESTUDO DE CASO CONTROLE

João Pedro Abbott Cabral de Oliveira[1]; Ricardo Jacarandá de Faria[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; joaopedro.abbott@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; ricardo.faria@ceub.edu.br

A hemorragia digestiva alta (HDA) é uma emergência médica que pode ter origem em úlceras pépticas, erosões, varizes esofágicas e neoplasias. Entre elas, as neoplasias gastrointestinais representam uma causa relevante, associada a alto risco de sangramento recorrente e complicações. A endoscopia digestiva alta (EDA) é fundamental no diagnóstico e no tratamento, e seu tempo de realização pode influenciar significativamente o prognóstico, especialmente em pacientes oncológicos. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é avaliar se a realização precoce da EDA (até 24 horas da admissão) está associada a melhores desfechos clínicos em pacientes com HDA secundária a neoplasias, considerando recuperação clínica, complicações e efetividade terapêutica. Este estudo é observacional, retrospectivo, inicialmente delineado como caso controle com análise de prontuários de pacientes atendidos no Hospital de Base do Distrito Federal, em 2023. Foram selecionados 75 indivíduos elegíveis (16 casos com HDA por neoplasia e 59 controles sem neoplasia), identificados a partir do serviço de endoscopia. As variáveis coletadas incluíram dados demográficos, tempo até a EDA, necessidade de reabordagem ou cirurgia, tempo de internação, admissão em UTI, transfusões e mortalidade em 30 dias. Os obstáculos metodológicos e a não concessão de liberação de TCLE pelo Comitê de Ética do IGESDF inviabilizaram o delineamento inicial do estudo. Dos 75 prontuários selecionados, apenas 11 autorizações foram obtidas (4 casos e 7 controles), inviabilizando a comparação estatística. O estudo foi reestruturado como série de casos, incluindo apenas os quatro pacientes com HDA, por neoplasias gastrointestinais. Entre eles, dois tiveram EDA realizada após 24 horas da admissão, com piores desfechos, ambos com múltiplas comorbidades e fragilidade clínica. Nos outros dois casos, a EDA foi realizada nas primeiras 24 horas, permitindo estabilização clínica e planejamento terapêutico, embora limitações anatômicas e logísticas tenham impedido a resolução definitiva imediata. A experiência demonstra que, mesmo em amostra reduzida, pacientes oncológicos com HDA apresentaram evolução desfavorável. Fatores, como comorbidades graves, barreiras logísticas e limitações técnicas, também impactaram o manejo e o prognóstico. A mudança de delineamento, motivada pelos entraves metodológicos e pela baixa taxa de aceitação à liberação do TCLE, limitou a análise estatística, mas permitiu reflexão sobre a importância de integração multidisciplinar e seguimento estruturado. Estudos prospectivos, com coleta padronizada e autorização ética antecipada, são essenciais para confirmar o impacto do tempo de abordagem endoscópica sobre os desfechos clínicos nessa população.

Palavras-Chave: hemorragia digestiva alta; neoplasias gastrointestinais; endoscopia digestiva alta.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DESVENDANDO AS PREFERÊNCIAS DOS *GAMERS*: ANÁLISE PREDITIVA E MERCADOLÓGICA DA INDÚSTRIA DE JOGOS

Leonardo de Lima Amaral[1]; Marcelo Saraiva Cavalcanti[2]; Abner Santos Belém[3]
[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB/FAP; leonardo.amaral90@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIBITI CEUB/FAP; marcelo.cavalcanti@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; abner.santos@ceub.edu.br

A presente pesquisa teve como objetivo central investigar as preferências dos jogadores em plataformas de jogos digitais, como a Steam, estabelecendo uma relação entre o *feedback* textual fornecido em suas avaliações e seu comportamento de jogo. Para tanto, adotou-se uma abordagem metodológica quantitativa e exploratória, baseada na análise de dados extraídos da própria plataforma pela *Application Programming Interface* – APIS. O estudo empregou uma série de técnicas de processamento e modelagem. A análise de sentimentos, utilizando o léxico VADER da biblioteca NLTK, revelou uma tendência significativa de avaliações positivas para os jogos mais populares. Em seguida, a análise de redes foi utilizada para mapear os padrões de coavaliação entre jogos, em que arestas foram ponderadas pela soma do tempo de jogo, evidenciando afinidades e comunidades de jogadores com interesses em comum. O passo mais significativo foi a construção de um modelo de classificação preditiva. O texto das avaliações foi vetorizado, usando a técnica de TF-IDF e um modelo de classificação K-*Nearest Neighbors* (KNN) foi treinado para prever se uma avaliação seria classificada como positiva (*voted_up*). Os resultados obtidos foram significativos e validaram a tese da pesquisa. O modelo de classificação alcançou métricas de desempenho relevantes, com a acurácia de 0.91, a precisão de 0.92, o *recall* de 0.99 e o F1-*score* de 0.95. Tais pontuações indicam que o texto das avaliações é um preditor altamente poderoso e confiável, para determinar o sentimento do jogador. A contribuição da pesquisa reside na demonstração da eficácia de técnicas de *text mining* na compreensão do *feedback* de usuários em larga escala, oferecendo uma ferramenta robusta para o monitoramento da satisfação dos jogadores com os jogos que lhes foram apresentados, e é uma abordagem fundamental, para decifrar as preferências de jogo.

Palavras-Chave: preferências dos *gamers*; processamento de linguagem natural; modelagem preditiva.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DIÁLOGOS CONSTITUCIONAIS TRANSNACIONAIS: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A INTERPRETAÇÃO DOS PRECEDENTES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Pedro Serra de Souza Lopes[1]; Emmanuele Portella do Nascimento Rosenhein[2]; Christine Oliveira Peter da Silva[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; pedro.serra@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; emmanuele.rosenhein@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; christine.silva@ceub.edu.br

Este trabalho de iniciação científica tem como objetivo investigar o diálogo constitucional transnacional entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Busca-se analisar de que forma os precedentes internacionais são incorporados na jurisprudência brasileira, ressaltando a importância de compreender a atividade hermenêutica do STF, ao recorrer à comparação na formação de seus julgados. Avalia-se, assim, se essa incorporação se dá de maneira legítima, aplicando os valores e os direitos consagrados pela sociedade e contribuindo para a efetivação dos direitos fundamentais em âmbito internacional, ou de forma ilegítima, configurando-se como um argumento de autoridade para a importação acrítica de precedentes ou atos jurídicos estrangeiros. Parte-se da premissa de que a hermenêutica jurídica evolui da rigidez característica da escola da exegese para uma abordagem mais flexível, influenciada pelo pós-positivismo e pela ascensão do Estado constitucional cooperativo. Neste novo paradigma, a soberania nacional é reinterpretada, e o método comparativo assume papel essencial na concretização dos direitos humanos, possibilitando o diálogo entre o direito interno e os sistemas internacionais de proteção. Para tanto, adotou-se uma metodologia qualitativa e comparativa, que, inicialmente, contempla a amostra de 113 decisões do STF com referência à CIDH. Posteriormente, a amostra é refinada para 26 decisões que citam expressamente casos em que o Brasil figura como parte, garantindo maior precisão e relevância à análise. A investigação desenvolve-se em duas etapas: a primeira, por meio de análise de conteúdo, identifica padrões quantitativos de citação; a segunda, pela análise do discurso, examina a profundidade e a função das referências internacionais na fundamentação dos votos dos ministros. Por fim, este trabalho contribui para o aprimoramento do entendimento acerca das relações entre cortes nacionais e internacionais, reafirmando a relevância do método comparativo para o desenvolvimento do direito e destacando os desafios e as oportunidades que se apresentam ao STF no diálogo com a jurisprudência interamericana.

Palavras-Chave: direito constitucional; transjusfundamentalidade; Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DIDROGESTERONA PARA SUPORTE DA FASE LÚTEA EM REPRODUÇÃO ASSISTIDA: REVISÃO SISTEMÁTICA DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS

Julia Vinhaes dos Reis[1]; Bruna Arese Camara Silva Néto[2]; Bruno Ramalho de Carvalho[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; julia.vinhaes@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; bruna.arese@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; bruno.ramalho@ceub.edu.br

O suporte da fase lútea é uma etapa essencial nos ciclos de reprodução assistida, em razão de potencial supressão da produção endógena de progesterona causada pelo bloqueio hipofisário, durante a estimulação ovariana controlada. A didrogesterona, uma retroprogesterona sintética, tem sido investigada como molécula promissora para o suporte da fase lútea, por apresentar melhor tolerabilidade e conveniência mediante a administração oral. Este estudo teve como objetivo avaliar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, a eficácia, a segurança e a aceitabilidade da didrogesterona oral para o suporte da fase lútea, em protocolos terapêuticos para técnicas de reprodução assistida. A pesquisa foi realizada de acordo com o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Statement* (PRISMA). Foram selecionados 23 ensaios clínicos randomizados, estudos observacionais e metanálises, cujos desfechos incluíram taxas de gravidez clínica, gestação em andamento, nascidos vivos, efeitos adversos e satisfação da paciente. Os dados foram extraídos e sintetizados mediante as diretrizes *Synthesis Without Meta-Analysis*. A qualidade dos artigos selecionados foi avaliada de acordo com o Centro de Oxford para Medicina Baseada em Evidências, em 2009. A maioria dos estudos demonstrou que a didrogesterona oral apresenta eficácia clínica semelhante à da progesterona vaginal micronizada com resultados comparáveis nas taxas de gravidez e desfechos obstétricos. Além disso, diversos estudos relataram maior aceitação da via oral com menos efeitos adversos locais e melhor tolerabilidade. Conclui-se que a didrogesterona oral é uma alternativa eficaz e segura para o suporte da fase lútea em reprodução assistida, especialmente para mulheres que priorizam conforto e adesão ao tratamento.

Palavras-Chave: didrogesterona; suporte da fase lútea; técnicas de reprodução assistida.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DIFERENÇAS ENTRE O COMPORTAMENTO SEXUAL DE RISCO EM HOMENS HÉTEROS, BISSEXUAIS E HOMOAFETIVOS NA TAREFA DO DESCONTO DO ATRASO SEXUAL HIPOTÉTICO

Gabriel Matos Ribeiro[1]; Eduardo Walcacer Viegas[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; gabriel.mribeiro@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; eduardo.viegas@ceub.edu.br

Este estudo teve como objetivo comparar os níveis de impulsividade sexual entre homens heterossexuais, bissexuais e homoafetivos, utilizando a tarefa de desconto sexual hipotético, com foco na propensão à prática de sexo desprotegido, em diferentes contextos. Participaram da pesquisa 80 homens com vida sexual ativa, divididos em três grupos, conforme sua orientação sexual. Cada participante respondeu à tarefa de desconto em dois cenários experimentais: um neutro e outro com conteúdo emocional negativo, ambos envolvendo escolhas hipotéticas entre sexo imediato sem preservativo e sexo adiado com preservativo. A impulsividade sexual foi mensurada por meio da área sob a curva (AUC), um indicador amplamente utilizado em pesquisas de análise do comportamento. Os resultados indicaram maior impulsividade média no grupo homoafetivo, embora com tamanho de efeito pequeno. Análises intragrupos revelaram que homens homoafetivos e bissexuais demonstraram maior impulsividade diante de parceiros altamente atraentes, no cenário neutro, enquanto homens heterossexuais foram mais impulsivos no cenário negativo, com parceiros menos atraentes. Esses achados sugerem que o contexto da escolha e o nível de atratividade do parceiro influenciam, de forma distinta, os padrões de tomada de decisão sexual em cada grupo. Embora a orientação sexual não tenha sido um fator determinante isolado na impulsividade, sua interação com variáveis contextuais revelou padrões específicos de risco. Os dados obtidos reforçam a importância de compreender a impulsividade como um fenômeno multifatorial e sensível ao ambiente, especialmente em situações envolvendo comportamentos sexuais de risco. Tais resultados podem subsidiar intervenções mais direcionadas à promoção da saúde sexual, respeitando as singularidades de cada grupo e os contextos nos quais as decisões sexuais são tomadas. A pesquisa contribui para o avanço das investigações comportamentais, envolvendo a saúde pública, e para o desenvolvimento de estratégias de prevenção mais eficazes no enfrentamento das infecções sexualmente transmissíveis (IST).

Palavras-Chave: desconto do atraso; impulsividade sexual; orientação sexual.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DIVERSIDADE E ECOLOGIA DE HEMILEUCINAE (LEPIDOPTERA: SATURNIIDAE) EM FRAGMENTO DE MATA NA REGIÃO DA BACIA DO RIO DO DESCOBERTO, ÁGUAS LINDAS, GO

Guilherme Kolarik de Sousa[1]; Fabricio Escarlate-Tavares[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; guilherme.ksousa@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; fabricio.tavares@ceub.edu.br

Com o aumento do crescimento urbano da região circundante ao Distrito Federal, a fragmentação do Cerrado tem-se tornado um evento comum. Sabendo-se que a fragmentação exerce impacto sobre a diversidade de insetos, foi estudado um fragmento de mata ao longo de três anos, em Águas Lindas (GO), para a mensuração da diversidade local de Hemileucinae e a avaliação dos padrões de atividade dos indivíduos ao longo da noite, considerando o horário e a influência das condições meteorológicas. As coletas foram realizadas, e concluiu-se que existe diversidade moderada, porém com grande domínio de determinadas espécies e influência mensurável por parte das condições climáticas, mas sem grau de certeza para que fosse cementada a correlação concreta. Foi reforçado o aspecto sazonal do ciclo reprodutivo desses animais, assim como a persistência de algumas espécies menos comuns nesse fragmento, mesmo com presença reduzida.

Palavras-Chave: padrão de atividade; Cerrado; fragmentação.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

EFEITO DO RISCO DE PREDAÇÃO POTENCIAL NA DEFESA DE TERRITÓRIO DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*Thamnophilus torquatus*): UMA MANIPULAÇÃO EXPERIMENTAL

Ana Maria Lopes Ângelo[1]; Raphael Igor da Silva Corrêa Dias[2]
[1] Discente Bolsista PIC Direito/FAP; anaangelolp@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; raphael.dias@ceub.edu.br

A territorialidade, apesar de seus benefícios potenciais, também envolve custos significativos, como risco de comprometimento físico nos confrontos agonísticos, promoção de respostas fisiológicas negativas e maior risco de predação, que exerce influência não apenas sobre o comportamento das aves, mas também sobre aspectos fisiológicos e ecológicos relevantes, provocando mudanças nos padrões vocais, na movimentação e na resposta imune. A choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*) é uma espécie socialmente monogâmica, ambos os sexos defendem ativamente os territórios ao longo do ano e essa espécie tem ampla distribuição no Cerrado. O presente trabalho investigou os efeitos do risco de predação potencial na defesa de território e as estratégias antipredação da choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*). Foi realizada uma manipulação experimental, para investigar a resposta das chocas a uma situação de potencial risco de predação (a vocalização de um predador, o *Falco femoralis*, com tratamento experimental) em relação a um estímulo inofensivo (espécie de passeriforme simpátrica, o *Polioptila dumicola*, com tratamento de controle). Foi observado que tanto a probabilidade de tornar-se vigilante quanto a taxa de vigilância foram significativamente maiores após o tratamento experimental, em comparação com o controle. A taxa de forrageamento e a de vocalizações não foram afetadas pelo tratamento. Além disso, indivíduos submetidos ao tratamento experimental desceram para poleiros mais baixos, com maior frequência, do que aqueles do grupo controle, em resposta à reprodução do *playback*. A condição corporal dos indivíduos influenciou significativamente a taxa de vocalização, mas não foi observada uma relação entre a condição corporal e a taxa de vigilância. Os resultados reforçam que a vigilância é afetada pela percepção do risco de predação e sugerem que existe uma relação positiva entre o escore de condição corporal e a taxa de vocalização.

Palavras-Chave: risco de predação; comportamento antipredatório; vigilância.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

EFEITO NA ORDEM DE INGESTÃO DE ALIMENTOS NA GLICEMIA PÓS-PRANDIAL

Laurent Jean de Ávila Pinardon[1]; Camila Melo Araujo de Moura e Lima[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; laurentpinardon@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; camila.moura@ceub.edu.br

Este estudo investigou o efeito da ordem de ingestão de alimentos na glicemia pós-prandial, buscando compreender se a sequência de consumo poderia influenciar significativamente a resposta glicêmica e, assim, contribuir para estratégias de controle metabólico. A pesquisa foi motivada pelo crescente interesse em intervenções nutricionais que auxiliem o manejo de condições, como obesidade, pré-diabetes e diabetes do tipo 2, considerando que o controle glicêmico após a refeição desempenha papel central na prevenção de complicações metabólicas. Trata-se de um estudo transversal, conduzido no Laboratório de Habilidades Alimentares do Centro Universitário de Brasília (CEUB), com 16 indivíduos saudáveis, eutróficos e fisicamente ativos, de ambos os sexos. Os voluntários participaram de três encontros presenciais com intervalo de uma semana, nos quais consumiram refeições de igual composição nutricional, porém em diferentes ordens: carboidratos primeiramente, seguidos por proteínas e salada; proteínas e salada primeiramente, seguidas por carboidratos; refeição mista com todos os componentes consumidos simultaneamente. As medidas de glicemia capilar foram realizadas 120 minutos depois de cada refeição. A análise estatística, por meio de ANOVA de medidas repetidas, revelou diferença significativa entre as condições ($p = 0,012$). Surpreendentemente, a ingestão de carboidratos antes das proteínas apresentou menor resposta glicêmica média (89,31 mg/dL) em comparação à ingestão de proteínas primeiro (100,56 mg/dL) e à refeição mista (100,06 mg/dL), que não diferiram entre si. Esses resultados contrastam com grande parte da literatura, que indica redução da glicemia quando proteínas e fibras são ingeridas antes dos carboidratos. A divergência encontrada pode ser atribuída ao perfil metabólico dos participantes, caracterizados por alta sensibilidade à insulina, além de fatores relacionados ao desenho experimental, como o intervalo de apenas 10 minutos entre os componentes da refeição. Conclui-se que a ordem de ingestão de alimentos influencia a glicemia pós-prandial, mas o efeito observado depende do estado metabólico e das características da população estudada. Os achados reforçam a importância de personalizar estratégias alimentares, considerando que protocolos eficazes para indivíduos com resistência insulínica podem não gerar o mesmo efeito em indivíduos jovens e saudáveis. Este trabalho contribui para o avanço do conhecimento na área da nutrição, abrindo espaço para novas investigações em diferentes populações e contextos clínicos.

Palavras-Chave: índice glicêmico; glicemia pós-prandial; nutrição.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

EFEITOS DA MOBILIZAÇÃO NEURAL ISQUIÁTICA NA NEUROPATIA PERIFÉRICA EM INDIVÍDUOS COM DIABETES DO TIPO II

Maria Eduarda Oliveira Perdigão[1]; Juliana Martins Feijó Pinheiro[2]; Alessandra Vidal Prieto[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; maria.perdigao@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; jumartinsfeijo@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; alessandra.prieto@ceub.edu.br

O objetivo do estudo foi verificar os efeitos da mobilização neural isquiática em indivíduos com diabetes *mellitus* do tipo 2 (DM2) e neuropatia periférica (NP), descrevendo o impacto por meio de medidas funcionais e de dor, além de avaliar os efeitos na qualidade de vida. Trata-se de um estudo de intervenção de caráter pré-experimental, do tipo estudo de caso, no qual um indivíduo foi submetido a 12 atendimentos 3 vezes na semana, no decorrer de 4 semanas e a um programa de mobilização neural isquiática, comparando-se os seis atendimentos iniciais com os seis finais. As avaliações eram compostas pelos seguintes instrumentos para mensuração: escore de sintomas neuropáticos (ESN), escore de comprometimento neuropático (ECN) e instrumento diabetes *Quality of Life Measure* (DQOL-brasil). Não foram observadas diferenças estatísticas significativas ($p > 0,05$) nas medidas funcionais e de dor, em relação aos escores de sintomas neuropáticos e comprometimento neuropático, contudo foi possível identificar melhora nos aspectos psicoemocionais relacionados à consciência da condição de saúde e no enfrentamento da patologia, evidenciados pela avaliação da qualidade de vida (DQOL-brasil). Desta forma, a prática da mobilização neural isquiática em indivíduos com diabetes *mellitus* do tipo 2 (DM2) e neuropatia periférica (NP) não apresentou efeitos significativos nas medidas funcionais e de dor, a curto prazo, porém mostrou-se eficaz quando analisados os desfechos relacionados aos aspectos psicoemocionais, tais como o manejo crônico e o conhecimento ampliado sobre a condição em saúde. Desta forma, recomenda-se a realização de novos estudos que ampliem as evidências sobre a eficácia dessa prática como tratamento não medicamentoso na clínica.

Palavras-Chave: diabetes *mellitus* do tipo 2; neuropatia diabética; qualidade de vida.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

EMPREENDEDORISMO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DE REFUGIADOS VENEZUELANOS EM BRASÍLIA-DF

Rafael Andrade Pereira[1]; Larisse Lázaro Santos Pinheiro[2]
[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB/FAP; rafael.andrde@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; larisse.pinheiro@ceub.edu.br

Esta pesquisa tem como objetivo estudar o papel do empreendedorismo como forma de inserção social de refugiados venezuelanos em Brasília, contribuindo para o aprofundamento teórico sobre a situação trazendo uma análise sobre o tema. Para as investigações sobre as percepções dos refugiados, foi delineada a aplicação de um roteiro de discussão. O procedimento metodológico implementado no desenvolvimento deste trabalho é de caráter qualitativo, tornando possível confrontar informações sobre o assunto e desenvolver soluções para os problemas citados, trazendo informações de como é dada a inserção dessas pessoas e de que forma elas podem atuar nesse meio. As discussões foram examinadas por meio da análise de conteúdo. O estudo evidenciou que o empreendedorismo constitui importante ferramenta para a inserção social e a autonomia econômica de refugiados venezuelanos em Brasília, contribuindo para a redução de sua vulnerabilidade. Observou-se que esses empreendedores, em sua maioria, com experiência prévia, atuam primariamente na comercialização de produtos artesanais de produção própria e começaram suas atividades empreendedoras motivados pela necessidade de formalização do trabalho e pela busca de estabilidade financeira e geográfica. A escolha por Brasília decorreu da identificação de oportunidades de crescimento e estabilidade que a cidade oferece, embora persistam desafios, como o acesso restrito à informação, as dificuldades na obtenção de documentos e as limitações no uso de plataformas governamentais. Entre as demandas identificadas, destacam-se a criação de cursos profissionalizantes avançados, voltados ao empreendedorismo, a simplificação do portal do empreendedor e a capacitação de servidores públicos para atendimento a refugiados. Conclui-se que a implementação de políticas públicas direcionadas, associadas a eventos e iniciativas de integração cultural e econômica, podem ampliar a visibilidade e as oportunidades desses empreendedores, fortalecendo seu papel no desenvolvimento local e no enriquecimento da pluralização cultural da capital federal.

Palavras-Chave: refugiados; empreendedorismo; inserção social.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ENTENDENDO O DECLÍNIO DAS NAÇÕES UNIDAS: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO GOVERNO PUTIN NO JOGO DE PODER NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU E SUA FALHA NA MANUTENÇÃO DA PAZ E DOS DIREITOS HUMANOS

Natália Sousa Guimarães de Queiroz[1]; Miqueias Augusto Souza de Andrade[2]; Gleisse Ribeiro Alves[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; natalia.queiroz@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; miqueias.andrade@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; gleisse.alves@ceub.edu.br

O presente trabalho analisa a atuação do governo de Vladimir Putin no contexto do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas implicações para a manutenção da paz e a proteção dos direitos humanos, especialmente diante do conflito entre Rússia e Ucrânia. Por meio de abordagem histórico-jurídica e político-institucional, examina-se o percurso do direito internacional humanitário a partir das Convenções de Genebra, a criação e a estrutura da ONU, bem como a dinâmica e as controvérsias em torno do poder de veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança. A pesquisa contextualiza as relações entre Rússia e Ucrânia, desde a primeira anexação do Estado ucraniano, no início da década de 1930, abordando as consequências desta interferência, o processo de independência da Ucrânia e a evolução do conflito russo-ucraniano a partir da anexação da Crimeia, em 2014, até os desdobramentos da invasão em larga escala iniciada em 2022, destacando as motivações geopolíticas e os impactos humanitários. Demonstra-se como o uso recorrente do veto pela Rússia tem inviabilizado a adoção de resoluções efetivas, revelando a paralisia do Conselho de Segurança diante de violações graves do direito internacional. Além disso, examina-se a reação de outros órgãos e atores internacionais, como a Assembleia Geral da ONU, o Tribunal Penal Internacional, a União Europeia, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e os Estados Unidos, ressaltando divergências estratégicas e diplomáticas. Conclui-se que o caso expõe fragilidades estruturais da ONU, limitações da governança global e necessidade urgente de reformar mecanismos decisórios que, ao proteger interesses de potências específicas, comprometem a eficácia da ordem internacional na prevenção e na resolução de conflitos.

Palavras-Chave: Conselho de Segurança; jogo de poder; conflito entre Rússia e Ucrânia; poder de veto.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ENTRE A BALANÇA DO CONSULTÓRIO E A BALANÇA DA JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DOS DIREITOS DOS PACIENTES E DOS DEVERES DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM PROCEDIMENTOS DE CIRURGIA BARIÁTRICA À LUZ DO DIREITO DO PACIENTE

Eduarda Borges de Souza Lôbo[1]; Luciana Barbosa Musse[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; eduarda.lobo@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; luciana.musse@ceub.edu.br

A presente pesquisa tem por objetivo refletir sobre os direitos dos pacientes e os deveres dos profissionais da saúde no contexto da cirurgia bariátrica, sob a perspectiva do direito do paciente. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental e uma pesquisa qualitativa, complementada por intermédio de entrevistas semidirigidas, com oito pacientes bariátricos e seis profissionais da saúde (3 médicos e 3 profissionais de saúde de outras áreas). Buscou-se responder à questão sobre quais são os direitos dos pacientes e os deveres dos profissionais de saúde no âmbito da cirurgia bariátrica e como são aplicados na prática. Como objetivo principal, a pesquisa propôs-se a examinar os direitos do paciente bariátrico à luz do direito do paciente, durante todo o percurso pré-operatório, o procedimento cirúrgico e o pós-bariátrico, levando em conta as disposições legais e éticas presentes na legislação brasileira. Apesar de a cirurgia bariátrica ser, em alguma medida, regulamentada pelo ordenamento jurídico brasileiro, a experiência de pacientes submetidos ao procedimento bariátrico permite questionar se os direitos desses pacientes são de fato observados pelos profissionais da saúde envolvidos no processo. A análise dos dados revelou um panorama dicotômico, evidenciando que a aplicação dos direitos dos pacientes não ocorre de forma uniforme, havendo clara correlação entre o respeito a esses direitos fundamentais e o sucesso do tratamento. Por meio da análise de discurso, foi possível identificar as percepções, as vivências, as experiências, as dificuldades e os desafios enfrentados pelos participantes na relação entre médico e paciente e o nível de conhecimento e aplicação prática dos direitos do paciente, em ambos os grupos. Ao final, conclui-se que, embora os direitos dos pacientes bariátricos e os deveres dos profissionais da saúde estejam bem definidos nos princípios norteadores do direito do paciente, sua aplicação apresenta inconsistências significativas que impactam diretamente os resultados do tratamento. Evidencia-se, portanto, a necessidade de implementação efetiva desses direitos por meio de esforços coordenados de educação, regulamentação, supervisão e fiscalização.

Palavras-Chave: cirurgia bariátrica; direito do paciente; profissionais da saúde.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ESTADO DISTÔNICO E PRÉ-ESTADO DISTÔNICO EM PACIENTES PEDIÁTRICOS

João Cassiano Lopes da Cruz[1]; Victor Silva Oliveira[2]; Paulo Henrique de Franco Alcântara[3]; Patrícia Dumke da Silva Möller[4]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; joao.cassiano@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; victor.so@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; paulo.alcantara@ceub.edu.br [4] Pesquisadora colaboradora - Hospital da Criança de Brasília José Alencar; neuroped@patriciamoller.com.br

O estado distônico é uma emergência neurológica potencialmente fatal, caracterizada por contrações musculares sustentadas, movimentos involuntários e instabilidade autonômica, que acomete principalmente pacientes pediátricos com distonia secundária, sobretudo em contextos de paralisia cerebral discinética. Apesar de sua gravidade, trata-se de uma condição subdiagnosticada e pouco estudada com evidências limitadas, em sua maioria, a relatos de caso, o que reforça a necessidade de estudos sistematizados. Este estudo descreveu o perfil clínico, os fatores precipitantes, as alterações laboratoriais, as estratégias terapêuticas e os desfechos de episódios de estado e pré-estado distônico em crianças atendidas em um hospital de referência do Distrito Federal, entre 2023 e 2024. Realizou-se análise retrospectiva de prontuários, totalizando 16 episódios (1 a 18 anos). A maioria era masculina (62,5%) com idade média de 8,2 anos e comprometimento motor grave (93,7% GMFCS IV-V). A etiologia principal foi paralisia cerebral (43,8%), seguida por encefalopatias crônicas e distúrbios genéticos. Fatores desencadeantes foram infecções (68,8%), ajustes medicamentosos (37,5%) e dor (31,3%). Alterações laboratoriais incluíram rabdomiólise (62,5% dos casos, com creatina quinase chegando a 380.440 U/L), hipocalemia (43,8%) e acidose (43,8%) frequentemente associadas a complicações, como insuficiência renal aguda. O manejo terapêutico foi realizado de forma escalonada, com uso universal de benzodiazepínicos (100% dos episódios com resposta positiva em 68,8%). A clonidina foi utilizada em 43,8% dos casos, apresentando eficácia em 71,4% e perfil de segurança favorável, destacando-se como adjuvante promissor. Ajustes de baclofeno mostraram resposta positiva em dois terços dos pacientes, e a palidotomia bilateral, indicada em episódios refratários (18,8%), foi eficaz em 66,7% dos casos, sobretudo em contextos com acesso restrito à estimulação cerebral profunda. O tempo médio de internação foi de 29 dias, chegando a 59 dias em alguns casos. Apesar da gravidade, não houve óbitos, o que reforça a importância do reconhecimento precoce e da implementação de protocolos de monitorização. Observou-se taxa de recorrência de 31,3% em 12 meses, possivelmente associada ao uso de bomba de baclofeno intratecal. As principais limitações do estudo foram o delineamento retrospectivo de centro único e a heterogeneidade terapêutica, que podem restringir a generalização dos achados. Em contrapartida, este estudo é útil, ao caracterizar uma população altamente vulnerável e ao indicar a clonidina como adjuvante promissor no manejo, além de ressaltar o papel de intervenções cirúrgicas em casos refratários. Conclui-se que a sistematização do atendimento, aliada à identificação precoce de fatores desencadeantes e ao uso de protocolos de monitoramento, é fundamental para reduzir complicações e melhorar desfechos clínicos. Recomenda-se a realização de estudos prospectivos multicêntricos, para ampliar a base de evidências, avaliar riscos de recorrência e comparar modalidades terapêuticas, de forma a subsidiar diretrizes que assegurem melhor prognóstico para essa população pediátrica.

Palavras-Chave: distonia pediátrica; estado distônico; paralisia cerebral.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ESTÁGIOS IMATUROS E REDESCRIÇÃO DO MACHO E DA FÊMEA DE *MEGALOPYGE RADIATA SCHAUS*, 1892 (LEPIDOPTERA: ZYGAENOIDEA: MEGALOPYGIDAE)

Guilherme Anicet Fischer de Faria Mattos[1]; Fabricio Escarlate Tavares[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; guilherme.anicet@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; fabricio.tavares@ceub.edu.br

A *Megalopyge radiata* é uma espécie de mariposa amplamente distribuída no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul do Brasil, é reconhecida por ser urticante e está envolvida em acidentes de importância médica. Apesar disso, seus estágios imaturos permaneciam sem descrição detalhada, dificultando tanto a correta identificação da espécie quanto a compreensão dos mecanismos envolvidos em sua toxicidade. Neste estudo, apresenta-se a descrição morfológica dos ovos, das larvas e das pupas de *M. radiata* com ênfase nas estruturas associadas à defesa, como cerdas urticantes e padrões cromáticos aposemáticos. Os dados obtidos fornecem subsídios importantes para a taxonomia do grupo, além de contribuir para o entendimento da diversidade morfológica na família Megalopygidae. As características observadas têm implicações diretas na identificação de espécimes causadores de acidentes e no desenvolvimento de estratégias de prevenção e tratamento, incluindo a formulação de soros específicos. Os resultados também reforçam a relevância dos estudos integrativos, envolvendo morfologia, biologia e sistemática para espécies com impacto na saúde pública.

Palavras-Chave: morfologia; toxidade urticante; taxonomia.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ESTIGMA E PRECONCEITO: COMO OS ESTEREÓTIPOS QUE ASSOCIAM OS POBRES À VIOLÊNCIA E À ILEGALIDADE DIFICULTAM O ACESSO AO DIREITO À CIDADE?

Maria Isabel Cunha de Freitas[1]; Sabrina Durigon Marques[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; isabelcunha@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; sabrina.marques@ceub.edu.br

Esta pesquisa, desenvolvida no âmbito da Clínica de Direitos Humanos do Centro Universitário de Brasília (CEUB), investigou, de forma etnográfica, como estigmas e preconceitos que associam populações pobres à violência e à ilegalidade afetam o seu acesso ao direito à cidade. O estudo teve como foco a comunidade da Expansão do Capão Comprido, em São Sebastião, DF, e buscou compreender de que forma esses estereótipos influenciam o cotidiano e as oportunidades de seus moradores. Ao longo de um ano, a pesquisa combinou observação participante, registros de campo e grupos focais, além da aplicação de um questionário com questões orientadoras, aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa do CEUB. Os resultados revelaram que a estigmatização territorial se manifesta tanto em interações cotidianas quanto no acesso desigual a serviços públicos essenciais, como transporte, saneamento e segurança, reforçando mecanismos de exclusão socioespacial. Evidenciou-se que, ao ser tratados como "territórios-problema", espaços, como o Capão Comprido, sofrem com invisibilidade institucional e políticas públicas insuficientes ou mal adaptadas à realidade local. A análise dialoga com referenciais teóricos sobre segregação urbana, função social da propriedade e direitos sociais previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, destacando que a negação do direito à cidade compromete o exercício pleno da cidadania. As reflexões apontam para a urgência de políticas urbanas inclusivas que considerem a centralidade da participação social e a superação de estigmas como condição para a efetivação dos direitos fundamentais.

Palavras-Chave: direito à cidade; estigma territorial; segregação socioespacial.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO EM HOMENS NEGROS A PARTIR DE SUAS EXPERIÊNCIAS COMO "ÚNICOS" EM SEUS CONTEXTOS DE PERTENÇA

Vitor Carvalho dos Santos[1]; Daniela Borges Lima de Souza[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; vitor.csantos@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; daniela.souza@ceub.edu.br

O estudo objetivou compreender as estratégias de enfrentamento do racismo adotadas por homens negros a partir de suas experiências como "únicos" em seus contextos de pertença, analisando os impactos dessas vivências nas subjetividades, nas relações interpessoais e nas trajetórias profissionais. Buscou-se identificar significados atribuídos a essas experiências, considerando o racismo estrutural, as microviolências e a sub-representação em espaços institucionais. Esta pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, fundamenta-se na epistemologia qualitativa, priorizando a subjetividade e os contextos sociais. O trabalho foi realizado no Distrito Federal com quatro homens negros, entre 18 e 50 anos, todos com ensino superior e inserção no mercado de trabalho formal. Os dados, obtidos por entrevistas semiestruturadas mediante consentimento, seguiram a técnica de análise de narrativas (Schütze, 2016; Riemann, 2003), identificando estruturas processuais e teorias subjetivas. Os resultados mostraram que a condição de ser o "único" negro em determinados espaços é marcada por sentimentos ambivalentes de conquista e isolamento, exigindo vigilância constante para atender expectativas desiguais. Microviolências, microassaltos, microinsultos e microinvalidações apareceram como elemento central, afetando autoestima, saúde mental e senso de pertencimento. As estratégias de enfrentamento incluíram ações individuais, como autocuidado, terapia e verbalização das experiências, além de ações coletivas, como participação em redes de apoio, atuação em coletivos negros e ocupação insurgente de espaços de poder. Essas práticas foram interpretadas como mecanismos de resistência e afirmação identitária, dialogando com conceitos, como "quilombos contemporâneos" (Nascimento, 2016), "insurgência negra" (Carneiro, 2023) e *talking back* (Hooks, 1995). Observou-se que a ascensão social, embora seja conquistada, frequentemente vem acompanhada de responsabilidades coletivas e sentimentos de solidão, confirmando tensões descritas na literatura sobre mobilidade negra. Uma contribuição relevante desta pesquisa é evidenciar como o racismo ainda impera de forma alarmante, sobre as vidas de homens negros. Apesar de a Abolição da Escravatura ter ocorrido há 137 anos, seus reflexos permanecem no cotidiano desse grupo. Ainda hoje, muitas famílias negras vivenciam a experiência inédita de ter um integrante concluindo o ensino superior, ocupando posição de destaque ou tornando-se referência para os mais próximos. Soma-se a isso o peso de ser o único representante negro em determinados espaços, intensificando a sensação de isolamento. Nesse contexto, o conceito de *tokenismo* descreve, com precisão, o fardo de ocupar um espaço em que a presença negra é numérica e simbolicamente pouco expressiva. Reconhece-se que as limitações, como amostra reduzida, perfil homogêneo e recorte geográfico, restringem a generalização dos achados. Recomenda-se ampliar a diversidade de perfis e contextos em futuras investigações. Em termos práticos, o estudo contribui para compreender como homens negros constroem, no cotidiano, estratégias de resistência que fortalecem pertencimento, autoestima e presença insurgente em espaços historicamente excludentes.

Palavras-Chave: racismo; masculinidades negras; microviolências.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ESTUDO DA ATIVIDADE DE EXTRATOS VEGETAIS CONTRA FUNGOS DERMATÓFITOS DO GÊNERO TRICHOPHYTON E MICROSPORUM

Giovana Rocha Borges[1]; Leonardo Silveira de Castro[2]; Francislete Rodrigues Melo[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; giovana.borges@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; leonardo.silveira@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; francislete.melo@ceub.edu.br

As dermatofitoses são infecções fúngicas comuns que afetam tecidos queratinizados em humanos e animais, sendo causadas por fungos do gênero Microsporum, entre outros. O tratamento medicamentoso convencional enfrenta desafios, como resistência e efeitos colaterais, o que motiva a busca por tratamentos complementares naturais, como extratos vegetais com potencial antifúngico. Este estudo avaliou, *in vitro*, a atividade antifúngica dos extratos de *Rosmarinus officinalis* (alecrim), *Allium sativum* (alho), *Anacardium humile* (cajuzinho do cerrado) e *Stryphnodendron adstringens* (barbatimão) contra o fungo dermatófito *Microsporum canis*. Os extratos foram preparados por maceração em etanol e testados em duas concentrações (1% e 10%), utilizando a turbidez do meio *Sabouraud* como indicador de crescimento fúngico em comparação ao antifúngico comercial nistatina e com amostra sem nenhum tratamento. Os resultados indicaram que *Anacardium humile* apresentou forte atividade antifúngica em ambas as concentrações, enquanto *Rosmarinus officinalis* e *Stryphnodendron adstringens* causaram efeito inibitório moderado na concentração de 10%. A avaliação do *Allium sativum* não foi realizada por limitações experimentais. Os dados encontrados reforçam o potencial dos extratos vegetais estudados como fonte de estudo para a produção de fitofármacos para o tratamento de dermatofitoses, sugerindo a continuidade das investigações com métodos quantitativos e testes *in vivo*, para validar sua aplicação clínica.

Palavras-Chave: fitoterapia; *Microsporum canis*; plantas medicinais.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ESTUDO DE FATORES CORRELATOS AO USO DE ENDOPARASITICIDAS EM PEQUENOS ANIMAIS

Manuella Soares Neri Rola[1]; Rafaela Guimarães Gonçalves[2]; Lucas Edel Donato[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; manuella.nrola@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; guimaraesg.rafaela68@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; lucas.donato@ceub.edu.br

Animais de estimação, como cães e gatos, são alvos de algumas endoparasitoses, sendo uma das principais a giardíase. Esse fato é um problema para a saúde pública, visto que algumas dessas endoparasitoses podem ser de caráter zoonótico. Como sua transmissão pode dar-se por fezes contaminadas, a higiene do local é um fator muito importante para a prevenção. Além disso, outro aspecto de suma importância é o uso dos endoparasiticidas, que podem ser receitados sozinhos ou conjugados, dependendo do parasita e da recomendação do médico veterinário. Ainda sob essa perspectiva, dois elementos que dificultam o tratamento são o uso incorreto dos endoparasiticidas e a condição financeira do tutor. Dessa forma, o presente estudo tem o objetivo de realizar uma revisão de literatura acerca desse tema, avaliando, por meio de um questionário, uma parcela de tutores de cães e gatos do Distrito Federal e do entorno sobre o uso de vermífugos. Para isso, foram utilizadas as plataformas de busca Scielo, PubMED, PubVET, Science Direct e Researchgate. Os critérios de inclusão utilizados foram artigos publicados entre os anos de 2015 e 2025.

Palavras-Chave: vermífugo; parasito; endoparasitose.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ESTUDO DO COMPLEXO FERROVIÁRIO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ (EFMM) NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO: DE SUA CONSTRUÇÃO A SUA REVITALIZAÇÃO

Isadora del Piero Silva[1]; Sávio Tadeu Guimarães[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; isadoradelpiero@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; savio.guimaraes@ceub.edu.br

A Estrada de Ferro Madeira – Mamoré (EFMM) inaugurada em 1° de agosto de 1912, representa um dos maiores empreendimentos ferroviários do mundo e é marcada por desafios extremos, como doenças tropicais e isolamento geográfico. Construída com mão de obra internacional, a EFMM tinha a função principal de escoar a produção de borracha na região amazônica, em um contexto de forte interesse econômico de empresas estrangeiras. Atualmente, o patrimônio encontra-se reformado e aberto ao público. Dessa forma, a pesquisa científica tem como objetivo evidenciar a importância histórica, arquitetônica, urbanística e paisagística da EFMM com ênfase no complexo da estação localizado em Porto Velho – RO. A investigação adota uma abordagem metodológica mista, qualitativa e quantitativa, baseada em fontes bibliográficas e pesquisa de campo. A origem da ferrovia foi o acordo assinado em 1903, entre Brasil e Bolívia, por meio do qual o primeiro país se comprometeu a construir a ferrovia como contrapartida pela aquisição do território do Acre, incorporando-o ao território nacional e assegurando o escoamento da produção regional por meio do Rio Madeira. Esta pesquisa busca compreender a relevância estratégica e histórica da EFMM não só como obra de engenharia e arquitetura, mas também como instrumento diplomático na resolução do litígio territorial, entre Brasil e Bolívia. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, concluída em 1912, tornou-se um símbolo de resistência e desafio e recebeu o apelido, à época, de “ferrovia do diabo” em razão das condições extremas enfrentadas durante sua construção. A proposta do estudo é realizar uma análise histórica, geopolítica, arquitetônica da ferrovia que evidencie seu impacto na configuração territorial e, principalmente, reforçar a importância da preservação deste patrimônio que contém um significado não apenas pela construção ferroviária, mas também pelas dinâmicas sociais e territoriais da região Norte do Brasil.

Palavras-Chave: arquitetura ferroviária; Estrada de Ferro Madeira – Mamoré (EFMM); construção; revitalização.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

EXISTE CORRELAÇÃO ENTRE DISFUNÇÃO AUTONÔMICA E SÍNDROME DE SJOGREN? UMA REVISÃO DA LITERATURA

Gustavo Almeida Granja[1]; Giovana Campista Ciattei[2]; Fernando Ferreira de Souza[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP'; gustavo.granja@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; giovana.ciattei@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; fernando.fsouza@uniceub.br

A disfunção autonômica (DA) tem sido progressivamente encontrada como uma manifestação extraglandular relevante na síndrome de Sjögren primária (pSS), condição autoimune sistêmica tradicionalmente caracterizada por xeroftalmia e xerostomia. Diante da diversidade de sintomas autonômicos relatados por pacientes com pSS, entre eles, fadiga crônica, hipotensão ortostática, disfunções gastrointestinal e urinária, esta revisão sistemática tem como objetivo investigar e revisar a evidência disponível na literatura médica relativa a essa associação. Com esse objetivo, foi realizada uma busca estruturada nas bases MEDLINE-PubMed e Embase, por estudos publicados até 2024, em qualquer idioma, que abordassem a associação entre síndrome de Sjogren primária e disfunção autonômica. A busca nas bases de dados encontrou 768 artigos, sendo 26 considerados elegíveis após *screening* primário e secundário e incluídos na presente revisão. Os métodos de avaliação da DA variaram amplamente entre os estudos, incluindo testes fisiológicos (HRV, tilt-test, Valsalva), questionários validados (COMPASS-31, ASP) e exames farmacológicos. As prevalências relatadas de DA oscilaram de 19% a 54,6%, sendo os sintomas mais comuns a fadiga, a disfunção vasomotora, a gastrointestinal e a sudomotora. Estudos, como os de Koh et al. (2016) e Mandl et al. (2010), revelaram forte correlação entre disfunção autonômica e maior gravidade de sintomas sistêmicos, especialmente fadiga e dor, além de impacto negativo em qualidade de vida, proposto por escores reduzidos em instrumentos de avaliação da qualidade de vida. Foram também observadas correlações entre DA e marcadores de atividade inflamatória, fenômeno de Raynaud e presença de autoanticorpos. Por outro lado, alguns estudos não encontraram diferenças significativas entre pacientes e controles saudáveis, sugerindo que a variabilidade nos critérios diagnósticos e nos métodos aplicados pode comprometer a comparação dos resultados. Conclui-se que, embora evidências disponíveis sugiram associação potencialmente relevante entre DA e pSS, a ausência de padronização nos protocolos avaliativos e a predominância de delineamentos transversais ainda tornam inviável que os dados de prevalência dessa associação sejam analisados em conjunto. Ainda assim, é possível que a disfunção autonômica na pSS possa ser parte significativa do espectro clínico da doença com implicações diretas na sua gravidade, no bem-estar dos pacientes e na efetividade das abordagens terapêuticas. Dessa forma, o desenvolvimento de diretrizes diagnósticas padronizadas, aliado a estudos observacionais de maior escopo, é fundamental para o entendimento apropriado e a elucidação de questões associadas à possível correlação entre essas condições, seu real impacto e sua prevalência.

Palavras-Chave: síndrome de Sjögren; disautonomia; disfunção autonômica.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

EXPERIÊNCIAS DE APLICAÇÃO DA MODELAGEM DE INFORMAÇÕES DE CONSTRUÇÃO (BIM) NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO

Leonardo Monteiro Pessoa[1]; Carolina Menzl Celaschi[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP'; leonardo.pessoa@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; carolina.celaschi@ceub.edu.br

O governo brasileiro buscou estimular a adoção do *Building Information Modelling* – BIM nos últimos anos, mediante a exigência de adoção desta metodologia para o desenvolvimento de novos projetos de obras públicas. Um dos benefícios disso está na possibilidade de ter uma documentação mais detalhada da edificação, facilitando trabalhos futuros, visando a sua manutenção e conservação. Entretanto, a legislação não explicita este aspecto, além de não cobrir projetos de manutenção e preservação de patrimônio histórico. Casos recentes, envolvendo a destruição do patrimônio histórico arquitetônico, tais como a Catedral de Notre Dame em Paris ou o Museu Nacional do Rio de Janeiro, evidenciam a necessidade de preservação de documentação arquitetônica que permita tanto a manutenção e a preservação do patrimônio histórico quanto a realização de estudos relacionados ao patrimônio a um público abrangente. Diversos estudos relatam a utilização do *Heritage Building Information Modelling* – HBIM como alternativa para a documentação do patrimônio arquitetônico, a fim de promover maior colaboração entre instituições e profissionais envolvidos nas diversas etapas e atividades da preservação do patrimônio. Este trabalho visa realizar uma revisão de literatura, envolvendo o uso de BIM e HBIM para preservação do patrimônio arquitetônico, com vistas a identificar as experiências na preservação de patrimônio arquitetônico histórico, usando estas metodologias, bem como as dificuldades e os problemas encontrados nesses processos.

Palavras-Chave: patrimônio histórico; inventário; BIM.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

EXPLORANDO AS FRONTEIRAS GELADAS: DESAFIOS E HORIZONTES DA SOBERANIA NA ANTÁRTIDA NO CONTEXTO DO DIREITO INTERNACIONAL

Carlos Augusto Martins Verona Nascimento[1]; Alice Rocha da Silva[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; carlos.verona@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; alice.silva@ceub.edu.br

O trabalho analisa a complexa questão da soberania na Antártida, sob a ótica do direito internacional, explorando as tensões entre a gestão cooperativa estabelecida pelo Sistema do Tratado da Antártida (STA) e as persistentes reivindicações territoriais de diversas nações. Celebrado em 1959, o Tratado da Antártida congelou as disputas de soberania existentes e designou o continente como uma reserva natural dedicada à paz e à ciência, logrando manter a estabilidade na região, por décadas. Contudo, essa aparente harmonia encobre o que Krasner (1999) denomina *hipocrisia organizada*, na qual os Estados aderem publicamente aos princípios do Tratado enquanto mantêm suas aspirações soberanas latentes, sustentadas por atividades, como a manutenção de bases científicas que, na prática, exercem influência territorial. A pesquisa investiga a aplicabilidade do conceito *patrimônio comum da humanidade* à Antártida, contrastando-o com as noções de *res communis* e *res nullius*, e aponta os desafios para sua efetivação diante das reivindicações nacionais e da futura possibilidade de revisão do regime antártico. O estudo detalha as reivindicações territoriais de Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido, analisando os fundamentos históricos, geográficos e jurídicos e as sobreposições existentes, especialmente na Península Antártica. Discute-se o crescente potencial econômico e estratégico da Antártida com vastas reservas de água doce, minerais, hidrocarbonetos e potencial biotecnológico, que, aliado às mudanças climáticas e aos avanços tecnológicos, torna a exploração mais viável e intensifica o interesse dos Estados, aumentando o risco de futuras disputas. Finalmente, o trabalho aponta para as perspectivas com destaque para a possibilidade de revisão em 2048, um momento que pode reacender debates sobre a soberania e a governança do continente, desafiando a longevidade do atual sistema.

Palavras-Chave: Antártida; direito internacional; patrimônio comum da humanidade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

EXPLORANDO O IMPACTO DO USO DE TELAS NA QUALIDADE DO SONO DE CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS NO DISTRITO FEDERAL

Lucas Moura Estanislau[1]; Maria Fernanda Charbel Janiques Rebouças[2]; Alexandre Sampaio Rodrigues Pereira[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; Lucas.mourae@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; mariafernandacharbel@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; alexandre.pereira@ceub.edu.br

A pesquisa aborda o uso de telas e o impacto na qualidade do sono de 33 crianças de 3 a 6 anos, de três Centros de Educação da Primeira Infância de Brasília - DF, visando investigar essa correlação, compreender as possíveis razões subjacentes à exposição das crianças às telas e caracterizar esse hábito. Foi utilizada uma metodologia quantitativa, aplicando uma entrevista estruturada sobre os padrões de uso de equipamentos eletrônicos, em conjunto com um questionário retrospectivo validado, referente aos hábitos do sono, ambos direcionados aos pais ou responsáveis dessas crianças, entre o período de dezembro de 2024 a março de 2025. Identificou-se que 81% das crianças são expostos a mais de 1 hora de telas, por dia, e todas iniciaram o uso de algum equipamento eletrônico antes dos 4 anos de idade. Entre os equipamentos mais utilizados, destacaram-se a televisão, o celular e o tablet, e os conteúdos mais consumidos foram desenhos e filmes seguidos por vídeos no YouTube. Os principais fornecedores de telas para as crianças foram mãe ou pai, e as motivações encontradas foram solicitação da criança, lazer ou entretenimento e distração, para acalmar. Para a correlação com a qualidade do sono e a compreensão do impacto das tecnologias, foi utilizado o Coeficiente de Correlação de Pearson, identificando que a presença do celular onde a criança dorme e o maior tempo total de uso por dia estão relacionados com a pior avaliação no questionário sobre hábitos de sono. Por sua vez, o controle parental sobre o uso de telas está relacionado com o menor indicativo de distúrbios do sono. O estudo contribui para a melhor compreensão do padrão de exposição das crianças na faixa etária proposta às telas digitais e identifica correlações positivas e negativas com a qualidade do sono delas, fornecendo dados, para orientar intervenções educativas e fomentar novas pesquisas sobre o tema.

Palavras-Chave: distúrbios do sono; tecnologia digital; tempo de tela.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

FATORES PSICOSSOCIAIS E RISCO DE PROTEÇÃO PARA O COMPORTAMENTO SUICIDA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR

Isabela Vieira de Assis Pujol Luz[1]; Carlos Manoel Lopes Rodrigues[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; ivapluz@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; carlos.manoel@ceub.edu.br

O comportamento suicida constitui grave problema de saúde pública e apresenta elevada prevalência entre jovens universitários, especialmente na fase de adultez emergente, marcada por transições e desafios acadêmicos, pessoais e sociais. Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre os fatores de risco e de proteção psicossociais e a manifestação do comportamento suicida em estudantes universitários. Participaram 146 estudantes com idades entre 18 e 63 anos, matriculados em instituições públicas (61,5%) e privadas (38,5%) de diferentes áreas de formação. Os instrumentos utilizados incluíram a Escala de Percepção de Suporte Social, a Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse, a Escala de Avaliação de Fatores de Risco e Proteção no Ensino Superior e o Inventário de Razões para Viver. As investigações foram conduzidas no *software* R, incluindo análise fatorial confirmatória e modelagem por equações estruturais. Os resultados indicaram índices de ajuste adequados para todos os instrumentos e confirmaram a normalidade multivariada dos dados. O modelo estrutural apresentou bom ajuste (CFI = 0,94; RMSEA = 0,057) e explicou 44% da variância em razões para viver. Maiores níveis de fatores de proteção, suporte social percebido e idade associaram-se positivamente à variável dependente, enquanto fatores de risco psicossocial tiveram efeito negativo significativo. Os achados reforçam o papel central de variáveis psicossociais como preditores da motivação para viver e destacam a importância de políticas institucionais e intervenções preventivas que fortaleçam recursos protetivos e minimizem riscos no ambiente acadêmico.

Palavras-Chave: comportamento suicida; fatores de risco; fatores de proteção.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

GERENCIAMENTO DE DOR EM CUIDADOS PALIATIVOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA ABRANGENTE DAS ABORDAGENS FARMACOLÓGICAS E NÃO FARMACOLÓGICAS

Mariana Cartaxo[1]; Marcela de Andrade Silva Miranda[2]; Lilian Silva de França[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; mariana.cartaxo@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; marcela.miranda@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; lilian.franca@ceub.edu.br

A dor crônica em pacientes oncológicos, frequentemente acompanhada por fadiga, distúrbios do sono, ansiedade, depressão, estresse e medo de recorrência, afeta significativamente a qualidade de vida. Em pessoas com multimorbidade — presença de múltiplas condições crônicas — os prejuízos são ainda maiores, impactando o estado tanto funcional quanto o emocional. A dor oncológica, reconhecida como uma experiência sensorial e emocional desagradável, contém forte componente psicossocial. Além disso, os efeitos adversos dos tratamentos podem agravar sintomas físicos e emocionais, como distúrbios do sono, fadiga e disfunção cognitiva. A interferência nas atividades diárias, no sono e no humor é considerável. Reações adversas ao tratamento podem causar limitações físicas que induzem a problemas psicológicos. Intervenções, como a terapia cognitivo-comportamental (TCC) e a terapia de aceitação e compromisso (ACT), demonstram eficácia na redução da incapacidade e na melhora do funcionamento físico, em pacientes com dor crônica. No entanto, a melhora na capacidade laboral pode ser limitada, levantando preocupações com o presenteísmo. Distúrbios do sono são frequentes nesses pacientes. Estudos com redução de estresse baseada em *mindfulness* (MBSR) não demonstraram melhora consistente na qualidade do sono, especialmente quando a duração da intervenção é curta. Quanto ao estado emocional, ansiedade, depressão e medo de recorrência estão fortemente associados à piora da qualidade de vida. A MBSR pode atenuar esses sintomas, melhorando o estado emocional, mas sua eficácia a longo prazo pode ser reduzida pelo aumento progressivo de efeitos adversos do tratamento. Além disso, níveis elevados de dor e depressão prévios à intervenção diminuem sua efetividade. A TCC, por sua vez, mostra-se eficaz no manejo do estresse, reduzindo afastamentos e promovendo o retorno ao trabalho. O sofrimento emocional do paciente oncológico afeta diretamente seus familiares e cuidadores. O reconhecimento do papel do cuidador, especialmente em contextos de multimorbidade, é essencial para compreender os desfechos clínicos e a sobrecarga familiar, sendo necessário avaliar suas experiências conjuntamente com as dos pacientes. O manejo adequado da dor e de comorbidades, como a depressão, é um objetivo central dos cuidados paliativos, cuja integração com saúde mental deve ser guiada por estratégias sistematizadas de rastreamento e intervenção, especialmente baseada em TCC, que favorece o retorno ao trabalho, ao passo que alternativas, como a toxina botulínica do tipo A (BTX-A), têm mostrado bons resultados no alívio da dor, com poucos efeitos adversos. Por sua vez, os opioides, apesar de eficazes para dor intensa, apresentam riscos significativos de efeitos colaterais e dependência. Em síntese, a dor crônica em pacientes com doenças avançadas é multifatorial e exige uma abordagem integrada que considere seus aspectos físicos, emocionais e sociais. O controle efetivo da dor e de seus impactos psicológicos não só melhora o conforto, como também resgata a dignidade e o sentido de vida dos pacientes e de seus entes queridos.

Palavras-Chave: cuidados paliativos; dor crônica; qualidade de vida.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

IDENTIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ANTIMICROBIANA E LARVICIDA A PARTIR DE PLANTAS DA AMAZÔNIA E DO CERRADO VISANDO À BIOPROSPECÇÃO

Marcella Pereira Mendonça[1]; Renata Pires Veiga[2]; Anabele Azevedo Lima Barbastefano[3]
[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB; marcellamendonca@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIBITI CEUB; renataveiga@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; anabele.lima@ceub.edu.br

O uso de plantas na prevenção, no tratamento e na cura de enfermidades tem sido uma ação corrente desde o advento das primeiras sociedades humanas, consolidando-se como uma das formas mais antigas de prática medicinal. Com o passar dos anos, o empirismo da alquimia foi substituído pela química experimental, o que possibilitou a síntese de novos medicamentos. Todavia, são observados na medicina integrativa contemporânea altos índices de resistência apresentados pelos patógenos microbianos em relação aos compostos antimicrobianos, o que tem alarmado as comunidades médicas e científicas no mundo. Sob essa perspectiva, a presente pesquisa tem por finalidade investigar o potencial efeito larvicida e inibitório de bactérias patogênicas a partir de extratos de plantas da região Amazônica e do Cerrado e, assim, contribuir para o desenvolvimento biotecnológico e o controle biológico de pragas, como o *Aedes aegypti*. Para tanto, foram selecionadas espécies vegetais, submetidas a processos de secagem, trituração, fervura, maceração e solubilização para a obtenção de extratos avaliados quanto à atividade antimicrobiana em bactérias *Staphylococcus aureus*, *Escherichia coli*, *Proteus mirabilis* e *Klebsiella pneumoniae*, por meio da técnica de disco-difusão em ágar, pelo halo inibitório. Os resultados demonstraram efeito inibitório para os extratos de guaraná, barbatimão, sucupira e pimenta malagueta. Além disso, a atividade larvicida foi testada em *Aedes aegypti*, importante vetor de transmissão de arboviroses. Nesse caso, larvas de terceiro e quarto instar foram expostas a diferentes concentrações dos extratos, sendo observada a mortalidade em alguns tratamentos, especialmente com extrato bruto dos vegetais. Nesse contexto, foi possível obter informações relevantes em relação aos efeitos inibitórios de bactérias patogênicas como promissor insumo biotecnológico antimicrobiano. Além disso, os achados apontam para o desenvolvimento de potencial larvicida de origem vegetal com menor impacto ambiental quando comparado aos inseticidas sintéticos. Os resultados obtidos demonstram a relevância desta pesquisa quando integrada ao conhecimento tradicional e à aplicação em saúde pública. Conclui-se que determinadas plantas analisadas contêm compostos com ação antimicrobiana e larvicida promissora em estudos de isolamento, caracterização e avaliação toxicológica. O trabalho reforça o papel da biodiversidade do Cerrado e da Amazônia como fonte estratégica de insumos para inovação farmacêutica e controle de vetores, além de incentivar pesquisas multidisciplinares, voltadas ao aproveitamento sustentável desses recursos naturais.

Palavras-Chave: bioprospecção; extratos vegetais; plantas medicinais.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

IDENTIFICAÇÃO DOS PARÂMETROS UTILIZADOS PELAS CORTES INTERNACIONAIS PARA O RECONHECIMENTO DO ELEMENTO SUBJETIVO ESSENCIAL À TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO

Elisa Borges das Neves Guimarães[1]; Fernanda Teixeira de Andrade[2]; Nitish Monebhurrun[3]
[1] Discente Bolsista PIC Direito/FAP; elisa.guimaraes@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC Direito/FAP; fernanda.teixeira8@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

O presente relatório tem como objetivo apresentar os resultados atingidos com a pesquisa realizada sobre a busca por critérios para a identificação do elemento da intenção no cometimento do crime de genocídio. A pesquisa, realizada no âmbito do Programa de Iniciação Científica do CEUB, examina a jurisprudência das Cortes Internacionais que já abordaram a temática prevista na Convenção para a Prevenção e a Punição do Crime de Genocídio, de 1948. Foi verificado que, embora a Convenção de 1948 defina o crime, sua aplicação enfrenta desafios significativos, especialmente na comprovação da intenção específica de destruir, no todo ou em parte, grupos nacionais, étnicos, raciais ou religiosos. Essa dificuldade compromete a uniformidade e a segurança jurídica das decisões especialmente em contextos contemporâneos, como os conflitos entre Ucrânia e Rússia e entre Israel e Palestina. O método utilizado para a pesquisa envolveu o levantamento normativo, jurisprudencial, doutrinário e documental de casos e discussões que abordam a problemática. A análise buscou identificar os critérios utilizados para inferir a intenção genocida, observando elementos, como padrões sistemáticos de violência, contextos históricos e declarações oficiais, além de quais desses elementos eram aceitos como prova nos tribunais. Os resultados da pesquisa indicaram que a intenção genocida não se confunde com o dolo comum do direito penal, exigindo provas mais robustas e específicas. Frequentemente, os tribunais recorrem a indícios, como políticas estatais, planos coordenados e padrões de conduta direcionados contra grupos protegidos, para comprovar a presença do elemento da intenção. No entanto, não há critérios uniformes. Como os tribunais *ad hoc* focalizam a responsabilidade penal individual e a CIJ versa sobre a atribuição de responsabilidade a Estados, verificaram-se distinções na interpretação e, consequentemente, na aplicação do dispositivo legal que rege o crime de genocídio. Por fim, restou consolidado que a ausência de critérios objetivos prejudica a coerência do direito penal internacional e gera insegurança jurídica, de modo que, diante do cenário contemporâneo de conflitos armados, a discussão pode tornar-se mais relevante, surgindo, então, a necessidade de consolidar os critérios para identificação do elemento mental e de valor probatório dos meios de prova aceitos para sua determinação.

Palavras-Chave: genocídio; *dolus specialis*; intenção específica genocida.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

IMPACTO DA PERCEPÇÃO DE RISCO DE IST, GRAVIDEZ OU AMBOS NA IMPULSIVIDADE SEXUAL AVALIADA PELO PARADIGMA DO DESCONTO

Samuel Carolina Barreto Sarmento[1]; Eduardo Walcacer Viegas[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; samuel.sarmento@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; eduardo.viegas@ceub.edu.br

Comportamentos sexuais de risco, como relações sexuais sem o uso de preservativos, representam uma preocupação significativa de saúde pública, especialmente entre jovens adultos. Esses comportamentos estão associados a desfechos adversos, como infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidez indesejada, que podem impactar a saúde física, emocional e social dos indivíduos. Apesar da importância do tema, não há estudos que investiguem comparativamente qual tipo de risco, se gravidez, IST ou ambos, exerce maior influência sobre a tomada de decisão impulsiva em contextos sexuais. Estudos prévios indicam que fatores, como atratividade física e condições emocionalmente carregadas, podem modular o comportamento impulsivo, mas ainda há uma lacuna no entendimento sobre como diferentes tipos de risco influenciam o indivíduo no momento da escolha. Diante disso, o presente estudo investigou o desconto do atraso em decisões sexuais impulsivas sob diferentes tipos de risco: IST, gravidez indesejada ou ambos. O objetivo foi analisar se o tipo de risco, a condição emocional (neutra ou negativa) e o grau de atratividade da parceira influenciam a escolha entre sexo imediato sem preservativo ou sexo com preservativo, após um atraso. Participaram 81 homens heterossexuais, sexualmente ativos, distribuídos em três grupos experimentais (Grupo IST; Grupo Gravidez e Grupo IST + Gravidez). Cada grupo respondeu à tarefa de desconto sexual (TDS), que avaliou a probabilidade de esperar pelo uso de preservativo, em diferentes atrasos, sob dois tipos de condição (neutra e negativa), com parceiras de alta e baixa atratividade. Os principais achados foram: o Grupo Gravidez demonstrou maior impulsividade, sendo o único a manter níveis elevados de impulsividade mesmo na condição negativa, com baixa atratividade; o Grupo IST + Gravidez apresentou menor impulsividade de modo geral; houve mais impulsividade quanto maior a atração sexual para todos os grupos e condições; a condição negativa reduziu a impulsividade, inclusive, diante de alto nível de atratividade. A pesquisa amplia achados anteriores, ao ser a primeira a comparar sistematicamente os três tipos de risco em condições controladas, com manipulação de cenário emocional e atratividade. Os resultados destacam que, embora campanhas e políticas públicas de saúde enfatizem majoritariamente os riscos associados às IST, o risco de gravidez também se mostra forte motivador para decisões impulsivas. Isso revela uma lacuna nas intervenções preventivas, que poderiam ser aprimoradas com foco mais equitativo nos diferentes tipos de risco. Assim, este estudo contribui tanto para o campo da análise experimental do comportamento quanto para a formulação de estratégias mais eficazes de prevenção e educação sexual junto à população jovem.

Palavras-Chave: comportamento sexual de risco; desconto do atraso; impulsividade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

IMPACTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NO POSICIONAMENTO DE MARCAS BRASILIENSES: UM ESTUDO DE CASO

Leticia Yukie Yamahata Pires[1]; Larisse Lázaro Santos Pinheiro[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; leticia.yukie@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; larisse.pinheiro@ceub.edu.br

O presente estudo de caso aprofunda a análise do impacto da responsabilidade social corporativa (RSC) no posicionamento estratégico da marca Brasal Refrigerantes, em uma colaboração sinérgica com o Instituto + Brasal. A investigação adota a perspectiva que examina a percepção dos colaboradores e a eficácia da comunicação institucional. Com uma abordagem metodológica qualitativa e de caráter descritivo-exploratório, a pesquisa utiliza entrevistas semiestruturadas com funcionários-chave e uma análise semiótica dos canais digitais e dos materiais institucionais da empresa. A fundamentação teórica baseou-se na análise de conteúdo de Bardin (2016) e no modelo de Kress e van Leeuwen (2006), para a interpretação semiótica de elementos visuais e textuais. Os resultados revelaram que, no ambiente interno, as iniciativas de RSC são percebidas como um componente estratégico e vital da cultura corporativa, contribuindo significativamente para fortalecer a reputação da empresa e o engajamento dos colaboradores. No plano externo, a comunicação da empresa reforça os valores de cuidado e compromisso com a comunidade, embora exista potencial para ampliar o alcance e a clareza das mensagens. Constatou-se a necessidade de maior sistematização dos processos de comunicação e de uma mensuração mais rigorosa do impacto social das ações, para maximizar os resultados. Conclui-se, portanto, que a integração harmoniosa e consistente entre práticas socioambientais, posicionamento de marca e estratégias de comunicação pode consolidar a Brasal Refrigerantes como um exemplo de referência em responsabilidade social no mercado brasileiro.

Palavras-Chave: responsabilidade social corporativa; comunicação; impacto social.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

IMPACTO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS PORTADORAS DE DOENÇAS CRÔNICAS SOB A PERSPECTIVA DE SEUS RESPONSÁVEIS

Ana Victória Amaral Morales Castillo[1]; Larissa Maciel Lima[2]; Tania Inessa Martins de Resende[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; anavcastillo@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; larissa.ml@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; tania.resende@ceub.edu.br

Este estudo qualitativo investiga os impactos psicossociais vivenciados por crianças com doenças crônicas, incluindo câncer, perda auditiva profunda e transtorno do espectro autista (TEA) e analisa como o trabalho voluntário pode contribuir para mitigar esses efeitos, focalizando a perspectiva de seus cuidadores. Doenças crônicas são definidas como condições de longa duração, frequentemente incuráveis, podem deixar sequelas, impor limitações e exigem constante adaptação. O objetivo da pesquisa é analisar os impactos e os possíveis benefícios do trabalho voluntário na qualidade de vida dessas crianças, com ênfase no papel dos voluntários no alívio da dor e do isolamento social vivenciados por elas. A metodologia envolveu 28 entrevistas semiestruturadas com os cuidadores principais de crianças que participavam de atividades voluntárias. A análise dos dados utilizou a hermenêutica da profundidade, levando à identificação de cinco categorias temáticas: impacto no bem-estar infantil, funções terapêuticas do brincar, papel do voluntariado no desenvolvimento cognitivo e sociolinguístico, alívio da dor e do desconforto e promoção da socialização e da inclusão. Os principais achados revelam um impacto positivo significativo do voluntariado tanto para as crianças quanto para suas famílias. Para as crianças, atividades promovidas pelos voluntários, especialmente brincadeiras, oficinas artísticas e atividades ao ar livre, foram centrais para o bem-estar emocional, o estímulo à alegria, a melhora da autoestima e o desenvolvimento integral, além de promover a inclusão social. O brincar funcionou como ferramenta terapêutica, permitindo que as crianças elaborassem experiências complexas, reduzissem a ansiedade e desenvolvessem melhores estratégias de enfrentamento em consonância com o conceito “espaço potencial”, de Winnicott. A contribuição para o desenvolvimento cognitivo e sociolinguístico foi relatada especialmente pelas mães de crianças com deficiência auditiva e crianças neurodivergentes. Quanto à dor, observou-se o papel das atividades voluntárias especialmente entre os pacientes oncológicos, pois a distração proporcionada pelas atividades voluntárias e pelo cotidiano institucional foi fundamental para o gerenciamento da percepção do sofrimento. Por fim, o estudo evidenciou o papel essencial do apoio emocional e social, oferecido também aos cuidadores, majoritariamente mães solo, as quais enfrentam sobrecarga, dificuldades financeiras e isolamento pela ausência de redes de apoio pré-estabelecidas. Assim, a pesquisa destaca os meios pelos quais o voluntariado pode atuar como um sistema complementar estruturado e eficaz no contexto da saúde pública brasileira, especialmente no enfrentamento de condições pediátricas crônicas complexas, muitas vezes, além da capacidade de resposta do sistema de saúde.

Palavras-Chave: trabalho voluntário; doenças crônicas na infância; apoio psicossocial.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

IMPACTOS DA DEPRESSÃO GESTACIONAL NO DESENVOLVIMENTO FETAL

Maria Julia Conte Brandão de Moura[1]; Camilla Getro de Carvalho Aguiar[2]; Cristiane Henriques Soares de Paiva Lopes[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; mariajuliamoura@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; camillagetro@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; cristiane.lopes@ceub.edu.br

A gestação é um período de múltiplas transformações na vida da mulher, caracterizado por mudanças físicas, hormonais e emocionais. O desenvolvimento fetal, por sua vez, é um processo complexo e multifatorial que sofre forte influência do organismo materno e das condições às quais a gestante está exposta. Diversos são os fatores que podem interferir negativamente nesse processo, entre eles, destacam-se os distúrbios psicológicos, especialmente a depressão gestacional, que é uma condição de alta prevalência nos tempos atuais e pode afetar significativamente a saúde da mãe e do bebê tanto a curto quanto a longo prazo. Estudos demonstram que o estresse e os transtornos emocionais vivenciados pela gestante têm impacto direto no metabolismo e no desenvolvimento do sistema nervoso central do feto, influenciando, de forma significativa, a vida intrauterina e o crescimento saudável da criança tanto no quesito neuronal como no psicológico e no metabólico. Mesmo com a relevância do tema, ainda há uma lacuna acerca de discussões aprofundadas na literatura científica sobre a correlação entre a depressão materna e as alterações no desenvolvimento fetal. Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar o conhecimento sobre essa relação, visando não apenas à compreensão dos mecanismos envolvidos, mas também à elaboração de estratégias preventivas e de cuidado com o binômio materno-fetal. Este trabalho tem como objetivo revisar e esclarecer os possíveis impactos da depressão materna durante a gestação no desenvolvimento fetal. A pesquisa é conduzida por meio de uma revisão sistemática da literatura, permitindo identificar as principais consequências da depressão gestacional e suas implicações na modulação do organismo fetal, contribuindo para a melhor abordagem clínica e preventiva durante o pré-natal.

Palavras-Chave: depressão; gravidez; desenvolvimento fetal.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

IMUNOPROFILAXIA DO VÍRUS SINCICIAL RESPIRATÓRIO EM PACIENTES PEDIÁTRICOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Erick Sousa Tavares[1]; Glória Pinheiro Arruda[2]; Milton Rego de Paula Júnior[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; erick.tavares@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; gloria.arruda@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; milton.junior@ceub.edu.br

O vírus sincicial respiratório (VSR) é o principal agente etiológico das infecções no trato respiratório inferior (ITRI), em lactentes e crianças menores de 2 anos, representando aproximadamente 80% dos casos de bronquiolite e 60% dos casos de pneumonia nesta faixa etária. Como não há tratamento específico no combate ao VSR, a imunização passiva de lactentes com anticorpos monoclonais (mAbs) e a imunização ativa a partir da vacinação materna consistem em estratégias de imunoprofilaxia essenciais. Na década de 90, o palivizumabe surgiu como o primeiro anticorpo monoclonal humanizado contra o VSR, destinado a crianças de alto risco. Em 2023, foi liberado o uso do nirsevimabe, um anticorpo monoclonal recombinante de imunoglobulina humana G1 kappa, com tempo de meia-vida prolongado em relação ao palivizumabe. Nos últimos anos, três vacinas (Novavax RSV F, GSK RSVPreF3 e Pfizer RSVpreF), com potencial de conferir proteção ao recém-nascido pela transferência transplacentária de anticorpos, foram investigadas nos principais estudos científicos. Assim, o presente trabalho tem a finalidade de avaliar a eficácia e a segurança dos anticorpos monoclonais (palivizumabe e nirsevimabe) e da vacinação materna na imunoprofilaxia do VSR, em pacientes pediátricos. No período de setembro de 2024 a julho de 2025, realizou-se uma revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados nas bases de dados PubMed, EMBASE, Web of Science, Cochrane e LILACS. A estratégia de busca resultou em 4933 artigos, e, após a aplicação dos critérios de elegibilidade, com o auxílio da plataforma Rayyan®, 20 artigos foram selecionados. O risco de viés (RoB 2.0) foi baixo em 13 estudos e classificado como “alguma preocupação” em três, sem julgamentos de alto risco. Os resultados foram consistentes a favor do nirsevimabe. Em prematuros tardios e lactentes a termo, iniciando a primeira temporada de VSR, observou-se a redução de 70,1% das ITRI com exigência de atendimento médico e de até 78,4% das hospitalizações. Em outro ensaio clínico, com 8.058 participantes, a redução de hospitalizações atingiu 83,2% e de ITRI muito graves, 75,7%. Em comparação direta com o palivizumabe em crianças de alto risco, o nirsevimabe apresentou menores proporções de ITRI com assistência médica (0,6% vs. 1%) e de hospitalizações (0,3% vs. 0,6%), mantendo perfil de segurança semelhante. Os eventos adversos relacionados ao niservimabe foram majoritariamente leves e comparáveis ao placebo ou ao palivizumabe. Entre as vacinas maternas, a RSVpreF (abrysvo) demonstrou eficácia de 70% na prevenção de ITRI graves, nos primeiros seis meses de vida, com redução de hospitalizações de 69,7% aos 90 dias e de 55,3% aos 180 dias, além de segurança materno-infantil favorável. A RSVPreF3 (GSK) evidenciou eficácia contra ITRI e formas graves, porém esteve associada ao aumento de partos prematuros, justificando a descontinuação do seu desenvolvimento. A RSV F (Novavax) mostrou segurança e benefício em alguns desfechos, mas não alcançou um critério pré-especificado de eficácia. Portanto, as evidências elucidam o nirsevimabe e a vacinação materna com RSVpreF como estratégias efetivas e seguras, para reduzir ITRI por VSR, hospitalizações e necessidade de atendimentos médicos em lactentes.

Palavras-Chave: anticorpos monoclonais; vacina materna; vírus sincicial respiratório.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

INFLUÊNCIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NA COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO REPRESENTANTE DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS DA JUVENTUDE DE 2024

João Gabriel Viana da Costa Rebelo[1]; André Almeida Cunha Arantes[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; joaogbriel@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; andre.arantes@ceub.edu.br

Os Jogos Escolares ou os Jogos da Juventude representam uma das mais duradouras políticas públicas esportivas do Brasil com trajetória marcada por transformações estruturais, financeiras e organizacionais. Como objetivo geral, este esforço acadêmico pretendeu verificar se a condição financeira foi determinante para fazer parte da delegação do Distrito Federal que participou dos Jogos da Juventude de 2024. Utilizou-se abordagem quantitativa com aplicação de questionário virtual a 121 atletas da delegação, de 15 a 17 anos, estratificados por renda familiar: estrato superior (>5 salários-mínimos SM - SM/R$1.412,00) e inferior (≤5 SM). A coleta, mediada por técnicos, seguiu aprovação ética (CAE: 63189922.6.0000.0023). Os dados foram analisados por teste qui-quadrado (χ^2) no Social Science Statistics. Os resultados indicaram predominância de atletas do estrato inferior, demonstrando que a condição financeira não constituiu barreira determinante. Este achado corrobora estudos anteriores, atribuindo-se tal inclusão principalmente às políticas públicas de apoio (Bolsa Atleta, Compete Brasília, Ministério do Esporte). Identificou-se significativa representação de atletas autodeclarados pretos, pardos ou amarelos no estrato inferior, refletindo a realidade demográfica periférica do DF. Evidenciou-se forte segregação socioeducacional, pois a rede pública concentrou quase todos os atletas de baixa renda e predominantemente negros, pardos e amarelos, enquanto a rede privada apresentou maioria branca e de renda superior. Conclui-se que políticas públicas de esporte são fundamentais para a inclusão de grupos desprivilegiados nas competições de jovens, porém a persistência de assimetrias estruturais exige ações articuladas. A efetiva democratização do esporte no DF depende de um modelo de gestão que garanta o acesso equitativo como direito social, rompendo ciclos de exclusão.

Palavras-Chave: Jogos da Juventude; políticas públicas; esporte escolar.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

INFLUÊNCIA DO CLIMA, DAS CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS E DO FOTOPERÍODO SOBRE A ATIVIDADE FOLICULAR E REPRODUTIVA DAS ÉGUAS

Beatriz Akie Tayamichi Sato[1]; Francisco José Gonçalves de Oliveira[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; beatriz.sato@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; francisco.jose@ceub.edu.br

O presente estudo teve como objetivo avaliar a influência de variáveis climáticas e do fotoperíodo sobre o crescimento folicular em éguas, por meio de monitoramento ultrassonográfico e análise correlacional. A pesquisa foi conduzida na Ande Brasil, localizada na Granja do Torto, Distrito Federal, entre outubro de 2024 e fevereiro de 2025. Foram selecionadas duas éguas em função da disponibilidade de animais, as quais foram acompanhadas durante seis ciclos estrais consecutivos. As mensurações foliculares foram realizadas por exames ultrassonográficos transretal periódicos, registrando-se o diâmetro máximo dos folículos dominantes. Simultaneamente, coletaram-se dados meteorológicos diários (temperatura média, umidade relativa e precipitação pluviométrica) e informações sobre o fotoperíodo. Os resultados indicaram variações nas taxas médias de crescimento folicular, entre os ciclos, com valores médios por égua variando de 1,8 mm/dia a 2,36 mm/dia. Observou-se tendência de aumento da atividade folicular nos períodos de maior fotoperíodo e temperaturas médias mais elevadas, sugerindo influência positiva dessas variáveis sobre a função ovariana. A precipitação e a umidade relativa apresentaram correlação menos evidente com a dinâmica folicular. A limitação do número de animais e a mudança de local da pesquisa são fatores que demandam ajustes metodológicos, mas não comprometeram a coleta de dados e a análise proposta. Conclui-se que o fotoperíodo crescente, associado a condições climáticas favoráveis, exerce papel relevante na ativação reprodutiva de éguas, corroborando achados prévios da literatura e reforçando a importância do manejo ambiental no planejamento reprodutivo equino.

Palavras-Chave: equinos; dinâmica folicular; fotoperíodo.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

INVESTIGAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES NA PROMOÇÃO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Ana Beatriz Dourado Gomes[1]; Paulo Henrique Takatsu de Oliveira[2]; Fabiana Xavier Cartaxo Salgado[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; ana.bg@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; takatsu.paulo@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; fabiana.salgado@ceub.edu.br

A educação sexual nas escolas contribui, de forma positiva, para a vida dos adolescentes nos aspectos pessoal e social, ajudando-os a desenvolver habilidades e valores éticos que os capacitam a tomar decisões saudáveis e respeitosas. Entretanto, ainda existe resistência à abordagem de temas relacionados à saúde sexual no ambiente escolar, motivada por estigmas sociais e concepções retrógradas que limitam o diálogo. Este projeto teve como objetivo investigar a capacitação dos professores na promoção de saúde e educação sexual de adolescentes nas escolas públicas do Distrito Federal. Trata-se de estudo de campo transversal, exploratório e descritivo, realizado entre abril e junho de 2025, por meio de questionário estruturado e validado, contendo 39 questões (37 fechadas e 2 abertas), aplicado no ambiente escolar. Foram incluídos professores do ensino fundamental II (do 6º ao 9º ano), responsáveis por ministrar aulas de educação sexual previstas na Base Nacional Comum Curricular, com mais de um ano no cargo. Foram excluídos os que não aceitaram participar ou não responderam após cinco tentativas. A pesquisa foi aplicada em 23 escolas e respondida por 37 professores de ciências. A mediana etária foi de 39 anos com predominância de indivíduos do sexo masculino (51,35%), solteiros (54,05%), de religião católica (40,54%), graduados em licenciatura (56,7%) e com tempo de docência de 6 a 10 anos (27,02%). Cerca de 51,35% afirmaram que a educação sexual está presente no projeto educativo escolar, e 97,3% consideraram o tema muito importante. A maioria (56,76%) negou ter formação específica no tema sobre sexualidade, e, mesmo que 48,65% se declarassem aptos para a abordagem, 72,97% relataram dificuldades ou constrangimento na execução do tema com os alunos. Os docentes informaram acreditar que os alunos buscam informações sobre sexualidade principalmente com primos (70,27%), colegas (97,30%) e na internet (100%), não recorrendo ao serviço de saúde (0%). Nossos achados orientam que a consolidação da educação sexual nas escolas depende do envolvimento não somente dos professores, mas também da família e efetivamente do apoio institucional. Reforça-se a necessidade de estratégias públicas que garantam a formação inicial e continuada dos educadores na abordagem sobre a sexualidade, nas escolas, sobretudo quando se percebe o distanciamento dos jovens dos serviços de saúde. Informações sobre a educação sexual entre adolescentes podem ser consideradas um instrumento de cidadania, de respeito à diversidade e de garantia dos direitos humanos. Nesse sentido, a função dos professores é essencial, consolidando, assim, a escola como espaço de aprendizado seguro, eficaz, ético e esclarecedor sobre saúde.

Palavras-Chave: educação sexual; escolas; adolescentes.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

INVESTIGAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO PARA MÉDICOS RECÉM-FORMADOS NO DISTRITO FEDERAL

Adria Maria Nascimento Junior[1]; Fabiana Xavier Cartaxo Salgado[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; adria.maria@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; fabiana.salgado@ceub.edu.br

O mercado de trabalho para médicos recém-formados no Distrito Federal encontra-se marcado pela elevada concorrência, resultado da saturação de profissionais na região, cenário o qual é retroalimentado pela abertura de novas graduações em medicina. Apesar do aumento no número de médicos, a oferta de vagas para residência não cresce na mesma proporção, o que mantém a carência de mão de obra especializada e dificulta a inserção dos recém-formados. Este estudo consiste em uma pesquisa descritiva, transversal e retrospectiva, com o objetivo de investigar o mercado de trabalho para médicos recém-formados pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB). A coleta ocorreu entre outubro de 2024 e março de 2025, por meio de um questionário eletrônico estruturado, validado e autoaplicável, com 26 perguntas fechadas, elaboradas no Google Docs. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética, e foi aplicado o Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE). A amostra analisada foi composta por 175 médicos recém-formados com idade mediana de 28 anos, predominância de profissionais do sexo feminino (64%), maioria com estado civil solteiro (84%) e residentes no Distrito Federal (88,57%). Considerando as fontes de renda atuais dos recém-formados, constatou-se que 82,28% atuam como médicos e 36,56% recebem bolsas de pós-graduação. No que se refere à formação complementar, 33,71% estão cursando residência médica, enquanto 5,14% concluíram residência. Entre os cursos de pós-graduação *lato sensu*, 10,85% encontram-se em andamento, e 3,42% foram finalizados. De acordo com a inserção no mercado de trabalho, 53,7% relataram ter ingressado no primeiro emprego, em até um mês após a formatura, 34,28% afirmaram possuir dois vínculos laborais, e 25,1% declararam trabalhar entre 20 e 40 horas semanais. Constatou-se que 43,16% estão trabalhando no setor privado e 58% trabalham nos níveis secundário e terciário de assistência. O estudo revelou que 66,3% dos médicos recém-formados declararam estar satisfeitos com a profissão. Em síntese, a má distribuição geográfica de médicos, a precarização das relações de trabalho e a baixa adesão à atenção primária comprometem a qualidade e a equidade do sistema de saúde. Paralelamente, a discrepância entre o número de formados e as vagas de residência disponíveis lança luz à urgência de ampliar e melhorar os programas de residência médica, além da necessidade de investir em políticas de distribuição e fixação de médicos em regiões mais carentes do Brasil, a fim de melhor atender às demandas populacionais. Cabe ressaltar que, mesmo considerando todos estes desafios, a rápida inserção no mercado de trabalho contribui para manter elevados os níveis de satisfação com a carreira médica, entre os recém-formados.

Palavras-Chave: médicos recém-formados; mercado de trabalho; formação médica.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

INVESTIGAÇÃO ECOEPIDEMIOLÓGICA DA FAUNA DE POTENCIAIS RESERVATÓRIOS E VETORES DE FEBRE MACULOSA NO DISTRITO FEDERAL

Isabelle de Freitas Sousa[1]; Guilherme Rodrigues Diniz[2]; Lucas Edel Donato[3]; José Gazeta[4]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; isabellefsousa@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP [3] Docente Orientador CEUB; lucas.donato@ceub.edu.br [4] Pesquisador Colaborador - Fundação Oswaldo Cruz

A febre maculosa é uma zoonose causada por bactérias do gênero Rickettsia, transmitida principalmente por carrapatos do gênero Amblyomma. No Brasil, destacam-se como vetores *Amblyomma sculptum*, *A. aureolatum* e *A. ovale*. Este estudo teve como objetivo investigar a ocorrência de carrapatos potencialmente vetores da doença em quatro Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) do Distrito Federal, nas regiões administrativas de Samambaia, São Sebastião, Sobradinho e Santa Maria, entre outubro de 2024 e fevereiro de 2025. As coletas, realizadas por meio das técnicas de pano de arrasto e armadilhas de gelo seco (Co2), seguiram protocolos padronizados e medidas rigorosas de biossegurança. As amostras coletadas foram enviadas ao Laboratório de Referência Nacional em Vetores das Riquetsioses, da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, onde foram submetidas a identificação por taxonomia e análise molecular para pesquisa de Rickettsias spp. Foram identificados 142 espécimes de carrapatos, sendo uma positiva para Rickettsia spp., proveniente de *Amblyomma dubitatum*, da ETE de Sobradinho. O sequenciamento da amostra segue em andamento, para caracterização da espécie de Rickettsia. Ainda que essa espécie não apresente importância médica para transmissão de febre maculosa no Brasil, os achados deste estudo reforçam a importância continuada da vigilância entomológica, da identificação e da análise dos potenciais vetores para a prevenção e o controle da febre maculosa, em áreas de infestação de carrapatos ou com evidências sugestivas para a ocorrência de casos da doença.

Palavras-Chave: carrapatos; Distrito Federal; febre maculosa.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ISOTRETINOÍNA ORAL E SAÚDE MENTAL: EXPLORANDO A RELAÇÃO ENTRE O TRATAMENTO DA ACNE E O BEM-ESTAR PSICOLÓGICO

Julia Cruvinel Rabello[1]; Isabella da Silva Milhomem[2]; Ademar Schultz Junior[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; julia.cruvinelr@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; isabella.milhomem@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; ademar.junior@uniceub.br

A acne vulgar consiste em uma doença dermatológica inflamatória extremamente comum na população geral, apresentando maior prevalência na parcela mais jovem da sociedade. A patogênese desta enfermidade é multifatorial e pode envolver a síntese exacerbada de citocinas inflamatórias, a colonização bacteriana da pele, a hipersecreção sebácea e as alterações na queratinização cutânea. Além disso, seus efeitos estéticos podem gerar repercussões biopsicossociais, de modo a evidenciar a necessidade de um manejo eficaz contra essas lesões acneicas. Nesse sentido, a isotretinoína apresenta-se como um derivado da vitamina A (retinol) com ação farmacológica capaz de reduzir a sebogênese e a queratinização folicular típicas da acne vulgar. Esse medicamento, apesar de extremamente eficaz, apresenta-se de modo controverso, a respeito de eventuais repercussões psíquicas, em indivíduos que o utilizam. Diante disso, ressalta-se o intuito deste projeto de investigar a possível associação entre o uso de isotretinoína e as alterações do bem-estar mental dos pacientes. Foi realizado, então, nesta pesquisa, um estudo qualitativo longitudinal e observacional que analisou a relação supracitada por um formulário eletrônico divulgado em meios digitais para a população geral. Diante das informações obtidas, observou-se que 25,2% dos participantes consideraram a ocorrência de alterações negativas em sua saúde mental, pela utilização deste remédio, o qual é recomendado, entretanto, por 94% daqueles que responderam ao formulário. Ademais, verificou-se que 12,2% referiram perceber piora de sua saúde mental apesar da melhora da acne gerada pela isotretinoína. Ainda assim, 97,7% das pessoas informaram melhora significativa da acne, e a maioria dos pacientes negaram o impacto psiquiátrico negativo decorrente deste remédio. Desse modo, a partir dos dados supracitados, evidencia-se clinicamente a efetividade da isotretinoína na redução das lesões acneicas, além da melhora estética dos pacientes. Nesse sentido, reforçam-se os impactos positivos na saúde mental promovidos por essa medicação. Ademais, esses achados ratificam a elevada eficácia da isotretinoína no controle da acne, com notáveis repercussões psicossociais e baixa incidência de efeitos adversos psíquicos associados diretamente ao fármaco.

Palavras-Chave: isotretinoína; acne; saúde mental.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

LETRAMENTO EM SAÚDE DE PACIENTES COM DOENÇA INFLAMATÓRIA INTESTINAL

Ana Flávia Silva Castro[1]; Maria Eduarda Oliveira Bastos[2]; Ricardo Jacarandá de Faria[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; anaflaviasc@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP [3] Docente Orientador CEUB; ricardo.faria@ceub.edu.br

As doenças inflamatórias intestinais (DII) incluem a doença de Crohn e a retocolite ulcerativa e são condições crônicas que exigem acompanhamento contínuo e adesão a tratamentos complexos. O letramento em saúde (LS) representa a capacidade de compreender, avaliar e aplicar informações para o autocuidado e é essencial para a qualidade de vida e o seguimento desses pacientes. O objetivo deste estudo é avaliar o letramento em saúde de pacientes com DII atendidos no ambulatório de gastroenterologia do Hospital Universitário de Brasília (HUB), compreendendo o perfil dos pacientes e os impactos do letramento na qualidade de vida e no manejo clínico. Trata-se de um estudo qualitativo com uso de entrevistas estruturadas e aplicação do Teste de Letramento em Saúde (TLS), adaptado do *Test of Functional Health Literacy in Adults* (TOFHLA), aplicado a 20 indivíduos, entre fevereiro e abril de 2025. A coleta contemplou aspectos sociodemográficos, hábitos de leitura e atividade da doença (CDAI e *Mayo Score*). Houve análise qualitativa de conteúdo, seguida de avaliação quantitativa exploratória. Os pacientes apresentaram maiores variações em etnia, profissão e escolaridade. As dificuldades foram evidenciadas especialmente em grupos de menor escolaridade (E) e hábito de leitura (L), as quais incluíram pressa, cansaço, desconhecimento de termos, necessidade de ajuda frequente e maior preocupação durante o teste. Tais fatores foram observados também por associações positivas, com a pontuação do TLS, sendo L ($p < 0.001$) e E ($p = 0.042$), e o tempo de teste com L ($p = 0.005$) e E ($p = 0.009$). Pacientes com maior letramento apresentaram melhor compreensão das instruções e menos necessidade de auxílio. A idade foi negativamente associada aos escores de letramento ($r = -0.64$, $p = 0.003$) e com relação positiva ao tempo para concluir o teste ($r = 0.53$, $p = 0.015$), indicando necessidade de estratégias específicas para idosos. Não foi observada nenhuma associação estatística entre o perfil ou o letramento com a atividade da doença. O estudo identificou que o baixo letramento em saúde compromete o entendimento e o manejo da DII, sugerindo a necessidade de estratégias de comunicação claras, o uso de linguagem simples e o estímulo à leitura, para melhorar o engajamento dos pacientes. Ressalta-se que o estudo tem limitações, como tamanho amostral reduzido e perfil do hospital-escola, que podem impactar a generalização dos resultados.

Palavras-Chave: letramento em saúde; doenças inflamatórias intestinais; educação em saúde.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

LIBERALISMO E ESCRAVIDÃO: O DISCURSO LEGAL DO SÉCULO XIX COMO CONSERVADOR

Isabela Fonseca de Almeida[1]; Marcelo Tadeu dos Santos[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; isabelafalmeida@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; marcelo.santos@ceub.edu.br

Trata-se de um relatório de pesquisa do Programa de Iniciação Científica - PIC/CEUB 2024/2025, do curso de direito, do Centro Universitário de Brasília (CEUB), pensado a partir da área de história do direito. O trabalho propôs-se a responder de que maneira a estrutura discursiva jurídica do século XIX se constituiu a partir de um discurso liberal de defesa da sociedade, para justificar a escravidão, uma vez que as bases da história do direito apontam os princípios vigentes na sociedade oitocentista serem de caráter central para a estruturação posterior a essa época. Para tanto, consistiu-se como objetivo da pesquisa elucidar como a estrutura discursiva do século XIX se fundamentou a partir do ideal liberalista, de maneira a justificar a escravidão no Brasil. Para tal proposição, os métodos direcionados à realização da argumentação estabelecida constituíram-se pela pesquisa qualitativa de caráter exploratório, utilizando a pesquisa bibliográfica nas bases das ciências humanas e jurídicas e a pesquisa documental, para selecionar os discursos jurídicos produzidos no século XIX. Em seguida, os textos foram submetidos à metodologia da análise crítica do discurso, com o intuito de elucidá-los pelo resultado das fontes bibliográficas. Por tudo isso, foi possível verificar que as verdadeiras bases as quais fundamentaram o discurso jurídico do Brasil oitocentista foram as características primordiais da sociedade vigente: a produção de latifúndio por mão de obra escrava. Ademais, dada a importância do tema e sua ausência no espaço de pesquisa, propõem-se mais publicações para a área, de modo a aprofundar a discussão sobre a temática.

Palavras-Chave: século XIX; escravidão; discurso jurídico.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL E PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD): O PAPEL DA LIDERANÇA NO ENGAJAMENTO, NO DESEMPENHO E NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE SERVIDORES PÚBLICOS EM PGD

Talita Lacerda Nascimento[1]; Marília Mesquita Resende[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; talita.lacerda@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; marilia.resende@ceub.edu.br

A liderança transformacional tem-se destacado como modelo eficaz, especialmente em contextos de mudança organizacional. Sua ênfase na motivação e no desenvolvimento de colaboradores é particularmente relevante diante da implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), no Poder Executivo federal. O PGD introduz modalidades, como teletrabalho, trabalho híbrido e foco em resultados, exigindo realinhamento da cultura organizacional e novas formas de liderar equipes. Assim, este estudo teve como objetivo analisar a presença de características da liderança transformacional no setor público e avaliar seus efeitos sobre o engajamento, o desempenho e o desenvolvimento profissional de servidores em PGD. A pesquisa foi conduzida por meio de questionário on-line, com 217 respostas válidas, majoritariamente de servidores efetivos do Poder Executivo federal (91,24%). Os resultados indicaram a presença significativa de características transformacionais nas lideranças avaliadas, com correlações positivas entre esse estilo de liderança e os níveis de engajamento, desempenho de tarefas e desempenho contextual. Também se observou que o aumento na percepção de liderança transformacional está associado ao crescimento do engajamento e ao desempenho dos servidores. A análise textual sugeriu que os participantes da pesquisa valorizam a comunicação como comportamento da liderança favorecedor do funcionamento do PGD e como eixo norteador, para explorar as potencialidades do Programa, sobretudo, no que se refere à realização das entregas. Esta pesquisa inaugura o estudo da liderança transformacional no contexto do PGD e indica contribuições significativas sobre a sua relação com variáveis organizacionais, promovendo o debate de práticas de gestão de pessoas que reforçam a liderança como fator estratégico na construção de ambientes de trabalho mais produtivos, adaptáveis e saudáveis no setor público.

Palavras-Chave: liderança transformacional; engajamento; desempenho.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

LIMITES DO DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL REFERENCIADORA DE PRECEDENTES ESTRANGEIROS E INTERNACIONAIS

Isabelle Guimarães Azin[1]; Isabella Luisa Andrade Barbosa[2]; Christine Oliveira Peter da Silva[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; isabelle.azin@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; isabella.abarbosa@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; christine.silva@ceub.edu.br

A pesquisa investigou os limites do direito humano e fundamental à liberdade de expressão quando confrontado com outros direitos de igual estatura jurídico-constitucional, como intimidade, privacidade, honra e imagem, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que cita precedentes de cortes constitucionais e internacionais. O problema central consistiu em compreender se, nos processos de ponderação do STF, a liberdade de expressão tende a ser privilegiada ou preterida diante de outros direitos fundamentais, considerando a influência e a utilização de decisões estrangeiras. O objetivo geral foi analisar o conteúdo e o discurso das decisões do STF que mencionam julgados de outras cortes sobre a liberdade de expressão, comparando fundamentos e critérios de ponderação, para mapear os limites desse direito em perspectiva comparada. Buscou-se identificar os temas, as cortes e os argumentos empregados nas decisões; descrever os critérios adotados para a prevalência ou a restrição da liberdade de expressão; apontar convergências e divergências entre parâmetros nacionais e estrangeiros. A pesquisa, dogmático-jurisprudencial, qualitativa e quantitativa, utilizou como campo de investigação a base de dados eletrônica do STF. Partiu-se de 832 decisões identificadas por meio do filtro “decisão estrangeira citada”, e, em seguida, aplicou-se o termo “liberdade de expressão”, resultando em 62 decisões que atenderam aos critérios de inclusão. O procedimento envolveu análise documental integral das decisões selecionadas e dos precedentes estrangeiros nelas referenciados, bem como aplicação das técnicas de análise de conteúdo, para identificar padrões temáticos e categorias jurídicas, e de análise de discurso, para compreender o contexto argumentativo e a função das citações. Foram elaboradas duas tabelas principais: a primeira sistematizou decisões do STF com direitos em conflito, critérios e precedentes; a segunda reuniu os casos estrangeiros com número do processo nacional citante, ministro relator, trecho da decisão do STF e excerto original da decisão estrangeira. A análise de conteúdo contemplou decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos, do Tribunal Constitucional Espanhol, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Corte Constitucional Alemã e da Corte Europeia de Direitos Humanos; a análise de discurso restringiu-se às decisões norte-americanas em razão de sua predominância (93 casos citados em 153 referências). Os resultados evidenciaram padrões de citação concentrados em determinadas cortes e temas, bem como formas diversas de incorporação dos fundamentos estrangeiros no contexto brasileiro. Embora não tenha sido possível concluir a terceira etapa, ou seja, a elaboração da tabela comparativa detalhada entre fundamentos nacionais e estrangeiros, a base de dados organizada representa insumo para novas investigações em direito comparado. Conclui-se que o STF mantém diálogo seletivo com a jurisprudência estrangeira, utilizando-a como reforço argumentativo em decisões que envolvem a liberdade de expressão, mas reinterpretando conceitos conforme o contexto constitucional brasileiro.

Palavras-Chave: direito constitucional; transjusfundamentalidade; liberdade de expressão.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

MEDITAÇÃO E SAÚDE: ESTUDO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DE PROCESSOS SUBJETIVOS POR MEIO DE PRÁTICAS MEDITATIVAS DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

Bruna Tavares da Silveira[1]; Ana Vitória Cruz Lemes[2]; Valeria Deusdará Mori[3]
[1] Discente Bolsista PIC Psicologia/FAP; bruna.tavaress@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC Psicologia/FAP; ana.avl@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; valeria.mori@ceub.edu.br

A presente pesquisa propôs um estudo dos processos subjetivos envolvidos nas práticas meditativas e na vivência universitária, com base na teoria da subjetividade proposta e desenvolvida por González Rey. O objetivo principal é compreender a relação entre a prática da meditação e as vivências universitárias, na perspectiva da teoria da subjetividade. Os objetivos específicos foram explorar as diferentes produções subjetivas advindas da prática da meditação e conhecer as maneiras pelas quais a prática da meditação mobilizou sentidos subjetivos no contexto social da vida universitária. Propõe-se discutir saúde como um processo subjetivo, portanto, complexo que entrelaça aspectos sociais e individuais. A meditação, no presente estudo, é considerada como uma prática com potencial mobilizador diante dos desafios da vida universitária, por favorecer a produção de processos subjetivos e a abertura de novos espaços de subjetivação. Como metodologia, foi utilizado o método construtivo-interpretativo, cuja base é a epistemologia qualitativa, que defende a produção do conhecimento como um processo construtivo-interpretativo, singular e dialógico. Para realizar esta pesquisa, participaram dois estudantes universitários, Francisco, de 28 anos, e Daniela, de 20 anos. Foram realizados encontros presenciais, um em grupo e outro individual, com cada participante. A partir da construção das informações, observou-se que a transição para a vida adulta é permeada por contradições, inseguranças e expectativas que são atravessadas pelos aspectos individual e social, e as dinâmicas familiares, muitas vezes, ocupam uma posição orientadora perante as decisões dos indivíduos. Além disso, foi possível observar que a meditação, por si, só não é capaz de abrir novos caminhos de subjetivação que permitam a elaboração de mal-estar, sendo necessária a implicação nesse processo, ao invés de utilizar a meditação de forma instrumental e prescritiva. Tal implicação com a prática meditativa abre uma via possível, para tornar-se sujeito e trilhar caminhos próprios. Por fim, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre a vivência universitária, desde as escolhas do curso até a transição para o mundo do trabalho e propõe uma abordagem crítica acerca da meditação e da sua concepção hegemônica.

Palavras-Chave: meditação; graduação; vivência universitária.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DOS CURSOS DE DIREITO BRASILEIROS PELO EXAME DE ORDEM

Maria Eduarda Severo Monteiro[1]; Milena Alarcão Louzada de Sá[2]; Ana Carolina Figueiro Longo[3]

[1] Discente Bolsista PIC Direito/FAP; maria.smonteiro@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC Direito/FAP; milena.sa@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; ana.longo@ceub.edu.br

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de direito delineiam as competências para o ensino jurídico, influenciando a grade curricular dos acadêmicos. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) destaca a educação centrada no estudante e a formação adequada do graduando. O foco principal é a análise crítica da competência no ensino superior jurídico, com ênfase na eficácia do Exame da Ordem dos Advogados (OAB) como indicador de preparo para a prática profissional. O estudo baseou-se em uma investigação minuciosa sobre a aplicação das questões no exame, destacando padrões recorrentes e examinando a correlação entre repetição e qualidade da formação acadêmica. O livro *Exame da Ordem: uma visão crítica*, de João Virgílio Tagliavini, é incorporado para enriquecer a pesquisa com perspectivas consolidadas sobre as críticas ao exame. Além disso, o texto aborda a Resolução MEC 05/2018, que estipula a necessidade da sólida formação geral e humanística, a capacidade crítica e reflexiva e a responsabilidade social dos graduados. A política pública de educação jurídica busca equilibrar habilidades técnicas com reflexão crítica. O texto destaca a importância do Exame de Ordem, para verificar a qualidade dos cursos jurídicos e a aptidão dos graduados. No entanto, questiona-se se esses exames enfatizam mais a memorização de normas do que a capacidade crítica dos estudantes. O intuito da pesquisa foi repetir um estudo anterior de mais de 10 anos atrás, coordenado por João Virgílio Tagliavini, para avaliar como o Exame de Ordem evoluiu ao longo dos anos e adaptou-se às diretrizes educativas recentes, promovendo avanços no aprendizado jurídico.

Palavras-Chave: Exame da Ordem dos Advogados; Resolução MEC 05/2018; taxonomia de Bloom.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TRABALHO PREMIADO – DESTAQUE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2025
Área: Ciências Humanas

NÃO TÃO PRÓXIMO, MAS NÃO TÃO DISTANTE DAS TREVAS: UMA CARTOGRAFIA SOBRE SAÚDE MENTAL

Samara Coutinho Machado[1]; Leonardo Cavalcante de Araújo Mello[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; samaracoutinhom@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; leonardo.mello@ceub.edu.br

O presente trabalho debruça-se sobre o sofrimento psíquico grave, entendendo-o como um desafio que atravessa não apenas as práticas de cuidado, mas também as relações sociais, econômicas e afetivas do sujeito. Buscou-se compreender como o adoecimento se entrelaça aos modos de subjetivação a partir da escuta de usuários de um centro de convivência em saúde mental, no Distrito Federal. A investigação foi conduzida por uma perspectiva qualitativa, tendo a cartografia social como lente metodológica, fazendo uso de observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas. O olhar analítico voltou-se aos modos de subjetivação e às formas de resistência que os sujeitos constroem diante de um contexto social atravessado por práticas higienistas e excludentes. Os achados indicam que o sofrimento psíquico grave não pode ser reduzido a um quadro de sintomas, mas deve ser compreendido em sua espessura relacional, histórica e social. A subjetividade, nesse sentido, emerge na intersecção entre o adoecimento, as relações familiares, as redes de cuidado, as condições materiais de existência e os atravessamentos da sociedade. Observou-se que os vínculos familiares tanto desempenham funções de apoio e sustentação quanto podem configurar-se como espaços de sofrimento. Narrativas de abandono, violência e silenciamento apareceram de modo recorrente. Aspectos socioeconômicos mostraram-se relevantes, atravessando fortemente os percursos de cuidado e a possibilidade de resistência. A pesquisa reforça que os dispositivos de saúde mental, em especial os centros de convivência, constituem territórios de reconstrução do laço social, nos quais os sujeitos podem experimentar outras formas de estar com o outro e consigo mesmos. Este trabalho destaca a relevância de práticas de cuidado que percebam o sujeito para além de sua condição de adoecimento, reconhecendo-o como agente ativo em sua própria trajetória.

Palavras-Chave: saúde mental; cartografia social; resistência.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

NETANYAHU E A CRISE HUMANITÁRIA EM GAZA: A SOCIEDADE CIVIL PALESTINA NO ALVO

Guilherme do Prado Afonso Rodrigues[1]; Victória Tezelli Moura Barbosa[2]; João Paulo Santos Araujo[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; guilherme.prado@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; victoria.barbosa@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; joao.araujo@ceub.edu.br

Este trabalho de iniciação científica teve como objetivo analisar a narrativa do Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, em relação às vidas civis palestinas na Faixa de Gaza, respondendo à pergunta central sobre se Netanyahu se preocupa com as vidas civis inocentes de palestinos na Faixa de Gaza. A pesquisa apoiou-se em teorias de relações internacionais, incluindo o neorrealismo de Waltz (1959), na análise de política externa (Hill, 2016; Rosati, 1995), na teoria da securitização de Wæver (1995) e, majoritariamente, na análise de discursos (Van Dijk, 2008; Fairclough, 1989), para compreender como a linguagem política constrói realidades, legitima ações e molda percepções sobre conflitos. O estudo foi estruturado em três subtópicos principais. No primeiro, "A construção do inimigo", observou-se que Netanyahu associa o Hamas à totalidade de Gaza, generalizando a ameaça entre combatentes e civis. Essa associação transforma a população civil em parte integrante do inimigo, configurando uma narrativa securitizadora que legitima medidas militares não usuais. Tal construção sustenta-se em esquemas cognitivos que filtram informações e consolidam uma visão limitada do conflito. No segundo subtópico, "A estrutura discursiva", evidenciou-se o uso sistemático de linguagem carregada emocionalmente, com uma hierarquização moral, projetando Israel como ético e superior, enquanto o Hamas e os civis palestinos são inferiorizados. As escolhas lexicais e retóricas reforçam categorias cognitivas que legitimam a hostilidade, funcionando como mecanismos de poder simbólico e controle narrativo. Por fim, no terceiro subtópico, "A preocupação de Netanyahu acerca das vidas civis palestinas", constatou-se que a aparente preocupação é superficial e condicionada. Israel desloca integralmente a responsabilidade por vítimas civis para o Hamas, ignorando obrigações legais, como a Convenção de Genebra IV (1949) e o Estatuto de Roma do TPI (2002). Essa retórica promove a marginalização e a desumanização da população palestina, negando atributos essenciais da condição humana, como autonomia moral e empatia. Em síntese, os resultados indicam que a retórica de Netanyahu funciona como mecanismo de legitimação das ações militares e de consolidação do poder simbólico de Israel, ao mesmo tempo em que desumaniza civis palestinos e minimiza a responsabilidade do Estado. Este estudo contribui para compreender a interseção entre discurso político, securitização e desumanização em contextos de conflito, abrindo caminhos para futuras pesquisas sobre narrativa política, percepção de ameaça e responsabilidade internacional.

Palavras-Chave: Benjamin Netanyahu; Gaza; análise de discursos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O AFUNDAMENTO DO PORTA-AVIÕES SÃO PAULO E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS

Camila Vitória de Matos Borges Gonçalves[1]; Márcia Dieguez Leuzinger[2]
[1] Discente Bolsista PIC Direito/FAP; camila.vmbg@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; marcia.leuzinger@ceub.edu.br

Este trabalho debruça-se sobre o polêmico e complexo caso do afundamento do ex-porta-aviões São Paulo, uma embarcação que, após anos de serviço e destino incerto, tornou-se o centro de um debate ambiental e jurídico. O problema de pesquisa sumariza-se à pergunta sobre se a solução dada pelo governo brasileiro para o descarte do porta-aviões São Paulo observou a obrigação do poder público de preservar o meio ambiente. O estudo buscou analisar se as ações do Brasil foram transparentes e se os princípios da prevenção e da precaução, fundamentais na legislação ambiental, foram devidamente aplicados. Para aprofundar a compreensão do caso, a metodologia adotada foi qualitativa e explicativa, permitindo ir além da cronologia dos fatos e investigar as razões implícitas às decisões tomadas. Foi utilizado o método bibliográfico e documental, para coletar e analisar as informações, incluindo relatórios oficiais, artigos científicos, documentos jurídicos e matérias jornalísticas. A delimitação da amostra temporal foi entre os anos de 2019 e 2023, pois foi o período em que a tentativa de exportação e o afundamento da embarcação ocorreram. Os resultados mostraram que a atuação do poder público na proteção do meio ambiente foi insuficiente. As decisões tomadas e os processos envolvidos não garantiram a segurança ambiental, gerando questionamentos sobre a gestão de resíduos perigosos e a responsabilidade do Estado. As conclusões do estudo sugerem que existem pontos a ser reavaliados no processo de licitação e nas políticas públicas sobre a desmontagem e o enfrentamento da poluição por microplásticos.

Palavras-Chave: porta-aviões São Paulo; direito marítimo; amianto.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O CERCEAMENTO DE DIREITOS DO RÉU PELO USO INADEQUADO DA LÍNGUA EM AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO: UM PROBLEMA DE INTERPRETAÇÃO NO DIREITO PENAL SOB A PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

Valentina Alves Menezes Andrade[1]; José Carlos Veloso Filho[2]
[1] Discente Bolsista PIC Direito/FAP; valentina.menezes@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; jose.filho@ceub.edu.br

A pesquisa investiga, por meio da análise crítica do discurso, o impacto do purismo linguístico na violação de direitos constitucionais de réus de baixa renda e escolaridade, com base em audiências gravadas da Vara do Júri do Guará/DF, 2ª Vara do Júri de Campo Grande/MS e 1ª Vara do Júri de Curitiba/PR (2016, 2020 e 2023), revelando como o uso de jargões e ambiguidades compromete a ampla defesa e o contraditório no processo penal.

Palavras-Chave: acessibilidade à justiça; direitos do réu; linguagem jurídica.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O DIREITO À MORADIA E A INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA E GÊNERO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA POLÍTICA HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Kalissa Beatriz Ferreira dos Santos[1]; Sabrina Durigon Marques[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; kalissa.beatriz@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; sabrina.marques@ceub.edu.br

A presente pesquisa avalia criticamente as políticas públicas de habitação de interesse social no Distrito Federal, no período de 2019 a 2024, sob a ótica da interseccionalidade de raça e gênero, com foco na população de mulheres negras. Partindo da premissa de que a capital do país é marcada por um processo de segregação socioespacial que exclui populações vulneráveis, o estudo investiga se as normativas e os programas habitacionais incorporam, de forma efetiva, as necessidades específicas desses grupos. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa e quantitativa, combinando análise documental da legislação pertinente e de dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação, junto a órgãos, como a CODHAB e a Caixa Econômica Federal. Os resultados indicam que, embora o Distrito Federal apresente significativo déficit habitacional que afeta desproporcionalmente as mulheres (responsáveis por 58,5% dos domicílios em déficit) e a população negra (70,04%), as políticas públicas são insuficientes. A análise revelou que, apesar de avanços importantes em leis, como a do Programa Minha Casa, Minha Vida, que priorizam a titularidade feminina, há uma falha recorrente em não incorporar um recorte racial explícito, tratando do tema de maneira generalista e fragmentada. Dados quantitativos confirmam que, entre 2019 e 2024, mais mulheres (4.791), do que homens (3.097), foram contempladas, mas a ausência de dados raciais nos registros fornecidos impediu uma análise interseccional completa. Conclui-se que as políticas habitacionais do DF, ainda que apresentem dispositivos de proteção de gênero, carecem de uma abordagem articulada que reconheça as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por mulheres negras, limitando a eficácia do direito à moradia digna e perpetuando as desigualdades estruturais.

Palavras-Chave: moradia; raça; gênero.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O DIREITO AMBIENTAL E A ANTÁRTICA: O SISTEMA DO TRATADO DA ANTÁRTICA, A FISCALIZAÇÃO E SEUS DESAFIOS REGULATÓRIOS

Rafael Cerqueira Coimbra[1]; Rodrigo Augusto Lima de Medeiros[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; rafaelccoimbra@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; rodrigo.medeiros@ceub.edu.br

Este estudo parte da constatação de que, apesar do arcabouço jurídico avançado do Sistema do Tratado da Antártica (STA) e do Protocolo de Madri, persistem dúvidas substanciais sobre a capacidade efetiva de fiscalização ambiental no continente, sobretudo em razão da ausência de soberania plena, da lógica consensual das decisões e das assimetrias técnicas e políticas entre as partes. Objetivou-se, portanto, analisar os protocolos de fiscalização ambiental na Antártica e a bibliografia existente sobre o tema, no âmbito do direito ambiental e do direito internacional público, com foco na identificação de problemas e na elaboração de explicações teórico-doutrinárias, sobre os fenômenos sociojurídicos envolvidos. Metodologicamente, a pesquisa adotou abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, combinando revisão bibliográfica ampla, análise documental dos principais instrumentos do STA (Tratado da Antártica, Protocolo de Madri, Anexo I — EIA — e Anexo VI) e entrevistas semiestruturadas com especialistas com experiência *in loco* e participação em ATCM. Os resultados apontam que, embora as normas previstas ofereçam instrumentos importantes — inspeções mútuas, Avaliações de Impacto Ambiental (EIA) e disposições sobre responsabilidade —, sua aplicação revela fragilidades: as inspeções de caráter em grande parte simbólico e desigual entre estações; as EIA frequentemente simplificadas ou subestimadas; o déficit de transparência e padronização na divulgação de dados de monitoramento; o Anexo VI ainda sem eficácia plena por ausência de ratificação completa e mecanismos coercitivos. No plano nacional, evidenciam-se limitações operacionais e institucionais do PROANTAR e uma lacuna entre produção científica e uso estratégico nas arenas diplomáticas. A análise teórica, incluindo a lente antropológica sobre "colonização científica", ajuda a explicar como assimetrias estruturais moldam prioridades e capacidades de fiscalização. Conclui-se que o reforço da fiscalização ambiental na Antártica não depende apenas de ajustes técnicos, mas também exige mudanças institucionais e políticas focalizadas em transparência, harmonização de padrões, cooperação operacional e instrumentos que mitiguem desigualdades entre partes, além de pesquisas futuras sobre a aplicabilidade do Anexo VI, o papel de atores não estatais e as boas práticas comparativas.

Palavras-Chave: Antártica; fiscalização ambiental; direito internacional.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O DIREITO DOS DESASTRES E A TEORIA DO RISCO: UM ESTUDO A PARTIR DO CASO PINHEIRO/BRASKEM EM MACEIÓ

Thiago de Oliveira Ribeiro[1]; Sabrina Durigon Marques[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; thiago.or@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; sabrina.marques@ceub.edu.br

Este trabalho investiga a aplicação do direito dos desastres e da teoria da sociedade de risco no caso Braskem em Maceió, que resultou na subsidência do solo urbano e na remoção de mais de 60 mil pessoas de suas residências. A pesquisa examina como as instituições jurídicas, especialmente o Poder Judiciário, responderam aos sinais de risco antes e durante o desenvolvimento do desastre antropogênico causado pela extração de sal-gema, pela empresa Braskem. O estudo adota uma abordagem qualitativa baseada em análise documental de processos judiciais e revisão bibliográfica, utilizando o conceito metodológico "arqueologia dos indícios de risco para compreender as diferentes camadas temporais de percepção e resposta institucional ao caso. Foram analisadas duas Ações Civis Públicas principais: uma centrada na indenização dos atingidos e outra no monitoramento ambiental e na responsabilização. A investigação revela que, embora o caso de Maceió seja considerado "a maior tragédia que o Brasil já evitou" em razão da ausência de mortes diretas, houve significativas falhas na aplicação dos princípios do direito dos desastres, particularmente o da precaução. Os resultados demonstram que existiam indícios técnicos de risco desde a década de 1970, com sinais concretos de subsidência observados desde 2010, mas as respostas institucionais só se tornaram efetivas após o tremor de terra de março de 2018 e, principalmente, após a confirmação técnica do nexo causal pelo Serviço Geológico Brasileiro, em maio de 2019. A análise das decisões judiciais, realizada com auxílio de inteligência artificial, evidenciou predominância de abordagens reativas em detrimento de estratégias preventivas ou precaucionais. O estudo constatou que o sistema de justiça tendeu a atuar apenas quando as certezas sobre os riscos beiravam a iminência do trágico, contrariando a lógica preventiva estabelecida na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. A pesquisa conclui que, apesar da existência de um arcabouço normativo adequado para a gestão de riscos de desastres, incluindo o princípio da precaução, que permite ação mesmo em contextos de incerteza científica, os operadores do direito demonstraram dificuldades em aplicar esses institutos de forma tempestiva. O caso ilustra os desafios do direito tradicional, voltado para fatos consumados, em lidar com a dinâmica complexa e incerta dos riscos da sociedade contemporânea, especialmente quando envolvem grandes empresas multinacionais e interesses econômicos significativos.

Palavras-Chave: direito dos desastres; teoria da sociedade de risco; princípio da precaução.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O EFEITO DE VÍDEOS ERÓTICOS E A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NO COMPORTAMENTO SEXUAL DE RISCO EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Giovanna Petek Reinert[1]; Eduardo Walcacer Viegas[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; giovanna.reinert@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; eduardo.viegas@ceub.edu.br

Comportamentos sexuais de risco, como a prática de sexo sem preservativo, podem ser influenciados por variáveis antecedentes que alteram a probabilidade de respostas impulsivas nesse contexto, sob o ponto de vista da psicologia comportamental. Estímulos erotizados, por exemplo, podem funcionar como antecedentes que aumentam o valor reforçador de consequências imediatas, enquanto conteúdos de conscientização podem favorecer o controle do comportamento pelas consequências atrasadas. Embora estudos anteriores tenham demonstrado efeitos desses estímulos sobre decisões relacionadas à fidelidade (Adler et al., 2023), ainda não há evidências quanto à sua influência sobre o comportamento sexual de risco. Diante disso, este estudo investigou a generalidade desse fenômeno, ao analisar os efeitos de vídeos com conteúdos erotizados e de conscientização sobre infecções sexualmente transmissíveis (IST), na escolha impulsiva relacionada ao sexo sem preservativo. Para isso, os participantes foram distribuídos em três grupos experimentais: Erótico (exposição prévia a vídeos erotizados); Conscientização (vídeos sobre IST); Controle (conteúdos neutros). Em seguida, responderam a uma tarefa de desconto do atraso sexual, envolvendo decisões sobre praticar sexo imediato sem preservativo ou adiar a relação, para utilizar preservativo, considerando diferentes condições (cenário neutro *versus* negativo; parceiro de alta *versus* baixa atratividade). Os resultados indicaram que o grupo Erótico apresentou maior impulsividade, enquanto o de Conscientização demonstrou menor impulsividade, embora sem significância estatística. A atratividade aumentou a impulsividade nos grupos Controle e Conscientização, e o cenário negativo reduziu-a em todos os grupos. Os achados sugerem que a excitação sexual pode aumentar a sensibilidade de reforçadores imediatos, enquanto conteúdos de conscientização simples podem favorecer o controle por consequências atrasadas, contribuindo para estratégias preventivas em saúde sexual.

Palavras-Chave: desconto do atraso; impulsividade sexual; uso de preservativos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O EFEITO DO NÍVEL INFORMATIVO DE MARCAS DE VESTUÁRIO EM PADRÕES DE ESCOLHAS IMPULSIVAS DE PRODUTOS EM PROMOÇÃO POR CONSUMIDORAS

Júlia Munhoz de Freitas[1]; Paulo Roberto Cavalcanti[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; umunhoz@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; paulo.cavalcanti@ceub.edu.br

Este estudo investigou o efeito do nível de reforço informativo de marcas de vestuário sobre os padrões de escolha impulsiva de consumidoras diante de produtos em promoção. Fundamentado na análise do comportamento e no modelo na perspectiva comportamental, o trabalho examinou como variações contextuais influenciam o fenômeno do desconto do atraso, que descreve a tendência de desvalorização de recompensas futuras em favor de gratificações imediatas. Participaram 393 mulheres entre 30 e 55 anos, que responderam a tarefas experimentais, envolvendo decisões financeiras hipotéticas e escolhas por produtos em promoção, com diferentes níveis informativos de marca. As principais variáveis dependentes foram os pontos de indiferença e os escores de AUC, indicadores de impulsividade. A pesquisa também analisou se esses padrões de escolha se estendem a decisões financeiras, avaliando possível generalização da impulsividade entre diferentes contextos, além de explorar variáveis demográficas e de consumo, como idade, renda e frequência de compras, como possíveis moderadoras dessas relações. Os resultados indicaram que, embora tenha havido comportamento impulsivo generalizado em ambas as tarefas, não foram observadas diferenças significativas entre os grupos expostos a marcas com diferentes níveis informativos. Correlações significativas foram verificadas entre impulsividade, escolaridade e compra compulsiva. Concluiu-se que, embora o nível informativo não tenha influenciado diretamente as decisões impulsivas, as tarefas mostraram-se eficazes para mapear padrões de escolha intertemporal e possíveis fatores de risco associados ao consumo impulsivo. Os achados oferecem subsídios para futuras investigações no campo da psicologia, do comportamento do consumidor e da promoção de práticas mais conscientes de autocontrole e decisão.

Palavras-Chave: desconto do atraso; impulsividade; reforçamento informativo.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O IMPACTO DA COMPULSÃO ALIMENTAR ASSOCIADO À ANSIEDADE EM UNIVERSITÁRIOS DAS ÁREAS DA SAÚDE DA CAPITAL FEDERAL

Kailany Laissa Ribeiro Duarte[1]; Gabriela Vasques Magalhães[2]; Vanessa Alvarenga Pegoraro[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; kailany.duarte@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; gabriela.vasques@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; vanessa.pegoraro@ceub.edu.br

Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre ansiedade, compulsão alimentar e vida acadêmica entre estudantes universitários da área da saúde, no Distrito Federal. Participaram da pesquisa 97 estudantes, que responderam a um formulário digital com a Escala de Compulsão Alimentar Periódica (ECAP) adaptada, além de questões sobre perfil sociodemográfico e acadêmico. Os resultados indicaram a prevalência significativa de compulsão alimentar com maior incidência entre mulheres, associada a níveis elevados de ansiedade, estresse e insatisfação corporal. Identificou-se impacto relevante da compulsão alimentar sobre o bem-estar emocional, o desempenho acadêmico e a qualidade de vida, com destaque para fatores, como carga horária intensa, competitividade e ausência de práticas saudáveis como gatilhos frequentes. A Universidade de Brasília apresentou os maiores escores na ECAP, sinalizando maior vulnerabilidade entre seus estudantes. A pesquisa evidenciou a necessidade de políticas institucionais que integrem saúde mental, educação nutricional e acolhimento psicossocial no ambiente universitário. Como limitação, destaca-se o delineamento transversal e o uso de questionários autodeclarados, que impedem a inferência de causalidade. Ainda assim, os achados contribuem para o entendimento dos transtornos alimentares no contexto acadêmico e reforçam a urgência de intervenções preventivas e de cuidado integral ao estudante especialmente nos cursos da área da saúde. Recomenda-se o desenvolvimento de estudos longitudinais, para aprofundar a compreensão sobre a evolução desses comportamentos, ao longo da trajetória universitária.

Palavras-Chave: compulsão alimentar; ansiedade; universitários.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O IMPACTO DA DIVERGÊNCIA IDEOLÓGICA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA COM O BRICS (2008-2022)

Júlia Rodrigues Foggia[1]; João Paulo Santos Araujo[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; julia.rfogia@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; joao.araujo@ceub.edu.br

Esta pesquisa analisou o impacto da divergência ideológica na política externa brasileira no âmbito da cooperação em ciência e tecnologia com os BRICS, no período de 2008 a 2022, abrangendo os governos do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva até o término do governo de Jair Bolsonaro. Por meio da análise documental de relatórios, atas de reuniões ministeriais e summits do BRICS, buscou-se identificar padrões de continuidade e ruptura nas ações brasileiras e compreender de que forma a ideologia de cada governo influenciou as estratégias de cooperação do país. A análise indica que, embora a participação do Brasil no bloco tenha mantido certo grau de consistência institucional, as mudanças de orientação ideológica impactaram diretamente a intensidade, a priorização e o direcionamento das iniciativas. Governos de tendência progressista, como o 2º governo Lula e governo Dilma, consolidaram programas estruturais e grupos de trabalho, promovendo intercâmbios científicos e projetos de inovação tecnológica, enquanto os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, de orientação conservadora, adotaram abordagens mais pragmáticas e reativas, adaptando-se a conjunturas internas e externas. Ainda, demonstrou-se que a política externa brasileira no contexto do BRICS apresenta um padrão dinâmico de continuidade e ruptura, condicionado por fatores internos como estabilidade administrativa, recursos disponíveis e alinhamento ideológico. Além disso, evidenciou-se que, apesar de compromissos formais, a efetividade das ações de cooperação depende da manutenção de políticas consistentes ao longo do tempo. O estudo contribui para a compreensão das relações do Brasil no BRICS, oferecendo subsídios para futuras pesquisas sobre a relação entre ideologia de governo e desempenho em áreas específicas de cooperação tecnológica, assim como comparações entre países membros do bloco. Os resultados também apontam para a necessidade de investigações adicionais que explorem o impacto concreto dessas iniciativas na inovação científica e no desenvolvimento tecnológico regional, fornecendo elementos para a formulação de estratégias de política externa mais eficazes. A pesquisa evidencia que a atuação brasileira no BRICS é influenciada por múltiplos fatores internos e externos, sendo o alinhamento ideológico um determinante significativo no planejamento e na execução das ações de cooperação em ciência e tecnologia.

Palavras-Chave: política externa brasileira; BRICS; inovação e tecnologia.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O IMPACTO DAS INIQUIDADES EM SAÚDE NO AGRAVAMENTO DE PACIENTES COM DENGUE NO DISTRITO FEDERAL

Cecília Carúcio Solymossy[1]; Luiza Rêgo de Almeida[2]; Emanoel Elzo Leal de Barros[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; cecilia.solymossy@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; luiza.ralmeida@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; emanoel.barros@ceub.edu.br

O Distrito Federal é um cenário endêmico para o vírus da dengue, contudo, no ano de 2024, a doença atingiu números acima dos parâmetros anteriormente registrados. O aumento de incidência de casos veio acompanhado de uma crise de saúde pública, tendo o desabastecimento e a dificuldade de infraestrutura de saúde para manejar os pacientes de forma adequada como ponto central. Tomando esse cenário como base, o presente estudo visou investigar quais variáveis relativas à desigualdade social poderiam justificar as diferenças de incidência e letalidade em duas populações do Distrito Federal. Como hipótese, foi levantado que o pertencimento a distintos grupos de renda, classificados a partir de suas características socioespaciais e perfil socioeconômico, poderia justificar as diferenças de incidência entre as duas populações. A partir da análise dos dados secundários de bases do sistema público de saúde brasileiro, observou-se incidência de casos, mortalidade e local de atendimento de grupos populacionais, correlacionando diferenças entre sexo, faixa etária e renda. Encontrou-se maior risco de infecção por dengue para pessoas de baixa renda, sendo as mulheres desse grupo mais afetadas que os homens. Observou-se também uma concentração de casos em idosos, independentemente de sua situação socioeconômica. Adicionalmente, identificaram-se mais atendimentos em hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPA) no grupo de alta renda e a faixa etária pediátrica como fator de proteção independentemente da renda. Os achados no presente estudo podem ter relevância para estudo e proposições de políticas públicas de prevenção à enfermidade em questão, com enfoque maior em grupos mais afetados.

Palavras-Chave: dengue; determinantes sociais de saúde; doença tropical.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O JOGO “IMAGEM E AÇÃO” E A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS NA PSICANÁLISE

João Gabriel Vieira Melo[1]; Guilherme Freitas Henderson[2]
[1] Discente Bolsista PIC Psicologia/FAP; joao.gm@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; guilherme.henderson@ceub.edu.br

Esta pesquisa investiga as convergências entre o jogo “Imagem e Ação” e o modelo freudiano-lacaniano de interpretação dos sonhos, propondo-o como dispositivo didático, para elucidar a lógica de funcionamento do inconsciente. A partir de uma abordagem qualitativa orientada pela ética psicanalítica, examinam-se as homologias estruturais entre as restrições comunicativas impostas pelas regras do jogo e os mecanismos oníricos descritos por Freud, como censura, condensação, deslocamento, representação pictográfica, figurabilidade e associação livre. Observa-se que, ao compelir o jogador a recorrer a mediações simbólicas sob condições limitantes, o jogo reproduz, em chave lúdica, a operação de deformação e deciframento do conteúdo onírico. Assim, o “Imagem e Ação” constitui um campo experimental que, ao transpor os conceitos psicanalíticos para a experiência concreta, amplia sua inteligibilidade e favorece a incorporação encarnada dos princípios que sustentam a prática interpretativa e a escuta clínica.

Palavras-Chave: psicanálise; teoria dos jogos; sonhos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O PERFIL IMUNOLÓGICO DE INDIVÍDUOS DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*Thamnophilus torquatus*) É DEPENDENTE DE CONDIÇÃO?

Luana Guimaraens Beze[1]; Raphael Igor da Silva Corrêa Dias[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; luana.gbeze@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; raphael.dias@ceub.edu.br

O sistema imunológico dos animais desempenha um papel fundamental na manutenção da homeostase, sendo o estresse e as doenças fatores que podem alterar a concentração dos tipos de leucócitos no sangue. Um biomarcador comumente utilizado para avaliar o estresse imunológico em aves é a razão entre o número de heterófilos e o de linfócitos. Também é possível inferir a saúde dos indivíduos a partir da sua condição corporal. É comum que variações nesses parâmetros interfiram na atividade vocal, como a taxa de vocalização, tornando possível deduzir o *status* de saúde e qualidade do indivíduo com a observação desse comportamento. Os objetivos desta pesquisa foram caracterizar o perfil leucocitário da espécie choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*), determinar se há relação entre a taxa de vocalização territorial, a condição corporal e a condição imunológica (contagem diferencial de leucócitos) nos indivíduos e analisar diferenças entre os sexos, com esses parâmetros. O estudo foi realizado na Estação Ecológica de Águas Emendadas, onde os indivíduos foram capturados com redes de neblina. As aves foram marcadas com uma combinação única de anilhas coloridas, para posterior monitoramento comportamental. Foram registrados dados morfológicos, e foi coletada amostra de sangue de cada indivíduo. Foi observado que a quantidade de monócitos apresentou relação positiva com a condição corporal, enquanto a quantidade de linfócitos apresentou relação negativa, demonstrando que a imunologia na choca-de-asa-vermelha é dependente de condição. As fêmeas têm maior concentração de eosinófilos em seu sangue circulante, como o observado em outras espécies, provavelmente pela ação do estrogênio. Os leucócitos mais encontrados foram linfócitos e heterófilos, respectivamente. Os machos têm o tamanho da asa maior se comparados às fêmeas e vocalizam em maior frequência, demonstrando maior papel na territorialidade. No entanto, nenhum dos parâmetros analisados influenciou a taxa de vocalização.

Palavras-Chave: imunologia; leucócitos; vocalização.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O USO DE CONFLITOS ARMADOS NO SÉCULO XXI POR ESTADOS NÃO BELIGERANTES COMO INSTRUMENTOS DE DISSUASÃO E PROMOÇÃO DAS BASES INDUSTRIAIS DE DEFESA NACIONAL

Danilo Plaisant Arcoverde[1]; Lucas Soares Portela[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; danilo.arcoverde@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; lucas.portela@ceub.edu.br

A pesquisa cumpriu o objetivo de explorar as maneiras como Estados e empresas são capazes de, por diversos meios, interferir indiretamente em conflitos armados, as finalidades que essas interferências podem buscar atingir e incluir exemplos históricos e contemporâneos dessas práticas. Como metodologia, optou-se pela consulta de casos práticos, utilizando informações livremente acessíveis no espaço virtual, e aplicaram-se as perspectivas de alguns autores renomados no campo de estudos estratégicos. Os resultados deste estudo são demonstrações facilmente inteligíveis e, ao mesmo tempo, valiosas em como se apresenta um tópico tão complexo com amplo espaço para o desenvolvimento de futuras pesquisas, seguindo na mesma direção de expor ao público alguns dos aspectos raramente discutidos no cotidiano sobre geopolítica e conflitos.

Palavras-Chave: conflitos armados; empresas privadas; base industrial de defesa.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O USO DE *MACHINE LEARNING* PARA IDENTIFICAÇÃO PREVENTIVA DE LESÕES EM JOGADORES DE VÔLEI

Matheus Pereira Gomes Moraes[1]; Fábio Oliveira Guimarães[2]
[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB; matheusmoraes@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; fabio.guimaraes@ceub.edu.br

O voleibol é bastante praticado, e seus atletas podem sofrer lesões mediante a natureza do esporte, em saltos e aterrisagens, por contato com a bola ou com outros jogadores. O presente estudo buscou realizar uma análise exploratória das contusões sofridas por jogadores e aplicar um algoritmo de *machine learning* não supervisionado para clusterização dos registros, a fim de identificar padrões e servir de *insight* para estratégias de prevenção. Os dados foram obtidos por meio do Sistema Nacional de Vigilância Eletrônica de Lesões (NEISS), para observação de lesões, exercido pela Comissão de Segurança de Produtos de Consumo dos EUA (CPSC). Foram selecionados dados de 2004 a 2023, contemplando 28.201 casos, que se reduziram a 17.332 após filtragens de idade e relevância das categorias de cada coluna. Foram selecionadas as colunas de idade, gênero, parte do corpo afetada, diagnóstico e narrativa (que descreve, em poucas palavras, a lesão). A variável de idade foi filtrada entre 10 e 35 anos e padronizada pelo método StandardScaler do pacote *scikit-learn*. As variáveis categóricas foram convertidas para um formato numérico, aplicando a técnica de *one-hot enconding*. Por fim, na coluna de narrativa, foi aplicada a *Term Frequency–Inverse Document Frequency* (TF-IDF), uma técnica de processamento de linguagem natural (NLP), bem como a extração dos verbos mais presentes, que, após análise de relevância para o contexto da pesquisa, foram transformados em colunas. A partir disso, com base nos métodos do cotovelo e de silhuete, o número de *clusters* foi definido em k=5, e, depois, foi aplicado o algoritmo KMeans. Uma função de similaridade do cosseno foi aplicada entre os registros de mesmo *cluster*, na coluna narrativa, para avaliar a consistência dos casos *intraclusters*. Os *clusters* foram analisados a partir de sua distribuição de variáveis, identificando padrões que podem servir para que estratégias de treino e fortalecimento de partes do corpo possam ser traçadas. Foi possível reconhecer padrões, como, por exemplo, entorses nos dedos de meninas adolescentes em ações de torção por compressão e impacto ou colisão, o que pode indicar ocorrências em ações de bloqueio ou ataque, comuns à prática do voleibol. A base de dados, por ser mais generalista, carece de informações mais específicas que poderiam fornecer mais itens aos *clusters*, como, por exemplo, peso, altura, posição em que o atleta atua e se o fato ocorreu em jogo ou treino.

Palavras-Chave: ciência de dados; *clustering*; vôlei.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O USO E O ABUSO DE ÁLCOOL POR ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE DO UNICEUB E A AFILIAÇÃO RELIGIOSA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Ana Lidia de Almeida Santos[1]; Anna Beatriz Zapalowski Galvão[2]; Eliana Mendonça Vilar Trindade[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; analidia.as@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; annabzgalvao@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; eliana.trindade@ceub.edu.br

Há um consenso no contexto científico de que o ingresso na faculdade promove o desenvolvimento da autonomia e da individualidade, contudo esse aspecto advém juntamente com maior vulnerabilidade ao uso de substâncias lícitas e ilícitas, sobretudo o álcool. Os estudantes da área da saúde possuem maior tendência estatística ao início do consumo de bebidas etílicas ou ao aumento do padrão de ingestão prévio. Isto ocorre em razão da pressão acadêmica e dos dilemas éticos sofridos, que elevam a frequência de sintomas psiquiátricos, como depressão e ansiedade, que tendem a se intensificar no decorrer do curso. Diante da percepção de uma lacuna teórica sobre a análise comparativa entre cursos e a avaliação da influência do *coping* religioso no padrão de ingesta alcoólica este projeto realizou um estudo comparativo entre estudantes de quatro diferentes cursos da saúde em uma universidade privada do Distrito Federal. A investigação estruturou-se a partir de uma etapa quantitativa, com a aplicação de formulário sociodemográfico e escalas validadas, — AUDIT (*Alcohol Use Disorders Identification Test*) e Escala de Atitude Religiosa (EAR) — para analisar os determinantes biopsicossociais que influenciam o nível de consumo e a atitude espiritual. Complementarmente, a etapa qualitativa consistiu em entrevistas em grupo focal e de profundidade. A triangulação de métodos permitiu ampliar a compreensão dos fenômenos e possibilitar a comparação de dados, reduzindo vieses e garantindo resultados mais concisos e fidedignos. Observa-se que, apesar do conhecimento técnico dos estudantes sobre os efeitos sistêmicos negativos do álcool, o uso da substância é frequente, ritualizado e socialmente aceito, ocorrendo muitas vezes de forma abusiva. O início do consumo de álcool por pessoas que, antes, não tinham esse costume ocorre de forma predominante, nos primeiros semestres da faculdade, e a intensificação desse uso ocorre nos semestres finais do curso, em razão do aumento da carga horária e das dificuldades enfrentadas. A análise evidenciou variações importantes no consumo de álcool (AUDIT), na religiosidade e na espiritualidade (EAR), entre estudantes universitários, conforme aspectos, como curso, semestre, idade, sexo, estado civil, renda, trabalho e religião. Destacou-se maior consumo nos cursos de fisioterapia e medicina, entre o 2º e o 5º anos, além da tendência decrescente de uso com o avançar da idade. O grupo evangélico apresentou menor AUDIT e maior EAR, indicando forte papel protetor da religiosidade. Não houve diferença significativa de consumo entre sexos. Estudantes que trabalham, são casados e têm maior religiosidade mostram menor consumo de álcool. Aproximadamente, 32,5% apresentaram padrões preocupantes de uso, demandando intervenções preventivas. Nas abordagens qualitativas, o álcool na escola médica foi tido como ritualizado, atuando como *coping* negativo, com jovens pressionados socialmente; por sua vez, a religiosidade pode atuar como suporte protetor. Esses achados destacam a importância de abordagens éticas sobre álcool e religiosidade, promovendo saúde, respeito e apoio psicológico aos estudantes universitários.

Palavras-Chave: álcool; estudantes de ciências da saúde; religiosidade e espiritualidade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O VÍRUS DA FEBRE DO NILO CIRCULA NO DF?

Tayane Leal Luza[1]; Ana Beatriz Grilo de Melo[2]; Lucas Edel Donato[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; tayane.luza@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; ana.gmelo@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; lucas.donato@ceub.edu.br

A febre do Nilo Ocidental (FNO), causada pelo *West Nile Virus* (WNV), e a encefalite de Saint Louis (SLEV) configuram-se como arboviroses de importância crescente para a saúde pública e animal, capazes de desencadear quadros neurológicos graves em humanos e equídeos, os quais são considerados sentinelas epidemiológicos relevantes, pois apresentam alta suscetibilidade à doença e permitem a detecção precoce da circulação viral em áreas de risco. Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo avaliar a circulação de WNV e SLEV no Distrito Federal, por meio da detecção de anticorpos neutralizantes em equídeos, utilizando o teste de neutralização por redução de placas (PRNT), técnica reconhecida como padrão-ouro para a sorologia de flavivírus. Para a realização da pesquisa, foram analisadas 96 amostras de soro de equídeos, inicialmente submetidas ao $PRNT_{80}$, que identificou reatividade em 18 (18,7%) animais para SLEV e em 3 (3,1%) para WNV. Posteriormente, as amostras positivas foram avaliadas no $PRNT_{90}$, que confirmou a presença de anticorpos neutralizantes em diferentes níveis de resposta imune. Para SLEV, quatro amostras inicialmente positivas tornaram-se negativas, enquanto as demais apresentaram títulos, variando entre 1:20 e 1:80. Para o WNV, apenas uma das três amostras manteve soropositividade, apresentando título elevado de 1:320. Não foram observadas amostras com reatividade simultânea para os dois vírus. Esses resultados confirmam a exposição prévia dos equídeos avaliados a ambos os arbovírus e corroboram a circulação de SLEV e WNV no Distrito Federal, evidenciando a importância da vigilância epidemiológica baseada em equídeos como ferramenta de detecção precoce. O estudo alcançou seus objetivos, fornecendo dados relevantes para a compreensão da epidemiologia regional de flavivírus e reforçando a necessidade de estratégias contínuas de monitoramento. Além disso, destaca-se a relevância da abordagem Saúde Única, que integra saúde animal, humana e ambiental como eixo essencial para o enfrentamento das arboviroses emergentes. Dessa forma, a pesquisa contribui tanto para o avanço do conhecimento científico quanto para a formulação de medidas preventivas que visam minimizar riscos à saúde coletiva e fortalecer as ações de vigilância no Brasil.

Palavras-Chave: vírus do Nilo Ocidental; encefalite de Saint Louis; equídeos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ORIENTALISMO E ISLAMOFOBIA: A CONSTRUÇÃO ORIENTALISTA COMO MEIO DISSEMINADOR DO ANTI-ISLAMISMO

Natália Ferreira de Andrade[1]; Marcelo Tadeu dos Santos[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; natalia.fandrade@sempreceub.com.br [2] Docente Orientador CEUB; marcelo.santos@ceub.edu.br

O objetivo central da presente pesquisa é analisar como a construção orientalista, conceito desenvolvido por Edward Said, contribui para a disseminação do anti-islamismo na sociedade contemporânea. A pesquisa utiliza uma metodologia qualitativa, baseada em matérias jornalísticas da European Union Agency for Fundamental Rights e o livro *As mil e uma noites*, para examinar o impacto de representações estereotipadas do Oriente na formação de preconceitos contra muçulmanos. O estudo também considera o papel dos aparelhos ideológicos do Estado, de Althusser, na perpetuação dessas visões, buscando compreender como a mídia e a cultura influenciam a opinião pública. Finalmente, a pesquisa pretende contribuir para um debate crítico sobre as estruturas de poder que alimentam a islamofobia e a marginalização de grupos muçulmanos.

Palavras-Chave: orientalismo; islamofobia; discriminação.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

OS DESAFIOS DIAGNÓSTICOS E O TRATAMENTO DA TUBERCULOSE VERTEBRAL NO DISTRITO FEDERAL

João Pedro Mendes Gontijo[1]; Gabriel Machado de Castro[2]; Marcello Oliveira Barbosa[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; joaomendes@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; gabriel.mc@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; marcello.barbosa@ceub.edu.br

A tuberculose (TB) persiste como grave ameaça global com 10,6 milhões de novos casos no mundo, em 2023. No Brasil, a incidência aumentou para 40,6 casos por 100 mil habitantes, refletindo atrasos no diagnóstico, após a pandemia. A TB extrapulmonar (10-15% dos casos) afeta principalmente imunossuprimidos, sendo a forma vertebral (10% das extrapulmonares) a mais relevante por seu impacto funcional. Seu diagnóstico é desafiador pela apresentação insidiosa e por exames inespecíficos, exigindo avaliação clínico-radiológica integrada. O tratamento padrão dura 12 meses, mas há controvérsias sobre duração e indicação cirúrgica. Este estudo qualitativo analisou o conhecimento de ortopedistas do Distrito Federal (DF) sobre tuberculose vertebral, investigando diagnóstico, tratamento e desafios nos sistemas público e privado. Foram realizadas 38 entrevistas online pelo Google Meet, com médicos selecionados por conveniência. Utilizou-se um roteiro semiestruturado com 21 perguntas, garantindo anonimato e sigilo. O estudo buscou entender diferenças assistenciais, critérios diagnósticos e terapêuticos, visando contribuir para melhorias no manejo da doença, ao explorar barreiras diagnósticas, critérios terapêuticos e organização da rede de saúde. Os achados evidenciam que, embora a maioria reconheça a TB vertebral como um diagnóstico diferencial, o conhecimento aplicável à prática clínica mostrou-se desigual, a apresentação típica foi frequentemente descrita de forma incompleta, e o DF nem sempre foi percebido como área de elevada carga de TB. Em contrapartida, os diagnósticos diferenciais mais prevalentes são prontamente lembrados, o que ajuda a explicar por que a hipótese de TB nem sempre é considerada nas fases iniciais. No campo dos exames complementares, em grandes hospitais privados e em centros públicos de alta complexidade, a confirmação ocorre rapidamente, enquanto as unidades periféricas dependem de regulação para ressonância magnética (RNM) e enfrentam limitações operacionais para biópsia, postergando o diagnóstico. O manejo farmacológico foi descrito, com precisão, por um subconjunto de profissionais, ao passo que parte dos entrevistados abreviou indevidamente a duração do tratamento ou não discriminou as fases intensiva e de manutenção. Quanto à abordagem cirúrgica, prevalece a indicação de descompressão e artrodese em casos de instabilidade ou déficit neurológico, embora alguns entrevistados não dominem os critérios operatórios. Por fim, constatou-se ausência de protocolo distrital público que normatize suspeição, diagnóstico e tratamento, com a linha de cuidado funcionando por redes informais e centros de referência. Conclui-se que a qualificação da atenção à TB vertebral no DF exige frentes integradas: elaboração e difusão de fluxograma distrital específico; ampliação do acesso a RNM e biópsia guiada fora da região central de saúde; melhor capacitação médica, com potencial para reduzir atrasos, uniformizar condutas e prevenir sequelas neurológicas e deformidades estruturais.

Palavras-Chave: tuberculose da coluna vertebral; diagnóstico diferencial; determinantes sociais da saúde.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

OS IMPACTOS E AS CONTROVÉRSIAS DO DOMÍNIO PÚBLICO DE BENS ULTURAIS PARA A ACESSIBILIDADE DA ARTE E DA HISTÓRIA

Carolina Bizinoto Feltrim[1]; Márcia Dieguez Leuzinger[2]
[1] Discente Bolsista PIC Direito/FAP; carolinafeltrim@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A superação da dicotomia entre a proteção do patrimônio cultural e sua respectiva acessibilidade é tradicionalmente um aspecto desafiador no Brasil. Suas experiências de descaso não atingem somente a memória nacional, mas também a de bens mundialmente relevantes, ensejando um estigma negativo perante a sociedade internacional. Como forma de contornar esse problema cíclico, as investigações recorreram à aplicação da legislação vigente, no sentido de assegurar a boa manutenção do patrimônio cultural e analisar as experiências de museus tanto públicos quanto particulares, para sopesar o problema da inacessibilidade da arte atrelada ao desincentivo para seu consumo. Este estudo, por fim, encontrou falhas em todos os agentes envolvidos, mas, sobretudo, na legislação, no escopo de atuação do IBRAM e na política interna de alguns museus.

Palavras-Chave: patrimônio cultural; acesso à arte; políticas públicas.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONGRESSO E CONHECIMENTO POR PARTE DOS ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR DO DISTRITO FEDERAL

Igor Andrey Roselli[1]; Alice Helena Lopes da Silva[2]; Mariana Barbosa Cirne[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; igor.andrey@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; alicehlopes@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; mariana.cirne@ceub.edu.br

A participação social e o Congresso Nacional são imprescindíveis para a democracia do Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabelece como princípio basilar dos direitos políticos a soberania popular e como mecanismo constitucional de participação o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Entretanto, é possível notar que o Brasil enfrenta obstáculos estruturais e culturais que limitam a participação da população e a efetividade desses mecanismos. Este estudo investiga o grau de conhecimento e de engajamento dos estudantes de ensino superior do Distrito Federal, do CEUB, da UnB e da IFB na disciplina Direito Constitucional, dos instrumentos de participação social e do funcionamento do processo legislativo em 2025. Em busca desse objetivo, foi realizada revisão bibliográfica, pesquisa quantitativa por meio de questionário formado por 18 itens, validado pela comissão de ética, e levantamento legislativo. Responderam ao formulário 264 estudantes, sendo 51,7% (136) do CEUB, 31,6% (83) da UnB e 16,7% (44) do IFB. A revisão bibliográfica evidenciou lacunas acadêmicas significativas sobre a participação estudantil no âmbito decisório nacional. A pesquisa quantitativa revelou que 82,6% dos estudantes declararam que já cursaram ou estão cursando a disciplina de direito constitucional. Os que cursaram a disciplina apresentaram pontuações mais elevadas sobre o conhecimento do funcionamento do Congresso Nacional e da tramitação de proposições legislativas; 86,7% acreditam que a participação estudantil, por meio de associações representativas e da sociedade civil organizada, contribui para maior compreensão do processo legislativo. Apesar disso, o engajamento permaneceu limitado. O grupo de 25 a 34 anos apresentou o maior percentual de alunos que cursaram direito constitucional (97,30%) e, em geral, pontuou acima da média em conhecimento legislativo e de participação. Na análise legislativa, percebeu-se que, na Câmara dos Deputados, de 38 projetos de lei, só 6 tratavam de mecanismos de participação social e política na educação básica. No Senado Federal, de 62 proposições legislativas, apenas 4 contribuiriam com o tema. A pesquisa demonstrou que, embora os estudantes atribuam alta importância à participação política e reconheçam o papel dos movimentos sociais, há baixo engajamento efetivo e limitado conhecimento técnico sobre o Congresso Nacional e seus mecanismos de participação. Por outro lado, a disciplina de Direito Constitucional mostrou-se fundamental para elevar o entendimento do funcionamento dos espaços decisórios nacionais e da importância dos movimentos sociais e da participação popular. A pesquisa legislativa revelou poucas proposições voltadas diretamente à participação estudantil no ensino superior, indicando descompasso entre a agenda legislativa e as demandas do público acadêmico. Conclui-se pela necessidade de políticas públicas e práticas educacionais que ampliem o ensino cívico, fortaleçam o vínculo entre formação acadêmica e participação política e incentivem a inserção qualificada dos estudantes nos processos legislativos.

Palavras-Chave: participação social no Congresso Nacional; estudantes do ensino superior; direito constitucional.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PERCEPÇÃO DO PREPARO EM SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL

Camila Beatriz de Lima Ferreira[1]; Conrado Carvalho Horta Barbosa[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; beatriz.mila00@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; conrado.barbosa@ceub.edu.br

A saúde mental constitui, na atualidade, um dos mais relevantes desafios de saúde pública, sendo responsável por elevados índices de incapacidade e comprometimento da qualidade de vida em âmbito global. No Distrito Federal, o cenário revela-se particularmente preocupante. No contexto pós-pandêmico, observou-se acentuado aumento da demanda por cuidados, sem que a estrutura e a capacitação da Atenção Primária à Saúde (APS) tenham evoluído de forma proporcional. Este estudo, inédito na região, apresenta uma análise criteriosa acerca da percepção, do preparo e das práticas dos profissionais da APS, diante das demandas em saúde mental, destacando lacunas críticas e oportunidades estratégicas para o aprimoramento do cuidado. Foram avaliados 34 profissionais atuantes em cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS) vinculadas ao Centro Universitário de Brasília (CEUB), por meio de questionário estruturado, com abordagem quantitativa e qualitativa. Os achados indicaram que 82% dos participantes lidam, com frequência, com casos de sofrimento psíquico, embora 65% não se considerem plenamente preparados para conduzir casos de maior complexidade. Destacaram-se como fragilidades a ausência de treinamentos recentes (53%), a integração insuficiente com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (54,8%), o predomínio de práticas medicalizantes (61,4%) e as barreiras estruturais, como a indisponibilidade de psicólogos em tempo integral (61%) e a limitação do tempo destinado à escuta qualificada (68%). O “sentimento de impotência” diante de situações graves, notadamente em risco de suicídio, foi recorrente nos relatos. Mais do que uma descrição situacional, esta pesquisa oferece subsídios consistentes para a formulação e a implementação de políticas públicas, a otimização dos fluxos assistenciais e o desenvolvimento de programas contínuos de educação permanente, visando ao fortalecimento da atuação multiprofissional e à consolidação de um cuidado integral, humanizado e resolutivo. Ao evidenciar, com rigor científico, a urgência do investimento em qualificação profissional e na plena integração da RAPS, o presente estudo configura-se como instrumento estratégico para a transformação do cuidado em saúde mental no SUS e para a redução da morbimortalidade associada aos transtornos mentais.

Palavras-Chave: saúde mental; atenção primária; capacitação profissional.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PERFECCIONISMO E SAÚDE MENTAL EM ALUNOS DE MEDICINA

Lívia Helene da Costa Rabelo[1]; Kelly Teles Lima da Silva[2]; Daniel Amaro Sousa[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; livia.helene@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; kelly.teles@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; daniel.amaro@ceub.edu.br

O perfeccionismo é um conceito multidimensional, atribuído pelo esforço contínuo do indivíduo por padrões elevados e autocrítica, independentemente dos padrões pessoais a ser alcançados. Nesse sentido, o indivíduo estabelece a si próprio altos padrões de desempenho. Essa personalidade caracteriza-se por uma mentalidade binária: cada resultado é visto como total sucesso ou fracasso, e os erros tendem a ser generalizados de forma excessiva, causando grande sofrimento psíquico. Nesse sentido, diferencia-se o perfeccionismo adaptativo do desadaptativo. O primeiro corresponde à busca realista por excelência e é associado ao bem-estar e à autoaceitação; o segundo relaciona-se à extrema autocrítica, às expectativas irreais, ao medo do fracasso e aos sintomas promotores de psicopatologias, como depressão, ansiedade e estresse. Estima-se que até 25% dos universitários podem apresentar transtornos psiquiátricos, situação exacerbada no curso de medicina, em razão da alta pressão acadêmica, da competitividade, da alta carga de estudo e da cultura de valorização ao autossacrifício. Assim, para abordar este problema, a presente pesquisa utilizou a Escala Curta Quase Perfeita (SAPS) para identificar tipos de perfeccionismo e a escala DASS-21 para mensurar sintomas de depressão, ansiedade e estresse em estudantes de medicina de uma universidade da capital do país. O estudo envolveu abordagem quantitativa e transversal e contou com a participação de 271 acadêmicos. Os resultados indicaram que 43,5% dos estudantes eram perfeccionistas adaptativos, 13,7%, perfeccionistas desadaptativos e 42,8%, não perfeccionistas. Sobre a associação do perfeccionismo com as psicopatologias, embora a maioria dos adaptativos não apresentasse transtornos, muitos ainda reportaram níveis de moderados a severos de ansiedade e estresse, sugerindo que, em um cenário de grandes cobranças e altamente exigente, características inicialmente funcionais podem transitar para disfuncionais. Entre os desadaptativos, houve associação significativa com depressão de moderada a severa (até 40%), ansiedade extremamente severa (mais de 40%) e estresse severo. A maioria desses estudantes reconheceu a personalidade perfeccionista, e uma parte considerável indicou necessidade de ajuda profissional, embora uma parcela ainda rejeitasse esse apoio. Além disso, foi observada maior prevalência de perfeccionismo, especialmente desadaptativo, entre estudantes do sexo feminino. Outrossim, acadêmicos dos semestres iniciais também apresentaram maior predominância de perfeccionismo adaptativo, possivelmente explicado pela pressão de adaptação e pelas expectativas elevadas no começo da formação. Em suma, o perfeccionismo desadaptativo mostra-se um fator de risco importante para a saúde mental na medicina, indicando a necessidade de programas institucionais que promovam o suporte psicológico e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a fim de proporcionar bem-estar aos acadêmicos.

Palavras-Chave: perfeccionismo; saúde mental; psicopatologias.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM GASTROSQUISE EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL DO DISTRITO FEDERAL

Luisa Helena Pereira Portella[1]; Laura de Almeida Lemes[2]; Miriam Martins Leal[3]; Laís Ribeiro Vieira[4]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; luisalele9@gmail.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; laura.lemes@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; miriam.leal@ceub.edu.br [4] Pesquisadora Colaboradora - Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB); dralaisrv@gmail.com

A gastrosquise é uma malformação congênita da parede abdominal, caracterizada pela evisceração abdominal, geralmente por causa de um defeito paraumbilical. Segundo o Ministério da Saúde, a prevalência é de 2,3 casos para 10.000 nascidos vivos. A mortalidade permanece elevada especialmente em países em desenvolvimento, podendo atingir até 75%. O objetivo deste estudo foi descrever o perfil clínico-epidemiológico de pacientes diagnosticados com gastrosquise em um hospital de referência, no Distrito Federal. Foram analisados 117 casos registrados entre 2015 e 2024, com maior concentração entre 2018 e 2022. A maioria dos pacientes era prematura (64,1%), com parto cesáreo (87,2%) e diagnóstico pré-natal (81,2%). A mortalidade foi de 29,9%, uma taxa compatível com a realidade de países de média e baixa renda. Quase metade dos neonatos (46,2%) apresentou restrição de crescimento intrauterino, e 36,4% dos casos apresentaram malformações associadas, principalmente genitais, neurológicas e cardíacas. A sepse fúngica foi estatisticamente associada ao óbito (p = 0,005), enquanto outras variáveis, como peso ao nascer, sepse precoce e ausência de diagnóstico pré-natal, apresentaram tendência, mas sem significância estatística. Os resultados indicam que o manejo da gastrosquise continua desafiador com altas taxas de mortalidade, o que reforça a necessidade de cuidados intensivos e multidisciplinares, além de estratégias terapêuticas mais eficazes e melhor infraestrutura neonatal. A identificação de fatores prognósticos, como a sepse fúngica, pode ajudar o planejamento de intervenções mais direcionadas, visando à redução da morbimortalidade.

Palavras-Chave: gastrosquise; anormalidade congênita; unidade de terapia intensiva neonatal.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM HÉRNIA DIAFRAGMÁTICA EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL DO DISTRITO FEDERAL

Julia Rafaella Mourão Parente[1]; Maria Gabriela Pinheiro Pereira[2]; Miriam Martins Leal[3]; Pâmela Amaral Lemos Lagares[4]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; julia.rafaella@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; maria.gp@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; miriam.leal@ceub.edu.br [4] Pesquisadora Colaboradora - Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB); pamelalemos.med@gmail.com

A hérnia diafragmática congênita consiste na herniação do conteúdo gástrico para a cavidade torácica, em razão de defeito no fechamento diafragmático. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a epidemiologia e a conduta clínica sobre os recém-nascidos com hérnia diafragmática internados na UTIN de referência do Distrito Federal, nos últimos 5 anos, bem como seus desfechos. É um estudo descritivo, retrospectivo, de exame de prontuário, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Para análise estatística, foram utilizados testes qui-quadrado e demais métodos adequados à caracterização da amostra. No total, 18 pacientes foram incluídos, dos quais 83,3% tiveram o diagnóstico realizado no pré-natal. A maioria era de recém-nascidos a termo (72,2%), com peso adequado (83,3%), enquanto 27,8% eram prematuros. Houve discreto predomínio do sexo feminino (61,1%). Com relação às condições ao nascer, a asfixia neonatal esteve presente em 16,7% dos casos. Antes da cirurgia, o uso de óxido nítrico inalatório foi necessário em 22,2% dos pacientes, refletindo a gravidade da hipertensão pulmonar persistente. No período pós-operatório, observaram-se complicações em número significativo, sendo o derrame pleural a principal (37,5%), seguido de choque hemodinâmico (12,5%), deiscência de tela (12,5%), hérnia incisional (12,5%), hipertensão pulmonar (12,5%) e isquemia intestinal (12,5%). Quanto aos desfechos, 50% dos pacientes receberam alta para enfermaria, 33,3% receberam alta para domicílio, e 16,7% evoluíram para óbito. Conclui-se que a hérnia diafragmática congênita permanece como uma condição de grande impacto na neonatologia, entretanto, com uma abordagem multidisciplinar intensiva e acompanhamento contínuo, é possível a redução da morbimortalidade e a melhoria dos desfechos clínicos.

Palavras-Chave: hérnia diafragmática; diagnóstico; unidade de terapia intensiva neonatal.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PERFIL DOS MARCADORES LABORATORIAIS DE PACIENTES ADMITIDOS COM INFECÇÃO POR SARS-COV-2 EM HOSPITAIS DO DISTRITO FEDERAL E SUA IMPORTÂNCIA PROGNÓSTICA (SEGUIMENTO)

Carolina Cotrim Guedes[1]; Aline Oliveira Aguiar[2]; Fabíola Fernandes dos Santos Castro[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; carolina.cotrim@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; aline.aguiar@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; fabiola.castro@ceub.edu.br

A pandemia de covid-19 representou um desafio sem precedentes para a saúde pública mundial. A alta mortalidade em pacientes críticos exigiu a identificação de fatores associados ao desfecho clínico, incluindo variáveis demográficas, comorbidades, suporte ventilatório, infecções e biomarcadores. Estudos prévios indicam que idosos e indivíduos com doenças crônicas, como diabetes *mellitus*, hipertensão arterial, obesidade e doença renal crônica, apresentam maior risco de mortalidade, enquanto o uso de ventilação mecânica invasiva está associado a prognóstico desfavorável com taxas de óbito superiores a 80%, em algumas coortes. Biomarcadores laboratoriais, como linfopenia, plaquetopenia, elevação de ferritina, proteína C reativa (PCR), dímero-D e alterações na coagulação, têm-se mostrado preditores de inflamação exacerbada, disfunção endotelial e eventos trombóticos. Este estudo retrospectivo e observacional analisou prontuários de 210 pacientes internados por covid-19 em UTI, com idade média de 60 anos e predominância masculina. Os pacientes foram acompanhados até a alta hospitalar ou o óbito, sendo classificados em dois grupos: Alta (n=146) e Óbito (n=64). Foram coletadas variáveis demográficas, clínicas, assistenciais e laboratoriais, incluindo idade, sexo, tempo de internação, comorbidades, necessidade de ventilação mecânica, realização de culturas microbiológicas, infecção secundária e marcadores inflamatórios e de coagulação. A análise estatística incluiu comparação entre grupos e cálculo de *odds ratio* (OR), com intervalo de confiança de 95%. A taxa de mortalidade observada foi de 30,4%, inferior a algumas séries multicêntricas, mas ainda elevada em comparação a populações não críticas. O uso de ventilação mecânica apresentou forte associação com óbito, estando presente em 60% dos pacientes que não sobreviveram. Comorbidades, como diabetes *mellitus* do tipo 2 (OR=1,51) e doença renal crônica (OR=1,75), mostraram tendência a maior risco de óbito, embora sem significância estatística, possivelmente em razão do tamanho da amostra. Hipertensão e obesidade não apresentaram associação direta com desfecho adverso. Pacientes que evoluíram a óbito exibiram níveis mais elevados de ferritina, fibrinogênio e dímero-D, além de linfopenia e plaquetopenia, corroborando sua relação com inflamação exacerbada e hipercoagulabilidade. Eventos tromboembólicos foram frequentes, destacando tromboembolismo pulmonar (53,8%), trombose venosa profunda (25,6%) e acidente vascular cerebral (23,1%). Infecções secundárias foram observadas em 60,2% dos pacientes, com predomínio de *Candida albicans* (11,7%) e *Klebsiella pneumoniae* 11,3%). Os achados reforçam que a combinação de variáveis clínicas, laboratoriais e assistenciais deve ser considerada para estratificação de risco em pacientes críticos com covid-19. A identificação precoce de fatores de risco permite direcionar intervenções, otimizar recursos e melhorar a qualidade do cuidado em saúde. Estudos multicêntricos com maior número de pacientes são necessários para consolidar as evidências e orientar protocolos futuros, contribuindo para a gestão eficiente de pacientes graves em epidemias respiratórias.

Palavras-Chave: covid-19; sars-cov-2; sepse.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA DENGUE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Yasmin de Oliveira D'Avila de Araujo[1]; Isabela Neves de Camargo[2]; Luciana Benevides Ferreira[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; yasmin.daraujo@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; isabelaa.neves@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; luciana.benevides@ceub.edu.br

A dengue é atualmente considerada a mais relevante e prevalente arbovirose em escala mundial, caracterizando-se por sua ampla capacidade de disseminação, sobretudo, em regiões tropicais e subtropicais, onde as condições climáticas e socioambientais favorecem a proliferação do mosquito vetor, o *Aedes aegypti*. Essa realidade tem sido especialmente alarmante em países da América Latina, sendo o Brasil o maior exemplo dessa crise sanitária. Em 2023, o país liderou o *ranking* mundial de casos com mais de 2,9 milhões de registros confirmados, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), configurando um cenário preocupante para a saúde pública. Diante desse panorama, o conhecimento aprofundado do perfil clínico, epidemiológico e sociodemográfico dos indivíduos acometidos torna-se fundamental para subsidiar estratégias de rastreamento precoce, prevenção eficiente, tratamento oportuno e prognóstico assertivo. A análise desses elementos possibilita intervenções direcionadas e adaptações nos serviços de saúde, principalmente na atenção primária, que é a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). Com base nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo principal identificar o perfil epidemiológico dos casos notificados de dengue em uma unidade básica de saúde localizada no Distrito Federal. Trata-se de um estudo transversal, descritivo, analítico e retrospectivo, baseado em análise quantitativa dos casos confirmados de dengue e registrados em uma unidade básica de saúde do Distrito Federal, no período de janeiro a março de 2024. Os dados apontaram maior incidência entre indivíduos adultos jovens do sexo feminino, grupo que compõe parte significativa da população economicamente ativa. Esse perfil não apenas reforça o impacto funcional e social da dengue na comunidade, como também destaca a importância de estratégias preventivas direcionadas a esse segmento da população.

Palavras-Chave: epidemiologia; dengue; vigilância epidemiológica.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE MORTALIDADE FETAL RELACIONADO AOS FATORES DE RISCO NO DISTRITO FEDERAL E COMPARADO AO CENÁRIO NACIONAL

Erica Harumi Kanai Suzuki[1]; Anna Clara de Novais Neves[2]; Alexandre Sampaio Rodrigues Pereira[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; erica.suzuki@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; anna.neves@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; alexandre.pereira@ceub.edu.br

A Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir da 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), passou a considerar o óbito fetal como a morte de um produto da concepção antes da expulsão ou da extração completa do corpo da mãe, com peso ao nascer igual ou superior a 500 gramas. Atualmente, torna-se imprescindível a vigilância sistêmica dos óbitos fetais, de modo a permitir uma avaliação mais detalhada e precisa da qualidade ao acesso dos sistemas de saúde, além de possibilitar melhor direcionamento das políticas públicas de saúde. O objetivo deste trabalho foi estabelecer o perfil da prevalência de mortalidade fetal no Distrito Federal e no Brasil, relacionando-o aos fatores socioeconômicos de 2013 a 2023. A primeira etapa do trabalho consistiu na busca integrativa de dados referentes aos fatores de risco e à prevalência da mortalidade fetal no Distrito Federal e no Brasil. Foram selecionados artigos atuais e relevantes para o tema da pesquisa, incluindo a epidemiologia, o perfil socioeconômico materno, as principais causas e as políticas públicas da mortalidade fetal a partir da leitura do título, do resumo e da metodologia utilizada. Em seguida, baseando-se na caracterização do perfil socioeconômico, realizou-se a extração de dados do DATASUS por meio das plataformas oficiais do governo e dos dados tabulados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informações sobre Nascidos-Vivos (SINASC). Os dados extraídos dessas plataformas permitiram o cálculo da prevalência e da taxa de mortalidade fetal no Distrito Federal e no Brasil. Além disso, utilizou-se o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) pela plataforma TABNET, com o intuito de analisar a prevalência dos principais agravos de notificação que acarretaram as mortes fetais no país. No Distrito Federal, a Taxa de Mortalidade Fetal apresentou a média de 10,2 a cada 1000 nascimentos. No ano de 2022 para 2023, houve a queda de 9% nas mortes (12,1 para 11,1 mortes a cada 1000 nascimentos). No Brasil, a Taxa de Mortalidade Fetal apresentou a média de 9 ocorrências a cada 1.000 nascimentos. Em 2023, o país apresentou a menor Taxa de Mortalidade Fetal desde o ano de 2021 (10,4/1.000 nascimentos). A presente pesquisa apontou a possível relação entre a prevalência das anomalias e a idade e a escolaridade da mãe. Também se demonstrou a relação com o sexo do feto, o tipo de parto, o ambiente de ocorrência, o tipo de gestação, a idade gestacional, o peso ao nascer, se houve assistência médica e se investigaram a causa do óbito. É importante ressaltar que existem algumas políticas públicas para a redução da mortalidade fetal no Brasil, porém a taxa de mortalidade brasileira ainda se encontra muito acima do ideal. Por fim, notou-se, diante dos dados representados pelos gráficos e pelas tabelas apresentadas na pesquisa, uma parcela significativa de itens não preenchidos ou ignorados nas diferentes categorias de análise, os quais dificultaram o trabalho estatístico e analítico para o cruzamento das informações das diferentes bases do DATASUS.

Palavras-Chave: epidemiologia; fatores de risco; mortalidade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES SUBMETIDOS A CIRURGIAS DE CATARATA EXECUTADAS POR RESIDENTES DE OFTALMOLOGIA EM UM HOSPITAL-ESCOLA EM ANÁPOLIS-GO

Fernanda Borges de Almeida Fernandes[1]; Ingryd Capuci Melo[2]; Luciana Ramalho de Farias[3]; Rayssa Medeiros Léda[4]; Daniela Cristina Schroff Machado[5]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; fernanda.borgesf@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; ingrydcapucci@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; luciana.farias@ceub.edu.br [4] Pesquisadora Colaboradora [5] Pesquisadora Colaboradora

A catarata é responsável por cerca de 50% dos casos de cegueira reversível no mundo, afetando significativamente a qualidade de vida em razão da perda visual e do aumento da morbimortalidade. O único tratamento eficaz é cirúrgico, sendo a facoemulsificação a técnica mais adotada atualmente. Este estudo teve como objetivo analisar o perfil epidemiológico de pacientes submetidos a cirurgias de catarata realizadas por residentes de oftalmologia em um hospital-escola, em Anápolis-GO. Foi conduzida uma pesquisa retrospectiva, quantitativa e descritiva, baseada na análise de prontuários médicos de 142 pacientes operados por residentes do 3º ano, entre março de 2020 e fevereiro de 2021. Foram coletados dados demográficos, antecedentes patológicos, história oftalmológica, tipo de anestesia, técnica cirúrgica, lente intraocular implantada e complicações intraoperatórias e pós-operatórias. A amostra predominou em pacientes do sexo feminino (56,33%) e com faixa etária entre 61 e 70 anos. Hipertensão arterial sistêmica e diabetes *mellitus* foram as comorbidades mais comuns, e glaucoma, a principal doença oftalmológica preexistente. A anestesia mais utilizada foi o bloqueio anestésico (89,43%). Embora a maioria dos pacientes não tenha apresentado complicações (72,53%), as principais intercorrências foram ruptura da cápsula posterior, edema de córnea e aumento da pressão intraocular no pós-operatório imediato. A discussão ressalta que o treinamento e a supervisão dos residentes são cruciais para minimizar riscos e melhorar os resultados cirúrgicos, evidenciando que fatores relacionados ao cirurgião e ao procedimento influenciam diretamente o sucesso e a segurança da cirurgia. Apesar das complicações inerentes ao aprendizado prático, a facoemulsificação mostrou-se uma técnica segura e eficaz para o tratamento da catarata, reforçando a importância de estudos epidemiológicos, para aprimorar a formação médica e garantir o atendimento de qualidade. Conclui-se que conhecer o perfil epidemiológico dos pacientes submetidos a cirurgias por residentes é fundamental para planejar estratégias educativas e clínicas que promovam melhores desfechos cirúrgicos e qualidade de vida, além de contribuir para a capacitação dos futuros oftalmologistas e a segurança dos procedimentos realizados nos hospitais-escola.

Palavras-Chave: cirurgia de catarata; perfil epidemiológico; residentes.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PESQUISA DE FALSO-POSITIVO DE ASPERGILOSE INVASIVA EM PACIENTES COLONIZADOS POR CANDIDA E ASPERGILLUS POR PESQUISA DE GALACTOMANANA EM HOSPITAL DO DISTRITO FEDERAL

Fernanda Silva Bertulucci Angotti[1]; Nicole Zayat Itai[2]; Fabíola Fernades dos Santos Castro[3]; Werciley Saraiva Vieira Júnior[4]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; fernandangotti@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; nicole.itai@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; fabiola.castro@ceub.edu.br [4] Pesquisador Colaborador - Hospital Santa Lúcia

As infecções fúngicas invasivas constituem um desafio relevante no cenário clínico, sobretudo em pacientes internados em unidades de terapia intensiva (UTI), em que fatores, como imunossupressão, uso prolongado de antibióticos e presença de dispositivos invasivos, aumentam a vulnerabilidade a essas complicações. Entre elas, a aspergilose invasiva (AI) destaca-se pela elevada mortalidade e pela dificuldade diagnóstica, uma vez que métodos tradicionais, como culturas microbiológicas, apresentam baixa sensibilidade, resultados tardios e dificuldade de execução em pacientes críticos. Nesse contexto, o ensaio de galactomanana (GM) surge como uma ferramenta de triagem promissora, por ser não invasivo e permitir a detecção precoce de componentes da parede celular do Aspergillus spp. Entretanto, a interpretação isolada do teste pode induzir a erros diagnósticos relevantes, uma vez que diversos fatores podem interferir em sua especificidade, resultando em casos de falso-positivo. Este trabalho investigou pacientes críticos com GM positiva, internados na UTI do Hospital Santa Lúcia Sul, em Brasília – DF, a fim de compreender a relação entre colonização fúngica e resultados laboratoriais. A amostra foi composta por 148 pacientes que realizaram o exame para GM; apenas 13 pacientes preenchiam os critérios da pesquisa, dos quais apenas 7,7% apresentaram cultura positiva para Aspergillus spp., contrastando com 46,15% de culturas positivas para Candida spp. Esse achado sugere que a colonização por Candida pode estar associada à reatividade cruzada no ensaio de GM, reforçando a hipótese de falsos-positivos. Todos os pacientes avaliados apresentaram manifestações clínicas e radiológicas, como dispneia, febre, tosse e alterações pulmonares, porém esses sinais são inespecíficos e comuns a outras doenças infecciosas em ambiente de UTI, o que dificulta o diagnóstico diferencial. Além disso, uma parcela considerável recebeu antifúngicos azólicos, como voriconazol, evidenciando a repercussão clínica dos resultados de GM na decisão terapêutica, com possíveis implicações de toxicidade, aumento de custos e risco de resistência fúngica. Apesar das limitações relacionadas ao número reduzido de pacientes, os resultados indicam que a positividade isolada da GM não deve ser interpretada como diagnóstico definitivo de aspergilose invasiva, sendo imprescindível correlacionar achados laboratoriais, clínicos, radiológicos e microbiológicos para maior precisão. Em síntese, o estudo reforça a necessidade de cautela na interpretação do teste de GM, em pacientes críticos colonizados por Candida e Aspergillus, sob risco de condutas terapêuticas desnecessárias e destaca a importância de novas investigações multicêntricas que ampliem a amostra e validem a relevância clínica dos falsos-positivos no diagnóstico da aspergilose invasiva.

Palavras-Chave: infecções fúngicas; galactomanana; aspergilose invasiva.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

POLÍTICA LEGISLATIVA BRASILEIRA DE 2019 A 2024: ESTUDO SOBRE O COMBATE AO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA E A DEFESA DA FAUNA E DO CLIMA

Amanda Ribeiro Martins[1]; Mariana Barbosa Cirne[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; amanda.rm@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; mariana.cirne@ceub.edu.br

A presente pesquisa analisa a atuação do Poder Legislativo federal, no período de 2019 a 2024, no combate ao desmatamento na Amazônia e em seus impactos sobre o clima e a fauna. A produção legislativa pode tanto reforçar mecanismos de proteção ambiental quanto promover retrocessos normativos, ao flexibilizar, por leis, os direitos constitucionais previstos no artigo 225 da Carta Magna. O estudo justifica-se diante do aumento expressivo do desmatamento, nos últimos anos, e da necessidade de respostas institucionais eficazes para a preservação da biodiversidade, a estabilidade climática e a proteção da região da Amazônia. As perguntas desta pesquisa incluíram reflexões sobre se os projetos de lei propostos e aprovados pelo Congresso Nacional, de 2019 a 2024, relacionados ao desmatamento da Amazônia e a seus impactos negativos sobre o clima e a fauna, promovem flexibilização da política pública ambiental brasileira em prejuízo do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Caso evidenciados os retrocessos, indaga-se de que modo é possível contribuir com o debate legislativo, para garantir maior efetividade no enfrentamento ao desmatamento. Por meio de revisão bibliográfica, conjugada com levantamento de dados nos *sites* oficiais da Presidência da República, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a pesquisa concluiu que não houve proposições relevantes apresentadas pelo Poder Executivo no período de 2019 a 2024. Foram identificados dois projetos (nº 6162/2019 e nº 5787/2023) que tratam do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, mas não são inovação e, sim, cumprimento de obrigação normativa anterior. O Portal da Legislação conta com 14 leis sancionadas no período de 2019 a 2024, sobre o tema. Leis sobre a Amazônia significaram incremento orçamentário aos bancos de incentivo, e o clima foi objeto de avanços com a Lei nº 14.590/2023 e a Lei nº 14.904/2024, sobre educação e adaptação climática. A fauna, contudo, não encontrou espaço normativo. No âmbito do Poder Legislativo, foram identificados 16 projetos de lei em tramitação, com menção direta ao desmatamento na Amazônia. Na Câmara, 79% das proposições fortaleceriam a proteção ambiental, e 21% são indiferentes. Ocorre que, se realizado o recorte no Código Florestal, percebe-se, com outras palavras, haver 128 projetos de lei em trâmite, sendo 84 retrocessos à proteção florestal. No Senado, encontraram-se 2 projetos de lei em tramitação, sendo um que significaria retrocesso e outro favorável ao meio ambiente. Conclui-se que, apesar de esforços isolados, o ambiente político permite iniciativas que ameaçam a biodiversidade, o equilíbrio climático e a efetivação do direito constitucional. Os avanços normativos são tímidos. Para que o debate legislativo contribua efetivamente para o combate ao desmatamento, é necessário que mais proposições favoráveis à proteção ambiental avancem, como formas de assegurar a preservação da biodiversidade e do equilíbrio climático. A população precisa ter acesso qualificado às informações sobre as proposições em andamento, de modo a permitir a mobilização social informada e a pressão por políticas públicas que conciliem desenvolvimento com sustentabilidade.

Palavras-Chave: desmatamento na Amazônia; projetos de lei no Congresso Nacional; meio ambiente, clima e fauna.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PÓS-INFECÇÃO POR DENGUE: MANIFESTAÇÕES E SINTOMAS PSIQUIÁTRICOS E PSICOLÓGICOS PERSISTENTES NA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Natasha Powidayko Vanzela[1]; Sarah Sofia Soares Campelo[2]; Sandra Brusasco Fernandes Lemos[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; natashavanzela@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; sarah.campelo@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; sandra.fernandes@ceub.edu.br

A temática relacionada aos sintomas persistentes após a infecção por dengue ainda é pouco explorada, especialmente no que diz respeito às manifestações psicológicas ou psiquiátricas de caráter tardio. Este estudo teve como objetivo analisar, na população do Distrito Federal, a sintomatologia psicológica e psiquiátrica antes da infecção por dengue e atualmente, comparando a percepção dos indivíduos, além de verificar se a idade pode ser considerada um fator prognóstico relevante. Trata-se de um estudo de coorte retrospectivo com coleta de dados realizada em único momento, por meio do preenchimento de um formulário eletrônico (Google Forms) e da aplicação da Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21). A análise foi conduzida no *software* SPSS, utilizando estatística descritiva e testes não paramétricos, especificamente o Teste de Wilcoxon. A amostra foi composta por 62 participantes. Os parâmetros avaliados pela DASS-21 — depressão, ansiedade e estresse — não apresentaram diferenças estatisticamente significativas quando comparado o período anterior à infecção com o atual, não corroborando as hipóteses iniciais. Contudo, dados descritivos revelaram que 20 indivíduos relataram sintomas psicológicos ou psiquiátricos persistentes após 14 dias da infecção, e, entre esses, 13 continuavam a apresentar sintomas no momento da coleta. Não foi possível estabelecer associação entre idade mais avançada e maior número de sintomas persistentes. Dessa forma, o estudo evidencia a importância de futuras investigações sobre o tema, considerando que os possíveis impactos psicológicos e psiquiátricos a longo prazo requerem o desenvolvimento de medidas de saúde preventivas e a vigilância da sintomatologia após a infecção por dengue.

Palavras-Chave: dengue; sintomas psiquiátricos; medidas preventivas de saúde.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PREVALÊNCIA DE LESÕES DO APARELHO LOCOMOTOR EM ATLETAS ESCOLARES DA DELEGAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS ESCOLARES DA JUVENTUDE

Thiago Pereira dos Santos[1]; Tácio Rodrigues da Silva Santos[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; thiago.pereiras@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; tacio.santos@ceub.edu.br

Os esportes cada vez mais modernos exigem mais dos nossos futuros atletas profissionais; consequentemente, o cuidado com eles deve ser maior também. No presente estudo, são analisadas as lesões mais comuns nos jovens atletas, cujo conteúdo é bem escasso quando se trata de estudos científicos. Quanto aos dados reunidos em gráficos, boa parte deles não apresentou grande diferença nas porcentagens, porém, quando perguntado aos alunos quando foi a última ou única lesão, houve diferença de mais de trinta por cento nas respostas.

Palavras-Chave: jogos da juventude; esporte escolar; políticas públicas.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS ALIMENTARES EM UNIVERSITÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL: ESTRATÉGIAS PARA COMPREENSÃO

Isabella Eduarda de Godoy Oliveira[1]; Julia Pereira Marques Barros de Lima[2]; Antonio Garcia Reis Junior[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; isabella.eduarda@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; julia.pereira55@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; antonio.reis@ceub.edu.br

A transição para o ensino superior é uma fase marcada por intensas demandas acadêmicas, pressões sociais e adaptações emocionais que podem impactar negativamente a saúde mental e o comportamento alimentar dos estudantes. Nesse contexto, os transtornos alimentares (TA) vêm ganhando destaque por sua crescente incidência entre jovens universitários, frequentemente associada à distorção da imagem corporal, à baixa autoestima, à ansiedade e à tentativa de controle diante das incertezas dessa etapa da vida. Apesar da gravidade, os TA, muitas vezes, permanecem subnotificados por desconhecimento, negação do problema ou normalização de condutas alimentares disfuncionais, no ambiente universitário. Este estudo teve como objetivo analisar a prevalência de risco para TA entre universitários do Distrito Federal, utilizando o *Eating Attitudes Test* (EAT-26) como instrumento de triagem. Participaram 100 estudantes entre 18 e 40 anos. A prevalência de risco foi de 38,0% com associação significativa entre maior IMC e risco para TA (p = 0,031). A maioria dos participantes era do sexo feminino (85%), cursava áreas da saúde (81%) — em especial, medicina (68%) — e encontrava-se entre o 5º e o 8º semestre (60%). Embora o curso e o semestre não tenham mostrado diferença significativa nos escores do EAT-26, estudantes do sexo feminino apresentaram escores mais elevados (p = 0,009), sugerindo maior vulnerabilidade. Quanto aos hábitos alimentares, 73% relataram que a rotina acadêmica impactou negativamente sua alimentação com aumento do consumo de *fast food* e ultraprocessados (58%) e a redução na quantidade de refeições diárias (44%). A alteração mais citada foi a compulsão alimentar (51%). Os dados reforçam a necessidade de atenção à saúde mental e nutricional no ambiente acadêmico, com foco em ações preventivas, promoção de hábitos saudáveis e criação de espaços de acolhimento para estudantes em sofrimento psíquico.

Palavras-Chave: transtornos alimentares; ambiente acadêmico; estudantes em sofrimento psíquico.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PREVALÊNCIA E PADRÕES DO USO DE MEDICAMENTOS ANTIDEPRESSIVOS E ANSIOLÍTICOS ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Eduardo Mujica Pedrosa[1]; Louise Gomide Freitas[2]; Daniel Amaro Sousa[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; eduardomujica@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; louisegfreitas@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; daniel.amaro@ceub.edu.br

O presente estudo teve como objetivo investigar, de forma detalhada, a prevalência e os padrões de uso de medicamentos antidepressivos e ansiolíticos entre estudantes de medicina. A amostra foi composta por 454 alunos, o que corresponde a 49,61% do total de matriculados no curso de medicina do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), *campus* da Asa Norte. Adotando uma abordagem quantitativa, foram realizadas entrevistas estruturadas tanto de maneira presencial quanto por meio de formulários online, a fim de garantir maior abrangência e representatividade. Os resultados obtidos revelaram que 90,5% dos participantes relataram já ter apresentado sintomas de ansiedade ou depressão em algum momento da vida acadêmica. Além disso, 43,49% informaram ter recebido diagnóstico psiquiátrico formal para, pelo menos, um desses transtornos, evidenciando a relevância do problema no contexto universitário. No que diz respeito ao uso de medicações, 39,87% dos estudantes afirmaram já ter utilizado ou estar fazendo uso de antidepressivos ou ansiolíticos. Entre os fármacos prescritos, os inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS) destacaram-se como os mais frequentes, correspondendo a 75% das prescrições relatadas. A análise estatística dos dados indicou uma associação significativa entre o semestre cursado e a prevalência de diagnósticos psiquiátricos. Assim, os alunos nos semestres mais avançados apresentaram maior incidência de transtornos mentais. Essa relação pode estar associada ao aumento progressivo da carga horária acadêmica, à intensificação das responsabilidades clínicas e à pressão inerente à reta final da formação médica. Diante desses achados, a presente pesquisa reforça a importância de ações institucionais direcionadas à promoção da saúde mental no ambiente acadêmico, incentivando estratégias de suporte psicológico, programas de prevenção e uso responsável de psicofármacos com acompanhamento especializado adequado e prevenção à automedicação.

Palavras-Chave: antidepressivos; ansiolíticos; estudantes de medicina.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PROCESSOS SUBJETIVOS DA CONCILIAÇÃO DA MATERNIDADE COM A GRADUAÇÃO MEDIANTE A INSTITUIÇÃO DE CRECHE EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: UM ESTUDO DE CASO

Maria Heduarda Pires da Silveira[1]; Amanda Maria de Albuquerque Vaz[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; maria.heduarda@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; amanda.avaz@ceub.edu.br

Esta pesquisa, fundamentada na teoria da subjetividade, de González Rey, teve como objetivo geral compreender, por meio de um estudo de caso com uma participante, processos subjetivos relacionados à conciliação da maternidade com a graduação mediante a instituição de creche, em uma universidade federal. Dessa forma, os objetivos específicos foram: entender, em termos da subjetividade individual da participante, os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas, envolvidos na conciliação da maternidade com a graduação; analisar a participação, nesses processos subjetivos individuais, da instituição de creche na universidade federal em que a participante estuda; pensar as subjetividades sociais dos demais contextos de que ela faz parte; entender como se articulam essas subjetividades sociais e sua subjetividade individual. A participante foi uma mãe universitária que iniciou seu curso antes da maternidade e que, no decorrer do período de realização da investigação, estava com 22 anos, enquanto seu filho tinha 2 anos. Foram realizados três encontros virtuais pelo Google Meet, em que os instrumentos utilizados para favorecer a expressão múltipla da participante foram a dinâmica conversacional, um indutor audiovisual (o vídeo, presente no YouTube, "Diálogos: pesquisa aborda dificuldades de ser mãe universitária") e o complemento de frases. A construção e a análise da informação permitiram pensar sentidos subjetivos e configurações subjetivas, no que tange à subjetividade individual da participante, marcados por experiências contraditórias entre cuidado e hiper-responsabilidade. Entendeu-se que tais experiências eram mobilizadas e providas, em parte, por uma série de desafios subjetivamente configurados no espaço social da universidade, como, por exemplo, na naturalização da falta de políticas de informação sobre direitos e na ausência de espaços adequados para amamentação. Entendeu-se que tais experiências eram mobilizadas e providas por uma série de questões presentes nas subjetividades sociais dos demais contextos da participante, como, por exemplo, a naturalização da sobrecarga, do sacrifício e da solidão supostamente inerentes à maternidade. Assim, a permanência da participante na universidade, mesmo com a abertura da creche, não se sustentou em razão da estrutura formal da instituição, mas por uma rede de apoio composta por professoras, colegas e amigas (notadamente mulheres que também eram mães), cujas iniciativas individuais ofereceram suporte ocasional em um cotidiano frequentemente hostil, vivido pela participante como demandante da improvisação constante de estratégias para conciliar as demandas acadêmicas e maternas. Concluiu-se que, diante da inexistência ou da ineficácia de políticas públicas, a responsabilidade pela continuidade dos estudos recaiu completamente sobre a participante, que, de forma criativa, apesar das ambiguidades, desenvolveu modos próprios de manter seu pertencimento à vida acadêmica mesmo em condições extremas; além disso, o ensino superior, no que envolve a maternidade, é permeado por uma lógica excludente, deslocando para o indivíduo a resolução de problemas que deveriam ser abordados institucionalmente e coletivamente.

Palavras-Chave: subjetividade; maternidade; universidade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PROCESSOS SUBJETIVOS DE PSICÓLOGOS ACERCA DO AUMENTO DE DIAGNÓSTICOS DE TEA ENTRE CRIANÇAS A PARTIR DA PANDEMIA DE COVID-19

Cristiano Crispim Costa Filho[1]; Amanda Maria de Albuquerque Vaz[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; ccrispimcf@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; amanda.avaz@ceub.edu.br

Este estudo, baseado na teoria da subjetividade, de González Rey, teve como objetivo geral investigar os processos subjetivos de psicólogos acerca do aumento dos diagnósticos de transtorno do espectro autista (TEA), entre crianças, a partir da pandemia de covid-19. Os objetivos específicos foram: compreender, em termos de sentidos subjetivos e configurações subjetivas, como os psicólogos participantes experienciam o aumento desses diagnósticos desde o início da pandemia; visibilizar, a partir desses processos subjetivos, como se organizam, em suas singularidades e em sua alimentação mútua, as subjetividades individuais dos profissionais e a subjetividade social da psicologia no que se refere a esse fenômeno; refletir sobre a prática profissional da psicologia no cuidado com crianças diagnosticadas com TEA. Utilizando o método construtivo-interpretativo, fundamentado na epistemologia qualitativa, foram realizados um encontro grupal e dois encontros individuais com os três psicólogos participantes da pesquisa que atuam no atendimento a crianças em diferentes contextos clínicos. Visando favorecer a expressão múltipla dos participantes, os instrumentos utilizados foram a dinâmica conversacional e o complemento de frases. A construção e a análise da informação permitiram pensar que o crescimento na procura e na emissão de diagnósticos de TEA é entendido pelos participantes como atravessado por múltiplas dimensões técnicas, institucionais e afetivas e é fortemente influenciado pelas transformações sociais geradas pela pandemia. Entendeu-se que os participantes experienciam sentimentos ambíguos, tais como insegurança, sobrecarga e conflito ético, diante da demanda crescente por avaliações diagnósticas, especialmente em contextos de sofrimento psíquico inespecífico. Além disso, emergiu a compreensão de que o diagnóstico de TEA é utilizado para nomear situações muito diversas, o que levanta questionamentos sobre a medicalização da vida e o papel da psicologia na legitimação ou na contestação desse processo. Foi possível pensar também nas tensões entre a prática clínica, as expectativas familiares e escolares e a necessidade de posicionamentos críticos diante da patologização da diferença. Considera-se que o aumento dos diagnósticos não pode ser compreendido apenas a partir de parâmetros clínicos, mas também como um fenômeno complexo que configura as subjetividades dos profissionais e interpela os fundamentos ético-políticos da atuação psicológica. Como considerações finais, destaca-se a importância de promover espaços de escuta, supervisão e formação continuada que auxiliem os psicólogos a lidar com os desafios impostos por esse cenário. O estudo contribuiu para o campo da psicologia, ao ampliar a compreensão sobre os efeitos da pandemia na prática profissional e ao tensionar o uso do diagnóstico em contextos de vulnerabilidade.

Palavras-Chave: subjetividade; TEA; psicologia clínica.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PROTOTIPAGEM RÁPIDA DE CADEIRA DE RODA VETERINÁRIA

Beatriz Laís de Sousa Miranda[1]; Sarah Mazetti Aquino[2]; Fabiana Sperb Volkweis[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; beatriz.lais@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; sarah.mazetti@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; fabiana.volkweis@ceub.edu.br

Este trabalho descreve o desenvolvimento, por meio de prototipagem rápida, de uma cadeira de rodas personalizada para um cão com ausência dos membros torácicos, condição que compromete severamente sua locomoção e qualidade de vida. O estudo foi concebido para integrar conhecimentos da medicina veterinária e da engenharia, utilizando a manufatura aditiva como ferramenta para criar uma solução funcional, ergonômica e de baixo custo. A relevância deste projeto justifica-se pela expressiva quantidade de cães paraplégicos ou com déficit motor dos membros torácicos que podem beneficiar-se de cadeiras de rodas produzidas com impressão 3D, aumentando a mobilidade e permitindo a realização de atividades cotidianas com maior autonomia. Trata-se de uma tecnologia promissora, capaz de revolucionar o mercado desses dispositivos, tradicionalmente fabricados por métodos convencionais de alto custo, o que dificulta o acesso por grande parte da população. As etapas metodológicas deste trabalho incluíram a mensuração detalhada do paciente, a modelagem tridimensional assistida por computador (CAD), a seleção de materiais adequados às necessidades estruturais, como o ácido polilático (PLA) para componentes rígidos e o poliuretano termoplástico (TPU) para partes flexíveis, a simulação virtual, a impressão das peças e a finalização. Durante o processo, buscou-se garantir a adaptação anatômica, a estabilidade do equipamento e a distribuição equilibrada do peso corporal, prevenindo lesões e promovendo a postura adequada. Os resultados demonstraram que o protótipo apresentou resistência mecânica satisfatória, dimensões proporcionais e conforto para o paciente, possibilitando deslocamento estável e redução do esforço físico durante a movimentação. Além disso, o uso da impressão 3D permite ajustes precisos, maior agilidade de produção e redução significativa de custos em comparação a métodos tradicionais, tornando essa solução mais acessível à comunidade, ao mesmo tempo que incentiva sua aplicação da manufatura aditiva na medicina veterinária. Assim, este estudo evidencia o potencial da impressão 3D como ferramenta para a reabilitação animal, reforçando a importância da abordagem interdisciplinar no desenvolvimento de dispositivos assistivos personalizados. A experiência obtida contribui não apenas para a melhoria da qualidade de vida de cães com deficiência locomotora, mas também para o avanço de soluções inovadoras e acessíveis na prática veterinária, beneficiando os tutores, os pacientes, os profissionais e a comunidade acadêmica.

Palavras-Chave: impressão 3D; manufatura aditiva; tecnologia promissora.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

REABILITAÇÃO DO MOVIMENTO DE EXTENSÃO DO COTOVELO EM PACIENTES TETRAPLÉGICOS A PARTIR DAS TRANSFERÊNCIAS DE NERVO E TENDINOSA

Vítor Joffily de Azevedo[1]; Milton Rego de Paula Júnior[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; vitor.joffily@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; milton.junior@ceub.edu.br

A lesão medular traumática (LMT) afeta predominantemente homens jovens no Brasil, e os acidentes de trânsito são sua principal etiologia e, dessa forma, a causa mais comum e abrupta de tetraplegia. O comprometimento funcional do paciente, pela perda da função motora dos membros superiores, é um fator importante de complicação do quadro. A extensão do cotovelo (EC), executada pelo tríceps braquial (TB), é um movimento fundamental para o paciente realizar atividades, como alcançar objetos acima da cabeça, impulsionar a cadeira de rodas e realizar transferências com mais facilidade. A restauração dos movimentos prejudicados mediante intervenções cirúrgicas tem como objetivo proporcionar ganho de independência em atividades cotidianas. Entre as principais abordagens cirúrgicas, destacam-se a transferência de nervos (TN) e a transferência tendinosa (TT), cujas indicações e aplicações variam conforme aspectos clínicos e anatômicos. Esta pesquisa consistiu em uma revisão sistemática da literatura, na qual foram utilizadas as bases de dados Scielo, PubMed e Cochrane, para levantar estudos clínicos e séries de casos em que foram aplicadas a TT ou a TT no processo de reabilitação da EC do paciente tetraplégico. A partir de então, foram comparadas a TN com a TT nesse grupo, a fim de compreender a eletividade, os procedimentos e o prognóstico funcional de ambas as técnicas. Do total de 100 pacientes, dois deles foram submetidos a ambas as abordagens, de modo que 81 foram submetidos à TT e 21 à TN. Observou-se a taxa de sucesso funcional de 81,1% e uma janela de intervenção limitada aos primeiros 18 meses após a lesão para a TN. Para a TT, foi observada a taxa de sucesso funcional de 64% com viabilidade em casos de lesões mais antigas ou quando a TN não é indicada. Esta pesquisa aponta que a adoção de uma técnica em função de outra depende de critérios, como tempo da lesão e integridade das estruturas anatômicas, sendo ambas eficazes na reabilitação do movimento de EC do paciente tetraplégico.

Palavras-Chave: lesão medular traumática; tetraplegia e extensão do cotovelo; transferência de nervo; transferência tendinosa.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

REAPROVEITAMENTO DA ÁGUA CINZA DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA COM VÁLVULA PROGRAMÁVEL

Alice Rodrigues Soares[1]; Lucas Alberto Borges de Almeida[2]; Miguel Archanjo Bacellar Goes Telles Junior[3]

[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB/FAP; alice.soares@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIBITI CEUB/FAP; lucas.almeida@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; miguel.archanjo@ceub.edu.br

O reúso de águas cinzas surge como uma alternativa sustentável e de baixo custo diante do crescente desafio da escassez hídrica, intensificado pelo aumento populacional e pelas mudanças climáticas globais. Embora a quantidade total de água no planeta seja constante e renovada pelo ciclo hidrológico, a disponibilidade hídrica com qualidade para consumo está-se tornando cada vez mais rara pelo uso indiscriminado. Nesse contexto, o reaproveitamento da água cinza — efluente de atividades domésticas, como a lavagem de roupas, que não contém contaminantes significativos — representa uma ação viável e de grande impacto para a preservação dos recursos hídricos. Atendendo a essa necessidade, o presente trabalho teve como objetivo principal o desenvolvimento de um dispositivo eficiente e acessível que permite o reúso automatizado da água de máquinas de lavar. Utilizando uma válvula programável controlada eletronicamente, o sistema direciona o fluxo de água dos ciclos de enxágue para fins não potáveis, como descargas e limpeza, garantindo um uso mais eficiente e sustentável do recurso. A metodologia foi de natureza aplicada, empregando a plataforma de prototipagem Arduino, para criar um sistema de baixo custo. O processo de construção foi iterativo, evoluindo de uma arquitetura inicial com duas válvulas, que se mostrou inviável, para um protótipo final robusto com a eletroválvula única solenoide e o sensor de nível. Os resultados confirmaram a eficácia do dispositivo em separar os fluxos de água de forma automática e confiável. Dessa forma, o projeto não apenas gerou uma solução tecnológica funcional, mas também validou o uso de ferramentas acessíveis, para criar tecnologias sustentáveis e de fácil replicação, resultando em uma medida de grande impacto socioambiental que contribui para a redução do consumo de água potável e para a diminuição dos gastos dos usuários.

Palavras-Chave: reúso de água; automação residencial; Arduino.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

RECONSTRUIR E REESTRUTURAR ESPAÇOS COM VALOR HISTÓRICO: O ESTUDO SOBRE MUSEU HEDMARK, DE SVERRE FEHN

Juliana Liebl de Freitas[1]; Paulo Victor Borges Ribeiro[2]
[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB/FAP; juliana.liebl@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; paulo.vribeiro@ceub.edu.br

Sverre Fehn, arquiteto norueguês e vencedor do Prêmio Pritzker de Arquitetura em 1997, é reconhecido por sua abordagem poética e sensível à arquitetura. Sua obra é fortemente influenciada pela cultura e pela natureza da Noruega, refletindo uma arquitetura que respeita o passado e o território, enquanto inova nas relações entre espaço, luz e materialidade. Fehn cria ambientes que não apenas servem à funcionalidade, mas também estabelecem uma conexão profunda com o contexto histórico e cultural dos lugares. Um exemplo representativo de sua sensibilidade para a preservação e a reinterpretação arquitetônica é o projeto do Museu Hedmark, localizado em Hamar, Noruega. O local, originalmente uma mansão episcopal do século XII e, posteriormente, utilizado como celeiro, foi transformado por Fehn em um espaço museológico que respeita as ruínas e a história do edifício. Ao invés de realizar uma restauração tradicional, Fehn optou por manter as marcas do tempo e da degradação, integrando-as ao projeto com rampas e platôs que permitem o passado conviver de forma harmônica com o presente. Sua arquitetura não se limita a conservar, mas oferece uma experiência sensorial que conecta as gerações atuais ao legado histórico do lugar, convidando os visitantes a refletir sobre a passagem do tempo enquanto vivenciam o espaço. A pesquisa metodológica envolveu a análise de teorias de restauro e livros sobre a obra de Sverre Fehn, como *The Pattern of Thoughts* e *The Thought of Construction*, que discutem as influências e o pensamento do arquiteto. Para uma compreensão mais profunda do Museu Hedmark, foi utilizado o livro *Sverre Fehn Museu Hedmark*, que examina o processo projetual, apresenta plantas técnicas e oferece contexto para as decisões arquitetônicas de Fehn.

Palavras-Chave: Sverre Fehn; Museu Hedmark; arquitetura norueguesa.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

RELAÇÃO ENTRE A INSEGURANÇA ALIMENTAR E A EFICÁCIA DO TRATAMENTO DE CÂNCER

Catarina Ribeiro Botelho de Sousa Troncha[1]; Isabelle Sacakura Marques Lima[2]; Vanessa Alvarenga Pegoraro[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; catarina.ribeiro@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; isabelle.sacakura@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; vanessa.pegoraro@ceub.edu.br

O tema sobre segurança alimentar é cada vez mais importante, especialmente em relação à saúde da população. A insegurança alimentar e nutricional (IAN) ocorre quando esse direito não é garantido, levando à fome e à desnutrição. O tratamento oncológico hoje envolve uma combinação de intervenções, medicamentos e radioterapia. No entanto, as desigualdades sociais, econômicas e tecnológicas criam barreiras no acesso ao tratamento adequado. Além disso, o estilo de vida e as condições sociais e econômicas estão diretamente ligados ao câncer. Sendo assim, questões importantes a considerar são o padrão alimentar prévio ao diagnóstico, o estado nutricional durante o tratamento e o impacto da segurança alimentar no processo terapêutico. Diante disso, o objetivo geral do estudo é identificar a relação entre a insegurança alimentar e o tratamento de câncer. Para isso, 36 pacientes oncológicos participaram da pesquisa, respondendo a um questionário estruturado para coleta de dados sociodemográficos e padrão alimentar, antes e durante o tratamento. A amostra foi composta majoritariamente por mulheres (83,3%) com idade superior a 50 anos e alta escolaridade. Observou-se aumento no número de refeições diárias durante o tratamento e maior consumo de frutas, verduras e saladas (de 41,7% para 50%). O consumo de proteínas animais manteve-se elevado (72%), enquanto alimentos ultraprocessados e bebidas açucaradas continuaram presentes na dieta. Na pesquisa não foram encontrados casos de insegurança alimentar, talvez, por ser realizada na região do país de maior poder aquisitivo. Entretanto, estudos referem que a insegurança alimentar persiste como barreira, podendo impactar negativamente a resposta terapêutica e a qualidade de vida. Dessa forma, evidencia-se que a insegurança alimentar afeta a dieta de pacientes oncológicos e pode prolongar ou dificultar o tratamento. Estratégias de intervenção nutricional personalizada e políticas públicas de apoio alimentar são fundamentais para melhorar a adesão ao tratamento, otimizar o estado nutricional e favorecer melhores desfechos clínicos.

Palavras-Chave: câncer; insegurança alimentar; tratamento.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

RELAÇÃO ENTRE O CONSUMO DE BEBIDAS ENERGÉTICAS E OS NÍVEIS DE DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO TRANSVERSAL

Gabrielli Moreno de Oliveira[1]; Júlia Maroccolo da Silva Lima[2]; Vanessa Alvarenga Pegoraro[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; gabrielli.moreno@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; juliamaroccolo@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; vanessa.pegoraro@ceub.edu.br

O consumo de bebidas energéticas tem-se expandido globalmente, especialmente entre adolescentes e jovens adultos, é impulsionado por promessas de melhora no desempenho físico e mental, mas acompanhado de preocupações sobre possíveis efeitos adversos à saúde, incluindo implicações cardiovasculares, neurológicas e psiquiátricas. No contexto universitário, a elevada prevalência desse hábito, associada à vulnerabilidade a distúrbios, como depressão, ansiedade e estresse, torna a compreensão dessa relação relevante para a saúde pública. Este trabalho teve como objetivo investigar a associação entre o consumo de bebidas energéticas e os níveis de depressão, ansiedade e estresse em estudantes universitários. Foi conduzida uma investigação transversal e quantitativa com 144 universitários de diferentes cursos, com idade mínima de 18 anos, que responderam a um questionário online sobre variáveis sociodemográficas, padrão de consumo de energéticos e aplicação da escala DASS-21 para avaliação psicológica. Os dados foram analisados por estatística descritiva e inferencial, incluindo ANOVA de um fator, correlação de Spearman e modelos lineares generalizados, adotando nível de significância de 5%. Os resultados mostraram que 87,5% dos participantes faziam uso de energéticos, sendo 59,03% consumidores ocasionais (< 1 lata por semana), 21,53% consumidores semanais e 6,94% consumidores diários. Ansiedade foi o efeito colateral mais relatado (55,56%), seguida de palpitações (42,86%) e tremores (37,30%). Observou-se associação estatisticamente significativa entre maior consumo e escores mais elevados de depressão ($p = 0,0129$) e estresse ($p = 0,0526$). Para ansiedade, não houve significância estatística ($p = 0,1022$), mas consumidores frequentes apresentaram medianas mais altas e maior variabilidade nos escores. As correlações de Spearman revelaram forte associação entre ansiedade e estresse ($\rho = 0,80$; $p < 0,0001$) e correlações moderadas entre ansiedade e depressão ($\rho = 0,61$; $p < 0,0001$) e entre estresse e depressão ($\rho = 0,69$; $p < 0,0001$). Conclui-se que o consumo elevado de bebidas energéticas pode estar relacionado a níveis mais altos de depressão, estresse e possivelmente à ansiedade, ainda que sem significância estatística neste estudo. Os achados sugerem a necessidade de ações educativas e preventivas no ambiente universitário, aliadas a políticas de regulação e incentivo a hábitos saudáveis, bem como novas pesquisas longitudinais que aprofundem a compreensão dessa associação e considerem variáveis contextuais que possam influenciar o padrão de consumo e seus efeitos na saúde mental.

Palavras-Chave: bebidas energéticas; estudantes universitários; depressão.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

RELAÇÕES ENTRE A INTENÇÃO DE INGRESSAR NO SERVIÇO PÚBLICO, A AUTOEFICÁCIA E AS METAS DE REALIZAÇÃO

Caroline Lysakoviski Bampi Avancini[1]; Adriana Satico Ferraz[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; caroline.avancini@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; adriana.ferraz@ceub.edu.br

O objetivo deste estudo foi investigar as relações entre a intenção de ingressar no serviço público de nível superior, a autoeficácia para resolução de problemas e a motivação para aprendizagem por meio das metas de realização intrapessoais. Participaram da pesquisa 303 estudantes de instituições de ensino superior públicas e particulares que responderam, por meio dos Formulários Google, ao Questionário Sociodemográfico de Intenção para Ingresso em Cargos Públicos de Nível Superior, à Escala de Autoeficácia Geral e à Escala de Motivação para Aprendizagem de Universitários. O resultado demonstrou a presença de interação estatisticamente significativa entre a meta *performance*-evitação e a intenção de ingresso no serviço público de nível superior, contudo esse tipo de associação não foi identificado para as metas de realização: meta aprender e meta *performance*-aproximação. Adicionalmente, os achados evidenciaram que os estudantes sem interesse em ingressar no serviço público demonstraram maior autoeficácia para resolução de problemas. A intenção de ingressar no serviço público de nível superior está mais relacionada aos componentes motivacionais, que apontam para o medo do fracasso e a busca por segurança, do que ao desejo de aprendizado ou reconhecimento, refletindo uma conexão com a baixa autoeficácia e as percepções negativas do setor público no Brasil por parte dos estudantes. Esses resultados podem ser utilizados na fundamentação de políticas públicas e programas de intervenção que busquem elevar a qualidade motivacional dos estudantes em relação ao serviço público brasileiro. A agenda de pesquisa prevê a continuidade do estudo com aprofundamento na análise dos dados, assim como a inclusão de outros construtos, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as relações da cultura socioeconômica, em torno dos concursos públicos que exigem nível superior e do modo como os estudantes percebem a formação acadêmica.

Palavras-Chave: concurso público de nível superior; autoeficácia; metas de realização.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

RENDIMENTO DE DIANTEIRO, TRASEIRO E PONTA DE AGULHA EM MEIA CARCAÇA DE NOVILHAS MEIO SANGUE ANGUS CRIADAS NO DISTRITO FEDERAL

Catarina Sales Abraham[1]; Carlos Alberto da Cruz Junior[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; catarina.abraham@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; carlos.junior@uniceub.br

A intensificação dos sistemas de produção de carne bovina tem impulsionado pesquisas voltadas à eficiência produtiva e ao abate precoce de animais com foco especial no cruzamento industrial. Nesse contexto, o uso de fêmeas meio-sangue Angus ganha destaque em razão de sua precocidade, qualidade de carcaça e elevado desempenho em sistemas de terminação intensiva. Tradicionalmente, fêmeas são destinadas à reposição de plantel, porém, diante das exigências do mercado por carne de qualidade e menor tempo de produção, torna-se relevante avaliar o potencial produtivo dessas fêmeas para o abate precoce. No presente estudo, foram avaliadas características de 230 carcaças de fêmeas cruzadas (½ Angus x Nelore) com 18 meses, submetidas a sistemas intensivos de criação e terminação em confinamento por 90. O peso médio dos animais vivos foi de 21,49 arrobas. O rendimento médio de carcaça foi de 55,84%. Verificou-se perda por frio com valor médio de 1,19% do peso quente da meia carcaça ao final do abate. Conclui-se que o uso de fêmeas meio-sangue Angus (½ Angus × Nelore) submetidas ao sistema intensivo de terminação pode tornar-se uma estratégia viável, eficiente e promissora para o abate precoce, sem comprometer a qualidade da carcaça, apresentando resultados semelhantes aos dos machos.

Palavras-Chave: abate; cruzamento industrial; carne bovina.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

SERVIÇOS DESCONTINUADOS DURANTE A EPIDEMIA DE DENGUE: PERSPECTIVA DOS PRECEPTORES DO CURSO DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA NO DISTRITO FEDERAL

Jéssica Rezende Maggioni[1]; Wilson Marra Neto[2]; Conrado Carvalho Horta Barbosa[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; jessica.maggioni@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; wilson.marra@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; conrado.barbosa@ceub.edu.br

A epidemia de dengue que acometeu o Distrito Federal entre 2023 e 2024 gerou importantes repercussões sobre a organização do sistema de saúde, particularmente a Atenção Primária à Saúde (APS), com impacto direto na continuidade de diversos serviços. Este estudo teve como objetivo analisar, sob a perspectiva dos preceptores de saúde coletiva do curso de medicina de uma instituição privada do Distrito Federal, os efeitos da emergência sanitária sobre a manutenção das ações de cuidado. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, realizada por meio de questionário eletrônico aplicado ao total de 26 preceptores atuantes em diversas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Distrito Federal. Os resultados revelam que, embora os serviços essenciais, como o pré-natal (mantido por 92,3 %) e a vacinação (mantida por 76,9 %), tenham sido priorizados pelas equipes, outras ações fundamentais à integralidade do cuidado foram prejudicadas. A promoção de saúde, por exemplo, sofreu significativa retração com redução nas atividades de orientação nutricional, cessação do tabagismo e uso de substâncias. As visitas domiciliares realizadas por agentes comunitários de saúde (ACS) foram interrompidas parcial ou totalmente, em 76,9% dos casos, comprometendo o acompanhamento dos pacientes. Além disso, exames preventivos, como o de câncer de colo uterino, sofreu descontinuidade, e apenas 19,2% dos preceptores relataram manutenção regular desse serviço. Observou-se a escassa utilização de recursos tecnológicos para acompanhamento remoto dos usuários, com 84,6% dos preceptores afirmando que essas ferramentas não foram utilizadas em suas unidades. Os relatos indicaram sentimentos de sobrecarga profissional e desamparo por parte das equipes, além da percepção de falhas no suporte e na coordenação institucional, durante o período crítico. Conclui-se que a epidemia de dengue expôs fragilidades estruturais da APS diante de situações de crise, especialmente em relação à capacidade de manter serviços de forma integral. Os dados reforçam a necessidade de planejamento prévio, suporte contínuo às equipes e incorporação de tecnologias, para garantir a continuidade do cuidado mesmo em contextos adversos.

Palavras-Chave: atenção primária à saúde; epidemia de dengue; gestão em saúde.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

SÍNDROME DE *BURNOUT* E *COPING* RELIGIOSO-ESPIRITUAL EM ESTUDANTES E PROFESSORES DO CURSO DE MEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-DF

Manuela Fredo Manara[1]; Camila Nogueira de Souza[2]; Miriam Martins Leal[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; manufredom@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; kamylinhamila@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; miriam.leal@ceub.edu.br

A síndrome de *burnout* é um distúrbio emocional causado pelo estresse crônico no trabalho que afeta profissionais e acadêmicos, sendo prevalente na área da saúde. O *coping* religioso-espiritual (CRE) utiliza estratégias baseadas na fé e na espiritualidade para o enfrentamento de contextos adversos e de alto estresse. O presente estudo objetivou investigar a correlação entre o CRE e a síndrome de *burnout*, em estudantes e professores da área da saúde de um centro universitário em Brasília-DF. A pesquisa tem caráter quantitativo e é desenvolvida a partir da aplicação da escala de CRE de 14 itens, subdivido em duas escalas, o CRE positivo (CREP) e o CRE negativo (CREN), e do Inventário de *Burnout* de Maslach (MBI) adaptado para estudantes, subdividido em exaustão emocional, descrença e eficácia profissional; para profissionais, o MBI é subdividido em exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal, todos validados para o Brasil. A amostra total foi de 102 estudantes e 26 professores de medicina. Os dados foram analisados no SPSS, utilizando os testes de qui-quadrado, Anova e Kruskall-Wallis. Os dados não evidenciaram associação consistente entre o *coping* religioso-espiritual positivo ou negativo e a síndrome de *burnout*. Contudo, observou-se maior probabilidade de desenvolvimento de *burnout* em indivíduos que já apresentavam afecções prévias de saúde mental e evidência de relação estatisticamente significativa entre menores níveis de *coping* religioso-espiritual negativo (CREN) e maiores índices de exaustão emocional. Foi identificada na amostra dos estudantes a média de *coping* religioso-espiritual positivo (CREP) moderada com pontuação de 23,10, igualmente à média de *coping* religioso-espiritual negativo (CREN), que foi de 11,25. Em relação à porcentagem de *burnout*, foram identificados 11 alunos que atingem critério para diagnóstico da síndrome, compreendendo 10,78% da amostra, sendo sua maioria do gênero feminino (9 alunas) e do internato (6 alunos). Quanto aos professores, não foi observado *burnout* nos participantes da amostra, porém verificaram-se 42,31% de respostas “moderadas” para a dimensão de esgotamento emocional e 19,23% de respostas “altas”, bem como 34,62% de pontuações “moderadas” para realização pessoal e 26,92% de pontuações “baixas”. Os achados obtidos sugerem que a forma como a espiritualidade é vivenciada pode desempenhar papel importante na experiência de desgaste emocional, apesar de não haver significância estatística entre a síndrome de *burnout* e o CRE. Tais resultados justificam-se pela quantidade da amostra não ser representativa da população estudada, o que constitui uma limitação relevante para a generalização dos resultados. A amostra foi reduzida em razão de várias dificuldades para coleta de dados, entre elas, considera-se o estigma de que profissionais da saúde não devem apresentar problemas de saúde mental sob o risco de ser considerados incapazes de tornar-se bons profissionais, assim como persiste o receio em admitir religiosidade em um ambiente fortemente marcado pelo cientificismo, que, historicamente, nega a influência da espiritualidade na saúde do indivíduo. Recomendam-se novos estudos com amostras amplas para elucidar a correlação entre *burnout* e o *coping* religioso-espiritual.

Palavras-Chave: *burnout*; *coping* religioso-espiritual; faculdade de medicina.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA SÍFILIS ADQUIRIDA, DA SÍFILIS EM GESTANTES E DA SÍFILIS CONGÊNITA NO BRASIL, NA REGIÃO CENTRO-OESTE E NO DISTRITO FEDERAL, NO PERÍODO DE 2013 A 2023

Manuela Padula Jannuzzi Vianna[1]; Mariana Marques Coelho[2]; Fabiana Xavier Cartaxo Salgado[3]; Gerson Fernando Mendes Pereira[4]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; manuela.vianna@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; mariana.marques@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; fabiana.salgado@ceub.edu.br [4] Docente Orientador CEUB (*In memoriam*)

A sífilis é uma infecção bacteriana sistêmica que demanda esforços contínuos e estratégicos para sua prevenção e controle. Embora a principal via de transmissão seja a sexual, a infecção também pode ser transmitida verticalmente, em qualquer fase da gestação ou durante o parto, resultando na sífilis congênita. Este estudo teve como objetivo descrever a evolução dos casos de sífilis no Brasil, com foco na região Centro-Oeste e no Distrito Federal, no período de 2013 a 2023, segundo características sociodemográficas e indicadores operacionais, a fim de propor estratégias de prevenção alinhadas à possibilidade de alcance da meta 3.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. Trata-se de uma pesquisa descritiva em que foram utilizados o Boletim Epidemiológico e o Painel de Indicadores e Dados Básicos de Sífilis, publicados pelo Ministério da Saúde. Como meios de fundamentação teórica, utilizaram-se as bases de dados PubMed e Scielo por meio dos descritores “syphilis AND prevention”, “syphilis AND Brazil”, “acquired syphilis AND Brazil” e “syphilis AND history”. O estudo demonstrou que as taxas de detecção de sífilis adquirida, sífilis em gestantes e sífilis congênita mantiveram-se em crescimento, em toda a série histórica, no país. Apesar dos avanços na vigilância epidemiológica e da ampliação das coberturas de pré-natal, ainda persistem falhas na efetividade de importantes estratégias, contribuindo para a permanência da doença na comunidade. Destacam-se a utilização de outros esquemas terapêuticos ou mesmo ausência de tratamento da sífilis, além de cuidados pré-natais falhos e baixo percentual de alcance das parcerias sexuais das gestantes para efetivo tratamento. Logo, é imprescindível a implementação de políticas públicas mais eficazes com foco na educação sexual precoce, fundamentada em uma abordagem centrada na pessoa e em suas práticas sexuais e na capacitação contínua dos profissionais da atenção primária à saúde, visando ao diagnóstico precoce e à assistência à saúde de qualidade. Os dados reforçam que o Brasil está cada vez mais distante de alcançar a meta estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que visa combater doenças, como a sífilis. Esse cenário demanda ações mais assertivas e integradas para o controle da doença e a interrupção de seu ciclo de transmissão, que passa necessariamente pela qualificação do pré-natal. Cabe mencionar que o enfrentamento da sífilis como um desafio persistente à saúde pública no Brasil exige a integração de ações da vigilância em saúde, da atenção básica e de políticas intersetoriais, garantindo respostas mais resolutivas e efetivas no controle dessa doença.

Palavras-Chave: sífilis; transmissão vertical; prevenção.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

SOBREVIDA E AVALIAÇÃO DE FATORES DE PROGNÓSTICOS EM PACIENTES COM MIELOMA MÚLTIPLO

Natalia Barros Salgado Vieira[1]; Mariana Valadares Bittar[2]; Milton Rego de Paula Júnior[3]; Thays de Andrade Morais[4]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; natalia.vieira@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; marianavbittar@gmail.com [3] Docente Orientador CEUB; milton.junior@ceub.edu.br [4] Pesquisadora Colaboradora - Hospital de Base – IGESDF; thays.morais@igesdf.org.br

O mieloma múltiplo (MM) é uma neoplasia maligna de plasmócitos que representa 10% dos cânceres hematológicos. Caracteriza-se pelo acúmulo de células clonais na medula óssea, o que resulta em danos orgânicos e teciduais em pacientes sintomáticos. Este estudo objetivou investigar a relação entre o perfil demográfico, os aspectos clínicos, laboratoriais e de imagem e a sobrevida dos pacientes, buscando identificar fatores prognósticos da doença. Conduziu-se um estudo de coorte retrospectivo, mediante análise de prontuários de 114 pacientes diagnosticados entre janeiro de 2023 e dezembro de 2024. O tratamento estatístico, realizado via *software* IBM SPSS *Statistics,* compreendeu análises descritivas e inferenciais, empregando-se as curvas de Kaplan-Meier, o Log-Rank e a regressão de Cox para a estima de sobrevida. O diagnóstico de mieloma múltiplo foi confirmado em 114 indivíduos com idade mediana de 61 anos, alinhada com a literatura nacional. A amostra apresentou equilíbrio entre os sexos, com 49,1% de homens e 50% de mulheres. Notou-se predominância de indivíduos pardos (84,2%), dado que diverge de estudos norte-americanos. As manifestações clínicas mais comuns foram dor óssea (57,8%) e fratura patológica (31,5%) com taxas superiores às encontradas em outras populações. Sintomas sistêmicos, como fadiga (31,5%) e perda de peso (24,5%), foram compatíveis com a literatura. Exames laboratoriais revelaram alta prevalência de anemia no momento do diagnóstico, com mediana de hemoglobina de 9,97 g/dL. Outros achados relevantes incluíram hipercalcemia em 36,8% dos casos e leucopenia em 14,4%, compatíveis com a literatura. A avaliação de marcadores de atividade tumoral também demonstrou resultados notáveis, como a desidrogenase láctica (DHL) elevada em 71,2% dos pacientes analisados. Na eletroforese de proteínas, a frequência de pico monoclonal na região de gamaglobulinas (39,7%) foi inferior a estudos de referência, o que pode indicar inconsistências no registro. O estadiamento revelou que a maioria dos pacientes foi diagnosticada em estágios avançados (Estágio III), com 74,4% no sistema de Durie & Salmon e 45,5% no ISS, refletindo um desafio no diagnóstico precoce. No entanto, a taxa de sobrevida ao final do estudo foi de 69,3%, similar aos achados de outros estudos nacionais. A alta proporção de pacientes diagnosticados em estágios avançados da doença ressalta a necessidade de aprimorar as estratégias de detecção precoce. As discrepâncias com a literatura internacional, como a elevada taxa de fraturas patológicas e a frequência de hipoalbuminemia, apontam para particularidades da população brasileira, possivelmente relacionadas a fatores genéticos, ambientais ou acessibilidade aos serviços de saúde. Entretanto, na comparação das características clínicas, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupo. A análise da sobrevida dos pacientes oferece informações valiosas que podem contribuir para o aprimoramento das políticas de saúde, visando a um manejo mais eficaz e à melhoria da qualidade de vida e sobrevida dos pacientes.

Palavras-Chave: mieloma múltiplo; prognóstico; sobrevida.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TAIPA REFORÇADA COM FIBRAS DE BAMBU: UMA PROPOSTA SUSTENTÁVEL PARA O CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Mira Raquel Ferreira Marques[1]; Adriana Luiza Honda[2]; Nathaly Sarasty Narvaez[3]
[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB; mira.raquel@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIBITI CEUB; adriana.honda@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; nathaly.narvaez@ceub.edu.br

O presente estudo investiga alternativas construtivas de baixo impacto ambiental com foco no uso de fibras vegetais, especialmente a de bambu, no reforço de tijolos de adobe, técnica milenar amplamente aplicada em edificações vernaculares no Brasil e adaptada a diferentes realidades culturais e climáticas. O adobe destaca-se pelo baixo custo, pela facilidade de produção, pela disponibilidade de matéria-prima e pelo bom desempenho térmico, características que o tornam relevante para a construção sustentável. No entanto, apresenta limitações mecânicas que comprometem sua durabilidade e aplicação em obras de maior porte. Nesse contexto, o bambu, recurso renovável, amplamente disponível no território brasileiro, de crescimento rápido e elevada resistência mecânica, mostra-se promissor para substituir fibras convencionais, como o feno, tradicionalmente empregadas nesse tipo de reforço. A pesquisa contemplou a coleta, o preparo e o tratamento químico das fibras, bem como a caracterização granulométrica dos solos e a confecção artesanal dos tijolos submetidos a ensaios de compressão simples em diferentes tempos de cura (16, 23 e 30 dias), permitindo avaliar a influência do bambu no ganho de resistência e no comportamento estrutural. Os resultados indicaram resistências superiores às obtidas com feno e desempenho mais estável no momento da ruptura, evidenciando maior integridade física do material. Constatou-se que o reforço com fibras de bambu é uma solução tecnicamente viável, de baixo custo e ambientalmente sustentável com potencial de aplicação em programas habitacionais voltados a comunidades de baixa renda. A utilização do bambu fortalece práticas construtivas tradicionais, adaptando-as às demandas contemporâneas e alinhando-se aos princípios da arquitetura sustentável.

Palavras-Chave: fibra de bambu; tijolo de adobe; resistência à compressão.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TECENDO DIÁLOGOS CONTRA O PRECONCEITO: UMA ANÁLISE SOBRE O RACISMO E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

João Guilherme Bittencourt Duarte Coelho[1]; Luana Elayne Cunha de Souza[2]
[1] Discente Bolsista PIC Psicologia/FAP; jguidbc9@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; luana.elayne@ceub.edu.br

Este estudo investigou as experiências de discriminação vivenciadas por adeptos de religiões de matriz africana no Brasil. A relevância desta pesquisa surge da urgência de compreender os impactos psicossociais desse fenômeno, visto que as religiões de matriz africana, historicamente marginalizadas, continuam sendo alvos de violências simbólicas e materiais, a despeito da laicidade constitucional do Estado brasileiro. O aumento expressivo no número de agressões e denúncias dirigidas aos praticantes, registradas em relatórios oficiais recentes, aponta para a persistência de um racismo estrutural que associa negativamente as tradições afro-brasileiras a práticas pejorativas. O objetivo geral foi compreender essas vivências sob a ótica da psicologia social crítica. Participaram do estudo dez pessoas adeptas de diferentes vertentes (Umbanda, Candomblé, Quimbanda e Omoloko), com idades entre 22 e 53 anos, todas residentes no Distrito Federal. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 16 questões abertas, cujos itens foram analisados criteriosamente pela técnica de análise de conteúdo de Bardin, contemplando as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. Os cinco eixos temáticos dos resultados foram criados a partir dos objetivos específicos, quais sejam: identificar os contextos sociais em que ocorrem tais experiências; descrever as formas pelas quais o racismo religioso se manifesta; compreender os mecanismos de enfrentamento utilizados pelos indivíduos e analisar as consequências psicossociais advindas dessas vivências. Nos resultados, identificou-se que os adeptos vivenciam discriminação em múltiplos contextos, sendo o ambiente familiar o mais recorrente, marcado por comentários depreciativos e desvalorização das práticas religiosas. No ambiente laboral, as manifestações são mais veladas, ocorrendo via silenciamento ou questionamentos excessivos. Em espaços públicos, a discriminação surge em olhares de reprovação, expressões de medo e estereótipos que vinculam as práticas religiosas ao "mal". Os participantes relataram que o racismo religioso é indissociável da racialização e da demonização colonial, herança de um projeto de poder que impõe restrições espaciais e exige justificativas constantes sobre a fé alheia. Tais imposições produzem sentimentos de angústia e revolta, combatidos pela resistência cultural, pelo apoio comunitário nos terreiros e pela própria espiritualidade. Apesar disso, a religião é percebida como eixo fundamental de vida, fonte de pertencimento, resistência e identidade cultural, ainda que permeada por desafios para existir e expressar sua fé na sociedade. Diante desses resultados, este trabalho visa contribuir para o campo da psicologia e das ciências sociais, oferecendo formas enfrentar do racismo religioso, e para a valorização das expressões religiosas de matriz africana como patrimônio cultural, histórico e civilizatório. Assim, ouvir as experiências de discriminação desses sujeitos e evidenciar suas vozes constitui um passo fundamental na construção de estratégias de enfrentamento e viabilização do movimento religioso. Trata-se de uma iniciativa de caráter interdisciplinar e antirracista, que busca visibilizar vozes e narrativas frequentemente silenciadas na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: racismo; intolerância; religiões de matriz africana.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TESTE GENÉTICO PRÉ-IMPLANTACIONAL NÃO INVASIVO PARA TRIAGEM DE ANEUPLOIDIAS EM BLASTOCISTOS HUMANOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Giovana Santos Viana[1]; Isabella Ferreira Colomietz[2]; Bruno Ramalho de Carvalho[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; giovana.viana@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; isabellacolomietz@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; bruno.ramalho@ceub.edu.br

O teste genético pré-implantacional para pesquisa de aneuploidias (PGT-A) é uma ferramenta amplamente utilizada na triagem de aneuploidias em embriões humanos gerados por fertilização *in vitro* (FIV), tradicionalmente realizado por meio de biópsia de trofoectoderma (TE). No entanto, essa técnica é invasiva, requer infraestrutura laboratorial especializada e, em tese, pode comprometer a viabilidade embrionária. Diante disso, surgem abordagens alternativas, como o teste genético pré-implantacional não invasivo (niPGT-A), que utiliza o DNA livre de células (cfDNA) liberado no meio de cultivo embrionário. Este projeto teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura, para avaliar a acurácia diagnóstica do niPGT-A em comparação com a biópsia de TE. Foram analisados estudos que compararam diretamente os dois métodos quanto à taxa de concordância, sensibilidade, especificidade e aplicabilidade clínica. Os resultados indicaram que, embora o niPGT-A apresente desempenho promissor e potencial para reduzir os riscos à integridade embrionária, ainda enfrenta limitações importantes, como baixa padronização dos protocolos laboratoriais, contaminação por DNA materno e falhas na amplificação do cfDNA. Conclui-se que o niPGT-A representa uma alternativa complementar viável, mas ainda necessita de validação clínica por meio de estudos controlados e multicêntricos, antes de sua incorporação rotineira na prática clínica reprodutiva.

Palavras-Chave: diagnóstico genético pré-implantação; desenvolvimento do embrião pré-implantação; técnicas de reprodução assistida.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TIPOS DE TRATAMENTO PARA PROLAPSO DE ÓRGÃOS PÉLVICOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Geovanna Calazans Corrêa[1]; Marina Toscano Silveira[2]; Stella Vieira Santos[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; geovanna.correa@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; ninah.toscano@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; stella.vieira@ceub.edu.br

O prolapso de órgãos pélvicos (POP) é uma condição ginecológica frequente que acomete principalmente mulheres após a menopausa, sendo caracterizado pela descida dos órgãos pélvicos (útero, bexiga, reto), em razão do enfraquecimento do assoalho pélvico e de suas estruturas de sustentação. Essa condição pode impactar significativamente a qualidade de vida, interferindo nas atividades diárias, no bem-estar físico, emocional e social, além de estar associada a sintomas, como sensação de peso pélvico, protuberância vaginal, disfunção sexual e urinária. O objetivo desta revisão sistemática foi analisar e comparar os diferentes tipos de tratamento para o POP, com foco na eficácia, nos riscos, nas indicações, nas contraindicações e no impacto na qualidade de vida das pacientes. A metodologia adotada seguiu as diretrizes do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* – PRISMA, 2020, e as buscas foram realizadas nas bases de dados PubMed, incluindo artigos publicados de 2000 até julho de 2024. Foram selecionados 42 estudos que atenderam aos critérios de inclusão com avaliação metodológica baseada nas diretrizes *Synthesis without Meta-Analysis* – SWiM. Os tratamentos foram organizados em duas categorias: conservadores e cirúrgicos. As estratégias conservadoras, como fisioterapia do assoalho pélvico (PFMT) e uso de pessários vaginais, mostraram-se eficazes especialmente em casos leves ou em mulheres com contraindicações cirúrgicas. Entre os tratamentos cirúrgicos, a sacrocolpopexia laparoscópica foi considerada o padrão ouro para prolapso apical, apresentando maior durabilidade, menor taxa de recorrência e bons resultados funcionais. Por outro lado, a colpocleise, que consiste no fechamento parcial ou total do canal vaginal, foi eficaz em mulheres idosas e sem desejo de manter atividade sexual, com baixas taxas de reoperação e complicações. Conclui-se que a escolha do tratamento para o POP deve ser individualizada, levando em consideração a gravidade do prolapso, os sintomas apresentados, a idade, as comorbidades, o nível de atividade sexual e as preferências da paciente. Os achados desta revisão reforçam a importância de uma abordagem centrada na paciente e indicam a necessidade de mais estudos comparativos a longo prazo, para estabelecer diretrizes terapêuticas mais robustas e direcionadas.

Palavras-Chave: prolapso de órgãos pélvicos; tratamento cirúrgico; qualidade de vida.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TRATAMENTO DA ENDOMETRITE CRÔNICA EM MULHERES COM FALHAS REPETIDAS DE IMPLANTAÇÃO EMBRIONÁRIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Mariana Alcantara Feres[1]; Rachel Araújo Gonçalves Coelho[2]; Bruno Ramalho de Carvalho[3]

[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; mariana.feres@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; rachel.coelho@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; bruno.ramalho@ceub.edu.br

A falha de implantação embrionária, no contexto das tecnologias de reprodução assistida (TRA), é caracterizada quando um embrião de boa qualidade foi transferido para a cavidade uterina em um ciclo terapêutico, mas não conseguiu estabelecer uma gravidez clínica. O quadro conhecido como falhas repetidas de implantação (FRI), por sua vez, caracteriza-se pela incapacidade de obter uma gravidez clínica depois de duas a três transferências de embriões de boa qualidade, levando a 60% a chance cumulativa de implantação, considerando, para essa estimativa, a idade materna no momento de recuperação do oócito e a realização prévia ou não do teste genético pré-implantacional para pesquisa de aneuploidias. A caracterização de FRI, contudo, não é tão simples quanto um conceito fixo pode sugerir; assim, tanto o diagnóstico quanto o tratamento permanecem desafiadores. A endometrite crônica (EC) surge como causa potencial da FRI, sendo uma doença infecciosa e inflamatória do endométrio, normalmente sem outra forma de expressão clínica, que cursa com lesões edematosas da superfície endometrial, dissociação de maturação entre o epitélio endometrial e o estroma infiltrado, em processo inflamatório crônico. Tendo em vista a relevância do tema, o estudo tem o objetivo de investigar e reunir os dados acerca dos desfechos reprodutivos, após tratamento com antibioticoterapia, em mulheres com endometrite crônica. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, seguindo as diretrizes *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (PRISMA), incluindo ensaios clínicos, ensaios clínicos randomizados, estudos observacionais e metanálises, cujos níveis de evidência foram definidos de acordo com os critérios do Centro de Oxford para Medicina Baseada em Evidências, em 2009. Dos 45 estudos identificados inicialmente, 21 preencheram os critérios de inclusão. Conclui-se que o tratamento antibiótico da endometrite crônica se mostrou benéfico para os desfechos reprodutivos de mulheres com histórico de falhas repetidas de implantação embrionária, apresentando melhores taxas de implantação, gravidez clínica e de nascidos vivos. Acerca das diferenças nas taxas de fertilização entre os grupos, nos dados de gravidez, gravidez clínica, gravidez em curso e nascidos vivos, observou-se que as pacientes com endometrite crônica tratada apresentaram taxas semelhantes às sem endometrite crônica e taxas superiores em comparação às pacientes com endometrite crônica não tratada, justificando seu tratamento e a necessidade de mais estudos acerca do tema.

Palavras-Chave: endometrite crônica; implante do embrião; técnicas de reprodução assistida.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TRATAMENTO HÍBRIDO DE DOENÇAS EXPANSIVAS DO ARCO AÓRTICO COM DESRAMIFICAÇÃO SEGUIDA POR ENDOPRÓTESE TORÁCICA: SÉRIE DE CASOS CONSECUTIVOS OPERADOS NO MESMO SERVIÇO

Vinicius de Medeiros Nobre[1]; Lucas Tôrres de Avellar[2]; João de Sousa Pinheiro Barbosa[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; vinicius.medeiros@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIC CEUB/FAP; lucas.avellar@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; joao.barbosa@ceub.edu.br

Este estudo avaliou a eficácia e a segurança do reparo híbrido do arco aórtico (RHAR) no tratamento de doenças expansivas complexas, como aneurismas e dissecções do arco aórtico, utilizando uma combinação de desramificação dos vasos do arco com a implantação de endoprótese torácica (d-TEVAR). Trata-se de um procedimento menos invasivo que a cirurgia aberta tradicional, potencialmente indicado para pacientes com elevado risco cirúrgico. Foi realizada uma análise retrospectiva de prontuários de pacientes submetidos ao procedimento em um serviço único de cirurgia cardiovascular, no período de 2017 a 2023, contemplando variáveis clínicas, perioperatórias e pós-operatórias, como mortalidade hospitalar, tempo de internação, necessidade de ventilação mecânica, reoperações e complicações. Os resultados mostraram mortalidade hospitalar de aproximadamente 35%, evidenciando que, apesar da abordagem menos invasiva, os riscos permanecem significativos nesta população. Entre as complicações observadas, destacaram-se acidente vascular cerebral (1 caso), óbito por choque cardiogênico (3), agudização de doença renal crônica (1) e dois casos de *endoleak*, sendo um tipo I, reabordado cirurgicamente sem intercorrências, e um tipo II, tratado clinicamente. Pacientes que foram a óbito apresentaram tempos médios de internação hospitalar (26,3 dias) e de permanência em UTI (8,5 dias) ligeiramente superiores aos sobreviventes. A análise sugere que a ocorrência de complicações pós-operatórias exerce papel determinante nos desfechos, superando a influência de características pré-operatórias isoladas. Os achados reforçam a complexidade multifatorial que envolve o prognóstico desses pacientes e ressaltam a importância de protocolos rigorosos de vigilância e manejo precoce de intercorrências. Apesar de o RHAR representar uma alternativa menos agressiva que a cirurgia aberta, a morbimortalidade permanece elevada, apontando para a necessidade de estratégias de otimização clínica e de uma abordagem multidisciplinar, para reduzir riscos e melhorar resultados.

Palavras-Chave: arco aórtico; endoprótese torácica; cirurgia cardiovascular.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

USO DA AURICULOTERAPIA PARA CONTROLE DA COMPULSÃO ALIMENTAR PERIÓDICA NO MANEJO DE PACIENTES COM SOBREPESO E OBESIDADE

Henrique Andrade da Cunha[1]; Camila Melo Araujo de Moura e Lima[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; henrique.ac@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; camila.moura@ceub.edu.br

A obesidade é uma condição crônica multifatorial, associada ao aumento de doenças metabólicas e cardiovasculares, configurando-se como um dos maiores desafios de saúde pública. Entre os fatores relacionados ao ganho de peso, destaca-se o transtorno de compulsão alimentar periódica (TCAP), caracterizado por episódios recorrentes de ingestão excessiva de alimentos com prevalência significativa em indivíduos com sobrepeso e obesidade, especialmente em mulheres. Este estudo experimental investigou a eficácia da auriculoterapia no controle da compulsão alimentar, em pacientes do sexo feminino, com índice de massa corporal (IMC) ≥ 25 kg/m^2. A pesquisa foi conduzida entre outubro de 2024 e julho de 2025 e selecionou voluntárias por meio de mídias sociais e convites presenciais. As participantes foram submetidas a oito sessões semanais de auriculoterapia, utilizando sementes de mostarda aplicadas em pontos específicos relacionados ao apetite e ao equilíbrio emocional. Além disso, receberam orientação dietética qualitativa, baseada em protocolos reconhecidos para manejo da obesidade. A gravidade da compulsão alimentar foi avaliada pela Escala de Compulsão Alimentar Periódica (ECAP), aplicada no início e ao final da intervenção. Os resultados, obtidos com duas participantes, indicaram melhora na percepção de calma e redução na necessidade de ingestão alimentar, especialmente em uma delas, que apresentou resposta consistente durante as quatro semanas de acompanhamento. A outra participante relatou oscilações nos efeitos percebidos, o que pode estar associado à dificuldade em aderir ao plano alimentar. Apesar das limitações da amostra reduzida e da ausência de mensuração objetiva de peso corporal, os achados sugerem que a auriculoterapia pode atuar como estratégia complementar no manejo da compulsão alimentar e da obesidade, contribuindo para o controle da ingestão alimentar e para a regulação emocional. Ressalta-se, contudo, a necessidade de estudos com maior número de participantes, controle da adesão dietética e inclusão de parâmetros antropométricos e metabólicos para validação dos resultados. A auriculoterapia, como prática integrativa e complementar reconhecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), apresenta-se como recurso promissor e de baixo custo, podendo compor abordagens multidisciplinares no enfrentamento da obesidade e do TCAP.

Palavras-Chave: práticas integrativas em saúde; transtornos da alimentação; compulsão alimentar.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

USO DE ESTIMULANTES COGNITIVOS POR ESTUDANTES DE MEDICINA DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO PRIVADO DO DISTRITO FEDERAL

Luiz Fernando Arantes de Souza[1]; Antoinette Oliveira Blackman[2]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; arantes@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; antoinette.blackman@ceub.edu.br

Este trabalho trata de um estudo transversal que investigou a prevalência e os fatores associados ao uso de estimulantes cognitivos entre estudantes de medicina de um centro universitário privado do Distrito Federal. A pesquisa foi realizada com 73 acadêmicos, por meio de um questionário online autoexplicativo que abordou questões sociodemográficas, padrões de uso de substâncias psicoativas e consequências biopsicossociais. O perfil dos participantes revelou predominância do sexo feminino (68,5%) com faixa etária entre 21 e 24 anos (50,7%), autodeclaração de cor branca (79%), alta renda familiar (63%) e distribuição no ciclo clínico (40,3%). Os estimulantes foram categorizados em dois grupos: estimulantes de prescrição (metilfenidato, sais de anfetamina e modafinil) e estimulantes livres (cafeína e bebidas energéticas). Os resultados demonstraram alta prevalência do uso de estimulantes, com 38,4% dos estudantes utilizando estimulantes de prescrição, e 50% deles relataram uso sem prescrição médica. Ademais, 41,4% dos usuários de estimulantes de prescrição combinavam essas substâncias com cafeína ou bebidas energéticas, uma prática potencialmente perigosa em razão do aumento do risco cardiovascular. As consequências adversas identificadas incluíram forte associação estatística entre o uso de estimulantes de prescrição e as alterações de humor (OR 6,3), dificuldade para dormir (OR 4,5) e tremores (OR 3,28). Preocupantemente, 79,3% dos usuários desenvolveram dependência psicológica e sintomas de ansiedade. Os fatores motivacionais revelaram pressão social significativa, com 30,9% dos estudantes relatando pressão de colegas para usar substâncias de aprimoramento cognitivo. O ambiente acadêmico competitivo foi identificado como principal fator desencadeante por 69,1% dos participantes, enquanto 44,1% referiram pressão familiar inadequada. Conclui-se que o uso não médico de estimulantes cognitivos representa um desafio de saúde pública entre estudantes de medicina, com impactos diretos na saúde mental e potenciais consequências na qualidade da formação médica. Enfatiza-se a necessidade urgente de programas educacionais sobre os riscos, o suporte psicológico institucional e as estratégias de enfrentamento do estresse acadêmico, bem como as políticas governamentais específicas, para abordar essa problemática crescente no ensino superior médico.

Palavras-Chave: estimulantes cognitivos; metilfenidato; cafeína.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

USO DE PSICOESTIMULANTES ORAIS ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DO DF: ANÁLISE DE SEUS EFEITOS ADVERSOS

Isabella Soares de Freitas[1]; Isabella de Almeida Cunha[2]; Luciani Fiori Leão[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; isabella.sf@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; isabella.cunha@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; luciani.leao@ceub.edu.br

Trata-se de um estudo quantitativo e qualitativo, exploratório-descritivo, inicialmente idealizado para ser realizado com 30 voluntários, mas, em razão das dificuldades enfrentadas no recrutamento, foi feito com 9 estudantes de cursos da área da saúde matriculados no UniCEUB, sendo eles usuários regulares de psicoestimulantes orais em cápsula. A coleta ocorreu durante 4 semanas, com aplicação de formulários online e avaliação presencial. Foram registrados dados clínicos (pressão arterial, frequência cardíaca e peso corporal), padrões de sono pelo índice de Pittsburgh (PSQI-PT), além de análise de perfil sociodemográfico, posse de prescrição médica, frequência de uso e efeitos adversos. Os voluntários realizaram o pré-teste e o pós-teste para monitoramento de variáveis clínicas e evolução dos sintomas. Ao final do período, os dados foram correlacionados com achados da literatura prévia, visando identificar a incidência de efeitos adversos e possíveis repercussões na saúde e no desempenho acadêmico. A partir dos dados coletados, as drogas utilizadas foram lisdexanfetamina e metilfenidato. Os efeitos adversos mais citados foram alteração do apetite e taquicardia, além de insônia, tremores, ansiedade e alteração da libido. Em relação às alterações hemodinâmicas, notou-se a variação significativa entre os indivíduos, com registros desde 93x67 mmHg e FC 75 bpm até 132x77 mmHg e FC 103 bpm. Quanto ao sono, 66,7% referiram não ter percebido alterações, mas o PSQI-PT indicou piora discreta em alguns. Observou-se que nem todos os usuários tinham prescrição médica e alguns relataram necessidade de aumento da dose com o tempo. Houve tendência de manutenção ou piora de parâmetros clínicos em usuários de uso prolongado. A análise comparativa com pesquisas nacionais e internacionais mostrou que, embora estudantes relatem benefícios subjetivos, o uso indiscriminado de psicoestimulantes resulta majoritariamente em efeitos adversos. A automedicação reflete falhas na fiscalização e no acompanhamento médico, somadas à pressão acadêmica típica dos cursos de saúde. Além disso, estudos apontam que cérebros saudáveis não apresentam ganhos cognitivos reais com o uso dessas drogas, reforçando que a suposta melhora percebida pode estar associada a efeito placebo. Assim, a continuidade desse comportamento coloca os estudantes em maior vulnerabilidade a distúrbios neurológicos, psicológicos e cardiovasculares. Conclui-se que o uso indiscriminado de psicoestimulantes entre estudantes da área da saúde compromete a saúde física e mental, reforçando a necessidade de estratégias de conscientização, fiscalização e acompanhamento clínico no meio acadêmico. Além disso, o presente estudo levantou reflexões críticas acerca da cultura de automedicação e da busca por rendimento a qualquer custo, contrapondo a percepção de benefício à realidade de danos comprovados.

Palavras-Chave: psicoestimulantes; efeitos adversos; estudantes da área da saúde.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

USO DE TELA: QUAL É O IMPACTO NAS CRIANÇAS EM REGIÕES ADMINISTRATIVAS, COM DIFERENTES RENDAS *PER CAPITA*, NO DISTRITO FEDERAL?

Gabriela Veiga de Castro Cabrero[1]; Catharyna Macedo Carrasquel[2]; Luciani Fiori Leão[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; gabriela.cabrero@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; catharyna.mc@sempreceub.com [3] Docente Orientadora CEUB; luciani.leao@ceub.edu.br

O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto do uso de telas na infância, com ênfase nas disparidades entre regiões administrativas com diferentes rendas *per capita*, no Distrito Federal. A investigação foi fundamentada em extensa revisão bibliográfica que aponta os potenciais efeitos adversos da exposição excessiva a dispositivos digitais sobre o desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e social de crianças. Estudos recentes demonstraram correlações entre maior tempo de tela e atrasos na linguagem, prejuízos nas habilidades sociais, maior irritabilidade, distúrbios do sono, sintomas depressivos e aumento do sedentarismo e da obesidade. Para examinar tais relações em um contexto local, foi conduzida uma pesquisa de campo com 60 cuidadores principais de crianças entre 3 e 12 anos, divididos igualmente entre estratos de alta e baixa renda. Utilizou-se um questionário estruturado baseado no *Digital Screen Exposure Questionnaire* (DSEQ), aplicado em quatro escolas ao total, duas públicas e duas privadas, do Distrito Federal. Os dados revelaram que crianças de famílias de menor renda apresentaram maior tempo médio de exposição às telas, menor supervisão parental e consumo majoritário de conteúdo recreativo e pouco educativo. Por outro lado, crianças de famílias com maior renda tiveram mais acesso a conteúdos didáticos e maior presença de práticas de mediação parental ativa. A análise estatística mostrou que, embora o tipo de escola não se tenha associado significativamente ao tempo total de tela, houve correlações significativas entre esse tempo e o uso de dispositivos, como celulares e televisores, além de padrões distintos conforme a faixa etária. Durante a terceira infância, observa-se uma tendência ao aumento do tempo de tela, particularmente na ausência de oportunidades estruturadas de lazer e socialização. Métodos, como análise fatorial por componentes principais e clusterização por *K-means*, permitiram identificar dois perfis distintos de uso de tecnologia entre as crianças, destacando a complexidade do fenômeno. Os resultados sugerem que as desigualdades socioeconômicas influenciam não apenas o tempo, mas também a qualidade do uso de telas na infância. Conclui-se que o enfrentamento desse cenário exige políticas públicas integradas, voltadas à alfabetização digital, ao apoio às famílias e à ampliação do acesso a atividades educativas, esportivas e culturais que promovam o desenvolvimento integral da criança em ambientes digitais mais equilibrados e supervisionados.

Palavras-Chave: tempo de tela; criança; crescimento; desenvolvimento.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

UTILIZAÇÃO DE ANTICORPOS MONOCLONAIS NO TRATAMENTO DE MELANOMA

Isabella Couto Tabak[1]; Giovana Romariz Mazon[2]; Milton Rego de Paula Júnior[3]
[1] Discente Bolsista PIC CEUB/FAP; isabela.tabak@sempreceub.com [2] Discente Voluntária PIC CEUB/FAP; giovana.mazon@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; milton.junior@ceub.edu.br

O melanoma é um tumor maligno originário dos melanócitos, responsável por alta mortalidade em razão do seu crescimento agressivo e potencial metastático. O tratamento padrão para o melanoma em estágio inicial é cirúrgico, enquanto, nos estágios avançados, a imunoterapia com anticorpos monoclonais, como ipilimumabe e vemurafenib, tem-se mostrado eficaz para prolongar a sobrevida dos pacientes. Embora essas terapias apresentem benefícios, o rápido avanço na área exige revisões constantes, para melhor compreender seu impacto no prognóstico e no manejo clínico da doença. Sendo assim, o presente trabalho visa à investigação da literatura, com o objetivo de revisar e elucidar o tratamento do melanoma com o uso de anticorpos monoclonais, por meio da avaliação do prognóstico e da taxa de recuperação de pacientes com melanoma submetidos a essa abordagem terapêutica. A partir de uma pesquisa inicial em bases de dados, foram encontrados 29.568 artigos. Após aplicação dos critérios de exclusão, análise de título e leitura integral pelos pesquisadores, foram selecionados nove artigos submetidos à avaliação da qualidade metodológica e do risco de viés. Conclui-se que, embora ipilimumabe e vemurafenibe sejam eficazes isoladamente, sua combinação com outras imunoterapias e terapias-alvo potencializa os benefícios, especialmente ao modular o microambiente tumoral e superar resistências. Contudo, a falta de estudos clínicos sólidos dificulta a consolidação dessas estratégias, ressaltando a necessidade de ensaios multicêntricos, randomizados com biomarcadores preditivos claros, para melhor seleção dos pacientes. Portanto, investimentos em pesquisas clínicas rigorosas são fundamentais para transformar essas abordagens em protocolos eficazes no manejo do melanoma avançado.

Palavras-Chave: melanoma; anticorpos monoclonais; vemurafenibe; ipilimumab.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO COMBATE À LEISHMANIOSE VISCERAL COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA EM SAÚDE

Camila Aparecida Ferreira[1]; Mateus Barbara Silva Rodrigues[2]; Lucas Edel Donato[3]
[1] Discente Bolsista PIBITI CEUB; camila.aparecida@sempreceub.com [2] Discente Voluntário PIBITI CEUB; mateus.barbara@sempreceub.com [3] Docente Orientador CEUB; lucas.donato@ceub.edu.br

A leishmaniose visceral (LV), zoonose considerada negligenciada e grave, é provocada por um parasita conhecido como *leishmania*, e o principal reservatório urbano do agente são os cães. As ações de vigilância e controle da LV são norteadas e recomendadas pelo Ministério da Saúde (MS), e a execução dessas atividades são conduzidas pelos municípios e pelo Distrito Federal. Essas ações devem abranger os reservatórios, os humanos e o meio ambiente, além da educação em saúde. Com base em evidências científicas, o MS incorporou o projeto de encoleiramento canino com coleiras impregnadas com inseticida deltametrina 4%, que impede a ação do vetor sobre os reservatórios. Os profissionais responsáveis por realizar essas ações em saúde são os agentes de controle de endemias (ACE), que, por sua vez, enfrentam diversas dificuldades no acesso a informações confiáveis e relevantes sobre a doença e os ciclos de encoleiramento, que englobam as atividades do MS. Levando em consideração a gravidade da doença e a sua importância na saúde pública, o presente trabalho teve o objetivo de produzir um aplicativo de conversação automática, voltado para os ACE, possibilitando o acesso rápido a informações com respostas de dúvidas pertinentes sobre a doença e as atividades de encoleiramento. Como metodologia, foi utilizada a plataforma Typebot para o desenvolvimento do fluxo de mensagens, posteriormente publicadas na internet, onde qualquer pessoa com o *link* possui livre acesso ao ChatBot, que, por sua vez, foi denominado de Leish. Info. O aplicativo de conversação automática foi validado por profissionais dos municípios Francisco de Sá, Monte Azul, Grão Mogol, Jaíba e Josenópolis. A ferramenta em questão não possibilita a identificação dos usuários. Como resultado, o Leish. Info. consta com mais de 60 caixas de texto, incluindo perguntas e respostas. Por fim, o ChatBot mostrou-se ser uma ferramenta rápida e de fácil acesso para os profissionais que necessitam de respostas imediatas e seguras, sendo possível auxiliar os ACE durante o programa de encoleiramento do MS.

Palavras-Chave: leishmaniose visceral; agente de controle de endemias; aplicativo de conversação automática.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: PIC 2024/2025 | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

SEÇÃO III

MOSTRA TÉCNICO-CIENTÍFICA DE PAINÉIS

Comunicações Visuais e Revisões de Literatura

Estão reunidas nesta seção as sínteses visuais e as revisões de literatura que integram o ensino e a pesquisa em áreas específicas da saúde. Os painéis destacam a aplicação prática do conhecimento científico, com foco em Fisioterapia e Genética Clínica.

MOSTRA TÉCNICO-CIENTÍFICA DE PAINÉIS

III MOSTRA DE GENÉTICA CLÍNICA: AVANÇOS E PERSPECTIVAS ACADÊMICAS 215

A INFLUÊNCIA DOS GENES BRCA1 E BRCA2 NO CÂNCER DE MAMA: DIAGNÓSTICO MOLECULAR E DESAFIOS NO ACONSELHAMENTO GENÉTICO 216

ASPECTOS GENÉTICOS DA DIABETES *MELLITUS* DO TIPO 1 E DA DIABETES *MELLITUS* DO TIPO 2 217

ASPECTOS GENÉTICOS DA OBESIDADE: UMA ANÁLISE DA VIAS MONOGÊNICA E POLIGÊNICA 218

ASPECTOS GENÉTICOS DAS DOENÇAS DE ALZHEIMER E DE PARKINSON 219

BASES GENÉTICAS DO TRANSTORNO BIPOLAR: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA.. 220

INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM PACIENTE PEDIÁTRICO COM ATRASO DE DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR. RELATO DE CASO 221

INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM PACIENTE PREMATURO COM ATRASO DE DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR. RELATO DE CASO 222

TRIAGEM E INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA PRECOCE DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL DE BEBÊS E CRIANÇAS DE RISCO: METODOLOGIA E RESULTADOS..... 223

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mostra de Painéis | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

III MOSTRA DE GENÉTICA CLÍNICA: AVANÇOS E PERSPECTIVAS ACADÊMICAS

Kelly Cristina Rodrigues Simi[1]
[1] Docente Orientadora CEUB; kelly.simi@ceub.edu.br

A atividade integrou a programação científica do EnCUCA 2025, promovendo um espaço de socialização do conhecimento produzido pelos estudantes do curso de biomedicina do CEUB. A proposta teve como objetivo consolidar competências investigativas e comunicativas por meio da elaboração e da apresentação de revisões narrativas sobre tópicos contemporâneos e de relevância biomédica, com foco em genética clínica. Durante o semestre, os alunos realizaram buscas sistemáticas em bases científicas (PubMed, SciELO e Google Scholar), para construir revisões narrativas sobre temas, como base genética do transtorno bipolar, mecanismos genéticos da diabetes *mellitus* do tipo 1 e do tipo 2, vias monogênicas e poligênicas da obesidade e mutações em BRCA1 e BRCA2, no câncer de mama. As produções foram sintetizadas em painéis científicos apresentados durante o evento, sob formato de sessão expositiva, com avaliação docente, contemplando critérios de rigor científico, clareza metodológica e aplicabilidade clínica. Entre os principais resultados observados, destacou-se o amadurecimento conceitual dos participantes em relação aos princípios da herança multifatorial, à interação de gene com ambiente e à importância das abordagens genômicas amplas (GWAS) para a compreensão das doenças complexas. Os trabalhos evidenciaram o papel de genes, como CACNA1C, ANK3 e BDNF, no transtorno bipolar; HLA, INS e CTLA4, na DM1; TCF7L2, FTO e PPARG, na DM2 e na obesidade; BRCA1 e BRCA2, no câncer de mama hereditário. A exposição também ressaltou a relevância da divulgação científica e da formação crítica do futuro biomédico diante dos avanços diagnósticos e terapêuticos da genética moderna. A metodologia empregada possibilitou não apenas o aprofundamento teórico, mas também o desenvolvimento de habilidades de escrita científica, síntese de evidências e comunicação acadêmica, aproximando a formação discente das práticas investigativas e da cultura científica institucional. Dessa forma, a atividade contribuiu significativamente para o fortalecimento da integração entre ensino, pesquisa e extensão, estimulando o protagonismo estudantil e o compromisso ético com a produção e a difusão do conhecimento científico na área da genética clínica.

Palavras-Chave: genética clínica; doenças multifatoriais; interação de gene com ambiente.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mostra de Painéis | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A INFLUÊNCIA DOS GENES BRCA1 E BRCA2 NO CÂNCER DE MAMA: DIAGNÓSTICO MOLECULAR E DESAFIOS NO ACONSELHAMENTO GENÉTICO

Aline Regis da Cunha[1]; Ana Luiza Prado Martins de Campos[1]; Julia Esteves Borges[1]; Lucas Sampaio Gomes[1]; Kelly Cristina Rodrigues Simi[2]

[1] Expositores: Discentes do Curso de Biomedicina CEUB; [2] Docente Orientadora CEUB; kelly.simi@ceub.edu.br

O câncer de mama é uma das doenças mais incidentes entre as mulheres, no mundo e representa importante problema de saúde pública em razão da alta taxa de morbimortalidade. Embora a maioria dos casos seja esporádica, uma proporção significativa apresenta predisposição hereditária associada a mutações em genes de alta penetrância, principalmente o BRCA1 e o BRCA2, que desempenham papel crucial na manutenção da estabilidade genômica e na reparação de danos ao DNA. A presença dessas mutações confere um risco substancialmente elevado para o desenvolvimento da doença ao longo da vida, sendo essencial a identificação precoce dos portadores para adoção de estratégias personalizadas de rastreamento, prevenção e tratamento. Este trabalho teve como objetivo analisar os avanços na compreensão da base genética do câncer de mama, destacando a importância do diagnóstico molecular e os desafios enfrentados no aconselhamento genético. Para isso, foi conduzida uma revisão narrativa da literatura com publicações científicas, entre 2015 e 2025, obtidas nas bases de dados PubMed, SciELO e Google Scholar. Utilizaram-se como descritores os termos “câncer de mama”, “genética clínica”, “BRCA1”, “BRCA2” e “aconselhamento genético”. Foram incluídos artigos originais, revisões sistemáticas e diretrizes clínicas em língua inglesa e portuguesa que abordassem a associação entre mutações genéticas e predisposição ao câncer de mama. As mutações nos genes BRCA1 e BRCA2 estão associadas a risco elevado da doença e seguem padrão de herança autossômica dominante. Além desses, outros genes, como TP53, PALB2, CHEK2 e ATM, também contribuem para a suscetibilidade. A identificação de mutações permite a implementação de medidas de rastreamento individualizado e a adoção de estratégias preventivas, como a mastectomia profilática e o acompanhamento clínico intensivo. O aconselhamento genético é parte fundamental do processo, pois orienta tanto pacientes quanto familiares. Com o avanço das tecnologias, o uso de painéis multigênicos e do *Next Generation Sequencing* (NGS) ampliou a capacidade de detecção de variantes relacionadas à doença. Contudo, ainda existem desafios importantes, como a interpretação de variantes de significado incerto (VUS), a limitação no acesso aos testes genéticos no Brasil e a necessidade de maior integração entre genética clínica e oncologia. Dessa forma, conclui-se que o câncer de mama ocorre, em parte, pela mutação dos genes BRCA1 e BRCA2, que, antes da mutação, repararam danos no DNA. A prevenção e o tratamento podem envolver exames de imagem, quimioterapia, inibidores de PARP e cirurgias profiláticas.

Palavras-Chave: BRCA1; BRCA2; câncer de mama.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mostra de Painéis | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ASPECTOS GENÉTICOS DA DIABETES *MELLITUS* DO TIPO 1 E DA DIABETES *MELLITUS* DO TIPO 2

Bianca Marielle Ferreira Schwanz[1]; Heloísa Martin Ferreira[1]; Júlia Coêlho Finger[1]; Guilherme de Oliveira[1]; Kelly Cristina Rodrigues Simi[2]

[1] Expositores: Discentes do Curso de Biomedicina CEUB; [2] Docente Orientadora CEUB; kelly.simi@ceub.edu.br

A diabetes *mellitus* (DM) é uma das doenças crônicas mais prevalentes mundialmente e caracteriza-se pela dificuldade do organismo em utilizar a glicose de forma adequada, em razão da deficiência ou da ineficácia da insulina. Suas principais formas, diabetes *mellitus* do tipo 1 (DM1) e do tipo 2 (DM2), compartilham o quadro de hiperglicemia, mas apresentam mecanismos fisiopatológicos distintos. A DM1 ocorre com maior frequência na infância e na adolescência e está associada a um processo autoimune que destrói as células β-pancreáticas, resultando em deficiência absoluta de insulina. Por sua vez, a DM2 manifesta-se predominantemente em adultos e relaciona-se à resistência periférica à insulina e à disfunção progressiva das células β, frequentemente associadas à obesidade e ao sedentarismo, culminando em deficiência relativa de insulina. Este estudo teve como objetivo revisar a literatura sobre os mecanismos genéticos envolvidos na susceptibilidade à DM1 e à DM2, destacando a interação entre fatores genéticos, epigenéticos e ambientais. A metodologia consistiu em revisão bibliográfica nas bases PubMed, Scielo e Google Scholar, reunindo as evidências mais relevantes sobre o tema. Na DM1, a predisposição genética está fortemente associada ao complexo principal de histocompatibilidade (HLA), principalmente aos alelos HLA-DR3, HLA-DR4 e HLA-DQ, que modulam a resposta imune e favorecem a destruição autoimune das células β. Outros genes, como INS, CTLA4, PTPN22 e IL2RA, também estão implicados na perda da tolerância imunológica. A presença combinada de múltiplos alelos de risco acelera a progressão clínica, especialmente em indivíduos jovens, podendo ser modulada por fatores ambientais, como infecções virais, dieta e deficiência de vitamina D. A DM2 apresenta natureza multifatorial e poligênica, resultante da interação entre predisposição genética e ambiente. Genes, como TCF7L2, KCNJ11, ABCC8, IRS1 e PPARG, estão associados à secreção e à ação da insulina, enquanto variantes em FTO e MC4R aumentam a suscetibilidade à obesidade e à resistência insulínica. Mecanismos epigenéticos, como a metilação do DNA e a regulação por microRNA, modulam a expressão gênica e são parcialmente reversíveis mediante mudanças no estilo de vida. Os avanços em genômica e biologia molecular têm permitido compreender, com maior precisão, a complexa rede de interações entre genes, ambiente e epigenética, na fisiopatologia da DM. Conclui-se que a DM1 é marcada pela autoimunidade e a DM2, pela resistência metabólica; ambas são fortemente influenciadas por fatores genéticos e epigenéticos. O reconhecimento desses determinantes é essencial para o avanço da medicina de precisão e para o desenvolvimento de estratégias preventivas e terapêuticas personalizadas.

Palavras-Chave: diabetes *mellitus*; genética; epigenética.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mostra de Painéis | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ASPECTOS GENÉTICOS DA OBESIDADE: UMA ANÁLISE DA VIAS MONOGÊNICA E POLIGÊNICA

Beatriz Sayuri Freitas Toda[1]; Bruna Fernanda Alvarenga Denicoló[1]; Júlia Dias Moreno[1]; Maria Geovana dos Santos Elias[1]; Kelly Cristina Rodrigues Simi[2]

[1] Expositores: Discentes do Curso de Biomedicina CEUB; [2] Docente Orientadora CEUB; kelly.simi@ceub.edu.br

A obesidade é uma condição crônica, complexa e multifatorial, caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal, que resulta da interação entre fatores ambientais, comportamentais e genéticos. Estima-se que a contribuição genética possa representar de 40% a 77% da variação do índice de massa corporal entre os indivíduos, evidenciando o papel significativo dos genes na determinação do peso corporal. Este estudo teve como objetivo revisar os principais aspectos genéticos da obesidade com foco nas formas monogênica e poligênica, destacando os mecanismos moleculares envolvidos na via leptina-melanocortina, fundamental na regulação da homeostase energética. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, desenvolvida a partir de artigos publicados entre 2022 e 2025, obtidos nas bases PubMed, Scielo e ScienceDirect, priorizando estudos originais, revisões sistemáticas e metanálises. Na obesidade monogênica, as alterações genéticas ocorrem em único gene de alta penetrância, afetando diretamente a sinalização da saciedade e do gasto energético. As mutações mais comuns envolvem genes, como LEP, LEPR, POMC, PCSK1 e MC4R, todos relacionados à via da leptina. Essas alterações comprometem o eixo hipotálamo-hipofisário, levando à hiperfagia, à diminuição do gasto energético e ao desenvolvimento de obesidade grave de início precoce. Por outro lado, a obesidade poligênica resulta da combinação de múltiplas variantes genéticas de pequeno efeito, que, somadas a fatores ambientais, modulam o risco individual. Entre os genes mais estudados, estão FTO e MC4R, cujas variantes estão associadas ao aumento da ingestão calórica e à redução da termogênese. O avanço dos estudos de associação genômica ampla (GWAS) tem permitido a identificação de centenas de *loci* relacionados à regulação do apetite, ao metabolismo lipídico e à sensibilidade à insulina. Compreender as bases genéticas da obesidade é essencial para o desenvolvimento de estratégias de medicina de precisão, que busca intervenções personalizadas de prevenção e tratamento. A identificação precoce de mutações e polimorfismos pode auxiliar a escolha de terapias farmacológicas direcionadas e o delineamento de planos nutricionais específicos. Conclui-se que a obesidade, embora fortemente influenciada por fatores ambientais, contém determinantes genéticos complexos cuja elucidação é fundamental para enfrentar a epidemia global de obesidade de forma mais eficaz e individualizada.

Palavras-Chave: obesidade; genética; leptina.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mostra de Painéis | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ASPECTOS GENÉTICOS DAS DOENÇAS DE ALZHEIMER E DE PARKINSON

Daniela Cristina da Silva Duarte[1]; João Victor Rocha Mesquita Campos de Lima[1]; Sofia Faustino Gonçalves[1]; Vitória Souza Gajardone[1]; Kelly Cristina Rodrigues Simi[2]
[1] Expositores: Discentes do Curso de Biomedicina CEUB; [2] Docente Orientadora CEUB; kelly.simi@ceub.edu.br

As doenças neurodegenerativas, especialmente a doença de Alzheimer (DA) e a doença de Parkinson (DP), configuram um desafio crescente de saúde pública em razão da alta prevalência e do impacto profundo sobre a qualidade de vida de pacientes e familiares. Este trabalho teve como objetivo revisar a literatura sobre os principais fatores genéticos envolvidos nessas patologias, identificando mutações e variantes de risco, distinguindo as formas familiares (monogênicas) das esporádicas (multifatoriais) e explorando a interação entre genética, fatores ambientais e novas perspectivas terapêuticas. A metodologia consistiu em uma revisão narrativa da literatura, realizada nas bases PubMed, Scielo e Google Acadêmico. Clinicamente, a DA caracteriza-se principalmente por perda de memória e declínio cognitivo, enquanto a DP se manifesta por sintomas motores, embora manifestações não motoras também sejam relevantes. Compreender as bases genéticas compartilhadas e específicas dessas doenças é essencial para elucidar mecanismos patogênicos comuns, identificar alvos terapêuticos e aprimorar estratégias de diagnóstico precoce. Na DA, as formas conhecidas de início precoce estão associadas a mutações nos genes APP, PSEN1 e PSEN2. Por sua vez, a forma tardia ou esporádica é fortemente influenciada pelo alelo APOE4, o principal fator de risco genético divulgado. Outros genes, como TREM2, SORL1, ABCA7, CLU, PICALM e CR1, também participam de processos relacionados ao metabolismo da proteína beta-amiloide, à patologia da proteína tau e ao metabolismo lipídico. Na DP, destacam-se genes de herança dominante (SNCA, LRRK2) e recessiva (PRKN, PINK1, PARK7), que explicam cerca de 10% a 15% dos casos familiares. Além disso, variantes em GBA1 e *loci*, como PARK10 e PARK11, contribuem para o risco. Fatores comuns a ambas as doenças incluem envelhecimento, histórico familiar, alterações epigenéticas e influência da microbiota intestinal, além de aspectos ambientais, como exposição a toxinas, metais e poluentes. Conclui-se que a genética constitui um pilar central para a compreensão da DA e da DP. Os genes APOE4 e LRRK2 destacam-se como principais alvos de investigação, com potencial para orientar estratégias de diagnóstico precoce, aconselhamento familiar e desenvolvimento de terapias personalizadas, baseadas em medicina de precisão. Reforça-se, por fim, a importância de expandir estudos multiômicos e populacionais que considerem as especificidades genéticas da população brasileira, a fim de consolidar avanços no entendimento e no manejo dessas doenças complexas.

Palavras-Chave: doença de Alzheimer; doença de Parkinson; aspectos genéticos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mostra de Painéis | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

BASES GENÉTICAS DO TRANSTORNO BIPOLAR: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Adriana dos Santos Silva[1]; Gabriel Rocha Mesquita Campos de Lima[1]; Maria Vitoria da Costa Martins[1]; Sofia Rodrigues Sampaio[1]; Kelly Cristina Rodrigues Simi[2]
[1] Expositores: Discentes do Curso de Biomedicina CEUB [2] Docente Orientadora CEUB; kelly.simi@ceub.edu.br

O transtorno bipolar (TB) é uma condição psiquiátrica crônica, recorrente e complexa, caracterizada por episódios distintos de mania, hipomania e depressão, que comprometem significativamente a funcionalidade e a qualidade de vida. É considerado o transtorno psiquiátrico de maior risco genético com herdabilidade estimada em cerca de 80%. Sua prevalência global varia entre 1% e 2,4%, representando importante problema de saúde pública em razão das elevadas taxas de incapacidade e mortalidade associadas. Este estudo teve como objetivo revisar a literatura científica sobre as bases genéticas e epigenéticas do transtorno bipolar, buscando identificar os principais genes de suscetibilidade e compreender como fatores ambientais modulam a vulnerabilidade e a expressão clínica do transtorno. Foi realizada uma revisão narrativa nas bases PubMed, SciELO e Google Scholar, com artigos publicados nos últimos 15 anos. Os descritores utilizados incluíram “transtorno bipolar”, “genética”, “epigenética”, “GWAS” e “interação gene-ambiente”. Diversos genes têm sido associados à susceptibilidade ao TB, destacando-se CACNA1C, ANK3 e BDNF, envolvidos em processos de transmissão sináptica, plasticidade neuronal e regulação do humor. Não há, entretanto, um gene único responsável pela manifestação do transtorno. Acredita-se que o TB resulte da interação complexa entre fatores genéticos, epigenéticos e ambientais, compondo um modelo multifatorial. Estudos com gêmeos e famílias evidenciam risco significativamente maior em parentes de primeiro grau, reforçando a importância da herança genética. Mecanismos epigenéticos, como metilação do DNA e modificação de histonas, regulam a expressão de genes de risco e podem ser influenciados por fatores externos. Genes relacionados à resposta ao estresse, como FKBP5 e NR3C1, apresentam alterações epigenéticas associadas a experiências adversas na infância e a maior vulnerabilidade a episódios afetivos. Entre os fatores ambientais mais relevantes, estão o estresse crônico, a privação de sono, o trauma precoce e o uso de substâncias psicoativas. O gene BDNF, essencial para a neuroplasticidade, mostra níveis reduzidos em pacientes com TB, sugerindo menor resiliência celular e maior sensibilidade ao estresse. Conclui-se que o transtorno bipolar deve ser compreendido como uma condição multifatorial, resultante da interação entre genética, epigenética e ambiente. O avanço nas pesquisas genômicas e epigenéticas tem ampliado o entendimento dos mecanismos moleculares envolvidos, oferecendo novas perspectivas para diagnóstico precoce, intervenções terapêuticas personalizadas e redução do impacto funcional e emocional causado pela doença.

Palavras-Chave: transtorno bipolar; genes; epigenética.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mostra de Painéis | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM PACIENTE PEDIÁTRICO COM ATRASO DE DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR. RELATO DE CASO

Louise Schulli Silva Louise [1]; Carolinne Pati[1]; Sabrina Maria Simplicio Rodrigues Caldeira[1]; Rebeca Carvalho Leal[1]; Ana Letícia de Souza Oliveira[2]

[1] Expositores: Discentes do Curso de Fisioterapia CEUB [2] Docente Orientadora CEUB; ana.leticia@ceub.edu.br

Este relato de caso apresenta o acompanhamento fisioterapêutico da paciente pediátrica M.C.O.S., que foi encaminhada por atraso no desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) e, posteriormente, diagnosticada com transtorno do espectro autista (TEA) e paralisia cerebral (PC). Quanto ao histórico pré-natal, com 26 semanas gestacionais, a mãe sofreu um choque elétrico de alta tensão, seguido de queda de 2 metros de altura. Ela informou ter tido dengue 2 vezes ao longo da gestação, além de diversas infecções urinárias e hipertensão. No dia 8 de outubro de 2024, quando a paciente possuía 1 ano e 10 meses de idade, realizou-se a primeira avaliação, que constatou atraso na fala, déficit de equilíbrio em pé, ausência de engatinhar e dificuldade na sustentação do quadril, caracterizando o atraso no DNPM global. Portanto, o objetivo inicial para as primeiras 6 semanas foi que a paciente assumisse a posição de 4 apoios a partir da posição sentada. Para isso, foram realizadas 2 sessões de fisioterapia por semana, com 50 minutos cada uma, complementadas por atividades direcionadas para casa, que abordavam exercícios de mobilidade, fortalecimento muscular, treino de equilíbrio e de funções específicas, para atingir as metas. Quando o primeiro objetivo foi atingido, após cerca de 6 semanas de intervenção, o segundo era que ela fosse capaz de sair da posição sentada para a posição em pé com apoio, por meio da postura semiajoelhada, também atingido com sucesso. Atualmente, a meta terapêutica consiste que a paciente seja capaz de sair do solo para a posição em pé, com apoio do andador e percorrer a distância de 4 metros. A avaliação, realizada pela Medida da Função Motora Bruta (GMFM-88), demonstrou aumento de 2% no escore global, entre as duas avaliações realizadas, indicando melhora do controle postural e maior independência nos movimentos funcionais. Dessa forma, é notória a eficácia da intervenção fisioterapêutica precoce, individualizada e contínua para crianças com atrasos no DNPM, destacando o papel essencial da fisioterapia no estímulo da funcionalidade, na prevenção de limitações motoras e na promoção da qualidade de vida da criança e de sua família.

Palavras-Chave: paralisia cerebral; neurofisioterapia; transtornos das habilidades motoras.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mostra de Painéis | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM PACIENTE PREMATURO COM ATRASO DE DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR. RELATO DE CASO

Diana Löhnhoff de Souza[1]; Kaique Alvares de Sousa[1]; Thais Soares Marreiros Martins[1]; Carolinne Pati[1]; Ana Letícia de Souza Oliveira[2]

[1] Expositores: Discentes do Curso de Fisioterapia CEUB [2] Docente Orientadora CEUB; ana.leticia@ceub.edu.br

A prematuridade, definida como o nascimento antes das 37 semanas de gestação, é considerada importante fator de risco para complicações neurológicas, respiratórias e motoras, podendo resultar em atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Por sua vez, o desenvolvimento motor infantil é um processo contínuo e sequencial de aquisição de marcos fundamentais, como rolar, sentar-se, engatinhar e andar, e é influenciado por fatores biológicos e ambientais. Quando ocorre atraso nesse processo, a intervenção fisioterapêutica precoce torna-se essencial para promover a funcionalidade, prevenir sequelas e favorecer a autonomia da criança. O presente estudo tem como objetivo relatar o caso clínico de um paciente pediátrico prematuro com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, descrevendo a conduta fisioterapêutica adotada e a evolução observada ao longo do acompanhamento. O paciente B.J.S., de sexo masculino, nascido de gestação trigemelar de 34 semanas, apresentou intercorrências neonatais, como icterícia, hipotonia, taquipneia transitória e insuficiência tricúspide, necessitando de 16 dias de internação em unidade de terapia intensiva neonatal. Aos 10 meses de idade cronológica (8 meses e 2 semanas de idade corrigida), o paciente realizou avaliação fisioterapêutica que identificou atraso nos marcos motores, principalmente nas transferências posturais e no preparo para a marcha. A avaliação foi conduzida mediante a Alberta Infant Motor Scale (AIMS), com pontuação inicial de 24, equivalente ao percentil entre 25% e 50%. A intervenção fisioterapêutica foi realizada duas vezes por semana, com sessões de 50 minutos, priorizando o fortalecimento muscular, o ganho de mobilidade articular, o treino postural e o estímulo da marcha, e foram feitas reavaliações quinzenais para acompanhamento da evolução. Observou-se melhora significativa no desempenho motor e no controle postural ao longo do processo. Aos 11 meses cronológicos (9 meses e 2 semanas de idade corrigida), o paciente obteve pontuação 46 na AIMS (percentil entre 50% e 75%) e, aos 13 meses (11 meses e 2 semanas corrigida), pontuação 53, mantendo-se entre os percentis 50% e 75%, o que indica evolução dentro da média esperada para a idade corrigida. Conclui-se que a intervenção fisioterapêutica estruturada e progressiva demonstrou resultados positivos na evolução motora, favorecendo ganhos de mobilidade, equilíbrio, controle postural e independência funcional. O caso reforça a importância do acompanhamento fisioterapêutico precoce e individualizado em crianças prematuras, evidenciando o papel essencial da fisioterapia na promoção do desenvolvimento saudável e na melhoria da qualidade de vida.

Palavras-Chave: prematuridade; estimulação precoce; transtornos das habilidades motoras.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mostra de Painéis | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TRIAGEM E INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA PRECOCE DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL DE BEBÊS E CRIANÇAS DE RISCO: METODOLOGIA E RESULTADOS

Maria Clara Ferreira de Almeida[1]; Marcela Braga Silva[1]; Sabrina Maria Simplicio Rodrigues Caldeira[1]; Ana Letícia de Souza Oliveira[2]

[1] Expositores: Discentes do Curso de Fisioterapia CEUB [2] Docente Orientadora CEUB; ana.leticia@ceub.edu.br

O presente estudo teve como objetivo apresentar a metodologia e os principais resultados obtidos no projeto de extensão intitulado “Triagem e intervenção fisioterapêutica precoce do desenvolvimento infantil de bebês e crianças de risco”, que busca identificar, precocemente, alterações motoras e oferecer acompanhamento fisioterapêutico individualizado para crianças que apresentem risco ou atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Além disso, realizaram-se orientações aos pais e aos cuidadores quanto às estratégias adequadas de estimulação motora domiciliar, bem como promoção à educação em saúde, sobre a relevância da intervenção precoce, para minimizar possíveis repercussões funcionais. Ressalta-se que os primeiros anos de vida constituem período crítico de neuroplasticidade, no qual a identificação e o manejo oportunos desempenham papel fundamental na aquisição de marcos motores apropriados e prevenção de sequelas duradouras. Como resultados, o projeto avaliou 28 crianças com média de idade de 6,2 meses, totalizando 204 atendimentos fisioterapêuticos, distribuídos em 69 momentos avaliativos e 135 sessões de intervenção. As avaliações e as intervenções foram realizadas semanalmente, acompanhadas de orientações domiciliares estruturadas, visando à continuidade terapêutica fora do contexto clínico. Observou-se evolução significativa em ambos os grupos analisados, com ganho médio de 16,6 pontos, pela Alberta Infant Motor Scale (AIMS), ao longo do acompanhamento, evidenciando a eficácia da intervenção fisioterapêutica precoce no desenvolvimento motor. O monitoramento longitudinal permitiu readequações terapêuticas periódicas, considerando a aquisição progressiva de habilidades motoras. Os resultados reforçam a relevância da abordagem centrada na família e da participação ativa dos cuidadores, identificados como agentes essenciais no processo terapêutico. A educação em saúde fornecida durante o acompanhamento possibilitou maior compreensão sobre posicionamentos adequados, manuseio funcional do bebê, estímulos sensório-motores e prevenção de riscos secundários, empoderando a família quanto ao cuidado diário. Ademais, destaca-se a importância da extensão universitária como instrumento de promoção da saúde, aproximação da comunidade à universidade e ampliação do acesso aos serviços especializados. Conclui-se que a intervenção fisioterapêutica precoce se mostra fundamental para o desenvolvimento motor saudável, a prevenção de sequelas e a redução de impactos funcionais futuros. O programa demonstrou resultados clínicos significativos tanto em atendimentos semanais regulares quanto em acompanhamentos de reavaliação, evidenciando a importância da continuidade desse tipo de iniciativa. Recomenda-se a manutenção e a expansão do projeto, considerando seu impacto social, formativo, científico e assistencial no cuidado integral à criança.

Palavras-Chave: desenvolvimento infantil; crianças de risco; intervenção precoce.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mostra de Painéis | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

SEÇÃO IV

DOUTORADO EM DIREITO

Programa *Stricto Sensu*

Esta seção compila as pesquisas originais e as teses desenvolvidas no âmbito do Doutorado. Os trabalhos buscam a inovação do pensamento jurídico e propõem novos parâmetros para as políticas públicas e o Estado contemporâneo.

DOUTORADO EM DIREITO
PROGRAMA *STRICTO SENSU*

A APLICAÇÃO ABUSIVA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE RETÓRICA DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO A PARTIR DA TEORIA DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DO PROTAGONISMO DO PODER JUDICIÁRIO NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (TEMA 698/STF) 230

A APLICAÇÃO DA REGRA DE AUTONOMIA DA DECISÃO EMPRESARIAL, PREVISTA NA LEI 6404/1976, AOS DIRIGENTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR 231

A AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA ALGORÍTMICA NOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO PROCESSO DE DEFINIÇÃO DA REPERCUSSÃO CONSTITUCIONAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 232

A CONSENSUALIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES NORMATIVOS E INSTITUCIONAIS A PARTIR DA LINDB 233

A CRIMINALIZAÇÃO DO FURTO INSIGNIFICANTE COMO OBSTÁCULO À REALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA SUBSTANTIVA INCLUSIVA 234

A DEFENSORIA PÚBLICA NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS: UMA ANÁLISE DA LEGITIMIDADE E DA ATUAÇÃO NAS AÇÕES COLETIVAS ENVOLVENDO CONFLITOS POSSESSÓRIOS E USUCAPIÃO 235

A HISTÓRIA DA RELAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS E CORRUPÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E CORTES INTERNACIONAIS 236

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ECOLÓGICAS COMO MEIO DE EFETIVAR A SAÚDE DOS POVOS DOS ESTADOS DO NORTE DO BRASIL MEDIANTE A CONSERVAÇÃO DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS 237

A INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO PROCESSO ARBITRAL: PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL 238

A LACUNA NO ARRANJO INSTITUCIONAL ESTRATÉGICO A LONGO PRAZO DO ESTADO BRASILEIRO 239

A LEGITIMIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DAS NOTÍCIAS FALSAS POR MEIO DO MÉTODO TRIALISTA: A INFORMAÇÃO COMO BEM JURÍDICO-PENAL COLETIVO 240

A POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA E A CONVALIDAÇÃO DE TEMPO DE TRABALHO REALIZADO NO EXTERIOR EM PAÍSES QUE NÃO TÊM ACORDO PREVIDENCIÁRIO INTERNACIONAL COM O BRASIL 241

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A POSSIBILIDADE DO ACÚMULO DO BOLSA FAMÍLIA AOS BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO-RECLUSÃO: INSTRUMENTO DE POLÍTICA CARCERÁRIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE DIREITOS SOCIAIS 242

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA IDOSA DIANTE DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS, ACESSO À JUSTIÇA E ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO CUSTOS *VULNERABILIS* 243

A REGULAÇÃO AMBIENTAL EXTRATERRITORIAL E A SOBERANIA ECONÔMICA: IMPACTOS JURÍDICOS DA REGULAMENTAÇÃO ANTIDESMATAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 244

A REGULAÇÃO DOS SEGUROS OBRIGATÓRIOS E FUNDOS COMPENSATÓRIOS: UMA SOLUÇÃO ALTERNATIVA PARA OS DESAFIOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL 245

A RELEITURA DO ENUNCIADO DE SÚMULA 377 DO STF À LUZ DA HERMENÊUTICA EVOLUTIVA 246

A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DO ESTADO: CONCAUSA, FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO. DE QUEM É A "CULPA": DA NATUREZA OU DO ESTADO? 247

A RESPONSABILIDADE DOS GRUPOS DE SOCIEDADES NO ÂMBITO DA AUTONOMIA PATRIMONIAL 248

ACESSO À JUSTIÇA ITINERANTE E EDUCAÇÃO EM DIREITOS: PELA QUARTA ONDA RENOVADORA DA JUSTIÇA NO BRASIL 249

AS PLATAFORMAS DE ONLINE DISPUTE RESOLUTIONS E O ACESSO À JUSTIÇA: NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO JUDICIÁRIO COMO FORMA DE REDUÇÃO DE CONFLITUOSIDADE 250

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E O MODELO *RULE-AS-CODE* NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO 251

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO NO DISTRITO FEDERAL 252

BUSCA PESSOAL E POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS 253

CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE EMPÍRICA E PROPOSTAS DE FORTALECIMENTO 254

COMPORTAMENTO PROCESSUAL DAS PARTES, DEVERES, RESPONSABILIZAÇÃO, FIM SOCIAL DO PROCESSO, LIMITES E RESPONSABILIDADES 255

CONCILIAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO TÉCNICO E ABORDAGEM CRÍTICA EM FACE DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE ACADÊMICA DOS CURSOS DE DIREITO 256

CONCILIAÇÃO NA LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO: ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO REALIZADAS PELO TJDFT NOS ANOS 2023 E 2024 257

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DESENVOLVIMENTO E LIMITES ÉTICOS DE FERRAMENTAS DE IA PARA OTIMIZAR A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 258

DO CONTROLE À RECONSTRUÇÃO: POR UMA JUSTIÇA DEMOCRÁTICA DIANTE DA CRIMINALIZAÇÃO DO FURTO INSIGNIFICANTE 259

EDUCAÇÃO E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: FUNDAMENTOS PARA UM HUMANISMO JURÍDICO CONSTITUCIONAL 260

ENTRE A HUMANIZAÇÃO E O LITÍGIO: O MÉDICO COMO AGENTE DE MITIGAÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL 261

ENTRE TEORIA E REALIDADE: DIÁLOGOS DO FEMINISMO INTERSECCIONAL DECOLONIAL COM PERCEPÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR 262

ESTUDO DA POSSIBILIDADE DE INTRODUÇÃO DO REFERENDO REVOGATÓRIO DE MANDATO NO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO NAS MODALIDADES *RECALL* POLÍTICO E *ABBERUFUNGSRECHT* 263

GESTÃO JUDICIÁRIA ESTRATÉGICA: O PAPEL DOS CENTROS DE INTELIGÊNCIA NA BUSCA DA EFICIÊNCIA JUDICIAL 264

GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS ESTATAIS E A CLÁUSULA DE COMPENSAÇÃO NAS RECOMENDAÇÕES DA OCDE: PRESSUPOSTOS, LIMITES E DESAFIOS À CONFORMIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS DISSOCIADAS DAS CONDIÇÕES DE MERCADO 265

GOVERNO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL NA SOCIEDADE DIGITAL DE MERCADO NEOLIBERAL 266

JUIZADOS 267

MICROSSISTEMA DOS FILTROS DE ACESSO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES 268

MIGALHAS ALÉM DA FOME: A EFETIVIDADE DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 269

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PREVIDÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS JURÍDICOS, ECONÔMICOS E DE SAÚDE PÚBLICA 270

O CONTEÚDO JURÍDICO DA JURIDICIDADE ADMINISTRATIVA E A SEGURANÇA JURÍDICA 271

O DEVER DE DILIGÊNCIA EMPRESARIAL PARA OBTER A LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR (LSO): A CONSTRUÇÃO DE UM MÉTODO A PARTIR DE EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS 272

O DEVER DE INTELIGIBILIDADE NOS CONTRATOS CONSUMERISTAS ELETRÔNICOS FIRMADOS COM PESSOAS VULNERÁVEIS 273

O DIREITO DAS ESTATAIS: NECESSIDADE EMERGENTE DE RECONHECIMENTO COMO NOVO RAMO EPISTEMOLÓGICO 274

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O ECOSSISTEMA DAS PIRÂMIDES FINANCEIRAS NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DIÁLOGO SOBRE O APERFEIÇOAMENTO DE SUA PREVENÇÃO E COMBATE 275

O IMPACTO DA CARGA TRIBUTÁRIA INDIRETA SOBRE O CONSUMO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO AUXÍLIO EMERGENCIAL EM 2020 276

O INTELECTUAL DA REPÚBLICA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA ESTUDO DAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS 277

O JUÍZO 100% DIGITAL E O ACESSO À JUSTIÇA PARA GRUPOS VULNERÁVEIS NO BRASIL: IMPACTOS, DESAFIOS E ALTERNATIVAS 278

O MODELO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO ADOTADO NO DIREITO BRASILEIRO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 279

O PAPEL DO DIREITO NA CONDUÇÃO E NA CONTENÇÃO DAS GUERRAS COMERCIAIS INTERNACIONAIS ATUAIS E OS IMPACTOS JURÍDICOS PARA O BRASIL 280

O PRINCÍPIO DA RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA E A ATUAÇÃO DAS APAC COMO UMA FERRAMENTA DE EFETIVIDADE 281

O PROCESSO CIVILIZADOR APLICADO À INSOLVÊNCIA: UMA HISTÓRIA DA FALÊNCIA 282

O RACISMO ADMINISTRATIVO E A PROMOÇÃO DE EQUIDADE RACIAL NA GESTÃO ORGANIZACIONAL 283

O SENTIDO E O ALCANCE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA A EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS 284

O STJ E A REFORMA TRIBUTÁRIA: CRÔNICA DE UMA CRISE FEDERATIVA ANUNCIADA 285

O TRATAMENTO JURÍDICO EM RELAÇÃO ÀS ÁGUAS MINERAIS E ÀS ÁGUAS POTÁVEIS DE MESA: ANÁLISE EM PROL DA VANGUARDA AMBIENTAL 286

O VETO PRESIDENCIAL: DIÁLOGO E REDESENHO DAS RELAÇÕES ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO 287

PODER E ARBÍTRIO: A CONCENTRAÇÃO DE PODER NAS EMENDAS LEGISLATIVAS AO ORÇAMENTO 288

POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: ESTUDO DE CASO NO SUDESTE DE MATO GROSSO 289

QUEM DEVE PAGAR PELOS SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS? FUNDAMENTOS JURÍDICOS E ANTEPROJETO DE LEI 290

RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM TEMPOS DE CRISE: A REDISCUSSÃO DO CONCEITO DE INTERESSE PÚBLICO À LUZ DO IMPACTO ECONÔMICO DE CALAMIDADES 291

REESTRUTURAÇÃO DO CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME. UMA RESSIGNIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS 292

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO NUCLEAR NO BRASIL 293

RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 294

SEGURANÇA JURÍDICA NA AQUISIÇÃO DE CRIPTOATIVOS REFERENCIADOS A ATIVOS DO MUNDO REAL NO BRASIL 295

SISTEMA BRASILEIRO DE JUSTIÇA MULTIPORTAS: PREMISSAS E PROPOSTAS PARA UMA INTERAÇÃO FUNCIONAL ENTRE OS INSTITUTOS DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA PELO ESTADO DEFENSOR E OS DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA PELO ESTADO JUIZ 296

TOKENIZAÇÃO DE ATIVOS: UMA PROPOSTA DE CATEGORIZAÇÃO TAXONÔMICA NO DIREITO DIGITAL PARA O MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS 297

TRÁFICO TRANSNACIONAL DE PESSOAS E REDE DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: MECANISMOS USADOS PELO ESTADO BRASILEIRO PARA O ENFRENTAMENTO 298

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: É POSSÍVEL ANALOGICAMENTE IMPOR À EMPRESA PRIVADA QUE PROMOVA REDUÇÃO DA JORNADA SEM CONTRAPARTIDA SALARIAL? 299

TRIBUTAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS: HIPÓTESE DE NÃO INCIDÊNCIA NA MICROGERAÇÃO E NA MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDAS, PREVISTAS NO ARTIGO 28 DA LEI 14.300, DE 2002, DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE CIRCULAÇÃO JURÍDICA DE MERCADORIA NA PRODUÇÃO DE ENERGIA PARA CONSUMO PRÓPRIO 300

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO: UM ENFRENTAMENTO À LUZ DO SISTEMA INTERAMERICANO 301

ZONAS DE AMORTECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DE PROTEÇÃO INTEGRAL: ENTRE O PASSO DA LEI, O DESCOMPASSO DA REALIDADE E O COMPASSO DA MUDANÇA 302

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A APLICAÇÃO ABUSIVA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE RETÓRICA DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO A PARTIR DA TEORIA DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DO PROTAGONISMO DO PODER JUDICIÁRIO NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (TEMA 698/STF)

Juliano Martins de Godoy[1]; Luiz Edson Fachin[2]

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; godoyjuliano@yahoo.com.br [2] Docente Orientador CEUB; luiz.fachin@uniceub.br

O presente projeto tem como objetivo analisar a aplicação do discurso constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente no que se refere à legitimação de políticas públicas a partir da intervenção do Poder Judiciário. A pesquisa é delimitada ao constitucionalismo brasileiro, tomando como recorte específico a atuação do STF no julgamento do Tema 698, que envolve questões sensíveis sobre os limites institucionais entre os poderes do Estado e a efetividade dos direitos fundamentais. O foco central da investigação é a aplicação do princípio da separação dos poderes, considerado um dos pilares essenciais do Estado democrático de direito, para avaliar até que ponto a atuação judicial pode ser compreendida como instrumento legítimo de promoção de políticas públicas relevantes. Busca-se verificar se o STF, ao intervir em determinadas matérias, atua como garantidor da Constituição e dos direitos sociais ou se ultrapassa sua função jurisdicional, incorrendo em prática de ativismo judicial excessivo. Ao final da pesquisa, pretende-se compreender a adequação, ou não, da intervenção do Poder Judiciário nas políticas públicas analisadas à luz do Tema 698. Além disso, serão investigadas as consequências dessa atuação tanto positivas quanto negativas, identificando se houve efetiva concretização de direitos fundamentais e fortalecimento das políticas públicas ou se o resultado prático configurou a indevida e ineficaz aplicação do constitucionalismo abusivo. Assim, o estudo busca contribuir para o debate acadêmico acerca dos limites constitucionais da jurisdição, da legitimidade democrática das decisões judiciais e do equilíbrio entre os poderes estatais na formulação e na execução de políticas públicas.

Palavras-Chave: intervenção; Poder Judiciário; políticas públicas.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A APLICAÇÃO DA REGRA DE AUTONOMIA DA DECISÃO EMPRESARIAL, PREVISTA NA LEI 6404/1976, AOS DIRIGENTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Laila José Antônio Khoury[1]; Marlon Tomazette[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; laila.khoury@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; marlon.tomazette@ceub.edu.br

A regra de autonomia da decisão empresarial, aplicada ao direito societário para fins de apuração da responsabilidade civil dos conselheiros de administração, pode ser também aplicada aos dirigentes das entidades fechadas, considerando que eles exercem igualmente a função de administradores dessas entidades. O ponto central da investigação consiste em compreender se a aplicação desse princípio, consolidado na doutrina e na jurisprudência como *Business Judgment Rule*, pode oferecer parâmetros adequados e equilibrados de responsabilização quando se trata da administração dos recursos previdenciários que garantem o pagamento futuro dos planos de benefícios. O objetivo da tese consiste em verificar a possiblidade concreta de aplicação da regra da autonomia da decisão empresarial aos diretores, indicados e eleitos, das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), especialmente no contexto da tomada da decisão acerca da alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas referidas entidades, nos segmentos autorizados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrizes da aplicação dos recursos das referidas entidades. A pesquisa pretende, portanto, examinar em que medida a autonomia decisória dos dirigentes deve ser preservada, desde que pautada pela boa-fé, pela diligência, pela transparência e pela observância às normas regulatórias. Busca-se evitar que a responsabilização civil se converta em um desincentivo à tomada de decisões estratégicas legítimas, reconhecendo a complexidade técnica envolvida na gestão de fundos previdenciários. Pretende-se, também, avaliar se a adoção da *Business Judgment Rule* contribui para maior segurança jurídica, proteção aos participantes e assistidos e incremento da eficiência na governança das entidades fechadas de previdência complementar.

Palavras-Chave: responsabilidade civil; dirigentes de fundos de pensão; *Business Judgment Rule*.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA ALGORÍTMICA NOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO PROCESSO DE DEFINIÇÃO DA REPERCUSSÃO CONSTITUCIONAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

André Lopes de Sousa[1]; Jefferson Carlos Carus Guedes[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; andre.lopes@sempreceub.br [2] Docente Orientador CEUB; jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa encontra-se em fase inicial e tem como objetivo demonstrar a ausência de transparência algorítmica na seleção dos processos timbrados de repercussão geral, no recurso extraordinário. Tal opacidade compromete a clareza e a previsibilidade do devido processo legal, sujeitando-o a vieses algorítmicos indesejados. A falta de critérios explícitos de seleção afeta diretamente a legitimidade das decisões e coloca, em risco, a confiança social no Supremo Tribunal Federal, sobretudo, na filtragem de casos destinados a produzir efeitos vinculantes. O estudo pretende evidenciar de que forma a utilização de sistemas automatizados sem mecanismos de explicabilidade pode interferir na efetividade de direitos fundamentais e nos princípios estruturantes do processo constitucional. A análise parte da constatação de que a digitalização crescente das atividades judiciais exige não apenas eficiência técnica, mas também mecanismos claros de controle democrático, capazes de garantir segurança jurídica e *accountability* institucional. A metodologia adota revisão bibliográfica e documental com ênfase em textos provenientes da área de tecnologia da informação, além de estudos jurídicos em direito constitucional e processual. O enfoque interdisciplinar permite examinar o impacto dos algoritmos sobre o processo decisório, cruzando perspectivas técnicas e jurídicas, para identificar riscos e propor critérios objetivos de transparência. O contexto da pesquisa também incorpora contribuições da engenharia de *software*, área na qual o pesquisador desenvolve formação acadêmica, possibilitando a compreensão técnica aprofundada sobre o funcionamento dos algoritmos. O objetivo central consiste em avaliar se o modelo atual de seleção observa os parâmetros constitucionais e propor caminhos, para assegurar maior transparência e legitimidade.

Palavras-Chave: transparência algorítmica; repercussão geral; devido processo legal.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A CONSENSUALIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES NORMATIVOS E INSTITUCIONAIS A PARTIR DA LINDB

Fábio Lucas de Albuquerque Lima[1]; **Sandro Lúcio Dezan**[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; fabiolucas74@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; sandro.dezan@ceub.edu.br

A transação para fins de não persecução punitiva entre a administração e o particular é um fenômeno novo no direito administrativo brasileiro. A consensualidade no poder público adveio, para resolver problemas jurídicos de forma mais dialogada com a sociedade e o mercado e para fugir da heteronomia do Poder Judiciário. As resistências ao modelo mais eficiente da concertação dos problemas jurídicos entre a administração e o particular decorrem da administração culturalmente verticalizada. As alterações na LINDB, em 2028, mediante a promulgação da Lei nº 13.655, impuseram desafios institucionais, visando à mudança da cultura organizacional no sentido de maior adoção da solução consensualizada, por meios adequados de solução de problemas jurídicos, como a mediação instrumentalizada por termo de compromissos ou termos de ajustamento de conduta. Diante desse contexto, analisam-se os potenciais, os limites e os desafios normativos, institucionais e tecnológicos da consensualidade no direito administrativo sancionador na administração pública federal, de 2018 a 2026. A estratégia metodológica é desenvolvida em 2 partes. A primeira, eminentemente teórica, divide-se em 2 capítulos. O capítulo 1 apresenta a discussão sobre a consensualidade, desde a "protoconsensualidade", que antecedeu os normativos após a Constituição de 1988, até o debate entre principialismo e consequencialismo. O capítulo 2 discute o problema cultural da administração pública federal verticalizada em constante resistência à adoção do modelo dialógico e consensual típico de abertura à coparticipação do cidadão, nos atos e nos negócios administrativos. A segunda parte da tese analisa aspectos qualitativos e quantitativos da aplicação normativa de termos de compromisso e termos de ajustamento de condutas pela administração federal e seus reflexos institucionais no direito administrativo sancionador brasileiro. Divide-se, de igual maneira, em 2 capítulos. O capítulo 3 desenvolve-se sobre a análise documental da legislação federal que consagrou a consensualidade no direito positivo pátrio. O capítulo 4 examina dados quantitativos da aplicação da consensualidade nas agências reguladoras e nas autarquias de natureza especial federais, para entender a evolução da aplicação das alterações da LINDB no comportamento de entidades autárquicas e agências reguladoras federais, bem como os desafios normativos, institucionais e tecnológicos que são dispostos diante da nova sistemática de resolução de conflitos do direito sancionador. Como resultados esperados, tem-se a mudança de paradigma normativo-institucional, impactado por resistências decorrentes de um modelo anterior, em que tradicionalmente a doutrina e a prática administrativa impunham ao particular uma submissão à unilateralidade do ato administrativo, mas que permite atualmente uma flexibilidade pela mediação e pela transação administrativa, sob a perspectiva do direito administrativo estratégico, mais dialógico e mais eficiente.

Palavras-Chave: direito administrativo sancionador; administração pública; termo de ajustamento de conduta.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A CRIMINALIZAÇÃO DO FURTO INSIGNIFICANTE COMO OBSTÁCULO À REALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA SUBSTANTIVA INCLUSIVA

Tulio Max Freire Mendes[1]; Bruno Tadeu Palmieri Buonicore[2]

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; tulio.mendes@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; bruno.buonicore@ceub.edu.br

A dissertação compreende a análise crítica do direito penal, valendo-se da verificação ancorada no paradigma da reação social dos efeitos dos processos de criminalização, superando a falsa impressão da suficiência da não punição, pois subsistem as consequências da criminalização não apagadas pela simples não imposição de pena. Examina-se criticamente a persistência da criminalização do furto insignificante no Brasil, ainda que não punido em alguns casos, sobretudo quando cometido por sujeitos em situação de vulnerabilidade, em face de grandes estabelecimentos comerciais, como supermercados. A prática da aplicação do princípio da insignificância, de forma casuística e teoricamente inadequada, reforça a seletividade, a exclusão social e a desumanização no sistema penal, dificultando a concretização da democracia substancialmente inclusiva. O estudo parte de um diagnóstico normativo e sociológico sobre a permanência do punitivismo seletivo diante de condutas de ínfima ofensividade, articulando-o com uma investigação teórica e dogmática que busca alternativas fundadas nos princípios do reconhecimento, da justiça distributiva e da reparação histórica. A crítica dirige-se à função simbólica e repressiva do direito penal, sustentando o compromisso com a superação da racionalidade punitiva excludente. Quatro hipóteses integram a pesquisa. A primeira, de cunho estrutural, defende que a criminalização do furto de valor irrelevante, em face de grandes estabelecimentos comerciais, atua como mecanismo de manutenção da desigualdade, desumanizando os autores e negando-lhes reconhecimento, ao tratar fatos de mínima lesividade com o rigor do direito penal destinado a ofensas expressivas a bens jurídicos. A segunda, de natureza jurídico-política, sustenta que a imposição de pena em situações de ínfima ofensividade é ilegítima sob a ótica da teoria da justiça de John Rawls, pois viola o princípio da proporcionalidade e contraria a função democrática do direito penal, em especial, quando incide sobre grupos historicamente vulnerabilizados e racializados. A terceira identifica, na seletividade penal, a manifestação contemporânea de racionalidade punitiva de matriz colonial, perpetuadora de desigualdades sociais e raciais em consonância com reflexões de Achille Mbembe, Sueli Carneiro e Eugenio Raúl Zaffaroni. Por fim, a quarta hipótese propõe uma agenda de superação, indicando a necessidade de alternativas baseadas no reconhecimento, na ética da alteridade, na reparação histórica e na justiça distributiva. A proposta da descriminalização judicial do furto contra grandes empresas figura no cenário de reconstrução do direito penal verdadeira e democraticamente mínimo, mediante a delimitação de crime como ofensa grave a direitos fundamentais.

Palavras-Chave: furto; insignificância; democracia inclusiva; seletividade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A DEFENSORIA PÚBLICA NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS: UMA ANÁLISE DA LEGITIMIDADE E DA ATUAÇÃO NAS AÇÕES COLETIVAS ENVOLVENDO CONFLITOS POSSESSÓRIOS E USUCAPIÃO

Filipe Bastos Nogueira[1]; **Jefferson Carlos Carus Guedes**[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; filipe.nogueira@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; jefferson.guedes@ceub.edu.br

A presente tese investiga a legitimidade e a adequação da Defensoria Pública, para atuar como protagonista em processos estruturais, envolvendo conflitos possessórios e ações de usucapião coletivo. A investigação adota metodologia predominantemente dedutiva, partindo de premissas constitucionais e legais, para construir modelo teórico de aplicação prática e verificar sua coerência com a realidade social. Com efeito, utiliza-se pesquisa bibliográfica nacional e estrangeira, análise jurisprudencial e estudo de casos paradigmáticos, a fim de demonstrar que a Defensoria Pública tem legitimidade constitucional e legal consolidada para o manejo de ações coletivas estruturais, voltadas à tutela de direitos fundamentais. O presente trabalho procura evidenciar que os processos estruturais constituem paradigma inovador na compreensão da função jurisdicional contemporânea, caracterizando-se pela natureza prospectiva, pela continuidade temporal e pela flexibilidade procedimental. Desta feita, conflitos possessórios urbanos e ações de usucapião coletivo revelam-se manifestações de problemas estruturais diretamente relacionados ao déficit habitacional, à exclusão social e à inadequação das políticas públicas habitacionais, demandando soluções que transcendam a lógica binária e limitada da jurisdição tradicional. Nessa perspectiva, a investigação propõe modelo teórico-prático para a atuação da Defensoria Pública em processos estruturais, estabelecendo princípios orientadores específicos: adequação da representação, participação democrática dos grupos sociais envolvidos e efetividade estrutural das medidas determinadas. É possível afirmar que tal modelo contempla metodologia de identificação de demandas de natureza estrutural, estratégias processuais inovadoras e indicadores objetivos de efetividade que permitem mensurar, de forma crítica, os impactos sociais, jurídicos e institucionais das intervenções realizadas, contribuindo para o fortalecimento da função constitucional da Defensoria Pública.

Palavras-Chave: conflitos possessórios; processos estruturais; direito à moradia.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A HISTÓRIA DA RELAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS E CORRUPÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E CORTES INTERNACIONAIS

Raul Sousa Silva Júnior[1]; Alice Rocha da Silva[2]

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; raulsousasilvajunior@gmail.com [2] Docente Orientadora CEUB; alice.silva@ceub.edu.br

A presente pesquisa tem como tema principal a análise dos julgados no Supremo Tribunal Federal e em Cortes internacionais, especialmente a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional, com o objetivo de analisar a relação entre a corrupção e os direitos humanos, no período de 2021 a 2025, comparando como as condutas pessoais e as profissionais existentes nos diversos grupos sociais apresentam trajetórias históricas cheias de violência e de conflitos de interesses entre público e privado que demandam crescente cooperação interinstitucional entre os órgãos jurisdicionais, os de controle e a sociedade civil organizada. O método é a pesquisa bibliográfica, e a metodologia é a abordagem qualitativa que destaca pesquisa de textos legais, doutrinários e jurisprudenciais. Os resultados a ser obtidos pretendem expor a relevância de promover ações de divulgação para a educação em direitos humanos, no sentido de que os órgãos jurisdicionais, tanto a Suprema Corte brasileira quanto os Tribunais internacionais, devem pautar-se como grupos de agentes públicos que não somente resolvem conflitos violadores desses direitos, mas também devem garantir a democracia, o Estado de direito e o bem comum, mesmo em contextos de avanços antidemocráticos de radicalismos de agentes políticos parceiros de donos de grandes corporações que priorizam os interesses particulares em detrimento da maioria das populações humanas, inclusive, no sentido de criticar narrativas do senso comum que ignoram a historicidade dos direitos humanos, inerentes a todos os indivíduos pela condição de ser parte da humanidade, bem como problematizar discursos que limitam referidos direitos a pequenos segmentos sociais ou os relacionam a determinado grupo político, partidário ou ideológico, não raramente, com discursos de ódio e crimes contra a honra que escondem atos de corrupção violadores de direitos humanos. Por fim, as conclusões do referido estudo pretendem fomentar o debate sobre o respeito dos interesses públicos, a democracia, o Estado de direito e o bem comum, sem os quais não se podem reparar as violações de direitos humanos tanto das maiorias quanto das minorias sociais.

Palavras-Chave: corrupção; direitos humanos; direito internacional.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ECOLÓGICAS COMO MEIO DE EFETIVAR A SAÚDE DOS POVOS DOS ESTADOS DO NORTE DO BRASIL MEDIANTE A CONSERVAÇÃO DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Matheus Arudhá Bucar Reis[1]**; Márcia Dieguez Leuzinger**[2]

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; matheusarudha@gmail.com [2] Docente Orientadora CEUB; marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O presente projeto de pesquisa busca afirmar que os desmatamentos e os incêndios florestais ocorridos na região norte do Brasil têm influências negativas significativas sobre a saúde das populações que habitam essa região, com ênfase especial nos indígenas, que apresentam maior vulnerabilidade aos impactos ambientais. A manutenção e a proteção dos territórios indígenas constituem-se como elemento essencial para a promoção da saúde dessas populações, pois a preservação ambiental contribui diretamente para a redução da proliferação de doenças advindas da queima florestal e do desmatamento, impactando positivamente a qualidade de vida dos habitantes da região. Ademais, a conservação dessas áreas contribui para a diminuição de índices de mortalidade, decorrentes da melhoria da qualidade do ar, da água e do ambiente em geral, promovendo um equilíbrio ambiental que repercute diretamente na saúde coletiva. Além disso, a redução dos impactos ambientais negativos decorrentes da destruição florestal possibilita a diminuição dos custos com saúde pública, por parte do governo federal, permitindo que os recursos financeiros sejam melhor alocados e distribuídos, ampliando a eficiência do investimento em políticas públicas e garantindo incremento substancial na qualidade de vida da população do norte do país. A implementação de políticas públicas ecológicas e de preservação ambiental constitui-se, portanto, como o meio mais eficiente para proteger os territórios indígenas e, consequentemente, promover melhorias de saúde para a população local. Entretanto, o modo de implementação e efetividade dessas políticas representa um desafio concreto que deve ser solucionado, exigindo planejamento estratégico, articulação institucional e engajamento das comunidades locais, para assegurar resultados sustentáveis a longo prazo na proteção ambiental e na promoção da saúde pública regional.

Palavras-Chave: direito ecológico; políticas públicas ecológicas; conservação de territórios indígenas.

A INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO PROCESSO ARBITRAL: PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

João Paulo Santos Borba[1]**; Gustavo Ferreira Ribeiro**[2]

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; joao.borba@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A preservação da autonomia do método de solução de disputas relacionadas a contratos administrativos complexos tem relevância na decisão estratégica de o setor privado investir em empreendimentos públicos, visto que a longa duração dos contratos, os vultosos recursos financeiros a ser aplicados e a complexidade da matéria representam fatores que são avaliados racionalmente pelos agentes econômicos. Logo, a criação de ambiente negocial confiável é imprescindível para atração de recursos privados oriundos dos grandes agentes econômicos que pretendem investir em empreendimentos públicos, como, por exemplo, contratos de concessão de serviços públicos. Destaque-se que a opção de utilização da arbitragem em contratos administrativos complexos reduz os custos financeiros e os riscos jurídicos do negócio, o que representa fator positivo na avaliação estratégica do agente econômico que pretende realizar investimentos em empreendimentos públicos. Em razão da celeridade na resolução do litígio, assim como da competência técnica dos julgadores, entre outras características, a arbitragem representa fator que estimula o setor privado a disputar concessões de serviços públicos, na medida em que atende o interesse dos agentes econômicos na proteção dos investimentos realizados. Assim, a utilização da arbitragem como elemento da política pública de atração de investimento privado deve ser aprimorada, no sentido de manter e ampliar a criação de ambiente negocial favorável com a administração pública. Diante desse contexto, a possibilidade de o Poder Judiciário intervir no processo arbitral, inclusive anulando as sentenças arbitrais, pode fragilizar a utilização da arbitragem como instrumento de política governamental de atração de investimentos. Diante desse contexto, a pergunta de pesquisa a que se pretende responder é se é necessário reformular os limites legais de interferência do Poder Judiciário no processo arbitral como forma de preservar a opção de utilização da arbitragem como elemento da política pública de atração de investimentos privados para a realização de grandes empreendimentos públicos. A investigação que se busca realizar é baseada na avaliação metodológica qualitativa, na análise de conteúdo. A coleta de dados é efetuada mediante pesquisa de decisões judiciais proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre as situações de intervenção do Poder Judiciário no processo arbitral. A delimitação da pesquisa ao STJ decorre de que a citada Corte é responsável por uniformizar a interpretação da legislação federal em todo o Brasil, inclusive da legislação de arbitragem. A pesquisa inicial demostra que as decisões emanadas pelo STJ foram no sentido de preservar a autonomia da arbitragem como método escolhido voluntariamente pelas partes para a resolução de disputas contratuais.

Palavras-Chave: arbitragem; administração pública; intervenção do Poder Judiciário.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A LACUNA NO ARRANJO INSTITUCIONAL ESTRATÉGICO A LONGO PRAZO DO ESTADO BRASILEIRO

Luciano Ferreira de Sousa[1]; Marcelo Dias Varella[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; lucianolfss@gmail.com.br [2] Docente Orientador CEUB; marcelo.varella@ceub.edu.br

A presente tese tem o desiderato de analisar a lacuna no arranjo institucional brasileiro estratégico, a longo prazo. Historicamente, há o consenso de que o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, 1939-1943, é a célula *mater* no que se refere ao planejamento a longo prazo do Estado brasileiro. Seguiram-se a ele diversos planejamentos no modelo *top down*, que perpassaram governos (política de Estado) e conseguiram, em maior ou menor medida, ser o farol para o desenvolvimento brasileiro, como, por exemplo, o Plano de Metas de JK. Ocorre que, não se pode precisar o motivo, esse farol foi desligado em 1985, com o fim do III Plano Nacional de Desenvolvimento. A partir de 1991, o protagonismo coube ao PPA, cujo foco é o orçamento, razão pela qual se cria uma confusão doutrinária e o PPA joga em duas posições: orçamento e planejamento. No caso da última, o planejamento, há a inércia na passagem de bastão do planejamento a longo prazo do Estado brasileiro, deligado em 1985. A retomada da corrida de revezamento, do pensar o Brasil a longo prazo, necessita, fundamentalmente, do preenchimento do vácuo no arranjo institucional, no seu mais alto nível – a política nacional estratégica a longo prazo – tendo em vista que a Constituição dispõe, claramente, sobre a responsabilidade do Estado em projetar o desenvolvimento e o planejamento, conforme elencado no seu preâmbulo, bem como em um dos objetivos fundamentais da República brasileira e nos artigos 23, 174 e 193. Esse vácuo, no topo do arranjo, deságua em desorganização das políticas públicas, com sobreposição, falta de sinergia e campos magnéticos a guiá-las. É por meio do direito, com criação de Lei para o preenchimento do vácuo, que se fará o almejado arranjo institucional, conferindo, então, direção, intensidade e um ponto de aplicação (força) às inúmeras políticas setoriais. Por fim, verifica-se que o planejamento estratégico a longo prazo, geralmente, costuma ser tema dos mais importantes em diversos países, como na China, nos Estados Unidos, na França, na Espanha, no Reino Unido, na Rússia, entre outros. Governos, *think tanks* e centros especiais reúnem profissionais especializados, encarregados pela nobre tarefa de descortinar os diversos aspectos que impactarão a posteridade, como, por exemplo, tecnologia, educação, saúde, trabalho, meio ambiente, defesa. O imbricamento das interfaces resultantes dessa projeção serve de norte para a sociedade dessas nações e moldam, sobretudo, as prioridades e as diretrizes das políticas públicas dos diversos setores.

Palavras-Chave: lacuna; desenvolvimento; planejamento.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A LEGITIMIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DAS NOTÍCIAS FALSAS POR MEIO DO MÉTODO TRIALISTA: A INFORMAÇÃO COMO BEM JURÍDICO-PENAL COLETIVO

Túlio Arantes Bozola[1]; Bruno Tadeu Palmieri Buonicore[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; tulio.bozola@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; bruno.buonicore@ceub.edu.br

A tutela penal dos bens jurídicos coletivos vem-se intensificando nas últimas décadas e gerando uma política de criminalização, o que tem causado intermináveis controvérsias entre os estudiosos que defendem o direito penal compatível com o Estado constitucional e democrático de direito. Esse movimento traz à tona discussões relevantes sobre os limites do poder punitivo estatal, especialmente quando se busca proteger bens difusos de caráter imaterial e de difícil delimitação, como é o caso da informação. Diante de tal circunstância, a pergunta norteadora da pesquisa é se é legítima a tutela penal da informação como bem jurídico coletivo por meio da criminalização das notícias falsas. O estudo adota o método trialista, concebido por Miguel Reale, que integra os aspectos normativos, fáticos e axiológicos do fenômeno jurídico, permitindo uma abordagem ampla e sistemática. Assim, a informação é analisada não apenas como um dado comunicacional, mas também como um bem jurídico-penal coletivo que garante o funcionamento adequado da democracia, a livre formação da opinião pública e a proteção contra manipulações sociais em larga escala. Nesse sentido, compreende-se que a difusão de notícias falsas atinge não apenas indivíduos isolados, mas também a própria coletividade, restringindo a confiança nas instituições e comprometendo a esfera pública de deliberação. A pesquisa busca, portanto, refletir sobre a legitimidade da intervenção penal nesse campo, considerando os riscos do direito penal simbólico ou excessivo, mas reconhecendo a necessidade de respostas proporcionais diante da gravidade concreta dos impactos sociais das *fake news*, especialmente em sociedades marcadas pela hiperconectividade digital.

Palavras-Chave: tutela penal; *fake news*; método trialista.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA E A CONVALIDAÇÃO DE TEMPO DE TRABALHO REALIZADO NO EXTERIOR EM PAÍSES QUE NÃO TÊM ACORDO PREVIDENCIÁRIO INTERNACIONAL COM O BRASIL

Renan Fowler Barros[1]; Alice Rocha da Silva[2]

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; renanfwbr@gmail.com [2] Docente Orientadora CEUB; alice.silva@ceub.edu.br

O presente trabalho visa averiguar as possibilidades jurídicas existentes àquele que exerce trabalho no exterior, em país que não tem acordo no âmbito previdenciário com o Brasil e deseja convalidar o período trabalhado. Investiga-se se há prejuízos à aposentadoria desses trabalhadores nos casos em que a convalidação não é permitida e quais seriam as possíveis soluções no campo jurídico e no das políticas públicas para que esses trabalhadores detenham a fruição de seu direito fundamental à aposentadoria garantido. Foi nessa toada que se verificou a possibilidade de aproximação da teoria de direito administrativo global com a do processo estrutural, diante da ausência do instrumento clássico ou tradicional, o Acordo Previdenciário Internacional, tendo em vista ser de suma importância para a efetivação da aposentadoria de brasileiros que escolhem sair do Brasil para a busca de melhor qualidade de vida, mas decidem voltar quando da velhice e precisam convalidar o tempo de trabalho no exterior, em terras brasileiras. Nesse caso, é preciso serem levadas em consideração as situações sobre a inexistência de tal Acordo Previdenciário, por representar prejuízo ao direito de aposentadoria do trabalhador. Além disso, foram verificadas as nuanças no caso de ampliação da consideração de tempo de trabalho, notadamente, pois isso ampliaria a quantidade de pessoas que poderiam aposentar-se de forma mais rápida. Ademais, a expectativa de vida da população ocidental, o que não foge ao Estado brasileiro, está mais alta, e isso colabora com as dificuldades nas contas públicas dos Estados nacionais. Uma solução estruturante para o direito à aposentadoria desses trabalhadores precisaria considerar todas as peculiaridades da política previdenciária, em especial, a brasileira, que consome grande parte dos recursos estatais anualmente.

Palavras-Chave: direito previdenciário; acordo previdenciário internacional; aposentadoria.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A POSSIBILIDADE DO ACÚMULO DO BOLSA FAMÍLIA AOS BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO-RECLUSÃO: INSTRUMENTO DE POLÍTICA CARCERÁRIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE DIREITOS SOCIAIS

José Henrique Ferreira Bonna[1]; Alice Rocha da Silva[2]

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; jose.bonna@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; alice.silva@ceub.edu.br

O presente trabalho pretende defender a possibilidade de acúmulo do Bolsa Família aos beneficiários do auxílio-reclusão, entendendo essa combinação como instrumento relevante de política pública penitenciária e mecanismo de efetivação dos direitos humanos e dos direitos sociais. A pesquisa tem como recorte empírico os presos do Sistema Prisional do Distrito Federal e seus familiares, com o propósito de demonstrar que os benefícios em questão, quando concedidos cumulativamente, funcionam como importantes fontes de apoio social, capazes de assegurar melhores condições de vida aos internos e, de forma reflexa, aos seus núcleos familiares. Busca-se evidenciar que a manutenção de uma rede mínima de proteção social, ainda que em situações de restrição de liberdade, constitui elemento fundamental para reduzir a vulnerabilidade econômica, evitar a marginalização das famílias e fortalecer a dignidade humana dos reclusos. Além disso, o estudo pretende demonstrar que o acúmulo poderá contribuir para a política pública penitenciária voltada à pacificação do ambiente intramuros, uma vez que o recebimento dos benefícios estaria condicionado à obrigatoriedade do bom comportamento dos presos durante o cumprimento da pena, funcionando como incentivo concreto à disciplina e ao respeito às normas carcerárias. Assim, é realizada uma pesquisa exploratória com aplicação de questionário elaborado ou uma entrevista sistematizada, ou ambos, aos presos do Sistema Prisional do Distrito Federal e a seus familiares, visando à coleta de dados sobre o recebimento ou não do bolsa família e o auxílio-reclusão, bem como sobre qual seria o reflexo comportamental destes presos quanto à exigência de seu bom comportamento no cumprimento de pena.

Palavras-Chave: bolsa família; auxílio-reclusão; acúmulo de benefíciosos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA IDOSA DIANTE DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS, ACESSO À JUSTIÇA E ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO CUSTOS *VULNERABILIS*

Andréia Susi Leardini[1]**; Antonio Henrique Graciano Suxberger**[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; andreia.leardini@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; antonio.suxberger@ceub.edu.br

O envelhecimento populacional e a inversão da pirâmide etária no Brasil impõem novos desafios jurídicos e institucionais. O modelo tradicional da curatela, quando aplicada de forma ampla e indiscriminada, mostra-se excessivamente restritivo, ao passo que a tomada de decisão apoiada, embora seja um avanço normativo previsto no Código Civil, ainda não garante a proteção necessária para pessoas idosas em estágios iniciais de demência ou em situações de vulnerabilidade patrimonial e social. Esse descompasso gera um vazio de tutela: ora o idoso é submetido a uma curatela excessiva, perdendo autonomia, ora é deixado sem proteção efetiva, ficando exposto a abusos, fraudes e dilapidação de seu patrimônio. A problemática jurídica central da pesquisa está, portanto, na insuficiência do binômio curatela–decisão apoiada, para responder adequadamente à complexidade do envelhecimento. A legislação carece de mecanismos mais sofisticados que conciliem proteção e autonomia, considerando tanto a cognição quanto a capacidade instrumental do indivíduo de executar suas decisões. Ademais, a sobrecarga de cuidados recai, em geral, sobre mulheres da família, sem reconhecimento ou remuneração, revelando também a dimensão de gênero a ser enfrentada. A contribuição original da pesquisa consiste em propor novo marco jurídico e institucional da capacidade civil no envelhecimento que vá além da dicotomia atual. Pretende-se sugerir critérios normativos graduais para a tomada de decisão apoiada, com instrumentos de publicidade (como registro em cartório), regras de segurança patrimonial (ex.: negócios de grande vulto só com anuência conjunta de apoiadores e apoiado), poderes de intervenção judicial dos apoiadores e responsabilização criminal de terceiros que explorem a vulnerabilidade do idoso. Além disso, são discutidas alternativas, como a criação de curadorias públicas, a previsão de remuneração adequada para curadores familiares e a implementação de políticas de apoio em serviços comunitários, como centros de convivência e modalidades de “creches para idosos”, voltadas a famílias que não conseguem prover cuidados em tempo integral. Dessa forma, a pesquisa busca integrar a teoria dos direitos fundamentais, o Direito Civil e as políticas públicas, para assegurar aos idosos não apenas sobrevivência, mas também dignidade, autonomia e efetiva proteção jurídica.

Palavras-Chave: envelhecimento populacional; capacidade civil; tomada de decisão apoiada.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A REGULAÇÃO AMBIENTAL EXTRATERRITORIAL E A SOBERANIA ECONÔMICA: IMPACTOS JURÍDICOS DA REGULAMENTAÇÃO ANTIDESMATAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Adriana Cordeiro da Rocha Abrão[1]; Nitish Monebhurrun[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; arcarp@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

O presente projeto de pesquisa investiga os impactos jurídicos e institucionais decorrentes da implementação da Regulamentação Antidesmatamento da União Europeia (EUDR) sobre as políticas públicas e o ordenamento jurídico brasileiro, com enfoque nos desafios impostos à soberania econômica nacional. A EUDR estabelece critérios ambientais rigorosos para a entrada de produtos no mercado europeu, exigindo comprovação de que não advieram de áreas desmatadas, o que pode afetar diretamente países exportadores de *commodities* agroindustriais, como o Brasil. O objetivo central da pesquisa é analisar de que modo a regulação ambiental extraterritorial da União Europeia repercute sobre a estrutura normativa e institucional brasileira, avaliando seus efeitos sobre a capacidade regulatória do Estado, a formulação de políticas públicas e a conformidade com os princípios constitucionais de soberania, desenvolvimento sustentável e cooperação internacional. O método adotado é qualitativo, de natureza exploratória e descritiva com base em revisão bibliográfica e documental, análise normativa comparada e estudo de casos representativos. A pesquisa examina, inicialmente, o contexto internacional da regulação ambiental, a fundamentação jurídica da EUDR e sua relação com o direito internacional do comércio e do meio ambiente. Em seguida, analisa os desafios enfrentados pelo Brasil diante da exigência europeia de rastreabilidade, controle do desmatamento, transparência fundiária e articulação federativa, identificando lacunas institucionais e normativas que dificultam a conformidade nacional. Por fim, confronta a EUDR com os dispositivos constitucionais brasileiros e os tratados multilaterais, investigando se a norma europeia configura barreira não tarifária e quais são as alternativas jurídicas e políticas para a defesa da soberania regulatória do país. Busca-se avaliar se a EUDR representa não apenas um instrumento de proteção ambiental, mas também um desafio à autonomia normativa dos Estados exportadores, operando como barreira não tarifária e exigindo adaptações institucionais e legislativas no Brasil. A pesquisa visa a estudar se a regulação europeia impulsiona a modernização dos instrumentos de política ambiental brasileiros e se a sua implementação, sem adequada articulação, pode gerar exclusão de produtores do mercado europeu, afetando negativamente setores estratégicos da economia e comunidades tradicionais.

Palavras-Chave: regulação ambiental extraterritorial; soberania econômica; Lei Antidesmatamento Europeia.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A REGULAÇÃO DOS SEGUROS OBRIGATÓRIOS E FUNDOS COMPENSATÓRIOS: UMA SOLUÇÃO ALTERNATIVA PARA OS DESAFIOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Victória Alves Ruenreang[1]; Liziane Paixão Silva Oliveira[2]

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; victoria.alves@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; liziane.oliveira@ceub.edu.br

A tese busca analisar juridicamente os seguros obrigatórios e os fundos compensatórios como uma solução alternativa viável para os desafios contemporâneos da responsabilidade civil dos sistemas de inteligência artificial no Brasil. Apesar de tais desafios não serem completamente novos e concentrarem-se, na sua maioria, na dificuldade prática de comprovação dos pressupostos legais necessários para gerar a obrigação de indenizar, a norma vigente que disciplina a matéria mostra-se, de maneira geral, apta a oferecer respostas adequadas a partir de seus próprios fundamentos teóricos. Contudo, essa norma pode ser aprimorada de forma significativa, para garantir maior efetividade de suas funções reparatórias, sancionatórias ou preventivas por meio da implementação de seguros obrigatórios e de fundos compensatórios. A utilização de seguros obrigatórios, ao substituir o regime tradicional de responsabilidade civil extracontratual dos sistemas de inteligência artificial e ao cobrir riscos pessoais ou responsabilidade contra terceiros em categorias de alta complexidade, incluindo o avanço de tecnologias digitais emergentes, torna-se uma ferramenta essencial para a adequada alocação da responsabilidade por danos. Em conjunto, na eventual falta de cobertura de um seguro obrigatório, os fundos compensatórios, financiados e operados pelo Estado ou por outras instituições competentes podem ser utilizados de maneira eficaz, para proteger as vítimas que possuem o direito legítimo de ser indenizadas, mas cujas pretensões não podem ser atendidas de outra forma, garantindo, assim, a segurança jurídica, a justiça reparatória e a confiança social nas novas tecnologias, configurando uma solução integrada e equilibrada para os desafios da responsabilidade civil, em face da inteligência artificial.

Palavras-Chave: responsabilidade civil extracontratual; direito digital; seguros obrigatórios.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A RELEITURA DO ENUNCIADO DE SÚMULA 377 DO STF À LUZ DA HERMENÊUTICA EVOLUTIVA

Sophia Batista Rech[1]; Luiz Edson Fachin[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; rech.sophia@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; luiz.fachin@uniceub.br

Mudanças profundas e contínuas ocorreram na sociedade, ao longo dos anos, tornando necessária a readequação de vários setores que permaneceram estagnados perante o mundo globalizado e extremamente dinâmico. O ordenamento jurídico é, sem dúvida, um desses setores que demandam constante atualização e reflexão. Com o passar dos anos, é necessário que haja uma releitura crítica e cuidadosa a fim de que a legislação vigente se torne condizente com a realidade social, econômica e cultural atual. Tradicionalmente, o enunciado de Súmula 377 do STF foi editado, de forma a possibilitar a comunicação de bens adquiridos onerosamente, durante o casamento, mesmo quando adotado o regime da separação obrigatória. Contudo, diante das transformações sociais, culturais e jurídicas ocorridas, a comunicabilidade dos bens passou a gerar insegurança jurídica quando aplicada no contexto contemporâneo, sendo, portanto, questionada à luz da nova realidade constitucional. A hermenêutica evolutiva, ao reconhecer que o texto normativo deve ser interpretado de modo flexível, conforme as exigências atuais e contemporâneas da sociedade, permite uma releitura mais coerente da Súmula, buscando conferir maior harmonia entre a norma e os princípios que regem as relações jurídicas contemporâneas de forma efetiva. O estudo tem como foco principal elucidar a insegurança jurídica que o referido enunciado de Súmula acarreta aos dias atuais, com base em análises de doutrinadores renomados e na jurisprudência consolidada sobre o tema, buscando demonstrar a real necessidade de que a Súmula seja interpretada e compreendida à luz da hermenêutica evolucionista e do contexto social e jurídico atual.

Palavras-Chave: regime de separação legal de bens; vulnerabilidade; Súmula 377 do STF.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DO ESTADO: CONCAUSA, FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO. DE QUEM É A "CULPA": DA NATUREZA OU DO ESTADO?

Mikaela Minaré Braúna[1]; Márcia Dieguez Leuzinger[2]

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; mikaela.brauna@sempreceub.br [2] Docente Orientadora CEUB; marcia.leuzinger@ceub.edu.br

Este trabalho discute a responsabilidade do Estado diante de desastres ambientais, no Brasil, tomando como exemplo recentes catástrofes no Rio Grande do Sul. Inicialmente, tais eventos são atribuídos às mudanças climáticas e a fenômenos naturais. Contudo, a análise revela que, muitas vezes, a verdadeira causa está na omissão ou na fragilidade das políticas públicas ambientais, contrariando o dever previsto no artigo 225 da Constituição, que garante a todos o direito ao meio ambiente equilibrado. O texto destaca o princípio da proibição do retrocesso ambiental, segundo o qual conquistas jurídicas e normativas não podem ser reduzidas, sob pena de comprometer o "mínimo existencial ecológico". Porém, nota-se o enfraquecimento constante das políticas ambientais, seja pela falta de regulamentação, seja por mudanças legislativas motivadas por interesses econômicos, como no Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012). Essa legislação flexibilizou áreas de proteção, gerando insegurança jurídica e violando o princípio da precaução. O retrocesso é percebido tanto na revogação de instrumentos jurídicos como na diminuição da eficácia e da eficiência de normas de proteção ambiental. Isso se reflete na dificuldade de atribuir responsabilidade por danos ambientais, uma vez que o nexo causal entre conduta e dano é complexo, podendo envolver múltiplos fatores: causas naturais, ações humanas, omissões estatais e falhas legislativas. A doutrina aponta para a responsabilidade proporcional, baseada na probabilidade de determinada conduta ter contribuído para o resultado danoso. Outro ponto abordado é a noção de concausalidade, em que múltiplos fatores simultâneos contribuem para o dano ambiental. Nesse sentido, políticas públicas mal planejadas ou negligentes não podem ser descartadas como causa relevante. Assim, mesmo diante de casos fortuitos ou força maior, como eventos naturais extremos, a omissão estatal pode configurar responsabilidade solidária ou concorrente. O princípio da precaução é enfatizado como fundamental e exige que, diante da incerteza científica, sejam adotadas medidas preventivas, para evitar danos graves e irreversíveis ao meio ambiente. Diante disso, cabe ao Estado adotar políticas públicas eficazes que considerem os riscos ambientais em sua realidade geográfica e histórica, evitando as licenças ambientais sem estudos de impacto, a exploração desordenada de áreas protegidas e a falta de fiscalização de atividades nocivas. Do ponto de vista jurídico, a responsabilidade civil do Estado é prevista no artigo 37, §6º, da Constituição, e, especificamente em matéria ambiental, no artigo 225, §3º. Dessa forma, quando as políticas públicas se mostram insuficientes ou fragilizadas por interesses econômicos, não é possível atribuir exclusivamente aos eventos naturais a causa dos desastres. O Estado, ao falhar em adotar medidas de prevenção e gestão, assume papel de corresponsável pelos danos. Conclui-se que, embora desastres ambientais possam ter origens múltiplas, a ausência ou a flexibilização das políticas públicas ambientais intensificam os riscos e os efeitos danosos. A responsabilidade estatal deve ser reconhecida não apenas como gestora de riscos, mas como agente na preservação ambiental, garantindo o equilíbrio ecológico e os direitos de presentes e futuras gerações.

Palavras-Chave: desastres ambientais; responsabilidade; políticas públicas.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A RESPONSABILIDADE DOS GRUPOS DE SOCIEDADES NO ÂMBITO DA AUTONOMIA PATRIMONIAL

Marco Antônio Resende Sampaio Filho[1]; Daniel Amin Ferraz[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; marcoantoniorsampaio@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; daniel.ferraz@ceub.edu.br

A tese examina a responsabilidade dos grupos de sociedades no ordenamento jurídico brasileiro, com especial enfoque sobre os limites e as flexibilizações da autonomia patrimonial. Parte-se da constatação de que a legislação brasileira regula, de forma limitada, os grupos societários, restringindo-se, essencialmente, aos chamados *grupos de direito,* previstos nos artigos de 265 a 277 da Lei das Sociedades por Ações. Entretanto, grande parte dos grupos atuantes na prática são, de fato, formados por sociedades vinculadas por relações econômicas, financeiras e jurídicas, ainda que não formalizadas nos termos legais. A pesquisa analisa a centralidade do poder de controle como elemento estruturante desses grupos, observando como sua atuação pode gerar riscos à autonomia patrimonial das sociedades integrantes, especialmente diante da condução unificada das atividades empresariais e da coordenação estratégica de decisões complexas, potencialmente impactando diversos *stakeholders* de forma direta. Nesse contexto, a tese investiga hipóteses em que a separação patrimonial entre as sociedades do grupo é mitigada por meio da aplicação da teoria da aparência, da desconsideração da personalidade jurídica ou da responsabilização solidária, com base em abuso do poder de controle, considerando as consequências práticas para credores, acionistas minoritários e demais interessados, incluindo possíveis repercussões no mercado. Conclui-se que a proteção da autonomia patrimonial não pode ser absoluta nos grupos de sociedades, devendo ceder, em determinadas circunstâncias, à necessidade de proteção de terceiros. Defende-se, assim, a construção de uma regulação mais adequada, coerente e sistemática, capaz de lidar com a complexidade e a realidade concreta dos conglomerados empresariais no Brasil.

Palavras-Chave: grupos de sociedades; responsabilidade; autonomia patrimonial.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ACESSO À JUSTIÇA ITINERANTE E EDUCAÇÃO EM DIREITOS: PELA QUARTA ONDA RENOVADORA DA JUSTIÇA NO BRASIL

Rodrigo Duzsinski[1]; Jefferson Carlos Carus Guedes[2]

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; rodrigo.duzsinski@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; jefferson.guedes@ceub.edu.br

O trabalho propõe investigar se a Defensoria Pública Itinerante, especialmente no programa Defensoria nas Escolas (DPDF), representa apenas um desdobramento das ondas de acesso à justiça, formuladas por Cappelletti e Garth, ou se pode ser compreendida como a quarta onda renovatória, claramente caracterizada pela justiça itinerante, pela educação em direitos e pela promoção efetiva da inclusão cidadã de comunidades historicamente vulnerabilizadas. Nesse contexto, o problema de pesquisa consiste em examinar em que medida a itinerância da Defensoria Pública e sua vertente educativa em direitos efetivamente configuram a nova onda renovatória do acesso à justiça, distinta das três ondas propostas originalmente por Cappelletti, considerando não apenas a ampliação do acesso formal, mas também o fortalecimento de capacidades cidadãs, a consciência crítica dos indivíduos e o engajamento social de grupos historicamente marginalizados. A análise é orientada por referenciais teóricos do neoconstitucionalismo, que enfatizam a função social do direito e a concretização de direitos fundamentais, da crítica decolonial, que problematiza os legados coloniais nas práticas jurídicas e institucionais, do novo constitucionalismo latino-americano, que prioriza a justiça social e a proteção de grupos vulneráveis, e da política do bem viver, que valoriza modos de vida coletivos, sustentáveis e equitativos. A pesquisa busca compreender se a Defensoria Pública Itinerante atua como instrumento inovador de democratização do acesso à justiça, capaz de superar os limites das ondas anteriores, e se sua implementação promove a efetiva educação em direitos, a participação cidadã e a transformação social, fortalecendo a justiça social e contribuindo, de forma concreta, para a transformação institucional, cultural e política do acesso à justiça no Brasil contemporâneo.

Palavras-Chave: acesso à justiça; defensoria pública itinerante; bem viver.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AS PLATAFORMAS DE ONLINE DISPUTE RESOLUTIONS E O ACESSO À JUSTIÇA: NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO JUDICIÁRIO COMO FORMA DE REDUÇÃO DE CONFLITUOSIDADE

Marcelo Sant'anna Vieira Gomesi[1]; Jefferson Carlos Carus Guedes[2]

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; mrsantanna.prof@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa envolve a análise do sistema de justiça atual em relação ao impacto da tecnologia sobre a parcela de vulneráveis da população. Essa discussão decorre do fato de que o Poder Judiciário tem ampliado a utilização de tecnologia e percebe-a como a verdadeira responsável pela diminuição dos conflitos e pela redução das desigualdades entre as partes, uma vez que, em tese, garantiria maior democratização do acesso à composição conflitual e maior eficiência processual. Ocorre que é preciso verificar se a tecnologia, de fato, tem conseguido contribuir para a adequada composição de conflitos e em que medida tem afetado, de forma concreta, a população vulnerável, motivo pelo qual essa é a hipótese central em desenvolvimento. Nesse contexto, a investigação busca compreender quais ações vêm sendo ou deveriam ser adotadas, para aprimorar tal cenário, de modo a assegurar que a inovação tecnológica atue como instrumento de inclusão e não de exclusão. Ao que parece, inexistem parâmetros claros efetivamente utilizados pelo Poder Judiciário para a avaliação das políticas públicas digitais, cujo objetivo seria verificar se os dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça, relativos à redução do acervo processual e às resoluções de conflitos, realmente, demonstram efetividade e respeito aos valores constitucionais. Observa-se que, embora a população esteja progressivamente exposta ao arcabouço tecnológico em suas atividades cotidianas, a ausência de letramento digital constitui fator relevante das dificuldades enfrentadas. Por consequência, analisar o desenvolvimento do processo civil tecnológico, com especial atenção a esses desafios, configura o foco desta tese.

Palavras-Chave: tecnologia judicial; população vulnerável; processo civil digital.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E O MODELO *RULE-AS-CODE* NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO

Maria Fernanda Pinheiro Wirth[1]; Alice Rocha da Silva[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; mfernandawirth@gmail.com [2] Docente Orientadora CEUB; alice.silva@ceub.edu.br

A presente pesquisa investiga as possibilidades e os limites da incorporação de tecnologias digitais — especialmente o modelo *Rule-as-Code* (RaC), algoritmos de decisão e mecanismos de personalização normativa — no âmbito do direito previdenciário brasileiro. O estudo parte da constatação de que o atual modelo de prestação previdenciária enfrenta graves problemas estruturais, como excesso de demandas judiciais, complexidade normativa, demora na concessão de benefícios e desigualdade no acesso a direitos fundamentais, que comprometem a efetividade do sistema e a proteção dos beneficiários. O problema central que orienta a tese consiste em avaliar até que ponto a tradução simultânea de normas previdenciárias em formatos *human-readable* e *machine-consumable*, associada a estratégias de personalização e *nudges* de precisão, pode aumentar a eficiência e a equidade do sistema, sem comprometer garantias constitucionais, como o devido processo legal, a dignidade da pessoa humana e o acesso à justiça. A metodologia adotada combina análise teórico-dogmática com base na literatura nacional e estrangeira, sobre processo estrutural, direito e tecnologia, e estudo de casos práticos, abrangendo experiências internacionais (França, Nova Zelândia, Austrália) e nacionais, incluindo automação de serviços no INSS. A pesquisa articula fundamentos do processo civil coletivo e estrutural, explorando como o Judiciário pode atuar como instância de controle e salvaguarda diante da aplicação tecnológica no campo previdenciário. Como contribuição central, a tese propõe um modelo normativo-processual para a implementação responsável do *rule-as-code* e da personalização normativa no direito previdenciário, estabelecendo parâmetros de legitimidade democrática, segurança jurídica e preservação de direitos fundamentais, de modo a compatibilizar inovação tecnológica com justiça social e inclusão dos beneficiários mais vulneráveis.

Palavras-Chave: direito previdenciário; tecnologia jurídica; *rule-as-code*.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO NO DISTRITO FEDERAL

Paulo Rogério Santos Giordano[1]; Bruno Amaral Machado[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; paulosgiordano@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; bruno.machado@ceub.edu.br

O ciclo de políticas públicas compreende fases distintas, incluindo a avaliação, que emprega técnicas de pesquisa, para atribuir valor e aperfeiçoar as ações governamentais com ênfase na medição da eficácia, por meio da avaliação *ex post*, que verifica se as normas e as políticas alcançam objetivos, como refrear comportamentos indesejados, promover bem-estar social e otimizar custos. A teoria analítico-comportamental intersecciona conceitos jurídicos com outras ciências, para examinar consequências sociais, enquanto a análise econômica do direito aplica metodologia econômica, para compreender efeitos das normas no comportamento humano, considerando racionalidade e vieses cognitivos identificados por autores, como Becker, Tversky e Kahneman, que destacam heurísticas, como representatividade, disponibilidade e ancoragem, as quais influenciam as decisões criminosas e o potencial dissuasório das punições. A dissuasão geral e específica busca desencorajar crimes por meio de certeza, severidade e celeridade da punição, mas reconhece limitações comportamentais. O estudo distingue políticas repressivas, preventivas e distributivas com foco naquelas relacionadas ao sistema de justiça criminal, incluindo iniciativas judiciais, como o programa Maria da Penha Vai à Escola e as parcerias com policiamento especializado, analisadas no contexto do Distrito Federal. A pesquisa emprega análises quantitativa e qualitativa, incluindo estudo de fluxo processual, entrevistas semiestruturadas e grupos focais com vítimas e agressores, para avaliar o funcionamento das instituições na investigação, na persecução e no julgamento de feminicídios, cotejando estatísticas de ocorrências entre 2015 e 2023, com desfechos judiciais, taxas de congestionamento e índice de atendimento à demanda. Os capítulos examinam evolução normativa, panorama quantitativo de casos, literatura sobre políticas de segurança, análise de fluxo em relação às taxas de violência, abordagens complementares, como confiança institucional e representações sociais, e propostas para fortalecimento estatal. O objetivo geral descreve as realidades das políticas preventivas e repressivas no Distrito Federal, identificando avanços, desafios e sugestões para respostas mais adequadas ao feminicídio, contribuindo para a compreensão integrada do sistema de justiça criminal e sua capacidade de influenciar taxas criminais.

Palavras-Chave: políticas públicas; feminicídio; sistema de justiça criminal.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

BUSCA PESSOAL E POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS

Antonio Carlos Alves Linhares[1]; Bruno Tadeu Palmieri Buonicore[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; aca.linhares@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; bruno.buonicore@ceub.edu.br

O presente trabalho tem como tema central a natureza jurídica e o *standard* probatório exigível para a realização de buscas pessoais sem mandado judicial. A pesquisa é desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e jurisprudencial, associada à análise criminologicamente orientada do processo penal. O objetivo principal consiste em identificar e discriminar a quantidade e a qualidade das inferências fáticas que se fazem necessárias para a validação da medida prevista no artigo. 240 do Código de Processo Penal, com vistas a delimitar parâmetros jurídicos minimamente seguros para sua aplicação. Historicamente, o instituto da busca pessoal foi marcado por omissão dogmática significativa, o que permitiu, em inúmeras situações concretas, a atividade policial ser realizada sem critérios jurídicos claros e destituída de racionalidade técnica. Esse quadro de fragilidade normativa e de ausência de controle jurisdicional posterior adequado abriu espaço para práticas discriminatórias, revelando a influência do racismo estrutural e da seletividade territorial e social sobre a atuação policial. Tais distorções reforçam desigualdades e comprometem a legitimidade do processo penal, especialmente porque incidem, de maneira mais intensa, sobre grupos socialmente vulneráveis. Diante desse cenário, a pesquisa propõe-se a dialogar criticamente com a jurisprudência nacional, reconhecendo que os Tribunais Superiores, nos últimos anos, têm assumido protagonismo crescente no exame das situações concretas submetidas a julgamento. A atuação dessas Cortes tem revelado não apenas a preocupação com o respeito às garantias fundamentais, mas também a necessidade de estabelecer balizas mais rígidas quanto à legalidade e à proporcionalidade das buscas pessoais. Assim, o estudo pretende contribuir para a consolidação de critérios objetivos que reduzam a arbitrariedade policial e assegurem maior coerência ao processo penal.

Palavras-Chave: busca pessoal; abordagem policial; *standard* probatório.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE EMPÍRICA E PROPOSTAS DE FORTALECIMENTO

Lygia Regina Martan Siqueira[1]; Liziane Paixão Silva Oliveira[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; lygia.regina@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; liziane.oliveira@ceub.edu.br

Pretende-se examinar a capacidade institucional do Congresso Nacional brasileiro na formulação de políticas públicas, tomando como ponto de partida a contradição entre sua centralidade teórica no regime democrático e a prática marcada por fragmentação temática, hiperatividade proposicional e baixa efetividade normativa. Partindo da contextualização do tema, objetiva-se articular a análise mediante os referenciais teóricos da democracia e do processo legislativo, bem como da delimitação metodológica que combina investigação empírica da produção normativa, análise crítica e estudos de caso em perspectiva comparada, permitindo compreender, de forma ampla, as dinâmicas legislativas e os fatores que influenciam a atuação parlamentar. A discussão inicial situa o Parlamento no interior dos modelos de formulação de políticas públicas, destacando a arquitetura constitucional, os instrumentos de ação disponíveis e o papel estratégico das comissões permanentes e da consultoria legislativa, ao mesmo tempo em que identifica as disfunções institucionais que reduzem sua capacidade de coordenação e comprometem a coerência da produção normativa. No que diz respeito à pesquisa empírica, pretende-se coletar dados referentes à atividade parlamentar entre 1995 e 2025, com vistas a evidenciar o paradoxo entre a elevada proposição de iniciativas e a baixa taxa de aprovação, implementação e impacto agravado pela inexistência de mecanismos consistentes de avaliação legislativa *ex ante* e *ex post*. A partir dessa construção, serão apresentadas propostas para o fortalecimento da capacidade institucional do Parlamento, enfatizando a qualificação da legística, a incorporação de práticas comparadas de avaliação de políticas públicas e as estratégias que contribuam para maior efetividade normativa, transparência e governança democrática.

Palavras-Chave: Congresso Nacional; políticas públicas; processo legislativo.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

COMPORTAMENTO PROCESSUAL DAS PARTES, DEVERES, RESPONSABILIZAÇÃO, FIM SOCIAL DO PROCESSO, LIMITES E RESPONSABILIDADES

Alexandre Freire Ribeiro[1]; Jefferson Carlos Carus Guedes[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; freireribeiroadv@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; jefferson.guedes@ceub.edu.br

A presente pesquisa, *Comportamento processual das partes*, justifica-se em razão da constatação de que o tema proposto tenha perdido espaço no cenário jurídico brasileiro, todavia, em grande medida, o comportamento da parte traduz importantes significados para o deslinde do feito e o tempo de duração do processo. Comportamento é um modo de agir, isto é, um modo de ser, uma qualidade de ação; como tal, em geral, é determinado e controlado com vista a um fim. A manifestação das partes não são somente as realizadas em linguagem escrita ou oral, mas também por intermédio de outras, e o conteúdo dessas manifestações está ligado ao seu aproveitamento pelo juiz, como indicadores (simbólicos) – como no exemplo do artigo 345 do CPC, quando a parte recusa responder sem motivo justificado. Exemplo recente da valorização do comportamento processual da parte foi introduzido pelo inciso II do artigo 273 do CPC, com redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994, que regulamentou a tutela antecipada no procedimento comum. O tema deste trabalho localiza-se também na identificação dos princípios do processo civil enquanto princípio de eficiência, no que toca à análise econômica do direito, objetivo a ser alcançado não só pelo processo, mas também pela administração pública. Por meio da análise econômica do direito e, em seguida, pela colisão de dois princípios, o da boa-fé objetiva e o da eficiência, é possível visualizar um possibilitador da redução de demandas ou do tempo delas, importante em impedir que o excesso ou a longa duração do processo não repercutam no direito do Estado de deixar de prestar, com agilidade, a resposta às ações que esperam os cidadãos. Os métodos de pesquisa também se prestam a demonstrar as ações que não deveriam durar tanto tempo ou mesmo figurar no Judiciário, estabelecendo relação com a análise econômica e o comportamento processual das partes. Trata-se de verificação que é dirigida ao Estado-juiz, às partes e a seus comportamentos.

Palavras-Chave: comportamento processual das partes; boa-fé objetiva; mecanismo processual.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CONCILIAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO TÉCNICO E ABORDAGEM CRÍTICA EM FACE DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE ACADÊMICA DOS CURSOS DE DIREITO

Ana Carolina Figueiró Longo[1]; Frederico Augusto Barbosa da Silva[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; anacarolinaflongo@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; frederico.silva@ceub.edu.br

As políticas públicas para o ensino jurídico estabelecem que os cursos devem constituir currículos que permitam preparar indivíduos capacitados para compreender o universo que os cerca, com um olhar humanizado e sensível às diferenças sociais, de modo a resolver os complexos desafios da sociedade, ainda que desconhecidos neste momento. A doutrina tem-se mostrado sempre atenta às necessidades de mudanças no sistema de ensino e nas adaptações fundamentais às mudanças sociais, e as evidências produzidas pelos expertos têm influenciado os decisores nas definições orientadoras do trabalho das instituições de ensino. A academia critica essa abordagem, defendendo a educação que estimule o pensamento crítico e capacite os estudantes para implementar mudanças sociais. No entanto, mesmo com mudanças estabelecidas pelo Estado, com a influência das evidências científicas, a qualidade dos cursos de Direito ainda está centrada no conteúdo técnico, refletindo-se em métodos de avaliação que priorizam a memorização de conhecimento em detrimento do desenvolvimento de habilidades e competências. O que se percebe, contudo, é que as políticas públicas para a educação jurídica não observam a integralidade das críticas que influenciam suas alterações. O que se verifica, portanto, é que os currículos devem conciliar elementos normativos com a pedagogia ativa, para, realmente, promover o conhecimento poderoso e desenvolver a capacidade crítica dos alunos. O enfoque apenas no currículo formal privilegia os critérios avaliativos – intrínsecos e extrínsecos – que observam a compreensão dos conteúdos estabelecidos nos atos normativos estatais, deixando pouco espaço para que a pedagogia seja objeto de conformação pelo sistema de avaliação dos cursos. A consequência direta, pois, é a concentração da atividade, nas faculdades de Direito, no acúmulo de conteúdo, dada a necessidade de atender os critérios de qualidade, estabelecidos pela menção que os alunos obterão nas provas a que se submeterão ao final do curso. A abordagem pedagógica crítica fica em segundo plano, pois não há exigência em observá-la nos critérios de avaliação das instituições de ensino. Portanto, é necessário avaliar as políticas públicas e as práticas dos cursos de Direito, de modo a compatibilizar, igualmente, as ações de implementação voltadas para a construção tanto de currículos formais, que elegem conteúdos poderosos, quanto do currículo ativo, fomentando a prática docente estimuladora da crítica. A pesquisa também investiga a matriz curricular dos cursos de Direito no Distrito Federal, cuja opção explícita é a implementação de um conhecimento poderoso para o currículo formal e o currículo ativo, de modo a verificar de que forma a concretização das alterações do paradigma do ensino se reflete no comportamento do aluno no cenário de avaliação estabelecido.

Palavras-Chave: educação jurídica; implementação de políticas públicas para educação superior; currículo formal e ativo.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CONCILIAÇÃO NA LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO: ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO REALIZADAS PELO TJDFT NOS ANOS 2023 E 2024

Indiara Arruda de Almeida Serra[1]; Leonardo Roscoe Bessa[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; iaaserra@yahoo.com.br [2] Docente Orientador CEUB; leonardo.bessa@ceub.edu.br

Este estudo analisa as audiências realizadas pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania (Cejusc 6), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, especializado em casos de superendividamento. A pesquisa concentra-se no período de dois anos, em 2023 e 2024, para avaliar, tanto quantitativa quanto qualitativamente, o índice de acordos. O principal objetivo é investigar se as audiências de conciliação alcançaram o propósito da Lei n. 14.181/2021 de construir consensualmente um plano de pagamento. Para isso, o trabalho levanta a quantidade de acordos totais e parciais e identifica se há maior sucesso em negociações com instituições privadas, públicas ou sociedades de economia mista. A pesquisa parte da hipótese de que o número de acordos realizados é baixo. Com base nessa premissa, busca entender as causas do baixo índice e propõe políticas públicas, para estimular a fase consensual e evitar a litigiosidade. Para sustentar essa análise, o estudo investiga o contexto da Lei n. 14.181/2021, que visa resgatar o consumidor superendividado, e identifica os princípios da nova legislação, como o crédito responsável e o tratamento integrado e cooperativo. Além disso, o trabalho aponta as orientações técnicas do Conselho Nacional de Justiça e do próprio TJDFT, que sugerem um fluxo para as demandas de superendividamento. Por fim, o estudo apura o número exato de audiências realizadas no período e o percentual que resultou em conciliação, permitindo uma análise aprofundada das possíveis causas para a falta de acordo. Nesse sentido, busca-se compreender também a percepção dos conciliadores e das partes envolvidas, bem como a efetividade prática dos acordos celebrados, verificando se eles realmente contribuem para a reestruturação financeira dos devedores. Dessa forma, pretende-se oferecer dados empíricos e reflexões críticas que possam orientar melhorias institucionais e fortalecer a política pública de prevenção e tratamento do superendividamento no Brasil.

Palavras-Chave: superendividamento; Lei n. 14.181/2021; conciliação.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DESENVOLVIMENTO E LIMITES ÉTICOS DE FERRAMENTAS DE IA PARA OTIMIZAR A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

Danielle Regina Maciel Valente[1]; Bruno Amaral Machado[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; daniellermvalente@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; bruno.machado@ceub.edu.br

A pesquisa analisa as possibilidades e os desafios inerentes ao desenvolvimento e à implementação de ferramentas de Inteligência Artificial pela Defensoria Pública, com o objetivo de otimizar o acesso à justiça para pessoas hipervulneráveis, considerando os limites éticos e os riscos de vieses algorítmicos discriminatórios, bem como identificando as necessidades específicas do órgão e as potencialidades da aplicação da Inteligência Artificial. O estudo apresenta um problema inovador e crítico, ao propor a utilização da tecnologia como aliada na construção da Defensoria Pública mais eficaz e inclusiva. A metodologia adotada é predominantemente empírica com a coleta de dados reais e a observação de fenômenos jurídicos em contextos práticos, fundamentada por pesquisa doutrinária e comparativa. A análise crítica de obras e doutrinas embasa teoricamente a investigação e aprofunda o estado da arte sobre Inteligência Artificial no direito, especialmente em aspectos éticos, regulatórios e nas teorias sobre acesso à justiça e vulnerabilidade. Serão examinadas obras que tratam de direitos fundamentais, dignidade humana, discriminação e devido processo legal, além do impacto da Inteligência Artificial em políticas públicas e do papel institucional da Defensoria Pública. A pesquisa documental compreende a análise de atos normativos, como a Resolução nº 615, de 11 de março de 2025, do Conselho Nacional de Justiça, bem como legislações pertinentes à proteção de dados e ao uso da Inteligência Artificial, além de relatórios institucionais que apresentem experiências de implementação tecnológica. Também se prevê pesquisa comparativa entre diferentes sistemas jurídicos e abordagens legais, com o intuito de identificar melhores práticas e inovações. A relevância social e jurídica do trabalho é incontestável diante da crescente integração da Inteligência Artificial em setores, como o Poder Judiciário. O estudo justifica-se pela necessidade de enfrentar a discriminação algorítmica e seus impactos sobre os vulneráveis, uma vez que sistemas de Inteligência Artificial, embora promissores, podem reproduzir e intensificar preconceitos sociais, resultando em decisões discriminatórias em áreas, como saúde, crédito e justiça. A Defensoria Pública tem papel fundamental nesse cenário, ao desenvolver estratégias para identificar, denunciar e combater essa nova forma de discriminação, assegurando transparência e conformidade com valores éticos fundamentais. A pesquisa desafia a ampliação do acesso à justiça, considerando a transição para o ambiente digitalizado que exige da Defensoria a adaptação a novos mecanismos de coleta de dados e peticionamento, sem comprometer a equidade processual. Além disso, propõe o desenvolvimento de modelos preditivos para litigância estratégica, explorando o uso inteligente de dados para triagem ágil de casos, elaboração automatizada de petições e identificação de teses jurídicas com maior probabilidade de êxito. Tal abordagem busca aumentar a eficiência institucional e democratizar o acesso a ferramentas tecnológicas geralmente restritas a grandes escritórios e empresas, fortalecendo a paridade de armas e reafirmando o compromisso da Defensoria com os direitos dos mais vulneráveis.

Palavras-Chave: Inteligência Artificial; Defensoria Pública; limites éticos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DO CONTROLE À RECONSTRUÇÃO: POR UMA JUSTIÇA DEMOCRÁTICA DIANTE DA CRIMINALIZAÇÃO DO FURTO INSIGNIFICANTE

Túlio Max Freire Mendes[1]; Bruno Tadeu Palmieri Buonicore[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; tulio.max.mendes@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; bruno.buonicore@ceub.edu.br

O presente estudo propõe a superação da resposta penal tradicional mediante a adoção de medidas estruturais de reparação histórica e de reconciliação democrática. Busca-se analisar criticamente como a criminalização do furto insignificante contribui para a manutenção de desigualdades sociais, reforçando padrões de repressão que historicamente atingem grupos marginalizados em diferentes contextos sociais e econômicos. Defende-se, entre outras propostas, a valoração do bem subtraído no auto de prisão em flagrante como critério de racionalidade jurídica, de modo a diferenciar efetivamente casos de maior e menor gravidade, e a descriminalização do furto cometido em face de grandes empresas, considerando tal medida como uma estratégia concreta de justiça distributiva e de reequilíbrio das relações sociais. O estudo também discute a necessidade de transformação institucional e de políticas públicas consistentes que promovam a inclusão social, questionando a lógica punitiva que, muitas vezes, não considera os contextos econômicos, culturais e sociais dos indivíduos envolvidos. Nesse sentido, argumenta-se que a democracia plena não se constrói pela ampliação do controle penal, mas pelo fortalecimento do reconhecimento recíproco, pela promoção da redistribuição equitativa e pela implementação de práticas institucionais capazes de romper com os legados coloniais que ainda estruturam a repressão penal no Brasil. Ao final, sustenta-se que a justiça democrática requer uma revisão profunda das prioridades do Estado Penal, privilegiando medidas restaurativas e preventivas que efetivamente reduzam desigualdades, protejam direitos fundamentais e promovam a reconciliação social, afastando-se da mera lógica punitiva e reafirmando o compromisso inequívoco com os princípios de equidade, proporcionalidade, justiça e inclusão social.

Palavras-Chave: insignificância; seletividade; justiça distributiva.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

EDUCAÇÃO E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: FUNDAMENTOS PARA UM HUMANISMO JURÍDICO CONSTITUCIONAL

Alex Pires Andrade[1]; Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; alxpires@hotmail.com [2] Docente Orientador CEUB; carlos.britto@ceub.edu.br

A presente pesquisa tem como tema principal a relação entre a educação, a efetivação dos direitos fundamentais e a consolidação do humanismo jurídico como categoria constitucional, na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável. Partindo da constatação de que os direitos fundamentais, muitas vezes, permanecem inefetivos diante das desigualdades estruturais e da crise do paradigma jurídico formalista, a investigação propõe-se a compreender como a educação – especialmente aquela fundamentada em práticas emancipadoras – pode servir como instrumento de fortalecimento da cidadania ativa, da cultura constitucional e da dignidade humana. O objetivo central da tese é demonstrar que a educação, quando orientada por valores democráticos e comprometida com a justiça social, atua como condição de possibilidade para a concretização dos direitos fundamentais e para o alicerçamento de um humanismo jurídico comprometido com a vida, a pluralidade e o bem comum. Para tanto, adota-se uma abordagem metodológica qualitativa, de cunho crítico e interdisciplinar com base em revisão bibliográfica, análise documental e estudo de experiências educacionais transformadoras, como as pedagogias do campo, a educação popular e os programas voltados à inclusão educacional de populações historicamente vulnerabilizadas. Os resultados da pesquisa apontam que a efetivação dos direitos fundamentais depende não apenas de normas jurídicas e instituições formais, mas também da construção de uma cultura de direitos que se enraíze no cotidiano das pessoas, por meio da educação crítica e participativa. Evidencia-se que o humanismo jurídico, entendido como uma concepção de direito voltada à centralidade da pessoa humana em sua dignidade e complexidade, encontra, na educação, um caminho privilegiado, para afirmar-se como paradigma constitucional vivo, capaz de enfrentar o utilitarismo normativo, a tecnocracia e o autoritarismo social. Conclui-se que a educação, ao formar sujeitos conscientes de seus direitos e corresponsáveis pela transformação social, é parte constitutiva da própria arquitetura constitucional. Assim, ela não apenas promove o acesso formal a direitos, mas também colabora na sua interpretação dinâmica e contextual, aproximando o direito da realidade concreta das pessoas e dos territórios. Em um tempo de retrocessos democráticos e negação de direitos, reafirmar a função da educação como prática de liberdade é também reforçar o compromisso constitucional com a justiça, a solidariedade e a sustentabilidade.

Palavras-Chave: educação; direitos fundamentais; humanismo jurídico.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ENTRE A HUMANIZAÇÃO E O LITÍGIO: O MÉDICO COMO AGENTE DE MITIGAÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Rômulo Gustavo de Moraes Ovando[1]; Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; romuloovando@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A presente pesquisa investiga a relação entre políticas de humanização da saúde, inclusão social e mitigação da judicialização da medicina no Brasil, tendo como foco a atuação do médico como agente central nesse processo. O estudo parte da constatação de que a sobrecarga do Poder Judiciário com demandas relativas ao direito à saúde decorre, em grande parte, de falhas na gestão dos serviços e de lacunas na relação entre médico e paciente. O objetivo geral é verificar se os procedimentos de humanização e inclusão social, praticados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), podem ser considerados fatores determinantes para o desenvolvimento humano e, consequentemente, para a redução do número de ações judiciais relacionadas à saúde. A metodologia adotada combina a abordagem qualitativa e quantitativa com os métodos indutivo, observacional e sistêmico. Foram realizadas pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, incluindo análise documental, levantamento jurisprudencial e coleta de dados junto a comissões de humanização de hospitais vinculados ao SUS. Entrevistas e questionários foram aplicados a profissionais de saúde, pacientes e familiares, tomando como referência a Política Nacional de Humanização (PNH) e os protocolos de gestão legal do risco hospitalar. Os resultados indicam que a judicialização da saúde é influenciada tanto por demandas legítimas de acesso a tratamentos e medicamentos quanto por fatores estruturais, como gestão deficiente, comunicação inadequada e ausência de protocolos claros de consentimento informado. Constatou-se que práticas de humanização, como acolhimento, gestão participativa, clínica ampliada e valorização do vínculo terapêutico, contribuem para prevenir litígios, ao fortalecer a confiança e a corresponsabilidade entre médico e paciente. A pesquisa também demonstra que a implementação consistente da gestão legal do risco hospitalar reduz eventos adversos e melhora a resolubilidade das demandas, impactando positivamente o orçamento público e evitando a sobrecarga do Judiciário. Conclui-se que a humanização da atenção e da gestão em saúde, associada à mediação de conflitos e ao fortalecimento da autonomia do paciente, configura-se como instrumento eficaz de mitigação da judicialização da medicina. Tal abordagem eleva o paciente à condição de sujeito ativo nas decisões sobre seu tratamento, promove o desenvolvimento humano e reafirma a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado democrático de direito. Todavia, não há consenso acadêmico ou jurisprudencial definitivo sobre a eficiência desses métodos, sendo necessária a ampliação de estudos empíricos, para consolidar diretrizes e políticas públicas que integrem, de forma sistêmica, a humanização e a prevenção de litígios no setor da saúde.

Palavras-Chave: direito à saúde; humanização; judicialização da saúde.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ENTRE TEORIA E REALIDADE: DIÁLOGOS DO FEMINISMO INTERSECCIONAL DECOLONIAL COM PERCEPÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Raphaella Karoline de Freitas Camargos[1]; **Bruno Amaral Machado**[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; raphaellakfc@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; bruno.machado@ceub.edu.br

A violência doméstica e familiar contra a mulher, no Brasil, é um problema grave, crônico, complexo e envolve não apenas a questão criminal, mas também os fatores de risco e o processo protetivo, notadamente suas consequências a partir da decisão da mulher em pedir ou não pedir medidas protetivas de urgência. Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar microdados coletados pela Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSVDF-Mulher - 3ª Onda) e buscar o diálogo possível, inclusive em pontos de tensão, com uma parte da vasta literatura feminista, interseccional e decolonial. A metodologia inicia-se com breve revisão bibliográfica em literatura feminista crítica e negra, interseccional e decolonial e segue com análise quantitativa e qualitativa de dados obtidos da PCSVDF-Mulher que enunciam, ainda que de forma parcial, silenciamentos, vozes e demandas das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. São considerados aspectos de interseccionalidades, assimetrias, fatores de risco e multirreincidência. O problema desta pesquisa é o questionamento sobre se, entre as mulheres observadas, nos dois grupos selecionados da 3ª Onda da PCSVDF-Mulher (214 mulheres que responderam “sim” e 1.721 mulheres que responderam “não” ao quesito “solicitação de medida protetiva”), as múltiplas vulnerabilidades raciais e socioeconômicas e o estereótipo do dever de cuidado incrementam fatores de risco para vitimização em contexto doméstico e familiar. As hipóteses são: há a hiper-representação das mulheres negras (pretas e pardas) em ambos os grupos; mulheres negras mostram-se menos dispostas a requerer medidas protetivas de urgência em comparação às mulheres brancas; mulheres que residem em locais inseguros (com má iluminação nas ruas, sem patrulha policial perceptível, com roubos, brigas de rua, insegurança, ao andar à noite) fazem menos requerimentos de medidas protetivas e, possivelmente, estão no grupo de vítimas de multirreincidência; mulheres sem rede de apoio, sem renda ou trabalho e com alta carga de deveres de cuidado com o lar e a família denunciam menos. Ao final, a pesquisa busca diálogo com o campo das políticas públicas baseadas em evidências, para propor caminhos de enfrentamento às violências de gênero e promover a isonomia material das mulheres e o seu direito a uma vida livre de violências.

Palavras-Chave: feminismo interseccional decolonial; violência contra a mulher; fatores de risco.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ESTUDO DA POSSIBILIDADE DE INTRODUÇÃO DO REFERENDO REVOGATÓRIO DE MANDATO NO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO NAS MODALIDADES *RECALL* POLÍTICO E *ABBERUFUNGSRECHT*

Leonardo Corrêa dos Santos[1]; Jefferson Carlos Carus Guedes[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; leocs.santos@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa investiga a viabilidade de introdução do referendo revogatório de mandato no sistema constitucional brasileiro, considerando suas duas modalidades, o *recall* político, no qual a revogação incide sobre o mandato individual de um governante específico, e o *Abberufungsrecht*, em que a revogação se estende a todos os membros de uma Casa Legislativa simultaneamente. O estudo busca responder se o instituto deve ser incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro e, em caso afirmativo, qual deve ser sua amplitude, abrangendo cargos dos Poderes Executivo ou Legislativo, bem como a forma de revogação no Legislativo, se individual ou coletiva. Além disso, investiga a regulamentação adequada para a realidade brasileira, incluindo forma, exigências de acionamento, instituições públicas envolvidas, como a Justiça Eleitoral, e procedimentos aplicáveis. Sob a perspectiva da democracia participativa, o referendo revogatório amplia significativamente a ação política dos eleitores, permitindo-lhes abreviar mandatos eletivos por decisão política e não jurídica, conferindo-lhe elevada relevância teórica e prática. A pesquisa adota métodos bibliográficos e documentais com abordagem dialética e hipotético-dedutiva e contextualiza-se no âmbito histórico político recente do Brasil, marcado por *impeachments* presidenciais traumáticos desde a década de 1990, que evidenciam a necessidade de um instrumento político mais ágil com maior respaldo democrático. Ademais, analisa-se a operacionalização do referendo pela administração pública, considerando exigências procedimentais e custos econômicos, demonstrando que sua realização concomitante a eleições municipais ou gerais, aproveitando o processo eleitoral previamente estabelecido por lei, pode reduzir significativamente o custo e viabilizar a implementação do mecanismo. Nesse contexto, busca-se avaliar também experiências internacionais que adotaram o *recall*, como nos Estados Unidos e em alguns países da América Latina, de modo a extrair lições úteis e identificar possíveis adaptações. Assim, o estudo pretende contribuir para o debate constitucional brasileiro, oferecendo fundamentos teóricos e práticos que sustentem a discussão.

Palavras-Chave: referendo revogatório; sistema constitucional brasileiro; *Abberufungsrecht*.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

GESTÃO JUDICIÁRIA ESTRATÉGICA: O PAPEL DOS CENTROS DE INTELIGÊNCIA NA BUSCA DA EFICIÊNCIA JUDICIAL

Luciana Yuki Fugishita Sorrentino[1]; **Ivo Teixeira Gico Júnior**[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; luciyfs@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; ivo.junior@ceub.edu.br

A tese investiga como os Centros de Inteligência podem aprimorar sistematicamente a gestão judiciária estratégica, respondendo à crise estrutural evidenciada pelos 83,8 milhões de processos em tramitação, ao final de 2023. O trabalho parte do diagnóstico de uma "tragédia do Judiciário", caracterizada pelo descompasso entre demanda crescente e capacidade operacional limitada. A pesquisa adota abordagem interdisciplinar, integrando direito, análise econômica do direito e administração pública. O problema central questiona como superar as limitações das respostas tradicionais, como reformas processuais e metas quantitativas, que atacam sintomas, sem endereçar causas estruturais. A primeira parte estabelece diagnóstico abrangente, combinando análise quantitativa (congestionamento, produtividade, indicadores DEA) com perspectiva qualitativa (percepção dos usuários). O trabalho mapeia demandas de massa e grandes litigantes, demonstrando como a massificação da litigiosidade desafia abordagens individualistas tradicionais. A segunda parte examina os Centros de Inteligência como inovação organizacional criada na Justiça Federal (2017) e institucionalizada pelo CNJ (2020), que representam a mudança paradigmática do insulamento judicial para a atuação em rede, focalizando o tratamento sistêmico de demandas repetitivas por meio de monitoramento, análise e coordenação institucional. A pesquisa demonstra como os Centros contribuem para a eficiência produtiva (uniformização de procedimentos, maximização de recursos) e alocativa (rearranjo estratégico baseado em evidências). Ademais, analisam-se desafios de implementação, considerando o caráter não vinculante das notas técnicas. A terceira parte desenvolve contribuições, como a criação de novos indicadores para aferição de eficiência (Taxa de Recorribilidade e Reversibilidade, Índice de Satisfação dos Usuários), metodologias avançadas (Design de Sistemas de Disputas) e integração com a inteligência artificial no contexto de aplicação pelos Centros de Inteligência. A tese inova, ao analisar objeto recente e pouco explorado, aplicando perspectiva sistêmica que supera a fragmentação tradicional. Para tanto, utiliza-se componente jurimétrico, oferecendo instrumental replicável para avaliação de inovações organizacionais judiciárias. A investigação demonstra que a eficiência judicial transcende os recursos materiais, dependendo de gestão qualificada e coordenação sistêmica. Os Centros emergem como articuladores da transformação judicial, combinando análise empírica, *expertise* técnica e coordenação institucional. A pesquisa contribui simultaneamente para o avanço teórico e a orientação de políticas judiciárias, oferecendo subsídios para a expansão responsável do modelo dos Centros de Inteligência como protagonistas da modernização do sistema de justiça brasileiro, consolidando a gestão judiciária baseada em evidências e responsividade às demandas sociais por justiça efetiva e tempestiva. O trabalho posiciona os Centros de Inteligência como resposta sistêmica aos desafios da atualidade, de modo a superar limitações estruturais por meio de inovação organizacional fundamentada em dados e coordenação institucional estratégica.

Palavras-Chave: gestão judiciária; centros de inteligência; eficiência.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS ESTATAIS E A CLÁUSULA DE COMPENSAÇÃO NAS RECOMENDAÇÕES DA OCDE: PRESSUPOSTOS, LIMITES E DESAFIOS À CONFORMIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS DISSOCIADAS DAS CONDIÇÕES DE MERCADO

Daniel Brasiliense e Prado[1]; **Daniel Amin Ferraz**[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; brasilprado@hotmail.com [2] Docente Orientador CEUB; daniel.ferraz@ceub.edu.br

A presente tese investiga os mecanismos de governança corporativa aplicáveis às empresas estatais à luz das Recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com especial atenção à cláusula de compensação — instituto previsto para assegurar que políticas públicas orientadas pelo Estado, quando dissociadas das condições de mercado, não prejudiquem a integridade econômica e a competitividade das sociedades sob seu controle, assim como proteja os acionistas minoritários. O estudo parte da premissa de que o dever de compensar, além de refletir uma preocupação com a responsabilidade do Estado como controlador, constitui instrumento relevante de mitigação de conflitos de agência típicos das estatais de capital misto, especialmente no contexto brasileiro. O objetivo central consiste em analisar os pressupostos normativos, os fundamentos jurídicos e os desafios práticos à implementação da cláusula de compensação conforme delineada na *Recommendation of the Council on OECD Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises* (2024), à luz do ordenamento jurídico nacional e da prática societária administrativa. O marco teórico fundamenta-se na doutrina do *Law and Finance* e suas decorrências. No que tange à metodologia, adotou-se abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico com base em pesquisa documental e bibliográfica, examinando-se as deliberações ocorridas em assembleia geral de acionistas, no período de 2005 a 2024, nas empresas estatais federais de capital aberto (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Petrobrás, Telebrás, Banco do Amazonas), além do estatuto social das empresas estatais indicadas, com fundamentação nas deliberações por parte da União e informações obtidas com base na Lei de Acesso à Informação. Os resultados indicam que, embora o arcabouço normativo brasileiro permita a incorporação da cláusula de compensação nos estatutos das empresas estatais, sua efetivação encontra entraves significativos: ausência de critérios legais objetivos para definição do que configura uma política pública fora das condições de mercado; fragilidade institucional dos órgãos responsáveis por calcular e aprovar a compensação; déficit de transparência nos processos decisórios internos da administração pública; dificuldade de identificar e definir o que seria subsídio cruzado nos termos da recomendação. A conclusão sustenta que a cláusula de compensação, se corretamente institucionalizada, pode fortalecer a governança das estatais, ao assegurar previsibilidade, integridade e equidade nas relações entre o controlador estatal e os demais interessados, especialmente os acionistas minoritários. Contudo, sua eficácia depende da superação de barreiras estruturais, normativas e culturais ainda presentes no modelo brasileiro.

Palavras-Chave: governança corporativa; política pública; empresas estatais.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

GOVERNO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL NA SOCIEDADE DIGITAL DE MERCADO NEOLIBERAL

Bernardo Augusto Ferreira Duarte[1]; Luiz Edson Fachin[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; bernardo.duarte.defensor@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; luiz.fachin@uniceub.br

A pesquisa investiga a possibilidade de preservação do governo jurídico-constitucional das relações interpessoais e intergovernamentais sob a perspectiva democrática e republicana da Constituição de 1988, na era da sociedade digital de mercado neoliberal. O estudo parte da análise do papel que a Constituição desempenha como acoplamento estrutural entre os sistemas jurídico e político, ao estabelecer condições procedimentais e substantivas para a transformação de influxos externos em normas jurídicas e bases de deliberação política legitimamente construída, assegurando a estabilidade institucional e a proteção de direitos fundamentais. No contexto da sociedade digital neoliberal, observa-se que essa primazia constitucional sofre corrosão progressiva por fenômenos identificados pela teoria dos sistemas, como a alopoiese, que influencia valores e comportamentos sociais em consonância com a lógica do mercado, alterando expectativas sociais e individuais e impactando a prática política e jurídica cotidiana. A pesquisa examina, também, o impacto da financeirização da economia, impulsionada pelas novas tecnologias digitais e pela atuação das Big Techs, demonstrando como a reprogramação individual, social e institucional transforma a política em espaço direcionado à normalização de interesses mercadológicos e à predominância de objetivos econômicos sobre valores democráticos. Analisa-se de que maneira arranjos jurídico-institucionais de feição neoliberal restringem a concretização cotidiana dos ideais democráticos e republicanos da Constituição de 1988, comprometendo o equilíbrio entre poderes, a efetividade de normas e a proteção dos direitos dos cidadãos. O objetivo é demonstrar como a mutação promovida pelo neoliberalismo incide sobre a relação entre direito e política e como essa dinâmica compromete a preservação do governo constitucional e da ordem democrática no Estado brasileiro contemporâneo.

Palavras-Chave: Constituição de 1988; neoliberalismo digital; democracia.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

JUIZADOS

Victor Hugo Gebhard de Aguiar[1]; Jefferson Carlos Carus Guedes[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; victor.gebhard@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa tem como objetivo analisar a efetividade dos Juizados Especiais como meio de promover o acesso à justiça em litígios de menor complexidade e valor econômico. Para isso, são explorados e desvendados os contornos históricos, sociais e jurídicos da criação dos Juizados Especiais, que foram apresentados como uma alternativa para corrigir deficiências estruturais do Poder Judiciário no tratamento desse tipo de litígio. Além disso, abordam-se os desafios enfrentados pelos Juizados Especiais, incluindo o risco de arbitrariedades por parte dos magistrados e as possíveis inconstitucionalidades relacionadas à sua criação. Também se desenvolve análise a respeito do impacto socioeconômico da criação dos Juizados Especiais, na forma de prestação da atividade jurisdicional, com enfoque em possível segregação das classes sociais de menor renda. Outro aspecto relevante da pesquisa é a análise do enraizamento dos Juizados Especiais na cultura social e jurídica brasileira, com destaque para sua associação com demandas de consumo e sua estrita relação do fenômeno da "litigiosidade contida". Em um viés sociojurídico, fazem-se apontamentos de particularidades dos Juizados Especiais que incentivam a litigiosidade e proporcionam o esvaziamento de meios alternativos de solução de conflitos. Ademais, a tese examina a falibilidade dos Juizados Especiais como instrumento de promoção do acesso à justiça efetivo, sobretudo quando considerada a condição desigual à qual o procedimento sumaríssimo submete as partes. Nesse contexto, também se questiona a prometida simplicidade dos Juizados Especiais, em que ainda há forte apego às tradições jurídicas e aplica-se um procedimento lacônico com um sistema recursal exageradamente complexo e sem um órgão efetivo de uniformização da jurisprudência. Ao final, são apresentados elementos, indicando que os Juizados Especiais são inadequadamente utilizados como instrumento de desafogo do Poder Judiciário mesmo que em detrimento do acesso efetivo à justiça. Em linhas gerais, a pesquisa busca fornecer uma avaliação crítica dos Juizados Especiais, destacando suas limitações como mecanismo para garantir efetivamente o acesso à justiça, permitindo reflexões para o aprimoramento do procedimento sumaríssimo e do tratamento das causas de menor complexidade ou valor econômico.

Palavras-Chave: direito processual civil; juizado especial; acesso à justiça.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

MICROSSISTEMA DOS FILTROS DE ACESSO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Philippe de Oliveira Nader[1]; Jefferson Carlos Carus Guedes[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; philippenader@ceub.edu.br [2] Docente Orientador CEUB; jefferson.guedes@ceub.edu.br

A tese propõe a criação de um microssistema dos três filtros de acesso aos tribunais superiores, quais sejam: a repercussão geral do recurso extraordinário para o STF, a relevância do recurso especial para o STJ e a transcendência do recurso de revista para o TST. A partir da existência desse microssistema, se torna possível um intercâmbio de regras, procedimentos e práticas adotadas entre os três filtros. Por exemplo, um procedimento eficaz típico do STF (ex. a submissão de temas ao plenário virtual para avaliação da existência ou não de repercussão geral) pode ser aplicado à transcendência. Uma regra prevista para a relevância (por exemplo, a presunção de relevância do recurso especial no qual se debate proveito econômico superior a 500 salários mínimos) pode ser igualmente aplicada na transcendência. Uma prática consolidada pelo STF no rito do recurso extraordinário (ainda que não esteja prevista em lei ou regimento, v.g., julgamento turmário quando se tratar de mera reafirmação de jurisprudência) pode ser aplicada à relevância. O microssistema é viável porque os três filtros possuem a mesma natureza jurídica de incidente de seleção e julgamento de temas de interesse nacional com eficácia vinculante para casos similares. Não haveria sequer razão para serem qualificados com nomenclaturas distintas, uma vez que a finalidade dos filtros é a mesma: permitir aos tribunais superiores, consideradas atualmente verdadeiras Cortes de precedentes pela sistemática adotada pelo CPC/2015, eleger e pacificar os assuntos que entendem importantes, dentro da competência legal e constitucionalmente delimitada para cada tribunal superior. Assim, ainda que não haja regra específica na lei de regência da transcendência ou no regimento interno do TST, é possível tomar de empréstimo uma regra prevista na lei da repercussão geral ou no regimento interno do STJ atinente à relevância para aplicá-la à transcendência, desde se faça de forma fundamentada, demonstrando o ganho de eficiência da importação e justificando a necessidade de eventuais adaptações necessárias.

Palavras-Chave: filtros de acesso aos tribunais superiores; filtros recursais; microssistema.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

MIGALHAS ALÉM DA FOME: A EFETIVIDADE DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Mariana Amorim Murta[1]; Marcelo Dias Varella[2]

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; mariana.murta@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; marcelo.varella@ceub.edu.br

A pesquisa analisa a efetividade do direito humano à alimentação adequada (DHAA) no Brasil, entre 2011 e 2025, a partir da trajetória das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Parte-se da hipótese de que falhas de monitoramento, coordenação federativa e participação social reduziram a capacidade estatal de antecipar, prevenir choques políticos, fiscais e socioeconômicos e responder a eles. Esse quadro converteu avanços de eficácia normativa em baixa efetividade social, tornando o sistema de SAN vulnerável a retrocessos conjunturais como evidenciado pelo retorno do país ao Mapa da Fome, após 2016. Metodologicamente, adota-se uma abordagem jurídico-institucional e interdisciplinar em quatro planos: institucional, considerando participação social e estabilidade de conselhos e arranjos de governança; orçamentário, examinando previsibilidade, vinculações e discricionariedade na alocação de recursos; epidemiológico-nutricional com leitura crítica de séries estatísticas sobre insegurança alimentar, gasto das famílias e dupla carga de má nutrição; empírico por meio de entrevistas realizadas com consumidores, em três supermercados do Distrito Federal, voltadas a compreender o impacto das informações nutricionais dos rótulos nas escolhas de compra e sua relação com fatores socioeconômicos. O recorte temporal contempla a consolidação normativa e institucional (2011–2014), o período de retração orçamentária e desestruturação (2016–2022) e a retomada institucional recente, marcada pela recriação do Consea e pela aprovação do III Plansan, em 2025. Espera-se demonstrar que os retrocessos não se explicam apenas pela restrição fiscal, mas, sobretudo, por fragilidades de governança e monitoramento, que comprometeram a continuidade da política de SAN. Propõe-se, assim, a formulação de mecanismos de resiliência institucional capazes de aproximar eficácia jurídica e efetividade social do DHAA, assegurando maior estabilidade diante de choques políticos, econômicos e climáticos.

Palavras-Chave: direito humano à alimentação adequada; políticas de segurança alimentar e nutricional; efetividade social.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PREVIDÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS JURÍDICOS, ECONÔMICOS E DE SAÚDE PÚBLICA

Fabricio Augusto da Silva Martins[1]**; Márcia Dieguez Leuzinger**[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; fabricio.augusto@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A tese propõe-se a explorar as implicações das mudanças climáticas globais sobre a saúde pública e seus efeitos nas políticas previdenciárias. Partindo do estado da arte sobre as previsões científicas acerca das mudanças climáticas e o cumprimento das metas internacionais, o trabalho compila os principais impactos previstos na saúde pública. No entanto, o foco inovador da pesquisa é a análise jurídica e econômica dos efeitos desses impactos na previdência social. A partir disso, serão elaboradas propostas de políticas públicas e alterações legislativas, para adequar o sistema previdenciário às futuras demandas decorrentes das mudanças climáticas. Ressalta-se que a previsão dos impactos e a adoção de medidas de adaptação são imprescindíveis, sendo uma abordagem pouco discutida, mas extremamente relevante para garantir a sustentabilidade previdenciária perante as mudanças climáticas. O estudo parte do pressuposto de que eventos climáticos extremos, como ondas de calor, enchentes, secas prolongadas e proliferação de doenças tropicais, tendem a aumentar a demanda por serviços de saúde, gerando impactos indiretos no equilíbrio financeiro e atuarial da previdência social. A análise interdisciplinar proposta pela pesquisa abrange direito previdenciário, saúde coletiva, economia e políticas públicas, buscando identificar de que maneira a legislação atual pode mostrar-se insuficiente diante de novos riscos sociais. Além disso, o trabalho examina experiências internacionais em países que já enfrentam os efeitos mais severos das mudanças climáticas, a fim de extrair modelos e estratégias que possam ser adaptados à realidade brasileira. A pesquisa também avalia a necessidade de criação de fundos específicos de adaptação, mecanismos de financiamento solidário e incentivos para a prevenção de doenças relacionadas ao clima. Com isso, a tese pretende contribuir para o debate acadêmico e institucional, apresentando propostas concretas que promovam maior resiliência do sistema previdenciário, assegurem a proteção social e fortaleçam a justiça intergeracional em um cenário de rápidas transformações ambientais.

Palavras-Chave: mudanças climáticas; saúde pública; previdência social.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O CONTEÚDO JURÍDICO DA JURIDICIDADE ADMINISTRATIVA E A SEGURANÇA JURÍDICA

Ivon Jorge da Silva[1]; Sandro Lúcio Dezan[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; ivon.jorge@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; sandro.dezan@ceub.edu.br

A pesquisa trata da adequação à segurança jurídica, da função atípica do Estado-administração e da administração pública, para aplicar o direito ao caso concreto, notadamente, no paradigma do atual Estado de direito, qual seja, o Estado democrático e constitucional de direito, para a concretização de direitos fundamentais. Essa função atípica é um efeito do pós-positivismo e do neoconstitucionalismo, que leva à aproximação entre direito e moral, e, por consequência, entre direito e justiça. Visa-se, assim, à conjugação da juridicidade administrativa com a segurança jurídica como forma de proporcionar o agir proativo do administrador público rumo à concretização de direitos fundamentais, de acordo com as balizas do arcabouço jurídico estatal, sem, contudo, cair no ativismo administrativo decisional. O efeito prático disso é o agir da administração pública como pacificadora social com o escopo de reduzir a litigância jurisdicional, com o manejo do que pode ser nominado como dever-poder de juridicidade. O objetivo geral da pesquisa é identificar, com a necessária clareza e precisão, as nuanças que envolvem a aplicação da juridicidade administrativa, notadamente quanto aos seus elementos constituintes, de modo a conciliá-la com o princípio da segurança jurídica. O método a ser adotado na presente pesquisa é o hipotético-dedutivo a partir de uma abordagem jurídico-dogmática. Como conclusão, busca-se apresentar, de forma fundamentada, quais são os limites bem definidos da aplicação da juridicidade administrativa. Este é o grande desafio da pesquisa: a conciliação da juridicidade administrativa com a segurança jurídica, tema sem precedentes, tanto na doutrina pátria quanto na doutrina internacional.

Palavras-Chave: administração pública; juridicidade administrativa; segurança jurídica.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O DEVER DE DILIGÊNCIA EMPRESARIAL PARA OBTER A LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR (LSO): A CONSTRUÇÃO DE UM MÉTODO A PARTIR DE EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Gilda Nogueira Paes Cambraia[1]; Nitish Monebhurrun[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; gilda.cambraia@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A Licença Social para Operar (LSO) consiste no entendimento de que os investidores precisam de aprovação não só dos entes reguladores, mas também da sociedade e da comunidade, criando a necessidade complexa de buscar a sua aceitação, passando a inserir-se nas relações entre investidores e Estados. A LSO pode atuar como importante ferramenta, não só para inserir as aspirações e as expectativas das comunidades locais para os investimentos, mas também para mitigar os inúmeros impactos adversos causados pela atividade empresarial. A atribuição de um caráter jurídico à LSO não se apresentou inicialmente como uma conjectura óbvia, visto que sua introdução no direito internacional dos investimentos foi recente e que o conceito passa por um processo de juridificação. Entretanto, é possível afirmar que há um caráter jurídico a ser conferido à LSO, considerando não só suas manifestações nos tratados de investimentos, notadamente por meio das cláusulas de Responsabilidade Social Corporativa, mas também as interpretações conferidas pelos tribunais arbitrais de investimentos, que já demonstram a influência prática das comunidades locais no sucesso dos investimentos. Assim, a LSO já integra, em teoria, a atividade empresarial, de modo que as empresas entendem a força das comunidades e a necessidade de buscar sua aceitação para mitigação de riscos sociais. Entretanto, a obtenção prática ainda é desafiadora, considerando sua própria natureza intangível, contínua e não escrita. Assim, os requisitos para a sua obtenção não são claramente definidos, mas constituem uma tarefa a ser realizada pelo investidor, podendo compor seu processo de devida diligência empresarial. Diante disso, a tese pretende estabelecer um método para identificação da devida diligência para obtenção da LSO, por meio de evidências obtidas de forma empírica, de acordo com a prática empresarial e sua interação com as comunidades locais. O problema de pesquisa substantiva-se a partir do questionamento sobre que método deve ser aplicado pelas empresas, para construir a devida diligência empresarial para a obtenção da LSO.

Palavras-Chave: licença social para operar; diligência empresarial; responsabilidade social corporativa.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O DEVER DE INTELIGIBILIDADE NOS CONTRATOS CONSUMERISTAS ELETRÔNICOS FIRMADOS COM PESSOAS VULNERÁVEIS

Edilane Del Rio Copalo[1]; Leonardo Roscoe Bessa[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; edilanerio@yahoo.com.br [2] Docente Orientador CEUB; leonardo.bessa@ceub.edu.br

A pesquisa investiga como estruturar juridicamente o dever de inteligibilidade nos contratos eletrônicos celebrados com pessoas vulneráveis, partindo da constatação de que, na sociedade digital contemporânea, a complexidade da linguagem contratual, o uso de expressões técnicas especializadas e a arquitetura confusa das plataformas digitais comprometem significativamente a compreensão dos termos pactuados, gerando assimetrias extremamente relevantes na formação da vontade e promovendo desequilíbrios contratuais frequentemente prejudiciais ao contratante vulnerável. O estudo delimita-se especificamente aos contratos eletrônicos firmados com indivíduos em situação de vulnerabilidade, pois, nesse contexto, a incompreensão dos termos produz consequências práticas extremamente relevantes e concretas, como adesão contratual sem plena consciência, violação da autonomia da vontade e exclusão jurídica, afetando diretamente direitos fundamentais essenciais. A pesquisa fundamenta-se nos princípios constitucionais e contratuais da boa-fé objetiva, função social do contrato e proteção da confiança, adotando abordagem qualitativa e interdisciplinar, combinando revisão bibliográfica especializada, análise normativa e documental, estudo de jurisprudência do STJ e tribunais estaduais, além de elementos de direito comparado, incluindo experiências internacionais da União Europeia e dos Estados Unidos. Os resultados pretendem demonstrar que não basta fornecer informações ou cláusulas formais, sendo necessário tornar os contratos efetivamente inteligíveis de forma concreta, prática e aplicável, de modo a fortalecer a proteção do contratante vulnerável, promover justiça contratual, garantir a efetividade dos direitos fundamentais nas relações privadas digitais e propor critérios objetivos, claros e controláveis para a correta aplicação do dever de inteligibilidade, contribuindo, de maneira efetiva, para a segurança jurídica e a equidade nas relações contratuais eletrônicas contemporâneas, hoje existentes.

Palavras-Chave: boa-fé objetiva; dever de inteligibilidade; contratos eletrônicos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O DIREITO DAS ESTATAIS: NECESSIDADE EMERGENTE DE RECONHECIMENTO COMO NOVO RAMO EPISTEMOLÓGICO

Edinei Silva Teixeira[1]; Sandro Lúcio Dezan[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; edineisteixeira@terra.com.br [2] Docente Orientador CEUB; sandro.dezan@ceub.edu.br

Almeja-se utilizar a teoria dos sistemas sociais de Luhmann e a filosofia hermenêutica de Gadamer, pelas quais se busca demonstrar a complexidade das empresas estatais e a necessidade de redução dessa complexidade mediante a diferenciação funcional (Luhmann) e o olhar atento ao direito das estatais (Gadamer), ou seja, a necessidade emergente de reconhecimento como novo ramo epistemológico fenômeno, de modo a perceber as coisas como elas realmente são ou se comportam. Esse esforço hermenêutico permite compreender como concretamente o mercado de atuação dessas entidades reage, a exemplo de suas práticas e estratégias, inclusive sob a ótica dos demais *players* daquele determinado mercado, possibilitando que o intérprete e aplicador do direito perceba os contornos do sistema do direito defendido por Luhmann. Com isso, torna-se viável reconhecer a emergência de nova disciplina, enriquecida por uma visão mais contemporânea do direito administrativo, que não se limita à interpretação da norma escrita, mas que considera também o chamado direito-contexto, formado por princípios implícitos, valores axiológicos e pela própria realidade institucional na qual a norma se insere. A abordagem proposta busca destacar que, diante das peculiaridades das empresas estatais, a aplicação de categorias tradicionais do direito público pode mostrar-se insuficiente para enfrentar os desafios de gestão, governança e competitividade que marcam a atuação dessas entidades no ambiente econômico. Assim, a articulação entre Luhmann e Gadamer abre espaço para o direito administrativo mais dinâmico, capaz de lidar com a complexidade sistêmica e de dialogar com as transformações sociais e econômicas contemporâneas. A pesquisa pretende demonstrar que a compreensão adequada das empresas estatais exige não apenas conhecimento jurídico, mas também uma sensibilidade hermenêutica voltada à realidade concreta, permitindo construir interpretações mais legítimas, eficazes e alinhadas à função social dessas organizações no Estado contemporâneo.

Palavras-Chave: empresas estatais; novo ramo epistemológico; Teoria dos Sistemas Sociais.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O ECOSSISTEMA DAS PIRÂMIDES FINANCEIRAS NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DIÁLOGO SOBRE O APERFEIÇOAMENTO DE SUA PREVENÇÃO E COMBATE

Virgínia Motta Sousa[1]**; Bruno Tadeu Palmieri Buonicore**[2]

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; victoria.alves@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; bruno.buonicore@ceub.edu.br

As fraudes denominadas “pirâmides financeiras”, tema central de análise da presente tese, configuram-se como uma das modalidades mais insidiosas de falcatruas econômicas da atualidade. Sua denominação vem da estrutura de seu sistema, que, em sua base, precisa de grande quantidade de novos investidores, para sustentar os ganhos dos iniciais, que estão no topo da pirâmide e, geralmente, são os únicos a obter lucro até que ocorra o colapso do esquema. Trata-se de um fenômeno que tem aumentado exponencialmente, no Brasil e causado prejuízos bilionários a milhares de pessoas, até então dispensados à prevenção e à punição desta prática fraudulenta, desafiando o tratamento doutrinário, legislativo e jurisprudencial. Diante desse contexto, nota-se o surgimento de propostas legislativas que apresentam como solução para o problema o aumento da pena cominada para o crime, como o Projeto de Lei nº 3.706/2021, em tramitação no Senado Federal. No entanto, vários desafios ainda precisam ser enfrentados e superados para a efetiva prevenção e a punição deste crime no Brasil. A presente pesquisa tem como objetivo a análise do conjunto de fatores jurídicos, sociais, econômicos e políticos que influenciam a propagação deste crime e dos objetivos das políticas criminais até então adotadas pelo Estado, a fim de compreender e indicar medidas de atuação estatal e aperfeiçoamento legislativo para a coibição e a punição da prática desse crime. A pesquisa é dividida metodologicamente em três etapas: na primeira, de cunho eminentemente teórico, é realizada a revisão sistemática da literatura e da legislação relacionada ao tema; na segunda, de cunho empírico e qualitativo, são coletados os dados secundários obtidos por meio de *websites* dos Tribunais de Justiça estaduais, federais, e dos Tribunais Superiores, a fim de identificar os fundamentos legais e doutrinários utilizados nos processos judiciais relacionados aos esquemas de pirâmide financeira, nos últimos cinco anos; na terceira, é realizada a análise crítica entre os fatores determinantes do problema e as políticas criminais até então adotadas pelo Estado, para fornecer subsídios para o entendimento e a discussão sobre o controle penal. A pesquisa trabalha com a hipótese de que a propagação do crime de pirâmides financeiras na atualidade pode ser explicada por um conjunto de fatores jurídicos, sociais, econômicos e políticos, vinculados ao paradigma tecnológico das redes digitais e contrapõe-se à dificuldade de adaptação da sociedade sobre esses avanços de forma crítica, e, desta maneira, a coibição e a punição dessa prática criminosa exigem uma abordagem colaborativa da rede de atores estatais e não estatais.

Palavras-Chave: pirâmides financeiras; fatores determinantes; propostas legislativas.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O IMPACTO DA CARGA TRIBUTÁRIA INDIRETA SOBRE O CONSUMO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO AUXÍLIO EMERGENCIAL EM 2020

Francelino das Chagas Valença Junior[1]; Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; francelino.junior@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O presente projeto pretende investigar se os valores recebidos pela população beneficiada pelo auxílio emergencial, nos anos de 2020 e 2021, sofreram redução significativa em razão da incidência da tributação indireta sobre bens e serviços. Trata-se de analisar se esse modelo tributário impactou sensivelmente o montante destinado a assegurar, ainda que em tese, o mínimo existencial necessário à manutenção da sobrevivência material das famílias contempladas. A pesquisa não se limita a uma abordagem meramente dogmática, mas propõe uma reflexão jurídica ampla, levando em consideração as particularidades da matriz tributária brasileira e seus reflexos nos sistemas de transferência de renda do Governo Federal, especialmente naqueles voltados à população em situação de maior vulnerabilidade social. Nesse sentido, busca-se compreender em que medida o modelo de tributação adotado no Brasil, fortemente pautado na arrecadação indireta, reduz o alcance efetivo dos benefícios sociais, esvaziando parte de sua finalidade de promoção da dignidade e da justiça social. O auxílio emergencial, concebido como resposta à grave crise sanitária e econômica desencadeada pela pandemia de coronavírus, foi direcionado a uma parcela significativa da população brasileira, desempenhando papel crucial na mitigação da pobreza e na tentativa de assegurar a subsistência mínima durante o período crítico. Dessa forma, o problema de pesquisa que se apresenta é se o benefício de transferência de renda do Governo Federal, denominado *auxílio emergencial*, pago em 2020 e 2021, teve redução significativa de valor em decorrência da tributação indireta, a ponto de comprometer a garantia do mínimo existencial.

Palavras-Chave: carga tributária indireta; auxílio emergencial; mínimo existencial.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O INTELECTUAL DA REPÚBLICA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA ESTUDO DAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

José Almeida Júnior[1]; Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; josealmeidajunior3@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; arnaldo.godoy@ceub.edu.br

As crônicas de Machado de Assis possibilitam conhecer o seu pensamento a respeito de questões políticas e jurídicas. Além disso, tornam possível compreender o período histórico por meio da ótica sagaz de um pensador como o "bruxo do Cosme Velho". Para estudar o escritor como um intelectual do seu tempo, é importante fazer uma abordagem metodológica rigorosa, a fim de compreender não só o sentido do texto, mas também a intenção do autor e o modo como dialogava com outros cronistas. Compreender um texto do passado exige mais do que extrair significados literais ou ideias perenes. É necessário reconstruir o contexto linguístico e as convenções discursivas nas quais o autor estava inserido, considerando o texto como um ato de fala com uma intenção comunicativa específica. Este trabalho tem por objetivo utilizar a metodologia de Quentin Skinner, para analisar a série de crônicas "A Semana" (1892–1897) como intervenções político-jurídicas no contexto da Primeira República. O trabalho desenvolve-se por meio de três estudos de caso, a partir de crônicas selecionadas, com aplicação da abordagem metodológica. As crônicas machadianas devem ser entendidas como intervenções a ser lidas à luz daquilo que o autor realizou com as suas palavras, no momento da enunciação. Ao incorporar essa abordagem, a pesquisa possibilita captar o vocabulário político disponível, os gêneros comunicativos da época e o horizonte de expectativas do público leitor da Primeira República. Dessa forma, é possível compreender Machado de Assis não apenas como literato, mas também como participante ativo do debate público, alguém que refletia sobre os dilemas institucionais e sociais de seu tempo. Ao mesmo tempo, o estudo contribui para ampliar o entendimento das relações entre literatura, direito e política no Brasil, revelando novas formas de interpretar a intervenção crítica do escritor.

Palavras-Chave: crônica machadiana; história das ideias; direito e literatura.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O JUÍZO 100% DIGITAL E O ACESSO À JUSTIÇA PARA GRUPOS VULNERÁVEIS NO BRASIL: IMPACTOS, DESAFIOS E ALTERNATIVAS

Romulo Renato Cruz Santana[1]; Bruno Tadeu Palmieri Buonicore[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; romulorenatos@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; bruno.buonicore@ceub.edu.br

A digitalização do Poder Judiciário brasileiro, consolidada pela implantação do Juízo 100% Digital, representa um marco paradigmático na prestação jurisdicional, suscitando debates sobre suas implicações no direito fundamental de acesso à justiça, sobretudo para grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Esta tese investigou, de forma crítica, se a adoção massiva de ferramentas tecnológicas pelo Judiciário tem, de fato, promovido democratização do sistema ou se, ao contrário, tem aprofundado as desigualdades históricas, criando barreiras adicionais para aqueles que já enfrentam limitações econômicas, educacionais e informacionais. A pesquisa teve como objetivo central analisar o impacto do Juízo 100% Digital sobre o acesso à justiça no Brasil, buscando compreender em que medida a inovação tecnológica tem ampliado ou restringido a participação efetiva dos cidadãos hipossuficientes no sistema judicial. Para tanto, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa e teórico-empírica, combinando revisão bibliográfica especializada, análise documental de atos normativos, resoluções do Conselho Nacional de Justiça e relatórios institucionais, além de estudo de casos concretos, a exemplo do município de Mineiros-GO, onde a ausência ou a precariedade da Defensoria Pública potencializam a exclusão digital e jurídica. Também foram examinadas experiências internacionais que conciliam inovação tecnológica e inclusão social, visando extrair lições aplicáveis à realidade brasileira. Os resultados revelaram que, embora a digitalização traga benefícios inegáveis, como maior celeridade processual, economia de recursos e transparência, não alcança, de forma equânime, parcelas significativas da sociedade. As evidências apontam que o baixo índice de letramento digital, aliado à carência de infraestrutura tecnológica e à limitada presença da Defensoria Pública, especialmente em regiões interioranas e periféricas, compromete o efetivo exercício do direito de ação por parte dos grupos vulneráveis. Identificou-se um descompasso estrutural entre a velocidade da transformação digital e a lentidão ou a fragilidade das políticas públicas de inclusão tecnológica no Brasil, o que torna o Juízo 100% Digital inacessível exatamente para aqueles que mais necessitam do sistema de justiça. Nesse cenário, a pesquisa destacou o papel estratégico das universidades, dos Núcleos de Práticas Jurídicas (NPJ) e da Defensoria Pública como agentes mediadores, para reduzir a exclusão digital e jurídica. Os NPJ, historicamente voltados à assistência jurídica gratuita, despontam como espaços potenciais para oferecer também letramento digital, orientação prática sobre o uso de plataformas como PJe e e-SAJ e apoio técnico a cidadãos carentes de recursos tecnológicos. A tese, entretanto, evidencia que tais iniciativas, ainda que relevantes, não substituem a obrigação estatal de prover políticas públicas robustas, intersetoriais e sustentáveis que garantam infraestrutura, conectividade e capacitação tecnológica. Conclui-se que a tecnologia, longe de ser neutra, deve ser concebida como instrumento de ampliação dos direitos fundamentais, jamais como fator de exclusão social.

Palavras-Chave: acesso à justiça; grupos vulneráveis; inclusão digital.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O MODELO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO ADOTADO NO DIREITO BRASILEIRO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

João Batista Perigolo[1]; Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy[2]

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; perigolo11@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O modelo de controle difuso de constitucionalidade adotado no direito brasileiro, com supedâneo na doutrina e na jurisprudência, parece mostrar-se ligeiramente afastado do padrão verdadeiramente instituído pelas Constituições brasileiras, especialmente pela Carta cidadã de 1988. Com enfoque nas pesquisas preliminarmente realizadas na doutrina constitucional-histórica e nas normas jurídicas correlatas, lastreado nos métodos de interpretação jurídica, bem como na jurisprudência de nossa Corte Suprema, parece ser bastante possível afirmar e conceber que nossa Lei Magna não contenha autorização expressa para que o juiz exerça incidentalmente o controle de constitucionalidade. Na Carta federal, tal competência jurisdicional foi atribuída expressamente apenas aos Tribunais, órgãos judiciários colegiados. No piso infraconstitucional, constata-se que a mesma singularidade normativa ocorre nos Códigos de Processo Civil (CPC), de Processo Penal (CPP), de Defesa do Consumidor (CDC), Tributário Nacional (CTN), na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN) e na Leis dos Juizados Especiais, neste caso, tanto aqueles ditos juizados comuns quanto os federais ou os de fazenda pública. Historicamente, apenas na Lei n. 221, de 20/11/1894, encontrava-se prevista tal autorização normativa, que sequer era pacificamente aceita. Por isso, não caberia ao juiz de primeiro grau decidir ou declarar a inconstitucionalidade incidental de normas jurídicas, ainda que em casos concretos sob sua jurisdição, como corriqueiramente admite a doutrina e a jurisprudência, sob pena de esvaziar-se o desenho do sistema jurídico constitucional delineado pela Constituição Federal. Assim, é possível cogitar, de modo absolutamente provisório, que o modelo difuso de controle de constitucionalidade pretendido para nosso país seja verticalizado, em que, como regra, caberia ao Supremo Tribunal Federal a competência para dirimir tais conflitos, quando presente o dissenso com norma federal, e, apenas por exclusão, tal tarefa seria de competência dos Tribunais de Justiça dos estados quando o objeto fosse uma norma estadual ou municipal.

Palavras-Chave: controle de constitucionalidade; modelo difuso; interpretação constitucional.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O PAPEL DO DIREITO NA CONDUÇÃO E NA CONTENÇÃO DAS GUERRAS COMERCIAIS INTERNACIONAIS ATUAIS E OS IMPACTOS JURÍDICOS PARA O BRASIL

Erika Regina Araújo Albuquerque[1]; Nitish Monebhurrun[2]

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; acalheiros.erika@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A presente pesquisa objetiva investigar o papel do Direito na condução e na contenção das guerras comerciais internacionais atuais e os impactos jurídicos para o Brasil, com foco nas disputas não armadas, intensificadas a partir de 2023, provocadas pelos grandes *players*. O estudo parte da análise descritiva do sistema atual de solução de controvérsias da OMC, do GATT de 1947 e 1994, bem como de normas internacionais, destacando os princípios de não discriminação, nação mais favorecida e tratamento nacional no comércio multilateral. Em seguida, examinam-se as novas formas de atuação das potências internacionais que, sob a justificativa de segurança nacional ou de proteção ambiental e da saúde, instituem barreiras não tarifárias por meio de regulamentos internos e padrões técnicos que, na prática, burlam o regime multilateral. A pesquisa debruça-se sobre o tarifaço norte-americano de 2024 a 2025 e as medidas correlatas de outros *players*, incluindo regimes ambientais, avaliando eventuais abusos de direito e desvios de finalidade na aplicação das exceções do GATT/OMC e de tratados correlatos, bem como seus efeitos sobre cadeias globais de valor, segurança jurídica e política regulatória brasileira, especialmente em comércio exterior, concorrência, defesa comercial, sustentabilidade e política industrial. O estudo justifica-se pela necessidade de compreender o papel do Direito na contenção dessas disputas, identificar lacunas na distinção de critérios jurídicos objetivos, para diferenciar medidas legítimas de proteção de mercados nacionais perante o comércio multilateral equilibrado e avaliar os riscos jurídicos, políticos e institucionais a que o Brasil está exposto. O objetivo geral consiste em analisar as guerras comerciais recentes no período de 2023 a 2028, mapeando os acontecimentos internacionais e seus impactos sobre os assuntos internos brasileiros, confrontando parâmetros normativos e institucionais atuais com as respostas exigidas pelo direito internacional econômico e pela ordem constitucional brasileira. A metodologia envolve revisão bibliográfica e documental com base em doutrina, relatórios de organismos internacionais, painéis e apelações da OMC, legislação estrangeira e nacional, além de estudos de caso sobre medidas norte-americanas e europeias, pesquisa empírica em decisões internacionais e entrevistas semiestruturadas com *policy-makers* e atores privados. O problema central questiona qual é o papel do direito na condução e na contenção das guerras comerciais internacionais e quais são os impactos para o Brasil, levantando como hipóteses o abuso do uso das exceções do GATT/OMC por grandes *players*, a ocorrência de ingerências regulatórias diretas e indiretas no direito interno e a necessidade de adequação das estratégias normativas diante do novo cenário internacional.

Palavras-Chave: novas guerras comerciais; barreiras não tarifárias; impactos jurídicos no Brasil.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O PRINCÍPIO DA RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA E A ATUAÇÃO DAS APAC COMO UMA FERRAMENTA DE EFETIVIDADE

Leandro Moreira de Freitas Oliveira[1]; Bruno Amaral Machado[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; leandro.freitas@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; bruno.machado@ceub.edu.br

A pesquisa tem como objetivo estudar o princípio da ressocialização da pena na realidade brasileira, em que se verifica nítida prevalência do caráter puramente retributivo das condutas ilícitas consideradas típicas, ilícitas e culpáveis, bem como diante da elevada reincidência de indivíduos que cumpriram pena aplicada em processo penal e, após cinco ou mais anos, voltam a praticar novos delitos, analisando-se também o percentual dessa reincidência. Nesse contexto, a investigação aborda a efetividade da atuação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) como ferramenta de execução da pena alternativa ao sistema tradicional, especialmente percebendo a realidade de diversos municípios de Minas Gerais, onde a reincidência tem sido reduzida a patamares inferiores a 20% ou 10%, evidenciando a ressocialização efetiva dos apenados submetidos a esse sistema. O objetivo geral consiste em demonstrar a possibilidade de ampliação dessa forma alternativa de execução da pena por meio das APAC, considerando a expressiva redução de custos em comparação ao sistema tradicional e a baixa reincidência dos apenados que cumpriram pena nessas unidades. A metodologia adotada envolve análise de estatísticas disponibilizadas por órgãos responsáveis pelo acompanhamento da execução penal, como o DEPEN, visitas e entrevistas às APAC para melhor compreensão do seu funcionamento, além de revisão de pesquisas já realizadas que dialoguem com o tema estudado. Ao final, a pesquisa busca evidenciar a necessidade de ampliação das APAC em todo o território nacional, com apoio do CNJ, a fim de reduzir o alto custo do sistema atualmente predominante, que, ademais, não tem demonstrado, de forma equivalente, o efeito ressocializador da pena.

Palavras-Chave: ressocialização da pena; associação de proteção; Associações de Proteção e Assistência aos Condenados.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O PROCESSO CIVILIZADOR APLICADO À INSOLVÊNCIA: UMA HISTÓRIA DA FALÊNCIA

Bruno Sampaio da Costa[1]; Marlon Tomazette[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; brunosampaiodacosta@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; marlon.tomazette@ceub.edu.br

O presente trabalho objetiva demonstrar que sociedade e direito evoluem em um padrão a ser descrito com precisão, em sua organicidade e coesão, ainda que, a rigor, não possa ser direcionado por qualquer de seus atores. Tal processo civilizador não se restringe ao conceito sociológico aplicável tão somente à vida social, mas abrange a ciência jurídica, eis que os mesmos mecanismos dinâmicos se aplicam ao direito, que se constitui como relevante espaço da vida social, destinado à prevenção e à solução de conflitos. Isso ocorre pelo fato de o ordenamento jurídico de certa civilização refletir a sociedade que disciplina, portanto as evoluções e as involuções das sociedades civilizadas e seus respectivos ordenamentos jurídicos caminham historicamente, lado a lado, refletindo-se mutuamente. O método consiste na aplicação do processo civilizador, na concepção de Norbert Elias, à insolvência, ramo do direito privado, em particular, sobre como as regras e os princípios aplicados a esse instituto se modificaram com o passar do tempo. Mais detidamente, analisa-se a evolução da disciplina legal aplicada à insolvência, partindo dos primórdios do direito romano, passando pela Idade Média europeia até os dias atuais, no Brasil. O resultado é a aparente evolução inicialmente com regras, hoje reputadas desumanas para os padrões contemporâneos; primeiro, com a perda da vida; depois, com a perda da liberdade do devedor, considerado incivilizado. Até os dias atuais, o devedor perde apenas o seu patrimônio, mas mantém sua vida e dignidade. Discute-se que, tanto no universo social como no jurídico, os indivíduos adaptam-se a comportamentos desejados, o que faz surgir a longo prazo o *habitus* social, visto como inerente ao ser humano pelo observador desatento, todavia, fruto de uma internalização paulatina por toda a comunidade. Do mesmo modo, dá-se com as instituições, que acomodam a resposta às infrações cometidas pelos integrantes no âmbito social conforme ditam as expectativas e os anseios de determinado tempo. Para tanto, nesta tese, aplicou-se a metodologia da pesquisa documental e a revisão bibliográfica disponível sobre os autores de referência em direito empresarial, notadamente na história desse ramo acadêmico, bem como a literatura circundante sobre questões relevantes e pungentes das sociedades estudadas, ao longo dos séculos de aperfeiçoamento do instituto objeto de análise. Pelo método dedutivo, buscou-se demonstrar a incidência do processo civilizador elisiano como fenômeno abrangente em toda a sociedade, inclusive no âmbito do ordenamento jurídico, em especial, na área da insolvência, eis que manifestação única da vida social. Ao final, conclui-se que é aplicável o conceito de processo civilizador a diversas áreas do comportamento humano, notadamente ao direito e, em especial, à história da insolvência no ordenamento jurídico ocidental, mais particularmente, no brasileiro, o que se evidencia pela evolução constatada nesses sistemas, a partir da análise da história das penas e das sanções aplicadas aos devedores inadimplentes, ao longo do tempo.

Palavras-Chave: processo civilizador; insolvência; direito.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O RACISMO ADMINISTRATIVO E A PROMOÇÃO DE EQUIDADE RACIAL NA GESTÃO ORGANIZACIONAL

Alisson Almeida[1]; Frederico Augusto Barbosa da Silva[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; almeidaa@stj.jus.br [2] Docente Orientador CEUB; frederico.silva@ceub.edu.br

Este trabalho apresenta e explora o conceito “racismo administrativo”, entendido como a perpetuação de desigualdades raciais em organizações, por meio de decisões, práticas ou omissões dos gestores. Distinguindo-se do racismo estrutural, institucional e do racismo como crime, o racismo administrativo destaca o impacto direto das escolhas gerenciais na manutenção de hierarquias racializadas, muitas vezes disfarçadas de neutralidade ou eficiência, afetando tanto a dinâmica interna quanto os resultados organizacionais. A análise baseia-se na Teoria Crítica da Raça (CRT) e inclui a revisão detalhada do contexto histórico do racismo no Brasil, abrangendo a supremacia racial, o mito da democracia racial e o reconhecimento do racismo estrutural, além de considerar como essas heranças influenciam práticas e políticas contemporâneas. Investiga-se a psicologia do racismo, seus efeitos na gestão organizacional e de que forma estereótipos e preconceitos inconscientes orientam decisões gerenciais, reforçando desigualdades e barreiras à inclusão. São discutidos os desafios éticos, jurídicos e políticos para a responsabilização de gestores, a cultura da irresponsabilidade e a amplitude da discricionariedade nas decisões administrativas. A pesquisa propõe soluções práticas e estratégicas, incluindo letramento racial, capacitação contínua, auditorias de diversidade e medidas afirmativas responsivas, adaptadas às realidades organizacionais, que visam identificar vulnerabilidades, priorizar ações corretivas e integrar efetivamente práticas inclusivas à cultura organizacional. Argumenta-se que, enquanto o racismo administrativo gera custos econômicos, reduz a inovação e compromete a coesão institucional, a promoção de políticas de equidade racial fortalece a produtividade, o engajamento e a reputação institucional, contribuindo para a gestão mais justa, ética, responsável e eficaz em diferentes contextos organizacionais.

Palavras-Chave: racismo administrativo; equidade racial; gestão organizacional.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O SENTIDO E O ALCANCE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA A EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS

Camila Bernardes Aniceto de Sousa dos Santos[1]; Alice Rocha da Silva[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; jose.bonna@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; alice.silva@ceub.edu.br

O atual contexto da exposição de crianças e adolescentes à internet, acelerada pela pandemia da covid-19, e a desatualização do Estatuto da Criança e do Adolescente em referido contexto concorrem para a relevância de realizar uma interpretação hermenêutica da proteção integral das crianças e dos adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro, mais especificamente, no Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuindo, de forma real e prática, para a atuação dos intérpretes e dos aplicadores do direito em cada caso concreto, no intuito de que os direitos fundamentais de referidas crianças e adolescentes – leia-se "direitos de primeira, segunda e terceira geração" – sejam assegurados no espaço cibernético. O objetivo da pesquisa é enfrentar o sentido e o alcance da proteção integral das crianças e dos adolescentes diante do desafio do mundo digital, analisando como a legislação atual responde às novas formas de vulnerabilidade e risco, como *cyberbullying*, exposição de dados pessoais, conteúdo impróprio e exploração online. A pesquisa busca compreender de que maneira os princípios constitucionais, os direitos previstos no ECA e as demais normas correlatas podem ser interpretados à luz da realidade digital, oferecendo orientações para práticas jurídicas mais efetivas e adaptadas às demandas contemporâneas. Além disso, o estudo considera a importância da atuação coordenada entre Estado, famílias, instituições educacionais e plataformas digitais, reconhecendo que a proteção integral exige não apenas regulamentação, mas também fiscalização, prevenção e educação digital. A análise interdisciplinar permite identificar lacunas normativas, propor recomendações de atualização legislativa e fornecer subsídios para decisões judiciais consistentes, garantindo que os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes sejam preservados em todos os ambientes, inclusive no ciberespaço.

Palavras-Chave: criança; adolescente; sociedade digital; mundo virtual.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O STJ E A REFORMA TRIBUTÁRIA: CRÔNICA DE UMA CRISE FEDERATIVA ANUNCIADA

José Antônio de Freitas[1]; Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; joseantoniofreitas@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Este projeto de tese investiga a redefinição da repartição de competências jurisdicionais entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF), no contexto do novo federalismo fiscal brasileiro, a partir da introdução, pela Emenda Constitucional 132/2023, da competência originária do STJ, para processar e julgar conflitos interfederativos relacionados ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A Reforma Tributária promove uma reconfiguração do Sistema Tributário Nacional e, com ela, a competência originária, para dirimir conflitos entre entes federativos ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados aos tributos previstos nos artigos 156-A e 195, V, da Constituição Federal. Diante desse cenário, o estudo busca responder à questão de pesquisa sobre em que medida a nova competência originária do STJ, para dirimir conflitos interfederativos relacionados aos tributos previstos nos artigos 156-A e 195, V, da Constituição Federal, correlaciona-se e diferencia-se da competência originária do STF, para julgar conflitos federativos em geral e quais são os impactos dessa redefinição na preservação da autonomia fiscal dos entes federativos e na estabilidade do sistema judiciário brasileiro. O objetivo geral do trabalho é analisar os impactos dessa nova competência originária do STJ na autonomia dos estados e dos municípios e na harmonia do sistema judiciário. Para isso, a pesquisa utiliza a metodologia qualitativa, baseada em análise documental e análise comparativa. A primeira é focalizada na legislação (Constituição Federal, Emenda Constitucional 132/2023) e na jurisprudência consolidada do STF sobre conflitos federativos. A segunda compara os fundamentos e os alcances das competências do STJ e do STF, com o intuito de identificar áreas de sobreposição e potenciais conflitos de jurisdição. Os resultados obtidos indicam que a nova competência originária do STJ, ao centralizar as disputas interfederativas sobre os tributos previstos nos artigos 156-A e 195, V, da Constituição Federal, cria uma dinâmica jurisdicional distinta daquela exercida pelo STF. Essa mudança sinaliza uma especialização do contencioso tributário, buscando mais segurança jurídica na resolução desses litígios fiscais. No entanto, o estudo também aponta para a necessidade de o STF, como guardião da Federação, estabelecer critérios claros para a delimitação de suas competências constitucionais em face da nova atribuição do STJ, a fim de evitar sobreposições e insegurança jurídica. Conclui-se que a redefinição de papéis entre o STJ e o STF tem potencial para influenciar significativamente a autonomia fiscal dos entes federativos, à medida que a jurisprudência da Corte Superior se torna a principal referência para a interpretação e a aplicação da legislação relativa aos tributos previstos nos artigos 156-A e 195, V, da Constituição Federal. A pesquisa contribui para o debate acadêmico e jurídico, oferecendo uma análise aprofundada das implicações jurídicas e políticas da Reforma Tributária, avaliando o papel dos tribunais superiores na construção de novo modelo de federação fiscal, mais eficiente e estável.

Palavras-Chave: reforma tributária; federalismo fiscal; competência jurisdicional.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O TRATAMENTO JURÍDICO EM RELAÇÃO ÀS ÁGUAS MINERAIS E ÀS ÁGUAS POTÁVEIS DE MESA: ANÁLISE EM PROL DA VANGUARDA AMBIENTAL

Wilson Simões de Lima Júnior[1]; Márcia Dieguez Leuzinger[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; wsljunior@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O tema abordado na tese leva em consideração o tratamento jurídico de águas minerais e potáveis de mesa, que é diferente em relação aos demais recursos hídricos. Isso ocorre em razão de o conjunto de leis aplicável a cada tipo ter sido construído em bases diversas: enquanto as águas minerais e as águas potáveis de mesa foram historicamente protegidas por políticas minerais, os demais recursos hídricos seguiram caminho próprio, de recursos ambientais difusos. A diferença no regime jurídico acarreta consequências plurais, mormente aquelas voltadas à proteção e aos demais valores consagrados na Constituição Federal de 1988. Assim, o objetivo da pesquisa é compreender e analisar o atual regime jurídico aplicável às águas minerais e às águas potáveis de mesa, de forma a fazer paralelos com a proteção ambiental presente nos demais recursos hídricos quanto à proteção, aos valores e às demais conquistas de vanguarda na questão ambiental. Para tanto, tem sido proposta uma análise do regime jurídico das águas minerais e potáveis de mesa em esfera nacional e em âmbito estadual, notadamente aqueles estados que despontam com a utilização econômica mais intensa pelas grandes indústrias exportadoras deste recurso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, debruçada em fontes documentais, com análise comparativa entre regimes jurídicos, sem perder de vista o parâmetro básico das conquistas alcançadas pela vanguarda ambiental. Tem-se percebido que, justamente nesses entes federativos, tem sido fortalecido o conjunto normativo de proteção das águas minerais e das águas potáveis de mesa, podendo ter relação com a fragilidade de proteção desses recursos, para atingir resultados de proteção, manutenção e preservação, próprios dos demais recursos hídricos. Isso potencializa a preocupação sobre o posicionamento em relação às águas minerais e às águas potáveis de mesa, junto aos recursos minerais, que são permissivos quanto à exploração, até a exaustão.

Palavras-Chave: regime jurídico diferenciado; águas minerais; águas potáveis de mesa.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O VETO PRESIDENCIAL: DIÁLOGO E REDESENHO DAS RELAÇÕES ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Kamila Rodrigues Rosenda Torri[1]; Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; kakarosenda@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A presente proposta de pesquisa tem por objetivo analisar, de forma empírica e crítica, a resposta institucional do Congresso Nacional aos vetos presidenciais no Brasil, com ênfase no período de 2013 a 2026. O estudo concentra-se na dinâmica de rejeição de vetos – totais ou parciais – como indicador das transformações recentes nas relações entre Executivo e Legislativo, particularmente no que se refere ao equilíbrio de poderes previsto no artigo 2º da Constituição Federal. O universo empírico restringe-se ao âmbito federal e contempla todos os vetos derrubados pelo Congresso Nacional no período delimitado, permitindo observar padrões de comportamento legislativo ao longo de mais de uma década. A análise é orientada por quatro eixos principais: a autoria da proposição vetada, verificando se se originou no Executivo, no Legislativo, no Judiciário ou em outros órgãos; os temas que motivaram a rejeição, abrangendo desde questões de impacto orçamentário até matérias ligadas a direitos sociais, regulação econômica, políticas ambientais e de saúde pública, entre outras; a fundamentação jurídica e política do veto, avaliando a argumentação oficial apresentada pela Presidência da República; os argumentos parlamentares que justificaram a derrubada, identificando as estratégias discursivas e as coalizões formadas, para sustentar a decisão. A pesquisa pretende compreender se esse novo padrão de comportamento congressual representa uma reconfiguração institucional duradoura, marcada por maior assertividade do Legislativo, ou se reflete apenas conjunturas políticas específicas, como crises econômicas, mudanças de governo e instabilidade partidária. Dessa forma, examina-se o veto presidencial não apenas como um instrumento de contenção do Poder Legislativo, mas também como um mecanismo de tensionamento e, ao mesmo tempo, de potencial equilíbrio entre os Poderes da República, revelando as dinâmicas próprias do presidencialismo brasileiro.

Palavras-Chave: direito constitucional; processo legislativo; veto presidencial.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PODER E ARBÍTRIO: A CONCENTRAÇÃO DE PODER NAS EMENDAS LEGISLATIVAS AO ORÇAMENTO

Jurandi Ferreira de Souza Neto[1]; Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; ferreirajfsn@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A pesquisa investiga os efeitos da concentração de poder nas emendas legislativas, destacando os riscos de desequilíbrio entre os poderes e a potencial perpetuação de parlamentares no exercício do mandato. O estudo justifica-se pela necessidade de compreender de que maneira as emendas parlamentares, ao tornar-se impositivas, alteram a dinâmica de poder entre o Legislativo e o Executivo, comprometendo a governança democrática, a transparência na gestão pública e a justiça na alocação de recursos públicos essenciais. A metodologia emprega análise bibliográfica e documental com consulta a fontes primárias e secundárias, incluindo textos clássicos sobre teoria do governo, legislações, relatórios institucionais e jurisprudências relevantes, possibilitando a compreensão aprofundada sobre o tema. O trabalho apresenta a evolução histórica da separação de poderes, as técnicas de limitação do exercício do poder e a análise específica das emendas parlamentares ao orçamento, considerando os impactos práticos e institucionais da concentração de poder. Os resultados indicam que o fortalecimento do Poder Legislativo, sem mecanismos adequados de controle e monitoramento, pode distorcer a função orçamentária, criar desigualdades regionais e sociais e violar princípios democráticos fundamentais, como a separação de poderes, a equidade na distribuição de recursos e a eficiência na gestão pública. A pesquisa conclui que é necessário repensar as regras que regem as emendas parlamentares, adotando medidas de limitação, fiscalização e transparência, a fim de garantir o equilíbrio mais justo e eficiente entre os poderes do Estado e assegurar que a alocação de recursos públicos atenda aos interesses coletivos, fortalecendo a governança democrática e prevenindo a perpetuação de práticas concentradoras que comprometem o funcionamento adequado das instituições republicanas.

Palavras-Chave: emendas parlamentares; separação de poderes; orçamento público.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: ESTUDO DE CASO NO SUDESTE DE MATO GROSSO

Marco Roberto Serra Lyrio[1]; Paulo Afonso Cavichioli Carmona[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; serralyrio@hotmail.com [2] Docente Orientador CEUB; paulo.carmona@ceub.edu.br

O avanço na implementação da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) é claro em determinadas Comarcas do estado de Mato Grosso, em razão da: formação de comissões de regularização fundiária locais, integradas pelo Poder Executivo local, pelo Poder Judiciário, pelo Poder Legislativo, pelo Ministério Público, pela OAB e pelo Serviço de Registro de Imóveis, que estuda quais são as diretrizes a ser tomadas para o bom andamento da Reurb da Comarca; cooperação entre a Prefeitura e o Serviço de Registro de Imóveis para levantamento da base documental (matrículas ou transcrições) dos imóveis urbanos atingidos; aprovação do Plano Diretor local pelos vereadores da Câmara Municipal; possibilidade legal de distinção das modalidades da regularização fundiária urbana em Reurb-S (regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda) e Reurb-E (regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na Reurb-S). Porém, em determinadas Comarcas no estado de Mato Grosso, há entraves que geram problemas para implementação da Regularização Fundiária Urbana, como: reuniões extremamente espaçadas das Comissões de Regularização Fundiária locais em razão da morosidade de algumas Prefeituras, para a elaboração obrigatória do projeto de regularização fundiária; ausência de apresentação de algumas Prefeituras do auto de demarcação urbanística (base do levantamento da situação da área a ser regularizada); divergência fática entre Planos Diretores aprovados e as realidades urbanas; falta de estudo pelos poderes públicos locais, para distinguir os núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda ou não; falta de acesso à informação aos beneficiários da regularização, mormente aos cidadãos hipossuficientes. O objetivo deste projeto de tese é analisar a efetividade das políticas públicas para a regularização fundiária urbana. De forma mais específica, os objetivos do presente projeto são verificar a efetividade da implementação da Reurb (Regularização Fundiária Urbana) a partir da Lei nº 13.465/2017; levantar e analisar as ações dos Poderes Executivos locais para concretização da Regularização Fundiária Urbana; mapear os motivos pelos quais os núcleos urbanos informais a ser regularizados não estão sendo concluídos; identificar e analisar o papel dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário na política pública urbanística, à luz da legislação pertinente; observar o diálogo entre os poderes públicos locais, para a implementação efetiva da política pública urbana. A metodologia utilizada avança na pesquisa, indo das fontes mais objetivas às mais subjetivas. A matéria-prima deste projeto é o texto jurídico, a legislação. Assim, faz-se a análise normativa, seguida de levantamento de dados documentais junto aos poderes públicos locais. Por fim, busca-se a interpretação doutrinária, feita por revisão bibliográfica com um papel fundamental para o estudo do direito, pois é um observador, um vigilante do trabalho dos legisladores e dos tribunais.

Palavras-Chave: regularização fundiária urbana; políticas públicas; efetividade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

QUEM DEVE PAGAR PELOS SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS? FUNDAMENTOS JURÍDICOS E ANTEPROJETO DE LEI

Bernardo Pablo Sukiennik[1]; Márcia Dieguez Leuzinger[2]

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; bernardo.pablo@sempreceub.br [2] Docente Orientadora CEUB; marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A tese investiga quem deve pagar e quem deve receber pela prestação de serviços ecossistêmicos que beneficiam a sociedade internacional, mas são gerados por ecossistemas localizados sob jurisdição nacional. O principal objetivo é estruturar um regime jurídico, internacionalmente justificável, para essa remuneração, assegurando a soberania dos Estados nacionais, estabelecendo critérios de repartição de benefícios e promovendo a sustentabilidade. A pesquisa deseja demonstrar que os serviços ecossistêmicos constituem um ativo de valor econômico e estratégico crescente no século XXI, impactando diretamente a segurança alimentar, a estabilidade climática e a economia mundial. Para fundamentar a instituição de uma obrigação internacional de remuneração, são invocados diversos princípios do Direito Internacional, como o princípio da soberania permanente dos Estados sobre seus recursos naturais, que garante o direito exclusivo de explorar, conservar, utilizar e dispor economicamente desses recursos; o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que reconhece todos os Estados terem responsabilidade pela proteção ambiental, mas diferenciada com base nas suas contribuições históricas para o problema e nas suas capacidades econômicas; a evolução do princípio "poluidor pagador" para "usuário pagador". Argumenta-se que, se há países provedores de serviços ecossistêmicos e outros que os consomem, é legítimo que o provedor receba e o usuário pague. A articulação desses princípios defende que a ausência de mecanismos de remuneração acarreta distorções econômicas e desincentivos à conservação, tornando a remuneração uma contrapartida mínima e juridicamente exigível. O estudo também trata da compatibilidade da remuneração internacional com as normas do comércio internacional regidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Para tanto, analisam-se os princípios da OMC e as exceções ambientais previstas no GATT. Finalmente, o trabalho apresenta um anteprojeto de lei para uma política brasileira de remuneração internacional por serviços ecossistêmicos, que visa proteger a soberania nacional, estimular o desenvolvimento sustentável e promover a justiça econômica nas relações internacionais. É enfatizado que os recursos obtidos devem beneficiar prioritariamente as populações e as comunidades que atuam como guardiãs dos ecossistemas, além de apoiar a conservação da vegetação nativa, a recuperação de áreas degradadas, a agricultura sustentável e a bioeconomia. A repartição de benefícios é um elemento essencial para a legitimidade jurídica e política da proposta. São também consideradas medidas jurídicas de resposta, caso Estados estrangeiros utilizem serviços ecossistêmicos brasileiros sem a devida remuneração.

Palavras-Chave: serviços ecossistêmicos; soberania; usuário pagador.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM TEMPOS DE CRISE: A REDISCUSSÃO DO CONCEITO DE INTERESSE PÚBLICO À LUZ DO IMPACTO ECONÔMICO DE CALAMIDADES

Igor Moura Maciel[1]; Daniel Amin Ferraz[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; igormaciel87@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; daniel.ferraz@ceub.edu.br

A pesquisa que se pretende desenvolver propõe uma reflexão sobre as situações de calamidade e a inaplicabilidade dos institutos jurídicos tradicionais do direito público como forma de dar respostas efetivas aos problemas vividos pela população. Diante do verdadeiro caos instalado na administração pública, questiona-se o que deve o administrador público fazer. Há, no Brasil e no mundo, alguns exemplos de calamidades que serão objeto de pesquisa do presente trabalho, notadamente, sob o aspecto econômico e a necessidade de atuação estatal, para, de forma célere, agir, garantindo a preservação da atividade empresária. Durante a pandemia do covid-19, o Brasil editou diversos institutos normativos de direito administrativo, tributário e direito do trabalho, destinados a garantir os empregos, flexibilizar as contratações públicas e suspender a cobrança de tributos. Com a calamidade do Rio Grande do Sul, ocorreu da mesma forma, a exemplo da MP 1221/2024. Pretende-se, então, com o presente trabalho desenvolver, entre outros, os seguintes aspectos: os efeitos dos tempos de crise no Brasil, com análise do impacto econômico da pandemia do covid-19 e da tragédia climática do Rio Grande do Sul; os instrumentos de respostas do poder público nas diversas áreas do direito (contratações públicas, tributário, trabalhista); a análise do sistema de controle no regime de crise no Brasil, aprofundando as decisões do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos estados sobre as decisões adotadas pelos gestores, em períodos de crise, à luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; a análise das reações ocorridas em outros países quanto a estados de calamidade, com foco aprofundado para o caso do furacão Katrina e a reação do governo americano, para a preservação da atividade econômica; a proposta de tese para um modelo de atuação do Estado brasileiro em situações de crise, sob a perspectiva de garantir a recuperação da atividade empresária.

Palavras-Chave: recuperação judicial; crise; atuação estatal.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

REESTRUTURAÇÃO DO CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME. UMA RESSIGNIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS

Luís Roberto Cavalieri Duarte[1]; Bruno Tadeu Palmieri Buonicore[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; roberto.defensoria@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; bruno.buonicore@ceub.edu.br

O presente estudo versa sobre o conceito analítico de crime como objeto de fundamentação da imputação penal no ordenamento jurídico brasileiro, apresentando, sob perspectiva crítica, os sistemas utilizados pelos operadores do direito penal, para demonstrar a necessidade de revisitação dos significantes e a proposição de novos rumos. Apesar da enorme valia das teorias do delito, ainda há paradoxos de fundamentação que tornam teratológica a imputação de determinados fatos previstos como crime a determinadas pessoas, notadamente aos inimputáveis, além da existência de absolvição de pessoas com fundamentos que não se amoldam ao conceito. Com isso, tem-se a preocupação de cotejar todos os aspectos que circundam determinados fatos, para oferecer razões mais condizentes com a realidade científica. Por isso, além de perpassar as teorias do conceito analítico, a proposta envereda na interdisciplinariedade, a fim de buscar os substratos para a reestruturação do conceito de delito, valendo-se da filosofia, da psicologia, da sociologia, da neurociência, da psiquiatria e do direito, para compreender a formação e a importância da consciência como elemento natural e normativo, visando corrigir o erro de fundamentação da imputação do injusto penal culpável. Com as ciências duras e humanas, adentra-se no estudo da formação da consciência, para redefinir e reestruturar os significantes contido no conceito operacional, além de enfrentar os delitos culturalmente motivados no âmbito do dolo natural, da tipicidade material e do dolo normativo, propondo, dessarte, o reconhecimento da utilização da política criminal, de faceta decolonial, pelos operadores. Com isso, ousa-se propor antítese às teorias do delito apresentadas pelos principais teóricos, com a finalidade de corrigir os elementos do injusto penal e da culpabilidade.

Palavras-Chave: conceito; crime; elementos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO NUCLEAR NO BRASIL

Paulo Roberto Alonso Viegas[1]; **Daniel Amin Ferraz**[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; prviegas@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; daniel.ferraz@ceub.edu.br

O trabalho pretende, em sua essência, enfrentar a questão de dominância judicial entre a teoria do risco integral e a do risco administrativo, no contexto de responsabilidade civil por dano nuclear. O Brasil apresenta um âmbito marcado por leis antigas, demora e relativização na adesão a Convenções Internacionais sobre o tema. Potenciais lacunas legais e excentricidades jurídicas, paralelamente a um movimento um tanto velado de abertura do setor nuclear a capitais privados e a tensões internacionais, com alguma frequência, escalam a pauta nuclear como forma de solução de conflitos, ainda que sob o véu de instrumento de retórica geopolítica. A discussão sobre o assunto, na esfera judicial, é marcada pelas discussões em torno do caso da contaminação pelo Césio 137, em Goiânia, em 1987, e há decisões judiciais controversas na justiça brasileira. Quanto a essa questão específica, mesmo não havendo pretensões de realizar estudos comparativos *stricto sensu*, salienta-se haver, no mundo, casos que podem ser utilizados como paradigmas em busca de soluções, com os entendimentos relacionados aos acidentes mundialmente conhecidos: o de Chernobil, na Ucrânia, e o de Fukushima, no Japão. Na qualidade de *spin offs* do trabalho, analisam-se também, com brevidade, os efeitos do dano nuclear sobre situações particulares, como o direito à vida, o direito à saúde do ser humano, o direito ao meio ambiente e os direitos humanos, considerando a ótica internacional. O trabalho é baseado precipuamente em revisão de literatura, notadamente ocidental, cotejando situações comparativas entre Brasil, União Europeia e Estados Unidos da América. Até o momento, já foi possível identificar soluções jurídicas para o aperfeiçoamento do modelo regulatório do setor nuclear no Brasil. Trata-se de um assunto de alta complexidade que envolve um setor muito regulado com presença marcante do Estado e inclui forte apelo junto à opinião pública.

Palavras-Chave: responsabilidade civil; dano nuclear; risco integral.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Oriane Graciani de Souza[1]; Sandro Lúcio Dezan[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; oriane.souza@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; sandro.dezan@ceub.edu.br

O estudo pretende investigar se a responsabilização da pessoa jurídica é uma forma eficaz de resposta a crimes empresariais em face da administração pública. Busca-se correlacionar a prática de crimes empresariais, em face da administração pública, com a ausência de responsabilização penal própria da pessoa jurídica no ordenamento jurídico brasileiro. Tem-se por objetivos estudar como os valores dominantes na sociedade, associados à livre iniciativa e à competitividade, propiciaram riscos de que corporações econômicas fossem utilizadas como instrumentos para prática ilícitas, especialmente em face da administração pública, com violação a bens não apenas de natureza individual, mas também de matriz coletiva ou difusa (meio ambiente, consumidor, interesses públicos indisponíveis); analisar como a prática de infrações penais sob a ficção jurídica de empresas, em face da administração pública, por tratar-se de ação premeditada, é influenciada por aspectos racionais de custo e benefício; analisar em que medida a ausência de previsão legal de responsabilização da pessoa jurídica em crimes econômicos no ordenamento jurídico brasileiro contribui para a escolha racional da prática delitiva desse jaez; estudar se o direito administrativo sancionador tem medidas efetivas para responsabilização da pessoa jurídica no ordenamento jurídico pátrio; propor alterações e inovações legislativas no ordenamento jurídico brasileiro de mecanismos processuais que possam auxiliar o enfrentamento à criminalidade empresarial contra a administração pública. A pesquisa é embasada em revisão bibliográfica de autores brasileiros e espanhóis sobre a temática de sociedade de risco, análise econômica da criminalidade empresarial e responsabilidade penal da pessoa jurídica. Entende-se que a opção legislativa dos países que adotaram a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes empresariais, como Espanha, Estados Unidos, Reino Unido, Noruega, Irlanda, França, Finlândia, Bélgica, Portugal, entre outros, é consentânea com a complexidade e com a dinamicidade da criminalidade organizada que utiliza a estrutura organizativa complexa como potencializadora para o cometimento de delitos. A punição apenas de pessoas físicas, por vezes, não é suficiente para coibir a prática delitiva por empresas, que são utilizadas como subterfúgio aos interesses escusos dos dirigentes. Igualmente, a responsabilização administrativa não se tem mostrado suficiente para combater a corrupção praticada por empresas. Por isso, conclui-se, nesse momento, pela necessidade de previsão legislativa da responsabilização criminal da pessoa jurídica em crimes que importem em atos de corrupção, em face da administração pública, e em crimes econômicos e financeiros.

Palavras-Chave: corrupção. pessoa jurídica; responsabilização criminal.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

SEGURANÇA JURÍDICA NA AQUISIÇÃO DE CRIPTOATIVOS REFERENCIADOS A ATIVOS DO MUNDO REAL NO BRASIL

Victor Valença Carneiro de Albuquerque[1]; Liziane Paixão Silva Oliveira[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; victor.albuquerque@gmail.com [2] Docente Orientadora CEUB; liziane.oliveira@ceub.edu.br

A tecnologia de registro distribuído permite a criação e a negociação de representações digitais de valor em ambiente eletrônico, com base em criptografia avançada. Seu uso possibilitou a emissão dos chamados criptoativos, que, inicialmente, foram pensados para permitir a transmissão de valor entre partes sem recurso a intermediários de confiança, como bancos, e, posteriormente, foram utilizados para o desempenho de outras funções no mercado financeiro. O presente trabalho analisa o uso de criptoativos resultantes da chamada tokenização de ativos do mundo real como instrumento de investimento ofertado ao público que produz representações digitais de bens econômicos (coisas ou direitos patrimoniais) em sistemas baseados em tecnologia de registro distribuído, permitindo sua negociação entre interessados. A técnica tem sido defendida como forma de aumentar a liquidez de ativos de grande valor, conferir maior transparência das negociações e reduzir os custos de transação associados a transações, envolvendo ativos tradicionais, como imóveis, direitos de crédito e valores mobiliários. O objetivo da pesquisa conduzida foi aferir se o marco normativo sobre o tema de criptoativos referenciados a ativos do mundo real, no Brasil, conferiria níveis aceitáveis de segurança jurídica aos seus adquirentes. Para tanto, o trabalho, primeiro, examinou o processo de tokenização de ativos do mundo real em seus contornos jurídicos. Em seguida, identificou as principais normas aplicáveis à emissão e à negociação do mencionado tipo de criptoativo, para, depois, definir critérios objetivos para a aferição da segurança jurídica. Finalmente, foi feito o estudo de dois casos de tokenização de direitos de crédito inscritos em precatórios federais, com a aplicação dos critérios anteriormente eleitos para a aferição da segurança jurídica das negociações. A tese concluiu que, no momento, o marco normativo vigente não confere nível aceitável de segurança jurídica aos adquirentes de criptoativos referenciados a ativos do mundo real no país.

Palavras-Chave: tecnologia de registro distribuído; *blockchain*; criptoativos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

SISTEMA BRASILEIRO DE JUSTIÇA MULTIPORTAS: PREMISSAS E PROPOSTAS PARA UMA INTERAÇÃO FUNCIONAL ENTRE OS INSTITUTOS DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA PELO ESTADO DEFENSOR E OS DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA PELO ESTADO JUIZ

Paulo Osório Gomes Rocha[1]**; Leonardo Roscoe Bessa**[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; paulo.grocha@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; leonardo.bessa@ceub.edu.br

O sistema de justiça contemporâneo brasileiro é estruturado sob a lógica da justiça multiportas, que compreende o acesso à justiça não como sinônimo de acesso ao Poder Judiciário, mas como ingresso em diferentes mecanismos de solução de disputas. Nesse contexto, a Defensoria Pública assume papel de destaque, pois, além de atuar em múltiplas portas, funciona ela própria como porta institucional de entrada, destinada a assegurar que cidadãos em condição de vulnerabilidade possam ser orientados, exercer direitos e alcançar tutela jurídica adequada. Partindo dessa premissa, a tese propõe investigar o processo administrativo de análise de elegibilidade da Defensoria Pública com recorte específico para a vulnerabilidade econômica. Enquanto outras situações — como as que envolvem crianças, idosos ou vítimas de violência — decorrem de condições objetivas, a identificação do vulnerável econômico demanda critérios específicos (renda, patrimônio e provas documentais), regulamentados por normativas como a Resolução 271/2023 da DPDF. O problema de pesquisa questiona em que medida o processo administrativo de análise e eventual recusa de assistência jurídica observa as premissas constitucionais do devido processo legal de forma adequada ao perfil do assistido. A hipótese central é que esse processo não deve ser reduzido a um filtro burocrático, mas concebido como um processo administrativo garantístico. Isso implica adotar um modelo de devido processo multiportas que integre as garantias constitucionais clássicas — informação, participação, contraditório, ampla defesa, motivação e revisão — às exigências contemporâneas de acessibilidade, como linguagem clara, presunção favorável ao usuário e flexibilização proporcional de critérios. Como a Constituição e o CPC optaram por cláusulas abertas para o termo "necessitado", sem fixar parâmetros rígidos, amplia-se a responsabilidade institucional da Defensoria Pública em instituir mecanismos de *accountability* capazes de assegurar o controle e a correção de eventuais exclusões indevidas. O marco conceitual ancora-se em três pilares: a distinção entre vulnerável e necessitado; a articulação entre justiça multiportas e o devido processo legal; e parâmetros sistematizados em seis exigências: presunção estrutural, flexibilização proporcional, informação clara, motivação reforçada, revisão com duplo grau e transparência ativa. Metodologicamente, a tese articula a análise normativa e doutrinária, o estudo de normativas internas e futura investigação empírica sobre recusas baseadas em critérios de renda, mediante levantamento de dados quantitativos e qualitativos. A relevância é tripla: densifica a literatura sobre justiça multiportas, oferece parâmetros de interpretação do artigo 5º, LXXIV, da CF e propõe mecanismos práticos de *accountability* aptos a assegurar critérios de elegibilidade legítimos e compatíveis com as reais necessidades do vulnerável econômico brasileiro.

Palavras-Chave: Estado defensor; Estado juiz; sistema de justiça multiportas; vulnerabilidade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TOKENIZAÇÃO DE ATIVOS: UMA PROPOSTA DE CATEGORIZAÇÃO TAXONÔMICA NO DIREITO DIGITAL PARA O MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS

Antonio Marcos Fonte Guimarães[1]; **Daniel Amin Ferraz**[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; antoniomfguimaraes@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; daniel.ferraz@ceub.edu.br

As operações de tokenização de ativos têm sua origem e desenvolvimento no advento da tecnologia *blockchain* e na sua utilização na integração dos "contratos inteligentes" (*smart contracts*) que têm promovido ganho de escala e eficiência na negociação de diversos ativos atinentes aos mercados financeiro e de capitais. Essa tecnologia tem sido utilizada para gerar modelos de negócio inovadores e disruptivos, com grande potencial de alterar, sobremaneira, a forma como interagimos na sociedade, em todos os aspectos. Nesse sentido, diversos empreendimentos têm-se valido das estruturas de tokenização de ativos que, mediante as vantagens das tecnologias *blockchain*, buscam agregar valor a modelos de negócios existentes nos mercados financeiros, de capitais e no setor de transações imobiliárias, especialmente as relacionadas ao modelo de multipropriedade. Ocorre, todavia, que o mercado de tokenização de ativos, em razão de sua complexidade operacional e tecnológica, além do seu ineditismo como modelo de negócio, apresenta inúmeras dúvidas para os profissionais de direito e, como não poderia ser diferente, para os reguladores que têm a obrigação legal de lidar com esse novo cenário operacional. Uma evidência da complexidade desse debate verifica-se na constituição, por intermédio da Resolução nº 273, de 12 de dezembro de 2022, no Banco Central do Brasil, de um grupo de trabalho dedicado a estudar esse modelo de negócio, bem como sua integração no mercado financeiro e de pagamentos constituídos. Nesse mesmo sentido, verifica-se a dificuldade de classificar essa nova sistemática em face do arcabouço jurídico vigente, por meio das manifestações públicas apresentadas pela Comissão de Valores Mobiliários, por intermédio do Parecer de Orientação CVM nº 40 de 11 de outubro de 2022, do Ofício-Circular nº 4/2023/CVM/SSE, de 4 de abril de 2023, e do Ofício-Circular nº 6/2023/CVM/SSE, de 5 de julho de 2023. Essas declarações, nas quais o regulador do mercado de capitais tenta esclarecer quais operações de tokenização estariam sujeitas à sua jurisdição, evidenciam, entre outras questões, a dificuldade que os órgãos do Estado identificam em enquadrar esses novos modelos de negócio em conformidade com a ordem legal e infralegal em vigor. Em contrapartida, o mercado de tokenização de ativos tem o potencial de impulsionar a economia em diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, faz-se urgente a mitigação de toda a insegurança jurídica a respeito de quais aspectos jurídicos, legais e infralegais cada modalidade de operacionalização de tokens negociados deveria estar subordinada no território nacional. Assim, propõe-se o desenvolvimento de análises que visam a discutir os seguintes problemas que, hodiernamente, encontram-se presentes no universo da tokenização de ativos: a construção de uma classificação taxonômica para as modalidades de tokenização de ativos que se desenvolvem no mercado de negociações de recebíveis financeiros, operações de securitizações de recebíveis e contratos de investimentos coletivos; uma análise de aprimoramento da segurança jurídica para a negociação tokenizada de ativos representativos de bens imóveis no Brasil; a viabilidade jurídica da tokenização de ativos no Brasil e a eventual necessidade de ajustes regulatórios.

Palavras-Chave: tokenização; mercado financeiro; taxonomia.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TRÁFICO TRANSNACIONAL DE PESSOAS E REDE DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: MECANISMOS USADOS PELO ESTADO BRASILEIRO PARA O ENFRENTAMENTO

Jinny Nice Brandão Bitar[1]; Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; jinnybitar@hotmail.com [2] Docente Orientador CEUB; carlos.britto@ceub.edu.br

O tráfico internacional de pessoas é um fenômeno que tem sido amplamente estudado e debatido na atualidade. Caracteriza-se por recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de indivíduos por meio de ameaça ou uso da força, para a exploração. Nesse contexto, o presente artigo busca fazer um levantamento bibliográfico sobre o tema, com o objetivo de analisar as principais formas de combate ao tráfico de pessoas e suas consequências. Para atingir o objetivo proposto, realizou-se a revisão bibliográfica em artigos científicos, livros e documentos oficiais, a fim de obter dados e informações sobre o tráfico internacional de pessoas. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, que busca o levantamento de dados e interpretações sobre o tema. Por meio da análise dos materiais coletados, foi possível constatar que o tráfico internacional de pessoas é uma violação grave dos direitos humanos e uma forma de crime transnacional que afeta milhões de pessoas no mundo. Além disso, existem diversas formas de exploração, como a sexual, o trabalho escravo e o tráfico de órgãos, que geram lucros bilionários para as redes criminosas envolvidas. Diante dessa realidade, torna-se evidente a importância de medidas efetivas para combater esse crime, tais como a criação de políticas públicas de proteção às vítimas, a cooperação entre países para a prevenção e a investigação do tráfico e a conscientização da sociedade sobre o tema. Além disso, é essencial fortalecer a capacidade punitiva dos Estados e garantir a aplicação das leis que criminalizam o tráfico de pessoas. Em suma, o tráfico internacional de pessoas é um problema complexo e desafiador que exige ações conjuntas e contínuas para sua erradicação. Por meio de amplo debate e da implementação de políticas e medidas eficazes, é possível combater esse crime e garantir a proteção dos direitos humanos e a dignidade das vítimas.

Palavras-Chave: tráfico internacional de pessoas; dignidade humana; Protocolo de Palermo.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: É POSSÍVEL ANALOGICAMENTE IMPOR À EMPRESA PRIVADA QUE PROMOVA REDUÇÃO DA JORNADA SEM CONTRAPARTIDA SALARIAL?

Joel Sousa do Carmo[1]; Liziane Paixão Silva Oliveira[2]

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; joelsousadocarmo@gmail.com [2] Docente Orientadora CEUB; liziane.oliveira@ceub.edu.br

O presente estudo analisa a controvérsia acerca da redução da jornada de trabalho sem redução salarial para empregados celetistas responsáveis por filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), diante da inexistência de previsão legal específica que discipline a matéria. A Lei nº 13.370/2016 assegura horário especial a servidores públicos federais com dependentes com deficiência, sem necessidade de compensação, mas tal garantia não se estende de forma automática ao regime celetista, marcado por regras próprias de natureza contratual. Tentativas legislativas, como o PLS nº 110/2016, que propunha a redução de 10% da jornada para trabalhadores com filhos deficientes, não prosperaram no processo legislativo, perpetuando a lacuna normativa e deixando o tema à mercê de interpretações judiciais. Embora haja precedentes favoráveis em empresas públicas e sociedades de economia mista com regime híbrido, a Justiça do Trabalho, em regra, tem indeferido pedidos dessa natureza por ausência de base legal expressa, invocando o princípio da legalidade e a necessidade de respeito à separação dos poderes. Contudo, decisão paradigmática do TRT da 7ª Região concedeu o benefício por analogia, configurando hipótese de judicialização de política pública e abrindo espaço para uma interpretação mais protetiva em favor da família do trabalhador. Diante desse cenário, questiona-se se é admissível a aplicação analógica do regime jurídico estatutário aos empregados celetistas e se haveria estabilidade provisória para a empregada que obtém tal benefício ou se a dispensa sem justa causa esvaziaria por completo a efetividade da medida. O tema suscita reflexões sobre os limites da analogia, a proteção à maternidade, a tutela especial da pessoa com deficiência e a concretização de direitos sociais fundamentais.

Palavras-Chave: autismo; redução de jornada; analogia.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TRIBUTAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS: HIPÓTESE DE NÃO INCIDÊNCIA NA MICROGERAÇÃO E NA MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDAS, PREVISTAS NO ARTIGO 28 DA LEI 14.300, DE 2002, DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE CIRCULAÇÃO JURÍDICA DE MERCADORIA NA PRODUÇÃO DE ENERGIA PARA CONSUMO PRÓPRIO

Bernardo Marinho Barcelos[1]; Marlon Tomazette[2]
[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; bernardobarcellos@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; marlon.tomazette@ceub.edu.br

A tese tem como tema central o estudo da tributação das energias renováveis com foco na não incidência do ICMS nas operações de microgeração e minigeração distribuídas para autoconsumo, previstas no artigo 28 da Lei nº 14.300/2022, à luz da inexistência de circulação jurídica de mercadoria. O objetivo geral da pesquisa é construir um método, para averiguar a constitucionalidade da cobrança do ICMS sobre a energia gerada para consumo próprio, por meio de painéis solares fotovoltaicos, no sistema de compensação de energia elétrica. A metodologia adotada é híbrida: qualitativa e empírica. Inicialmente, realiza-se a análise documental e normativa do arcabouço jurídico aplicável à tributação do ICMS e às regras da geração distribuída de energia. Em seguida, a abordagem empírica centra-se no estudo de caso do estado de Mato Grosso, especialmente na ADI nº 1018481-79.2021.8.11.0000, que analisou a constitucionalidade da cobrança do imposto sobre energia gerada por microgeração e minigeração, com o intuito de identificar parâmetros replicáveis nacionalmente. Os resultados indicam que a geração de energia elétrica para autoconsumo, nos moldes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), não configura operação mercantil com transferência de titularidade (*rectius*, circulação de mercadoria) — elemento essencial da regra matriz de incidência do ICMS prevista no artigo 155, II, da Constituição Federal. Trata-se, na verdade, de um empréstimo gratuito de bem fungível (energia elétrica) sem intuito lucrativo ou circulação jurídica de mercadoria. A ausência desses elementos essenciais descaracteriza a incidência tributária, tornando a cobrança do imposto indevida sob a ótica da legalidade estrita e da tipicidade tributária. A pesquisa conclui que, salvo na hipótese de alienação voluntária e onerosa do excedente energético às distribuidoras, o que não se confunde com o sistema de compensação no regime de microgeração e minigeração, a incidência do ICMS viola os princípios constitucionais do direito tributário, especialmente o da legalidade tributária (art. 150, inciso I, da CF/88), da tipicidade cerrada (desdobramento do princípio da legalidade), da capacidade contributiva (art. 145, §1º, da CF/1988) e da segurança jurídica. Diante disso, propõe-se um método interpretativo baseado em evidências normativas e empíricas que garanta a não incidência do imposto nesses casos, promovendo segurança jurídica, equidade fiscal e fomento à sustentabilidade energética. O trabalho se insere na linha de pesquisa Políticas Públicas, Constituição e Organização do Estado com aderência aos estudos desenvolvidos pelos docentes do programa.

Palavras-Chave: tributação; energia renovável; geração de energia; autoconsumo; não incidência.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO: UM ENFRENTAMENTO À LUZ DO SISTEMA INTERAMERICANO

Ana Luzia Barbosa Fernandes Braúna[1]; Antonio Henrique Graciano Suxberger[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; ana.brauna@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; antonio.suxberger@ceub.edu.br

A presente pesquisa analisa a violação sistemática de direitos fundamentais no sistema socioeducativo, o que configura um padrão sistemático de descumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil e justifica a sua responsabilização perante o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. O objetivo geral é identificar quais são os direitos humanos de adolescentes privados de liberdade reiteradamente violados, estabelecendo-se como parâmetro mínimo os estândares definidos pelo Sistema Interamericano de Justiça. A partir desse levantamento, é também objetivo central propor alternativas para o tratamento digno dos adolescentes privados de liberdade. A pesquisa apresenta como resultados: os direitos humanos violados relacionam-se a problemas de superlotação, condições insalubres, violência institucional física e psicológica, ausência de projetos pedagógicos, falhas na ressocialização, refeições insatisfatórias, precariedade da assistência médica e psicológica, ruptura de laços familiares; as violações aos direitos humanos no âmbito socioeducativo decorrem de uma conjunção de fatores e precisam ser enfrentadas desde a perspectiva interseccional que considere marcadores de classe e raça; como concausa, a cultura organizacional revelou o hiato existente entre o enfoque correcional e a doutrina da proteção integral; há a necessidade de instruir e conscientizar os operadores jurídicos acerca da importância do sistema interamericano e de realizar controle de legalidade, constitucionalidade e de convencionalidade; a escassez de dados e monitoramento dificulta a avaliação e a melhoria das políticas públicas existentes. Conclui-se que a superação do problema exige formação continuada em direitos humanos, olhar multidisciplinar e articulação em rede, destacando-se a necessidade de coordenação dos entes federativos, para estruturar políticas públicas estratégicas hábeis a atender às exigências de responsabilização, ressocialização e socioeducação com respeito aos parâmetros do sistema regional interamericano, além da necessidade de gestão de recursos em observância ao princípio da prioridade absoluta. Para realizar o estudo, foi empregada a metodologia de abordagem multidisciplinar, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa legislativa, inclusive da normativa internacional, a análise jurisprudencial dos tribunais nacionais e de casos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e os julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Palavras-Chave: direitos humanos; sistema socioeducativo brasileiro; sistema interamericano.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ZONAS DE AMORTECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DE PROTEÇÃO INTEGRAL: ENTRE O PASSO DA LEI, O DESCOMPASSO DA REALIDADE E O COMPASSO DA MUDANÇA

Lorene Raquel de Souza[1]; Márcia Dieguez Leuzinger[2]
[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; lorene.raquel@gmail.com [2] Docente Orientadora CEUB; marcia.leuzinger@ceub.edu.br

As Zonas de Amortecimento (ZA) são as áreas que ficam no entorno das Unidades de Conservação (UC). Nelas, a fim de minimizar os impactos negativos nas UC, cujos espaços são obrigatórios, as atividades humanas estão sujeitas às limitações administrativas. Apesar disso, esse instituto não é suficientemente regulado pelo arcabouço legal brasileiro, havendo dúvidas sobre a sua natureza jurídica, a forma de sua instituição, a competência para fiscalização e suas reais implicações sobre o direito de propriedade. Trata-se, portanto, de um instituto pouco prestigiado no ordenamento jurídico brasileiro. Por isso, indaga-se quais são os problemas decorrentes da insuficiente regulamentação das zonas de amortecimento, especialmente no que se refere à sua criação e implementação e de que forma seria possível enfrentar esses problemas. Assim, o objetivo geral da pesquisa é dirimir essas dúvidas por meio da realização de pesquisa teórica e empírica, a partir do método hipotético-dedutivo. Para atingir o objetivo geral explicitado, é imprescindível a subdivisão em objetivos específicos, quais sejam: levantar o arcabouço teórico, normativo e jurisprudencial sobre as zonas de amortecimento; identificar as Unidades de Conservação federais, pertencentes ao grupo de proteção integral, que contêm zonas de amortecimento, a fim de levantar as principais restrições e os desafios; propor medidas e ações legais, para tornar as zonas de amortecimento de unidades de conservação efetivas; construir uma ligação entre as políticas públicas ambientais abordadas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Como a ideia é explorar e analisar a política pública ambiental de criação de espaços territoriais especialmente protegidos, sobretudo, na parte que toca as unidades de conservação e as zonas de amortecimento, além de contribuir com um modelo de desenvolvimento que pretende ser diferente do atual, pois tem como base a sustentabilidade, entende-se que a pesquisa é aderente à linha Políticas Públicas, Constituição e Organização do Estado. Por fim, a tese contribui para o possível equacionamentos de conflitos entre a utilização de recursos naturais e a proteção da biodiversidade, por meio do fomento a iniciativas e condutas desejáveis que serão recompensadas, produzindo, ao mesmo tempo, benefícios sociais e ambientais.

Palavras-Chave: zona de amortecimento; unidade de conservação; regulamentação jurídica.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Doutorado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

SEÇÃO V

MESTRADO EM DIREITO

Programa *Stricto Sensu*

Registro das dissertações e estudos avançados voltados à análise crítica do ordenamento jurídico, à eficácia dos direitos fundamentais e à resolução de conflitos na sociedade digital.

MESTRADO EM DIREITO
PROGRAMA *STRICTO SENSU*

A (IN) GOVERNANÇA DA PNAMPE À LUZ DAS GESTANTES E DAS PUÉRPERAS NO DISTRITO FEDERAL 307

A APORIA DA LIBERDADE DA VONTADE NA CULPABILIDADE FINALISTA EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES SOCIAIS 308

A ENTRADA DAS *BIG TECHS* NO SETOR FINANCEIRO BRASILEIRO: DESAFIOS REGULATÓRIOS PARA A GARANTIA DA LIVRE CONCORRÊNCIA 309

A EXECUÇÃO DO FIADOR NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OS LIMITES DA AÇÃO DE REGRESSO 310

A JUDICIALIZAÇÃO DO CANCELAMENTO: O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO MECANISMO DE REPARAÇÃO DIGITAL 311

A NATUREZA JURÍDICA DOS CONTRATOS ENVOLVENDO O USO E O GOZO DE IMÓVEIS ATRAVÉS DE PLATAFORMAS DIGITAIS 312

A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE LICITANTES E CONTRATADOS: LACUNAS DA LEI N. 14.133/2021 E FORMAS DE INTEGRAÇÃO 313

A VALIDADE TÉCNICO-JURÍDICADE NORMAS PROCESSUAIS EDITADAS POR TRIBUNAIS EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO 314

AS POLÍTICAS PÚBLICAS TRADICIONALMENTE RELACIONADAS AO CUIDADO: FORMA DE ELIMINAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO OU PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES JÁ EXISTENTES NO BRASIL? 315

BENS DE CAPITAL ESSENCIAIS NO DIREITO DAS EMPRESAS EM CRISE: CONTEÚDO JURÍDICO DO ARTIGO 49, §3º, DA LEI 11.101/05 316

CAMINHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA SOB A LUPA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (2019–2024) 317

CASTRAÇÃO QUÍMICA E REINCIDÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 318

CONFLITO DIAMETRAL DOS CONTROLES DE CONSTITUCIONALIDADE E CONVENCIONALIDADE NO CASO DA ANISTIA BRASILEIRA PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A CORTE INTERAMERICAMA DE DIREITOS HUMANOS 319

CONTROVÉRSIAS SOBRE O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NA DOUTRINA BRASILEIRA 320

DESIGUALDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE CORPORATIVO: A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA DE *COMPLIANCE* DE GÊNERO EM PROCESSOS LICITATÓRIOS PÚBLICOS 321

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DISCUSSÃO JURÍDICA DOS *LINKS* PATROCINADOS NO MUNDO E PARTICULARMENTE NO BRASIL: A INTERSECÇÃO COM A POLARIZAÇÃO DO DISCURSO E OS IMPACTOS NA DEMOCRACIA 322

ENTRE AMBIÇÕES CLIMÁTICAS E PROMESSAS: UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA 323

EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DÍVIDA PRESCRITA 324

JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA SOBRE O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA CONCEITUAÇÃO, DA APLICAÇÃO E DE POSSÍVEIS RESPONSABILIZAÇÕES PELA VIOLAÇÃO 325

LAVAGEM DE DINHEIRO NO FUTEBOL: RISCOS E MECANISMOS DE PREVENÇÃO NA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL (SAF) 326

LICENÇAS PARENTAIS NO DIREITO BRASILEIRO: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL 327

LITÍGIOS ESTRUTURAIS EM POLÍTICAS CRIMINAIS: EFEITOS INJUNTIVOS DE DECISÕES ESTRUTURANTES 328

MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA: AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DO TJDFT PÓS-LEI Nº 14.550/2023 NA CONJUGAÇÃO ENTRE PROTEÇÃO DA VÍTIMA E GARANTIAS DO OFENSOR ... 329

NEURODIREITOS E AUTODETERMINAÇÃO COGNITIVA: DESAFIOS CONSTITUCIONAIS DA PROTEÇÃO DA MENTE NA SOCIEDADE TECNOCIENTÍFICA 330

O ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 331

O DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANTIVO PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO ... 332

O DIREITO AO ARREPENDIMENTO NA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS EM PLATAFORMAS DIGITAIS E AS JURISPRUDÊNCIAS PERANTE OS TRIBUNAIS ESTADUAIS TJRS, TJSP E TJMG 333

O ESTUDO DA ATITUDE JUDICIAL NA FASE INSTRUTÓRIA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO E DA EFICIÊNCIA 334

O MODELO *OPT-OUT* COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESJUDICIALIZAÇÃO 335

O PAPEL CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO E NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL: UMA ABORDAGEM JURÍDICA, FILOSÓFICA E INSTITUCIONAL 336

O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM LICITAÇÕES PÚBLICAS: LIMITAÇÕES, DESAFIOS E CAMINHOS PARA A EFETIVIDADE 337

OS PROCESSOS ESTRUTURAIS: QUANDO UM COMPROMISSO INADIÁVEL EXIGE TRANSFORMAÇÕES 338

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MÃES SOLO PROVEDORAS DE FAMÍLIA MONOPARENTAL 339

PRISÃO CIVIL: QUAL É A IMPUGNAÇÃO MAIS EFICAZ? CÁRCERE *VERSUS* FOME 340

PROCESSOS ESTRUTURAIS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: EXECUÇÃO DA DECISÃO ESTRUTURANTE 341

TUTELA DA INFÂNCIA ONLINE 342

VALORES NÃO LEVANTADOS E JUSTIÇA INCOMPLETA: CAMINHOS OPOSTOS PARA O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NO BRASIL 343

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A (IN) GOVERNANÇA DA PNAMPE À LUZ DAS GESTANTES E DAS PUÉRPERAS NO DISTRITO FEDERAL

Geovanna Claudia Leite Ferreira Zerbini[1]; Carolina Souza Cordeiro[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; geovannac@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; carolina.cordeiro@ceub.edu.br

A pesquisa aborda a realidade das gestantes e das puérperas privadas de liberdade no Distrito Federal, evidenciando como a ausência de políticas públicas efetivas agrava a violação de seus direitos fundamentais, especialmente no âmbito da saúde e da maternidade. O estudo tem como objetivo analisar a (in)governança da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e às Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), identificando os principais entraves à sua efetiva implementação e os impactos diretos sobre a dignidade e a proteção dessas mulheres. Para atingir esse objetivo, a metodologia adotada consistiu em pesquisa qualitativa e documental com análise de 49 decisões judiciais proferidas no Distrito Federal, entre 2020 e 2025, complementada por entrevistas semiestruturadas com mulheres presas (gestantes e puérperas) e profissionais que atuam no sistema prisional, como defensores públicos, psicólogos, enfermeiros e diretores de unidades. As decisões foram examinadas quanto ao resultado (favorável ou desfavorável), à fundamentação e à relação com os direitos de saúde, maternidade e assistência social, enquanto as entrevistas buscaram compreender as dificuldades práticas de acesso a serviços de saúde, convivência com os filhos pequenos e aplicação de medidas alternativas à prisão. Os resultados apontam para a profunda lacuna entre as diretrizes normativas da PNAMPE e sua execução. Constatou-se que, embora a política preveja ações intersetoriais para assegurar os cuidados materno-infantis e a reinserção social, prevalecem a fragmentação entre órgãos públicos, a ausência de fluxos claros de comunicação entre o Judiciário e o sistema prisional e a precariedade estrutural das unidades femininas. As decisões judiciais analisadas revelam a predominância de entendimentos desfavoráveis às mulheres, limitando a concessão de benefícios previstos em lei, como prisão domiciliar e acompanhamento médico adequado. As entrevistas confirmam a negligência institucional e o impacto negativo da dupla penalização: a perda da liberdade e a violação sistemática de direitos básicos. Conclui-se que a ingovernança da PNAMPE no Distrito Federal compromete, de forma significativa, a proteção às mulheres em situação de privação de liberdade, especialmente as gestantes e as puérperas, perpetuando um cenário de vulnerabilidade e desassistência. O estudo reforça a necessidade de medidas urgentes de integração dos entes federativos, o aprimoramento dos fluxos institucionais e o fortalecimento das políticas de saúde e assistência social com enfoque sensível às especificidades de gênero. Tais ações são indispensáveis para que a PNAMPE cumpra seu papel de garantir dignidade e direitos às mulheres e às crianças afetadas pelo sistema prisional.

Palavras-Chave: mulheres privadas de liberdade; PNAMPE; direitos fundamentais; sistema prisional feminino; governança de políticas públicas.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A APORIA DA LIBERDADE DA VONTADE NA CULPABILIDADE FINALISTA EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES SOCIAIS

Raissa Geovanna Medeiros de Oliveira[1]; Bruno Tadeu Palmieri Buonicore[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; oliveira.raissa0@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; bruno.buonicore@ceub.edu.br

A culpabilidade é o juízo de reprovabilidade a ser aplicado a quem prática fato típico e ilícito. Portanto, considerando o conceito analítico de crime, nos termos da teoria tripartida do delito, a culpabilidade serve como fundamento de legitimidade e limitação do poder punitivo estatal. Atualmente, o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria finalista pura, pensada por Hans Welzel, como fundamento de validade da culpabilidade. Isso significa que se reconhecem como conteúdo formal da culpabilidade os elementos de imputabilidade, de potencial consciência da ilicitude e de exigibilidade de conduta diversa, além disso, como conteúdo material, considera-se que a culpabilidade está fundada em uma ideia de exercício de liberdade da vontade baseada na capacidade de poder agir de maneira diversa daquele que escolhe cometer o delito, mesmo podendo escolher não cometê-lo. Entretanto, esse conteúdo material da culpabilidade não se revela completamente adequado a uma sociedade de múltiplas camadas sociais, uma vez que a ausência de acesso igualitário a direitos sociais, contexto típico de países com maior desigualdade social, influencia diretamente o exercício da liberdade de vontade e da autodeterminação do indivíduo, o que deveria gerar uma dificuldade no reconhecimento completo da culpabilidade nessas situações, porém, como a culpabilidade finalista está calcada em uma ideia de livre-arbítrio, não há espaço para a modulação da culpabilidade em razão do fenômeno da desigualdade social que impacta o exercício da liberdade da vontade. Diante disso, buscou-se analisar possibilidades alternativas ao conceito finalista de Welzel que mantenham o conteúdo material da culpabilidade fundado na premissa da liberdade da vontade, sem negar nem reduzir a problemática da dificuldade de verificação do livre arbítrio, mas demonstrar a necessidade de inserir a percepção do sujeito concreto que pratica a conduta e seu grau de liberdade normativa, consubstanciada na análise de sua vulnerabilidade social e de sua real possibilidade de autodeterminação, diante da ausência de acesso a direitos sociais básicos.

Palavras-Chave: culpabilidade; finalismo; liberdade; exclusão social.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A ENTRADA DAS *BIG TECHS* NO SETOR FINANCEIRO BRASILEIRO: DESAFIOS REGULATÓRIOS PARA A GARANTIA DA LIVRE CONCORRÊNCIA

Gabriela Leite Farias[1]; Nitish Monebhurrun[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; farias.gabriela@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A entrada das Big Techs no sistema financeiro brasileiro tem gerado preocupação sobre os impactos concorrenciais oriundos da atuação dessas empresas em mercados tradicionalmente regulados. A dissertação tem como objetivo analisar os desafios regulatórios para a garantia da livre concorrência, diante da crescente inserção de plataformas digitais globais (como Google, Apple, Amazon, Meta e outras) em atividades típicas do setor financeiro nacional, como pagamentos e fornecimento de crédito. A pesquisa parte da hipótese de que a atuação das Big Techs, embora impulsione a inovação, a inclusão financeira e a ampliação do mercado, pode acarretar riscos concorrenciais e prudenciais relevantes em razão de seu poder econômico, do controle de infraestrutura tecnológica e do acesso privilegiado a grandes volumes de dados pessoais. A metodologia adotada é predominantemente qualitativa e exploratória com análise documental de atos normativos, estudos técnicos e casos concretos, envolvendo a atuação dessas empresas no Brasil e em outras jurisdições. O trabalho também se baseia na revisão bibliográfica interdisciplinar, envolvendo os campos do direito econômico, da regulação e da concorrência com especial atenção às interações entre o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autoridades que compartilham competências sobre o tema.

Palavras-Chave: *Big Techs*; sistema financeiro; regulação econômica; livre concorrência; regulação assimétrica.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A EXECUÇÃO DO FIADOR NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OS LIMITES DA AÇÃO DE REGRESSO

Lucas Amaral de Morais[1]; Marlon Tomazette[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; lucasamaraldm@hotmail.com [2] Docente Orientador CEUB; marlon.tomazette@ceub.edu.br

A dissertação analisa as complexas interações entre a fiança e o processo de recuperação judicial, com enfoque na possibilidade de execução do fiador enquanto a empresa principal se encontra em recuperação, bem como os limites do seu direito de regresso contra o devedor. Nos capítulos iniciais, são apresentados os fundamentos da recuperação judicial à luz da Lei nº 11.101/2005, destacando seus princípios, os objetivos, a suspensão das execuções (*stay period*), as fases processuais e a natureza jurídica do instituto, os quais dão base para o estudo. Em seguida, a dissertação aborda os aspectos legais da fiança, previstos no Código Civil, examinando suas características, propriedades e implicações, como a responsabilidade subsidiária, a solidariedade, a exigência de aceite do credor, a insolvência do fiador e os limites da obrigação, inclusive, no caso de herança. Apresenta-se, então, o ponto central do estudo, em que se discute o tratamento da fiança na recuperação judicial. A análise começa pelo tratamento dos coobrigados, ou seja, fiadores e obrigados de regresso. Assim, cinge a controvérsia se a ação de regresso proposta pelo fiador é vinculada ao valor original da dívida ou se deve requerer o valor aprovado no plano de recuperação, sendo vinculado ao deságio. O debate permeia a data do fato gerador do direito de regresso do fiador. A conclusão adotada até o momento é que o direito de regresso só nasce com o pagamento do valor integral da dívida, o que implica, com a negociação, a aprovação e o cumprimento do plano, o fiador só poder reaver o valor relativo ao crédito negociado.

Palavras-Chave: recuperação judicial; fiança; ação de regresso.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A JUDICIALIZAÇÃO DO CANCELAMENTO: O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO MECANISMO DE REPARAÇÃO DIGITAL

Isadora Silvestre Coimbra[1]; Liziane Paixão Silva Oliveira[2]

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; isadorascoimbra@gmail.com [2] Docente Orientadora CEUB; liziane.oliveira@ceub.edu.br

Esta dissertação aborda o direito ao esquecimento no Brasil, mais especificamente, nos casos dos Tribunais de Justiça do Norte e do Centro-Oeste. O tema surgiu como extensão da monografia anterior, uma vez que existe ausência legislativa acerca do direito ao esquecimento no Brasil, o que faz as jurisprudências, não só do STJ e do STF, mas também dos tribunais de justiça, serem fundamentais para definir as limitações desse direito. Embora não haja legislação específica, a temática é recorrente em jurisprudências, bem como em doutrinas nacionais e internacionais. O objetivo geral deste estudo é analisar como o direito ao esquecimento está sendo aplicado nos Tribunais de Justiça dessas regiões. Os objetivos específicos são divididos em duas partes: primeira examina a evolução histórica do direito ao esquecimento, suas principais características, os princípios e os direitos a ele atrelados; a segunda investiga a aplicabilidade desse direito na área cível, nos tribunais escolhidos, por meio do estudo das decisões. No que se refere aos procedimentos metodológicos, são utilizados dois métodos principais. O primeiro é a análise de pesquisas bibliográficas como ponto de partida, para examinar o material teórico e identificar lacunas. O segundo é a metodologia de análise de decisões (MAD), que busca coletar e examinar decisões com parâmetros pré-estabelecidos, como lapso temporal, área cível e aplicação do direito ao esquecimento em casos concretos. Em síntese, a pesquisa busca comprovar que, mesmo na ausência de previsão legislativa do direito ao esquecimento no Brasil, com o STF considerando-o incompatível com a Constituição Federal, ele continua sendo aplicado, especialmente pelos Tribunais de Justiça do Norte e do Centro-Oeste, que têm entendimento semelhante sobre as limitações de aplicação entre esse direito e os direitos à liberdade de informação, de imprensa e de expressão.

Palavras-Chave: direito ao esquecimento; liberdade de expressão; ponderação; Tribunais de Justiça.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A NATUREZA JURÍDICA DOS CONTRATOS ENVOLVENDO O USO E O GOZO DE IMÓVEIS ATRAVÉS DE PLATAFORMAS DIGITAIS

Igor de Sá Quaresma de Andrade[1]; Marlon Tomazette[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; igorsa1997@hotmail.com [2] Docente Orientador CEUB; marlon.tomazette@ceub.edu.br

Com o avanço da tecnologia e da computação, surgiram ferramentas na internet capazes de aprimorar o relacionamento entre os usuários da rede de compartilhamento de dados, gerando a aproximação entre os indivíduos de forma virtual. Com isso, houve a intensificação dos negócios jurídicos realizados, pois, com a utilização de redes sociais e aplicativos em dispositivos eletrônicos, houve maior praticidade nas negociações, mesmo havendo uma distância relevante entre os pactuantes, fator que dificultava a interação. Assim, surgiram empresas de gerenciamento de dados, responsáveis por fornecer informações acerca das partes envolvidas no negócio. Os efeitos positivos produzidos no comércio de imóveis alavancaram a quantidade de contratos celebrados, como a hospedagem, a locação e a compra e venda. Restou claro que essas empresas, com atuação por meio de sites e aplicativos, facilitaram a relação de oferta e consumo no mercado imobiliário, em específico no ramo das locações e das hospedagens. O presente trabalho apresenta conceitos e perspectivas sobre a natureza jurídica dos contratos, envolvendo determinadas plataformas digitais, criadas com o intuito de otimizar o tempo e desconsiderar a distância entre as pessoas que buscam negociar o uso temporário de uma propriedade particular para fins residenciais, mediante o pagamento de um valor correspondente pelo período desfrutado nesse espaço. Os métodos que constam no presente artigo estão condizentes com a temática escolhida e as legislações vigentes. O trabalho em questão demonstra, mediante estudos e normas, a importância dessa espécie contratual no setor secundário da economia e a definição jurídica que, atualmente, ainda é alvo de debates e questionamentos, já que o conceito da natureza jurídica de um contrato interfere na resolução de conflitos e nos casos julgados pelo Poder Judiciário sobre esse tema.

Palavras-Chave: plataformas digitais; contratos; locação; hospedagem; propriedade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE LICITANTES E CONTRATADOS: LACUNAS DA LEI N. 14.133/2021 E FORMAS DE INTEGRAÇÃO

Wesley Roberto Queiroz Costa[1]; **Paulo Afonso Cavichioli Carmona**[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; wesleyr.queiroz@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; paulo.carmona@ceub.edu.br

O objetivo do trabalho é identificar quais normas, princípios e regras devem ser utilizados no processo de integração e de interpretação das disposições da Lei n. 14.133/2021, relativas às infrações administrativas. A nova legislação (Lei n. 14.133/2021) adotou disciplina sintética, ao tratar das infrações e das sanções administrativas aplicáveis ao contexto das contratações públicas. O regime sancionador está previsto nos artigos de 155 a 163, que regulam tanto aspectos materiais quanto processuais da responsabilização administrativa de licitantes e contratados. A escassez de detalhamento normativo exige do intérprete ampla atividade integrativa que demanda, entre outras técnicas, a utilização dos princípios do direito administrativo sancionador e de outras normas provenientes da teoria geral dos contratos e do direito privado, aplicáveis de modo supletivo às contratações administrativas. A pesquisa pretende identificar as formas de integração não apenas das lacunas normativas, como a ausência de norma para um caso concreto, do regime sancionador da Lei n. 14.133/2021, mas também das lacunas ontológicas, como a existência de norma sem eficácia social, das lacunas axiológicas, como a existência de norma cuja aplicação se mostra injusta, além de sanar as eventuais antinomias aparentes desse regime, ou seja, a classificação de lacunas proposta por Maria Helena Diniz. Como hipótese, acredita-se que o processo de integração e de interpretação das disposições sancionatórias da Lei n. 14.133/2021 demanda a utilização de múltiplos regimes jurídicos (e.g.: o regime jurídico do direito administrativo sancionador, que tem nítida aproximação com o direito penal e o direito processual penal, a teoria geral dos contratos, a teoria geral da responsabilidade civil etc.). À primeira vista, compreende-se que essa solução deve ser operacionalizada por meio da utilização dos métodos tradicionais de integração normativa – analogia, costumes e princípios gerais de direito – e mediante técnicas de interpretação, notadamente interpretação conforme a Constituição, interpretação teleológica, interpretação sistemática, interpretação histórica etc. A metodologia adotada é predominantemente qualitativa com análise da legislação, da doutrina e da jurisprudência relacionadas ao tema. Complementarmente, é conduzida a pesquisa empírica baseada em estudo de casos concretos. A análise comparativa com modelos jurídicos estrangeiros também é utilizada, buscando identificar boas práticas que possam ser incorporadas ao ordenamento brasileiro. A interdisciplinaridade que se exige na aplicação do regime sancionador da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos torna oportuna maior sistematização dos princípios e das regras que normatizam as infrações administrativas praticadas no contexto das contratações públicas, a fim de conferir maior segurança jurídica às relações estabelecidas entre a administração pública e o setor privado. Por fim, avalia-se a viabilidade de criação de um regime jurídico próprio das infrações administrativas praticadas no contexto das contratações públicas, a fim de que o trabalho se constitua em importante ferramenta a ser utilizada pelos profissionais que atuam em processos administrativos sancionatórios, envolvendo licitantes e contratados da administração pública.

Palavras-Chave: contratações públicas; responsabilização administrativa; licitações.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

A VALIDADE TÉCNICO-JURÍDICADE NORMAS PROCESSUAIS EDITADAS POR TRIBUNAIS EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO

Ítalo e Silva[1]; José Levi Mello do Amaral Júnior[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; italo.s@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; jose.junior@ceub.edu.br

Algumas normas editadas administrativamente (especificamente, a parte processual dos regimentos internos dos tribunais de cúpula), por tribunais de vértice, não são constitucionais na vigência da Constituição Federal de 1988, a partir do paradigma estabelecido pelo STF, a despeito de sua consideração sobre essas normas como atos plenamente válidos. A pesquisa mostra que os tribunais de vértice não cumprem, ou não conferem, a validade social exigida em razão de princípios supedâneos ao Estado contemporâneo, ao texto maior, a partir de um exemplo máximo de conferência de eficácia da Lei Magna, quando validam (inconstitucionalizam), técnico-juridicamente, atos normativos de natureza processual, administrativamente, ao criar, em seus regimentos internos, de maneira plena, normas processuais. Os métodos utilizados neste estudo são o indutivo e o dedutivo. A técnica consiste, fulcralmente, em fazer o cotejo do texto da Constituição Federal de 1988 com o Regimento Interno do STF, o que serve de parâmetro para os raciocínios estendidos, consequentemente, quanto à possibilidade de criação legislativa, para os demais tribunais de vértice. Mais aprofundadamente, mediante a técnica de comparação básica, o cotejo deve ser, necessariamente, repetido outras vezes, entre normas de diferentes hierarquias, integradas em diferentes momentos, no ordenamento jurídico pátrio.

Palavras-Chave: edição administrativa; normas processuais; validade técnico-jurídica.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

AS POLÍTICAS PÚBLICAS TRADICIONALMENTE RELACIONADAS AO CUIDADO: FORMA DE ELIMINAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO OU PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES JÁ EXISTENTES NO BRASIL?

Thaís Mara da Costa Silva[1]; Patrícia Perrone Campos Mello[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; thaismcostasilva@yahoo.com.br [2] Docente Orientadora CEUB; patricia.mello@ceub.edu.br

O cuidado não remunerado dos familiares foi relegado às mulheres em razão de papéis de gênero consolidados na sociedade. Tal atribuição é decorrente da divisão sexual do trabalho, que reparte as funções em produtivas desempenhadas, no âmbito externo e público, como típicas de homens e reprodutivas realizadas, na esfera interna e privada, como naturalmente determinadas às mulheres. Ocorre que essas funções desempenhadas pelas mulheres, apesar de fundamentais à sustentabilidade da vida, pois todas as pessoas, em alguma fase da existência, demandarão cuidados, são invisibilizadas e desconsideradas pela sociedade e pelo Estado. Em razão disso, não são contabilizadas como trabalho e tampouco pela economia e são classificadas como afazeres domésticos exercidos pelas mulheres por uma obrigação natural, por causa de aptidão. Contudo, essa forma de repartição do cuidado não remunerado afeta diretamente as mulheres, uma vez que cabe a elas conciliar o trabalho não remunerado, em favor da família, com as atividades remuneradas. Essa situação gera sobrecarga, pois existe a necessidade de administrar a dupla ou tripla jornada. Assim, visualizam-se falhas na corresponsabilização de gênero, pois, segundo dados do IBGE, em 2022, as mulheres dedicaram 9,6 horas a mais do que os homens aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas e na corresponsabilização estatal, porque há omissão na implementação de políticas públicas de qualidade e suficientes para atender às necessidades de quem é cuidado e de quem cuida. Nos últimos anos, pela relevância do tema, surgiu um movimento, na América Latina, encabeçado pela ONU Mulheres e Cepal, de reconhecimento do cuidado como direito em três dimensões, englobando o direito a ser cuidado, o direito de quem cuida e o direito ao autocuidado, visando constituir, nos países da região, Sistemas Nacionais Integrais de Cuidado. Durante a pandemia de covid-19, com o fechamento das escolas e a necessidade de outros equipamentos de auxílio às famílias nos cuidados de seus entes, ficou evidente a sobrecarga e a exaustão das mulheres. Esse fator, somado à crise dos cuidados, chamou a atenção da sociedade para o tema e a urgência na tomada de providências pelos demais atores de bem-estar social. No governo Lula, esse aspecto foi inserido na agenda decisória, resultando na instituição da Política Nacional de Cuidados por meio da Lei 15069/2024. Tendo em vista esse panorama, com base em revisão bibliográfica, jurisprudencial e documental de artigos científicos sobre o assunto, analisaram-se as políticas públicas tradicionalmente vinculadas ao cuidado, como a de creche, a de instituição de longa permanência para idosos e as de licenças-maternidade e licença-paternidade, entre outras, a fim de verificar se, nas fases do ciclo de políticas públicas dessas ações governamentais, observaram-se os direitos de quem cuida, questionando se a forma como empregadas pode contribuir para o enfrentamento da desigualdade de gênero ou reforçar as desigualdades já existentes na sociedade.

Palavras-Chave: cuidado; políticas públicas; desigualdade de gênero.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

BENS DE CAPITAL ESSENCIAIS NO DIREITO DAS EMPRESAS EM CRISE: CONTEÚDO JURÍDICO DO ARTIGO 49, §3º, DA LEI 11.101/05

Ludmilla Von Lws Braga Alves de Sousa[1]; Marlon Tomazette[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; vonlws@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; marlon.tomazette@ceub.edu.br

A pesquisa proposta visa investigar o conteúdo jurídico da expressão "bens de capital essenciais" presente no artigo 49, §3º, da Lei 11.101/05, com ênfase na interpretação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e sua relação com o princípio da preservação da empresa. O objetivo é avaliar se a interpretação do conceito compromete a efetividade da recuperação judicial, analisando sua abrangência, evolução ao longo do tempo e adequação às necessidades empresariais, especialmente quanto à constrição de recursos financeiros. A metodologia proposta adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Inicialmente, é realizado um mapeamento das decisões do STJ entre 2005 e 2024 que tratem de bens de capital essenciais. Uma revisão bibliográfica exaustiva estabelece um arcabouço teórico-normativo, explorando doutrinas que propõem definições amplas ou restritivas do conceito, além de identificar lacunas doutrinárias. As decisões jurisprudenciais são categorizadas com base nos tipos de créditos envolvidos, argumentos jurídicos apresentados e impactos práticos, utilizando uma abordagem empírica para selecionar precedentes relevantes que complementem as conclusões. Espera-se que os resultados revelem se a jurisprudência do STJ adota uma interpretação restritiva, limitando bens de capital essenciais a bens corpóreos utilizados no processo produtivo, excluindo valores em dinheiro, e se essa abordagem conflita com a preservação da empresa. A pesquisa investiga as variações na interpretação ao longo do tempo e a eficácia da cooperação jurisdicional na suspensão de atos de constrição. Pretende-se verificar se a exclusão de recursos financeiros da proteção recuperacional dificulta a continuidade das operações empresariais, comprometendo a reestruturação financeira. A pesquisa conclui que a interpretação do conceito "bens de capital essenciais" pode impactar a eficácia da recuperação judicial, especialmente se recursos financeiros essenciais ao capital de giro não forem protegidos. Propõe-se que a análise da essencialidade dos bens, incluindo o dinheiro, seja realizada com base nos princípios da recuperação judicial, sugerindo ajustes legislativos e jurisprudenciais, para equilibrar os interesses dos credores não sujeitos e a preservação da empresa. O estudo busca contribuir para políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico sustentável, revisitando o conceito à luz da realidade empresarial contemporânea, para garantir a efetividade do processo de recuperação judicial.

Palavras-Chave: bens de capital essenciais; recuperação judicial; preservação da empresa; jurisprudência do STJ; cooperação jurisdicional.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CAMINHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA SOB A LUPA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (2019–2024)

Rafael Martins Santos[1]; Liziane Paixão Silva Oliveira[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; rafael.ms@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; liziane.oliveira@ceub.edu.br

O benefício de prestação continuada (BPC/LOAS) é assistencial, não contributivo, destinado aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, cuja renda *per capita* do grupo familiar seja inferior a 1/4 do salário-mínimo vigente, ou ao beneficiário que possua deficiência com impactos prolongados por mais de 2 anos, ou idade avançada com mais de 65 anos. Trata-se de benefício destinado a garantir o mínimo existencial para a sobrevivência daquela pessoa em situação de nítido risco social. A pesquisa em *stricto sensu* buscou traçar os fatores que influenciaram as concessões e as suspensões dos benefícios no intervalo de 2019 a 2024. Foram apresentadas reflexões a respeito da essencialidade do benefício, em aspecto doutrinário e jurisprudencial. Igualmente, foram colhidos dados em sítios oficiais de fatores exógenos que resultaram na modificação do contexto social daqueles que dependem dos benefícios, a exemplo: taxa de empregabilidade, mortes pela covid-19, mudanças nas políticas públicas. Foi igualmente abordada a instrumentalização na área administrativa, a qual é a mais próxima dos cidadãos e não tem custos. Além disso, é facultada ao requerente a instituição de procurador jurídico. Foram igualmente apresentadas as perspectivas e os avanços tecnológicos como desafios para a análise de direito.

Palavras-Chave: BPC; direito assistencial; vulnerabilidade; idosos; deficientes.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CASTRAÇÃO QUÍMICA E REINCIDÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Thiago de Oliveira Farias[1]; Antonio Henrique Graciano Suxberger[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; fariasthiago@hotmail.com [2] Docente Orientador CEUB; antonio.suxberger@ceub.edu.br

A presente dissertação trata da castração química como alternativa de solução para a problemática da reincidência nos crimes sexuais. O presente estudo foi produzido a partir de pesquisas bibliográficas. O crime sexual tem como bem jurídico tutelado a liberdade sexual da mulher e do homem. A reincidência penal é um problema criminal grave que atesta a insuficiência das medidas penais e repressivas. Demonstra-se de crucial importância o estudo do delito como fenômeno social. O sujeito ativo do crime de estupro pode apresentar-se de diversas formas. A abordagem farmacológica de primeira escolha dos quadros de descontrole sexual é o uso dos inibidores seletivos de recaptação da serotonina (ISRS) e, eventualmente, de forma coadjuvante, em casos mais graves, de hormônios bloqueadores da ação da testosterona. A castração química é uma realidade na legislação penal de vários países, nos continentes europeu, americano e asiático. Ao concluir-se pela castração química como alternativa da problemática da reincidência em crimes sexuais, deve-se realizar a ponderação de todos os direitos fundamentais envolvidos.

Palavras-Chave: crimes sexuais; reincidência; castração química; direitos fundamentais.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CONFLITO DIAMETRAL DOS CONTROLES DE CONSTITUCIONALIDADE E CONVENCIONALIDADE NO CASO DA ANISTIA BRASILEIRA PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A CORTE INTERAMERICAMA DE DIREITOS HUMANOS

Ian Ferrare Meier[1]; Alice Rocha da Silva[2]

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; ianferrare@gmail.com [2] Docente Orientadora CEUB; alice.silva@ceub.edu.br

O Brasil convive com a justiça de transição incompleta. Entre os motivos desse cenário, há o conflito diametral dos controles de constitucionalidade e convencionalidade no caso do julgamento da ADPF 153, no Supremo Tribunal Federal, e no caso Gomes Lund e outros *versus* Brasil, na Corte Interamericama de Direitos Humanos. O objetivo deste estudo é compreender onde exatamente ocorreu esse conflito nas decisões e como o Supremo Tribunal Federal pode responder a esse caso na ADPF 320. Para tanto, realiza-se a análise das decisões, a pesquisa bibliográfica e as entrevistas.

Palavras-Chave: anistia; conflito; justiça de transição.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CONTROVÉRSIAS SOBRE O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NA DOUTRINA BRASILEIRA

Clarissa Marques Brandão[1]; Ivo Teixeira Gico Júnior[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; clarissahappy75@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; ivo.junior@ceub.edu.br

A pesquisa demonstra as controvérsias existentes sobre o enriquecimento sem causa, na doutrina brasileira, com a apresentação inicial do seu histórico e o ingresso no ordenamento jurídico brasileiro. Abordam-se os elementos do enriquecimento sem causa, apontando-lhes as controvérsias e as inovações que se fazem presentes na doutrina brasileira sobre o tema.

Palavras-Chave: enriquecimento sem causa; controvérsias; doutrina.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DESIGUALDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE CORPORATIVO: A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA DE *COMPLIANCE* DE GÊNERO EM PROCESSOS LICITATÓRIOS PÚBLICOS

Claudia Maria Maldonado da Cunha Lopes[1]; **Nitish Monebhurrun**[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; claudia.mlopes@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Pesquisa-se, examina-se e avalia-se a constitucionalidade ou não da exigência de *compliance* nos processos licitatórios, considerando a aplicabilidade, a eficácia e a efetividade das legislações, das políticas públicas, das ações afirmativas e da autorregulamentação do setor privado como instrumentos que visam à redução da desigualdade de gênero no ambiente corporativo, no lapso de tempo de 2020 a 2024.

Palavras-Chave: *compliance*; gênero; equidade; ESG; licitação.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

DISCUSSÃO JURÍDICA DOS *LINKS* PATROCINADOS NO MUNDO E PARTICULARMENTE NO BRASIL: A INTERSECÇÃO COM A POLARIZAÇÃO DO DISCURSO E OS IMPACTOS NA DEMOCRACIA

Gabriel Martins Ramalho de Castro[1]; Patrícia Perrone Campos Mello[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; gabriel.mcastro@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; patricia.mello@ceub.edu.br

A dissertação analisa, a partir das experiências nacionais e internacionais, a discussão sobre a licitude ou a ilicitude da publicidade e da propaganda a partir dos *links* patrocinados na internet. A utilização desse meio de publicidade e propaganda direcionado tem-se tornado cada vez mais comum. A questão que se enuncia, portanto, é se seria possível que uma marca ou um candidato à eleição contrate, como palavra-chave em aplicações de internet (e.g., *provedores de buscas*; *plataformas de inteligência artificial generativa* etc.), o nome de uma marca ou um candidato concorrente para que, ao buscar por esses termos, o usuário ou o eleitor depare com um anúncio. Essa discussão já ocorreu em diversas Cortes Constitucionais e Supremas Cortes do mundo. No Brasil, tem sido objeto de debate no CADE, em Tribunais de Justiça e, mais recentemente, no TSE e no STJ. A dissertação tem como proposta final não apenas responder ao enunciado acima, mas também relacionar essa discussão com os fundamentos da erosão democrática. Cada vez mais, uma proposição que se afirma é que as denominadas "bolhas digitais" são uma das causas desse fenômeno recente. O veto à publicidade e à propaganda direcionada pelo Poder Judiciário poderia reforçar essa premissa. Em vez de permitir que as pessoas tenham contato com aquilo que eventualmente possa não interessar (ao menos em primeiro momento), o poder público intensificaria a polarização e tornaria institucional a prática de enviar ao usuário apenas aquilo que lhe interessa. A metodologia conta, fundamentalmente, com a análise bibliográfica, doutrinária e de jurisprudência nacional e comparada.

Palavras-Chave: internet; *links* patrocinados; bolhas digitais; erosão democrática.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ENTRE AMBIÇÕES CLIMÁTICAS E PROMESSAS: UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

Aurora Meirelles Laureano[1]; **Liziane Paixão Silva Oliveira**[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; aurora.meirelles@sempreceub.com [2] Docente Orientadora CEUB; liziane.oliveira@ceub.edu.br

O problema jurídico da dissertação é a ausência de padrões claros para a implementação de políticas públicas de enfrentamento da questão climática no Brasil. O objetivo geral é verificar quais são os padrões para a implementação de indicadores, metas e políticas pelo Brasil, no que se refere à questão climática e que sejam eficientes do ponto de vista do desenvolvimento sustentável. Os objetivos específicos envolvem:– observar o estado da arte dos tratados e dos documentos internacionais sobre clima, a partir do marco do Sistema ONU – e.g. IPCC, Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e Acordo de Paris – e dos Sistemas Regionais de Direitos Humanos – e.g. Conselho Europeu e Corte Europeia de DH e Organização dos Estados Americanos e Corte IDH, mediante as obrigações impostas aos Estados-partes; enumerar e analisar os compromissos assumidos pelo Brasil nas esferas internacional e nacional, no marco da Conferência das Partes (COP); enumerar e analisar os possíveis indicadores, metas e políticas públicas já alcançados até a data da COP 30; verificar a presença de padrões para implementação de políticas públicas de enfrentamento às mudanças climáticas, tendo como base os compromissos assumidos; propor formas ou alternativas para a implementação dessas políticas públicas do ponto de vista do desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: mudanças climáticas; políticas públicas; ambições climáticas; desenvolvimento sustentável.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DÍVIDA PRESCRITA

Daniela Araujo Motta[1]; Leonardo Roscoe Bessa[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; daniela.motta@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; leonardo.bessa@ceub.edu.br

O presente estudo tem como tema central a análise crítica da natureza jurídica da dívida prescrita, sobretudo, no que concerne à obrigação natural e à prescrição diante do contexto contemporâneo do capitalismo de vigilância. O objetivo é examinar em que medida a compreensão tradicional destes institutos se mostra anacrônica e insuficiente para lidar com os desafios impostos pelas novas dinâmicas digitais de cobrança de dívidas, que se utilizam intensivamente de dados pessoais, algoritmos e práticas automatizadas. Para alcançar esse objetivo, foi adotada uma metodologia de abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica de obras doutrinárias clássicas e contemporâneas e coleta documental de decisões judiciais. A pesquisa avalia, também, os impactos do uso massivo de dados de consumidores na cobrança de dívidas já prescritas e a atuação dos agentes de cobrança nos meios digitais. Os resultados obtidos evidenciam que o arcabouço tradicional acerca da obrigação natural e da prescrição, orientado para proteger o devedor, ao limitar meios de cobrança judicial, encontra-se desatualizado quando confrontado com tecnologias que ampliam, sobremaneira, a pressão sobre aqueles já protegidos pelo instituto da prescrição. Verificou-se que, em razão da ausência de regulação efetiva sobre o uso de dados e as práticas de cobrança digital, agentes econômicos passaram a utilizar informações prescritas de consumidores, para implementar cobranças reiteradas, invasivas e, por vezes, abusivas. Tais práticas não só contrariam o propósito social e jurídico da prescrição – que é garantir a estabilidade das relações jurídicas e a paz social, ao limitar o tempo de exigibilidade dos créditos – como também geram a multiplicação de ações judiciais correlatas, contribuindo, de modo significativo, para a sobrecarga do Poder Judiciário. O estudo identificou que o funcionamento dos sistemas automatizados dos birôs de crédito e das empresas de cobrança pode perpetuar situações de vulnerabilidade, colocando os devedores em uma posição ainda mais frágil e dificultando o exercício de direitos fundamentais, como a privacidade, o esquecimento e o acesso à informação sobre o próprio histórico financeiro. Observou-se que a normatização insuficiente alimenta a insegurança jurídica e abre campo para práticas que se afastam do ideal de tutela efetiva do consumidor, previsto no ordenamento jurídico brasileiro. Como conclusão, sustenta-se a necessidade urgente de revisão dogmática e legislativa relativamente à obrigação natural e à prescrição, de modo a adaptá-las às novas realidades do ambiente digital e à lógica de funcionamento do capitalismo de vigilância. Recomenda-se a criação de mecanismos legais de proteção dos dados de consumidores e de controle sobre as práticas de cobranças automatizadas, além do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a prevenção da litigiosidade, envolvendo cobranças prescritas. Apenas assim, será possível resgatar os princípios fundamentais que norteiam a prescrição, promovendo verdadeiro equilíbrio entre credores e devedores na sociedade da informação.

Palavras-Chave: capitalismo de vigilância; proteção do consumidor; cobrança digital.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA SOBRE O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA CONCEITUAÇÃO, DA APLICAÇÃO E DE POSSÍVEIS RESPONSABILIZAÇÕES PELA VIOLAÇÃO

Ítalo Borges Zanina[1]; Luiz Edson Fachin[2]

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; italozanina@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; luiz.fachin@uniceub.br

O trabalho visa analisar, de forma crítica, a conceituação, a aplicação e as possíveis responsabilizações pela violação do princípio da função social do contrato, cujo tema gera bastante insegurança nas relações contratuais. Para tanto, elabora-se o questionamento sobre se a conceituação, a aplicação e a violação da função social do contrato são viáveis no sistema jurídico brasileiro. O trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro verifica os conceitos históricos e os pensamentos filosóficos que darão sustento à resposta ao problema. No segundo, há o aprofundamento quanto ao princípio, utilizando as bases do capítulo anterior para entender a conceituação e a aplicação da função social do contrato no Brasil. Por fim, o terceiro capítulo é voltado ao estudo das responsabilizações pela violação ao princípio. Ao final, a hipótese parece certeira. O sistema jurídico brasileiro comporta a conceituação, a aplicação e a responsabilização pela violação da função social do contrato.

Palavras-Chave: função social; contrato; aplicação; conceituação.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

LAVAGEM DE DINHEIRO NO FUTEBOL: RISCOS E MECANISMOS DE PREVENÇÃO NA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL (SAF)

Clarice de Sousa Coutinho de Moura Alves[1]; **Daniel Amin Ferraz**[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; clarice.coutinho@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; daniel.ferraz@ceub.edu.br

A presente pesquisa tem como tema principal a relação entre o modelo de Sociedade Anônima do Futebol (SAF) e os riscos de lavagem de dinheiro no futebol brasileiro. A partir da promulgação da Lei nº 14.193/2021, que instituiu novo regime jurídico voltado à profissionalização da gestão dos clubes, surgem questionamentos sobre a suficiência do atual arcabouço normativo para coibir práticas ilícitas nesse setor historicamente marcado por baixa transparência e complexidade nas transações financeiras. O objetivo do estudo é analisar se a estrutura jurídica das SAF apresenta vulnerabilidades que possam facilitar a lavagem de dinheiro, bem como avaliar a efetividade das normas brasileiras na prevenção desses riscos. Para tanto, a metodologia adotada é baseada em revisão bibliográfica e análise normativa, com foco na Lei da SAF, na Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro) e em regulamentos de órgãos nacionais e internacionais, como o COAF, a FIFA e a UEFA. Espera-se, com a realização da pesquisa, identificar eventuais fragilidades jurídicas no modelo SAF e refletir sobre a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de controle, governança e *compliance* aplicáveis ao futebol. O estudo busca incorporar referências internacionais, para enriquecer a análise e oferecer contribuições ao debate acadêmico e institucional sobre integridade no esporte.

Palavras-Chave: lavagem de dinheiro; SAF; governança.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

LICENÇAS PARENTAIS NO DIREITO BRASILEIRO: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL

Ana Carolina Pires de Souza Senna[1]; Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; carolpss@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; carlos.britto@ceub.edu.br

As licenças destinadas aos genitores para o afastamento laboral em razão de nascimento ou adoção de filhos, no ordenamento jurídico brasileiro, apresentam três características fundamentais que determinam as diretrizes centrais deste estudo acadêmico. A primeira reside na limitação binária e excludente de gênero, vinculando o benefício estritamente às figuras normativas tradicionais de 'pai' e 'mãe'. A segunda é a acentuada assimetria existente entre os períodos de afastamento: a mãe pode afastar-se por 120 dias, com possibilidade de extensão para 180, enquanto o pai dispõe de apenas cinco dias, expansíveis para vinte em situações muito específicas. Finalmente, destaca-se o grave vácuo legislativo de mais de três décadas, pois o Congresso Nacional omitiu-se sistematicamente em regulamentar a licença-paternidade, mantendo o regime provisório do artigo 10, §1º, do ADCT. Tais políticas afrontam diretamente a igualdade entre homens e mulheres consagrada como direito fundamental no texto constitucional (Art. 5º, I, CF) e reforçada no âmbito da sociedade conjugal (Art. 226, §5º). O Código Civil corrobora essa isonomia essencial no exercício das funções parentais. Luiza Lobato sustenta que a licença-maternidade atual não promove igualdade efetiva, pois benefícios tão díspares consolidam desigualdades históricas nos campos do trabalho produtivo e reprodutivo, sobrecarregando sistematicamente a mulher brasileira. Ademais, o financiamento da licença-paternidade no Brasil recai quase totalmente sobre o empregador privado, desestimulando a equidade. No julgamento histórico da ADO 20, o ministro Luiz Edson Fachin ressaltou que a visão assistencialista original da licença-paternidade é anacrônica e não reflete a pluralidade da sociedade contemporânea. Manter esse modelo reforça o estereótipo prejudicial do cuidado materno exclusivo e estimula a paternidade irresponsável. Diante do princípio do livre planejamento familiar (Art. 226, §7º, CF), o Estado não deve decidir quem exerce o cuidado primário, excluindo o pai dessa função essencial durante os primeiros meses de vida da prole. Questiona-se, assim, a extensão da intervenção estatal na liberdade e autonomia privada sob o prisma do direito civil prospectivo nas relações familiares. Não se pode olvidar a proteção integral da criança (Art. 227, CF), que exige prioridade absoluta na efetivação do direito fundamental à convivência familiar. O tratamento especial conferido ao menor decorre de sua vulnerabilidade biopsicossocial, permitindo ao Estado intervir para assegurar o seu melhor interesse. Na perspectiva civil constitucional, as licenças vigentes destoam do panorama jurídico atual e contrastam violentamente com o moderno conceito de família eudemonista. Este modelo privilegia a realização pessoal e o crescimento mútuo dos membros familiares, incentivados pela isonomia, pelo respeito e afeto constante. Conclui-se que o enfrentamento deste vácuo normativo é condição indispensável para o fortalecimento de uma democracia substantiva e inclusiva no país, assegurando que a paridade não se limite a discursos retóricos, mas traduza-se efetivamente em condições materiais para o exercício livre, seguro e digno da representação e do cuidado familiar nos espaços de poder.

Palavras-Chave: licença-maternidade; licença-paternidade; assimetria; constitucionalização.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

LITÍGIOS ESTRUTURAIS EM POLÍTICAS CRIMINAIS: EFEITOS INJUNTIVOS DE DECISÕES ESTRUTURANTES

Vinicius Almeida Bertaia[1]; Antonio Henrique Graciano Suxberger[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; vinicius.bertaia@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; antonio.suxberger@ceub.edu.br

A dissertação analisa os efeitos injuntivos de decisões judiciais estruturantes, proferidas fora do rito típico dos processos estruturais, mas que enfrentam, ainda assim, problemas de natureza estrutural no campo das políticas públicas criminais. Parte-se do pressuposto de que o modelo processual tradicional se revela insuficiente para resolver violações reiteradas e sistêmicas de direitos fundamentais especialmente no âmbito da segurança pública e do sistema de justiça penal. Embora os litígios estruturais já integrem a pauta de tribunais superiores — como evidenciado nas ADPF 347 e 635 —, este trabalho concentra-se na análise de decisões que, sem ter sido formalmente tratadas como processos estruturais, produzem efeitos injuntivos com implicações sobre a atuação institucional dos órgãos do sistema de justiça. São examinados, especificamente, os impactos do julgamento conjunto do HC 728.173/RJ e do EAREsp 2.099.532/RJ, no Superior Tribunal de Justiça, quanto à competência para julgar crimes contra crianças e adolescentes, bem como das Ações Diretas de Inconstitucionalidade relativas ao juízo de garantias no Supremo Tribunal Federal. Em ambos os casos, identifica-se um problema estrutural subjacente: no primeiro, a dificuldade de efetivar a Lei 13.431/2017 diante de entraves institucionais; no segundo, os desafios para implementar o juízo de garantias conforme a Lei 13.964/2019. Conclui-se que, embora essas decisões apresentem efeitos típicos de injunções estruturais, como a fragmentação na implementação e a insegurança jurídica, tais efeitos poderiam ser atenuados caso os processos fossem conduzidos sob a lógica dialógica, participativa e incremental própria dos processos estruturais.

Palavras-Chave: processos estruturais; efeitos injuntivos; segurança jurídica; políticas criminais.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA: AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DO TJDFT PÓS-LEI Nº 14.550/2023 NA CONJUGAÇÃO ENTRE PROTEÇÃO DA VÍTIMA E GARANTIAS DO OFENSOR

Caio Cipriano Mesquita[1]; Antonio Henrique Graciano Suxberger[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; caiociprianom@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; antonio.suxberger@ceub.edu.br

A presente pesquisa tem como objeto a dissonância na interpretação da natureza jurídica das medidas protetivas de urgência (MPU), previstas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), e as consequências jurídicas decorrentes de sua classificação nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. A controvérsia doutrinária e jurisprudencial reside, principalmente, na definição das MPU como medidas cautelares criminais, atreladas ao processo penal, ou como tutelas inibitórias de natureza cível, autônomas em relação a procedimentos penais ou cíveis. A compreensão das MPU como medidas cautelares criminais, tradicionalmente adotadas por parte do sistema de justiça, implica requisitos processuais mais rigorosos, como a necessidade de vínculo à investigação policial ou à ação penal e os prazos de duração predeterminados, o que pode restringir a efetividade da proteção. Por outro lado, o entendimento consolidado recentemente pelo Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.070.717/MG – Tema 1.249) e reforçado pela Lei nº 14.550/2023 aponta para a natureza de tutela inibitória cível com caráter satisfativo e aplicação autônoma, sem necessidade de vínculo com processos criminais ou registro de boletim de ocorrência. Cada perspectiva apresenta repercussões relevantes: a vinculação criminal pode limitar o alcance das MPU e restringir a proteção da vítima, enquanto a adoção de uma natureza cível amplia a possibilidade de concessão, facilita a adoção de procedimentos simplificados e reforça o paradigma de proteção. Entretanto, a flexibilização procedimental também suscita desafios no tocante à observância do contraditório e da ampla defesa do acusado, levantando discussões sobre eventuais riscos à segurança jurídica e à efetividade das garantias processuais. Assim, o tema central reside nos impactos práticos de cada orientação sobre os direitos das partes envolvidas e na busca pelo equilíbrio entre proteção e garantias fundamentais.

Palavras-Chave: medidas protetivas de urgência; direitos fundamentais; contraditório.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

NEURODIREITOS E AUTODETERMINAÇÃO COGNITIVA: DESAFIOS CONSTITUCIONAIS DA PROTEÇÃO DA MENTE NA SOCIEDADE TECNOCIENTÍFICA

Dinah Silva Lima[1]; Patrícia Perrone Campos Mello[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; dinahlb@gmail.com [2] Docente Orientadora CEUB; patricia.mello@ceub.edu.br

O projeto de pesquisa tem por objetivo investigar os fundamentos teóricos e normativos dos neurodireitos com ênfase na autodeterminação cognitiva como categoria emergente de proteção constitucional na sociedade tecnocientífica. A partir da constatação de que as neurotecnologias e os sistemas digitais de decisão são capazes de acessar, modular e influenciar a atividade mental, o trabalho propõe uma análise crítica da suficiência dos direitos fundamentais clássicos — especialmente a liberdade de pensamento — diante desses novos riscos. O estudo parte de uma abordagem qualitativa, teórico-normativa e comparativa com apoio no método hermenêutico-jurídico e na análise de experiências internacionais, como o caso chileno de positivação dos neurodireitos. A pesquisa dialoga com três eixos teóricos principais: a crítica biopolítica da subjetividade em Isabel Cornejo; a proposta de juridicidade da ciência e da dignidade na obra de Roberto Cippitani; a teoria dos direitos como trunfos de Ronald Dworkin. O projeto também contempla etapa internacional junto aos referidos autores no Chile e na Itália. Inserido na linha “Políticas Públicas, Constituição e Organização do Estado”, o estudo busca contribuir para a reflexão sobre os limites e as possibilidades da atuação constitucional na proteção da mente humana, propondo bases conceituais e normativas para o reconhecimento da autodeterminação cognitiva como direito fundamental no contexto brasileiro.

Palavras-Chave: neurodireitos; autodeterminação cognitiva; proteção da mente; sociedade tecnocientífica.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Tayssa Gomes de Abreu Rondon[1]; Sandro Lúcio Dezan[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; tayrondon@hotmail.com [2] Docente Orientador CEUB; sandro.dezan@ceub.edu.br

A justificativa da pesquisa é uma tentativa de encontrar mecanismos que amparem a saúde mental do trabalhador no âmbito da administração pública. Pretende-se garantir a plena eficácia do humanismo como categoria jurídica. A pesquisa teve início no ano de 2018, e a escolha do tema foi *in memoriam* para que uma trabalhadora extremamente competente não seja esquecida. Ao longo de todos os anos, aprofundou-se o tema *assédio* mediante depoimentos e denúncias, percebendo-se o mesmo *modus operandi* dos órgãos pesquisados. Reivindica-se a necessidade de proposição de políticas públicas e mecanismos jurídicos que volvam o olhar para um tema tão sensível e muitas vezes coberto pelo manto da invisibilidade diante de um único fator: o medo. O tema do projeto tem convergência com os direitos e as garantias individuais uma vez que são pedras de toque da Magna Carta. A ofensa ao bem-estar psicológico desencadeado pelo assédio moral contém inúmeras nuanças de adoecimento laboral, sendo justamente este o motivo da necessidade de pesquisar, a fundo, o tema e encontrar mecanismos jurídicos e soluções cabíveis para o enfrentamento do problema.

Palavras-Chave: assédio moral; administração pública; saúde mental.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANTIVO PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Karl Heisenberg Ferro Santos[1]; Sandro Lúcio Dezan[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; khferro@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; sandro.dezan@ceub.edu.br

O devido processo legal substantivo, previsto no artigo 5º, LIV da Constituição Federal, exige que as decisões administrativas respeitem não apenas os ritos processuais formais, mas também os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da segurança jurídica e da isonomia. O objetivo do trabalho é demonstrar que, no âmbito do Tribunal de Contas da União, essa garantia torna-se especialmente relevante, pois o TCU exerce competências sancionatórias que podem restringir direitos fundamentais dos administrados, como a aplicação de multas, as imputações de débito e a declaração de inidoneidade para licitar. O método a ser utilizado é o jurídico-dogmático com enfoque na análise normativa, doutrinária e jurisprudencial, a fim de interpretar o princípio do devido processo legal substantivo no âmbito do Tribunal de Contas da União.

Palavras-Chave: devido processo legal; direito administrativo; Tribunal de Contas da União.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O DIREITO AO ARREPENDIMENTO NA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS EM PLATAFORMAS DIGITAIS E AS JURISPRUDÊNCIAS PERANTE OS TRIBUNAIS ESTADUAIS TJRS, TJSP E TJMG

Patrick Sathler Spinola[1]; Leonardo Roscoe Bessa[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; spinolla@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; leonardo.bessa@ceub.edu.br

A presente dissertação tem o escopo de delinear os desafios e os problemas existentes no contexto do comércio eletrônico, que tem experimentado um crescimento exponencial nos últimos anos, impulsionado pela facilidade de acesso à internet e pela evolução das tecnologias de pagamento. No entanto, esse novo cenário de consumo trouxe à tona diversas questões relacionadas à proteção dos direitos dos consumidores. As compras online, apesar de proporcionar conveniência e diversidade de produtos, apresentam desafios significativos aos consumidores, que, muitas vezes, veem-se em situações de vulnerabilidade. Neste sentido, é essencial compreender os direitos do consumidor nesse universo voltado ao *e-commerce*, identificando os principais desafios enfrentados, e promover buscas de soluções, para garantir o comércio virtual mais justo e seguro. Ao discorrer da dissertação, são abordados os seguintes problemas: como o direito de arrependimento em compras de passagens online permite que o consumidor desista da compra sem justificativa e sem custos adicionais e quais são as limitações práticas desse direito em um ambiente digital? A devolução de produtos adquiridos por meio de plataforma online pode ser mais difícil ou onerosa para o consumidor? A falta de regulamentação detalhada sobre o processo de devolução pode gerar conflitos, além de fraudes que visam burlar esse direito? Como os Tribunais estaduais enfrentam essa questão em relação ao consumidor? Como se aplica o direito de arrependimento previsto no CDC, sobre a aquisição de passagens aéreas comercializadas eletronicamente, diante das exceções previstas pela legislação e das práticas do mercado? Esses questionamentos são de grande relevância no ambiente digital, pois envolvem a proteção de direitos fundamentais do consumidor em um campo que ainda exige maior regulamentação e conscientização das empresas e suas intermediárias, ao expor produtos ao consumo final.

Palavras-Chave: arrependimento; passagens; plataforma digital.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O ESTUDO DA ATITUDE JUDICIAL NA FASE INSTRUTÓRIA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO E DA EFICIÊNCIA

João Pedro Beltrão Pereira[1]; Jefferson Carlos Carus Guedes[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; joao.pedrop@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; jefferson.guedes@ceub.edu.br

Neste projeto, busca-se analisar e solucionar uma das causas do *backlog* de processos judiciais, qual seja, a atitude judicial na fase probatória, apontando erros de gestão processual que comprometem o devido processo e diminuem a eficiência da prestação jurisdicional. O Poder Judiciário brasileiro passa por um momento importante no que se refere ao acúmulo de processos, causando mora e, potencialmente, lesão a direitos. Não há como determinar uma causa específica para a realidade, pois, em verdade, são várias as causas que, acumuladas, criaram e persistem em dificultar a atuação dos tribunais pátrios. Parte importante da atuação do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça é criar projetos e normativas, com a finalidade de solucionar problemáticas relacionadas ao *backlog* de processos. Neste contexto, um aspecto importante e pouco analisado é a possibilidade de melhorar a eficiência e o tempo de tramitação dos processos mais complexos, principalmente pela diminuição de recursos que, cada vez mais, dificultam os trâmites nos tribunais superiores. Portanto, analisam-se os projetos atuais promovidos pelo Poder Judiciário e seu impacto sobre os processos individuais. Posteriormente, examinam-se processos judiciais individuais na busca de exemplos de boas e más gestões processuais, evidenciando comportamentos de gestão de processo que priorizem a celeridade e a eficiência. Por fim, estabelecendo métricas objetivas, verifica-se a diferença de eficiência entre os processos com boas gestões nas fases probatórias e os com más gestões. Objetiva-se apontar atitudes judiciais, em específico, em primeiro grau de jurisdição, que, quando aplicadas a todos os processos civis, aumentam os parâmetros de eficiência do processo. Tais ações pressupõem a atuação mais ativa do magistrado na análise e na gestão do processo, muitas vezes, buscando a produção de provas de maneiras mais eficientes, utilizando-se dos poderes conferidos pelo Código de Processo Civil e baseando suas ações no princípio da cooperação.

Palavras-Chave: eficiência; cooperação; fase probatória; postura judicial; gestão processual.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O MODELO *OPT-OUT* COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESJUDICIALIZAÇÃO

Ian Araújo Cordeiro[1]; Marcelo Dias Varella[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; ianccordeiro@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; marcelo.varella@ceub.edu.br

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os efeitos jurídicos, institucionais e comportamentais da adoção do modelo *opt-out* de mediação nos atendimentos iniciais da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), conforme estabelecido pela Portaria Conjunta nº 5/2024. A normativa inova, ao instituir o encaminhamento à mediação como regra padrão, invertendo a lógica tradicional do *opt-in*, em que a mediação depende de manifestação ativa do assistido. Inspirada na teoria dos *nudges*, desenvolvida por Thaler e Sunstein (2009), a medida busca induzir comportamentos pró-consensuais, sem suprimir a liberdade de escolha, estruturando o ambiente decisório, de modo a tornar a mediação o caminho mais natural e acessível no primeiro contato com a instituição. A pesquisa parte da hipótese de que o modelo *opt-out*, ao alterar o desenho institucional da escolha, tem potencial para ampliar a adesão dos assistidos à mediação, reduzir os índices de judicialização e fortalecer a autonomia dos usuários na resolução de conflitos. Para investigar essa hipótese, foi adotada uma abordagem qualitativa com complementação quantitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de formulários aplicados a mais de 50 servidores e estagiários que atuam na triagem da DPDF, nas unidades da SEMED Sede, Ceilândia, Gama, São Sebastião e Samambaia, além da análise de dados estatísticos sobre o fluxo de mediações e ajuizamentos nos períodos anterior e posterior à implementação da política. Os dados qualitativos foram analisados por meio da técnica de análise temática de conteúdo (Bardin, 2016), permitindo a identificação de padrões de percepção sobre a eficácia da medida, o grau de compreensão dos assistidos e os impactos percebidos no cotidiano institucional. A análise quantitativa envolveu a comparação de indicadores de mediação e judicialização com base em dados extraídos dos sistemas internos da DPDF. Os resultados preliminares apontam para um aumento na adesão espontânea à mediação e indicam que a mudança no modelo de escolha influenciou positivamente o comportamento dos assistidos, sem comprometer sua autonomia decisória. Do ponto de vista jurídico, a política revela-se compatível com os princípios constitucionais da consensualidade, da eficiência e da autonomia da vontade. Conclui-se que o modelo *opt-out* representa uma alternativa viável e eficaz para a promoção de soluções consensuais em ambientes públicos, com potencial para replicação em outras defensorias e políticas de acesso à justiça.

Palavras-Chave: defensoria pública; política pública; *opt-out*; *nudges*; judicialização.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O PAPEL CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO E NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL: UMA ABORDAGEM JURÍDICA, FILOSÓFICA E INSTITUCIONAL

Daniel Medeiros Batos[1]**; Marcelo Dias Varella**[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; danielmbeb@hotmail.com [2] Docente Orientador CEUB; marcelo.varella@ceub.edu.br

O presente projeto tem por objeto o exame do papel das Forças Armadas do Brasil, na estrutura do Estado e sua atuação institucional no âmbito das políticas públicas, sob a perspectiva da Constituição de 1988. A análise pretende integrar uma abordagem jurídico-constitucional com fundamentos da filosofia do direito, investigando a compatibilidade entre a participação militar no aparato estatal de desenvolvimento e os princípios do Estado democrático de direito. A pesquisa propõe-se a compreender em que medida essa atuação transcende o campo da defesa nacional, abrangendo áreas, como infraestrutura, segurança pública, proteção ambiental e saúde, e como essa participação pode ser legitimada ou tensionada pelos fundamentos filosóficos do constitucionalismo contemporâneo.

Palavras-Chave: Forças Armadas; papel constitucional; desenvolvimento nacional; Estado.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM LICITAÇÕES PÚBLICAS: LIMITAÇÕES, DESAFIOS E CAMINHOS PARA A EFETIVIDADE

Jefferson Rodrigues Bellomo[1]; Sandro Lúcio Dezan[2]

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; jefferson.bellomo@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; sandro.dezan@ceub.edu.br

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as insuficiências normativas e práticas da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) na implementação do princípio do desenvolvimento sustentável, nas contratações públicas federais, propondo caminhos regulatórios, para aprimorar sua efetividade com foco nos papéis do TCU, da CGU, da AGU e do SISG. Metodologicamente, combina análise documental de normas, jurisprudência e instrumentos, como o *Guia nacional de contratações sustentáveis* (2023), com entrevistas semiestruturadas com autoridades e empresas privadas, visando captar percepções e desafios práticos. Os resultados preliminares, apresentados no capítulo 4, revelam que, apesar de avanços normativos (ex.: NLLC, Parecer nº 01/2021), a generalidade de critérios, a resistência cultural, a heterogeneidade regional e a baixa capacitação (apenas 32% dos gestores preparados) limitam a aplicação de critérios ESG com sinergias entre órgãos contrabalançadas por lacunas, como insegurança jurídica e dados inconsistentes no PNCP. A pesquisa conclui que a análise caso a caso, a capacitação ampliada e os indicadores ESG padronizados são essenciais para superar essas barreiras, consolidando as contratações públicas como vetores de transformação socioambiental, a ser validados empiricamente no capítulo 5.

Palavras-Chave: sustentabilidade; contratações públicas; nova lei de licitações; critérios ESG.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

OS PROCESSOS ESTRUTURAIS: QUANDO UM COMPROMISSO INADIÁVEL EXIGE TRANSFORMAÇÕES

José Henrique Borges de Campos[1]; Patrícia Perrone Campos Mello[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; henriqueborges.advocacia@gmail.com [2] Docente Orientadora CEUB; patricia.mello@ceub.edu.br

A presente dissertação propõe-se a contribuir com o debate sobre a legitimidade e os fundamentos teóricos dos denominados processos estruturais no contexto do atual sistema jurídico brasileiro. Tais processos emergem como resposta à função atribuída ao Direito e ao Poder Judiciário na concretização dos direitos e das garantias fundamentais. Para alcançar esse propósito, o trabalho parte de uma análise da evolução histórica do Direito e de suas exigências, trilhando um percurso teórico que vai do jusnaturalismo à superação do positivismo, momento em que se afirma a compreensão de os valores não apenas influenciarem, mas também integrarem o próprio ordenamento jurídico. A partir dessa premissa, o estudo aprofunda-se no exame da dignidade da pessoa humana, demonstrando que, embora se trate de conceito aberto e por vezes indeterminado, contém fundamentos normativos concretos que impõem deveres aos poderes públicos com especial ênfase ao Poder Judiciário, cuja omissão é vetada. Com esse arcabouço, conduz-se, de modo imediato e inevitável, à necessidade dos processos estruturais como instrumentos aptos a viabilizar a realização das promessas constitucionais e o cumprimento dos deveres próprios do Estado democrático de direito.

Palavras-Chave: Pode Judiciário; direitos fundamentais; processos estruturais.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MÃES SOLO PROVEDORAS DE FAMÍLIA MONOPARENTAL

Genalice Alves[1]; Frederico Augusto Barbosa da Silva[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; genalice.alves@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; frederico.silva@ceub.edu.br

A presente dissertação tem como objetivo analisar a existência de políticas públicas para mães solo provedoras de família monoparental em situação de hipossuficiência e o problema da necessidade dessas políticas para esse grupo, atualmente formado por mais de onze milhões de mulheres no Brasil, conforme dados da FGV (IBGE 2022). Observam-se as desigualdades de gênero e os desafios enfrentados pelas mães solo no âmbito familiar e social, a fim de que essas mulheres possam ter os seus direitos fundamentais garantidos na sociedade, em especial, propiciando a reflexão sobre a perspectiva da dominação e da discriminação em um contexto de libertação, igualdade e empoderamento feminino. A hipótese é a de que a responsabilidade estatal se baseia no conceito de evolução de família, especialmente para as monoparentais chefiadas por mulheres, explorando o impacto do artigo 226 da Constituição Federal, que reconhece a família como base da sociedade e garante a proteção do Estado. A metodologia da pesquisa, de natureza empírica, observa a literatura, a jurisprudência e os artigos acadêmicos (estudo de casos), analisando os desafios econômicos e financeiros enfrentados por esse grupo de mulheres, bem como os programas existentes no âmbito estatal. A pesquisa encontra-se em fase inicial.

Palavras-Chave: políticas públicas; mães solo; família monoparental; igualdade de gênero.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PRISÃO CIVIL: QUAL É A IMPUGNAÇÃO MAIS EFICAZ? CÁRCERE *VERSUS* FOME

José Roberto da Silva[1]; Gustavo Ferreira Ribeiro[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; jroberto.silva@sempreceub.com [2] Docente Orientador CEUB; gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A presente dissertação de mestrado realiza uma análise empírica inédita sobre a eficácia da impugnação das decisões judiciais de prisão civil do devedor de alimentos, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), no período compreendido entre 2019 e 2022. O estudo aborda o desafio da escassez de dados empíricos sobre o tema, no Brasil, em razão da natureza confidencial dos processos e da predominância de trabalhos teóricos na literatura jurídica. Utilizando a análise de conteúdo, de Laurence Bardin, e a análise textual discursiva, de Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi, foram examinados 158 acórdãos do TJDFT. A pesquisa revelou que a prisão civil permanece uma medida coercitiva amplamente aplicada, sendo decretada em 84,8% das decisões impugnadas analisadas. A eficácia da impugnação, isto é, a capacidade de modificar a decisão de prisão, demonstrou estar intrinsecamente ligada à estratégia jurídica adotada, à robustez das provas apresentadas, à consistência da argumentação e à estrita observância dos ritos processuais. Sob a ótica do devedor, as justificativas consideradas ineficazes para evitar a prisão incluem alegações genéricas de dificuldades financeiras ou desemprego sem prova contundente, a existência de ação revisional ou exoneratória sem decisão final, o pagamento parcial do débito e a tentativa de discutir mérito ou capacidade financeira em vias processuais inadequadas, como *habeas corpus* ou agravo de instrumento. Justificativas eficazes englobam a quitação integral do débito, a comprovação inequívoca de impossibilidade absoluta de pagar (eg. doença grave), a extinção formal da obrigação (eg. maioridade comprovada) e os vícios processuais (eg. falta de intimação pessoal). A intempestividade do recurso, por sua vez, constitui uma justificativa absolutamente ineficaz, impedindo a análise do mérito. Durante a pandemia, argumentos relacionados à saúde ou às comorbidades puderam ser relativamente eficazes. Pela perspectiva do credor, a pesquisa analisou os argumentos para manter ou obter a prisão. Considerou-se ineficaz a mera afirmação da capacidade do devedor sem prova ou a tentativa de cumular ritos de prisão e penhora nos mesmos autos. Argumentos baseados na comprovação da inadimplência voluntária e injustificada e na mudança do cenário pandêmico (avanço da vacinação, CNJ Rec. 122/2021), para justificar a retomada do regime fechado, mostraram-se eficazes. O Ministério Público atuou, frequentemente, em defesa do alimentado, utilizando eficazmente argumentos sobre o contexto pandêmico, para justificar o rigor da medida. A pandemia de covid-19 influenciou significativamente a jurisprudência do TJDFT, levando à flexibilização inicial com suspensões e prisão domiciliar, mas culminando na retomada gradual do regime fechado com o arrefecimento da crise sanitária. Em suma, o estudo detalha a complexidade das decisões do TJDFT e sublinha a importância decisiva da qualidade da fundamentação e da prova na determinação da eficácia da impugnação à prisão civil, por dívida alimentar.

Palavras-Chave: eficácia; prisão civil; devedor de alimentos; covid-19; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PROCESSOS ESTRUTURAIS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: EXECUÇÃO DA DECISÃO ESTRUTURANTE

Ana Lúcia de Fátima Bastos Estevão[1]; Patrícia Perrone Campos Mello[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; ana.estevao@sempreceub.com.br [2] Docente Orientadora CEUB; patricia.mello@ceub.edu.br

Avalia-se a atuação do Supremo Tribunal Federal após a sentença no processo estrutural (decisão estruturante), ou seja, na coordenação do plano, para atingir a meta fixada nesse *decisum*, sua implementação e fiscalização, identificando-se os procedimentos comuns e a possibilidade de extensão aos demais órgãos do Poder Judiciário.

Palavras-Chave: processo estrutural; STF; decisão estruturante; Implementação; monitoramento.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TUTELA DA INFÂNCIA ONLINE

Júlia Martins Machado[1]; Marcelo Dias Varella[2]
[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito – CEUB; jummachad@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; marcelo.varella@ceub.edu.br

A pesquisa visa confirmar ou refutar a seguinte hipótese: na produção de conteúdo digital com objeto incapaz, a título remuneratório, há sobreposição dos interesses privados dos representantes sobre os direitos de personalidade do incapaz (privacidade e imagem). O objetivo é verificar se a criação de conteúdo digital, que tem por objeto o incapaz, a título remuneratório, é juridicamente viável quando há um embate entre os direitos da personalidade do incapaz e os interesses particulares de seus representantes. O problema é abordado de modo qualitativo, mediante revisão bibliográfica, análise de decisões judiciais, artigos, legislações, doutrinas e outros materiais relevantes. Por enquanto, o trabalho não contém resultados ou conclusões finais, pois está em fase inicial de desenvolvimento.

Palavras-Chave: infância; online; rede social.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

VALORES NÃO LEVANTADOS E JUSTIÇA INCOMPLETA: CAMINHOS OPOSTOS PARA O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NO BRASIL

Lucas Mori de Resende[1]; Marcelo Dias Varella[2]
[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito CEUB; morideresende@gmail.com [2] Docente Orientador CEUB; marcelo.varella@ceub.edu.br

É comum no desfecho de um processo judicial que o comando do mundo jurídico não se transponha diretamente ao mundo real. Apesar da existência de decisões judiciais transitadas, depara-se com a situação em que, no final da marcha processual, o credor do processo judicial não se apresenta em razão de sua inércia ou impossibilidade de localização, ainda que o valor da condenação esteja garantido em juízo. Esse fenômeno gera um impasse jurídico e institucional que desafia a efetividade do Poder Judiciário, a racionalidade do gasto público e a realização da justiça material. O ordenamento jurídico brasileiro oferece modelos distintos, para lidar com essa questão: enquanto a Justiça do Trabalho adota uma atitude proativa, exemplificada pelo Projeto Garimpo, com esforços para localizar os credores e liberar os valores, as Justiças Federal e Estadual, amparadas na Lei nº 13.463/2017, autorizam a devolução dos valores ao erário após dois anos de inércia, sem busca ativa. Diante dessa dualidade, apresenta-se o questionamento sobre qual modelo de tratamento dos valores judiciais não levantados pelos credores — o proativo (Justiça do Trabalho) ou o passivo (Fazenda Pública) — revela-se mais eficiente, justo e coerente com os princípios constitucionais e econômicos aplicáveis ao processo judicial brasileiro. Mediante os eixos jurídico e dogmático e a análise econômica do direito, é realizado o exame das normas legais aplicáveis, especialmente os dispositivos do Código de Processo Civil, da Lei nº 13.463/2017 e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, além do escrutínio sobre incentivos financeiros, externalidades e *trade-offs* gerados em cada modelo jurídico analisado e critérios de eficiência, para avaliar os resultados das políticas públicas implementadas.

Palavras-Chave: depósito judicial; cumprimento de sentença; propriedade; justiça do trabalho; fazenda pública.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mestrado em Direito | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

SEÇÃO VI

ATIVIDADES ACADÊMICAS INTEGRADORAS

Extensão, Diálogos e Intercâmbio Científico

Sistematização dos debates multidisciplinares e registros de intercâmbio científico promovidos por meio de palestras, mesas-redondas e oficinas práticas realizadas durante o evento

MESAS-REDONDAS

CUIDAR DE QUEM SOFRE: ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO 346

ESG EM DEBATE: SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA PARA O FUTURO 347

MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E COMPETÊNCIAS NA ERA DIGITAL 348

O ADMINISTRADOR NEXIALISTA 349

PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS: DIÁLOGOS ENTRE A PSICOLOGIA CULTURAL E A TEORIA DA SUBJETIVIDADE 350

SEXUALIDADE E PSICANÁLISE NA ERA DA INTERNET E DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL 351

TRILHAS INCLUSIVAS: DESAFIOS E MODELOS POSSÍVEIS 352

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mesas-Redondas | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CUIDAR DE QUEM SOFRE: ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

Victor Regis Fernandes Cunha[1]; Pedro Bonaldo[2]
[1] Mediador: Orientador de Prática CEUB; Enfermagem; victor.cunha@uniceub.br [2] Debatedor: Pesquisador Convidado – UCB

A roda de conversa abordou a prevenção do suicídio sob perspectiva intersetorial e fundamentada em evidências, com ênfase no contexto brasileiro e no recorte do Distrito Federal. Os objetivos foram: apresentar um panorama epidemiológico sintético, para qualificar a leitura do problema; desmistificar crenças que dificultam o acesso ao cuidado; sistematizar princípios e estratégias de prevenção e de promoção da saúde mental em rede; indicar fluxos de encaminhamento e recursos disponíveis para atuação oportuna. A atividade foi organizada em três blocos complementares. No primeiro, discutiram-se tendências de mortalidade por suicídio e de notificações de violência autoprovocada e de tentativas, com destaque para diferenças por sexo e faixa etária, bem como para determinantes sociais e territoriais. Enfatizou-se o caráter multifatorial do fenômeno, compreendido na articulação entre sofrimento psíquico, eventos estressores, condições socioeconômicas, acesso a meios letais e desigualdades regionais. Ressaltou-se a importância da vigilância epidemiológica e do uso de dados locais, para orientar ações focalizadas em grupos e territórios prioritários. O segundo bloco tratou de mitos e de comunicação responsável. Foi discutido que falar sobre suicídio, com linguagem segura e não sensacionalista não incentiva o ato e pode ampliar o acesso à ajuda qualificada. Examinaram-se sinais de alerta (verbalizações sobre morte e desesperança, retraimento, mudanças abruptas de comportamento, entre outros), fatores de risco (histórico de tentativa, uso problemático de substâncias, violências, isolamento) e fatores de proteção (apoio familiar e comunitário, vínculo escolar e laboral, acesso tempestivo a cuidados psicossociais). Também foram apresentadas recomendações para mídias, escolas e serviços, com vistas à redução de estigma e à proteção de pessoas e comunidades. No terceiro bloco, sistematizaram-se estratégias de prevenção em seis eixos: limitação do acesso a meios letais (arma de fogo, pesticidas e estoques de medicamentos); qualificação da comunicação pública e institucional; desenvolvimento de habilidades socioemocionais em ambientes educativos e de trabalho; formação de “gatekeepers” e organização de linhas de cuidado na Rede de Atenção Psicossocial, incluindo atenção primária, urgências e CAPS; manejo clínico com avaliação estruturada de risco, pactuação de plano de segurança, cuidados de transição e acompanhamento ativo pós-evento; *posvenção*, com apoio a enlutados e às equipes envolvidas. Concluiu-se que a efetividade da prevenção depende de articulação técnica contínua, monitoramento de dados e fortalecimento de redes territoriais, com corresponsabilização das instituições e da comunidade, para identificar precocemente o sofrimento, reduzir riscos e garantir acesso oportuno ao cuidado.

Palavras-Chave: prevenção; suicídio; saúde mental.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mesas-Redondas | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ESG EM DEBATE: SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA PARA O FUTURO

Larisse Lázaro Santos Pinheiro[1]; Gabriel Cardoso[2]
[1] Mediadora: Docente CEUB; larisse.pinheiro@ceub.edu.br [2] Debatedor: Gerente Executivo – Instituto Sabin; gabriel@institutosabin.org.br

A mesa-redonda promoveu uma discussão aprofundada sobre os avanços, os desafios e as perspectivas do movimento *Environmental*, *Social and Governance* (ESG), no contexto brasileiro, considerando a crescente relevância da sustentabilidade e da responsabilidade corporativa na estratégia das organizações. A atividade abordou como as empresas vinham incorporando práticas ambientais, sociais e de governança em seus modelos de gestão e como essas ações contribuíram para a geração de valor sustentável e competitivo a longo prazo. O debate partiu da questão central sobre a evolução do ESG, no Brasil, nos próximos anos e das principais tendências que deveriam orientar as empresas diante das novas exigências de investidores, consumidores e marcos regulatórios. O evento destacou o papel do Grupo Sabin como referência na aplicação dos princípios ESG, demonstrando como a instituição alinhava sua estratégia corporativa à promoção da sustentabilidade e à valorização de seus *stakeholders*. O gerente executivo do Instituto Sabin compartilhou experiências concretas sobre a integração das dimensões ambiental, social e de governança nas políticas internas e nas práticas operacionais da empresa, enfatizando iniciativas voltadas à eficiência energética, à responsabilidade social e à transparência nas decisões corporativas. Também se discutiram os desafios enfrentados na implementação dessas ações, especialmente no que se referia à mensuração de resultados, ao engajamento de colaboradores e à manutenção da cultura organizacional voltada à sustentabilidade. O evento evidenciou que superar essas barreiras exigia compromisso institucional, investimento contínuo em inovação e liderança orientada por valores éticos e a longo prazo. Concluiu-se que o fortalecimento das práticas ESG no Brasil depende da articulação entre empresas, governo e sociedade civil e que a governança responsável constitui um pilar essencial para a construção de um futuro mais sustentável, inclusivo e competitivo.

Palavras-Chave: ESG; sustentabilidade; governança corporativa.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mesas-Redondas | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E COMPETÊNCIAS NA ERA DIGITAL

Larisse Lázaro Santos Pinheiro[1]; Abner Santos Belem[2]; Bianca Resende Campos Silveira[2]; Rafael Andrade de Oliveira[3]

[1] Mediadora: Docente CEUB; larisse.pinheiro@ceub.edu.br [2] Debatedores: Docentes CEUB; abner.santos@ceub.edu.br; bianca.silveira@ceub.edu.br [3] Debatedor: Discente CEUB; rafael.andrade@sempreceub.com

A mesa-redonda apresentou uma reflexão crítica sobre as transformações que vêm redefinindo o mundo do trabalho diante do avanço acelerado das tecnologias digitais e da automação de processos. Desse modo, discutiram-se os impactos da digitalização na empregabilidade, na formação profissional e nas novas exigências de qualificação impostas aos trabalhadores contemporâneos. O debate partiu dos relatos de experiência e do reconhecimento de que a transição para a economia digital não se restringe à adoção de ferramentas tecnológicas, mas envolve mudanças estruturais na forma de produzir, comunicar-se e relacionar-se nas organizações. Ao longo da mesa-redonda, analisou-se como a incorporação de tecnologias, como inteligência artificial, análise de dados, internet das coisas e plataformas digitais, modificou não apenas as profissões existentes, mas também criou outros campos de atuação, exigindo competências técnicas e comportamentais complexas. O painel enfatizou a importância das chamadas *soft skills*, como pensamento crítico, criatividade, empatia, comunicação e colaboração, que se somam às habilidades digitais na construção de perfis profissionais mais adaptáveis e inovadores. Além disso, discutiu-se o papel das instituições de ensino e das empresas na promoção de programas de capacitação contínua, capazes de reduzir desigualdades e preparar os indivíduos para contextos de constante mudança. Também se destacou a relevância de políticas públicas voltadas à inclusão digital, especialmente para populações vulneráveis, de modo a garantir o acesso equitativo às oportunidades de trabalho geradas pela transformação tecnológica. Ao final, o evento propôs uma visão integrada e prospectiva do mercado de trabalho na era digital, ressaltando que o desenvolvimento de competências alinhadas à ética, à sustentabilidade e à responsabilidade social constitui elemento essencial para a construção de um futuro laboral mais justo, humano e inovador.

Palavras-Chave: mercado de trabalho; competências digitais; transformação tecnológica.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mesas-Redondas | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O ADMINISTRADOR NEXIALISTA

Juliana Menêzes da Nóbrega[1]; Alexsandro Barreto Gois[2]; Abner Santos Belem[2]
[1] Mediadora: Docente CEUB; Coordenadora do Curso de Administração; juliana.nobrega@ceub.edu.br [2]
Debatedores: Docentes CEUB; alexsandro.gois@ceub.edu.br; abner.santos@ceub.edu.br

Nexialismo é um neologismo que advém do radical *nexo*. Trata-se da capacidade de perceber os nexos, ou seja, correlacionar fatos, fenômenos, conhecimentos. Enquanto o pensamento cartesiano fragmentou o saber para constituição do paradigma da ciência moderna, o pensamento sistêmico busca analisar a capacidade inter-relacional dos saberes, para dar conta da complexidade dos problemas atuais. Assim, o *nexialismo* é uma competência própria do pensamento sistêmico, que não se contenta em apenas identificar as partes que compõem dado sistema, mas também evidencia as relações que se dão entre essas partes e a do sistema com o seu meio. Pensando as organizações como sistemas e o meio com um ambiente marcado pela mudança, pela imprevisibilidade, pela volatilidade e por outras características complexas, é automático intuir que os administradores da contemporaneidade precisam ser *nexialistas*. É dessa capacidade de compreender relações interdepartamentais que advém a adaptabilidade e o empreendedorismo, emergências tão próprias do atual contexto no mundo da administração e inerentes à sustentabilidade dessas organizações no tempo. É, então, preciso haver novo escopo para a administração como campo do conhecimento e função organizacional. Analisar cenários, desenvolver soluções, retroalimentar saberes e pensar de forma sistêmica e complexa só é possível mediante novo perfil de administrador, o *nexialista*. Nessa perspectiva, o papel da ciência também é fundamental. O administrador nexialista é, pela própria natureza, um ser analítico, já que está continuamente testando novas hipóteses, lidando com novas variáveis e desenvolvendo soluções inovadoras. Nesse sentido, ele é também um pesquisador, pois busca garantir o aumento da assertividade de suas ações e só faz isso por meio de evidências. É seu papel pensar em hipóteses que explicam problemas nunca vistos antes, identificar evidências, testar soluções. A pesquisa não está apenas na academia, mas também na dinâmica mercadológica, pois as condições do ambiente organizacional são pouco tolerantes ao erro. O processo de tomada de decisão em cenários de incertezas e imprevisibilidades torna-se cada vez mais desafiador, considerando que o futuro é múltiplo, dinâmico e dificilmente previsível. Assim, a pesquisa científica extrapola o ambiente acadêmico e torna-se cada vez mais relevante para as organizações, inclusive, as privadas. O ecossistema da pesquisa no Brasil é diverso, composto por universidades, empresas disponíveis para inovação aberta, órgãos de fomento, entre outros agentes. Nesse cenário, é importante citar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja competência de promover e fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação, bem como a capacitação de recursos humanos voltados às questões de relevância econômica e social, reforça a importância desse novo perfil profissional. Ao estimular a produção de conhecimento integrado e a formulação de políticas públicas que dialoguem com as demandas sociais, o CNPq contribui diretamente para a formação de administradores capazes de pensar de modo sistêmico, correlacionar saberes e propor soluções inovadoras e sustentáveis. Assim, ciência e nexialismo convergem como pilares para a construção de organizações mais adaptáveis, analíticas e comprometidas com o desenvolvimento social e econômico do país.

Palavras-Chave: CNPq; nexialismo; administração.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mesas-Redondas | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS: DIÁLOGOS ENTRE A PSICOLOGIA CULTURAL E A TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Ana Flávia do Amaral Madureira[1]; Luciana Dantas de Paula[2]; Natália Neiva[3]
[1] Mediadora: Docente CEUB; ana.amaral@ceub.edu.br [2] Debatedora: Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia, UnB [3] Debatedora: Psicóloga, Mestre em Educação, UnB

A realização de pesquisas sobre os processos identitários e os preconceitos como fenômenos psicossociais complexos está articulada ao compromisso ético-político da psicologia em contribuir com o delineamento de estratégias concretas de desconstrução de preconceitos (por exemplo, o sexismo, o racismo, a homofobia e a transfobia) em sintonia com a promoção da cultura de paz, respeito aos direitos humanos e valorização da diversidade que constitui os seres humanos. Nessa direção, a mesa-redonda proposta focaliza, em termos teórico-conceituais, a relação entre sujeito e cultura, destacando a forma como as duas perspectivas teóricas em questão concebem os conceitos *sujeito* e *cultura*. Além disso, é enfatizado, na discussão, o papel fundamental dos processos emocionais e afetivos na constituição da subjetividade, de forma culturalmente contextualizada. Tal ênfase expressa-se, por exemplo, nos conceitos específicos "sentidos subjetivos", da teoria da subjetividade, e "processos afetivo-semióticos", da psicologia cultural. A ênfase atribuída, por ambas as perspectivas teóricas, aos processos emocionais e afetivos pode ser exemplificada, também, na conceituação de preconceitos como fenômenos de fronteira. De forma mais precisa, os preconceitos podem ser compreendidos como fronteiras simbólicas rígidas e hierárquicas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo, que se constituem em barreiras culturais entre indivíduos e grupos sociais. Tal conceituação tem-se mostrado fértil na análise crítica de diferentes tipos de preconceito que perpassam a sociedade, bem como no delineamento de estratégias concretas de desconstrução de preconceitos, em diferentes contextos educativos. De maneira mais específica, é abordada, a partir da perspectiva da psicologia cultural, a interdependência dinâmica entre sujeito, afetos e cultura. Mediante exemplos empíricos, reflete-se como a desconstrução de preconceitos não é um processo cognitivo somente, ou seja, as aulas expositivas e a apresentação de informações concretas não são suficientes para efetivamente desconstruir preconceitos, que são entendidos como arraigados de modo afetivo, na experiência humana. Portanto, o diálogo ontológico nos contextos educativos apresenta-se como um caminho fértil, capaz de mobilizar, de forma profunda, nossa dimensão afetiva. Por meio da teoria da subjetividade, em uma perspectiva histórico-cultural, visibiliza-se a complexidade pela qual a cultura e os preconceitos dominantemente configurados em diversos espaços sociais se singularizam nas vivências de diferentes indivíduos, grupos e instituições sociais, destacando o papel gerador, imaginativo e subversivo das produções subjetivas de indivíduos e grupos sociais para o tensionamento de normativas culturais hegemônicas que produzem preconceitos e opressões. Nesse sentido, defende-se a concepção de educação comprometida com os processos de desenvolvimento humano e social por meio da construção de práticas dialógicas, orientadas ao favorecimento da emergência de novas afetações, reflexões e posicionamentos críticos por parte das pessoas envolvidas nos processos educativos.

Palavras-Chave: desconstrução de preconceitos; processos emocionais e afetivos; psicologia e educação; psicologia cultural; teoria da subjetividade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mesas-Redondas | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

SEXUALIDADE E PSICANÁLISE NA ERA DA INTERNET E DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Marcos Chedid Abel[1]; Renata Miranda Savi[2]; Rodrigo Regazonni de Oliveira[2]
[1] Mediador: Docente líder do Grupo de Pesquisa em Teoria e Prática Psicanalítica - DGP/CNPq/CEUB; marcos.abel@ceub.edu.br [2] Debatedores: Pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Teoria e Prática Psicanalítica - DGP/CNPq/CEUB

O tema trata da sexualidade e da psicanálise na contemporaneidade, tendo como questões as repercussões da internet e de outros meios de comunicação nas sexualidades atuais, além das consequências das atuais mídias na psicanálise, considerando os tratamentos "on-line" e as propostas de tratamento psíquico por meio de aplicativos de inteligência artificial (IA). O objetivo é o de compartilhar e debater com o público o que tem sido discutido e elaborado nas reuniões do grupo. O método é o de buscar compreensões e possíveis encaminhamentos desses supostos impactos dos meios de comunicação atuais na sexualidade e na psicanálise, por meio das teorias do campo da psicanálise e de outros que possam contribuir. O mediador, a debatedora e o debatedor são participantes do grupo de pesquisa em Teoria e Prática Psicanalítica, que está em funcionamento ininterrupto desde 2012 e é certificado pelo UniCEUB no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq. O tema do grupo é a psicanálise fundamentada em Freud, nas suas diversas vertentes, em suas relações com a cultura, ou seja, com os campos da arte, da religião, da filosofia e da ciência. Objetiva-se fomentar o estudo da psicanálise em perspectiva crítica. Trata-se de Freud e de outros autores que tenham contribuído para o desenvolvimento do campo psicanalítico, privilegiando quem tenha atuação na clínica psicanalítica e no âmbito acadêmico. Os participantes são colegas e estudantes com ou sem vínculo com o UniCEUB, com atuação livre. O método de trabalho tem sido por meio de reuniões semanais e temas semestrais, além de subgrupos de leituras. Desde 2020, são realizadas reuniões virtuais pelo Google Meet, em que são discutidos textos publicados e produções dos integrantes. O grupo tem vínculo com o curso de pós-graduação *lato sensu* (especialização) em teoria psicanalítica, que é realizado desde 2004 pelo ICPD/UniCEUB, em parceria com a Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPBsb), filiada à International Psychoanalytic Association (IPA), fundada por Sigmund Freud em 1910. O curso é fruto de trabalho conjunto de colegas do UniCEUB, da SPBsb e de convidados, tem 30 turmas concluídas, duas em andamento e uma em lançamento para março de 2026.

Palavras-Chave: psicanálise; inteligência artificial; sexualidade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mesas-Redondas | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TRILHAS INCLUSIVAS: DESAFIOS E MODELOS POSSÍVEIS

Mônica Igreja do Prado[1]; Cosette Castro[2]; Eliete de Pinho Araujo[3]; Heloisa Helena Carvalho de Oliveira[4]

[1] Mediadora: Docente CEUB; Líder do Projeto DF Trilhas; monica.prado@ceub.edu.br [2] Debatedora: Coletivo Filhas da Mãe; cosettecastro2012@gmail.com [3] Debatedora: Pesquisadora; pinhoerodrigues@gmail.com [4] Debatedora: Blog Cerrado, Te Quero Bem; heloisahelenaicm@gmail.com

A roda de conversa teve por objetivo abrir caminhos para uma reflexão sobre trilhas inclusivas para pessoas com deficiência (PCD). O processo de escuta promovido permitiu consolidar um painel de experiências para guias, condutores, caminhantes, pessoas com deficiência e ativistas em acessibilidade. O projeto de pesquisa DF Trilhas, em seus estudos documentais sobre a coletânea de Normas Técnicas de Turismo de Aventura, aponta um vazio de informações e boas práticas para a composição, a estruturação, a sinalização e a classificação de dificuldades para trilhas inclusivas, para caminhadas na natureza de pessoas com deficiência. Essa roda contribui para suprir esse vazio e iniciar um diálogo sobre acessibilidade e inclusão em caminhadas. Participaram da atividade seis ativistas engajados na criação, na gestão e na condução de pessoas com deficiência. São eles: Cosette Castro, Eliete Araujo, Heloisa Carvalho, Maicon Moura, Simone Cosenza, Valeria Ribeiro. Em suas falas individuais, cada participante ressaltou o trabalho que desenvolve. Castro abordou o cuidado coletivo e o acolhimento de quem cuida de outros e lembrou que as caminhadas inclusivas acontecem desde 2020, no Coletivo Filhas da Mãe. Araujo falou sobre sua vivência na oficina de acessibilidade, durante o Congresso Internacional de Trilhas e registrou que inclusão seja parte daquilo que o governo oferece ao cidadão. Carvalho abordou o trabalho abrangente para que uma trilha seja considerada inclusiva, tendo como exemplo a Trilha Murundus, e o investimento necessário do gestor público e privado. Moura falou da trilha inclusiva da Serrinha do Paranoá e da necessidade de manutenção. Cosenza destacou a experiência de pedalar em bicicletas *tandem*, em que o deficiente visual também pedala junto com o condutor e vai experenciando sensorialmente o percurso. Ribeiro enfatizou a necessidade de romper com o capacitismo estrutural e de incluir a pessoa com deficiência em decisões relativas a ela. Para além das falas individuais, a roda de conversa levantou tópicos sobre os desafios e os modelos possíveis para a inclusão e a acessibilidade em trilhas ecológicas. Um deles é que uma trilha, para ser inclusiva, precisa de largura adequada, pisos e placas táteis, cordas para guiamento do trajeto, área para descanso e outros elementos de estrutura e sinalização. Quando a trilha está no espaço urbano, os cuidados em eliminar ou contornar obstáculos são fundamentais, pois os caminhantes são pessoas com os mais diversos tipos de necessidade. Outro tópico é o alerta para não confundir inclusão com acessibilidade, pois inclusão é abranger a maior diversidade possível de pessoas e suas necessidades e diferenças, e acessibilidade é romper barreiras para o acesso, que não precisa ser somente físico, deve ser também emocional e mental. A barreira atitudinal foi abordada pelos participantes como o obstáculo mais perverso para a acessibilidade e a inclusão. A mediação da roda de conversa ficou a cargo da pesquisadora Mônica Prado, líder do projeto DF Trilhas, que tem curadoria do CEUB e recursos da FAPDF.

Palavras-Chave: trilha na natureza; acessibilidade; inclusão.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Mesas-Redondas | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PALESTRAS

INTRODUÇÃO À SUICIDOLOGIA CRÍTICA 354

O TRABALHO EM PLATAFORMA E A RELAÇÃO DE EMPREGO 355

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Palestras | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

INTRODUÇÃO À SUICIDOLOGIA CRÍTICA

Diogo de Oliveira Boccardi[1]
[1] Palestrante: Instituto Rosa dos Ventos; diboccardi@gmail.com

Este trabalho apresenta, de maneira sistemática, os fundamentos da suicidologia crítica. No pensamento que inaugura a suicidologia moderna, no âmbito da nascente psiquiatria do século XIX, já se identificam as premissas da medicalização das mortes autoprovocadas: individualização, psicocentrismo, desresponsabilização e alienação mental. Esses elementos configuram os suicídios como um fenômeno monolítico, apagando a multiplicidade de ocorrências e sua complexidade, bem como os determinantes sociais dos sofrimentos. A suicidologia tradicional, ou *mainstream*, que chega até o século XXI, mantém estas características, configurando o "sujeito suicida" (doente, problemático, pouco resiliente, alienado da razão) e o "sujeito profissional de saúde" (lúcido, coerente, racional, especialista e, portanto, responsável). A pecha da falta de razoabilidade e legitimidade para o suicídio impede o acolhimento e o enfrentamento daquilo que aduz aos comportamentos suicidas e incide diretamente nas condutas dos psicólogos. Esta realidade torna indispensável repensar as representações sociais, mas, sobretudo, as expectativas e as práticas de prevenção. Afinal, os índices só crescem (nas Américas, a taxa é de, pelo menos, 3% ao ano) a despeito dos investimentos vultosos em psicofármacos e em campanhas de conscientização. É para enfrentar essas dificuldades que o ramo da suicidologia crítica estabelece esforços de pesquisa que recorrem a outras matrizes epistemológicas. Para os propósitos deste trabalho, servirão de referência as reflexões de Michel Foucault e Thomas Szasz e, principalmente, as dos professores, pesquisadores, profissionais e ativistas ligados à articulação internacional, a chamada Rede de Estudos Críticos sobre Suicídio. Entre eles, destacam-se os trabalhos de Ian Marsh, Heidi Hjelmeland e Jennifer White. Reconhecer que a psiquiatrização do suicídio e sua redução medicalizante hegemonizam as compreensões há mais de 200 anos não deve ser um limitador. Ao contrário, deve impelir a produção de conhecimentos verdadeiramente novos e úteis, para enfrentar esta questão social de larga escala.

Palavras-Chave: suicidologia crítica; medicalização; suicídio.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Palestras | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

O TRABALHO EM PLATAFORMA E A RELAÇÃO DE EMPREGO

Palestrante: Sérgio Pinto Martins[1]
[1] Palestrante: Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST; gmspm@tst.jus.br

A atividade apresentou uma análise aprofundada sobre o trabalho em plataformas digitais e sua possível caracterização como relação de emprego, discutindo as tensões contemporâneas entre as novas formas de organização laboral e os requisitos tradicionais previstos no artigo 3º da CLT. O ministro do Tribunal Superior do Trabalho diferenciou o conceito jurídico de "trabalho" e "emprego", destacando que a relação de emprego exige, cumulativamente, pessoalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação. A partir dessa definição clássica, a atividade problematizou como as plataformas digitais se têm posicionado institucionalmente, negando a existência de vínculo empregatício e defendendo que a natureza do trabalho mediado por aplicativos seria autônoma, flexível e baseada na liberdade contratual, ao mesmo tempo em que trabalhadores relatam precarização, assimetria informacional e dependência econômica. Foram analisados os principais desafios jurídicos decorrentes desse modelo, especialmente a necessidade de reinterpretar a subordinação para além do controle presencial e hierárquico tradicional, considerando a chamada subordinação remota, caracterizada pelo uso de sistemas automatizados para direcionar tarefas, avaliar desempenho, aplicar bloqueios e gerenciar fluxos de trabalho. O expositor detalhou as diversas formas de trabalho que emergem na economia digital, destacando que a multiplicidade de arranjos contratuais dificulta a aplicação rígida das categorias clássicas e demanda um olhar atento sobre os elementos fáticos que compõem a prestação de serviços. A atividade também contextualizou o cenário atual no Supremo Tribunal Federal, que iniciou julgamento decisivo sobre a existência, ou não, de vínculo empregatício entre trabalhadores e plataformas, com previsão de continuidade para o dia seguinte à realização da atividade, cujo desfecho poderá redefinir o enquadramento jurídico dessas relações. A exposição indicou, por fim, as principais controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais a respeito da autonomia, da dependência e do poder diretivo exercido por meio de algoritmos, ressaltando a urgência de refletir sobre os limites da liberdade contratual e a necessidade de assegurar condições dignas de trabalho em ambientes digitais. A atividade contribuiu, de forma significativa, para o debate sobre a adequação do Direito do Trabalho às novas dinâmicas produtivas, evidenciando que as transformações tecnológicas demandam interpretações atualizadas e soluções jurídicas equilibradas.

Palavras-Chave: trabalho em plataforma; relação de emprego; subordinação remota.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Palestras | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

RODAS DE CONVERSA

CORPO, MENTE, GÊNERO E SEXUALIDADE: NUTRIÇÃO E PSICOLOGIA NA VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE 357

TRILHAS INCLUSIVAS: DESAFIOS E MODELOS POSSÍVEIS 358

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Rodas de Conversa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CORPO, MENTE, GÊNERO E SEXUALIDADE: NUTRIÇÃO E PSICOLOGIA NA VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Anna Luiza de Castro Gianasi[1]; Fernanda Costa Vinhaes de Lima[1]; Saulo Pequeno Nogueira Florencio[1]; Amanda Ribeiro Araújo[2]; Ana Flávia do Amaral Madureira[3]; Dayanne da Costa Maynard[4]

[1] Facilitadores: Docentes membros da CPEA/CEUB; anna.gianasi@ceub.edu.br; saulo.florencio@ceub.edu.br [2] Convidada: Colaboradora, representante do RH; amanda.araujo@uniceub.br [3] Convidada: Docente do Curso de Psicologia CEUB; ana.madureira@ceub.edu.br [4] Convidada: Docente do Curso de Nutrição CEUB; dayanne.maynard@ceub.edu.br

A roda de conversa teve como objetivo promover um espaço de diálogo interdisciplinar sobre as inter-relações entre alimentação, saúde mental, corpo e identidade. A atividade reuniu estudantes, profissionais e docentes das áreas de nutrição, psicologia e direito, visando refletir criticamente sobre como os marcadores sociais de gênero e sexualidade influenciam o cuidado em saúde, incluindo questões no campo da saúde mental, e a construção das relações com o corpo e a alimentação. Durante o encontro, foram discutidos temas, como a influência das normas binárias de gênero nos padrões alimentares e corporais, o impacto da gordofobia e da patologização das identidades sexuais e de gênero dissidentes, além da importância da escuta qualificada e de práticas profissionais pautadas no respeito à diversidade e na promoção da equidade. A troca de experiências e saberes possibilitou o fortalecimento de uma perspectiva humanizada e inclusiva, destacando o papel da nutrição e da psicologia na desconstrução de estigmas e preconceitos, na direção da elaboração de práticas inclusivas e acolhedoras em sintonia com a valorização da singularidade dos sujeitos. Em termos teórico-conceituais, os preconceitos, como fenômenos psicossociais complexos, podem ser compreendidos como fronteiras simbólicas rígidas e hierárquicas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo, que se constituem em barreiras culturais entre indivíduos e grupos sociais. Nesse sentido, para contribuir com a desconstrução de preconceitos voltados às pessoas que integram a população LGBTQIAPN+, deve-se considerar seriamente o seu enraizamento afetivo. Um dos caminhos férteis para desconstruir tais preconceitos nos contextos educativos, incluindo o ensino superior, corresponde ao estímulo referente à vivência de experiências estéticas. Afinal, as múltiplas formas de expressão artística correspondem a uma via potente em termos educativos, para alcançar as pessoas pela via das emoções e dos afetos, contribuindo com o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade empática. Como resultado, a roda de conversa contribuiu para ampliar a compreensão sobre a integralidade do cuidado em saúde, estimulando o compromisso ético e social das futuras e dos futuros profissionais, especialmente na nutrição e na psicologia, com a valorização da diversidade que constitui os seres humanos. A atividade evidenciou a relevância da abordagem interdisciplinar e da educação em saúde como estratégias de transformação cultural e institucional em prol de uma sociedade mais justa e acolhedora.

Palavras-Chave: corpo; gênero; sexualidade; saúde mental; interdisciplinaridade.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Rodas de Conversa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

TRILHAS INCLUSIVAS: DESAFIOS E MODELOS POSSÍVEIS

Mônica Igreja do Prado[1]; Cosette Castro[2]; Eliete de Pinho Araujo[3]; Heloisa Helena Carvalho de Oliveira[4] Maicon Moura[5]; Simone Fernandes Cosenza[6]; Valéria Cristina Gomes Ribeiro[7]

[1] Facilitadora: Docente CEUB; Líder do Projeto DF Trilhas; monica.prado@ceub.edu.br [2] Pesquisadora Colaboradora; Coletivo Filhas da Mãe; cosettecastro2012@gmail.com [3] Pesquisadora Colaboradora; pinhoerodrigues@gmail.com [4] Pesquisadora Convidada; Publisher do Blog Cerrado, Te Quero Bem; heloisahelenaicm@gmail.com [5] Pesquisador Convidado; Instituto Oca do Sol - Projeto Ecotrilhas Serrinha do Paranoá; ocadosol@institutoocadosol.org [6] Pesquisadora Convidada; Projeto DV na Trilha; sicosenza@gmail.com [7] Pesquisadora Convidada - TCU; valeriacg@gmail.com

A roda de conversa teve por objetivo abrir caminhos para uma reflexão sobre trilhas inclusivas para pessoas com deficiência (PCD). A escuta promovida permitiu consolidar um painel de experiências para guias, condutores, caminhantes, pessoas com deficiência e ativistas em acessibilidade. O projeto de pesquisa DF Trilhas, em seus estudos documentais sobre a coletânea de Normas Técnicas de Turismo de Aventura, aponta um vazio de informações e boas práticas para a composição, a estruturação, a sinalização e a classificação de dificuldades para trilhas inclusivas, para caminhadas na natureza de pessoas com deficiência. Essa atividade contribui para suprir esse vazio e iniciar um diálogo sobre acessibilidade e a inclusão em caminhadas. Participaram da roda de conversa ativistas engajados na criação, na gestão e na condução de pessoas com deficiência: Cosette Castro, Eliete Araujo, Heloisa Carvalho, Maicon Moura, Simone Cosenza, Valeria Ribeiro. Castro abordou o cuidado coletivo e o acolhimento de quem cuida de outros, lembrando que as caminhadas inclusivas acontecem desde 2020, no Coletivo Filhas da Mãe. Araujo falou sobre sua vivência na oficina de acessibilidade, durante o Congresso Internacional de Trilhas e registrou que a inclusão seja parte daquilo que o governo oferece ao cidadão. Carvalho abordou o trabalho abrangente para que uma trilha seja considerada inclusiva, tendo como exemplo a Trilha Murundus, e o investimento necessário do gestor público e privado. Moura falou da trilha inclusiva da Serrinha do Paranoá e da necessidade de manutenção. Cosenza destacou a experiência de pedalar em bicicletas *tandem*, em que o deficiente visual vai junto com o condutor e experiencia sensorialmente o percurso. Ribeiro enfatizou a necessidade de romper com o capacitismo estrutural e de incluir a pessoa com deficiência em decisões relativas a ela. Para além das falas individuais, a roda de conversa levantou tópicos sobre os desafios e os modelos possíveis para a inclusão e a acessibilidade em trilhas ecológicas. Um deles é que uma trilha, para ser inclusiva, precisa de largura adequada, pisos e placas táteis, cordas para guiamento do trajeto, área para descanso e outros elementos de estrutura e sinalização. Quando a trilha está no espaço urbano, os cuidados em eliminar ou contornar obstáculos são fundamentais, pois os caminhantes são pessoas com os mais diversos tipos de necessidade. Outro tópico é o alerta para não confundir inclusão com acessibilidade, pois inclusão é abranger a maior diversidade possível de pessoas e suas necessidades e diferenças, e acessibilidade é romper barreiras para o acesso, que não precisa ser somente físico, deve ser também emocional e mental. A barreira atitudinal foi abordada pelos participantes como o obstáculo mais perverso para a acessibilidade e a inclusão. A mediação da roda de conversa ficou a cargo da pesquisadora Mônica Prado, líder do projeto DF Trilhas, que tem curadoria do CEUB e recursos da FAPDF.

Palavras-Chaves: trilha na natureza; acessibilidade; inclusão.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Rodas de Conversa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

OFICINAS E WORKSHOPS

CAMPUS QUEST: DESAFIOS PARA UMA VIDA UNIVERSITÁRIA MAIS SAUDÁVEL 360

ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO APLICADA À MEDICINA VETERINÁRIA 361

ESTRATÉGIAS DE BUSCA E SELEÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS EM BASES ACADÊMICAS 362

ÍCONES PARA TRILHAS DE CAMINHADAS NO CERRADO 363

METODOLOGIA DE PESQUISA PARA O CURSO DE DIREITO 364

PRÁTICA DE RECEITAS FUNCIONAIS 365

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Rodas de Conversa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

CAMPUS QUEST: DESAFIOS PARA UMA VIDA UNIVERSITÁRIA MAIS SAUDÁVEL

Patrícia Emanuele da Cruz Dias Ribeiro[1]; Maina Ribeiro Pereira Castro[1]; Tania Inessa Martins de Resende[1]

[1] Docentes CEUB; patricia.emanuele@ceub.edu.br; maina.pereira@ceub.edu.br; tania.resende@ceub.edu.br

Muitos são os desafios enfrentados na vida universitária, inclusive aqueles relacionados à produção da saúde física e mental das juventudes. A proposta desta oficina é discutir sobre a saúde no contexto universitário, utilizando a gamificação como uma forma lúdica de abordar o assunto. Foi realizada uma adaptação do jogo de tabuleiro do "Movimento Comer Pra Quê?" (www.comerpraque.org), um projeto de mobilização feito com as juventudes brasileiras, para pensar a alimentação como ato político. O jogo consiste em um tabuleiro em formato de prato posto em cima de uma mesa, com toalha e talheres. A borda do prato é dividida em 10 partes que correspondem às casas do tabuleiro, e cada uma está relacionada a um tema gerador de reflexões sobre diferentes dimensões da alimentação no cotidiano dos jovens. Os temas abordados eram relacionados à comensalidade, ao uso da água na produção de alimentos, à politização do comer, ao tempo como obstáculo para a alimentação saudável, à informação e à publicidade de alimentos, à sustentabilidade e aos sistemas alimentares, à comida e ao patrimônio, à alimentação e ao gênero. Complementarmente ao tabuleiro, o jogo continha 10 *cards* com 10 perguntas cada um. A partir dessa proposta, a equipe de docentes reuniu-se com os estudantes monitores do programa Eis-Me-Aqui, que representam o público da atividade, para contribuir, de forma colaborativa, na adaptação do jogo original, de modo a incluir questões de saúde mental e socialização na vida universitária. Do total, foram selecionadas e adaptadas quatro perguntas de alimentação no contexto universitário e inseridas mais duas no campo da saúde mental, para cada categoria. Também foi adaptado o formato do jogo, para propiciar melhor interação entre os participantes, por meio de um tabuleiro gigante feito de peças de tatame e do prato-tabuleiro, transformado em prato-roleta para seleção do tipo de pergunta. Foram realizadas duas oficinas no mês de outubro de 2025, uma em cada *campus* do CEUB: em Taguatinga, o jogo foi disposto no *hall* de entrada, e participaram 30 estudantes; na Asa Norte, a atividade foi realizada ao ar livre, e participaram 20 estudantes. Após a organização de um espaço acolhedor, foi iniciada a atividade com breve apresentação dos participantes: alunos de diferentes cursos e semestres. As professoras facilitadoras apresentaram a proposta da atividade, destacando o elo que une os dois cursos, nutrição e psicologia, e o programa Eis-Me-Aqui na proposta idealizada: a construção de um *campus* promotor de alimentação saudável e saúde mental. Mediante as perguntas, enquanto todos se divertiam com o tabuleiro gigante, várias reflexões importantes sobre comer, comer junto, papel da tecnologia, sustentabilidade, importância das trocas e relações sociais foram construídas ao longo da atividade. Houve bom engajamento dos participantes, e foi possível alcançar os objetivos propostos sobre discutir a saúde na vida universitária, no âmbito da alimentação e da convivência. Sugere-se que atividades como essa sejam incluídas em processos permanentes, contribuindo para a saúde mental e a alimentação saudável de universitários. Destaca-se o potencial da gamificação, para envolver os estudantes de forma mais ativa e crítica.

Palavras-Chave: alimentação saudável; saúde mental; vida universitária.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Rodas de Conversa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO APLICADA À MEDICINA VETERINÁRIA

Fabiana Sperb Volkweis[1]; Hudson Capanema Zaidan[2]; Katarina Muller Marcel[3]; Arthur Dornfeld de Almeida dos Reis[4]; Brayan Wisller Pontes Teófilo[4]; Bruna Martins Moura[4]; Lucas Araújo de Paula[4]; Matheus de Tassi Alves Fagundes Gomes[4]

[1] Docente do Curso de Medicina Veterinária CEUB; fabiana.volkweis@ceub.edu.br [2] Docente do Curso de Engenharia de Computação CEUB; hudson.zaidan@ceub.edu.br [3] Médica Veterinária – Clínica-Escola, CEUB; [4] Discentes do Curso de Engenharia de Computação – CEUB

A oficina *Engenharia de computação aplicada à medicina veterinária* teve como propósito promover a integração entre áreas do conhecimento distintas, evidenciando como a tecnologia pode contribuir, de forma prática e inovadora, para a resolução de desafios presentes na rotina clínica veterinária. Durante a atividade, foram apresentadas situações problema reais, vivenciadas por profissionais da medicina veterinária que serviram como ponto de partida para a proposição de soluções tecnológicas elaboradas pelos participantes da engenharia de computação. Entre os principais desafios abordados, destacou-se a dificuldade enfrentada por proprietários de cães e gatos que permanecem longos períodos fora de casa e são impossibilitados de oferecer a seus animais alimentação adequada em horários corretos. Como solução, foi desenvolvido um protótipo de dispositivo automatizado de alimentação, acionado por meio de aplicativo móvel, capaz de liberar porções de alimento previamente pesadas e programadas em horários definidos. Essa tecnologia proporciona autonomia, segurança e bem-estar aos animais, demonstrando o potencial da automação no cuidado doméstico. Além dessa proposta, a oficina apresentou um projeto realizado durante o programa de iniciação cientifica do CEUB, que consistiu na prototipagem rápida de uma cadeira de rodas para um canino sem os membros torácicos, concebida e produzida por meio de modelagem e impressão 3D. O funcionamento do equipamento da modelagem foi exibido em tempo real, permitindo a visualização das etapas de *design* e execução. A oficina destacou o papel essencial da interdisciplinaridade no desenvolvimento de soluções criativas e sustentáveis, reforçando a relevância da engenharia como aliada no avanço da medicina veterinária e na promoção do bem-estar animal.

Palavras-Chave: bem-estar animal; interdisciplinaridade; modelagem 3 D.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Rodas de Conversa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ESTRATÉGIAS DE BUSCA E SELEÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS EM BASES ACADÊMICAS

Simone Gonçalves de Almeida[1]
[1] Docente CEUB; simone.almeida@ceub.edu.br

A oficina realizada durante o ENCUCA 2025 tem como principal objetivo capacitar estudantes, pesquisadores e profissionais na utilização eficiente de ferramentas e métodos de pesquisa acadêmica, favorecendo a construção de revisões bibliográficas sólidas e a produção de trabalhos científicos de qualidade. A atividade propõe uma abordagem prática e reflexiva sobre as etapas essenciais do processo de busca científica, desde a definição de palavras-chave até a seleção e a avaliação crítica das fontes encontradas. Inicialmente, são discutidos os conceitos fundamentais relacionados à pesquisa acadêmica, destacando a importância da curadoria de informações confiáveis e atualizadas. Em seguida, os participantes são orientados sobre o uso de operadores booleanos e filtros avançados em bases de dados, como Scielo, PubMed, Google Scholar, EBSCO e Web of Science, explorando também recursos de acesso aberto e repositórios institucionais. A oficina enfatiza o papel da formulação adequada de estratégias de busca, demonstrando como pequenas variações terminológicas podem impactar significativamente os resultados obtidos. Além disso, aborda-se a importância do uso de descritores padronizados, da combinação de sinônimos e do refinamento contínuo da busca, para alcançar maior precisão e relevância. Outro ponto central é o desenvolvimento de critérios de seleção e leitura crítica de artigos, considerando aspectos, como a credibilidade das revistas, o fator de impacto, a pertinência temática e a metodologia empregada nos estudos. Ao final, os participantes são convidados a aplicar os conhecimentos obtidos em exercícios práticos de busca e seleção, fortalecendo suas competências informacionais e sua capacidade de produzir conhecimento científico com rigor metodológico e ética acadêmica. Assim, a oficina busca contribuir para a formação de uma cultura investigativa mais crítica, autônoma e comprometida com a qualidade da produção científica no contexto educacional e profissional.

Palavras-Chave: pesquisa científica; bases de dados; estratégias de busca.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Rodas de Conversa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

ÍCONES PARA TRILHAS DE CAMINHADAS NO CERRADO

André Luis Cesar Ramos[1]; Aline Parada Ribeiro[1]; Marcelo Maia[2]
[1] Docentes CEUB; andre.ramos@ceub.edu.br; aline.ribeiro@ceub.edu.br [2] Ministrante Convidado: Marcelo Aventuras; caminhosdoplanaltocentral@gmail.com

A oficina foi conduzida pelos professores de comunicação Aline Parada, André Ramos e Mônica Prado e contou com a participação mediadora do condutor de trilhas e guia de turismo, Marcelo Maia. A atividade propôs um desafio de ideação de ícones a partir de três temas: trilha compartilhada, em que caminhantes dividem o trajeto com ciclistas e cavaleiros; severidade do ambiente, marcada pelas transformações entre o período seco e o chuvoso no Distrito Federal; qualidade da água encontrada durante o percurso — potável, própria para banho ou contaminada. Alunos de publicidade, arquitetura, marketing digital, jornalismo, relações internacionais e psicologia participaram da oficina e, ao final, os 21 integrantes apresentaram e comentaram suas criações. Munidos de lápis e papel milimetrado, os estudantes desenvolveram seus desenhos manualmente, utilizando a técnica de *grid* quadriculado, para estruturar visualmente os ícones. Durante o momento de *feedback*, os professores André Ramos e Aline Parada destacaram a qualidade dos trabalhos e observaram que os ícones expressaram o repertório cognitivo e simbólico de cada participante. Segundo eles, o exercício de redução visual foi essencial para representar elementos, como a ferradura (para cavalo), o capacete (para ciclista) e a pegada (para caminhante). Entre os ícones mais recorrentes, apareceram: caveira para contaminação; ferradura para cavalo; símbolo "X" para o que é proibido ou impróprio; copo, para indicar água potável; plantinhas junto à água, para sugerir boa qualidade; nuvem com pingos, para representar o período chuvoso. O repertório imaginativo dos elementos pontuou também características que ajudaram a representação e o desenho dos ícones. O guia de turismo Marcelo Maia explicou aos participantes a importância da sinalização e dos ícones para a atividade de caminhada. Ele citou exemplos de pessoas que ficam desorientadas dentro de um parque ou um espaço natural quando a sinalização é precária. Lembrou que os ícones permitem uma comunicação efetiva para o turista, agregando valor à experiência de caminhar na natureza. A oficina *Ícones para trilhas* integra os trabalhos acadêmicos do Projeto DF Trilhas, que tem a curadoria do CEUB e a liderança da professora Mônica Prado. O Projeto tem apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF). A oficina é a primeira etapa participativa para a construção coletiva do Padrão Brasília, um painel iconográfico sobre a classificação de trilhas e os graus de dificuldade. Trata-se de uma ferramenta de comunicação visual, composta por ícones, a fim de facilitar os guias e os condutores de ecoturismo do DF a informar, de modo padronizado, a seus clientes (caminhantes) as condições do trajeto da trilha, o grau de dificuldade e riscos, a distância e o tempo de duração. O painel alinha-se às recomendações da Norma Técnica ABNT ISO 3021, que trata de caminhadas na natureza.

Palavras-Chave: caminhadas na natureza; informação a clientes; ícones de trilha.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Rodas de Conversa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

METODOLOGIA DE PESQUISA PARA O CURSO DE DIREITO

Thayse Edith Coimbra[1]
[1] Docente CEUB; thayse.sampaio@ceub.edu.br

A oficina ocorreu online e apresentou uma reflexão ampla, dinâmica e formativa sobre metodologia de pesquisa voltada ao curso de direito, proporcionando aos participantes uma compreensão clara dos fundamentos que orientam a produção acadêmica e dos passos necessários para elaborar um trabalho científico consistente. A facilitadora destacou os três pilares essenciais da pesquisa: a definição do problema, a formulação dos objetivos e a escolha do método, explicando como cada um orienta a estrutura e a lógica da investigação. Em seguida, abordou detalhadamente os passos para a elaboração de um trabalho acadêmico, partindo da escolha e da delimitação do tema, da construção da justificativa, do levantamento bibliográfico, da identificação dos referenciais teóricos, da organização metodológica e da redação fundamentada dos resultados. A atividade enfatizou que seguir esses passos de forma sequencial e organizada permite ao estudante produzir textos com coerência interna, clareza argumentativa e solidez científica. Foram apresentados também os principais gêneros acadêmicos utilizados no campo jurídico, como resumos, resenhas, artigos científicos, ensaios, projetos de pesquisa, relatórios, monografias, dissertações e teses, esclarecendo-se a função de cada formato e seu papel na formação e no diálogo com a comunidade científica. A facilitadora explicou como cada gênero exige um nível específico de aprofundamento, sendo fundamental compreender suas características, para produzir trabalhos adequados às demandas da graduação e da pesquisa. Ao tratar dos tipos de trabalhos científicos, demonstrou-se como eles se relacionam com as etapas metodológicas e como contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade analítica e da escrita acadêmica. A atividade reforçou que a pesquisa jurídica requer compromisso ético, precisão conceitual, rigor metodológico e articulação entre teoria, legislação e prática social. Foram disponibilizados materiais complementares e orientações práticas para que os estudantes desenvolvam autonomia na construção dos seus textos. A atividade contribuiu significativamente para fortalecer a cultura de pesquisa, incentivando os participantes a compreender o processo investigativo não apenas como uma exigência curricular, mas também como instrumento de reflexão, formação crítica e transformação da realidade jurídica.

Palavras-Chave: metodologia científica; pesquisa jurídica; gêneros acadêmicos.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Rodas de Conversa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

PRÁTICA DE RECEITAS FUNCIONAIS

Andréa Gonçalves de Almeida[1]; Camila Melo Araújo de Moura e Lima[1]
[1] Docentes CEUB; andrea.almeida@ceub.edu.br; camila.moura@ceub.edu.br

Os alimentos funcionais caracterizam-se por oferecer vários benefícios à saúde, além do valor nutritivo inerente à sua composição química, podendo desempenhar um papel potencialmente benéfico na redução do risco de doenças crônicas degenerativas, como câncer e diabetes, entre outras. O consumo desses alimentos tem ganhado destaque na atualidade, à medida que cresce o interesse por hábitos alimentares saudáveis e pela prevenção de doenças relacionadas ao estilo de vida. A atividade prática teve como principais objetivos preparar receitas, utilizando alimentos com propriedades funcionais e avaliar a aceitabilidade das preparações desenvolvidas. As ações foram realizadas nos laboratórios de habilidades alimentares, proporcionando um ambiente adequado para a execução das técnicas culinárias e a troca de conhecimentos entre os participantes. Os principais ingredientes funcionais utilizados foram quinoa, tomate, cebola, alho, limão, azeite de oliva, couve-flor, couve-manteiga, manjericão, alho-poró, arroz integral e gengibre, entre outros, que apresentam propriedades funcionais amplamente reconhecidas. A quinoa, por exemplo, é rica em proteínas de alto valor biológico e fibras, auxiliando a saciedade e o controle glicêmico. O tomate contém licopeno, antioxidante associado à prevenção de doenças cardiovasculares e câncer. A cebola e o alho têm compostos sulfurados com ação anti-inflamatória, antimicrobiana e cardioprotetora. O limão é fonte de vitamina C e antioxidantes que fortalecem o sistema imunológico. O azeite de oliva destaca-se por suas gorduras monoinsaturadas e compostos fenólicos, benéficos à saúde cardiovascular. A couve-flor e a couve-manteiga são fontes de fibras, vitaminas e compostos antioxidantes. O manjericão e o alho-poró apresentam propriedades digestivas e anti-inflamatórias, enquanto o arroz integral e o gengibre contribuem para a regulação intestinal e têm efeitos antioxidantes e termogênicos. Durante a atividade, os participantes puderam compreender a importância do uso de alimentos funcionais na promoção da saúde e na prevenção de doenças, além de desenvolver habilidades culinárias e senso crítico sobre a escolha dos ingredientes. As preparações elaboradas obtiveram boa aceitação sensorial, destacando-se pelo sabor, pela aparência, pela textura e pelo equilíbrio nutricional. A realização de oficinas práticas sobre alimentos funcionais nos laboratórios de habilidades alimentares constitui uma estratégia eficaz de educação alimentar e nutricional. Essas experiências fortalecem o aprendizado acadêmico, despertam o interesse dos estudantes por práticas alimentares saudáveis e contribuem para a formação de profissionais mais conscientes sobre o papel dos alimentos na promoção da saúde.

Palavras-Chave: alimentos funcionais; valor nutritivo; benefícios.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Rodas de Conversa | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9

APÊNDICE A – INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

A realização do **8º EnCUCA** contou com o suporte e o intercâmbio técnico-científico das seguintes organizações:

PARCEIROS INTERNACIONAIS

Aalto University (Finlândia); City University Hong Kong (China); Loyola Marymount University (EUA); Universidade Estatal de Moscou (Rússia); Ohio State University (EUA); Southern Methodist University (EUA); St. John's University (EUA); University of Georgia (EUA); University of Wisconsin-Madison (EUA).

ORGANISMOS NACIONAIS E GOVERNAMENTAIS

Centro Universitário de Brasília (Instituição Sede); Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI/FGV Direito SP); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Tribunal Superior do Trabalho (TST); Defensoria Pública do Distrito Federal; Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Católica de Brasília (UCB); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Instituto Federal de Brasília (IFB).

COLABORADORES ESTRATÉGICOS E SETOR PRIVADO

Agência Look n Feel; Cloudera (SP); EducationUSA; Fitcordis Reabilitação Cardiopulmonar; Google Developers Group Brasília; Hospital de Apoio de Brasília; Instituto Rosa dos Ventos; Mobilize Brasil; Instituto Sabin; Oracle; Project Management Institute (PMI/DF); Ocean Films; R2 Produções; Rede de Infâncias Protagonistas; Tecnisys.

Anais do 8º EnCUCA (2025) Subseção: Apêndice A | ISBN: 978-85-7267-242-9 | DOI: 10.10.5102/978-85-7267-242-9